PAULO NUNES DA SILVA

O TEMPO NO TEXTO

Dissertação de Doutoramento
em Linguística

UNIVERSIDADE ABERTA

2005

PAULO NUNES DA SILVA

O TEMPO NO TEXTO

CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA EXPRESSÃO DO TEMPO EM SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Dissertação de Doutoramento em Linguística,
na Especialidade de Linguística Portuguesa

Orientadoras Científicas:
Professora Doutora Maria Emília Ricardo Marques
Professora Doutora Ana Cristina Macário Lopes

UNIVERSIDADE ABERTA

2005

ÍNDICE

Índice ..... **i**

Palavras prévias ..... **v**

Resumo ..... **vii**

Abstract ..... **ix**

Introdução **1**

1.ª PARTE
ELEMENTOS PARA UM TRATAMENTO INTEGRADO
DA EXPRESSÃO DO TEMPO NO TEXTO **10**

Capítulo 1 - O nível de análise textual **11**
1.1. Reflexões preliminares 12
1.2. Texto/discurso e abordagens textuais 18
1.3. Textualidade e interpretação do discurso 40
1.4. Classificações de textos 65
1.5. Considerações finais 94

Capítulo 2 - Tipologias de estados de coisas **96**
2.1. Reflexões preliminares 97
2.2. Teorizações sobre tipologias de estados de coisas 98
2.2.1. Aristóteles, Ryle (1949, 1953), Kenny (1963) 98
2.2.2. Vendler (1967) 106
2.2.3. Dowty (1979) 116
2.2.4. Moens (1987) 123
2.3. Considerações finais 132

Capítulo 3 - A localização temporal **135**
3.1. Reflexões preliminares 136
3.2. A categoria linguística tempo 137
3.3. A localização temporal 144
3.4. Para uma abordagem textual dos tempos verbais 156
3.5. Considerações finais 178

Capítulo 4 - Valores discursivos dos tempos verbais **179**
4.1. Reflexões preliminares 180
4.2. Teorizações sobre valores discursivos dos tempos verbais 182
4.2.1. Weinrich (1964) 182
4.2.2. Labov (1972) 189
4.2.3. Hopper (1979), Hopper e Thompson (1980) 192
4.2.4. Fleischman (1990) 197
4.3. Considerações finais 208

2.ª PARTE
A EXPRESSÃO DO TEMPO
EM SEQUÊNCIAS TEXTUAIS MONOGERADAS **211**

Capítulo 5 - O tempo numa sequência narrativa **212**
5.1. Reflexões preliminares 213
5.2. Propriedades da sequência narrativa 214
5.3. Apresentação da sequência narrativa analisada 223
5.4. Elementos para uma análise da expressão do tempo 228
5.5. A temporalidade de uma sequência narrativa 261
5.6. Considerações finais 288

Capítulo 6 - O tempo numa sequência descritiva **292**
6.1. Reflexões preliminares 293
6.2. Propriedades da sequência descritiva 295
6.3. Apresentação da sequência descritiva analisada 299
6.4. Elementos para uma análise da expressão do tempo 304
6.5. A temporalidade de uma sequência descritiva 326
6.6. O género discursivo "texto de instruções": actualização do protótipo da sequência descritiva ou da sequência narrativa? 335
6.7. Considerações finais 354

Capítulo 7 - O tempo numa sequência explicativa **360**
7.1. Reflexões preliminares 361
7.2. Propriedades da sequência explicativa 362
7.3. Apresentação da sequência explicativa analisada 366
7.4. Elementos para uma análise da expressão do tempo 370
7.5. A temporalidade de uma sequência explicativa 383
7.6. Considerações finais 394

Capítulo 8 - O tempo numa sequência argumentativa **398**
8.1. Reflexões preliminares 399
8.2. Propriedades da sequência argumentativa 404
8.3. Apresentação da sequência argumentativa analisada 409
8.4. Elementos para uma análise da expressão do tempo 414
8.5. A temporalidade de uma sequência argumentativa 426
8.6. Considerações finais 439

Conclusões **443**

Bibliografia **459**

PALAVRAS PRÉVIAS

Por ser uma questão de elementar justiça, começo por destacar algumas pessoas que contribuíram para que este projecto fosse concluído.

Junto dos meus pais e familiares mais próximos sempre encontrei afecto e apoio, alimentos necessários a quem se aventura a viver e a desenvolver trabalhos com o fôlego de uma dissertação de doutoramento.

Aos meus amigos e colegas de trabalho estou grato por me terem acompanhado durante todo este percurso. Registo um agradecimento especial à Isabel Seara e à Carla Alexandra Gonçalves, apesar de a amizade, obviamente, não se agradecer.

Estou igualmente grato à Professora Doutora Maria José Ferro Tavares, Reitora da Universidade Aberta, e à Professora Doutora Isabel Barros Dias, Directora do Departamento de Língua e Cultura Portuguesas, por me terem proporcionado a possibilidade de me dedicar em exclusivo a este trabalho, durante três anos lectivos.

Às minhas orientadoras científicas, dedico uma palavra de muito apreço e de grande admiração. A Professora Doutora Maria Emília Ricardo Marques prestou-me, em todos os momentos, grande apoio e forneceu-me valiosos contributos que muito me enriqueceram, quer a nível pessoal, quer a nível profissional. A Professora Doutora Ana Cristina Macário Lopes revelou o seu inexcedível profissionalismo, concretizado numa permanente disponibilidade e dedicação, assim como no rigor e na pertinência dos seus comentários e sugestões. A grandeza humana de ambas e o seu exemplo enquanto docentes e investigadoras sempre empenhadas em fazer mais e melhor constituem, para mim, uma fonte de inspiração.

As últimas palavras são dirigidas à Dulce, à Mariana e à Catarina. Porque partilho com elas os meus dias repletos de ternura, todos os dias renovada.

RESUMO

O objectivo principal deste trabalho consiste em determinar as propriedades temporais e aspectuais que tipicamente caracterizam os quatro tipos de sequências textuais monogeradas que são contempladas na classificação de Adam (1992): sequências de tipo narrativo, descritivo, explicativo e argumentativo.

Com base na tipologia de estados de coisas de Vendler (1967) e no tratamento da informação temporal e aspectual proposto no âmbito da Teoria das Representações Discursivas de Kamp e Reyle (1993), analisamos um conjunto de sequências discursivas. Esta análise incide num *corpus* constituído por textos reais e contempla os seguintes elementos: classes aspectuais, tempos verbais, adverbiais temporais, conectores que introduzem proposições com valor temporal e relações discursivas entre os enunciados.

A investigação realizada permite concluir que as sequências de tipo narrativo e descritivo apresentam propriedades temporais e aspectuais que contrastam de um modo muito claro. Nas sequências de tipo narrativo, são tipicamente representados estados de coisas da classe dos eventos; nelas, estabelecem-se predominantemente relações temporais de sequencialidade entre as situações denotadas. Nas sequências de tipo descritivo, são tipicamente referidas situações estativas que manifestam relações de sobreposição temporal entre si. Quanto às sequências de tipo explicativo e argumentativo, elas podem apresentar propriedades comuns quer às sequências de tipo narrativo, quer às sequências de tipo descritivo.

ABSTRACT

The main goal of this investigation is to establish the temporal and aspectual properties of these four types of textual sequences: narrative, descriptive, explicative and argumentative (cf. Adam (1992)).

Our analysis takes into account Vendler's (1967) classification of situation types and the theoretical framework of Kamp and Reyle's (1993) Discourse Representation Theory. The relevant factors that are under scrutiny in our analysis are situation types, verbal tenses, time adverbials, connectives with temporal value, and discourse relations.

Among the conclusions of this investigation, we argue that narrative and descriptive sequences show important differences in terms of temporal and aspectual properties. Narrative sequences typically include events, and the temporal relation of precedence is clearly dominant. Descriptive sequences typically include stative situations, and the temporal relation of overlapping is dominant. Both explicative and argumentative sequences share these properties: they may include either events or states, and either the temporal relations of precedence or overlapping may be dominant.

INTRODUÇÃO

1. Ao longo da última década e meia, foi publicado um número significativo de investigações e de reflexões teóricas sobre a expressão do tempo em língua portuguesa. Os trabalhos realizados por diversos investigadores permitem-nos, actualmente, compreender melhor os mecanismos utilizados na expressão do tempo nos textos, e os seus modos de interacção.

Entre esses trabalhos, vale a pena destacar os que resultam de actividades de investigação desenvolvidas de modo sistemático, e que abordam as seguintes áreas temáticas:

– os valores temporais e/ou discursivos de tempos verbais do passado e do presente, e do sistema verbal do português perspectivado como um todo;

– o aspecto, em estreita relação com o tempo gramatical;

– os adverbiais temporais – quer a classe dos adverbiais de localização temporal, quer os advérbios de tempo que manifestam uma multiplicidade de valores, não se restringindo aos valores de estrita localização temporal;

– os subdomínios de significação associados ao tempo.

Apesar da recente proliferação de estudos sobre o tempo e o aspecto em língua portuguesa, há, naturalmente, vastas áreas por explorar. Uma das áreas em que se verifica a inexistência de investigações sistemáticas radica na determinação das especificidades temporais e aspectuais dos diferentes tipos de sequências textuais. De facto, não estão ainda disponíveis estudos comparativos, efectuados a partir de textos reais, acerca das propriedades temporais e aspectuais que

prototipicamente caracterizam cada um dos seguintes tipos sequenciais: narrativo, descritivo, explicativo e argumentativo.

Deste modo, propomo-nos realizar um estudo, situado na área da Linguística Textual, que consiste na análise da expressão do tempo em textos que actualizam protótipos sequenciais monogerados. O objectivo principal consiste em determinar se, a diferentes tipos de sequências, correspondem diferentes propriedades temporais e aspectuais. A nossa intuição de sujeito falante, assim como reflexões e estudos parcelares já desenvolvidos, apontam nesse sentido.

Os objectivos gerais desta investigação podem ser delimitados pelo seguinte grupo de questões, a que tencionamos dar resposta:

− em que difere a expressão do tempo nos diferentes tipos de sequências textuais?

− a nível da sua temporalidade, quais são as propriedades prototípicas de cada um dos tipos sequenciais monogerados?

− entre os mecanismos de que se servem os sujeitos falantes para expressar o tempo nos textos, há algum que se revele determinante nos textos que actualizam cada um dos protótipos sequenciais? Ou, pelo contrário, é a acção conjunta de todos esses mecanismos que lhes modela a temporalidade?

− estabelecidas as especificidades que cada um dos tipos de sequência manifesta a nível da expressão do tempo, poder-se-á concluir que também as suas propriedades temporais e aspectuais contribuem para identificar e legitimar as oposições entre os quatro protótipos sequenciais monogerados (tal como as motivações pré-linguísticas e a intencionalidade comunicativa que lhes subjaz)? Por outras palavras, as propriedades temporais e aspectuais que eles evidenciam constituem igualmente critérios pertinentes que possibilitam a distinção entre sequências textuais de classes diferentes?

2. Para responder adequadamente a estas perguntas e atingir os objectivos propostos, delineámos um percurso que se reflecte na estrutura desta dissertação.

Dividimos o nosso trabalho em duas partes, a que correspondem duas etapas distintas do percurso, definíveis, *grosso modo*, da seguinte maneira: primeiro, estabelecemos o modelo de análise; depois, analisamos as sequências textuais seleccionadas.

Na primeira parte, procuramos reflectir criticamente sobre as teorizações disponíveis que, de algum modo, se revelam importantes para uma investigação que tem como objecto a expressão do tempo e que incide sobre o nível de análise textual. Na segunda parte, realizamos a análise de textos, com base nas opções teórico-metodológicas que tomámos na primeira parte.

No capítulo 1, apresentamos uma panorâmica sobre a evolução da Linguística Textual, pontuada pelos contributos mais relevantes − desde as reflexões precursoras de Weinrich e de Benveniste (ainda situadas no âmbito das teorias enunciativas), até às teorizações de Halliday e Hasan, de van Dijk, de Beaugrande e Dressler, e de Adam. Concomitantemente, justificamos a pertinência desta abordagem da temporalidade a nível textual, e procedemos à definição do conceito de texto/discurso, e de outros conceitos que lhe são inerentes, como a noção de coerência. Concluímos o capítulo expondo um conjunto de reflexões sobre as questões da interpretação do discurso e das classificações textuais. Um dos pontos de partida da nossa investigação reside na tipologia sequencial proposta por Adam (1992). O autor fez incidir a base de tipologização da sua classificação no nível da sequência textual, e não no nível da totalidade do texto, por razões que se prendem com a heterogeneidade que frequentemente caracteriza os produtos verbais − a heterogeneidade sequencial consiste na ocorrência, no âmbito de um texto, de várias sequências de diversos tipos. A sua classificação prevê, então, a existência de cinco protótipos sequenciais: um poligerado (dialogal) e quatro monogerados (narrativo, descritivo, explicativo e argumentativo).

No capítulo 2, desenvolvemos um conjunto de reflexões sobre as tipologias de estados de coisas. Num trabalho que tem como objecto a expressão do tempo em diferentes tipos de sequências, é essencial tomar em consideração as classes aspectuais em que se inserem os estados de coisas referidos no discurso. No desenvolvimento actual das investigações, é um dado assente que a estrutura temporal interna das situações denotadas constitui um ponto decisivo para o estabelecimento da referência temporal dos estados de coisas em causa, e, mais especificamente, para a determinação da ordem temporal entre as situações no discurso. Explicitamos, por isso, as mais relevantes teorizações e classificações disponíveis, designadamente as de Vendler (1967) e de Moens (1987). Justificamos a adopção da tipologia de Vendler (1967), segundo a qual todas as situações referidas são susceptíveis de integrar um dos seguintes quatro tipos de estados de coisas: eventos instantâneos, eventos prolongados, actividades e estados. Sublinhamos, ainda, outros contributos essenciais, como o conjunto de testes, proposto por Dowty (1979), que permite identificar cada uma das classes aspectuais, e a definição de conceitos operatórios importantes, como os de núcleo aspectual e de rede aspectual, tal como foram concebidos por Moens (1987). Este autor propôs que se considerasse a existência de uma oposição primária entre situações eventivas e situações estativas que, como veremos ao longo da segunda parte do nosso trabalho, se revela pertinente em função do predomínio de cada um dos dois grupos de situações em diferentes protótipos sequenciais. Por outro lado, a descrição das diferentes classes aspectuais com base no conceito de núcleo constitui uma contribuição teórica importante para a compreensão adequada da sua estrutura interna. Por fim, a rede aspectual – que prevê as diferentes possibilidades de comutação aspectual, assim como as fases inerentes ao conceito de núcleo que lhes estão associadas – permite obter uma compreensão global dos fenómenos que desencadeiam as transições de classe (como os elementos decisivos para a comutação de classe aspectual, e a natureza composicional do aspecto, por exemplo).

Enquanto mecanismo central da temporalidade no discurso, os tempos verbais são abordados em dois capítulos: um em que salientamos propostas de tratamento do seu significado referencial, e outro em que explicitamos propostas de abordagens discursivas.

No capítulo 3, reflectimos acerca de questões relacionadas com a localização temporal, designadamente sobre a função de localização própria dos tempos verbais e dos adverbiais temporais. Destacamos a teorização de Reichenbach (1947) sobre a análise dos tempos verbais baseada em três coordenadas temporais. Quanto ao tratamento integrado da informação temporal--aspectual, seguiremos, em linhas gerais, as propostas de Kamp e Reyle (1993), embora não tenhamos a pretensão de formalizar as representações discursivas. Estes autores desenvolveram uma teoria bidimensional da expressão do tempo – a Teoria das Representações Discursivas –, em que é contemplada a articulação entre a informação estritamente temporal e a informação aspectual veiculada pelos enunciados. Os autores integraram na sua proposta de análise os conceitos, inicialmente propostos por Reichenbach (1947), de momento da enunciação, momento do evento e ponto de referência (conceito que, em Kamp e Reyle (1993), foi desdobrado em ponto de perspectiva temporal e ponto de referência). Num determinado texto, as relações atestadas entre os intervalos de tempo inerentes a cada um dos conceitos permitem estabelecer a ordem temporal entre as situações denotadas no discurso. Dado o tratamento anafórico que os autores propõem para a análise da expressão do tempo, a sua teoria revela-se particularmente adequada para as investigações que incidem no nível textual. Também seguimos estes autores quanto à classificação tripartida dos adverbiais temporais – de localização, de duração e de frequência. A articulação da Teoria das Representações Discursivas com reflexões da área da coerência relacional – nomeadamente com as relações discursivas previstas no âmbito da Teoria da Estrutura Retórica de Mann e Thompson (1987) – permite integrar, num mesmo modelo de análise, o conhecimento linguístico e o conhecimento do mundo.

No capítulo 4, abordamos os valores discursivos dos tempos verbais. Destacamos as propostas de Labov (1972), de Hopper (1979) e de Fleischman (1990), designadamente no que diz respeito à oposição entre um primeiro e um segundo plano narrativo. Embora as suas propostas evidenciem divergências significativas, todos estes autores argumentaram a favor da ideia segundo a qual a importância relativa dos conteúdos denotados nos textos se reflecte na estrutura linguística dos textos em que ocorrem, nomeadamente nos tempos verbais seleccionados ou na estrutura sintáctica das frases complexas. Os tempos verbais desempenham, deste modo, um papel relevante, quer no estabelecimento, quer no reconhecimento desses dois planos.

Delimitada a área de investigação em que nos situamos, e esboçado o modelo descritivo de que nos serviremos, reservamos a segunda parte da dissertação para analisar os mecanismos de expressão do tempo em diferentes tipos de sequências textuais: no capítulo 5, numa sequência narrativa; no capítulo 6, numa sequência descritiva; no capítulo 7, numa sequência explicativa; e, no capítulo 8, numa sequência argumentativa.

No capítulo 6, relativo à sequência descritiva, incluímos ainda uma secção em que analisamos uma sequência que actualiza o género discursivo texto de instruções. Procedemos à aplicação do modelo descritivo que adoptámos a um género discursivo pouco estudado. Trata-se do desenvolvimento de uma investigação anteriormente iniciada – cf. Silva (2005); a comparação directa com sequências de tipo narrativo e descritivo permite-nos extrair, agora, conclusões mais sustentadas. Essa secção pretende, com base nas propriedades temporais e aspectuais atestadas, dar resposta à seguinte questão: os textos de instruções constituem exemplos de sequências narrativas ou de sequências descritivas? A análise evidencia, igualmente, as propriedades temporais e aspectuais mais relevantes dos textos que se integram no género discursivo texto de instruções, designadamente no sub-género "modo de emprego".

Sublinhe-se, também, que iniciamos todos os capítulos com reflexões que servem para enquadrar os principais temas abordados, e que, no final de cada um dos oito capítulos, apresentamos conclusões parcelares.

3. Justifica-se, ainda, reflectir sobre a selecção do *corpus* que vai ser objecto de análise, e explicitar os critérios que presidiram à sua escolha.

Em primeiro lugar, num estudo como o que pretendemos realizar, julgamos que é aconselhável evitar – numa primeira fase, pelo menos – a análise de sequências textuais heterogéneas. Os textos em que são atestadas sequências de diversos tipos envolvem fenómenos que é pertinente estudar (como, por exemplo, as marcas linguísticas que assinalam a passagem de uma sequência a outra), mas não numa investigação cujo objectivo central recai na expressão do tempo. Procurámos, por conseguinte, seleccionar sequências que se caracterizam, tanto quanto possível, por serem homogéneas.

Decorre deste critério a rejeição da análise de uma sequência de tipo dialogal. De facto, as sequências dialogais, enquanto sequências poligeradas, são frequentemente compostas por sequências de vários tipos, pelo que são susceptíveis de ser descritas com base nos protótipos sequenciais monogerados. Por outras palavras, um diálogo pode geralmente ser decomposto em sequências de tipo narrativo, de tipo descritivo, de tipo explicativo e de tipo argumentativo. Além disso, as sequências dialogais integram outros fenómenos de elevada complexidade (relacionados com os modos de abertura e de encerramento, e com a passagem da palavra a um e outro locutor, por exemplo) que, sendo relevantes no âmbito da análise conversacional, não o são numa investigação como a que vamos concretizar.

Optámos, também, por analisar um único texto de cada tipo de sequência. A escolha dos textos foi precedida da análise de um número significativo de sequências que actualizam cada um dos protótipos sequenciais monogerados. Assumimos, portanto, a responsabilidade de seleccionar, para cada tipo de

sequência, um texto representativo, que se insere claramente num dado tipo sequencial. Por outro lado, a sua extensão deve ser suficientemente longa de modo a permitir que se extraiam conclusões relevantes e, igualmente, representativas.

Para que os textos se caracterizem também pela homogeneidade, a nível do horizonte temporal em que emergiram e da contemporaneidade relativamente ao intervalo em que se realizou a investigação, escolhemos apenas sequências textuais escritas publicadas após o ano de 1990.

Por fim, quanto à questão dos géneros discursivos, para que os resultados obtidos sejam representativos dos protótipos sequenciais em questão, julgamos ser relevante analisar textos que se inserem em diferentes géneros. Desse modo, fica garantido que as propriedades atestadas ao longo da nossa investigação se revelam típicas, não de um dado género discursivo, mas de cada um dos diferentes tipos de sequências estudados. Assim, quer na fase preliminar de análise de um número significativo de textos, que precedeu a selecção das sequências, quer na fase de escolha das quatro sequências a analisar, assegurámos que os textos se caracterizam pela diversidade a nível do género discursivo em que se inserem. Deste modo, as sequências que nos propomos estudar enquadram-se em géneros tão diversos como o dicionário temático, o manual escolar ou a crónica jornalística.

1.ª PARTE

ELEMENTOS PARA UM TRATAMENTO INTEGRADO DA EXPRESSÃO DO TEMPO NO TEXTO

CAPÍTULO 1

O NÍVEL DE ANÁLISE TEXTUAL

1.1. REFLEXÕES PRELIMINARES

Nas décadas de sessenta e setenta do século passado, alguns linguistas – entre os quais se evidenciaram Weinrich, Halliday e van Dijk – começaram a sublinhar a pertinência de se proceder a uma análise de determinados factos linguísticos não apenas a nível da frase mas também a nível do texto. Até então, a dimensão textual constituíra objecto de análise de disciplinas afins, como a Estilística e a Retórica, mas fora esquecida ou subestimada pela Linguística.

Os dois argumentos clássicos utilizados em defesa de uma abordagem linguística do nível textual são os seguintes: por um lado, os locutores não comunicam usando enunciados isolados; fazem-no através de sequências de unidades linguísticas interligadas sintáctica e semanticamente. As línguas naturais manifestam-se sob a forma de textos, orais e escritos. Eleger como objecto de análise enunciados considerados isoladamente constitui um exercício de redução do modo específico de existência da linguagem verbal.

Por outro lado, a abordagem frásica revelou-se incapaz de descrever adequadamente, entre outros, fenómenos como a co-referência, a pronominalização, a relação tema-rema, a selecção e função dos artigos, as pressuposições e o funcionamento dos tempos verbais; só no quadro de uma análise textual eles podem ser convenientemente descritos e explicados.

A redefinição do objecto da Linguística é, portanto, uma consequência directa da insuficiência da análise frásica para dar conta daqueles factos linguísticos. Mas constitui, igualmente, a assunção de que há dimensões relevantes do significado que excedem as fronteiras da frase. Ao longo deste capítulo, tentaremos demonstrar como a Linguística Textual configurou uma inovadora perspectiva de análise que acabou por se concretizar mais no ponto de vista adoptado do que na extensão do objecto de estudo. De facto, tendo sido inicialmente definidas pela extensão do objecto de análise, as abordagens frásica e textual distinguem-se sobretudo pelo ponto de vista a partir do qual perspectivam os fenómenos linguísticos.

O reconhecimento de que os locutores são dotados de competência textual[1] constituiu um passo importante nesse sentido. Na verdade, tal como somos capazes de reconhecer um enunciado agramatical (capacidade que se inscreve na nossa competência linguística), também distinguimos uma unidade significativa global de um amontoado de enunciados desconexos. Esta constatação e, de um modo geral, as nossas práticas discursivas quotidianas são reveladoras da competência textual que se manifesta de diversas formas. Além de sermos capazes de interpretar como um todo significativo uma sequência de fragmentos discursivos, somos igualmente capazes de efectuar previsões acerca da estrutura e da dimensão de um texto, a partir dos seus enunciados iniciais (antes mesmo, portanto, de ele ter sido revelado na sua totalidade); reconhecemos também quando um texto está completo ou se foi interrompido a meio; temos, ainda, a capacidade de elaborar sínteses e paráfrases de textos; por vezes, lemos os textos "na diagonal" ou "saltando sequências" que nos parecem menos relevantes (quando, ao ler um romance, por exemplo, o interesse do alocutário se centra nos

[1] O conceito de competência textual, decisivo no âmbito da Linguística do Texto, deriva da noção de competência introduzida por Chomsky.

eventos que configuram o percurso principal da narrativa, é comum menosprezar as passagens descritivas); incluímos, numa mesma classe, textos que são empiricamente diferentes (dois sonetos ou duas notícias de jornal); e temos a capacidade de distinguir diferentes géneros discursivos (uma carta de amor e uma receita de culinária, uma conversa sobre futebol e um editorial, um poema e um discurso político, etc.).

O presente estudo tem como objectivo principal a descrição e análise dos fenómenos de coerência temporal, tal como se reflectem nos diferentes tipos de sequências textuais monogeradas. A coerência não resulta unicamente de factos de gramaticalidade. A boa construção gramatical é uma condição necessária mas não suficiente para a coerência textual, uma vez que esta depende igualmente, como veremos, de constrangimentos não lineares, relacionados, entre outros aspectos, com a intenção comunicativa, com a situação de comunicação, com mecanismos inferenciais e com os géneros discursivos.

Importa referir que as significações das unidades linguísticas também possuem, quando perspectivadas a nível textual, o carácter de instruções fornecidas pelo locutor para que o alocutário consiga compreender o texto. Trata-se de instruções metacomunicativas, uma vez que servem para orientar o processo de comunicação que se estabelece entre locutor e alocutário. Consequentemente, a leitura de um texto é concebida como a resolução de problemas, os quais, de forma gradual, vão sendo superados pela interpretação adequada das instruções que o próprio texto contém.

Kleiber (1997) e Adam (1999), entre outros teorizadores, assumiram que, numa das suas dimensões significativas, o signo linguístico reveste a forma de instrução numa dada situação comunicativa[2]. Na verdade, «a significação

[2] Weinrich, *apud* Adam (1990: 31), argumentou que «chaque texte contient certaines instructions adressés au lecteur qui lui permettent de s'orienter dans ce morceau de monde que propose le livre». Uma fundamentação teórica cuidada a favor da concepção instrucional das unidades linguísticas encontra-se em Kleiber (1994, 1997) e em Adam (1999). Ducrot (1984b) defendeu uma posição teórica semelhante. As suas

linguística não se esgota na especificação das condições de verdade; há valores de tipo instrucional que são decisivos no processamento da informação: apesar de não contribuírem para uma representação proposicional, codificam instruções para o processamento das representações proposicionais que articulam»[3]. O significado das unidades linguísticas não deve, portanto, ser concebido como exclusivamente referencial ou instrucional; ele é compatível com uma análise segundo modelos descritivos diferentes mas complementares.

Para além destas duas dimensões do significado das unidades linguísticas, é possível conceber uma terceira, de natureza ilocutória. Na verdade, se fundamentarmos a nossa reflexão nas meta-funções da linguagem verbal, segundo a concepção de Halliday (1970, 1985), é pertinente distinguir três domínios do significado em que as expressões verbais podem operar:

a) o significado referencial ou denotacional insere-se na função ideacional da linguagem – que assenta na ideia de que a linguagem verbal serve para a expressão de conteúdos;

b) o significado instrucional inclui-se no âmbito da função textual – segundo a qual a linguagem é usada para proceder a ligações quer entre elementos verbais, quer entre estes e a situação em que é usada;

c) o domínio ilocutório do significado inscreve-se na função interpessoal – a qual especifica que a linguagem serve para estabelecer e manter relações de natureza social.

---

investigações acerca do carácter instrucional das unidades linguísticas, todavia, têm privilegiado a orientação argumentativa do texto, ou seja, as estratégias utilizadas pelo locutor com o objectivo de condicionar o percurso interpretativo do alocutário.

[3] Lopes (1999: 440).

No seu princípio da exaustividade, Halliday (1985: 35) defende que «everything in the wording has some function at every rank. But not everything has a function in every dimension of the structure». Tomar em consideração as três dimensões do significado (que este autor preconiza) evidencia que o valor das unidades linguísticas, sendo o produto de um complexo efeito de operações atestadas em diferentes níveis, só pode ser globalmente apreendido e descrito no quadro de uma abordagem textual.

O modelo tripartido das dimensões do significado revela resultados interessantes quando aplicado a casos em que a descrição através do uso de uma única dimensão não é suficiente. Retomemos a sequência de enunciados celebrizada por Kamp e Rohrer (1983), em versão portuguesa:

(1) *A Maria cantou e o Pedro acompanhou-a ao piano.*[4]

Estes autores explicitaram a seguinte regra instrucional do *passé simple* (aplicável ao pretérito perfeito simples): um enunciado que refere um evento e que tem uma forma verbal flexionada no *passé simple* introduz, num intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação, um novo ponto de referência, que se segue cronologicamente ao último ponto de referência. Assim, dois enunciados consecutivos no *passé simple*, desde que denotem dois eventos, referem, por defeito, estados de coisas sequencialmente ordenados no eixo cronológico.

Ao pretenderem explicar a diferença entre o *passé simple* e o *imparfait* em termos textuais, Kamp e Rohrer (1983) apresentaram o enunciado transcrito como um caso que a regra do *passé simple* não recobre, na medida em que uma

[4] Tradução do enunciado *Marie chanta et Pierre l'accompagna au piano*, analisado em Kamp e Rohrer (1983). Apesar das diferenças entre os sistemas verbais do francês e do português, este exemplo adequa-se ao que pretendemos expor, porquanto, a regra instrucional do *passé simple* é aplicável ao pretérito perfeito simples.

sequência de duas formas verbais flexionadas neste tempo gramatical gera não uma interpretação de sucessividade cronológica mas de simultaneidade. Foi, portanto, apresentado como um caso problemático e não resolvido pela regra proposta.

Na verdade, se considerarmos apenas a dimensão instrucional do tempo verbal, a concomitância temporal não é explicável. Mas, trabalhando com a hipótese de haver interacção entre as dimensões referencial e instrucional do significado, é possível propor uma descrição adequada, sem invalidar a regra do *passé simple*. De facto, no plano textual, uma sequência de eventos referidos por enunciados no pretérito perfeito simples marca a sucessividade cronológica desses eventos. Todavia, neste caso a dimensão referencial do significado lexical de *acompanhou* ("seguir com música adequada o que se canta") inviabiliza essa interpretação. A simultaneidade temporal inerente à dimensão referencial do significado lexical de *acompanhou* sobrepõe-se e cancela a sucessividade temporal típica da dimensão instrucional do pretérito perfeito simples.

Trata-se, portanto, de um bom exemplo para comprovar a pertinência da aplicação do modelo de análise que nos propomos delimitar ao longo da primeira parte deste trabalho. Segundo este modelo, os diferentes níveis de estruturação e organização estão imbricados e interagem constantemente[5]. E tal facto apela a uma abordagem complementar de diferentes perspectivas de análise.

[5] Um modelo de análise que contempla várias dimensões do significado tem sido aplicado ao estudo de itens que, em língua portuguesa, se caracterizam pela sua multifuncionalidade (como *então*, *sempre, agora, logo, ainda, enquanto, já, bem, antes* e *depois*; cf. Lopes (1996, 1997a, 1998, 1999, 2000, 2001, 2003, 2004) e Lopes e Morais (1999)).

1.2. TEXTO/DISCURSO E ABORDAGENS TEXTUAIS

Dedicaremos esta secção à reflexão crítica acerca de algumas definições de texto propostas por autores da área da Linguística Textual, ou que se situam em áreas próximas e que se revelaram importantes para a Linguística Textual. Na secção 1.3., exploraremos detalhadamente os parâmetros de textualidade, com destaque para o conceito de coerência. Incorporaremos, no âmbito da exposição sobre a coerência, algumas reflexões importantes decorrentes de áreas que, como a Psicolinguística, estudam questões relacionadas com o processamento da informação discursiva. Explicitaremos, nessa secção, os principais conceitos e actividades cognitivas envolvidos na interpretação do discurso. A secção 1.4., por fim, será dedicada à complexa questão das classificações de textos.

Foram razões de natureza estritamente metodológica que determinaram esta abordagem, em secções diferentes, do conceito de texto e dos parâmetros de textualidade. É um procedimento artificial separar o tratamento dos produtos verbais e as características que lhes são inerentes. Todavia, segundo a metodologia que nos propomos seguir, faz sentido começar por reflectir sobre o conceito de texto e sobre os principais avanços teóricos decorrentes das propostas de autores como Weinrich, Benveniste, van Dijk, Beaugrande e Dressler, Maingueneau, Bronckart e Adam. Justifica-se, portanto, que, numa secção, sejam abordadas algumas das mais relevantes definições de texto e, na secção seguinte, os factores subjacentes à existência de um texto.

Vamos concentrar-nos, em primeiro lugar, na delimitação do conceito de texto e na exposição das ideias centrais de alguns dos mais importantes modelos teóricos propostos. O nosso objectivo não consiste em enquadrar a génese e o desenvolvimento da Linguística Textual (pelo que não abordaremos todos os teorizadores que deram contributos valiosos), mas em assinalar alguns dos marcos

decisivos no percurso que esta disciplina tem vindo a trilhar. Analisaremos de modo mais detalhado as teorizações de Bronckart e de Adam porque, embora diversas, são propostas que, de um ponto de vista teórico e metodológico, se apresentam como muito consistentes e completas: em conjunto, propiciam descrições adequadas e exaustivas de todos os factores que intervêm na comunicação verbal. Julgamos que, apesar de os autores indicados se inscreverem em áreas do conhecimento distintas (respectivamente, na Psicologia da Linguagem e na Linguística Textual) e de perseguirem objectivos distintos[6], seguindo metodologias igualmente diferentes, as suas abordagens são complementares. Ambos os modelos perspectivam globalmente o fenómeno da comunicação verbal, e são reveladores do modo complexo e imbricado como os diferentes factores que enquadram as interacções verbais interferem na organização textual. Debruçar-nos-emos, também, sobre outros autores, nomeadamente sobre aqueles cuja contribuição para a Linguística Textual se revelou determinante.

Por conseguinte, propomo-nos reflectir, neste capítulo, sobre diferentes abordagens textuais, de modo a pontuar os momentos mais relevantes na consolidação da Linguística Textual. Pretendemos assinalar, também, a diversidade de perspectivas que nela coexistem e a multiplicidade de disciplinas científicas que contribuem para o enriquecimento das suas reflexões.

Entre os precursores da Linguística Textual, conta-se Weinrich, que defendeu a necessidade de descrever as significações das unidades linguísticas a nível do texto, perspectivando-as na sua dimensão instrucional[7] (em complementaridade com a dimensão referencial). O texto é, segundo

[6] Bronckart interessa-se fundamentalmente por descrever os processos cognitivos que subjazem à produção textual. Adam visa, sobretudo, explicitar os diferentes modos de estruturação dos textos. Ambos os autores têm necessariamente em consideração outros elementos (que não apenas de natureza psicológica, no caso de Bronckart, ou estritamente textual, no caso de Adam) que condicionam a emergência do objecto texto.

[7] Sublinhe-se que só em Weinrich (1989) é usado o termo instrucional. Esta dimensão do significado, contudo, parece encontrar-se já implícita na sua obra *Tempus*, originalmente publicada em 1964 (consultámos a tradução espanhola; cf. Weinrich (1968)).

Weinrich (1989: 24), «l'énoncé linéaire qui est compris entre deux interruptions remarquables de la communication et qui va des organes de la parole ou de l'écriture de l'émmeteur aux organes de l'audition ou de la vue du récepteur».

Tal definição realça vários aspectos incontornáveis para a Linguística Textual: um texto constitui uma produção verbal que se apresenta em registo oral ou escrito. Além disso, possui uma extensão indeterminada: pode tratar-se de um único enunciado ou de uma dissertação de doutoramento. Esta citação revela a preocupação central do autor: alargar, da frase ao texto, o domínio da análise linguística. Por fim, sublinha que a mudança de locutor numa interacção verbal não comporta uma interrupção manifesta da comunicação, ou seja, não é indicadora do fim de um texto e do princípio de outro, pelo que as sequências de enunciados que constituem um diálogo são também concebidas como um texto. A sua definição, todavia, é vaga no que respeita à estrutura textual, pois nada adianta acerca da organização global dos textos.

Weinrich verificou, de modo consentâneo com os estudos de Benveniste, que as capacidades combinatórias dos tempos verbais em francês permitiam distribuí-los por dois grupos. A discrepância entre dois sistemas verbais complementares (que incluíam não só tempos verbais comuns mas também tempos verbais cujo significado aponta para as mesmas esferas temporais) motivou Weinrich a propor uma análise que não incidisse prioritariamente na sua significação temporal. Defendeu, então, a ideia segundo a qual a função de localizar estados de coisas no tempo extralinguístico é desempenhada prioritariamente pelos adverbiais temporais, e formulou a hipótese de os tempos verbais possuírem uma dimensão instrucional, destinada a induzir determinados comportamentos no alocutário com a finalidade de ajudá-lo a interpretar o texto. A validade desta hipótese foi comprovada com o desenvolvimento de estudos

nesta área, os quais desembocaram no surgimento de gramáticas textuais, de que a *Grammaire textuelle du français*[8], do próprio Weinrich, é exemplo paradigmático.

Na verdade, foi Benveniste quem primeiro verificou que os tempos verbais do francês se distribuem, segundo um critério combinatório, por dois sistemas distintos mas complementares. Propôs, então, a hipótese de que os dois grupos manifestam níveis de enunciação diversos. Resumidamente, a enunciação histórica, reservada à escrita, caracteriza-se pela narração de eventos passados (o *passé simple* é o tempo verbal típico deste nível de enunciação) e pela eliminação de todas as unidades linguísticas autobiográficas. Pelo contrário, a enunciação discursiva privilegia o *passé composé* (mas inclui também o *présent* e o *futur*, rejeitando o uso do *passé simple*) e as formas (verbais e pronominais) de 1.ª e 2.ª pessoa do singular, bem como adverbiais espaciais e temporais deícticos (*aqui* e *agora*, por exemplo)[9].

Sublinhe-se que, em português, esta distinção apenas se aplica nas vertentes pessoal e adverbial, uma vez que não se atesta uma oposição como a que existe em francês entre *passé simple* e *passé composé*. Aliás, a fraca aplicabilidade desta teoria a outras línguas que não a francesa deveu-se precisamente à ênfase concedida à oposição entre aqueles dois tempos verbais, facto que comprometeu a sua validação universal. Não se pense que, por essa razão, o contributo de Benveniste para a emergência de um novo paradigma nas ciências da linguagem (a linguística da fala por contraste com a linguística da língua) deve ser menosprezado. Ter trazido para o centro das atenções da investigação linguística o locutor concreto (rejeitando, portanto, o ente idealizado concebido quer por Saussure, quer por Chomsky) constitui um mérito que não é, seguramente, menor.

---

[8] Referimo-nos à tradução francesa de *Textgrammatik der französischen sprache*; cf. Weinrich (1989).

[9] Explicitaremos, de modo mais extenso, a teoria dos níveis de enunciação quando abordarmos, na secção 1.4., as classificações textuais.

É que existe uma relação óbvia entre o surgimento de descrições linguísticas centradas no indivíduo inserido numa dada situação, localizado através de coordenadas de natureza espácio-temporal e sociocultural, e as propostas de alargamento do nível de análise da frase ao texto. Quer o locutor idealizado − desenraizado de um tempo e de um lugar, destituído de quaisquer características psico-socioculturais −, quer a frase isolada − desprovida de co-texto e de contexto −, revelaram-se conceitos artificiais e insuficientes para descrever adequadamente os inúmeros e complexos factores envolvidos na comunicação verbal. Num certo sentido, a Sociolinguística, a Análise do Discurso, a Pragmática e a Linguística Textual tiveram origem nas incapacidades explicativas de abordagens anteriores.

Para uma articulação entre a Linguística Textual, a Pragmática e a Psicologia Cognitiva, van Dijk deu um contributo decisivo. A sua importância na emergência da análise semântica a nível do texto advém particularmente dos seus estudos e da sua teorização acerca das diferentes categorias subjacentes à estruturação textual.

Este autor contemplou nas suas reflexões dois tipos de estruturas textuais: as macroestruturas e as superestruturas. Por se revelarem particularmente relevantes quer na sua teorização, quer em desenvolvimentos ulteriores da Linguística Textual, procederemos, de seguida, à explicitação destes conceitos.

As macroestruturas constituem, segundo van Dijk, representações abstractas da organização semântica global dos textos, equivalentes, no nível textual, às estruturas profundas da frase (segundo as primeiras propostas da gramática generativa), e inerentes ao processamento complexo dos conteúdos informativos[10].

[10] «Macrostructures are higher-level semantic or conceptual structures that organize the 'local' microstructures of discourse, interaction, and their cognitive processing», van Dijk (1980: v). Na obra *Text and context*, van Dijk definiu as macroestruturas nos seguintes termos: «a macrostructure of a sequence of sentences is a semantic representation of some kind, viz a proposition entailed by the sequence of propositions underlying the discourse (or part of it)», van Dijk (1977: 137).

Estão directamente relacionadas com o conceito de tópico (frásico e discursivo)[11] e têm como função organizar e reduzir a informação através de (macro-)regras semânticas[12] que estabelecem a relação entre o nível local e o nível global, gerando macroestruturas (inscritas em sequências de frases) a partir de microestruturas (detectáveis no nível da palavra, do sintagma, da oração e das conexões entre as frases). Estas regras incidem sobre os conteúdos e consistem, fundamentalmente, na sua supressão parcial (ou seja, na omissão de informações não necessárias para a compreensão global do texto) e na sua generalização (isto é, na sucessiva integração no nível global de conteúdos do nível local). Deste modo, o sumário de um texto reproduz geralmente a macroestrutura que lhe subjaz.

No modelo de van Dijk, prevê-se a existência de diferentes níveis macroestruturais, dependentes da extensão de um texto e da quantidade de informação nele contida. Cada nível macroestrutural consiste numa sequência de proposições linearmente ordenadas e dotadas de coerência. Os diferentes níveis sobrepõem-se de forma piramidal, verificando-se uma progressiva redução da informação: quanto mais elevado for o nível macroestrutural, mais ele se caracteriza por supressões e generalizações dos conteúdos semânticos. Entre as marcas linguísticas presentes na superfície textual que propiciam a formação de macroproposições[13] contam-se os títulos, as palavras e os sintagmas em posição

[11] Os conceitos de tópico de frase e tópico discursivo (ou tópico de conversação) são definidos em termos semânticos a partir da noção, um pouco vaga, de *aboutness*: trata-se daquilo acerca de que se comunica verbalmente. O tópico discursivo é mais abrangente do que o tópico de frase, sendo este mais facilmente reconhecível devido à sua posição: tipicamente, localiza-se em início de frase.

[12] Há evidentes analogias entre estas regras e as que servem de mediação entre a estrutura profunda e a estrutura de superfície da frase, na concepção inicial de Chomsky; tais semelhanças conceptuais denunciam a filiação generativa das primeiras reflexões de van Dijk.

[13] Na teorização de van Dijk, o conceito de macroproposição é concebido como um conteúdo que subsume um segmento textual de dimensão indeterminada. Ao longo deste trabalho, utilizaremos o conceito de macroproposição tal como foi proposto por Adam (1992), isto é, na acepção de fase inerente a um dado protótipo sequencial. Por exemplo, a estrutura macroproposicional do protótipo sequencial narrativo é

temática, e os primeiros enunciados de uma interacção verbal (na oralidade), de um capítulo ou de um parágrafo (em textos escritos).

Fica a dever-se, sobretudo, às macroestruturas o facto de os textos serem, na fonte, planeados como uma unidade significativa e, na recepção, interpretados como um todo coerente. Elas desempenham uma função vital no processamento da informação, viabilizando alguns dos procedimentos que atestam a competência textual dos locutores (por exemplo, as já referidas capacidades de resumir ou de reconhecer um texto incompleto).

A componente cognitiva, aliás, é fundamental nesta teorização, devido ao lugar central que o tratamento de informação nela ocupa[14]. Na recepção, os conteúdos novos são integrados em informação já conhecida; e o tópico da frase desempenha uma função cognitiva relevante, uma vez que selecciona a unidade de informação que o alocutário deve activar para acrescentar algo novo acerca dela (o comentário). O tipo de conteúdos que são armazenados na memória e o modo como eles são aí organizados dependem de tarefas cognitivas como reconhecer, recordar, inferir e resolver problemas de interpretação. Durante o processamento dos conteúdos informativos, estas operações servem o propósito de formular hipóteses na tentativa de (re)construir a macroestrutura subjacente à sequência em questão. Estudos realizados no âmbito da Psicologia da Linguagem comprovaram que a informação memorizada pelos locutores corresponde basicamente àquela que se enquadra no conceito de macroestrutura, o que comprova que esta noção é cognitivamente motivada.

---

composta pelas seguintes macroproposições: a situação inicial, a complicação, as reacções, a resolução e a situação final.

[14] Na secção 1.3. deste capítulo, ao abordarmos a questão da compreensão textual, explicitaremos os principais processos cognitivos subjacentes ao tratamento da informação discursiva.

Van Dijk (1977: 11) sublinhou igualmente que «the semantic of sentences and that of sequences and discourses cannot be dissociated from each other», pelo que se justifica integrar, numa análise do significado global do texto, os níveis frásico, textual e pragmático. Na verdade, as macroestruturas do nível semântico têm correspondência, a nível pragmático, nos macro-actos de fala. Se a macroestrutura representa o significado global abstraído a partir de uma sequência de enunciados, também uma sequência de actos de fala configura um macro-acto de fala[15].

As macroestruturas dependem ainda do género discursivo em causa. O conceito de superestrutura – definido por van Dijk (1980: 127) como «conventionalized schemata, which provide the global 'form' for the macrostructural 'content' of a text» – releva da existência de esquemas formais, fixos e convencionais, que servem de molde para veicular os conteúdos inseridos nas macroproposições. As superestruturas consistem, então, em esquematizações de categorias funcionais e respectivas regras de ordenação, através das quais se organiza hierarquicamente o conteúdo global do discurso. São motivadas por razões de ordem pragmática, porquanto desempenham um papel central no processamento da informação textual. À natureza semântica das macroestruturas opõe-se, portanto, o carácter esquemático e linear das superestruturas. São elas que organizam formalmente a macroestrutura de um texto, à maneira de uma sintaxe textual. Daí que, para este autor, as macroestruturas configurem o objecto da gramática textual, enquanto as superestruturas, não sendo especificamente linguísticas, inserem-se preferencialmente numa teoria geral das práticas semióticas.

[15] «Such a speech act performed by a sequence of speech acts will be called a global speech-act or macro-speech act», van Dijk (1977: 238).

Os exemplos mais comuns de superestruturas linguísticas são também os mais estudados, quer pela tradição retórica, quer pela teoria literária: a argumentação, a narração e a descrição. Cada uma destas superestruturas caracteriza-se por uma organização hierárquica das categorias de que são típica e convencionalmente compostas. Assim, a argumentação envolve categorias funcionais como as premissas, as inferências e a conclusão; a narração inclui, entre outras, as categorias de complicação, resolução e avaliação.

Uma vez que os géneros discursivos estão frequentemente associados a actos de fala específicos (recorde-se, como exemplos, o anúncio publicitário, a notícia de jornal ou o sermão religioso), o conceito de superestrutura projecta a análise do texto para o âmbito mais vasto da Pragmática, pelo que uma investigação adequada dos textos deverá ter em conta a descrição das relações sistemáticas que existem entre as macroestruturas semânticas e as macroestruturas pragmáticas.

Centrando o seu objectivo na descrição de estruturas não directamente observáveis, van Dijk concebeu o texto não como uma entidade concreta mas com carácter abstracto. Em contraste com esta concepção, Maingueneau, autor que privilegia os factores socioculturais que condicionam a produção discursiva, definiu o texto como «une suite linguistique autonome, orale ou écrite, produite par un ou plusieurs énonciateurs dans une situation de communication déterminée»[16]. Sublinhou, portanto, que o texto é dotado de coerência e que pode apresentar-se num registo escrito ou oral. O seu posicionamento teórico e metodológico revela-se na inclusão quer dos actores da interacção verbal (um texto é produzido por um ou vários locutores), quer da própria situação de enunciação (a que correspondem coordenadas espaciais, temporais e sociais sempre únicas). A definição apresentada evidencia, portanto, preocupações de natureza sociocultural, e tal constatação é consentânea com o facto de

[16] Maingueneau (1996: 81).

Maingueneau se situar na área de investigação designada por Análise do Discurso. Esta disciplina linguística visa, genericamente, descrever a relação que se estabelece entre as interacções verbais e os lugares sociais em que elas emergem. A descrição das estruturas e dos modos de organização próprios dos diferentes tipos de textos (objecto privilegiado pela Linguística Textual) é subsidiária daquela finalidade[17].

Mas o interesse pelas produções verbais de dimensão superior à da frase extravasou o âmbito da Linguística Textual, da Pragmática, da Sociolinguística e da Análise do Discurso. Bronckart é um psicólogo da linguagem que se insere no quadro teórico do interaccionismo social, pelo que privilegia a análise das relações entre um organismo e o meio que o rodeia. Propôs um modelo descritivo das operações linguísticas subjacentes ao discurso, que contempla os parâmetros do contexto e do conteúdo referencial, bem como a organização das unidades linguísticas, numa abordagem de tipo psico-sociológico. Reflectiremos, a seguir, sobre este modelo, na medida em que nele estão previstos, num plano global e abrangente, todos os factores que determinam o surgimento de qualquer texto.

[17] Essa é, pelo menos, uma tendência na Análise do Discurso, nomeadamente no âmbito da escola francesa. Na verdade, esta disciplina não apresenta a homogeneidade epistemológica que as nossas considerações teóricas brevemente resumem, caracterizando-se, antes, pela diversidade de abordagens. O objecto da Análise do Discurso é definido por Maingueneau em termos muito genéricos, assinalando precisamente a dificuldade em delimitar a especificidade do seu ponto de vista: trata-se de uma disciplina que pretende descrever o modo como o contexto perpassa no texto e vice-versa. Mais do que uma área de investigação com um objecto claramente circunscrito, a Análise do Discurso tem-se constituído como o lugar de encontro de várias disciplinas ligadas através do seu interesse pela linguagem e que a estudam na sua relação com questões sociais, históricas, psicológicas, etc. A título de exemplo, o número 117 da revista *Langages* (publicado em 1995), cujo tema é *Les analyses du discours en France*, ilustra alguns dos diferentes percursos seguidos por autores que se inserem nesta área de investigação, frequentemente guiados por metodologias, objectivos e pressupostos teóricos muito diversificados. Cf. igualmente Charaudeau (1995, 1998) e Roulet (1999). Sublinhe-se, ainda, que, no mundo anglo-saxónico, são desenvolvidas outras linhas de investigação.

Deste modo, uma incursão sobre a teoria de Bronckart permitir-nos-á compreender melhor a emergência dos textos.

Este autor perspectiva a actividade linguística como uma forma específica de comportamento humano que se articula com todos os outros tipos de actividade. A relevância da linguagem verbal advém das suas potencialidades de representação e de comunicação. Tais potencialidades fazem com que, na sua concepção, seja a produção verbal a configurar o quadro geral que organiza e controla as acções dos seres humanos. A actividade linguística desenrola-se em zonas de cooperação social, determinadas pelos interlocutores, pelos objectivos que os movem e pelo lugar social em que decorre. O produto das acções linguísticas, definíveis em termos psicológicos, é o texto.

A acção linguística é uma intervenção, dotada de intencionalidade e atribuída a um agente, que se concretiza na entidade textual. Concomitantemente, Bronckart (1993: 5) definiu o texto como «le matériau linguistique au travers duquel se réalise l'action langagière». Trata-se de um objecto fisicamente manifestado e composto por um conjunto organizado de unidades linguísticas. Este material possui as características gramaticais inerentes à língua usada (configuração sonora própria, organização em paradigmas lexicais e em estruturas sintácticas específicas) e reflecte necessariamente o enquadramento social no âmbito do qual emerge.

A definição proposta evidencia o lugar central que este autor concede à noção psicológica de acção linguística. Na verdade, a apresentação de um modelo explicativo global apropriado e a descrição dos processos cognitivos envolvidos na comunicação verbal, constituem as principais finalidades da sua investigação e teorização[18].

[18] Bronckart propôs-se concretizar a seguinte metodologia de trabalho: verificar a interdependência entre as acções linguísticas e o mundo social, e analisar a estrutura interna dos textos para descrever o funcionamento das operações mentais e comportamentais implicadas quer na produção, quer na compreensão dos textos; cf. Bronckart (1996).

Numa outra ocasião, Bronckart (1996: 78) definiu o texto como «toute unité de production verbale située, finie et auto-suffisante (du point de vue actionnel ou communicationnel)». Sublinhou, assim, não só que a coerência é o factor essencial da textualidade (o texto como entidade semântica e pragmaticamente auto--suficiente), mas também que as interacções verbais estão enraizadas em situações singulares (o texto como produção verbal situada).

Segundo esta concepção, o surgimento do texto, resultado da actividade linguística, é mediado pelas operações linguísticas, acções de natureza psicológica que procedem ao tratamento cognitivo dos parâmetros extralinguísticos (consequentemente, à sua inscrição no texto), por forma a articular o texto com o contexto em que surge[19].

As operações linguísticas organizam-se em três níveis:

a) operações de contextualização;

b) operações de estruturação;

c) operações de textualização.

As operações de contextualização visam a adequada inserção do produto da actividade linguística no espaço, bem como a organização das estruturas proposicionais pré-textuais (relações, noções e esquematizações de conteúdos instanciadas num momento anterior à produção verbal). O espaço a que Bronckart se refere é concebido de forma tripartida. O espaço referencial designa, de modo abrangente, os conteúdos do pensamento e os esquemas psicológicos pré--construídos. O espaço do acto de produção integra os parâmetros físicos que enquadram a interacção verbal: produtor (que pode utilizar os modos de produção

[19] As investigações de Bronckart têm como objectivo elaborar «une grammaire formulée en termes d'opérations psychologiques, dans une optique interactioniste exigeant la prise en compte des paramètres sociaux. […] Qu'elles soient langagières-universelles ou sémantiques-particulières, les opérations que nous allons décrire sous-tendent des conduites et elles constituent donc un des objets de la psychologie», Bronckart *et alii* (1985: 37).

oral ou escrito), co-produtor (único, múltiplo ou ausente), espaço e tempo. Por fim, o espaço da interacção social aponta para factores de ordem psico--sociocultural, como o lugar social (a instituição no seio da qual emerge a interacção verbal), a finalidade da produção verbal e a relação entre locutor e alocutário (nos campos cognitivo e social).

A contextualização consiste, assim, na fixação das variáveis relativas ao referente, ao acto de produção e à interacção social. As acções linguísticas solicitam representações do contexto, para activar mecanismos de decisão discursiva e proceder à adequada estruturação dos discursos.

Num segundo nível, as operações linguísticas de estruturação articulam os procedimentos de representação do contexto (as operações de contextualização) com a organização textual (as operações de textualização), fixando certos limites discursivos: os tipos de ancoragem (enunciativa e temporal) e de planificação.

Os diferentes modos de ancoragem enunciativa permitem estabelecer a distinção entre quatro tipos discursivos fundamentais (discurso em situação, discurso teórico, discurso conversacional e narração[20]). O locutor selecciona, de acordo com as indicações obtidas pelas operações de contextualização, o modo enunciativo em que deve materializar a acção linguística. Quanto ao nível de ancoragem temporal, na medida em que projecta a ancoragem enunciativa no eixo

[20] Bronckart *et alii* (1985) basearam a sua classificação textual no tipo de ancoragem que o texto estabelece com a situação de enunciação, segundo o modo de relação do locutor quer com o acto de produção (autónomo ou implicado), quer com o referente (conjunção ou disjunção). A intersecção destes dois critérios origina quatro tipos discursivos. No discurso em situação e no discurso teórico, há uma relação de conjunção entre o locutor e o referente, mas enquanto no primeiro ele se implica a si mesmo no texto produzido, no segundo, o locutor distancia-se do acto de produção verbal. Também o discurso conversacional e a narração se assemelham quanto à relação do locutor com o referente (de disjunção em ambos os casos), mas distinguem-se no modo como o locutor se relaciona com a produção verbal: implicado no discurso conversacional e autónomo na narração. Uma exposição mais completa desta concepção encontra-se na secção 1.4., em que reflectimos sobre classificações textuais.

temporal, ele é responsável pela organização da temporalidade discursiva, que pode ser de tipo deíctico ou anafórico. No âmbito da planificação, por fim, procede-se à ordenação das partes de que se compõe o texto. Estas partes são concebidas como segmentos textuais que desempenham determinadas funções. Bronckart distinguiu, com base no conceito bakhtiniano de dialogismo, dois tipos de planificação: uma planificação predominantemente monogerada, e outra tendencialmente poligerada. A planificação monogerada[21] adequa-se aos textos que, quanto à sua ancoragem, são autónomos (discurso teórico e narração), enquanto a planificação poligerada se verifica com especial incidência no discurso em situação[22].

No nível da textualização, o locutor procede à organização linear das unidades linguísticas. Segundo a proposta de Bronckart, a textualização inclui três tipos de procedimentos: de conexão, de coesão e de modalização.

Com as operações de conexão, o locutor procura produzir um texto estruturado, manifestando, na superfície textual, o relacionamento e a hierarquização das proposições, através de morfemas que marcam as ligações intra e inter-frásicas[23]. A coesão engloba os procedimentos que têm como finalidade

[21] Neste tipo de planificação, verifica-se «la constitution d'un "modèle du futur" visant un but par une succession de phases créant une tension puis la réduisant», Bronckart *et alii* (1985: 52). No caso específico da narração, Bronckart indicou sete fases (ou realidades psicológicas da planificação narrativa) cuja combinação dá origem a planos narrativos. Essas fases, semelhantes às que foram propostas por Labov (1972), são as seguintes: resumo, exposição, complicação, resolução, resultado, avaliação e coda. Cf., na secção 5.2. do capítulo 5, as teorizações de Labov (1972) e de Adam (1992) sobre as macroproposições que constituem a narrativa.

[22] A planificação poligerada constitui, segundo Bronckart *et alii* (1985: 52), «une planification co-gérée».

[23] Veremos, na secção 1.3., que Duarte (2003a) argumentou que os mecanismos de conexão constituem uma parte dos mecanismos de coesão, na medida em que correspondem a um tipo específico de coesão: a coesão interfrásica. Segundo a autora, «a coesão interfrásica é assegurada por processos de sequencialização que exprimem vários tipos de interdependência semântica das frases que ocorrem na superfície textual», Duarte (2003a: 91).

assegurar «la continuité dans le changement»[24], ou seja, a distribuição adequada da informação conhecida e da informação nova, o equilíbrio entre a continuidade temática e a progressão rematica. No âmbito das operações de modalização, o locutor selecciona a atitude que pretende manifestar relativamente aos conteúdos discursivamente explicitados.

No final desta reflexão acerca do modelo de Bronckart, deverá ser sublinhado que as distinções apresentadas entre os diferentes níveis de operações linguísticas (de contextualização, de estruturação e de textualização) são de ordem predominantemente metodológica e devemos ter sempre presente que os fenómenos que lhes subjazem sobrepõem-se e condicionam-se mutuamente.

Este modelo contempla factores internos e externos, e constitui uma teorização que aspira a descrever exaustivamente os parâmetros que condicionam a produção discursiva. A importância das suas reflexões decorre do facto de elas perspectivarem e relacionarem os conjuntos de factores envolvidos na produção verbal. Uma tal abordagem tem por finalidade articular as capacidades psicológicas universais com a diversidade e heterogeneidade das produções verbais, concedendo um lugar central às diferentes operações linguísticas envolvidas.

Também as reflexões de Adam têm como objectivo dar conta da heterogeneidade que caracteriza as produções verbais, embora numa perspectiva distinta – a sua teorização integra-se no âmbito da Linguística Textual[25]. Segundo

[24] Bronckart *et alii* (1985: 55).

[25] A teorização de Adam é tributária das reflexões de Bakhtine acerca da produção verbal, pelo que é pertinente recordar alguns dos principais pontos da obra que o pensador russo nos legou. Em contraste com as ideias de Saussure, Bakhtine perspectivou o discurso nas suas dimensões social, histórica e cultural. Centrou a sua atenção em unidades linguísticas de dimensão superior à da frase, em cuja análise se salienta a relevância do horizonte social em que as interacções verbais se inserem. À luz do conceito de dialogismo, qualquer enunciado institui-se sempre como resposta (num sentido lato) a enunciados anteriores: refuta-os, confirma-os, completa-os, questiona-os, etc. Logo, qualquer texto é inseparável de uma memória intertextual, na medida em que dialoga com outros textos. Valoriza-se, deste modo, o papel que outras entidades (em

o autor, «un texte est d'une part, une suite linéaire de parties […] formant une structure compositionnelle donée, mais un texte est, d'autre part, un tout de sens sémantique ou pragmatique, une unité configurationnelle»[26]. Ou seja, o texto é uma unidade de significado constituída por um conjunto de sequências linguísticas, e produzida tendo em vista atingir uma dada finalidade, explícita ou não.

Manifestado num registo escrito ou oral, cada texto é susceptível de ser formado por uma ou mais sequências, completas ou elípticas, de um mesmo tipo ou de tipos diferentes. Segundo Adam (1999: 62), as sequências são «structures périodiques complexes et surtout prédéfinies de regroupement de propositions». Distinguem-se em função da natureza das macroproposições que integram e do modo como elas se articulam numa estrutura autónoma.

Num modelo estrutural composicional como o que Adam propõe, há, portanto, duas questões centrais a que se deve dar resposta: quais são os diferentes tipos de sequências que usamos para formar textos? Que ligações são possíveis entre as unidades textuais? A resposta à primeira questão deverá ser dada pela elaboração de classificações de tipos de sequências[27]. A resposta à segunda

---

especial, outros locutores) desempenham na produção discursiva. Na verdade, um enunciado nunca é uma combinação absolutamente livre de unidades linguísticas. Reflecte sempre, a nível do conteúdo e da sua organização formal, a situação de enunciação que condicionou o seu surgimento, e é regulado por géneros do discurso, uma vez que «chaque sphère d'utilisation de la langue élabore ses *types relativement stables* d'énoncés, et ce que nous appelons les *genres du discours*» (Bakhtine 1984a: 265). Cada novo texto é elaborado com base nesses modelos previamente existentes e disponíveis na memória individual e colectiva da comunidade. Assim, os géneros instituem-se como reguladores das práticas discursivas humanas. As ideias de Bakhtine situam-se, portanto, no âmbito de uma reflexão alargada à organização e estruturação das grandes massas verbais, na qual os conceitos de dialogismo e de género discursivo são centrais.

[26] Adam (1999: 68).

[27] Explicitaremos as classes contempladas na sua proposta de classificação na secção 1.4. deste capítulo. As propriedades específicas de cada um dos protótipos sequenciais monogerados que ela contempla (narrativo, descritivo, explicativo e argumentativo) serão expostas em cada um dos capítulos que compõem a segunda parte deste trabalho.

consiste na apresentação de modelos de estruturação textual. As duas reflexões são complementares.

Nesta concepção, as sequências de um dado texto não são todas necessariamente do mesmo tipo. Na verdade, os textos geralmente caracterizam-se pela heterogeneidade sequencial, ou seja, pelo facto de integrarem sequências linguísticas de classes diversas. Por exemplo, num texto narrativo, é comum encontrarmos, além de sequências que procedem à narração de acontecimentos, descrições e diálogos. Será, portanto, redutor classificar como narrativo um texto que integra sequências de vários tipos. Tendo verificado, na linha de Bakhtine, que a heterogeneidade é uma propriedade inerente à maioria dos textos, Adam rejeitou a ideia de classificações de textos em favor de uma classificação de sequências textuais, as quais permitem uma descrição mais adequada dos textos enquanto estruturas heterogéneas. Adoptou, com base nas reflexões dos formalistas russos, o conceito de dominante textual[28], e defendeu que um texto como aquele a que atrás nos referimos deverá ser considerado predominantemente narrativo (já que a maioria das sequências que o constituem são de tipo narrativo) e não exclusivamente narrativo.

No caso de discursos que incluem sequências de natureza diversa (heterogeneidade textual que se verifica, segundo Adam, na maior parte das práticas discursivas humanas), o autor prevê a existência de dois modos distintos de integração dessas sequências:

a) a relação de inserção (na qual uma dada sequência é introduzida entre duas sequências de outro tipo);

b) a relação de dominância (em que são atestadas sequências de natureza diversa, uma delas predominando relativamente a outras)[29].

[28] O conceito de dominante foi utilizado por Jakobson (1963) na sua teoria das funções da linguagem. Segundo o pensamento deste autor, um texto caracteriza-se pelo predomínio, e não pela presença exclusiva, de uma dada função.

[29] Voltaremos a abordar este tema na secção 1.4. do presente capítulo, quando explicitarmos a teorização de Adam acerca dos tipos de sequências.

No âmbito deste modelo, é também relevante analisar e descrever os tipos de ligações entre as unidades nos diferentes níveis hierárquicos, uma vez que elas se integram numa totalidade orientada em função de um dado tema e de um objectivo específico. Começamos por explicitar, através do esquema seguinte, a hierarquização entre os diferentes níveis de organização textual no modelo de Adam.

[# T # [Sequência(s) [macroproposições [microproposições]]]][30]

Entre o nível elementar da proposição e o do texto globalmente considerado, há dois níveis intermédios de organização: as macroproposições e as sequências[31]. Os diversos protótipos sequenciais previstos na teorização de Adam (1992) são compostos por diferentes macroproposições, isto é, por diferentes fases. O protótipo sequencial narrativo integra macroproposições como a situação inicial, a complicação e a resolução; o protótipo sequencial argumentativo inclui macroproposições correspondentes aos dados e à conclusão; etc.[32]

[30] Esquema proposto por Adam (1990: 85); a tradução é nossa.

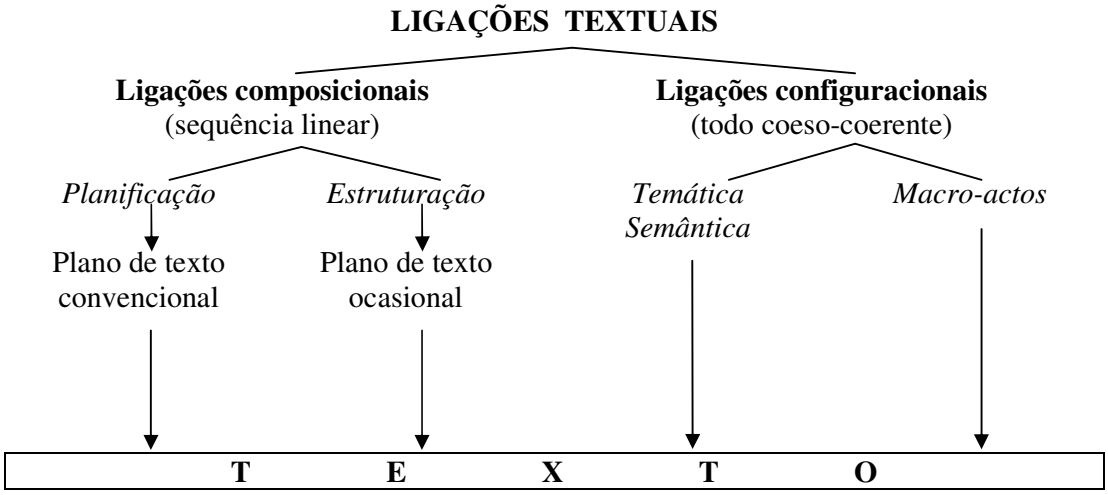
[31] Além das sequências, Charolles (1988) apontara já três outros planos de organização discursiva: os períodos, as cadeias (séries de expressões co-referenciais) e os domínios semânticos (em que se incluem os fenómenos de polifonia). Adam (1990) acrescentou dois planos: a segmentação textual (pontuação, divisão em parágrafos) e a dimensão pragmático-configuracional (a orientação dos segmentos discursivos para um todo de significado). Todos estes planos coexistem num mesmo texto.

[32] Ao longo de cada um dos capítulos da segunda parte, em que nos propomos analisar textos que actualizam os quatro protótipos sequenciais monogerados, dedicaremos uma secção à explicitação das respectivas estruturas macroproposicionais.

As proposições, enquanto unidades de base, podem ser ligadas através de cinco mecanismos distintos: conexões, implicitações, sequências de actos de fala, e ainda ligações quer de significado, quer de significante[33].

Um texto é, então, concebido como uma estrutura composicional complexa dotada de organização hierárquica e orientada para um todo significativo.

O diagrama seguinte[34] pretende explicitar justamente esta dupla dimensão do texto: a articulação dos diferentes segmentos discursivos em função de um todo significativo.



As ligações composicionais dizem respeito à concatenação das unidades das unidades linguísticas e estabelecem-se através de dois movimentos: um

[33] Cf. Adam (1999: 54-61). As conexões incluem os conectores e os organizadores discursivos; as ligações de significado integram fenómenos de continuidade referencial (anáfora, co-referência), isotopias e referências a universos discursivos; as ligações de significante incluem retomas lexicais, morfo-sintácticas, silábicas e fonémicas.

[34] O esquema foi extraído de Adam (1999: 68); a tradução é nossa.

descendente – a planificação, que se consubstancia na composição textual global e depende de modelos textuais previamente estabelecidos; e um ascendente – a estruturação, que se apoia nas unidades linguísticas menores, na segmentação, nos períodos e nas sequências.

Da permanente tensão entre o plano de texto convencional (para o qual a ideia de género discursivo é central) e o plano de texto ocasional (determinado pela competência linguística do locutor, pela sua maior ou menor adesão a um dado género discursivo e por outros condicionalismos inerentes às coordenadas da enunciação) nasce um novo texto, objecto verbal sempre único porque enraizado numa situação de enunciação igualmente singular.

As ligações configuracionais remetem para a compreensão global do texto como unidade de significado. Subjacente a qualquer texto, existem macroestruturas semânticas (ou macroproposições), assim como macro-actos de discurso. A sua explicitação consiste, respectivamente, na resposta às perguntas "de que trata o texto?" e "que objectivo pretende o seu autor atingir?".

A terminar a reflexão sobre algumas das ideias mais relevantes deste autor, refira-se, ainda, que Adam (1990: 23) distinguiu os conceitos de texto e discurso com base no princípio de que o primeiro designa «un objet abstrait résultant de la soustraction du contexte opérée sur l'objet concret (discours)», enquanto o segundo remete para o objecto enquadrado numa determinada situação. Entre as circunstâncias extralinguísticas que condicionam a sua emergência, contam-se o locutor e o alocutário, os seus papéis sociais, bem como as respectivas características psicológicas e socioculturais, e ainda o tempo e o espaço em que se dá a produção verbal, o tema abordado, etc. Adam diferenciou, num primeiro momento, estes conceitos segundo uma esquematização em forma de operações aritméticas[35].

[35] O esquema foi extraído de Adam (1990: 23); a tradução é nossa.

Discurso = Texto + Condições de produção

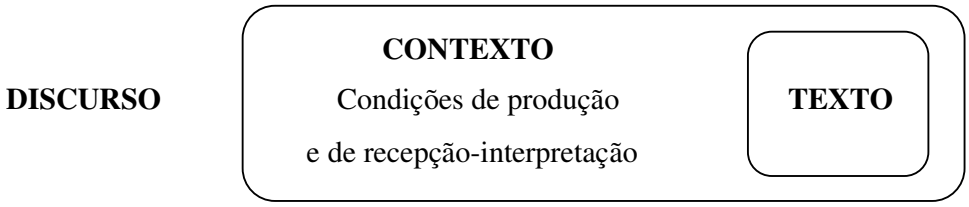
Texto = Discurso − Condições de produção

O conceito de discurso é, portanto, mais abrangente e enquadra o objecto textual numa determinada situação comunicativa. Esta separação entre o que é textual e o que é discursivo, sublinhou Adam, é meramente metodológica[36], pois, na verdade, constituem domínios de análise de disciplinas complementares: enquanto a Linguística Textual concentra a sua atenção no objecto textual, a Análise do Discurso preocupa-se predominantemente com as circunstâncias que condicionaram o surgimento do texto.

Todavia, a distinção entre os conceitos de texto e discurso parece apontar para a independência entre o produto e as circunstâncias que determinaram o seu surgimento, posição que contradiz a ideia de que a situação de enunciação se reflecte inevitavelmente na estrutura textual, sendo, por isso, difícil de sustentar. Apesar de se tratar de um artifício metodológico que serve o propósito de distinguir o objecto da Linguística Textual (o texto) daquele que a Análise do Discurso privilegia (o enquadramento sociocultural que condicionou uma dada produção verbal), esta dicotomia parece-nos inadequada, porquanto o próprio texto reflecte necessariamente os factores externos que rodearam e condicionaram a produção verbal. Por esta razão, ao longo da investigação utilizaremos, indiscriminadamente, as designações de texto e discurso para nos referirmos a qualquer objecto verbal de extensão indeterminada e dotado de coerência.

[36] «La séparation du textuel et du discursif est essentiellement méthodologique. Elle est arbitrairement le fruit de programmes de recherche qui mettent l'accent sur des composantes différentes des produits de l'activité langagière humaine et se dotent, pour ce faire, de méthodologies propres», Adam (1999: 40-41).

Mais recentemente, e assumindo os equívocos gerados por aquela formulação aritmética (nomeadamente, a possibilidade de "subtrair" o texto ao seu contexto), Adam apresentou uma outra esquematização destes conceitos, em que suspende a adição ou subtracção das condições de produção. É esse esquema que transcrevemos a seguir[37].



Na base desta definição de conceitos está a ideia segundo a qual a Linguística Textual é uma disciplina que se inscreve no campo mais alargado da análise das práticas discursivas humanas (área de investigação que este autor intitula Análise dos Discursos).

O modelo descritivo proposto por Adam assenta, então, em quatro ideias fundamentais:

a) no carácter textual das práticas discursivas;

b) na coesão e na coerência como propriedades essenciais da textualidade;

c) na existência de uma assimetria entre os níveis de organização local e global;

d) na heterogeneidade como factor inerente ao texto.

A sua abordagem tem como objectivo último propor um modelo adequado para a explicitação da competência textual dos locutores, pelo que o texto é concebido como objecto pluridimensional, cuja descrição exige o contributo de

[37] Esquema transcrito a partir de Adam (1999: 39); a tradução é nossa.

disciplinas diversas mas complementares: Linguística, Sociolinguística, Análise do Discurso, Psicolinguística e Pragmática.

Neste sentido, Adam não só tem contribuído para a afirmação da Linguística Textual como disciplina credível (porquanto propôs novos modelos explicativos e lhe forneceu novas metodologias de análise), como tem colaborado no alargamento dos seus horizontes.

1.3. TEXTUALIDADE E INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO

Na secção anterior, analisámos algumas definições de texto e descrevemos os fundamentos teórico-metodológicos básicos dos modelos de análise concebidos por Bronckart e por Adam. Propomo-nos agora reflectir mais detalhadamente sobre os parâmetros de que depende a textualidade, tentando responder às seguintes questões: o que distingue um texto de uma sequência discursiva que não constitui um todo significativo? Quais são as suas propriedades?

A resposta a estas questões passa pela listagem e definição dos factores de textualidade, reflexão para a qual Beaugrande contribuiu de modo decisivo[38]. É pertinente, neste momento, explicitar esses factores, e proceder, de seguida, à sua revisão em função de desenvolvimentos recentes (em especial, no que diz respeito aos conceitos de coesão e de coerência).

Se, em sentido lato, um texto consiste em qualquer manifestação humana que possua um determinado conteúdo conceptual susceptível de ser interpretado

[38] Entre os vários critérios que utilizou para distinguir a frase do texto, Beaugrande (1980) apontou estas duas oposições binárias: uma frase pode ser gramatical ou agramatical; um texto pode ser aceitável ou não aceitável; por outro lado, enquanto a frase é definível em termos estritamente sintáticos, o texto define-se em termos semântico-pragmáticos, segundo os factores de textualidade.

(nesta acepção, uma pintura, uma escultura ou uma composição musical, por exemplo, constituem textos), em sentido restrito, um texto é composto por uma sequência de unidades linguísticas de extensão indefinida. Nesta acepção, um texto – segundo Beaugrande (1980: 16-22) e Beaugrande e Dressler (1981: 3-10) – define-se pela presença de sete propriedades: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade e informatividade. Estas propriedades, mais do que permitirem a distinção entre um texto e um aglomerado desconexo de sequências discursivas, combinam diversas condições para a concretização da actividade linguística.

Caracteriza-se o texto, em primeiro lugar, pela coesão e pela coerência: as unidades linguísticas apresentam-se interligadas e configuram um todo significativo. Nesta perspectiva, a coesão é manifesta e linear, ao contrário da coerência, que é subjacente e não-linear. A coesão textual releva das operações de ligação e ordenação providenciadas por elementos linguísticos presentes no texto. «Todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual podem ser encarados como instrumentos de coesão»[39], os quais se revelam determinantes para a compreensão do discurso porque facilitam o processamento da informação. Esses mecanismos possuem carácter gramatical (os operadores de coesão frásica, interfrásica, temporal e referencial, e o paralelismo estrutural) ou lexical (a reiteração e a substituição por sinonímia, por antonímia, por hiperonímia ou hiponímia, e por holonímia ou meronímia)[40].

[39] Duarte (2003a: 89).

[40] Duarte (2003a: 89-115). Entre esses mecanismos incluem-se, por exemplo, a ordem básica das palavras, os fenómenos de concordância e os diferentes processos de conexão entre proposições (reunidos sob dois grupos: parataxe e hipotaxe). De facto, nesta perspectiva, a conexão insere-se no vasto conjunto de mecanismos englobados sob a designação de coesão, na medida em que os operadores de conexão subjazem à coesão interfrásica, isto é, aos diversos tipos de ligações possíveis entre proposições.

As reflexões de Halliday e Hasan (1976) foram particularmente relevantes para a definição do conceito de coesão, tendo estes autores identificado as principais marcas de superfície que assinalam ligações explícitas entre segmentos discursivos[41]. Justifica-se, portanto, uma breve digressão em torno do seu pensamento.

Na teorização que nos legaram sobre o conceito de coesão, salientaram a coesão referencial, a substituição, a elipse, a junção e a coesão lexical como mecanismos de ligação coesiva, ou seja, como procedimentos linguísticos que ajudam a estabelecer a continuidade temática. Existe coesão quando a interpretação de uma unidade do discurso depende de outra unidade, pelo que os factores coesivos não se confinam às fronteiras da frase. Este conceito e o de registo mantêm uma forte ligação, atestada na definição de texto que Halliday e Hasan (1976: 23) propuseram: «a text is a passage of discourse which is coherent in these two regards: it is coherent with respect to the context of situation, and therefore consistent in register; and it is coherent in respect to itself and therefore cohesive»[42]. De seguida, explicitaremos sucintamente os quatro mecanismos coesivos analisados por estes autores.

A coesão referencial consiste numa relação semântica de identidade entre elementos manifestados no texto, de tal modo que «a participant or circumstancial element introduced at one place in the text can be taken as reference point for

[41] «Numa formulação genérica, Halliday-Hasan reúnem sob a designação de *coesão* todos os nexos semânticos que se estabelecem entre os [enunciados] por que se realiza o texto. […] Fica patente que a dimensão básica contida na noção de coesão desenvolvida por Halliday-Hasan é a dependência semântica *explicitamente* assinalada entre os [enunciados] por que se realiza o texto», Fonseca (1992: 11-12).

[42] Fonseca (1992: 18) considerou «insustentável atribuir à *coesão* (tal como a concebem Halliday-Hasan, na base da consideração estrita da sintagmática imanente do texto) o papel fulcral de garantia da unidade semântica do texto, da sua continuidade de sentido. […] Ora, é da experiência de cada um de nós que a continuidade semântica de um texto radica, em muitos momentos, em informações disponíveis a partir do contexto não verbal, das coordenadas da enunciação – logo, em informações implícitas, agregadas ao texto, mas não verbalizadas».

something that follows»[43]. A anáfora e a catáfora são, segundo os autores, exemplos de referência textual, enquanto os deícticos ilustram casos de referência situacional[44].

Já a elipse é um factor de natureza léxico-gramatical que consiste na omissão de unidades linguísticas (sentidas como redundantes ou, pelo menos, tidas como desnecessárias para a adequada interpretação do texto) dentro de uma dada produção verbal, recorrendo-se a inferências para que o processamento da informação não seja afectado. A substituição e a elipse constituem, na verdade, um mesmo fenómeno, já que, em ambos os casos, se trata da comutação uma dada unidade por outra unidade (no caso da substituição) ou pela sua ausência (no caso da elipse).

A junção, relação lógico-semântica de expansão, diz respeito às ligações entre duas proposições, manifestadas na superfície textual pela ocorrência de conectores. Tais ligações especificam o modo como uma proposição está relacionada com outra que surgiu anteriormente[45].

Por fim, também a selecção lexical pode propiciar a continuidade temática, não só nos casos em que simplesmente se repete um item anteriormente utilizado, mas também naqueles em que as relações semânticas de sinonímia, antonímia, meronímia e hiponímia/hiperonímia permitem a alternância entre dois ou mais

[43] Halliday (1985: 309).

[44] No âmbito da coesão referencial, distingue-se referência (que se verifica quando um objecto é apresentado pela primeira vez) de co-referência (atestada quando o referente de uma determinada expressão depende de uma outra que ocorre no discurso quer em posição anterior, quer em posição posterior).

[45] Embora admitindo que existem outras formas de classificação, Halliday e Hasan (1976) apresentaram os seguintes tipos de junção entre proposições: copulativo (*additive*), adversativo, causal e temporal. Duarte (1992b) indicou os seguintes mecanismos de junção ou coesão interfrásica: conjunção, disjunção, contrajunção e subordinação. Mais recentemente, a mesma autora apontou dois grandes conjuntos de processos (parataxe ou coordenação e hipotaxe ou subordinação), tendo explicitado os casos possíveis, segundo diversos parâmetros, como a extensão das unidades (frases ou unidades superiores à frase) e o tipo de conectores (conjunções, conectores adverbiais e preposicionais); cf. Duarte (2003a: 91-109).

itens lexicais sem que se verifique perda de informação. Este mecanismo é designado coesão lexical.

Do exposto se conclui que os procedimentos que promovem a coesão (ou conectividade sequencial) dizem respeito às dependências léxico-gramaticais atestadas na superfície textual[46]. A coerência (ou conectividade conceptual) não é gramaticalmente atestável, sendo antes algo de subjacente, cuja manifestação constitui um objectivo do locutor no acto de produção, e que configura o resultado do acto de reconstrução do significado global por parte do alocutário. Ela resulta da orientação das múltiplas unidades textuais para a configuração do significado global do texto, e depende, entre outros factores, quer do modo como se combinam as unidades linguísticas, quer dos conhecimentos partilhados pelos interlocutores, quer ainda do género discursivo.

Nos últimos anos, alguns autores têm insistido no desdobramento do conceito de coesão. Tanto Bronckart *et alii* (1985), como Moeschler e Reboul (1994) utilizaram o termo conexão para indicar os mecanismos de ligação entre as proposições, e reservaram o termo coesão para designar preferencialmente os procedimentos de apresentação e de encadeamento dos conteúdos (em cuja descrição a oposição funcional tema/rema ou a dicotomia posicional tópico/comentário são elementos centrais). A conexão, segundo esta perspectiva, diz respeito às relações linguisticamente marcadas entre as proposições através de conectores, os quais têm como função ligar segmentos discursivos com o objectivo de produzir uma estrutura textual hierarquizada. A coesão, por seu turno, define-se pelas relações semânticas (de natureza temática, temporal, referencial) entre as proposições na linearidade textual, assegurando, por exemplo,

[46] Segundo Fonseca (1992: 25), «à parte o que tange à coesão lexical (pura) […], o que fica saliente na noção de coesão proposta é que Halliday-Hasan nela incluem, afinal, tão somente os recursos sintácticos de uma l[íngua] n[atural]». O mesmo autor criticou a distinção que Halliday e Hasan (1976) propuseram «entre "o que o texto significa" e as conexões semânticas que perfazem a sua noção de coesão. É que, quanto a mim, os nexos coesivos são parte integrante do que o texto significa», Fonseca (1992: 17).

um equilíbrio aceitável entre informação nova e informação já conhecida. Verifica-se, assim, que os mecanismos de conexão (ou de coesão interfrásica) se integram no campo mais vasto dos processos que asseguram a coesão textual.

Segundo Beaugrande, uma vez que a coerência se enquadra na dimensão interpretativa do texto e decorre da construção de uma representação mental realizada pelo alocutário, ela é condicionada quer por factores estritamente linguísticos (as unidades verbais deverão estar minimamente interligadas para permitirem a apreensão da sequência linear como um todo significativo), quer por factores de natureza extralinguística (como os conhecimentos do mundo partilhados pelos intervenientes na interacção verbal, e até as capacidades de interpretação do alocutário)[47]. O esforço do locutor no sentido de a sua produção verbal incluir mecanismos coesivos adequados ajuda ao estabelecimento da coerência. Mas esse esforço deve ter correspondência, por parte do alocutário, no processamento da informação de modo a reconhecer uma totalidade significativa a partir do conjunto de unidades linguísticas dispostas sequencialmente.

Em rigor, apenas a coerência é indispensável para que estejamos em presença de um texto. Mesmo quando, numa dada sequência discursiva, os elementos verbais não se apresentam sintacticamente ligados, ela é passível de ser interpretada como um todo coerente, desde que seja possível estabelecer relações, de natureza semântica e pragmática, entre as suas unidades. É o que acontece no texto seguinte:

(2) *Arrenda-se quarto. Zona da Sé Velha. Só raparigas.*

[47] «A informação veiculada por uma dada proposição que constitui um enunciado pode não significar exactamente o mesmo para os locutores intervenientes num dado processo de interacção. Diferenças na interpretação podem dever-se a diferentes graus de conhecimento epistémico, ético, estético, social dos interlocutores, independentemente de, nessa actividade partilhada, todos serem falantes de uma mesma língua natural», Faria (2003: 71).

Apesar de estes três enunciados se apresentarem despojados de ligações gramaticais, eles constituem um texto porque qualquer sujeito falante pode proceder às inferências necessárias de modo a preencher as zonas de descontinuidade semântica e a processá-los de forma coerente. Para tal, será preciso que interprete o segundo enunciado como a especificação do local onde se situa o quarto que se oferece para arrendar, e o terceiro enunciado como indicador do público-alvo para a ocupação do referido quarto. Essa interpretação é não só possível como muito pertinente se sublinharmos que este texto esteve patente num expositor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, justamente no início de um determinado ano lectivo. O que o exemplo evidencia é que, num texto, não há absoluta necessidade de expressar formalmente as relações entre as proposições[48]; elas podem ser recuperadas inferencialmente. Ou seja, é possível que uma sequência discursiva sem coesão seja coerente (e o inverso também é verdade). Deve-se sublinhar, contudo, que a ordenação consecutiva destes enunciados contribui para que eles se interpretem como estando interligados.

Os aspectos que realçámos a propósito da coerência resumem-se nas quatro regras seguintes:

a) a regra da repetição – que consiste na inclusão de elementos recorrentes que garantam a continuidade temática;

b) a regra da progressão – segundo a qual a presença de informação constantemente renovada serve para evitar a mera repetição e a tautologia;

c) a regra da não-contradição – que se define como a rejeição de elementos incompatíveis do ponto de vista da aceitabilidade;

d) a regra da relação – segundo a qual é exigível que haja interligação conceptual entre as realidades referidas.

[48] Todavia, os três enunciados podem ser articulados de modo coeso: *Arrenda-se um quarto só a raparigas, localizado na zona da Sé Velha*.

Fonseca (1988) sublinhou que todas estas regras são pontualmente passíveis de violação, por exemplo, quando se procura obter determinados efeitos expressivos.

Deste modo, a coerência é o verdadeiro factor de textualidade, porque todos os restantes dependem, em maior ou menor grau, dessa orientação das partes de um texto para uma totalidade significativa. Mas há que ter em consideração que a produção de um texto se enquadra num plano comunicativo através do qual o locutor pretende atingir uma dada finalidade que se concretiza numa tentativa de exercer influência sobre o alocutário (de maneira mais ou menos explícita, e mais ou menos consciente). A intencionalidade designa esta atitude do locutor, e desdobra-se em dois pontos: na vontade de produzir verbalmente um todo coerente e na prossecução de um dado objectivo através dessa produção discursiva.

Concomitantemente, o alocutário parte do princípio de que a produção verbal que percepciona caracteriza-se pela coerência, constituindo, portanto, uma unidade de sentido. A aceitabilidade refere a atitude de perspectivar uma sequência de enunciados partindo do princípio de que ela é coerente. Sublinhe-se que uma sequência na qual um locutor reconhece haver coerência, é susceptível ser interpretada por um outro locutor como incoerente (o que se pode ficar a dever ou à falta de conhecimentos necessários ou às suas capacidades interpretativas). Por vezes, a aparente ausência de coerência não implica que a sequência linguística em causa não seja um texto; o que acontece é que pode exigir um esforço maior por parte do alocutário em reconhecer o texto como dotado desta propriedade. A intencionalidade e a aceitabilidade, enquanto atitudes psicológicas que atestam o espírito de cooperação dos interlocutores, são centrais para que haja a possibilidade de comunicar verbalmente[49].

[49] A intencionalidade e a aceitabilidade subjazem necessariamente ao princípio da cooperação de Grice e às máximas conversacionais, explicitações daquele princípio.

Outro factor inerente ao texto é a situacionalidade, que designa o conjunto de procedimentos que tornam uma dada sequência linguística relevante numa situação concreta. Para que a contribuição de um dado locutor seja pertinente, é necessário que ele tenha em consideração, pelo menos, as características psico--socioculturais dos interlocutores envolvidos na interacção, o local e o tempo em que ela emerge, o tema abordado e as intervenções anteriores, assim como a expectativa em relação às intervenções subsequentes. Trata-se de um factor de tipo social, tal como a intertextualidade.

A intertextualidade consiste na relação que existe entre um determinado texto e outros textos que, tendo sido anteriormente produzidos, constam da memória do locutor e do alocutário. A elaboração de cada novo texto obedece a modelos e padrões previamente assimilados pelos locutores, pelo que o surgimento de um texto é sempre condicionado e regulado por outras produções verbais conhecidas dos interlocutores[50].

Um último factor de textualidade reside na informatividade, propriedade que releva do grau de incerteza das ocorrências textuais. A informatividade de um texto está em relação directa com a improbabilidade de ocorrência da informação que ele veicula: um texto é tanto mais informativo quanto maior for o número de alternativas possíveis e quanto mais inesperados forem os conteúdos que ele transmite. Qualquer texto assenta num difícil equilíbrio, porquanto se possuir um baixo grau de informatividade pode provocar falta de atenção nos seus destinatários (precisamente porque carece de novidade), e se contiver um elevado grau de informatividade pode, é certo, estimular a concentração do alocutário (no sentido de assimilar devidamente os conteúdos), mas pode igualmente provocar

[50] Veja-se, neste capítulo, a secção 1.4., sobre classificações de textos (em especial, as reflexões sobre géneros discursivos).

desinteresse (dada a eventual dificuldade do alocutário em processar uma grande quantidade de informação nova)[51].

Em suma, por texto ou discurso designamos, então, um objecto linguístico de dimensão e estruturação indefinidas, que se caracteriza semanticamente pela sua autonomia e coerência global (constitui uma unidade composicional cuja estrutura possui vários níveis de organização, e dentro da qual os níveis locais participam na construção dos níveis globais), e pragmaticamente pela prossecução de uma dada finalidade (em termos ilocutórios, um texto configura um macro-acto discursivo).

De facto, entre as inúmeras definições propostas no âmbito desta área, há várias propriedades que nos parecem centrais para o conceito de texto, que a seguir resumimos: trata-se de uma produção verbal caracterizada pela indeterminação, quer a nível da sua extensão, quer da sua complexidade (pode constar de um ou mais enunciados, ordenados de forma linear e estruturados das mais diversas maneiras); possui uma intenção comunicativa subjacente (com o texto que produz, o locutor pretende atingir, junto do seu público-alvo, um dado objectivo – que pode ser mais ou menos evidente e do qual possui um maior ou menor grau de consciência); e possibilita a formação de uma representação mental coerente.

Só quando o alocutário constrói uma unidade significativa global, através do processamento da informação que vai recolhendo a partir de um conjunto de enunciados, é que pode afirmar que está em presença de um texto. O que equivale a dizer que não há textos incoerentes; há textos que, em determinadas situações discursivas, parecem incoerentes ao seu alocutário.

[51] Uma das premissas da máxima da quantidade de Grice é a seguinte: «do not make your contribution more informative than is required», Grice (1975: 45).

Na verdade, em teorizações mais recentes acerca da coerência[52], mantém-se a ideia de que ela diz respeito ao modo como as diferentes partes que compõem um texto formam um todo. Mas a ênfase deslocou-se do texto para a noção cognitiva de representação mental[53]. Um determinado discurso revela-se coerente em relação ao contexto situacional no qual emerge em função quer de convenções culturais específicas, quer dos objectivos do próprio discurso. A coerência, embora tenha a sua origem no discurso, configura-se não como propriedade que lhe é inerente, mas como produto quer da negociação entre locutor e alocutário, quer de complexos processos cognitivos baseados em informação de natureza diversa: do texto, da situação e de conhecimentos prévios dos interlocutores[54]. Deste modo, concebe-se a coerência não no plano da realização linguística, mas no plano da organização de conceitos, e como algo que se constrói na interacção entre o texto, quem o produz e quem o interpreta, desenhando-se como uma construção de natureza cognitiva. Nas palavras de Bublitz (1999: 2), «it is not texts but rather people that cohere when understanding texts».

Tem sido igualmente sublinhado o princípio de que as interpretações são aproximadas, isto é, de que as representações mentais do locutor e do alocutário, relativas a um mesmo discurso, dificilmente coincidem na totalidade. E assim, a coerência é concebida como uma noção escalar, uma vez que os textos são, com muita frequência, apenas parcialmente coerentes para os seus alocutários, e que há textos mais coerentes do que outros. Tratando-se de uma categoria eminentemente relacional, não constitui uma questão definível em termos de "tudo ou nada"; de facto, não existe uma distinção clara entre texto coerente e texto não-coerente, pois um mesmo discurso pode ser coerente para um dado alocutário mas não para

[52] Cf. Sanders, Schilperoord e Spooren (2001), Bublitz, Lenk e Ventola (1999), Gernsbacher e Givón (1995a).
[53] Cf. Sanders e Spooren (2001).
[54] Bublitz e Lenk (1999: 154): «Though not given in the text, i.e. not a text-inherent and invariant property at all, coherence nevertheless 'comes out' of the text, as it is based on additional information.»

outro. Logo, a natureza indeterminada da coerência (no plano da interpretação, pelo menos) advém do facto de depender, entre outros factores, das capacidades de compreensão discursiva do alocutário.

Ao longo da sua produção verbal, os locutores orientam os alocutários, usando pistas linguísticas, como os marcadores discursivos, os tempos verbais e as expressões referenciais. De facto, na compreensão discursiva, o tratamento dos mecanismos coesivos tem uma importância decisiva. Do ponto de vista da recepção, um texto só é coerente para um dado alocutário quando ele procede a uma série de tarefas que envolvem a activação de determinados conceitos na memória e actos de inferência. Essa activação decorre precisamente do uso de pistas linguísticas, reconhecíveis na superfície textual. A coerência não é, portanto, um estado; trata-se de um processo dependente da cooperação entre os interlocutores, que constantemente negoceiam os conhecimentos partilhados, com o objectivo de atingirem uma representação mental semelhante. No caso da produção verbal monogerada, esta negociação, segundo Traxler e Gernsbacher (1995), consiste basicamente na comparação entre a representação mental do locutor e a projecção que ele elabora da representação mental do alocutário.

A coerência, enquanto processo, depende também da situação de enunciação em que surge uma dada produção discursiva, assim como do género discursivo e do tipo textual em que se integra. Por conseguinte, ela deve ser perspectivada como um produto sempre provisório, susceptível de ser adaptado e actualizado devido ao surgimento de novas informações, e resultante de um esforço de cooperação de dois interlocutores.

Há conjuntos de mecanismos de coesão especializados na promoção da coerência em diferentes dimensões. Givón (1995) indicou alguns desses conjuntos: os adverbiais de localização espacial contribuem para a coerência espacial; os tempos verbais, os adverbiais temporais e os conectores com valor

temporal, para a coerência temporal; os pronomes, os determinantes e os fenómenos de concordância, entre outros, para a coerência referencial.

Refira-se, aliás, que há duas linhas de investigação da coerência que se têm revelado fecundas. No âmbito da coerência referencial, analisa-se a relação entre diferentes unidades linguísticas, pelo facto de denotarem os mesmos objectos. Entre os marcadores linguísticos que contribuem para o estabelecimento desta dimensão da coerência, os pronomes designam referentes com alta acessibilidade[55], ao contrário do que sucede com os nomes próprios ou com as descrições definidas. Também as reflexões sobre continuidade de tópico desenvolvidas por Givón (1995) ilustram esta dimensão da coerência. Aliás, segundo este autor, a tarefa mais importante do alocutário durante o processamento do discurso consiste precisamente em relacionar informação nova com a representação mental que ele possui em cada fase do tratamento dos conteúdos veiculados.

Já a coerência relacional diz respeito às ligações de significado entre dois segmentos textuais (causa-efeito, problema-solução, etc.), sendo o discurso concebido como uma rede de unidades interligadas. Integram-se nesta área os estudos que descrevem a estrutura textual em termos de relações entre os segmentos discursivos de que se compõe um texto. Os conectores são elementos que facilitam o estabelecimento desta dimensão da coerência, porquanto assinalam o modo como os constituintes do texto devem ser conectados (requerendo, portanto, menor esforço cognitivo), embora as ligações entre as diferentes partes de um texto não sejam necessariamente explicitadas por marcadores linguísticos. A teorização neste campo tem dado origem a listas de relações de número variável, entre as quais se salienta a que é proposta no âmbito da Teoria da

[55] A acessibilidade é uma noção escalar que se refere ao grau de dificuldade em recuperar uma representação na memória de trabalho ou construí-la com base em estímulos (de natureza verbal ou não): quanto mais acessível uma informação está, mais facilmente o alocutário a recupera.

Estrutura Retórica de Mann e Thompson (1987)[56]. Estas relações de coerência, juntamente com os processos inferenciais que lhes subjazem e o conhecimento do mundo, são consideradas decisivas para a interpretação discursiva, uma vez que desempenham um papel importante no estabelecimento de continuidades conceptuais[57].

É comum distinguir ainda dois níveis de coerência: local e global. De um ponto de vista textual, existe coerência local quando se estabelecem relações entre segmentos discursivos contíguos[58], e coerência global quando essas ligações dizem respeito a segmentos textuais distintos mas integrados numa mesma estrutura global devido à organização temática do texto em que ocorrem.

De um ponto de vista cognitivo, existe coerência local quando um texto faculta o relacionamento entre informação nova e os conhecimentos disponíveis na memória de trabalho. A coerência global atinge-se quando o conteúdo de um enunciado pode ser ligado à macroestrutura textual ou a informação fornecida pelo texto mas que já não está acessível na memória de trabalho. Durante o processo de interpretação, os alocutários necessitam de reconstruir a coerência nos níveis local e global, já que os dois se encontram imbricados. Em ambos os casos, é o material linguístico atestado a nível textual que induz uma dada representação mental.

No final desta secção, justifica-se reflectir, ainda que resumidamente, acerca dos traços principais de algumas das mais recentes teorizações sobre a interpretação textual[59], explicitando, por exemplo, a arquitectura do sistema

---

[56] Cf. MANN, William C., e Sandra A. THOMPSON (1988), "Rhetorical Structure Theory: Toward a Functional Theory of Text Organization", *Text* 8 (3), p. 243-281. Não tendo sido possível consultar este artigo, baseámos a nossa exposição sobre os conteúdos fundamentais desta teoria em Mann e Thompson (1987) e em Mann (1999).

[57] Retomaremos o tema das relações discursivas nas secções 3.3. e 3.4. do capítulo 3.

[58] Van Dijk e Kintsch (1983) explicitaram algumas estratégias para o estabelecimento de coerência local: uma proposição deve ser a especificação de uma dada macroestrutura, deve estar relacionada com proposições anteriores, e deve dizer respeito ao mesmo referente, introduzindo um novo predicado (ou dizer respeito ao mesmo predicado, inserindo um novo referente).

[59] Cf. Sanders, Schilperoord e Spooren (2001) e van Hoek, Kibrik e Noordman (1997).

cognitivo, assim como os mais importantes processos subjacentes ao tratamento dos conteúdos. Estas reflexões são úteis para se compreender os mecanismos cognitivos subjacentes a conceitos operatórios que se revelam determinantes para a análise que nos propomos realizar na segunda parte deste trabalho, nomeadamente os conceitos de quadro ou guião e, em particular, as relações discursivas atestadas entre os enunciados.

Segundo as mais recentes teorias da área da Linguística Cognitiva, a compreensão de um texto consiste na progressiva construção de uma representação mental − composta por um número de representações conceptuais e pelas relações que elas mantêm entre si −, com base nas informações que o alocutário processa a partir de uma dada produção verbal. Essas informações estão contidas no discurso ou são susceptíveis de serem inferidas a partir da situação de enunciação. O seu processamento, gerido em função das expectativas criadas pelo alocutário, envolve diversas operações perceptivas e cognitivas, entre as quais se contam a identificação de palavras e a selecção e activação de elementos que constam da memória do alocutário. Além disso, dá-se em simultâneo com a produção verbal e de um modo gradual, envolvendo, portanto, não apenas a interpretação dos dados externos mas também a activação de informação interna[60]. Trata-se, então, de um conjunto de procedimentos que obedecem a uma estratégia e que têm como finalidade a construção de representações mentais a partir do discurso e do conhecimento disponível na memória[61]. Logo, a compreensão não é

[60] A informação interna serve para fazer a ponte entre o que é explicitado verbalmente e os conteúdos que, não sendo manifestados, se revelam necessários para que se crie uma representação mental consentânea com o mundo a que se refere o locutor. A instauração de um modelo de situação (quadro ou guião), no âmbito do qual se dá a compreensão, configura-se como decisiva neste processo; cf. Sanford e Moxey (1995). A definição dos conceitos de quadro e guião é proposta na nota 69.

[61] A dimensão estratégica da compreensão discursiva foi salientada por van Dijk e Kintsch (1983). O comportamento estratégico (caracterizado pelo facto de um dado agente planificar as suas acções cognitivas de modo a atingir um determinado objectivo: a interpretação textual) é anterior ao início do discurso, pela avaliação da situação de enunciação e pelas previsões que dela o alocutário infere (previsões relativas quer aos

redutível à mera captação de significados veiculados pelo texto; trata-se de uma actividade complexa e interactiva na qual os interlocutores se constituem como sujeitos intervenientes na construção dos sentidos.

No âmbito da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986), reúne consenso a ideia segundo a qual a cognição humana está orientada para a obtenção do maior efeito cognitivo em função do menor esforço de processamento. São reconhecidos dois tipos de processos cognitivos: a representação (que consiste na capacidade de construir ou de aceder a representações mentais de estados de coisas) e o cálculo inferencial (que consiste na capacidade de tratar informação com o objectivo de produzir nova informação). Segundo o modelo inferencial de compreensão discursiva que estes autores propuseram, a interpretação de um texto processa-se de forma incremental: a nova informação é gradualmente integrada em conteúdos já conhecidos. «Interpretamos as frases uma a uma em sequência e vemos cada uma delas como uma extensão da informação construída até aí»[62]. O texto fornece apenas uma parte dos conteúdos requeridos para a sua compreensão global, pelo que o trabalho de intepretação textual não se resume à mera descodificação verbal. Na verdade, estão também envolvidos mecanismos de construção de inferências, os quais dependem do conhecimento do mundo dos locutores[63]. O alocutário, com as informações que tem armazenadas, deverá suprir os conteúdos em falta de modo a elaborar uma representação semântica do

---

conteúdos, quer à extensão textual). Por norma, o alocutário gera expectativas plausíveis acerca da estrutura e do tipo de texto que o interlocutor vai produzir.

[62] Oliveira *et alii* (2001: 68). Esta ideia é partilhada por teorias semânticas como a de Kamp e Reyle (1993) e a de Lascarides e Asher (1991, 1993a); cf. secções 3.3. e 3.4. do capítulo 3.

[63] Cf. Faria (2003: 71): «A interpretação de um dado enunciado não depende exclusivamente do conteúdo proposicional das frases que o constituem mas do significado que resulta da utilização de mecanismos, nomeadamente inferenciais, que atribuem à frase, ou ao mesmo conjunto de frases que constituem o enunciado, um significado pragmático ou comunicativo para a situação específica de interacção».

discurso. Trata-se, então, de um modelo interpretativo misto, que contempla uma dimensão estritamente linguística e uma outra inferencial[64].

A interpretação do discurso é, pois, perspectivada como uma questão psicológica que envolve cálculos inferenciais baseados em representações mentais e governados por um princípio cognitivo: o princípio da relevância, segundo o qual um acto de comunicação ostensiva comunica a presunção da sua relevância óptima[65]. A relevância é calculada em termos de efeito contextual e de esforço de processamento: ela é directamente proporcional ao efeito contextual atingido e inversamente proporcional ao esforço de processamento despendido. Deste modo, a relevância é uma questão de grau, e a interpretação de um enunciado consiste em computar o seu significado mais relevante, pelo que é importante maximizar os efeitos contextuais e minimizar o esforço de processamento.

Nesta perspectiva, a informação que um alocutário recolhe enquanto apreende uma sequência linear de enunciados é processada em duas fases consecutivas: são elaboradas hipóteses acerca do conteúdo do texto e, em função do grau de probabilidade que caracteriza cada uma dessas possibilidades interpretativas, o alocutário toma a decisão de seleccionar a que lhe parece mais pertinente, sempre tendo em conta a noção de efeito contextual[66]. Um processo

[64] Ao contrário da semântica verocondicional, uma teoria do significado em que se centra a atenção na relação entre a linguagem e o mundo, a Teoria da Relevância (como modelo teórico que emergiu no âmbito da Psicologia Cognitiva) privilegia a relação entre a linguagem e a mente; cf. Carston (1995).

[65] Cf. Wilson e Sperber (1998). O princípio da relevância, definido nestes termos, subsume as máximas conversacionais de Grice (1975).

[66] «As discourse proceeds, the hearer retrieves or constructs and then processes a number of assumptions. These form a gradually changing background against which new information is processed. Interpreting an utterance involves more than merely identifying the assumption explicitly expressed: it crucially involves working out the consequences of adding this assumption to a set of assumptions that have themselves already been processed», Sperber e Wilson (1986: 118). As noções de efeito contextual e de esforço de processamento revelam-se centrais na teorização destes autores. A adição de uma nova informação, a modificação do grau de confiança relativo a uma dada hipótese e a erradicação de uma informação anterior devido à existência de uma contradição evidenciada por informação nova são exemplos de efeitos contextuais.

inferencial envolve, por conseguinte, um conjunto de premissas e desemboca em uma ou várias conclusões plausíveis, das quais uma é seleccionada como a mais relevante. E, assim, a compreensão é concebida como um percurso comparável ao do viajante que frequentemente se depara com cruzamentos e entroncamentos, que tem de seleccionar uma direcção e rejeitar outras (e, por vezes, de voltar atrás e retomar caminhos anteriormente rejeitados), até que alcança um determinado destino: no caso do texto, uma representação mental coerente.

Vejamos, ainda que de modo breve, a arquitectura do sistema cognitivo responsável pelo tratamento da informação. Para o processamento da linguagem verbal, concorrem dois tipos de memória[67]. A memória de longa duração é composta por unidades cognitivas permanentes, nomeadamente por conhecimentos adquiridos pelo locutor relativos a estados de coisas, objectos, etc., e por interpretações que lhes estão associadas[68]. Os conceitos, enquanto unidades

[67] Cf. Caron (1995). Alguns autores prevêem a existência de um terceiro tipo. Beaugrande (1982) incorporou a memória de média duração no seu modelo, e atribuiu-lhe a função de proceder ao tratamento dos enunciados precedentes ao longo do processo de compreensão discursiva. Também Moeschler (num seminário que orientou na Universidade Nova de Lisboa, a 29 de Outubro de 2002, subordinado ao tema "Pragmatique du discours. De l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours") distinguiu três tipos de memória: de longa duração (de natureza enciclopédica), de média duração (que processa os enunciados precedentes) e de curta duração (ou memória de trabalho). Schilperoord (1996) distinguiu, no seu modelo cognitivo, a memória declarativa (correspondente à memória de longa duração), a memória de trabalho e a memória de produção; esta memória inclui os conhecimentos indispensáveis à realização de inferências e de outras actividades cognitivas necessárias ao processamento de informação. Na perspectiva que adoptámos, essas funções estão incorporadas nas capacidades da memória de trabalho. Apesar de o número de tipos de memória não ser consensual entre os psicolinguistas, parece não haver dúvidas em distinguir, pelo menos, uma memória vocacionada para registar conteúdos a longo prazo e uma outra que serve essencialmente para o tratamento de informação que constantemente se renova (a informação processada ou é registada na memória de longa duração ou é simplesmente esquecida).

[68] Sperber e Wilson (1986) sugeriram que há três tipos de informação memorizada: informação lógica (regras dedutivas), enciclopédica (objectos, eventos, etc.) e lexical (inclui as componentes morfo-sintáctica e fonológica).

de representação flexíveis, integram múltiplos conteúdos informativos e são susceptíveis de serem constantemente modificados, enriquecidos. A memória de longa duração é, em grande parte, constituída por representações de modelos de situações estereotipadas e complexas como "almoçar no restaurante" ou modelos de referentes como "árvore". Essas estruturas de conhecimento têm sido designadas por guiões ou por quadros[69].

A memória de trabalho (ou memória de curta duração) é definida quer segundo a velocidade de degradação dos conteúdos informativos, quer em função da sua limitada capacidade de armazenamento e de focalização: em média, duas proposições ou entre oito e vinte segundos de discurso na oralidade (segundo estimativas de Kintsch (1992) e de Givón (1995), respectivamente), após o que os conteúdos ou são transferidos para a memória de longa duração ou são excluídos do sistema cognitivo. Esta memória caracteriza-se não apenas pela escassez dos seus recursos, mas, sobretudo, pela rápida velocidade de acesso às informações que contém e pela capacidade de as processar. As informações menos relevantes são constantemente eliminadas da memória de trabalho ao fim de um curto espaço de tempo, num processo que deve ser perspectivado não tanto como perda

[69] Cf. Gillis, Daelemans e de Smedt (1995). No plano da compreensão discursiva, estes dois conceitos operatórios revestem-se de grande validade e funcionalidade. As duas designações referem formas de representação de conhecimento que relacionam informações de tipo enciclopédico na memória, de tal modo que um dado conteúdo pode activar na memória um conjunto de outras informações relacionadas com o conteúdo apresentado no enunciado. Durante o processamento de um enunciado, é seleccionada uma representação semântica de um dado referente ou estado de coisas de que aquele enunciado constitui uma descrição parcial. A activação do correspondente quadro ou guião na memória do alocutário preenche as lacunas que frequentemente caracterizam a informação manifestada no texto. Distinguem-se os dois conceitos pelo facto de os guiões serem associados a situações com carácter dinâmico, isto é, a sequências estereotipadas de acções. Por exemplo, ao conceito de "almoçar no restaurante", podemos associar uma ordenação sequencial de comportamentos que, na nossa cultura, tipicamente envolvem procedimentos como "sentar-se à mesa", "desdobrar o guardanapo", "chamar o empregado", "comer a sopa", "pedir a conta", etc. O conjunto e a sequência ordenada destas acções constitui um guião. Com o conceito de "árvore", relacionamos informações como "raízes", "tronco", "ramos", "folhas", etc., a totalidade das quais forma um quadro.

irremediável de informação, mas como renovação de conteúdos imprescindível à comunicação verbal, dados os seus escassos recursos de armazenamento[70].

A compreensão discursiva caracteriza-se, então, pela natureza cíclica dos conteúdos focalizados: à medida que percepciona novos segmentos discursivos, o alocutário exclui informações já processadas de modo a poder concentrar a sua atenção em novos conteúdos[71]. Não sendo possível reter a totalidade das produções verbais que recebemos, a selecção do que é, em cada momento, mais importante revela-se um aspecto fundamental na compreensão discursiva. Neste sentido, «do ponto de vista cognitivo, um texto pode ser encarado como um processo de activação de elementos pertencentes ao conjunto de conhecimentos e suposições partilhados pelos intervenientes na produção e interpretação desse texto e, simultaneamente, como um processo de introdução e armazenagem de elementos cognitivos novos»[72].

O processamento de informação integra, então, duas funções centrais: a função de incorporar novos conteúdos na(s) memória(s) e a função de aceder a conteúdos previamente armazenados. Langacker (1987) sugeriu que as expressões linguísticas significam não por si só mas pelo facto de facultarem o acesso a informações memorizadas e, assim, poderem ser adequadamente interpretadas. Ou seja, mesmo no caso de expressões que referem objectos concretos da realidade extralinguística, o significado é construído, e não dado. Por conseguinte, explicitar o significado das expressões linguísticas passa não tanto por descrever a

[70] Nesta abordagem, é evidente a analogia entre o sistema cognitivo e o computador, quer quanto à arquitectura, quer quanto ao modo de processamento da informação; cf. Caron (1995) e Faria (1996).
[71] A concepção da leitura como processo cíclico caracteriza o *landscape model*, teoria de interpretação discursiva proposta por van den Broek e explicitada em Gaddy, van den Broek e Sung (2001). Este ciclo inclui os processos de activação (introdução de um novo referente), reactivação (activação de um referente já mencionado) e desactivação (deslocação da atenção para um outro referente, de modo que o referente que estava em foco deixa de estar), numa permanente competição – entre a informação nova e as informações já processadas – pelos limitados recursos da memória de trabalho.
[72] Duarte (2003a: 118).

realidade objectiva, como por dar conta dos processos cognitivos subjacentes à compreensão discursiva.

Para aceder a um determinado conceito, o alocutário deve seleccioná-lo entre os que se encontram armazenados na sua memória de curta ou de longa duração. Designa-se por activação a operação cognitiva de disponibilizar uma informação na memória de trabalho. O conceito de activação, que constitui uma medida gradual da quantidade de atenção que o alocutário dá um determinado conteúdo, assenta em três ideias-chave: a de estado (activado, desactivado, semiactivado), a de alteração desse estado devido a um evento cognitivo, e a de estrutura cognitiva que estimula as alterações[73].

A activação é potenciada, na produção verbal, por mecanismos linguísticos de saliência, isto é, pelo aumento da importância relativa de conteúdos em torno dos quais se organiza a representação semântica. Como estímulo verbal para a activação, certos elementos são colocados em relevo de modo a que a informação que veiculam, introduzem ou relacionam se mantenha acessível durante mais tempo do que o conteúdo daquelas a que o locutor não confere tanta importância. A atenção do alocutário é, consequentemente, concentrada nessas unidades, o que facilita a construção de uma representação mental semelhante à do locutor[74].

Por exemplo, «em geral, um tópico tem a função cognitiva de seleccionar e activar um elemento existente na memória passiva do alocutário, transferindo-o

[73] Sublinhe-se que as teorias de compreensão discursiva baseadas no conceito de activação constituem modelos de funcionamento (e não de modificação) de estruturas cognitivas.

[74] Para Sperber e Wilson (1986), estes estímulos devem atrair a atenção da audiência a quem são dirigidos (de modo a mobilizar os processos de tratamento de informação) e, simultaneamente, salientar a intenção do locutor (que passa precisamente por dar maior relevo a certos conteúdos). O grau de atenção, segundo Langacker (1987), depende dos níveis de intensidade ou de energia que caracterizam os processos cognitivos num dado momento.

para uma memória activa em que possa ser combinado com novos elementos cognitivos introduzidos pelo comentário»[75].

E assim, o locutor colabora na criação de uma representação mental coerente por parte do alocutário, utilizando pistas de orientação, que fazem com que a compreensão discursiva seja mais eficiente[76]. O alocutário usa essa orientação para recriar a coerência e realinhar a sua interpretação com o que o locutor tem em mente. A articulação dos conceitos activados a partir de estímulos discursivos e a sua fixação numa organização particular configuram as duas fases da construção de uma representação semântica.

Entre os factores que, fornecendo pistas de interpretação[77], indicam a importância relativa dos diferentes componentes do enunciado, contam-se os

---

[75] Duarte (2003a: 118). Autores como Grenoble (1998), Wallace (1982) e Hopper (1979) elaboraram listagens hierarquizadas da saliência das categorias linguísticas; cf. secção 4.2.4. do capítulo 4.

[76] Entre as teorias da compreensão discursiva consentâneas com a concepção instrucional das unidades linguísticas, salienta-se a teoria da acessibilidade – cf. Ariel (2001). No âmbito deste modelo, procede-se à análise das expressões referenciais segundo graus de acessibilidade mental variáveis. A ideia-chave que preside a esta teoria pode resumir-se da seguinte forma: as expressões referenciais dão instruções ao alocutário para aceder a uma determinada informação da sua memória, indicando qual o seu grau de acessibilidade num dado estado do desenvolvimento discursivo. Na verdade, os falantes não usam arbitrariamente diferentes expressões referenciais; há um padrão sistemático subjacente à selecção de pronomes e de sintagmas nominais. Cada expressão referencial codifica um grau específico de acessibilidade mental: quanto menos acessível na memória for um dado referente, mais elaborado é o marcador referencial que o falante usa e mais lento é o processamento da informação que ele contém; deste modo, as expressões referenciais podem ser perspectivados como marcadores de acessibilidade. O pronome pessoal *ela*, por exemplo, codifica simultaneamente as informações "feminino singular" e "elevado grau de acessibilidade" ou "informação dada"; o sintagma nominal *a minha amiga*, pelo contrário, indica um "baixo grau de acessibilidade" ou "informação nova". Baseada na hipótese segundo a qual a interpretação das expressões linguísticas consiste em procedimentos de natureza diversa (alguns dos quais derivados linguisticamente e outros associados extralinguisticamente por inferência), esta teoria relaciona as expressões referenciais e o seu uso com base num princípio cognitivamente motivado. A codificação linguística da acessibilidade aos referentes constitui, por isso, um tema central quer na produção, quer na compreensão discursiva.

[77] Gaddy, van den Broek e Sung (2001) distinguiram estas pistas segundo a sua natureza linguística (indicadores de função e relevância, por exemplo) ou estrutural (género discursivo, títulos, subtítulos). No caso exclusivo dos textos escritos, verifica-se ainda a

conectores e organizadores textuais[78], e, no caso específico da oralidade, a entoação[79]. O tópico de frase e o emprego de tempos verbais (como o uso alternado, em sequências narrativas, do pretérito perfeito simples e do pretérito imperfeito) são também dois meios de colocar em relevo um determinado referente ou estado de coisas. O tópico de frase desempenha a função cognitiva de seleccionar uma unidade de informação que o alocutário possui armazenada na memória e salientá-la relativamente a outras. A alternância daqueles dois tempos verbais configura um procedimento que serve geralmente para destacar os estados de coisas referidos em enunciados no pretérito perfeito simples em relação aos que constituem um segundo plano (as situações indicadas em enunciados no pretérito imperfeito). Kintsch (1992) e Givón (1995) demonstraram que as pistas sintácticas funcionam como instruções para o processamento dos conteúdos veiculados discursivamente, porquanto assinalam ao alocutário o que é mais importante para a construção da sua representação mental.

Na verdade, Kintsch (1992) propôs um modelo híbrido de processamento da informação textual, sugerindo que dois canais paralelos mantêm-se activos durante a compreensão discursiva: um, orientado para a interpretação dos conteúdos de natureza lexical; outro, vocacionado para tratar a informação de carácter gramatical. Na sequência desta reflexão, o autor conclui que «we have finally found a use for syntax in a psychological processing model. It provides the

---

existência de pistas de carácter tipográfico (como a mancha gráfica, o uso de negrito, itálico ou sublinhado, e a variação de cor).

[78] Turco e Coltier (1988), por exemplo, demonstraram que a função de organizadores textuais, como os marcadores de integração linear, consiste em fornecer instruções para a interpretação discursiva, dado que não contribuem para o valor de verdade das proposições.

[79] Vários estudos comprovaram que, nas narrativas orais, os elementos prosódicos desempenham um papel importante. Noordman *et alii* (2001) demonstraram que a estrutura do texto se reflecte sistematicamente na duração das pausas. Kumpf (1987) estudou a variação na amplitude e na altura dos tons, e concluiu que a estrutura prosódica está fortemente associada à estrutura textual. Na produção, os elementos prosódicos são relevantes para a organização discursiva; na interpretação, revelam-se determinantes para o processamento da informação.

comprehender with "weak" but general methods for comprehension, to be complemented by "strong" knowledge-based and domain specific methods»[80]. Os dois domínios (conhecimento lexical específico e pistas de processamento gramatical) contribuem, portanto, para o estabelecimento de uma representação mental coerente.

Por conseguinte, a própria organização discursiva exibe não apenas uma representação dos estados de coisas referidos, mas também o grau de relevância dos diferentes conteúdos manifestados[81]. De facto, a compreensão do conteúdo proposicional do discurso é facilitada pela utilização de unidades que, operando a nível estrutural, indicam a organização textual, salientando o que há de mais importante a reter.

Todavia, o que está no centro da atenção num dado ponto do discurso altera--se à medida que este progride. A interpretação textual envolve a capacidade de o alocutário concentrar a sua atenção nos conteúdos mais relevantes do discurso nos momentos adequados. Devido às já referidas limitações da memória de trabalho, os fenómenos de declínio mnemónico, de saliência e de activação desempenham um papel importante na comunicação verbal.

Como vimos, no âmbito das teorias dinâmicas da compreensão discursiva, a ideia de activação é consentânea com a perspectiva de que cada elemento (ou grupo de elementos) da mensagem verbal pode constituir-se como operador de uma instrução[82]. A compreensão é concebida como a resolução de um problema

[80] Kintsch (1992: 158). Givón (1995) argumentou subsequentemente que a gramática terá evoluído como mecanismo que permite acelerar o processamento de informações, quer a nível local, quer a nível global.

[81] O grau de relevância de uma nova informação é avaliado segundo a "melhoria" das representações mentais que comporta a sua integração na memória. Esta "melhoria" das representações mentais concretiza-se necessariamente pela introdução de nova informação e, eventualmente, pela remoção de informação desactualizada.

[82] Kamp e Reyle (1993), por exemplo, evidenciaram o carácter instrucional dos tempos verbais; cf. secção 3.4. do capítulo 3.

que consiste no processamento de um conjunto de instruções textuais, que se dirigem à informação contida na memória, com o objectivo último de a modificar. Na base desta concepção, está a ideia segundo a qual «language does not carry meaning; it guides it»[83]. Ou seja, mais importante do que a significação das expressões verbais, é a sua função de orientar a construção dos significados através de processos que os locutores dominam.

Nestes modelos explicativos, o sentido de um enunciado é concebido como um modificador contextual; na medida em que dá instruções para o alocutário transformar um contexto noutro, é o enunciado que constrói, que determina o contexto e não o inverso. O contexto apresenta-se, assim, como realidade cognitiva.

Qualquer representação semântica é susceptível de ser constantemente adaptada e enriquecida. Deste modo, os textos não constituem unicamente meios de representação e de armazenamento de informações. Eles são, acima de tudo, formas básicas de construção do conhecimento, quer a nível individual, quer a nível social. Dada a dimensão interactiva da construção do significado, a compreensão textual não se esgota na interpretação adequada do significado de cada um dos enunciados que o compõem e sua subsequente adição.

Na verdade, a compreensão do discurso é um processo complexo, que envolve o tratamento de uma grande quantidade de dados localizados em diferentes níveis: a cadeia sonora, a organização sintáctica e a estruturação textual, o conhecimento do mundo armazenado na memória (e activado selectivamente), sempre tendo em consideração o quadro interaccional em que se integram os interlocutores (papéis sociais, coordenadas espaciais e temporais, características socioculturais do meio em que se encontram, etc.). Estão ainda envolvidos outros factores, como as estratégias de cooperação usadas na comunicação verbal (evidenciadas pelas máximas conversacionais de Grice) e os processos de

[83] Fauconnier (1984: xxii).

inferência (as ligações conceptuais que o alocutário deve estabelecer para preencher as dimensões implícitas do significado atestadas em qualquer texto). Por isso, van Dijk e Kintsch (1983: 333) defenderam que «it borders on the miraculous how many subtasks people perform, how many points they keep track of, and how many constraints they respect when comprehending discourse – all normally without apparent effort, in a routine manner».

Deste modo, para uma descrição global e adequada do texto, enquanto produto verbal de um locutor inserido numa dada situação e que age com uma finalidade precisa, é imprescindível o concurso de disciplinas diversas, entre as quais se contam a Pragmática, a Psicolinguística, a Sociolinguística, a Análise do Discurso e a Linguística Textual.

1.4. CLASSIFICAÇÕES DE TEXTOS

A questão do agrupamento de textos segundo as semelhanças que revelam tem sido central no âmbito da Linguística Textual. Propomo-nos, de seguida, especificar o lugar e a relevância que as teorias das classificações textuais ocupam numa investigação em Linguística Textual. Tais classificações têm sido objecto de reflexão permanente entre os teorizadores desta área e, desde a emergência da disciplina, foi repetidamente afirmado que um dos seus principais objectivos residia na elaboração de tipologias textuais.

A importância das classificações revela-se, portanto, quer sob um ponto de vista programático, quer sob um ponto de vista epistemológico. Na verdade, se perspectivarmos as tipologias textuais como um fim em si mesmas, estaremos a secundarizar um aspecto decisivo: a relevância destas classificações em investigações linguísticas subsequentes. A afirmação da Linguística Textual enquanto disciplina científica passou, num dado momento, pelo estabelecimento

de tipologias de textos, que constituíram, em muitos casos, bases seguras para desenvolvimentos posteriores, nomeadamente para investigações que se apoiassem nas classes propostas. Por conseguinte, a emergência de tipologias textuais deve ser perspectivada não só como um objectivo primordial da Linguística Textual, mas também como uma primeira etapa a partir da qual esta disciplina se pôde afirmar de forma metodologicamente sólida e teoricamente coerente. Tal facto apenas sublinha a evidência de que as tipologias (textuais ou outras), regra geral, se inscrevem num determinado projecto científico.

Propomo-nos, nesta secção, começar por efectuar uma reflexão acerca da actividade de classificar para, em seguida, abordarmos diferentes modos de agrupar os textos.

Se uma classificação constitui um modo de ordenação de entidades, é necessário estabelecer os pressupostos metodológicos que lhe devem estar subjacentes, o que, segundo Rollin (1981), equivale a responder às seguintes questões: porque há a necessidade de elaborar classificações? Como se procede? Como se põe à prova uma classificação? E como se selecciona, entre duas ou mais classificações distintas, a melhor? As considerações que se seguem enquadram devidamente estas questões.

A ideia que preside à elaboração de classificações textuais pode ser resumida do seguinte modo: subjacente à infinita diversidade das manifestações linguísticas e à irredutível singularidade de qualquer texto original, é possível encontrar regularidades e características idênticas em textos empiricamente distintos. Classificar textos consiste em identificar semelhanças e diferenças entre objectos linguísticos únicos, a partir de determinadas propriedades, que são seleccionadas pelo autor da classificação em função da sua importância. Qualquer tentativa de categorização tem como objectivo conferir uma dada ordem a um grupo de entidades distintas.

Além disso, qualquer teorizador que proponha uma classificação textual encontra-se perante um dilema. Se a tipologia prevê um número elevado de

classes, adequar-se-á melhor ao conjunto de objectos empíricos a que se aplica, e reflectirá, de forma mais rigorosa, as características próprias de cada classe; todavia, perderá grande parte da sua funcionalidade, devido à ramificação justificada pelo maior grau de detalhe. Se a tipologia for composta por um número muito restrito de classes, ainda que seja mais facilmente aplicável, tenderá a reduzir a diversidade e complexidade inerentes aos textos. Logo, o objectivo de quem classifica é produzir uma tipologia suficientemente detalhada, de modo a reflectir a complexidade dos objectos classificados, mas não tão ramificada ao ponto de se tornar inútil, dada a sua falta de aplicabilidade.

O grau de relevância das propriedades tomadas em consideração depende, entre outros factores, da área de investigação em que se inscreve o autor da tipologia e dos objectivos que pretende atingir. Quando se procede à actividade de classificar, é necessário focar a atenção em certas propriedades, salientando-as, e abstrair de outras, menosprezando-as. Constitui, por conseguinte, uma representação selectiva da totalidade e da complexidade de um conjunto de objectos. Desta forma, como salientou Schnewly (1991), as tipologias são construções teóricas que têm como finalidade a apreensão e compreensão de certos fenómenos precisos.

Uma classificação funda-se em três parâmetros: um domínio de aplicação (neste caso, o conjunto de textos compostos por signos linguísticos), critérios de categorização e a explicitação do modo como se aplicam esses critérios ao domínio em questão.

Autores como Östman e Virtanen (1995) e Pilegaard e Frandsen (1996) argumentaram que é possível distinguir dois grandes conjuntos de abordagens no domínio das classificações textuais: uma que se funda em critérios de natureza externa e que se aplica a textos completos − cujas categorias correspondem a géneros discursivos; e outra que se baseia em critérios de natureza interna e que se aplica a segmentos textuais − cujas categorias correspondem a tipos de textos.

No quadro seguinte, estão listados os principais critérios utilizados na configuração de tipologias textuais, segundo Petitjean (1989).

Critérios	*Exemplos de oposições que propiciam*
Conteúdo temático	romance cor-de-rosa *vs*. romance policial
Organização global	narração *vs*. descrição *vs*. argumentação
Organização local	1.ª pessoa + *passé composé* *vs*. 3.ª pessoa + *passé simple*
Modo enunciativo	momento da enunciação *vs*. outro momento
Modo comunicacional	texto sério *vs*. texto fictivo
Intenção comunicativa	texto que informa *vs*. texto que argumenta
Acto de linguagem	acto directivo *vs*. acto expressivo
Função perlocutória	texto para fazer rir *vs*. texto para instruir
Destinatário	carta pessoal *vs*. roteiro turístico
Modo de sociabilidade	texto inovador *vs*. texto ritualizado
Suporte	texto oral *vs*. texto escrito

Na base de uma qualquer classificação, há, por conseguinte, critérios que podem ser da mais variada índole − quer em função dos objectivos a atingir, quer da área em que o seu autor se inscreve. É necessário, pois, explicitar e testar a validade dos alicerces que sustentam as tipologias. A avaliação de uma dada classificação decorre, sobretudo, do seu maior ou menor grau de adequação aos fenómenos que são objecto de análise, bem como da riqueza e da pertinência das conclusões que ela viabilizou, sempre que foi tomada como ponto de partida. Por outro lado, há que ter em consideração que, dependendo dos parâmetros usados para estabelecer as tipologias textuais, elas podem ter carácter provisório,

porque são susceptíveis de serem alteradas devido, no caso das práticas discursivas humanas, aos desenvolvimentos diacrónicos de uma actividade eminentemente social.

Segundo Isenberg[84], há quatro princípios metodológicos que devem subjazer à elaboração de classificações − homogeneidade, monotipia, não-ambiguidade e exaustividade −, princípios que são igualmente úteis para a validação das mesmas.

As entidades que são objecto de classificação devem apresentar semelhanças entre si, para que não se incluam objectos essencialmente diversos. Numa tipologia textual, são os textos que motivam a actividade de classificar, isto é, entidades constituídas por signos linguísticos, dispostos segundo regras dominadas pelos locutores de uma dada língua natural. Logo, toda e qualquer manifestação verbal prefigura um objecto classificável numa tipologia de textos.

As classificações devem também conter explicitações de tal modo claras e inequívocas que impossibilitem que uma entidade se possa inscrever em mais do que uma classe num mesmo nível hierárquico da classificação. Acontece que, por vezes, nas classificações textuais, podem surgir dúvidas quanto à categoria em que se integra um determinado texto. Tal sucede quando um dado critério prevê que as distinções entre as classes sejam assinaladas, não como uma oposição binária, mas como uma escala de valores (de natureza graduável, por definição).

Além disso, uma tipologia deve incidir sobre todas as entidades do conjunto que é objecto de classificação, o que equivale a dizer que ela deverá prever classes suficientes, quer em número, quer em extensão conceptual, esgotando, assim, todas as possibilidades. Se os princípios da exaustividade e da não-ambiguidade forem respeitados, qualquer texto deverá ser susceptível de se incluir numa, e numa só, das categorias previstas na classificação.

[84] Cf. ISENBERG, H. (1978), "Probleme der texttypologie", *Variation und determination von texttypen*, Leipzig. Publicação referida em Petitjean (1989).

A existência de hesitações e confusões terminológicas reclama a explicitação e a delimitação, rigorosa e clara, das designações e dos conceitos mais relevantes. Já referimos que, na concepção adoptada na nossa investigação, texto e discurso indicam um mesmo objecto. Mas também a designação tipos de texto se tem prestado a equívocos, uma vez que aponta (em função da área do conhecimento ou do quadro teórico em que se inscreve) para objectos distintos. A ausência de uma clara delimitação de conceitos dificulta o uso das designações adequadas quer ao objecto, quer ao nível de abstracção que se pretende referir, facto que redunda, por vezes, em ambiguidades ou equívocos. Torna-se, pois, necessário restituir-lhes o carácter operatório, uma vez que, se tais denominações servem para designar indiferentemente vários conceitos, então elas não servem de muito a um investigador.

É conveniente começar por estabelecer uma rigorosa distinção (que passa, na perspectiva que adoptámos, pela sua hierarquização) entre tipos de discurso e géneros discursivos[85]. No âmbito de uma comunidade que se identifica pelos seus rituais verbais, as actividades linguísticas são susceptíveis de serem caracterizadas a nível institucional. Os tipos de discurso configuram-se no seio de certas instituições humanas, que designamos por formações sociodiscursivas e se apresentam como produtoras de textos. Um tipo de discurso constitui, portanto, uma abstracção elaborada a partir da identificação da formação sociodiscursiva[86] de onde procedem textos[87]. Um género discursivo pode definir-se como uma

[85] Seguimos as concepções de Petitjean (1989), Adam (1990, 1992) e Maingueneau (1993, 1996).

[86] O conceito de formação discursiva foi sugerido por Foucault em *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969.

[87] A noção de tipo de discurso define «pour une époque donnée un certain nombre de secteurs de l'activité discursive tout en prescrivant à l'auditeur ou au lecteur le type de comportement qu'il doit entretenir avec le texte», Maingueneau (1993: 144).

construção abstracta, concebida a partir de um conjunto de propriedades (de natureza formal, temática, estrutural, funcional, etc.) inerentes aos discursos emanados de uma determinada formação sociodiscursiva. Porque se situam em níveis de abstracção distintos e englobam elementos que mantêm uma relação de hiponímia entre si, os conceitos de tipo de discurso e género discursivo implicam-se mutuamente.

Segundo Swales (1990: 61), «genres vary significantly along quite a number of parameters». A título de exemplo refira-se que, embora dois géneros sejam originários de uma mesma formação sociodiscursiva, eles distinguem-se pelas suas características específicas, que relevam de factores como o tema abordado, a estrutura do texto (determinada por condicionalismos linguísticos, argumentativos, pragmáticos, etc.), a sua finalidade e o público a que se destina. A oração, a prece e a parábola, por exemplo, são géneros discursivos que se incluem no tipo de discurso religioso; a mesma relação de inclusão se verifica entre romance, soneto e tragédia e o discurso literário; ou entre decreto-lei, código e parecer e o discurso jurídico. O quadro seguinte esquematiza a distinção que acabámos de estabelecer entre tipos de discurso e géneros discursivos.

TIPOS DE DISCURSO	*GÉNEROS DISCURSIVOS*
Discurso religioso	Sermão Oração Parábola Bula etc.
Discurso literário	Romance Conto Soneto Tragédia etc.
Discurso jurídico	Decreto-lei Estatuto Código Despacho etc.
...	...

Sendo o género uma categoria que toma a forma de um horizonte de expectativa da actividade linguística, a sua relevância consubstancia-se quer no nível da produção, quer no nível da interpretação.

Do ponto de vista da produção, o surgimento de um novo texto é sempre enformado pela noção de género. Deste modo, parece-nos pertinente a ideia de uma escala de valores, que oscila entre os pólos da prescrição (submissão às regras instituídas) e da subversão (derrogação dessas mesmas regras). É, pois, legítimo concluir que, numa dada formação sociodiscursiva, os géneros dão forma às

produções verbais: são eles que regulam os diferentes planos de organização textual[88].

Do ponto de vista da recepção, os textos manifestam propriedades (formais, temáticas, estilísticas, pragmáticas, etc.) que nos permitem agrupá-los, no âmbito da formação sociodiscursiva que esteve na sua origem, em diferentes géneros discursivos. Deste modo, no conceito de género discursivo, designadamente porque lhe subjaz uma dada memória colectiva, radica, em parte pelo menos, a noção de intertextualidade. Por configurarem modos de textualização típicos de uma dada formação sociodiscursiva, os géneros são subcategorizados num determinado tipo de discurso, o qual engloba toda a produção verbal da instituição em que se enquadram.

Qualquer género discursivo enforma um determinado horizonte de expectativas por parte do alocutário. Nesse sentido, os géneros constituem-se como instância reguladora que auxilia o alocutário no processamento do texto, porquanto a sua identificação é um processo decisivo para a interpretação dos produtos verbais. A partir desse reconhecimento preliminar, é possível prever, frequentemente, a estrutura do texto, a sua extensão, as suas finalidades, etc. Tais previsões, evidenciando a noção de competência textual, sublinham a ideia segundo a qual, desde o início de um texto, os falantes são sensíveis ao todo discursivo.

Tenha-se em atenção que os conceitos de oração, de soneto ou de decreto--lei constituem abstracções construídas com base nas propriedades manifestadas por textos empíricos. Por outras palavras, na tripartição tipos de discurso/géneros discursivos/textos, os únicos objectos observáveis são os textos.

Vimos já que, no âmbito de cada formação sociodiscursiva, as práticas de comunicação verbal conduzem à emergência de formas relativamente estáveis de enunciados (dos pontos de vista temático, composicional e estilístico), que se

[88] Cf. Bakhtine (1984a).

caracterizam por um elevado grau de adequação à esfera de actividades em que emergem. Em cada época, cada grupo social possui um reportório próprio de géneros discursivos. À medida que a actividade desse grupo se complexifica, também os géneros se ampliam, o que evidencia a sua evolução histórica (manifestada, segundo a concepção de Bakhtine, na diferenciação entre géneros primários – mais simples - e géneros secundários – mais complexos).

Os géneros constituem, por conseguinte, formas mais ou menos cristalizadas, normativas e impessoais que regulam a comunicação verbal. Os falantes, possuidores de um vasto reportório de géneros, actualizam-nos constantemente, e, segundo Bakhtine (1984a), eles organizam a fala da mesma maneira que a gramática das línguas naturais. Por outras palavras, as práticas discursivas nunca são combinações absolutamente livres de unidades linguísticas. E tal não se deve apenas às prescrições de géneros discursivos impostas pela situação de enunciação, mas também ao conceito de dialogismo, segundo o qual os destinatários de um determinado enunciado desempenham um papel não menosprezável na produção verbal, prefigurando-se como verdadeiros coenunciadores. Na opinião de Bakhtine (1984b: 319), «dans le mot, une voix créatrice ne peut jamais être que *seconde* voix».

Não é recente a teorização acerca da problemática do agrupamento de textos em classes, segundo as semelhanças que apresentam. Platão e Aristóteles foram os primeiros a abordar a questão de forma sistematizada, pelo que a perspectiva literária tem uma larga tradição na abordagem deste tema. A maior parte das propostas mais importantes acerca do agrupamento de textos é historicamente tributária dessa área de investigação. Tal facto não é de estranhar, se recordarmos que o interesse da Linguística pelo nível de análise textual emergiu sobretudo a partir do final dos anos 60 do século passado. Todavia, ao longo das últimas décadas do século XX, surgiram desenvolvimentos relevantes, tendo sido propostas algumas teorias fundadas em diferentes áreas de investigação linguística

(procedentes, em particular, da Linguística Textual, da Sociolinguística e da Psicolinguística)[89].

Num artigo de referência sobre esta temática, Petitjean (1989) agrupou as classificações textuais segundo o objecto a classificar e a abordagem efectuada, elaborando uma verdadeira tipologia de tipologias, com base em dois parâmetros: a utilização de um ou mais critérios na actividade de classificar e o maior ou menor grau de heterogeneidade desses mesmos critérios. Distinguiu entre tipologias homogéneas (as que se fundam numa base tipológica única), tipologias intermediárias (baseadas quer no modo enunciativo, quer na intenção de comunicação, quer ainda nas condições de produção) e tipologias heterogéneas (as que são motivadas por critérios variados – por exemplo, de natureza temática, estrutural, funcional, etc.).

Petitjean (1989) reservou o uso de designações próprias para cada tipo de classificações textuais, atitude que coincide com as decisões terminológicas que atrás tomámos[90]. Este autor designou por tipos de textos os objectos das classificações homogéneas. Os tipos de discurso referem-se às classes previstas nas tipologias intermediárias e, por fim, os géneros de discurso indicam os objectos das classificações heterogéneas, como se resume no quadro seguinte.

[89] Os psicólogos da linguagem evidenciaram o carácter intuitivo e espontâneo da operação mental de categorização, bem como a sua importância quer para a produção, quer para a compreensão dos textos. Por outro lado, «on doit aux sociologues […] une réflexion critique sur le caractère 'constituant' des genres», Petitjean (1989: 88).

[90] Recorde-se, todavia, que Petitjean, ao contrário do que fazemos neste estudo, procedeu à distinção entre os conceitos de texto (objecto linguístico) e discurso (produção verbal contextualizada).

TIPOS DE CLASSIFICAÇÕES	NATUREZA DOS CRITÉRIOS	OBJECTOS DAS CLASSIFICAÇÕES
Classificações Homogéneas	*Cognitiva*	***Tipos de texto***
Classificações Intermediárias	*Funcional*	***Tipos de discurso***
	Enunciativa	
	Situacional	
Classificações Heterogéneas		***Géneros de discurso***

Os tipos de texto configuram-se em torno de um conceito unidimensional (de natureza cognitiva), enquanto os tipos de discurso relevam de regularidades sistematicamente associadas à situação em que se dá a produção verbal (parâmetros da enunciação, formações sociodiscursivas, etc.); logo, paralelamente à dimensão textual, consideram-se as dimensões social, pragmática e enunciativa do produto verbal. Por fim, os géneros de discurso designam objectos semióticos pluridimensionais, e advém desse facto a maior heterogeneidade que caracteriza os critérios tipológicos que estão na sua origem.

Procederemos, de seguida, a uma reflexão acerca destas diferentes formas de classificar textos. Faremos referência apenas a algumas das tipologias propostas, designadamente as que são, em nossa opinião, mais relevantes, quer por razões que decorrem da sua importância intrínseca, quer pela sua conformidade para ilustrar a classe em que Petitjean as integra.

As tipologias heterogéneas compreendem critérios de agrupamento de textos bastante diversificados, desde a intenção comunicativa ao conteúdo temático, desde os condicionalismos temporais e espaciais da enunciação à estrutura textual e às marcas linguísticas manifestadas na superfície do texto, desde o estatuto dos locutores e dos alocutários ao suporte e modo de difusão do produto verbal. Os objectos sobre os quais incidem são designados géneros. Segundo Kerbrat-Orecchioni (1980: 170), «tout genre se définit comme une constellation de

propriétés spécifiques […] qui relèvent d'axes distinctifs hétérogènes (syntaxiques, sémantiques, rhétoriques, pragmatiques, extralinguistiques, etc.)». Trata-se de configurações de escolhas progressivamente cristalizadas dentro de um grupo social.

Os géneros literários e religiosos atrás referidos constituem alguns exemplos de produtos verbais que se inscrevem nas tipologias heterogéneas. A diversidade e a natureza multifacetada dos critérios que lhes subjazem estão na base da proliferação de géneros discursivos. Este facto tem como consequência a elevada dificuldade em proceder à actividade de classificação de um modo minimamente satisfatório, respeitando os princípios enunciados por Isenberg. Segundo Bronckart, o conjunto dos géneros é, por natureza, inclassificável, pelo menos de um modo definitivo.

Vejamos alguns exemplos da diversidade de critérios que subjaz às classificações de géneros. Dentro dos géneros discursivos que se integram no discurso religioso, distinguimos entre sermão e oração com base num critério que releva dos interlocutores a quem se dirige, apesar de ambos os géneros configurarem actos ilocutórios directivos. Já o sermão e a bula se diferenciam porque aquele ocorre predominantemente na oralidade, enquanto esta se apresenta geralmente como texto escrito e configura um acto ilocutório declarativo.

No âmbito do discurso literário, a autobiografia e o romance distinguem-se segundo o critério de ficcionalidade que caracteriza este último género narrativo; além disso, a autobiografia é necessariamente uma narrativa de 1.ª pessoa. O sub--género romance policial remete para uma história relacionada com actividades ilícitas e subsequentes investigações policiais; é, portanto, o conteúdo temático que determina a sua inscrição num dado sub-género, no que se distingue do romance epistolar, em cuja designação reconhecemos a estrutura organizativa. Estes exemplos extraídos do discurso religioso e do discurso literário evidenciam claramente a heterogeneidade dos critérios que enformam os géneros discursivos e

a razão pela qual as suas designações têm múltiplos referentes – associados a propriedades estruturais, comunicativas, etc.

Por outro lado, há que ter em consideração que os géneros evoluem e se tornam mais complexos, no que acompanham as instituições sociais de onde são originários. Segundo Adam (1999: 90-91), os géneros discursivos encontram-se permanentemente numa tensão entre dois princípios contraditórios mas complementares:

a) um princípio de fechamento, com propensão normativa – força centrípeta de identidade, que remete para a sujeição à convenção e à tendência para reproduzir modelos atestados no passado[91];

b) um princípio de abertura, com propensão subversiva – força centrífuga de diferença, a qual abre os géneros para a variação e a inovação.

Este preceito propicia a diversidade das práticas discursivas; aquele revela-se indispensável para a compreensão das interacções verbais.

Uma vez que cruzam critérios de natureza diversa, susceptíveis de reformulação e de multiplicação, os géneros discursivos dão origem a classificações textuais instáveis[92]. Dada a crescente complexidade dos contextos em que as produções verbais emergem, facto relacionado com a variação diacrónica das práticas discursivas, os géneros são categorias que se caracterizam, tendencialmente, por uma infinita diversidade[93].

[91] É este princípio que confere aos géneros o que Wittgenstein designou por "ar de família".

[92] Bronckart (1996: 110) referiu-se às fronteiras «floues et mouvantes» dos géneros. Todorov (1987) argumentou que não se trata de uma mera casualidade o facto de a epopeia e o romance serem géneros narrativos típicos de épocas históricas distintas. Aplicada à questão dos géneros discursivos, a teoria da deformabilidade de Culioli (referida por Bouquet (1998b)) defende a ideia segundo a qual cada género tem a sua origem na deformação de um outro género.

[93] Adam (1999) assinalou que Dimter listou cerca de mil e cem designações de diferentes géneros.

Sublinhemos, por fim, esta ideia, central na temática dos géneros discursivos, salientada por Bakhtine (1984a): nenhum texto pode ser produzido unicamente pelo sistema funcional da língua. Por outras palavras, uma língua natural não é, em caso algum, o único sistema semiótico que condiciona a actividade linguística; outras codificações sociais (a formação sociodiscursiva de onde o texto é originário e o género em que é enformado, por exemplo) interferem com a comunicação verbal.

Em suma, segundo Adam (1999), os géneros discursivos são categorias, simultaneamente, prototípicas (definíveis não como classes discretas mas em termos de tendências predominantes), empíricas (sendo indispensáveis quer à produção, quer à recepção dos textos) e reguladoras das práticas discursivas.

Passemos, de seguida, a uma reflexão sobre as tipologias intermediárias, às quais associamos os conceitos de tipo de discurso e de modo enunciativo. Petitjean (1989) distinguiu três classes: tipologias funcionais (ou comunicacionais), enunciativas e situacionais.

As tipologias funcionais baseiam-se nas funções comunicativas que os textos assumem ou nos tipos de acções que eles realizam. As propostas de Bühler[94] e de Jakobson[95] são dois exemplos destas classificações. Na verdade,

[94] A classificação de Bühler (originalmente proposta em 1934) funda-se numa visão particularmente simplista do acto comunicativo, segundo a qual há sempre três elementos necessários para que se processe a comunicação verbal: um locutor, um alocutário e um mundo externo a estes actores. Se a linguagem utilizada incidir preferencialmente no produtor, então o texto enunciado será de tipo expressivo; se incidir no alocutário, será de tipo apelativo; se incidir no mundo referencial, será de tipo representativo; cf. Bühler (1950).

[95] A tipologia de Jakobson (originalmente apresentada em 1960; seguimos a tradução francesa datada de 1963), embora semelhante nos critérios e na perspectiva de abordagem dos textos, é mais complexa porque prevê um maior número de elementos imprescindíveis ao acto de comunicativo. A partir da concepção de Bühler, e incorporando as aportações da teoria da comunicação (nomeadamente, o modelo genérico do acto comunicativo de Shannon e Weaver), este autor concebeu a comunicação verbal como uma actividade que só pode ocorrer dada a compresença de seis factores: além de emissor, receptor e contexto (já referidos por Bühler), faz intervir o contacto, a mensagem e o código. A cada um dos elementos imprescindíveis à comunicação corresponde, também nesta concepção, uma função da linguagem; cf. Jakobson (1963).

ambas pretenderam constituir-se como teorizações acerca das funções da linguagem verbal; mas, ainda que de modo subsidiário às intenções iniciais dos autores, é possível entrever diferentes classes de produtos verbais a partir dos motivos que levam um locutor a enunciar um dado texto, ou em função do tipo de acção que com ele se pretende exercer.

Foi já amplamente demonstrado que, no âmbito das tipologias funcionais, estamos em presença de classificações limitadas e pouco úteis[96]. Sublinhe-se, apenas, que, para a Linguística Textual, não parece ser muito produtivo tomar como modelo qualquer uma destas tipologias, na medida em que se revelam pouco pertinentes para descrever a organização discursiva dos objectos verbais sobre os quais incidem.

Há, todavia, um ponto relevante nas reflexões de Jakobson: a noção de dominante. Este conceito acabou por ser integrado na teorização de Adam (1992). Numa teoria que assenta na ideia de heterogeneidade das práticas discursivas, o conceito de dominante revela-se adequado e adquire grande vitalidade.

As tipologias enunciativas, por sua vez, fundamentam-se na relação entre os textos e os parâmetros que instauram as situações de enunciação em que emerge a produção verbal: locutor e alocutário, tempo e espaço.

A mais famosa destas tipologias resulta da distinção, preconizada por Benveniste, entre dois níveis de enunciação: história e discurso. Retomamos agora esta oposição, que se revelou decisiva para a deslocação do foco de atenção da Linguística de um locutor idealmente concebido para o sujeito falante

[96] Foram apontadas, entre outras fraquezas, a ausência de critérios formais de identificação de cada um dos tipos propostos (excepto para o tipo apelativo), a concepção da mensagem como factor inalienável da comunicação ao mesmo nível do emissor, do contexto, etc., (sendo aquela o produto da interacção dos restantes factores), e ainda a pouco clara delimitação entre os referentes dos conceitos de emissor e receptor, por um lado, e do contexto, por outro (emissor e receptor incluem-se necessariamente no contexto).

personalizado e inserido numa situação de enunciação enraizada em coordenadas sociais, espaciais e temporais determináveis.

A partir da verificação de que os tempos verbais do francês se distribuem por duas séries complementares, Benveniste opôs enunciação histórica (predominantemente reservada à escrita) a enunciação discursiva como dois modos de construção de textos. São as seguintes as propriedades que configuram o nível da história: procede-se à narração de eventos localizados no passado, pelo que, quanto a marcas linguísticas de superfície a nível temporal, os tempos verbais predominantes são o *passé simple*, o *imparfait* e o *plus-que-parfait* (verifica-se, portanto, um distanciamento temporal entre o objecto narrado e a situação de enunciação); excluem-se, além disso, as expressões verbais que designam os interlocutores intervenientes na situação de enunciação (os respectivos nomes próprios, e os deícticos tal como os pronomes pessoais de 1.ª e 2.ª pessoas, e as formas verbais flexionadas na 1.ª e 2.ª pessoas) . Da exclusão de todos os deícticos indiciais resultam textos em que os eventos parecem narrar-se a si mesmos, sem que haja intervenção de um locutor, uma vez que a expressão da subjectividade é pouco marcada na superfície do texto.

No modo de enunciação discursiva verifica-se o uso de todos os tempos verbais do francês (excepto o *passé simple*), embora com o predomínio do *passé composé*, do *présent* e do *futur*. A ancoragem deste nível nas coordenadas da situação de enunciação revela-se pelo facto de ocorrerem marcas linguísticas como os deícticos pessoais (pronomes pessoais como *eu* e *tu*), temporais e espaciais (adverbiais de tempo e de lugar como *aqui* e *agora*).

Benveniste integrou na sua concepção de discurso qualquer texto em que a ancoragem é feita relativamente aos parâmetros da situação de enunciação (tratando-se, por isso, de uma ancoragem deíctica). Sob o conceito de história, integrou qualquer texto em que a ancoragem se realiza independentemente das coordenadas da situação de enunciação (tratando-se, pois, de uma ancoragem de tipo anafórico). Ao distanciamento e autonomia relativamente à situação em que

se produz o texto, próprios da enunciação histórica, opõe-se a presença de elementos cuja referência aponta para os parâmetros da enunciação, no caso do discurso. Por conseguinte, a temporalidade independente da actualidade do locutor, que caracteriza a história, distingue-se da que encontramos na enunciação discursiva, determinada pela dimensão actual em que necessariamente se enraíza o locutor. No nível da história, abundam as referências internas ao mundo construído no texto, criando os seus próprios pontos de ancoragem, precisamente o inverso do que sucede no discurso, em que a ancoragem se processa a partir da situação de enunciação[97].

Tomando como base a tipologia de Benveniste, em Bronckart *et alii* (1985) foi proposta a sua ampliação para quatro classes[98]. Vimos, atrás, que, na teorização deste autor, a actividade linguística se concretiza em acções definidas por um contexto delimitado por parâmetros objectivos (o espaço do acto de produção, que integra os interlocutores, o local e o tempo em que se dá a produção verbal) e sócio-objectivos (o espaço da interacção social, no qual se inclui o quadro social, os papéis dos interlocutores e as respectivas finalidades), e ainda por outras representações (que definem o espaço referencial, no qual se integra o conjunto de conteúdos a comunicar).

[97] O carácter inovador desta abordagem, que identifica uma «tipologia discursiva básica, preexistente a e condicionante de uma caracterização estilística da língua escrita e da língua oral», foi sublinhado por Fonseca (1982: 46). A crítica que esta autora apontou à teoria dos níveis de enunciação releva da centralidade, concedida por Benveniste, à oposição entre *passé simple* e *passé composé*, que desvirtuou o fundamento deíctico da distinção entre narrativa e discurso, e dificultou a sua aplicação a outras línguas que não o francês. Sugeriu, por isso, que a superação dessa dificuldade passaria por conceder o devido relevo ao comportamento dos deícticos, distinguindo entre duas séries: a indicial, que integra o ponto de referência na situação de enunciação, e a anafórica, em que o ponto de referência é interior ao enunciado. Na perspectiva desta autora, mais do que a ocorrência de um tempo verbal em detrimento de outro, são estes dois paradigmas que caracterizam os tipos básicos de enunciação.

[98] Também Simonin-Grumbach (1975) propôs, com base na abordagem de Benveniste, uma outra classificação enunciativa, que previa cinco categorias, segundo os modos de ancoragem: discurso, história, discurso indirecto, textos teóricos e textos poéticos.

São estes parâmetros gerais da actividade linguística que orientam o processo de selecção do tipo de discurso, visando a sua adequação aos factores situacionais. Com base na intersecção entre as duas diferentes maneiras de os parâmetros da enunciação se relacionarem quer com os parâmetros referenciais, quer com os da interacção social, Bronckart concebeu quatro tipos de discurso, os quais configuram uma tipologia de modos enunciativos subjacentes aos textos.

A relação entre o espaço do acto de produção e o espaço da interacção social é susceptível de se desdobrar em dois níveis: implicação (se o lugar social estiver associado às coordenadas da situação de enunciação – locutor/alocutário, espaço e tempo) e autonomia (se não se verificar essa associação). No caso da relação de autonomia, as instâncias de agentividade, assim como a sua localização, não coincidem com as coordenadas da enunciação; precisamente o inverso sucede na relação de implicação. Consequentemente, para a interpretação dos textos em que se verifica esta relação, é indispensável o conhecimento das condições de produção subjacentes às práticas discursivas.

Já a relação entre o espaço do acto de produção e o espaço referencial pode ser de conjunção (no caso de os interlocutores, o espaço e o tempo da enunciação se reflectirem nas estruturas proposicionais do texto) ou de disjunção (se se proceder à ancoragem do texto em claro desfasamento com os parâmetros da situação de enunciação). Esta relação de disjunção implica a presença de uma origem espácio-temporal distinta da que subjaz à enunciação, pelo que se procede à narração dos estados de coisas. Quando se verifica uma relação de conjunção, as representações motivadas pelo texto têm como ponto de origem da sua organização espacial e temporal as coordenadas do momento da enunciação; neste caso, ocorre, não a narração, mas a exposição dos estados de coisas referidos no texto[99].

[99] A oposição entre expor e narrar foi fundamentada por Benveniste ao distinguir discurso e história.

O quadro seguinte apresenta os tipos de discurso que emergem da intersecção das relações mencionadas[100].

		Relação entre o espaço do acto de produção e o espaço referencial	
		Conjunção *(expor)*	**Disjunção** *(contar)*
Relação entre o espaço do acto de produção e o espaço da interacção social	**Implicação**	***Discurso em situação***	***Narrativa conversacional***
	Autonomia	***Discurso teórico***	***Narração***

Bronckart não atribuiu valor normativo à sua proposta de classificação. As categorias previstas instituem-se mais como constelações ou tendências arquetípicas do que como entidades discretas, sendo possível que um único texto articule diferentes tipos de discurso.

O autor propôs-se enumerar de forma mais detalhada as propriedades típicas de cada uma das classes, quer as que dizem respeito ao acto de produção, ao lugar social e aos objectivos da produção verbal, quer ainda as marcas de superfície mais atestadas. Por exemplo, o discurso teórico resulta de um esforço de abstracção relativamente ao contexto em que surge, pelo que, na sua formulação mais extrema, a verdade dos conteúdos que transmite é de natureza universal e intemporal, isto é, não depende do locutor, do espaço ou do tempo em que

[100] Esta concepção foi apoiada, entre outros autores, por Adam que, num artigo cujo título é sintomático quanto à sua opinião relativamente a essas duas tipologias enunciativas (precisamente "Pour en finir avec le couple récit/discours"; cf. Adam, Lugrin e Revaz (1998)), contestou a oposição binária proposta por Benveniste (1966), e manifestou concordância com a teorização de Bronckart.

emerge. Tendo como objectivo principal promover o conhecimento numa dada área e como destinatários os membros da classe profissional que lida com essa área, a instituição científica (entendida em sentido lato) é o lugar social onde predominantemente ocorre. Quanto às marcas linguísticas próprias do discurso teórico, Bronckart apontou, entre outras, a elevada densidade de organizadores e conectores argumentativos (dado que predomina uma estruturação textual de natureza lógico-argumentativa), de frases passivas e de nominalizações (de que resulta o apagamento do locutor na superfície do texto).

Tratemos agora das tipologias situacionais, que se fundam na análise das situações de comunicação e dos factores socioculturais que as condicionam, nomeadamente o domínio de actividade social no qual se produz o discurso.

Bronckart *et alii* (1985) enumeraram alguns lugares sociais como base para uma tipologia textual de natureza situacional. Os autores sublinharam o papel das instituições económicas e comerciais, políticas, literária, académico-científicas, familiar, mediáticas e ainda os lugares das práticas de contacto quotidiano. Definindo os lugares sociais como zonas de cooperação em que se articula a actividade institucional e a actividade linguística, tomaram as formações sociodiscursivas como ponto de partida da classificação, como origem da distinção entre diferentes tipos de discurso.

No âmbito da escola francesa de Análise do Discurso, Maingueneau e Cossutta (1995) distinguiram cinco tipos de discurso. Em função da relevância das formações sociodiscursivas de onde procedem, os seguintes cinco tipos de discurso foram designados discursos constituintes:

a) discurso religioso;

b) discurso científico;

c) discurso filosófico;

d) discurso literário;

e) discurso jurídico.

A classificação apresentada não esgota, evidentemente, os tipos de discurso existentes. Pode falar-se com propriedade de um discurso que releva do plano político[101], de um discurso jornalístico, de um discurso composto pelas conversas do quotidiano, além daqueles abstraídos a partir da lista dos lugares sociais elaborada por Bronckart e pelo seu grupo de trabalho.

Os cinco tipos de discurso primários são designados constituintes uma vez que têm a pretensão «de fonder et de n'être pas fondé[s]»[102] e, desse modo, dão sentido aos actos da comunidade. Originários de instituições humanas que englobam um conjunto de locutores autorizados e uma memória textual própria, eles reflectem permanentemente tensões e conflitos sociais, revelando posicionamentos de natureza diversa (teóricos, éticos, morais, políticos, etc.), condicionados por doutrinas, escolas, teorias, partidos ou tendências mais ou menos explicitadas. Por conseguinte, os tipos de discurso interferem uns com os outros, influenciando-se mutuamente, e esse é um aspecto que configura a sua própria natureza.

As formações sociodiscursivas (com actividades e objectivos próprios) garantem, por fim, a multiplicidade dos géneros discursivos, justamente devido à especificidade (social, histórica, cultural, etc.) de cada uma delas e à multifuncionalidade da sua produção verbal. Na verdade, distinguindo-se uma determinada formação sociodiscursiva, pela sua especificidade, em relação a todas as outras, e constituindo a produção verbal precisamente uma das suas características definidoras, é natural que as práticas discursivas atestadas sejam elas próprias singulares devido a factores de natureza vária (temática, formal, estrutural, pragmática, etc.).

---

[101] O discurso político situa-se, no entanto, a um outro nível, na medida em que inclui aportações de diferentes tipos de discurso: o filosófico, o científico, o jurídico, e, por vezes, o religioso subjazem-lhe em maior ou menor grau e de modos mais ou menos explícitos.

[102] Maingueneau e Cossutta (1995: 112).

Abordemos, por fim, as tipologias homogéneas (que Petitjean (1989) associou ao conceito mais estritamente linguístico de tipos de texto). Estas classificações relevam de uma organização de natureza cognitiva, pré-linguística, subjacente à produção verbal e à compreensão dos conteúdos manifestados[103]. Passamos, então, a expor os fundamentos da classificação apresentada por Adam (1992), a qual se filia numa proposta de Werlich[104].

Este autor distinguiu cinco tipos de textos, com base no modo de organização cognitiva dos seus conteúdos e nos processos psicológicos envolvidos – nomeadamente, percepção no espaço, percepção no tempo, compreensão, avaliação e planificação. O texto descritivo apresenta-se ligado a arranjos espaciais, enquanto o texto narrativo se associa a desenvolvimentos no tempo. Os textos expositivo e argumentativo procedem, respectivamente, à análise e síntese de representações conceptuais e à avaliação ou julgamento (de uma situação, de uma entidade, de uma ideia, etc.). Por fim, o texto instrucional relaciona-se com a antevisão de comportamentos futuros, e a sua estruturação traduz-se numa planificação que inclui a ordenação cronológica de eventos. É possível associar a cada tipo de texto um conjunto de marcas atestadas na superfície textual, de que se destacam o uso do imperfeito no texto descritivo, do pretérito perfeito simples no texto narrativo, de conectores lógicos nos textos argumentativo e expositivo, e de verbos de acção flexionados no imperativo (ou em formas com valor equivalente) no texto instrucional.

[103] Por isso, Roulet (1991) argumentou que a maioria das tipologias (mesmo as que se dizem textuais) adopta uma perspectiva externa ao discurso, pelo menos no sentido em que não partem da observação de estruturas e marcas discursivas. Na mesma linha deste raciocínio, tanto Benoit e Fayol (1989) como Beacco (1991) salientaram que os locutores geralmente não associam aos géneros marcas linguísticas claramente identificáveis.

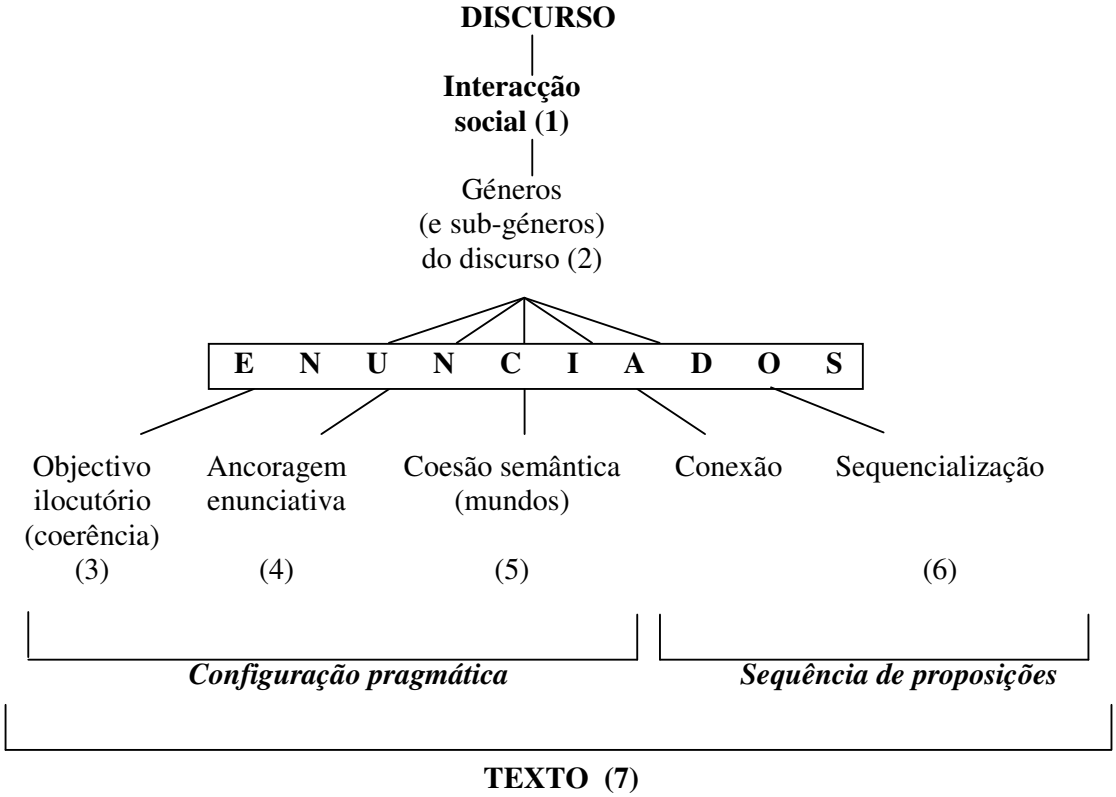
[104] Dado não ter sido possível consultar *A text grammar of English* de Werlich (obra em que o autor apresentou a sua proposta de tipologização), recorremos às descrições da sua teoria efectuadas por Adam (1985b), Pilegaard e Frandsen (1996) e Coutinho (1999).

As reflexões de Adam (1992) são, como dissemos, tributárias da proposta de Werlich. Tendo verificado que a heterogeneidade textual[105] e a complexidade são características constitutivas das práticas discursivas, o autor repensou o nível sobre o qual deveria incidir uma classificação que fosse pertinente no âmbito da Linguística Textual, e abandonou a ideia de tipologia textual. Na verdade, sendo cada produto verbal formado por segmentos discursivos de natureza diversa, as classificações textuais revelam-se insuficientes e inadequadas para dar conta da variedade interna inerente aos textos. Já as sequências, enquanto formas de planificação convencionais, são segmentos em número finito que entram na composição de um texto e podem ser identificados através das regularidades de estruturação linguística que evidenciam. Em sua opinião, só uma tipologia sequencial se pode apresentar como uma base sólida para as investigações sobre a organização dos textos e, simultaneamente, garantir a homogeneidade do produto da actividade de classificação.

A concepção deste autor ficará mais clara pela explicitação do esquema que a seguir transcrevemos[106] e que serviu de base às suas reflexões sobre questões de tipologização.

[105] A heterogeneidade textual (isto é, a verificação de que, frequentemente, os textos actualizam diferentes protótipos sequenciais, sendo raros aqueles em que se atesta a presença de apenas um tipo de sequência) distingue-se da heterogeneidade enunciativa (que releva do conceito de polifonia, ou seja, da existência de uma multiplicidade de vozes num dado texto).

[106] Esquema extraído de Adam (1992: 17); a tradução é nossa.



Os enunciados emergem condicionados por factores situacionais e pelos géneros discursivos, reflectindo uma dada ancoragem enunciativa, uma estrutura temática e objectivos próprios (que consubstanciam a configuração pragmática), assim como determinadas relações de conexão e uma sequencialização particular (que enformam a sequência de proposições).

A dimensão configuracional diz respeito a questões referenciais, enunciativas e argumentativas, representando o todo para o qual se orientam as partes. A dimensão sequencial remete para a estrutura linear da comunicação verbal e estabelece-se quer a nível local, quer a nível global. Verifica-se uma hierarquização entre estas duas representações complementares; de facto, a dimensão sequencial das proposições subordina-se, como já referimos, à configuração global do texto. Por outras palavras, a sequência linear de segmentos

discursivos forma uma estrutura composicional que se inscreve numa unidade semântico-pragmática.

Adam rejeitou as tipologias baseadas em (1) (nos factores que relevam de interacção social e que desembocam nos tipos de discurso[107]), em (2) (que têm como objecto os géneros discursivos) e em (7) (na totalidade do texto)[108], porque são consideradas as menos adequadas, devido à heterogeneidade composicional dos objectos classificados.

Todas as classificações que se fundam nas outras dimensões tomam em consideração aspectos parcelares (mas complementares) dos textos, sendo, na opinião do autor, mais pertinentes porque mais homogéneas. As que se baseiam em (3) relevam das funções da linguagem e dos actos de fala subjacentes[109]; as que se fundam em (4) tomam em consideração o tipo de ancoragem enunciativa[110]; as que se baseiam em (5) e em (6) relevam da estruturação temática e da organização sequencial dos textos, respectivamente.

Foi justamente esta dimensão sequencial que Adam (1992) tomou como base para a sua proposta de classificação. O autor renunciou à ideia de tipologia textual, considerando que é a nível sequencial que se torna possível identificar regularidades de organização[111]. Trata-se, assumidamente, de uma abordagem parcelar de uma realidade multidimensional como são as práticas discursivas.

---

[107] Trata-se de tipologias (intermediárias) situacionais, na terminologia de Petitjean (1989).
[108] Ambos os casos se inscrevem nas tipologias heterogéneas, segundo Petitjean (1989).
[109] Petitjean (1989) designou-as tipologias (intermediárias) funcionais, como vimos.
[110] São as tipologias (intermediárias) enunciativas, segundo a designação de Petitjean (1989).
[111] Adam (2001) sublinhou que as tipologias e as gramáticas textuais emergiram na década de 70 do século passado, elaboradas por estruturalistas que acreditavam ser possível estabelecer classes relativamente estáveis de textos.

Segundo esta abordagem, qualquer texto é composto por sequências, isto é, por segmentos discursivos prototípicos, modelos abstractos de organização linear de conteúdos. Embora atestados, não são frequentes os casos de textos compostos por uma ou mais sequências de um único tipo. A sequência é uma entidade com relativa autonomia; constitui uma estrutura hierarquizada, decomponível em segmentos interligados e relacionados com o todo discursivo. A sua natureza e os seus modos de articulação configuram as duas dimensões relevantes que constituem o centro das investigações e da teorização deste autor.

As macroproposições são compostas por uma ou mais proposições, integradas numa dada macroestrutura, isto é, numa forma hierarquizada de condensação de informação armazenada na memória. Correspondem, por conseguinte, a diferentes fases de uma dada sequência textual. É o facto de se orientarem para um todo significativo que permite distinguir as macroproposições de meras sucessões de proposições[112].

Um texto é, nesta perspectiva, composto por *n* sequências, as quais se compõem de *n* macroproposições, cada uma delas, por sua vez, susceptível de ser formada por *n* microproposições. A heterogeneidade que se verifica na organização textual das práticas discursivas reflecte as diferentes maneiras de combinar e articular os diferentes tipos de sequências em produtos verbais de extensão variável.

Listamos, agora, as distinções entre os tipos sequenciais que Adam (1992) preconizou, e, a seguir, os diferentes modos de dispor num texto sequências de natureza diversa.

[112] Recordamos que o termo macroproposição designa, em Adam (1992) e em van Dijk (1980), conceitos distintos. Na teorização de van Dijk (1977), uma macroproposição resume os conteúdos de um segmento discursivo de extensão indeterminada.

Nas suas mais recentes formulações[113], a teoria de Adam (1992, 1999) prevê cinco classes: uma poligerada (a sequência dialogal) e quatro monogeradas (as sequências narrativa, descritiva, explicativa e argumentativa)[114].

Todos estes tipos de sequências são transversais aos géneros discursivos. Quando procedermos à análise de textos que contêm sequências textuais monogeradas, na segunda parte da nossa investigação, apontaremos, de modo detalhado, as suas propriedades intrínsecas.

Vimos já que a ideia de heterogeneidade textual, isto é, a presença nos produtos verbais de mais do que um tipo sequencial, configura um dos pilares em que assenta a teorização de Adam. Registemos, agora, os modos de integração de diferentes tipos de sequências num mesmo texto. Segundo Adam (1987), pode verificar-se uma relação de inserção ou uma relação de dominância.

No caso da relação de inserção, uma sequência é introduzida entre duas outras sequências de tipo diferente. Por exemplo, entre os procedimentos comuns do romance, conta-se o de descrever uma personagem imediatamente a seguir à narração do seu primeiro aparecimento. Deste modo, no âmbito de uma sequência

---

[113] A teorização deste autor sofreu sucessivas reformulações (concretizadas na fusão e na supressão de classes inicialmente previstas). Numa primeira abordagem tipológica, Adam (1985b) incluiu as cinco classes de Werlich (narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva e instrucional) e acrescentou três outras: retórica, conversacional e a predição. Em Adam (1987), a sua proposta reduziu-se a sete classes, por fusão entre o tipo instrucional e a predição. Mais tarde, em Adam (1990), o autor suprimiu da sua proposta a classe poética-autotélica. Em Adam (1992), a sua classificação foi reduzida aos cinco tipos referidos. Dada a estrutura macroproposicional equivalente das classes instrucional e descritiva, elas foram agrupadas numa única categoria. Podendo ser interpretado como um comentário às flutuações da sua própria teorização, Adam (1997) sublinhou que a dificuldade inerente à actividade de classificar não constitui uma prova da inadequação das tipologias, mas antes dos limites flexíveis dos objectos a que se aplicam.

[114] A constatação de que nesta tipologia, entre as cinco categorias propostas, há uma sequência poligerada e quatro sequências monogeradas originou uma reflexão crítica de Roulet (1991), que encontrou nesse facto um elemento que compromete a homogeneidade dos critérios que subjazem à classificação. Por outras palavras, Adam colocou ao mesmo nível estruturas dialogais e monologais. De facto, no âmbito de uma sequência de tipo dialogal, podemos encontrar sequências de tipo narrativo, descritivo, argumentativo ou explicativo. Consequentemente, as categorias previstas não são exclusivas.

de tipo narrativo, insere-se uma sequência descritiva, e, terminada a descrição, retoma-se a narração de eventos.

Encontramos ordenações deste tipo, por exemplo, quando se intercala uma sequência conversacional no meio de duas sequências narrativas, ou nos casos em que, entre duas sequências argumentativas, e com o intuito de reforçar a ideia que se pretende defender, se insere uma sequência narrativa, que serve de exemplo.

A relação de dominância configura, segundo o autor, outro modo de ordenar sequências diversas. Verifica-se quando há mistura de tipos sequenciais diferentes. Uma sequência domina outra desde que esta dependa, de alguma maneira, da primeira, não se verificando o inverso. Por exemplo, o relato de uma conversa pode ser considerado um texto cuja sequência dominante é narrativa mas com a possibilidade de integrar uma sequência dominada de tipo conversacional.

Mas como se verifica que uma dada sequência domina outra? O modo como Adam (não) definiu o conceito de dominante foi criticado por Roulet (1991). Dadas as definições propostas, parece que há sobreposição conceptual entre as relações de inserção e dominância.

Sublinhemos uma vez mais, a terminar esta secção, que o conceito de sequência textual radica na heterogeneidade que caracteriza os textos. Na verdade, os produtos da actividade verbal não são, geralmente, entidades perfeitamente homogéneas. E esta verificação torna pertinente a tarefa de se proceder a classificações, não de textos completos, mas de sequências textuais.

Adam propôs-se classificar os produtos verbais em função dos tipos predominantes de sequencialidade que exibem e da organização composicional que manifestam[115]. Estabeleceu, portanto, as sequências como modelos pré--textuais, como protótipos que ajudam o locutor a gerar um texto, numa

[115] Na teorização de Bronckart (1996) também se prevêem diferentes formas de organização do conteúdo temático, mas com base na definição de quatro modos enunciativos arquetípicos.

abordagem que contempla aspectos linguísticos, pragmáticos, semióticos mas, sobretudo, cognitivos.

1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, desenvolvemos um conjunto de reflexões, com o objectivo de legitimar a abordagem textual que nos propomos concretizar. Explicitámos algumas das mais importantes teorizações da área da Linguística Textual, tendo apresentado o essencial das reflexões de autores que deram contributos fundamentais no âmbito desta disciplina, como Halliday e Hasan (1976), van Dijk (1977, 1980), Beaugrande (1980) e Beaugrande e Dressler (1981), e Adam (1992, 1999).

Definimos os conceitos teóricos de texto e de coerência. Argumentámos a favor da concepção de texto como produção verbal, escrita ou oral, de dimensão indeterminada, caracterizada pela coerência, isto é, susceptível de ser apreendida pelo alocutário como um todo de significado; vimos também que, em termos ilocutórios, um texto configura um macro-acto discursivo.

Concebemos a noção de coerência como o resultado de um processo inferencial de tratamento de informação (quer a que é explicitada num texto, quer a que é activada na memória do alocutário), que resulta na formação de uma representação mental. Nesta concepção, a coerência não é inerente ao texto, mas é construída com base no triângulo locutor-texto-alocutário.

Decorrente desta perspectivação cognitiva do conceito de coerência, reflectimos sobre a complexa questão da compreensão do discurso, descrevemos, de modo sucinto, a arquitectura do sistema cognitivo, e explicitámos os mais relevantes processos subjacentes ao tratamento da informação discursiva. Esta visão panorâmica sobre questões relacionadas com o processamento do

discurso permite compreender os mecanismos subjacentes aos conceitos de quadro e guião, assim como às relações discursivas.

Concluímos o capítulo, expondo as principais teorizações acerca das classificações de textos disponíveis. Adoptámos a tipologia sequencial proposta por Adam (1992) para servir de base à selecção dos textos que vão ser analisados na segunda parte desta investigação. Uma vez que os textos se caracterizam, geralmente, pela heterogeneidade sequencial, Adam seleccionou a dimensão sequencial como critério-base da sua proposta de tipologização. Assim, propomo--nos estudar quatro textos que constituem actualizações dos protótipos sequenciais monogerados: narrativo, descritivo, explicativo e argumentativo.

CAPÍTULO 2

TIPOLOGIAS DE ESTADOS DE COISAS

2.1. REFLEXÕES PRELIMINARES

Ao longo deste capítulo, vamos desenvolver um conjunto de reflexões relacionadas com as entidades susceptíveis de serem localizadas no tempo através da linguagem verbal, nomeadamente com as diferentes classes de estados de coisas[116]. Os tipos de situações dão um contributo importante para a expressão do tempo, pelo que, numa investigação que se situe no domínio da semântica temporal, dever-se-á necessariamente abordar este tema. Reflectiremos, em primeiro lugar, sobre classificações de estados de coisas, isto é, sobre as entidades que são objecto de localização temporal, e, no capítulo 3, sobre a complexa questão da localização temporal, explicitando os mecanismos nela envolvidos.

As reflexões que desenvolveremos nas diferentes secções que constituem a secção 2.2. apresentam a seguinte estrutura: veremos, na secção 2.2.1., que alguns autores haviam já abordado a temática relativa às diversas classes de situações, embora não tenham tido como objectivo primordial uma descrição de natureza linguística.

Vendler (1967) foi o primeiro a proceder a uma abordagem sistemática acerca do modo como se representam linguisticamente os estados de coisas que ocorrem na realidade extralinguística. Na secção 2.2.2., assinalaremos a sua

[116] Usaremos as designações de situação e de estado de coisas como hiperónimos das diferentes classes aspectuais (estados, actividades, eventos, etc.).

classificação de tipos de situações, baseada numa perspectiva global sobre as situações passíveis de serem localizadas no tempo.

Na secção 2.2.3., destacaremos a importância do contributo de Dowty (1979). Os testes que este autor propôs validaram, a nível gramatical e das implicações lógico-semânticas, as distinções entre as classes de estados de coisas, tal como foram concebidas por Vendler ou por outros autores.

Na secção 2.2.4., explicitaremos o essencial da reflexão de Moens (1987), destacando três pontos: a sua proposta de classificação de situações, o conceito de núcleo aspectual e a rede aspectual.

2.2. TEORIZAÇÕES SOBRE TIPOLOGIAS DE ESTADOS DE COISAS

2.2.1. ARISTÓTELES, RYLE (1949, 1953), KENNY (1963)

A teorização relativa aos tipos de situações descritas pelas línguas naturais radica em algumas reflexões de Aristóteles. Este filósofo abordou o tema em questão por diversas ocasiões, sempre em passagens breves[117], não revelando, em qualquer delas, a pretensão de enumerar de forma exaustiva os diferentes tipos de estados de coisas. Demonstrou a pertinência de certas distinções e usou-as não com a finalidade de efectuar uma descrição de tipo linguístico, mas para defender ideias sobre temas como a natureza do prazer ou da arte. As suas reflexões acerca

[117] *Metaphysics*, 1048 b 18-36; 1050 a 24-b 5. *Nicomachean ethics*, 1094 a 4; 1140 a 1-24; 1152 b 4-23; 1173 a 29- b 4; 1174 a 13-b 8. *Physics*, 201 a 9-14; 202 a 14-b 22. *On the soul*, 417 a 10-b 2. Referimo-nos, em todos os casos, a traduções inglesas; cf. Bibliografia.

deste assunto foram, portanto, esporádicas e constituíram argumentos para comprovar fenómenos não linguísticos.

A principal distinção que o filósofo grego concebeu consiste na delimitação entre verbos cujo significado se enquadra no conceito de *kineisis* (*movements*) e verbos cujo significado se integra no conceito de *energeia* (*actualities*)[118]. Verificou que o significado de algumas formas verbais, em contraste com o significado de outras, envolve um fim, um ponto a partir do qual não é possível prolongar a situação. Opôs, deste modo, situações do tipo de *construir uma casa* e *escrever um livro* (*movements*) a situações do tipo de *correr* e *ver* (*actualities*), e apontou dois critérios que comprovam estarmos perante estados de coisas diferentes.

Por um lado, as situações que têm um ponto terminal intrínseco distinguem-se das que o não possuem, porque das primeiras se pode dizer que a acção (de *construir*, por exemplo) está no objecto em vias de construção, enquanto nas segundas a acção (de *ver*, por exemplo) está no sujeito[119].

Por outro lado, a nível das implicações lógico-semânticas, os dois tipos de situações comportam-se de modo distinto. A propósito de um estado de coisas como *construir uma casa*, só quando se atinge o ponto terminal se pode dizer que a casa está construída: até essa altura, estava a ser construída. Ou seja, *estou a construir a minha casa* implica *ainda não construí a minha casa*[120]. Mas *estou a ver um pássaro a voar* implica *já vi um pássaro a voar*[121].

---

[118] Aristóteles, *Metaphysics*, p. 1656.

[119] No primeiro caso, o resultado é distinto da actividade que o produziu: a acção de *construir uma casa* desemboca no produto "casa" e não se confunde a acção com o produto final. No segundo caso, a acção de *ver* é inerente ao sujeito que vê, e dela não resulta um produto que seja distinto do próprio acto de ver.

[120] Entre as situações que englobou no conceito de *kineisis* (*movements*), Aristóteles apenas se referiu a estados de coisas durativos. Mas há situações que possuem um ponto terminal intrínseco e que são pontuais, como *vencer uma corrida* e *rebentar um balão* – *achievements* na classificação de Vendler (1967).

[121] Cf., na secção 2.2.3. deste capítulo, um resumo das reflexões de Dowty (1979) sobre o chamado paradoxo do imperfectivo.

Noutra ocasião[122], Aristóteles referiu a inadequação resultante de se combinar situações estativas com advérbios que remetem para a velocidade com que se executa uma actividade (por exemplo, *rapidamente* e *lentamente*). Na verdade, se é possível dizer *nadei rapidamente*, não é adequado dizer * *estou satisfeito rapidamente*. Embora não a tenha explicitado, parece ter vislumbrado uma subdivisão entre os verbos que constituem *actualities*, opondo situações estativas (as que não se combinam com os referidos advérbios) a situações não estativas (as que se podem combinar com aqueles advérbios).

Em suma, Aristóteles distinguiu dois tipos de situações: *actualities* (estados de coisas sem ponto terminal inerente) e *movements* (estados de coisas com culminação intrínseca)[123]. As considerações deste autor, todavia, não se enquadram numa reflexão estritamente linguística. O objectivo das suas reflexões consistiu basicamente em defender ideias sobre temas que só indirectamente estão relacionados com os diversos tipos de estados de coisas. Daí o carácter assistemático e pontual das observações que nos legou acerca deste assunto.

Já em meados do século XX, um filósofo de Oxford debruçou-se igualmente sobre esta questão, tendo como prioridade a teoria do conhecimento, e não uma reflexão de natureza estritamente linguística. Nas suas observações sobre os modos de percepcionar o mundo, Ryle (1949, 1953) referiu-se a diferentes tipos de situações.

Este autor notou, na sequência de Aristóteles, que só alguns verbos incluem no seu significado um ponto a partir do qual o estado de coisas descrito cessa. Opôs, então, *achievement verbs* (ou *got it verbs*) a *task verbs* (ou *try verbs*).

[122] *Nicomachean ethics*, 1173 a 29-b 4.
[123] Julgamos não ser abusivo defender que se distinguem, nas suas reflexões, três tipos de situações: duas classes sem ponto terminal inerente (no âmbito das *actualities*, situações estativas e situações dinâmicas) e uma classe com culminação intrínseca (*movements*).

Verbos como *vencer (uma corrida)* ou *encontrar (um objecto)* são *achievement verbs*, porque designam situações que não se prolongam para além do momento em que se vence uma corrida ou se encontra um objecto.

O autor apontou um critério que releva da compatibilidade com advérbios para comprovar esta distinção, uma vez que os que podem ocorrer com *task verbs* geralmente não se combinam com *achievement verbs*. *Cuidadosamente* e *atentamente* são advérbios incompatíveis com verbos da classe dos *achievements* (como *descobrir* e *detectar*). Na verdade, a incompatibilidade deve-se à dificuldade em conceber a adequação entre estados de coisas pontuais e advérbios cujo significado, tendo em consideração o nosso conhecimento do mundo, parece implicar uma certa duração. Além disso, Ryle (1953: 104) defendeu que, com raras excepções, estes verbos não são compatíveis com a flexão em *continuous tenses*: «I could not say 'I am at present solving this anagram'. Either I have now got the solution or I have not yet got it»[124].

A distinção mais relevante que o autor estabeleceu no âmbito dos *achievement verbs* está relacionada com o carácter pontual ou durativo dos estados de coisas descritos pelos verbos desta classe: uns dão-se num dado momento (*purely lucky achievements*[125]), enquanto outros incluem uma tarefa preparatória, necessariamente anterior à culminação (*achievements with an associated task*).

[124] Este argumento viria a ser retomado por Kenny (1963) e por Vendler (1967). Ryle (1949) defendeu, também, a ideia segundo a qual o significado de alguns *achievement verbs* aponta, não apenas para uma dada acção, mas para uma acção correctamente efectuada (como *resolver, encontrar, vencer* e *curar*); designou-os *verbs of success*, e contrapôs-lhes *verbs of failure*, como *falhar, perder* e *errar*. Nenhum destes verbos ocorre com adverbiais como *em vão* ou *com sucesso*. Distinguiu ainda verbos cujo significado remete para um fim (*vencer, encontrar*, etc.) de verbos cujo significado aponta para um início (*fundar um colégio, inaugurar uma ponte*). Todavia, a ideia que, neste caso, importa reter é que as situações descritas não se prolongam para além do intervalo de tempo em que se atinge o ponto de culminação: o estado de coisas referido pelo sintagma verbal *inaugurar uma ponte* cessa no instante em que a ponte é inaugurada.

[125] Ryle (1949: 150) apresentou os seguintes exemplos desta classe: *find things without searching, secure appointments without applying* e *arrive at true conclusions without having wheighed the evidence*.

Segundo Ryle (1949: 302), «we can ask how long it took to run a race, but not how long it took to win it».

Este autor indicou igualmente uma oposição entre verbos como *amar* e *saber* e verbos como *nadar* e *correr*. Quanto aos primeiros, não é possível dizer-se que um estado de coisas se iniciou, seguidamente foi interrompido durante algum tempo e, por fim, voltou a prosseguir (*? o João soube a matéria durante meia hora, deixou de a saber durante uns minutos e voltou a sabê-la*). Os verbos do segundo tipo são compatíveis com uma construção daquele género (*o João nadou durante meia hora, parou durante uns minutos e voltou a nadar*). Estas considerações apontam para uma distinção, que o autor não explicitou, entre estados de coisas dinâmicos (*correr, nadar*) e estativos (*amar, saber*), dentro da classe das situações (posteriormente designadas) atélicas[126]. As situações atélicas e dinâmicas admitem uma pausa ou intervalo, ao contrário do que se observa com as situações atélicas e não dinâmicas[127].

Sem ter tido como objectivo apresentar uma classificação de tipos de situações, Ryle (1949, 1953) delimitou pares de classes, em alguns casos,

[126] Segundo Comrie (1987: 44), o primeiro autor a usar o termo télico (forjado a partir de *télos*, "fim" em grego clássico) foi Garey (1957). Desde então, opõe-se télico a atélico para designar, respectivamente, situações que integram uma culminação e situações que não a integram. Uma frase é télica se o estado de coisas descrito integra um ponto terminal, que é necessário atingir para que a situação se considere completa, não se podendo prolongar para além desse fim. Sublinhe-se que dizer que "uma frase é (a)télica" constitui uma simplificação formal; em rigor, deveria dizer-se que "a situação referida pela frase é (a)télica".

[127] A questão, todavia, é um pouco mais complexa, na medida em que os estados faseáveis ou temporários podem admitir este tipo de interrupção, ao contrário dos estados não faseáveis ou permanentes. Veja-se os enunciados seguintes, em que o primeiro refere um estado permanente e o segundo um estado temporário: *? o João foi alto durante dois dias, deixou de o ser durante umas horas e depois voltou a ser alto; o João esteve doente durante dois dias, deixou de estar durante umas horas e depois voltou a estar doente*.

conceptualmente sobrepostas e com fronteiras difusas[128]. Nas suas reflexões, mostrou-se mais interessado em estabelecer oposições bipolares que comprovassem a pertinência das suas reflexões no âmbito da teoria do conhecimento e da percepção do que em proceder, a partir de uma perspectiva linguística, a uma abordagem sistemática desta questão. A ausência de tratamento metódico e abrangente dos diferentes tipos de situações não invalida, contudo, a relevância do seu contributo.

Constituída a base das actuais teorias de *aktionsart*, Kenny (1963) reforçou a importância filosófica das distinções formuladas por Aristóteles e Ryle, evidenciando outras características, e estabelecendo novos testes de natureza morfossintáctica e lógico-semântica para determinar os diferentes tipos de situações.

Kenny distinguiu três classes de verbos: *performance verbs* (equivalentes aos *achievements with an associated task* de Ryle), *activity verbs* (idênticos aos *task verbs* de Ryle) e *static verbs*[129], segundo critérios que resultam das compatibilidades dos tipos de situações com determinados tempos verbais e dos diferentes valores que as combinatórias geram. Por um lado, as duas primeiras classes admitem a ocorrência com *continuous tenses*, ao contrário das situações estativas[130]. Por outro lado, a ocorrência do *simple present* com *performance verbs* e com *activity verbs* resulta na manifestação de um sentido habitual ou

[128] Por exemplo, entre os *achievement verbs*, o autor englobou aqueles que constituem *verbs of success* e *verbs of failure*, os que indicam o fim de um estado de coisas e os que apontam para o início de uma nova situação, e, por fim, os que têm associada uma tarefa preparatória (*achievements with an associated task*) e os que não a têm (*purely lucky achievements*).

[129] Não se tendo ocupado da oposição proposta por Ryle entre *achievements with an associated task* e *purely lucky achievements*, Kenny (1963) distinguiu, entre os estados de coisas atélicos, as situações estativas das situações não estativas.

[130] Sublinhe-se que este argumento, porque se baseia na morfossintaxe do inglês, não constitui um critério universalmente válido. Em português, os estados faseáveis ou temporários admitem a ocorrência com formas progressivas, como se comprova com enunciados do tipo de *estou a gostar deste filme*; cf. Cunha (1998a, 1998d) e Oliveira (2003a).

frequentativo (*o João constrói casas*; *o João nada*), o que não se verifica com os *static verbs* (*o João ama a Inês*)[131].

Consoante as diferentes implicações lógico-semânticas que lhes estão associadas, Kenny (1963) distinguiu *performance verbs* de *activity verbs*. Com *performance verbs*, verifica-se o seguinte: a frase *o João está a construir uma casa* só é válida se também o for a frase *o João ainda não construiu uma casa*. Com *activity verbs*, observa-se o caso inverso: a frase *o João está a nadar* só é válida se a frase *o João já nadou*[132] também o for. Por outro lado, no caso dos *performance verbs*, a proposição *o João estava a construir uma casa* pode ser verdadeira mesmo que a proposição *o João construiu uma casa* não o seja. Já com *activity verbs*, a proposição *o João estava a nadar* só é verdadeira se a proposição *o João nadou* também for.

Na verdade, um axioma clássico da lógica consiste na ideia de que, se uma proposição é verdadeira agora, então a correspondente proposição flexionada num tempo do passado será verdadeira no futuro. Esta regra, todavia, não se aplica aos *performance verbs*, na medida em que só quando é atingida a culminação do estado de coisas que eles referem se completa a situação. Por outras palavras, se, neste momento, é verdade que *o João está a construir uma casa*, não se pode inferir que, no futuro, seja necessariamente verdade que *o João construiu uma casa*, porque ele pode não a concluir. O axioma só se aplica a proposições que

[131] Outros testes apoiam esta tripartição. Segundo Kenny (1963: 176), «performances are performed *in* a period of time; states and activities are prolonged *for* a period of time». Esta asserção carreia consequências importantes, que Kenny não explorou – que viriam a ser sublinhadas por Vendler (1967) e, sobretudo, por Dowty (1979) – relativamente às compatibilidades das classes de estados de coisas com diferentes tipos de adverbiais temporais (precisamente com *for-adverbials* e com *in-adverbials*).

[132] Bach (1981) alertou para o facto de, em inglês, este teste nem sempre ser válido para os verbos de actividade: no início da corrida, *John is running* não implica *John has run*. O exemplo analisado, contudo, tem dois significados: um parafraseável por *John is running now*, e outro por *John is going to run*. E a implicação a que Kenny (1963) se refere diz respeito à primeira interpretação do enunciado *John is running*.

refiram um estado de coisas que se enquadre no conceito de actividade ou de estado, o que fora já demonstrado por Aristóteles.

De facto, foi na sequência da ideia aristotélica de que há uma culminação intrínseca a certas situações, mas não a outras, que Kenny (1963) argumentou que só os *performance verbs* se podem considerar completos ou incompletos, uma vez que tanto os *activity verbs* como os *static verbs* se podem prolongar indefinidamente. E propôs uma fórmula para identificar *performance verbs*: «performances are brought to an end by states. Any performance is describable in the form: "bringing it about that *p*". Washing the dishes is bringing it about that the dishes are washed»[133].

Pelo exposto, fica evidenciado que a relevância do contributo de Kenny (1963) reside essencialmente no reforço de distinções que Aristóteles e Ryle (1949, 1953) tinham apontado, recorrendo a testes de natureza sintáctica e lógico-semântica.

O quadro seguinte sistematiza as classes subjacentes às reflexões de cada um dos autores, tendo como base combinações do parâmetros [± dinâmico], [± télico] e [± durativo].

[133] Kenny (1963: 177). Esta formulação é consentânea com a ideia, prevista na classificação e no conceito de núcleo aspectual de Moens (1987), segundo a qual as situações télicas integram necessariamente uma culminação e um estado consequente.

	Situações estativas	**Situações não estativas**		
	[- dinâmico] [- télico] [+ durativo]	**[+ dinâmico] [- télico] [+ durativo]**	**[+ dinâmico] [+ télico] [+ durativo]**	**[+ dinâmico] [+ télico] [- durativo]**
Aristóteles	*Actualities*		*Movements*	
Ryle (1949, 1953)		*Task verbs*	*Achievements with an associated task*	*Purely lucky achievements*
Kenny (1963)	*Static verbs*	*Activity verbs*	*Performance verbs*	

Convém sublinhar que Ryle (1949, 1953) e Kenny (1963) apresentaram classificações de verbos ou sintagmas verbais. Só mais tarde, autores como Mourelatos (1978) viriam a defender que estas classificações são, na verdade, tipologias de situações e, na sequência da tese de Verkuyl (segundo a qual o valor aspectual de um enunciado se caracteriza pela composicionalidade), que tais situações são referidas não apenas por verbos ou sintagmas verbais, mas por frases completas.

2.2.2. VENDLER (1967)

Vendler (1967) foi o primeiro filósofo a propor uma classificação de estados de coisas que recobre todos os tipos de situações referidos pelas formas verbais. É certo que a tipologia que apresentou recupera os contributos de Aristóteles, de Ryle (1949, 1953) e de Kenny (1963). Mas a sua reflexão difere das que os seus antecessores produziram, não só devido à perspectiva globalizante e ao carácter exaustivo da sua abordagem, mas também porque, tratando-se de um estudioso da área da filosofia da linguagem, o enfoque principal foi colocado na linguagem

verbal, ao contrário do que se verifica nas contribuições anteriores, particularmente nas de Aristóteles e de Ryle.

A partir das reflexões dos três autores já mencionados, Vendler (1967) sublinhou que o significado lexical das formas verbais inclui informação de natureza temporal que não se confunde com a que é veiculada quer pelos tempos verbais (a localização temporal de uma situação relativamente a um ponto de perspectiva temporal), quer pelos adverbiais temporais (a localização no eixo do tempo, a duração ou a frequência de um estado de coisas). *Escrever uma carta*, por exemplo, ocupa necessariamente um intervalo de tempo de maior extensão do que *rebentar um balão*.

Este autor distinguiu quatro classes diferentes com base em critérios de três tipos: restrições de coocorrência dos verbos com tempos verbais e com adverbiais temporais, implicações lógico-semânticas e a propriedade de subintervalo[134]. O facto de um estado de coisas ser dinâmico ou estativo, ser durativo ou pontual, e integrar ou não uma fronteira final, são exemplos das características estruturais inerentes a qualquer situação referida através da linguagem verbal. Às quatro

[134] Embora o conceito esteja já implícito na reflexão de Vendler (1967), a designação "propriedade de subintervalo" é posterior e ficou a dever-se a Bennett e Partee (cf. BENNETT, Michael, e Barbara PARTEE (1978), *Towards the logic of tense and aspect in English*, Bloomington, Indiana University Linguistics Club). Se uma frase refere uma situação que se caracteriza pela propriedade de subintervalo, e essa situação é verdadeira num intervalo de tempo I, então a situação é verdadeira em todos os subintervalos do intervalo I. Bach (1981) argumentou que, em sentido restrito, a propriedade de subintervalo apenas caracteriza os estados. Lyons (1977) também equacionou esta questão: «states differ from processes (including activities), as we have seen, in that the former are homogeneous and unchanging throughout their successive phases, whilst the latter are not. There is a sense, however, in which processes, no less than states, can be said to consist of successive homogeneous phases. Just as *John has loved Mary from* t_i *to* t_j entails *John loved Mary at* t_k, so *John has been running from* t_i *to* t_j entails *John was running at* t_k», Lyons (1977: 711). Bennett (1981) também defendeu a ideia de que a propriedade de subintervalo só se aplica aos estados. Um enunciado do tipo de *a Rita trabalhou na biblioteca durante dois anos* é verdadeiro, mesmo sabendo-se que ela teve períodos de férias, isto é, que houve períodos em que ela não estava a trabalhar na biblioteca. Deste modo, a propriedade de subintervalo, num sentido restrito, parece ser incompatível com o traço semântico [+ dinâmico].

classes preconizadas por Vendler subjazem quatro diferentes esquemas de estruturação interna das situações (com base nos parâmetros [± dinâmico], [± durativo] e [± télico])[135].

Opôs os verbos compatíveis com o progressivo (*continuous tenses*) àqueles que não podem ocorrer com estes tempos verbais. A resposta à questão *o que estás a fazer?* é aceitável no caso de certos verbos (*estou a nadar; estou a escrever uma carta*), mas semanticamente anómala no caso de outros (*? estou a saber*; veremos adiante, todavia, que, em português, os estados faseáveis são compatíveis com construções no progressivo)[136]. Distinguiu, portanto, situações constituídas por sucessivas fases de situações cuja organização interna não inclui uma sequência de fases dispostas umas a seguir às outras[137].

No grupo de verbos que admitem a ocorrência com construções progressivas, é ainda possível distinguir, com base em implicações lógico--semânticas, duas classes de verbos. Segundo Vendler (1967: 100), «if one stops drawing a circle he did not draw a circle. But the man who stops running did run»[138]. O significado de sintagmas verbais do tipo de *escrever uma carta* inclui

[135] Uma descrição mais adequada da estrutura interna das classes de situações, com base no conceito de núcleo aspectual, deve-se a Moens (1987); cf. secção 2.2.4. deste capítulo.
[136] Este teste, segundo Vendler, permite determinar as situações compatíveis com formas progressivas, na medida em que as actividades e os eventos prolongados admitem a pergunta *what are you doing?*, enquanto os estados admitem perguntas do tipo de *do you know?* Todavia, na opinião de Verkuyl (1993), *do-tests*, precisamente pela sua natureza agentiva, não são adequados para determinar questões de natureza intrinsecamente temporal-aspectual. Por outro lado, em português, este teste nem sempre se aplica aos *achievements*, na medida em que um enunciado como *estou a rebentar um balão* é gramatical e aceitável, embora remeta para o intervalo de tempo anterior à culminação da situação *rebentar um balão*, e não para a sua culminação.
[137] Tendo aplicado ao domínio temporal o conceito de partitividade (que, no domínio do objecto, serve para opor nomes contáveis a nomes massivos), Carlson (1981) argumentou que as construções progressivas constituem operações partitivas no domínio do tempo, uma vez que, em inglês, a forma progressiva de uma frase é verdadeira em subintervalos do intervalo de tempo em que a correspondente frase simples é verdadeira.
[138] Cf., igualmente, Vendler (1967: 100): «while running or pushing a cart has no set terminal point, running a mile and drawing a circle do have a 'climax', which has to be reached if the action is to be what it is claimed to be».

uma culminação (caracterizando-se, portanto, pelo traço semântico [+ télico]), e integram-se na classe dos *accomplishments*[139]. O significado de verbos do tipo de *nadar* não incluem essa culminação no seu significado (caracterizando-se pelo traço [− télico]), e enquadram-se na classe das actividades.

Uma diferença entre eventos prolongados e actividades, que releva justamente do traço [± télico], é a seguinte: «if it is true that someone has been running for half an hour, then it must be true that he has been running for every period within that half hour. But even if it is true that a runner has run a mile in four minutes, it cannot be true that he has run a mile in any period which is a real part of that time»[140]. As actividades constituem, portanto, acções homogéneas, ao contrário do que acontece com os eventos prolongados.

Do mesmo modo, os verbos incompatíveis com o progressivo não constituem uma única classe. Os *achievements*, tal como os eventos prolongados, integram um ponto a partir do qual a situação descrita não prossegue (por exemplo, *rebentar um balão* e *vencer a corrida*), o que não se verifica nos estados (de que são exemplo *ser alto* e *gostar do filme*)[141].

---

[139] Adoptamos as designações de evento prolongado e de evento instantâneo, propostas por Campos e Xavier (1991: 320), para nomear as situações da classe dos *accomplishments* e dos *achievements*, respectivamente.

[140] Vendler (1967: 101). Os exemplos apresentados na citação (*run* e *run a mile*) são reveladores de que esta é uma classificação, não de verbos, mas de estados de coisas referidos por sintagmas verbais.

[141] Em português, todavia, só os estados não faseáveis são incompatíveis com o progressivo, como demonstram os exemplos seguintes: *? o João está a ser alto*; *o João está a gostar do filme*. Segundo Oliveira (2003a: 136), «há, pelo menos, dois tipos básicos [de estados], os estados faseáveis e os estados não faseáveis. Distinguem-se entre si por os primeiros poderem ocorrer em construções progressivas (*estar a* + inf) e os segundos não. […] Assim, um predicado como *ser português* é não faseável e *ser simpático* é faseável». Esta distinção entre estados faseáveis e não faseáveis decorre de reflexões posteriores ao artigo de Vendler. Dowty (1979: 184), por exemplo, argumentou que há um grupo de verbos estativos (os *interval statives*) compatível com *continuous tenses*. Lyons (1977: 712) indicou exemplos em que é possível combinar *achievements* com *continuous tenses*, como em *John is winning*, cuja interpretação é a seguinte*: John is performing in such a way that he is likely to win* (e não *John is in the process of winning*).

Além disso, enquanto os eventos instantâneos se dão num dado momento, os estados podem prolongar-se por um período de tempo de maior ou menor extensão[142], o que se reflecte no tipo de adverbiais temporais com que estes estados de coisas podem ocorrer. Por exemplo, *a que horas rebentaste o balão?* e *durante quanto tempo estiveste doente?* constituem perguntas possíveis. Mas *? a que horas estiveste doente?* e *? durante quanto tempo rebentaste o balão?* são enunciados susceptíveis de serem considerados semanticamente anómalos[143]. Tal incompatibilidade advém da oposição entre o carácter durativo dos estados e o carácter pontual dos eventos instantâneos.

Em suma, segundo a proposta de Vendler (1967), as restrições de ocorrência com formas progressivas distinguem eventos prolongados e actividades (compatíveis com o progressivo) de estados e eventos instantâneos (incompatíveis com o progressivo). Os eventos prolongados, as actividades e os estados caracterizam-se pelo traço semântico [+ durativo], enquanto os eventos

---

Cunha (1998a) argumentou que só os estados faseáveis podem ser integrados na rede aspectual, proposta por Moens (1987), e comutados em processos.

[142] Segundo Vendler (1967: 102), «some of these verbs can be predicated only for single moments of time (strictly speaking), while others can be predicated for shorter or longer periods of time. One *reaches the hilltop*, *wins the race*, *spots* or *recognizes something*, and so on at a definite moment. On the other hand, one can *know* or *believe something*, *love* or *dominate somebody*, for a short or long period».

[143] Em rigor, só os estados faseáveis ou temporários são compatíveis com este tipo de construção, como se ilustra com os dois enunciados seguintes, em que o primeiro designa um estado faseável ou temporário e o segundo um estado não faseável ou permanente: *durante quanto tempo amaste a Rita?; ? durante quanto tempo foste alto?*. Por outro lado, se o enunciado *durante quanto tempo rebentaste o balão?* é semanticamente anómalo, um enunciado como *durante quanto tempo estiveste a [tentar] rebentar o balão?* é aceitável, uma vez que, neste caso, se focaliza o intervalo de tempo anterior à culminação da situação *rebentar o balão*.

instantâneos se caracterizam pelo traço [– durativo][144]. Por fim, a propriedade de subintervalo distingue actividades e estados (situações homogéneas) de eventos prolongados e eventos instantâneos (situações não homogéneas).

A transposição da oposição nominal contável/massivo para o domínio temporal, proposta por Mourelatos (1978) e por Carlson (1981), deve-se ao facto de as situações télicas poderem ser perspectivadas como estados de coisas discretos e contáveis, porque possuem fronteiras ou limites potenciais, ao contrário das situações atélicas, que são estados de coisas sem fronteiras intrínsecas.

A partir da verificação de que tanto as estruturas verbais como as estruturas nominais contribuem para o estabelecimento do valor aspectual global de um enunciado, Mourelatos (1978) e Carlson (1981) estabeleceram um paralelismo entre as classes de referentes dos domínios verbal e nominal: em ambos os casos, esses referentes podem ser perspectivados como heterogéneos e divisíveis ou homogéneos e indivisíveis. Quer os eventos (instantâneos e prolongados), quer os nomes contáveis são heterogéneos e divisíveis, enquanto as actividades, os estados e os nomes massivos são homogéneos e indivisíveis[145].

[144] Verkuyl (1993) alertou para o facto de o carácter durativo das situações poder ser de natureza diversa, como nos exemplos seguintes: *Judith ate, Judith ate sandwiches, Judith ate bread, Judith was eating three sandwiches*. Segundo este autor, a duratividade das situações referidas tem origem na falta de argumento interno (em *Judith ate*), no plural quantificacionalmente indeterminado (em *Judith ate sandwiches*), no argumento representado como não contável (em *Judith ate bread*) e na forma progressiva (em *Judith was eating three sandwiches*).

[145] O enunciado *Vesuvius erupted three times* é parafraseável por *there were three eruptions of Vesuvius*; já o enunciado *Jones was painting the Nativity* é parafraseável por *there was painting of the Nativity by Jones*. No caso das situações eventivas, a paráfrase é do tipo de *there is at least one K*. Segundo Mourelatos (1978: 209), «all and only event predications are equivalent to count-quantified existential constructions. As a corollary, all and only event predications include, or can admit, or imply cardinal count adverbials that refer to the situation itself, as distinct from the associated occasions». Consultámos uma reedição do artigo de Mourelatos, originalmente publicado em 1978 na revista *Linguistics and philosophy*, pelo que a indicação da página citada não corresponde à da edição original, mas à da sua reedição, em 1981; cf. Bibliografia.

No âmbito das estruturas verbais, situações homogéneas como *nadar* caracterizam-se, segundo estes autores, pela propriedade de subintervalo, o que não se verifica com situações heterogéneas do tipo de *nadar duzentos metros*. No caso das estruturas nominais, este paralelismo resulta com expressões como o nome massivo *água* e o nome contável *automóvel*, na medida em que uma porção de água é ainda água, mas um pneu, que é uma parte do automóvel, não é já um automóvel. Segundo Mourelatos (1978: 209), «events thus occupy relatively to other situations a position analogous to the one objects or things or substances occupy relatively to stuffs and properties or qualities».

Em rigor, a classificação proposta por Vendler é uma tipologia não de significados de verbos, mas de significados de sintagmas verbais e até de frases completas. Na verdade, o valor básico de uma predicação pode ser alterado em função de factores como o valor semântico do objecto directo e o tempo verbal. Por exemplo, *cantar* configura uma actividade, mas *cantar um fado* designa um evento prolongado, uma vez que se trata de uma situação com uma culminação. Por seu turno, o sintagma verbal *cantar fados* refere uma actividade, já que a pluralização do objecto directo eliminou a culminação inerente a *cantar um fado*.

Também a flexão temporal contribui para o valor aspectual das predicações. *A Mariza está a cantar um fado* refere uma actividade; *a Mariza cantou um fado* denota um evento prolongado. A flexão no pretérito perfeito simples introduz um ponto de culminação na situação, o que não se verifica com a flexão no progressivo.

Os adverbiais temporais também contribuem para o valor aspectual global de um enunciado. Os eventos prolongados e os eventos instantâneos distinguem-se, como vimos, porque os primeiros constituem situações durativas. Uma consequência interessante desse facto resulta da comparação entre os enunciados seguintes: *demorou cinco minutos a escrever a carta* e *demorou cinco minutos a rebentar o balão*. No primeiro caso, a ocorrência do adjunto adverbial implica que o estado de coisas *escrever uma carta* ocorreu durante cinco minutos; no segundo

caso, a combinação do adverbial temporal com um evento instantâneo implica, não que o acto de *rebentar o balão* ocorreu durante cinco minutos, mas que o intervalo de tempo anterior ao momento em que se atingiu o ponto de culminação desse estado de coisas (o momento exacto em que balão rebentou) tem a extensão temporal referida pelo adjunto adverbial.

Estes exemplos servem igualmente para demonstrar que o valor aspectual básico de um sintagma verbal é susceptível de sofrer alterações em função dos outros elementos com que ocorre num enunciado. *Rebentar o balão* tem um valor aspectual básico de evento instantâneo, mas o enunciado *o Carlos demorou cinco minutos a rebentar o balão* possui um valor aspectual global de evento prolongado.

Logo, mais adequado do que integrar um dado verbo ou sintagma verbal numa classe (tomando como base o seu valor aspectual quando flexionado no infinitivo) é classificar o valor aspectual da totalidade de um enunciado. E, para o fazer, dever-se-á ter em consideração não apenas o significado lexical do verbo, mas também a flexão temporal, o adverbial temporal com que ocorre, o objecto directo, e todos os elementos susceptíveis de contribuírem para o valor aspectual global do enunciado.

O quadro seguinte sintetiza as diferenças entre os tipos de situações propostos por Vendler (1967).

	ocorre com *continuous tenses*	**[± télico]**	**[± durativo]**	**[± dinâmico]**
Evento instantâneo	não	+	–	+
Evento prolongado	sim	+	+	+
Actividade	sim	–	+	+
Estado	não	–	+	–

É importante sublinhar, a propósito do primeiro critério usado por Vendler (1967) para distinguir diferentes classes − a possibilidade de ocorrência com *continuous tenses* −, que uma tipologia de estados de coisas que pretenda ser universal não se poderá basear exclusivamente no comportamento sintáctico das formas verbais, dadas as divergências existentes entre as gramáticas particulares das línguas naturais. Não significa isto que não se procure comprovar a pertinência de uma dada tipologia através do recurso a critérios de natureza sintáctico-semântica em cada uma das línguas a que se pretende aplicar a classificação. Todavia, para estabelecer as diferenças primárias entre diferentes tipos de estados de coisas, parece ser preferível partir de critérios eminentemente semânticos, como as noções de telicidade, duratividade e dinamicidade[146]. As propriedades distribucionais das classes devem ser perspectivadas como consequências destes traços semânticos na gramática particular de cada uma das línguas naturais.

Ao longo da exposição efectuada, foram evidenciadas as razões por que o artigo de Vendler constitui, ainda hoje, uma referência central nesta área. A sua classificação foi pioneira e revelou-se decisiva no desenvolvimento posterior das investigações em semântica temporal. Deu-se o reconhecimento de que o significado lexical dos verbos tem implicações relevantes a nível da expressão de

[146] A aplicação do parâmetro da dinamicidade (ou agentividade) foi criticado por Verkuyl (1989: 63): «agentivity is not essential to aspect». Segundo este autor, Vendler (1967) misturou critérios de natureza temporal − como a duratividade e a telicidade − com o critério da agentividade, que, em sua opinião, não é decisivo para o estabelecimento das distinções entre classes aspectuais. Para Verkuyl, nem a dinamicidade, nem a existência de fases sucessivas são factores semânticos subjacentes ao critério de compatibilidade com o progressivo: «The problem appears to be that Prog[ressive] F[orm] is used to cover two quite different semantic factors. It is said to pertain to successive phasal progress in time, but it is also tied up with the concept of agentivity. Thus, it is strongly suggested that these two factors are identical, which they are not; or that they are very closely related, which they are not either. […] the concept of agentivity is not essentially tied up with the use of the Progressive Form, and […] the use of the Progressive Form is not essentially tied up with the criterion of Progress in time», Verkuyl (1989: 46).

valores temporais. A esta teorização, subjaz, igualmente, a ideia (não explicitada) de que o valor aspectual de um enunciado é determinado composicionalmente.

O autor premonitoriamente admitiu que as suas reflexões não tinham atingido conclusões definitivas, mas apenas desbravado uma parte do caminho a percorrer. O modo como as quatro classes deveriam ser agrupadas constituiu uma preocupação que o autor parece não ter resolvido satisfatoriamente[147]. Mais de trinta anos após a publicação deste ensaio, Smith (1999) argumentou que algumas predicações que designam actividades (nomeadamente, enunciados com valor básico de actividade flexionados num tempo verbal perfectivo), dado o seu comportamento em textos narrativos, podem ser integradas, juntamente com os eventos instantâneos e os eventos prolongados, no grupo dos tipos de situações que fazem avançar o tempo na narrativa[148]. O primeiro exemplo ilustra o facto de Vendler ter tido consciência de que simplesmente transpôs o limiar de uma nova área de investigação linguística. O segundo, porque aponta para questões ainda em aberto, evidencia a dimensão e a complexidade desta área de investigação, cuja exploração foi, em grande parte, motivada precisamente pelas reflexões de Vendler (1967).

[147] Vendler (1967) aproximou actividades e eventos prolongados com base na verificação de que os verbos que designam estas situações são compatíveis com formas progressivas. Todavia, eventos instantâneos e eventos prolongados são classes que partilham o traço semântico [+ télico], em oposição a estados e actividades. Campos e Xavier (1991: 320) propuseram um reagrupamento destas classes a partir da distinção entre situações télicas e atélicas. A tradução feliz de *achievements* (eventos instantâneos) e de *accomplishments* (eventos prolongados) associou terminologicamente duas classes ontologicamente próximas por se caracterizarem pelo traço [+ télico].

[148] Esta conclusão reforça a ideia, proposta por Moens (1987), de que há uma oposição básica entre situações estativas e situações não estativas.

2.2.3. DOWTY (1979)

Dowty (1979) propôs, com base na teorização de Vendler (1967), uma outra tipologia de situações. A relevância do seu contributo, todavia, advém especialmente dos testes sintáctico-semânticos que apresentou para conformar quer a sua classificação, quer a tipologia vendleriana. O número e a natureza dos testes apresentados comprovam que as diferentes classes aspectuais carreiam consequências importantes a nível do comportamento sintáctico e das compatibilidades semânticas dos constituintes que, directa ou indirectamente, contribuem para a expressão do valor temporal global de um enunciado. Tendo evidenciado alguns processos sintácticos de fazer transitar de classe aspectual um dado estado de coisas, por influência de outros constituintes da frase, reforçou a ideia de que o valor aspectual global de um enunciado é de natureza composicional.

Listaremos, de seguida, os testes mais relevantes, repartidos pelas distinções que propiciam. Servir-nos-emos de exemplos do português, sempre que for viável.

Para distinguir estados, actividades e eventos prolongados, Dowty (1979) verificou que só os predicados não estativos

a) são compatíveis com formas progressivas (*? o João está a ser alto; o João está a nadar, o João está escrever uma carta*)[149];

b) ocorrem como complementos dos verbos *forçar* e *persuadir* (*? o João forçou o Carlos a ser alto; o João persuadiu o Carlos a nadar; o João forçou o Carlos a escrever uma carta*);

c) são compatíveis com o imperativo (*? Sê alto!; Nada!; Escreve uma carta!*);

[149] Na verdade, a questão é mais complexa, como o próprio autor reconheceu – cf., nesta secção, o quadro que sistematiza a proposta de classificação de Dowty (1979). Compare-se o enunciado *? o João está a ser alto* (estado não faseável) com *o João está a gostar do filme* (estado faseável).

d) podem ocorrer com os advérbios *deliberadamente* e *cuidadosamente* (*? o João foi deliberadamente alto; o João nadou cuidadosamente; o João deliberadamente escreveu uma carta*);

e) podem ocorrer em construções clivadas (*? o que o João fez foi ser alto; o que o João fez foi nadar; o que o João fez foi escrever uma carta*).

Um último teste que serve para distinguir estados de actividades resulta da interpretação episódica (das situações estativas) e frequentativa ou habitual (das situações não estativas) sempre que o enunciado integra formas verbais flexionadas no presente. O enunciado *o João nada* envolve mais do que uma ocorrência da situação referida[150], ao contrário do que se verifica em *o João ama a Rita*.

O teste apresentado na alínea a) explicita o primeiro critério de Vendler, através do qual se distingue actividades e eventos prolongados de eventos instantâneos e estados: os primeiros ocorrem na forma progressiva; os segundos não.

Os testes relativos às alíneas b), c), d) e e) representam restrições de ocorrência que afectam os predicados estativos e resultam do facto de estes se caracterizarem pelo traço semântico [– dinâmico]. As compatibilidades indicadas evidenciam que, subjacente a actividades e a eventos prolongados (mas também a

[150] Segundo Dowty (1979), em inglês, os eventos prolongados partilham esta propriedade com as actividades. Em português, todavia, só com a pluralização do objecto directo parece ser aceitável a leitura com sentido habitual ou frequentativo (*o João escreve cartas*). *O João escreve uma carta* possui um significado semelhante ao de *o João está a escrever uma carta* e ocorre com algumas restrições. A compatibilidade de eventos (instantâneos e prolongados) com formas verbais flexionadas no presente, de que resulta o significado de ocorrência episódica, atesta-se em contextos como os seguintes: a) relato, em directo, de um comentador que assiste a um acontecimento desportivo; b) indicações cénicas de textos dramáticos; c) excertos narrativos nos quais predomina o uso do presente histórico; d) textos de instruções.

eventos instantâneos), há um *fazer* ou um *agir* que não caracteriza as situações estativas[151].

Para proceder à distinção entre actividades e eventos prolongados, Dowty (1979) argumentou que

a) os eventos prolongados são tipicamente compatíveis com *in-adverbials* (como *em cinco minutos*), enquanto as actividades são geralmente compatíveis apenas com *for-adverbials* (como *durante cinco minutos*) – *o João escreveu uma carta em cinco minutos; o João nadou durante cinco minutos*[152];

b) em inglês, só os eventos prolongados podem ocorrer como complemento do verbo *to finish* – *? John finished walking; John finished painting the picture*[153];

c) os verbos destas duas classes têm implicações lógico-semânticas diversas

- quando flexionados na forma progressiva do presente – *o João está a escrever uma carta* implica *o João ainda não a escreveu*[154]; *o João está a nadar* implica *o João já nadou*;

[151] Cunha (2004) apresentou cinco critérios de estatividade: i) critérios baseados na interacção com verbos de operação aspectual; ii) critérios de agentividade; iii) leituras preferenciais de certos tempos gramaticais; iv) compatibilidades com adverbiais temporais; v) comportamento no contexto das orações com *quando*.

[152] Em muitos casos, verifica-se incompatibilidade entre eventos prolongados e adverbiais do tipo *durante x tempo* (*? o João correu um quilómetro durante cinco minutos*). Quando não se observa incompatibilidade, os enunciados resultantes não permitem inferir que o evento atingiu necessariamente o seu ponto de culminação (*o João fez um bolo durante cinco minutos*), e parecem ser estranhos à linguagem comum. Deste modo, o enunciado *o João escreveu uma carta durante cinco minutos* é plausível, mas parece implicar que a culminação inerente à situação não foi atingida, ou seja, que a carta não foi concluída. Também é possível dizer que *o João nadou em cinco minutos*, embora, neste caso, o adverbial refira não o intervalo de tempo durante o qual *o João nadou* mas o intervalo de tempo imediatamente anterior ao início da acção indicada no enunciado.

[153] Em português, este teste não é válido para distinguir actividades de eventos prolongados, uma vez que também as actividades são compatíveis com verbos como *acabar* ou *terminar* (*o João acabou/terminou de nadar*).

[154] Em rigor, a proposição implicada é *o João ainda não acabou de escrever a carta*.

- quando ocorrem como complemento do verbo *parar* − *o João parou de escrever a carta* implica *o João ainda não a escreveu [toda]*; *o João parou de nadar* implica *o João já nadou*;

d) a ocorrência das duas classes com o advérbio *quase* origina interpretações diferentes − *o João quase nadou* implica *o João não nadou*, enquanto *o João quase pintou um quadro* pode ter dois sentidos: «a) John had the intention of painting a picture but changed his mind and did nothing at all, or b) John did begin work on the picture and he almost but not quite finished it. It is the second reading which is lacking in activity verbs»[155].

O teste apresentado na alínea a) decorre do facto de os adverbiais do tipo de *em cinco minutos* e do tipo de *durante cinco minutos* remeterem para um intervalo de tempo com a mesma extensão, diferindo apenas na compatibilidade do primeiro com situações que se caracterizam pelo traço semântico [+ télico][156].

A restrição de ocorrência das actividades indicada em b), e atestada em inglês, é uma consequência sintáctica do traço semântico [− télico] que caracteriza estes estados de coisas. Em português, contudo, são atestados enunciados do tipo de *O João acabou de comer* ou de *O João acabou de nadar*, pelo que a incompatibilidade indicada não se verifica.

As implicações indicadas na alínea c) resultam da ideia, sublinhada já por Aristóteles, segundo a qual há estados de coisas que só se podem considerar completos quando é atingida a sua culminação − ideia que está na base da oposição entre situações télicas e situações atélicas[157]. A flexão numa forma

---

[155] Dowty (1979: 58).

[156] Deve-se às (in)compatibilidades evidenciadas por estes adverbiais a oposição entre adverbiais de realização (os do tipo de *em cinco minutos* ou *in-adverbials*) e adverbiais durativos (os do tipo de *durante cinco minutos* ou *for-adverbials*); cf. Campos e Xavier (1991: 323-324).

[157] Este conjunto de implicações esteve na origem do chamado paradoxo do imperfectivo, que se verifica unicamente com eventos prolongados. De facto, *a Ana está a pintar um quadro* pode ser uma frase verdadeira, mesmo que *a Ana pintou um quadro* não o venha a ser no futuro, isto é, mesmo que ela não chegue a concluí-lo; o primeiro enunciado implica apenas que é possível que a Ana acabe de pintar um quadro. Com actividades, este paradoxo não se verifica: *o João está a nadar* implica *o João nadou*. «The Scott and

progressiva do presente e a ocorrência como complemento de *parar* invalidam a interpretação de ter sido transposta a fronteira final que caracteriza os estados de coisas télicos, pelo que se verifica a divergência de implicações lógico-semânticas.

É também o traço [+ télico], associado ao traço [+ durativo], que propicia a ambiguidade, apontada na alínea d), inerente aos eventos prolongados e de que carecem as actividades. *O João quase pintou um quadro* é um enunciado ambíguo porque pode significar ou que o quadro não começou a ser pintado ou que não chegou a ser concluído. Numa situação durativa mas atélica – como *o João quase nadou* –, não se verifica esta ambiguidade: o João simplesmente não começou a nadar.

Quanto aos eventos instantâneos, Dowty (1979) comprovou que

a) não ocorrem com adverbiais do tipo de *durante cinco minutos* (*? o João rebentou o balão durante cinco minutos*); além disso, as implicações das combinatórias entre adverbiais do tipo de *em cinco minutos* e eventos instantâneos e eventos prolongados diferem. Segundo Dowty (1979: 59), «If *John painted a picture in an hour* is true, then it is true that John *was painting a picture* during that hour. But from the truth of [*John noticed the painting in a few minutes*] it does not follow that John *was noticing* the painting throughout [that time]»[158];

Bennett and Partee analyses fail on this point, and Dowty introduces possible worlds other than the actual one in order to avoid it», Vlach (1981: 279); cf. também Rohrer (1981). O paradoxo do imperfectivo observa-se, então, em predicações que referem eventos prolongados (isto é, situações télicas e durativas) temporalmente não delimitadas (a distinção entre telicidade e delimitação temporal será explicitada na secção 3.4. do capítulo 3). Verkuyl (1993), todavia, recordou que este paradoxo não se aplica a todos os eventos prolongados. O enunciado *John is drawing some circles* não implica necessariamente *John has not yet drawn some circles*. É discutível, contudo, que *to draw some circles* seja um evento prolongado, uma vez que parece ter um comportamento semelhante ao da actividade *eat sandwiches*, analisado por Verkuyl (1993).

[158] A classe dos eventos instantâneos é ainda compatível com construções do tipo de *it takes an hour to* mas não com construções como *spend an hour to* (*It took John a few minutes to notice the painting; ? John spent a few minutes noticing the painting*).

b) não ocorrem como complemento do verbo *to finish* (*? John finished noticing the picture*);

c) não ocorrem como complemento do verbo *parar* (*? o João parou de rebentar o balão*);

d) a ocorrência com o advérbio *quase* não provoca ambiguidade, ao contrário do que sucede com os eventos prolongados (*o João quase rebentou o balão*);

e) os eventos instantâneos, tal como os estados, não ocorrem com advérbios do tipo de *carefully, attentively, conscientiously* e *vigilantly* (*? John carefully noticed the painting*)[159].

Relativamente à incompatibilidade com adverbiais do tipo de *durante cinco minutos*, registada na alínea a), ela é o resultado dos traços [− durativo] e [+ télico] que caracterizam os eventos instantâneos. Estes adverbiais são tipicamente compatíveis com situações que se caracterizam pelos traços [+ durativo] e [− télico].

Também as restrições indicadas nas alíneas b) e c) se devem à necessidade de, em inglês, a forma verbal que serve de complemento aos verbos *to finish* e *to stop* ser flexionada numa forma progressiva, o que contrasta com as propriedades sintáctico-semânticas dos eventos instantâneos. Em português, todavia, não se verifica incompatibilidade entre eventos instantâneos e a perífrase verbal *acabar de*. O significado de um enunciado como *o João acabou de rebentar um balão* remete para a proximidade temporal entre o intervalo de tempo da enunciação e o intervalo de tempo em que foi atingida a culminação do evento *rebentar um balão*. Já no caso da perífrase verbal *parar de*, atesta-se incompatibilidade devido ao carácter pontual dos eventos instantâneos.

[159] Esta restrição fora já observada por Ryle (1949: 151). Em português, parece ser possível combinar eventos instantâneos com o advérbio *cuidadosamente*: *o João rebentou o balão/fechou a porta cuidadosamente*.

A ambiguidade que se verifica quando o advérbio *quase* ocorre com os eventos prolongados é consequência de estas situações serem simultaneamente durativas e télicas. As actividades (durativas e atélicas) e os eventos instantâneos (pontuais e télicos) apenas comportam uma interpretação.

Relativamente ao último teste, advérbios como *carefully* e *attentively* apenas são compatíveis com situações durativas que simultaneamente se caracterizam pelo traço [+ dinâmico][160], ou seja, com eventos prolongados e com actividades.

Quanto à sua proposta de classificação, Dowty (1979) fundamentou-a nas quatro classes de Vendler (1967). A proposta que apresentou inclui uma distinção baseada no traço semântico [± agentivo] (comum às quatro classes), uma reordenação dentro da classe dos estados (opondo *momentary statives* a *interval statives*) e novas designações para os eventos instantâneos (*single change of state*) e os eventos prolongados (*complex change of state*) de Vendler.

Tendo verificado que alguns predicados estativos podem ocorrer com formas progressivas (ao contrário do que sugeriu Vendler), e justificando a necessidade de as suas reflexões se enquadrarem numa semântica de intervalos de tempo (em contraste com a proposta de Reichenbach (1947)), Dowty distinguiu *momentary predicates* de *interval predicates.*

O quadro seguinte[161] sintetiza a classificação deste autor.

[160] Na terminologia de Dowty (1979), este traço semântico é designado [+ *agentive*].
[161] Dowty (1979: 184).

	Non-Agentive	Agentive
States	Momentary statives: *be asleep, be in the garden, love, know* Interval statives: *sit, stand, lie*	Momentary statives: *be polite, be a hero, belong here* Interval statives: *sit, stand, lie* (with human subject)
Activities	*make noise, roll, rain*	*walk, laugh, dance*
Single change of state	*notice, realize, ignite*	*kill, point out*
Complex change of state	*flow from x to y, dissolve*	*build (a house), walk from x to y, walk a mile*

A riqueza do contributo de Dowty (1979) advém, sobretudo, dos testes sintáctico-semânticos que apresentou. Eles validaram a ideia segundo a qual as distinções semânticas entre estados de coisas se reflectem necessariamente na estrutura linguística dos enunciados. E esse facto propiciou a deslocação desta área temática para o centro das preocupações de ordem estritamente linguística.

2.2.4. MOENS (1987)

Moens (1987) ampliou a tipologia de Vendler (1967) para cinco classes, tendo proposto algumas novas designações. As maiores inovações do seu contributo, todavia, relevam do dinamismo que introduziu na classificação apresentada e do conceito de núcleo aspectual, um conceito operatório central para se compreender de modo mais adequado a estrutura interna dos estados de coisas.

Este autor defendeu uma abordagem que integrasse quer os valores tradicionalmente estudados sob a designação de aspecto, quer as teorias de *aktionsart*. Considerou que qualquer investigação semântica sobre a expressão do tempo numa dada língua natural deve partir do estudo da estrutura interna das situações passíveis de serem referidas pela linguagem verbal, e deve tratar de forma integrada o tempo verbal, o aspecto gramatical e o aspecto lexical. Propôs, então, um modelo de análise que traduz a interacção entre aqueles fenómenos linguísticos, tradicionalmente estudados de forma separada. Este tipo de tratamento consubstancia as causas do dinamismo que caracteriza a classificação proposta. Segundo Moens (1987: 44), «it seems like a better idea to think of a Vendlerian taxonomy not as a fixed classification, but as a dynamic one where an element like *run* (or the expressions it forms when combining with other linguistic material) can move from one category to the other, provided the context is such as to support the assumptions associated with the transition in question». Uma vez que há diversos factores que influenciam o valor aspectual dos enunciados (nomeadamente, os tempos verbais, os verbos de operação aspectual e o valor semântico dos complementos)[162], subjaz a esta teorização a natureza composicional do aspecto, tese inicialmente defendida por Verkuyl[163].

[162] Para uma descrição detalhada das comutações aspectuais proporcionadas por estes factores em português, cf. Oliveira (2003a: 138-153). Com base no comportamento de alguns verbos de operação aspectual, das orações subordinadas temporais introduzidas por *quando* e nas compatibilidades com adverbiais temporais, Cunha (2002) demonstrou que também a negação frásica carreia consequências a nível aspectual, estando na origem de comutações, sempre no sentido de aproximar os estados de coisas referidos das situações estativas. Segundo este autor, «a negação proposicional confere marcas inequívocas de estatividade às eventualidades com que co-ocorre; no entanto, tal elemento funciona mais como um "perspectivador" do que propriamente como um operador de estatividade, na medida em que deixa transparecer determinadas propriedades aspectuais das situações básicas que toma como *input*, conferindo um carácter algo híbrido ao "perfil" temporal interno do estado de coisas resultante da sua aplicação», Cunha (2002: 323). Um perspectivador é definido como «um elemento linguístico capaz de alterar o "perfil" aspectual básico de uma situação sem, no entanto, "apagar" ou "esconder" a maioria das suas propriedades temporais internas de origem, na

Entre as classes propostas por Moens (1987), observa-se uma primeira oposição entre estados e eventos, segundo a natureza não dinâmica das situações estativas e o carácter dinâmico das situações eventivas. Por outro lado, os eventos possuem fronteiras que podem ser balizadas no tempo, delimitação que não se observa nos estados, concebidos como situações sem fronteiras claramente delineadas.

No âmbito das situações dinâmicas, Moens distinguiu quatro tipos de eventos[164] com base em duas propriedades semânticas, que correspondem aos traços [± télico] e [± durativo]. O quadro seguinte[165] condensa o essencial da classificação proposta por este autor.

	EVENTS		**STATES**
	atomic	***extended***	
+ conseq	**CULMINATION** *recognize, spot, win the race*	**CULMINATED PROCESS** *build a house, eat a sandwich*	*understand, love, know*
- conseq	**POINT** *hiccough, tap, wink*	**PROCESS** *run, swim, play the piano*	

Verificada a relação de interdependência entre os elementos que interferem com a configuração do estado de coisas descrito num enunciado, Moens assumiu

---

medida em que pelo menos algumas das características inerentes à predicação de base se mantêm presentes e "activas" após a sua aplicação», Cunha (2002: 321-322).

[163] Apesar de estar já implícita na reflexão de Vendler (1967), a tese da composicionalidade dos valores aspectuais foi explicitada em VERKUYL, Henk (1972), *On the compositional nature of the aspects*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company. Esta tese foi integrada na teoria de Moens (1987) e subjaz ao conceito de rede aspectual.

[164] Ao longo deste trabalho, adoptaremos a concepção de Moens (1987), que propôs uma oposição básica entre eventos e estados.

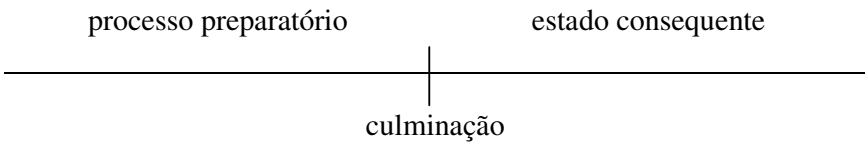
[165] Moens (1987: 42).

que esta é uma classificação de significados globais de enunciados e não apenas de significados de verbos ou de sintagmas verbais: o tipo de situação referida é o resultado de uma construção para a qual contribuem vários constituintes. É verdade que as formas verbais consideradas isoladamente possuem um valor aspectual básico, mas esse valor é susceptível de ser alterado quando combinado com adverbiais temporais, com a flexão temporal ou com complementos do verbo (em especial, com o objecto directo[166]).

As diferenças terminológicas entre a classificação de Vendler (1967) e a de Moens (1987) resumem-se ao seguinte: as actividades, os eventos instantâneos e os eventos prolongados de Vendler são, nesta tipologia, *processes*, *culminations* e *culminated processes*[167]. *Points* – eventos pontuais e atélicos – constituem uma quinta classe, não prevista na tipologia de Vendler.

Mais do que o número de classes ou as diferentes designações propostas por Moens (1987), importa realçar o conceito de núcleo que este autor introduziu. Com base neste conceito teórico, as situações deixaram de ser perspectivadas simplesmente como um ponto ou um intervalo no eixo temporal, e passaram a ser consideradas entidades mais complexas, cuja estrutura interna é constituída por uma ou mais fases. De facto, Moens (1987) comprovou que todos os estados de coisas estão estruturados de tal maneira que são susceptíveis de serem descritos como contendo uma, duas ou as três componentes do conceito de núcleo aspectual. O autor representou do seguinte modo a complexa entidade abstracta e tripartida a que chamou núcleo[168].

[166] Como vimos, é pertinente verificar se estamos em presença de um objecto singular ou plural, massivo ou contável.
[167] A terminologia proposta por Moens (1987) reflecte a proximidade ontológica de três categorias: *culminations*, *culminated processes* e *processes* (*culminated processes* possuem características de *culmination* – o traço [+ télico] – e de *process* – o traço [+ durativo]).
[168] Traduzido a partir de Moens (1987: 47).



Um processo preparatório é uma fase cujo desenvolvimento envolve duração e pode desembocar (ou não) na fase cronologicamente seguinte, designada culminação. Uma culminação define-se como um clímax pontual que marca a fronteira entre um estado anterior e um estado subsequente. A culminação, por sua vez, pode (ou não) dar origem a um estado consequente, isto é, a uma fase durativa que resulta ou da culminação ou da sequência processo preparatório + culminação. O estado consequente (ou estado resultante) distingue-se do estado anterior ao início da situação na sequência do qual o estado consequente emergiu.

A relação de sequencialidade cronológica entre as três fases, que se sucedem necessariamente pela ordem apresentada, constitui uma característica relevante deste conceito.

Com base no conceito de núcleo aspectual, o autor descreveu a estrutura interna de cada uma das classes propostas. Assim, as culminações (eventos pontuais e télicos) são constituídas pelo ponto de culminação e por um estado consequente − o traço [+ télico] indica precisamente que esta situação comporta consequências. Já os pontos (eventos pontuais e atélicos) incluem unicamente na sua estrutura interna a fase da culminação. São eventos pontuais porque não integram qualquer fase durativa, e são atélicos porque não incluem um estado consequente.

Os processos (eventos durativos e atélicos) são constituídos unicamente pelo processo preparatório, enquanto os processos culminados (eventos durativos e télicos) incluem na sua estrutura as três fases do núcleo: processo preparatório, culminação e estado consequente. Por fim, os estados integram unicamente a fase

do núcleo designada estado consequente[169]. A constituição de cada estado de coisas, segundo a concepção proposta por Moens (1987), é resumida no quadro seguinte.

ESTADO DE COISAS	ESTRUTURA INTERNA
Processo culminado	processo preparatório + culminação + estado consequente
Culminação	culminação + estado consequente
Processo	processo preparatório
Ponto	culminação
Estado	estado consequente

Com base no conceito de núcleo, veremos, de seguida, em que consiste o dinamismo subjacente à proposta de Moens. A dinâmica desta perspectiva é uma consequência da composicionalidade que caracteriza o valor aspectual global de um enunciado. Assumindo que os verbos (ou os sintagmas verbais) possuem um valor aspectual básico, é possível prever as possibilidades de transição de uma classe para outra, a partir de mecanismos que contemplam a inserção ou a extracção de um ponto de culminação, de um processo preparatório ou de um estado consequente[170].

[169] Uma vez que a tipologia de Moens (1987) se baseia no conceito de núcleo, ela parece esgotar as possibilidades teóricas de tipos de situações. Não é pertinente considerar estados de coisas constituídos por um processo preparatório e um estado consequente, sem incluir a fase da culminação, porquanto não seria compatível com a coesão que caracteriza o núcleo. Aparentemente, também não é pertinente conceber situações constituídas unicamente pelas duas fases correspondentes ao processo preparatório e à culminação.

[170] Como premonitoriamente defendeu Carlson (1981: 36), «there are systematic ways of changing the interpretation of a verb so that it changes its aspectual class».

O conceito de núcleo serve, então, para reconhecer a estrutura interna das diferentes classes, e para identificar os mecanismos subjacentes à transição de um dado estado de coisas para uma outra classe. As interacções entre o significado lexical dos verbos, a flexão temporal, os adverbiais temporais e os argumentos internos propiciam a maior parte dessas transições, embora por vezes o argumento externo também desempenhe um papel relevante. Vejamos alguns exemplos.

As situações da classe dos processos são constituídas unicamente por um processo preparatório, pelo que a sua transição para uma situação da classe dos processos culminados envolve a inserção de um ponto de culminação. Segundo Moens (1987: 45), «the transition from a process like *run* to a culminated process like *run a mile in less than 4 minutes* involves adding a culmination point to the original process. Once such a culmination point is added, possible consequences also come into play».

E a transição no sentido inverso opera-se quando se retira a um processo culminado a sua culminação: «*read a novel* is typically a culminated process, but *read a novel for a few minutes* indicates that the culmination point was not reached»[171]. Neste caso, a comutação deve-se à ocorrência de um adverbial do tipo de *durante x tempo* (*for-adverbial*, em inglês). Também a flexão verbal pode estar na origem deste tipo de transição aspectual. Em *o João escrevia uma carta, quando a Ana telefonou*, da combinatória de um predicado com valor aspectual básico de processo culminado com o pretérito imperfeito, resulta a interpretação de que o estado de coisas *escrever uma carta* não atingiu o seu ponto de

[171] Moens (1987: 45). Um outro exemplo – *John played the sonata* – contribuiu para que o autor explorasse o poder explicativo que o conceito de núcleo aspectual introduziu na sua teoria: «the culminated process, like any other event, can be compressed into a point […]. A transition to process then results in an iteration of occurrences at which John plays the sonata. Because of our knowledge about sonatas and about how they typically last, […] the most likely interpretation for a sentence like *John played the sonata for about eight hours* [is that] the culminated process expression *play the sonata* is here turned into a process of *repeatedly playing the sonata*. That process is described as lasting for about eight hours», Moens (1987: 46).

culminação, pelo que a frase no pretérito imperfeito refere uma situação que se integra na classe dos processos.

Se, a um estado de coisas da classe das culminações (por exemplo, *rebentar um balão*), extrairmos a fase correspondente à culminação, ele transitará para a classe dos estados progressivos, como no exemplo *o João estava a rebentar um balão*. Neste caso, é o progressivo que funciona como operador aspectual[172].

Numa predicação com valor aspectual básico de ponto (por exemplo, *o João espirrou*), pode verificar-se a transição para a classe dos processos, se se proceder a alterações de modo a ser representado como uma sequência de ocorrências, verificando-se, portanto, a repetição do estado de coisas inicial. É o que sucede quando estes predicados ocorrem em construções progressivas, como no enunciado *o João está a espirrar.*

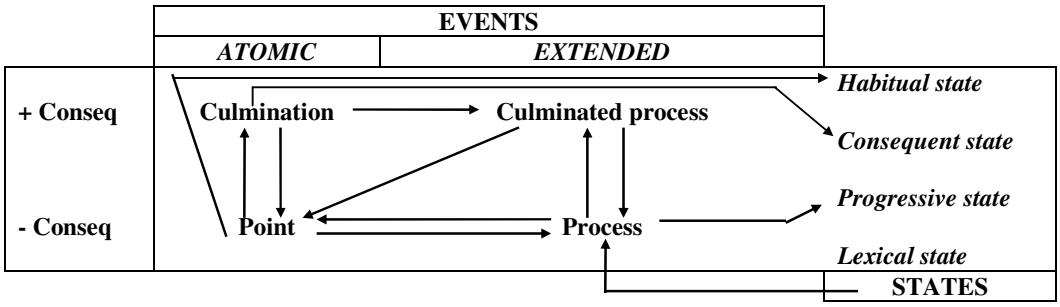
Vejamos, por fim, de que modo os complementos verbais podem interferir com o valor aspectual global de um enunciado, nomeadamente a nível da oposição entre argumentos massivos e argumentos contáveis: «um argumento contável articula-se preferencialmente com um predicado télico e um argumento não contável com um predicado atélico»[173]. *O João rebentou um balão* designa uma culminação, isto é, uma situação composta por um ponto de culminação e por um estado subsequente. *O João rebentou balões* refere um processo, uma vez que o valor semântico de plural do complemento directo inseriu um processo preparatório no estado de coisas inicial, e retirou-lhe o seu ponto de culminação. Em *o João rebentou dez balões*, a quantificação do objecto directo confere ao estado de coisas um processo preparatório, um ponto de culminação e um estado consequente, pelo que o enunciado descreve um processo culminado.

---

[172] Segundo Vlach (1981), o progressivo é um operador aspectual, na medida em que predicações com valor aspectual básico não estativo transitam de classe e passam a ter valor estativo. Cf. também Oliveira, Cunha e Matos (2002: 738): «o progressivo em P[ortuguês] E[uropeu] pode ocorrer com qualquer predicado de tipo eventivo, assim como com alguns estados […] e o *output* [é] um estado (progressivo)».

[173] Oliveira (2003a: 151).

A partir da rede aspectual, esquematicamente apresentada por Moens (1987) no quadro seguinte[174], é possível efectuar previsões sobre as possibilidades de transição entre os diferentes tipos de estados de coisas.



Além das diferenças terminológicas e conceptuais entre as classificações de Moens (1987) e de Vendler (1967), que atrás referimos, deve ser salientado que esta proposta distingue quatro tipos situações estativas: estados lexicais, estados consequentes, estados progressivos e estados habituais[175].

O contributo de Moens (1987) foi o mais relevante, no âmbito das teorias de tipos de situações, desde o precursor artigo de Vendler (1967). O conceito de núcleo permitiu compreender melhor a natureza da estrutura interna das situações descritas, nomeadamente a nível da sua complexidade e coesão. Por outro lado, como o próprio autor reconheceu, o dinamismo subjacente à classificação proposta é mais importante do que a classificação em si. As possibilidades de transição entre os diferentes estados de coisas, bem como os factores envolvidos, evidenciam que esta é uma tipologia de significados de enunciados, e não apenas de significados de verbos ou de sintagmas verbais. A reflexão de Moens (1987)

[174] Adaptado a partir de Moens (1987: 45).
[175] Segundo Cunha (2004), é pertinente considerar, também, estados pré-preparatórios, estados cessativos e estados obtidos pela negação proposicional.

baseou-se, portanto, na aplicação do princípio da composicionalidade aos valores aspectuais.

A sua tipologia prevê cinco classes, mais uma classe do que a tipologia de Vendler (1967). Entre as situações dinâmicas, aquele autor esgotou todas as possibilidades de combinação dos traços [± télico] e [± durativo], o que resultou na introdução de uma distinção suplementar entre ponto (classe não prevista na tipologia de Vendler) e culminação (evento instantâneo), como se pode atestar no quadro seguinte.

	Situações estativas	**Situações não estativas**			
	[– dinâmico] [– télico] [+ durativo]	**[+ dinâmico] [– télico] [+ durativo]**	**[+ dinâmico] [+ télico] [+ durativo]**	**[+ dinâmico] [+ télico] [– durativo]**	**[+ dinâmico] [– télico] [– durativo]**
Vendler (1967)	Estados	Actividades	Eventos prolongados	Eventos instantâneos	
Moens (1987)	Estados	Processos	Processos culminados	Culminações	Pontos

2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição e análise das diferentes propostas que efectuámos comprovam que há um número restrito de propriedades que propiciam a classificação das situações referidas pelas línguas naturais. São essas propriedades que listamos de seguida, juntamente com as oposições que permitem estabelecer[176]:

[176] As diferenças terminológicas relativamente às propriedades semânticas são frequentes. Entre outros exemplos, o conceito a que corresponde o traço [± télico] (em Comrie (1987) e em Moens (1987)) surge em Vet (1980) com a designação de [± transicional]; também o traço [+ durativo] é apresentado em Moens (1987) como [+ *extended*] e o traço [– durativo] como [+ *atomic*].

– dinamicidade (situações dinâmicas/situações não dinâmicas);

– telicidade (situações télicas/situações atélicas);

– duratividade (situações durativas/situações pontuais).

As situações dinâmicas caracterizam-se pela mudança de estado, de lugar ou de posse. Quanto às situações não dinâmicas, Cunha (2004: 367) argumentou que «a propriedade que, na literatura, tem sido designada como ausência de dinamismo não passará do reflexo da inexistência de uma estruturação "fásica" capaz de promover alterações significativas no interior da eventualidade que a comporta. Uma situação será não dinâmica (i.e., estativa) se não ostentar "fases" sucessivas distintas no seu curso». Deste modo, os estados caracterizam-se pela ausência de fases sucessivas na sua estrutura temporal interna, ao contrário do que se verifica com as actividades.

As situações télicas incluem um ponto de culminação e um estado subsequente, ou seja, integram pelo menos duas das três fases do conceito de núcleo aspectual proposto por Moens (1987). Trata-se de situações das quais resulta sempre uma mudança de estado. As situações atélicas, pelo contrário, possuem uma estrutura homogénea, ou seja, são constituídas apenas por uma fase do conceito de núcleo aspectual. Correspondem aos estados de coisas constituídos unicamente ou pelo processo preparatório ou pelo ponto de culminação ou pelo estado consequente.

As situações durativas ocorrem durante um intervalo de tempo de extensão variável, enquanto as situações pontuais dão-se num momento. Todavia, uma situação apresentada linguisticamente como pontual envolve, no plano ontológico, uma certa extensão temporal. De facto, «os processos que a língua caracteriza como pontuais não são necessariamente breves, como o disparar de um alarme ou o acender de uma lâmpada incandescente, mas processos que […] reagem de certa maneira quando submetidos a certos testes sintáctico-semânticos»[177].

[177] Ilari (1997: 39).

Sublinhe-se, ainda, que a diversidade de tipologias de estados de coisas se deve à selecção e ao número de propriedades que cada autor julgou pertinente tomar em consideração para enformar a sua tipologia.

A relevância da classificação de Vendler (1967) e dos conceitos operatórios propostos por Moens (1987) foram evidenciados ao longo do capítulo. Deste modo, adoptaremos a proposta de classificação de Vendler (1967), por ser a que está mais difundida na vasta literatura sobre este tema, e integraremos no nosso modelo descritivo os conceitos de núcleo aspectual e de rede aspectual, tal como foram propostos por Moens (1987).

Adoptamos, portanto, uma visão integrada da expressão dos valores aspectuais, em contraste com a perspectiva tradicional de tratar separadamente o aspecto gramatical e o aspecto lexical (também designado por *aktionsart* ou modalidade de acção).

CAPÍTULO 3

A LOCALIZAÇÃO TEMPORAL

3.1. REFLEXÕES PRELIMINARES

Propomo-nos, neste capítulo, abordar a complexa questão da localização temporal. Listaremos os meios de que dispõe uma língua como o português para efectuar a localização temporal, e observaremos que a função de localizar recai, sobretudo, nos tempos verbais e nos adverbiais temporais. Veremos como os conceitos de ponto de referência e de ponto de perspectiva temporal são centrais para uma descrição adequada do significado dos tempos verbais, e reforçaremos a ideia, já exposta no capítulo 2, de que as classes aspectuais também devem ser contempladas numa investigação em que se procede à análise dos tempos verbais a nível textual. Com base nestas reflexões, apresentaremos as linhas gerais de um modelo descritivo que permite apreender e explicitar o significado dos tempos verbais a nível textual, integrando o contributo dos adverbiais temporais. Por conseguinte, o presente capítulo está organizado do modo que explicitamos a seguir.

Na secção 3.2., salientaremos a função de localização temporal subjacente ao uso da categoria linguística tempo, e veremos que contribuem para essa localização, não só os tempos verbais e os adverbiais temporais, mas também as classes aspectuais.

Na secção 3.3., centraremos a nossa atenção na localização efectuada pelos tempos verbais. Explicitaremos a teorização de Reichenbach (1947), destacando a

importância do conceito de ponto de referência para o cálculo da localização temporal.

Na secção 3.4., procederemos à explicitação da teoria que servirá de suporte à análise que nos propomos realizar: a Teoria das Representações Discursivas, inicialmente proposta por Kamp e Rohrer (1983), e desenvolvida por Kamp e Reyle (1993). Veremos como esta teoria se revela adequada para um tratamento integrado dos valores temporais e aspectuais a nível textual. Adoptaremos, também, outras propostas mais recentes, para obviar a algumas insuficiências desta teoria, reconhecidas pelos próprios autores.

3.2. A CATEGORIA LINGUÍSTICA TEMPO

Ao longo desta secção, propomo-nos reflectir sobre conceitos relevantes para a definição da categoria linguística tempo, assumindo que uma análise da expressão do tempo deve contemplar, de forma integrada, o contributo dos tempos verbais, dos adverbiais temporais e das classes aspectuais.

Comecemos por explicitar algumas propriedades inerentes ao conceito de tempo cronológico, que são susceptíveis de enquadrar uma análise da categoria linguística tempo:

a) o tempo cronológico é unidimensional, ou seja, «il n'y a qu'un temps à la fois»[178]; a relação entre dois intervalos de tempo distintos (designados *a* e *b*) é necessariamente de precedência de um em relação ao outro (ou *a* precede *b* ou *b* precede *a*);

b) o tempo orienta-se numa direcção; o intervalo de tempo que designamos por presente, e que se desloca continuamente em direcção ao futuro, serve de

[178] Klein (1995: 21). Fillmore (1997: 56) sublinhou, noutros termos, esta mesma propriedade do tempo: «there is only one route between two time points: one cannot go from 1970 to 1971 by passing through 1929».

fronteira entre o passado e o futuro: é a sua localização no eixo do tempo que determina o que é passado e o que é futuro;

c) o tempo caracteriza-se pela transitividade, pela sucessão dos diferentes intervalos de tempo; um intervalo localizado no futuro (em relação ao intervalo de tempo em que se situa um determinado sujeito) tornar-se-á, num dado momento, presente e, imediatamente a seguir, passado;

d) o tempo é irreversível, porquanto a sucessão de intervalos de tempo e a sua orientação em direcção ao futuro nunca se invertem; esta propriedade é susceptível de ser comprovada através de situações como *envelhecer* e *atirar uma pedra*.

e) o tempo é contínuo: nada o pode parar ou suspender.

Com base neste conjunto de propriedades, podemos conceber o tempo cronológico como uma estrutura ordenada, e representá-lo geometricamente através de uma linha, orientada do passado em direcção ao futuro. Nessa linha, o presente ocupa um ponto indivisível e separa o passado (à sua esquerda) do futuro (à sua direita)[179].

Existe uma assimetria entre o passado e o futuro, por um lado, e o presente, por outro: o carácter pontual e fugaz do presente contrasta com o carácter durativo do passado e do futuro.

O passado e o futuro, por sua vez, têm em comum o facto de constituírem domínios conceptuais. Divergem, todavia, no seu estatuto epistémico e ontológico: os estados de coisas que se inscrevem no passado sucederam de facto

[179] Oliveira (1996: 363) sistematizou, do seguinte modo, as propriedades mais relevantes do tempo: «o tempo é direccional, irreversível e uniforme e pode ser definido formalmente por um conjunto, T, de momentos de tempo e uma relação, <, de precedência, com algumas propriedades tais como irreflexibilidade (um momento de tempo não pode preceder-se a si próprio), transitividade (um momento de tempo que precede um outro, precede também todos os momentos que este último precede), assimetria (dois momentos de tempo não se podem preceder um ao outro), e densidade (não há momentos de tempo fora da série T, e cada momento precede ou segue um outro momento que não ele próprio)».

e são susceptíveis de ser conhecidos, ao contrário do que se verifica com as situações que se localizam na esfera do futuro.

Explicitadas as principais propriedades do tempo cronológico, orientamos, a seguir, a nossa reflexão para os mecanismos de que dispõe uma língua como o português para fazer referência ao tempo, concedendo particular destaque aos tempos verbais.

O tempo linguístico decorre do processo de localização, no tempo cronológico, das entidades referidas pelas línguas naturais. Para essa localização, concorrem unidades e mecanismos diversos.

Benveniste (1974) sublinhou o facto de os sistemas temporais das línguas naturais não serem meros decalques do tempo cronológico. A configuração dos sistemas de tempo constitui precisamente um dos pontos em que as línguas mais se diferenciam umas das outras.

Se o presente do tempo cronológico pode ser definido como o "momento em que se está", o presente do tempo linguístico é determinado pelo "momento em que se fala". As reflexões de Benveniste (1966, 1974) evidenciaram a centralidade da enunciação na temporalidade linguística: de cada vez que um sujeito falante toma a palavra, ele institui o intervalo de tempo em que se insere a enunciação como a coordenada a partir da qual se definem quer o passado, quer o futuro.

No âmbito da temporalidade linguística, não é apropriado falar de um presente idêntico ao do tempo cronológico considerado numa acepção estrita. Segundo Serbat (1988), o tempo do discurso corresponde ao que ele designou por *actual*, conceito definível, não como instante fugaz, mas como intervalo de tempo durante o qual decorre o acto de enunciação. Ora, qualquer enunciação ocupa um intervalo de tempo de extensão variável, pelo que a dimensão do intervalo a que corresponde o presente linguístico é intrinsecamente vaga[180].

[180] Como referiu Carlson (1981: 42), «in practice, *now* means a time with appreciable duration, the length of which varies greatly accordingly to circumstances».

Numa perspectiva linguística, «o tempo é concebido como uma ordenação linear de unidades temporais atómicas (instantes) ou densas (intervalos) que se podem suceder ou sobrepor»[181]. Para melhor compreender a razão que subjaz a esta duplicidade na concepção do tempo linguístico, recordemos algumas reflexões já explicitadas quando abordámos as tipologias de estados de coisas, no capítulo 2. À realização de certas situações − como *a Ana piscou-me o olho* e *a Catarina acendeu a luz* −, associamos instantes; à concretização de outras − como *o António construiu a sua casa* e *a atleta correu muito rapidamente* −, associamos sequências de instantes ou intervalos de tempo. Esta oposição entre situações pontuais e situações que envolvem duração tem como consequência que o tempo cronológico, no qual se localizam os estados de coisas referidos no discurso, seja perspectivado ora em termos de instantes (não divisíveis), ora em termos de intervalos (divisíveis em instantes)[182]. Vemos, portanto, que a extensão do intervalo de tempo em que se verifica uma dada situação é relevante para a localização dessa mesma situação no tempo cronológico.

A designação intervalo de tempo refere «um conjunto contínuo e ordenado de momentos de tempo. A ordenação entre os momentos de tempo de um intervalo estabelece-se através da relação de precedência: o momento t_i precede o momento t_{i+1} e é precedido pelo momento t_{i-1}. Por outras palavras, o momento t_i é anterior ao momento t_{i+1} e posterior ao momento t_{i-1}»[183]. Dois intervalos de tempo podem manter entre si relações:

---

[181] Oliveira (2003a: 129). Cf. também Fillmore (1997: 48) «We recognize time periods and time points, and we recognize that a time period can be defined uniquely by identifying its beginning and ending time points. Time periods can be compared with one another, so that we can speak of one time period being longer or shorter than another».

[182] Cf. Oliveira (1996: 364): «a concepção de instantes (ou momentos) de tempo não parece adequada ao tratamento de acontecimentos ou situações que apresentam duração ("estar a comer uma maçã") ou então casos de dois acontecimentos que ocorrem total ou parcialmente ao mesmo tempo ("comer uma maçã enquanto escreve uma carta"). Surge assim a ideia de intervalo de tempo […]».

[183] Duarte (2000: 316).

a) de sobreposição total (quando a extensão dos dois intervalos coincide na totalidade);

b) de sobreposição parcial (quando a extensão dos dois intervalos coincide parcialmente);

c) de inclusão (quando um dos intervalos, o de menor extensão, se inclui no outro, o de maior extensão);

d) de precedência (quando um dos intervalos se localiza antes do outro).

Em rigor, os três primeiros casos constituem variantes da relação de sobreposição temporal entre duas situações.

A categoria linguística tempo desempenha a função de localização, no tempo cronológico, das entidades referidas nos enunciados. Proceder à ancoragem dessas entidades no tempo cronológico equivale a estabelecer uma relação temporal entre os estados de coisas descritos e o lugar que eles ocupam no eixo ordenado do tempo relativamente a um intervalo que é tomado como ponto de perspectiva temporal[184]. Por conseguinte, a localização é efectuada tendo em consideração quer o intervalo de tempo correspondente à situação em causa, quer o ponto de perspectiva temporal que se institui como coordenada temporal com base na qual se procede ao cálculo da localização temporal. Este ponto de perspectiva temporal pode, ou não, coincidir com o intervalo de tempo da enunciação. No caso de não serem coincidentes, o ponto de perspectiva temporal é obrigatoriamente manifestado no discurso. Nas secções 3.3. e 3.4., explicitaremos as teorizações de Reichenbach (1947) e de Kamp e Reyle (1993). Definiremos os conceitos de ponto de referência e de ponto de perspectiva temporal e sublinharemos a sua relevância para o cálculo do valor de localização dos tempos verbais.

[184] Não são só as situações que podem ser objecto de localização no tempo. Segundo Móia (2003), também os seres, os objectos, os conceitos ou os intervalos de tempo referidos no discurso são susceptíveis de ser localizados no eixo temporal.

A localização temporal é manifestada, em línguas como o português, pelo uso de tempos verbais[185] (associados ou não a perífrases verbais) e de adverbiais temporais[186]. A localização no tempo de um dado estado de coisas resulta, frequentemente, da combinação de tempos verbais com adverbiais temporais.

Todavia, para o estudo da referência temporal é também pertinente ter em consideração os tipos de situações. As classes aspectuais são, como vimos, determinadas composicionalmente, para o que contribuem quer os lexemas verbais, quer os tempos gramaticais e as perífrases verbais, quer os adverbiais temporais, quer os conectores com valor temporal, quer ainda os argumentos do predicador (externo e internos). Deste modo, também a informação temporal dos enunciados é caracterizada pela composicionalidade[187].

A categoria aspectual interfere com os mecanismos de localização temporal das situações. É importante, deste modo, delimitar claramente os conceitos de tempo e de aspecto. Segundo Lopes (1992b: 154), «o tempo permite localizar a ocorrência de uma situação ou estado de coisas num intervalo I, que se delimita em função do intervalo de tempo da enunciação ou em função de um outro

[185] Em português, e no que diz respeito aos sufixos verbais, o significante do morfema de tempo surge invariavelmente amalgamado com o significante do morfema de modo, porquanto os significados de tempo e de modo são manifestados através de um significante que não é susceptível de ser segmentado. Assim, os sufixos verbais tradicionalmente chamados desinências modo-temporais condensam, como a própria designação indica, informação de natureza modal e temporal.

[186] Entre as expressões adverbiais temporais, incluem-se elementos com configurações sintácticas diversas: advérbios de tempo (*ontem, agora*), sintagmas nominais (*todos os meses, dia 15 de Março*), sintagmas preposicionais (*no mês de Janeiro*) e frases introduzidas por conectores com valor temporal (de que são exemplo *quando, enquanto, logo que, desde que*; excluem-se, naturalmente, frases que integram estes conectores mas que possuem valores não temporais – contrastivos e condicionais, por exemplo – como as seguintes: *O João é do Benfica, enquanto o Pedro é do Sporting*; *O Tiago julga que a Rita é professora, quando ela é, de facto, investigadora*; *A Ana vai sair, desde que não chova*).

[187] Cf. Oliveira *et alii* (2001: 75-76): «O tempo não é uma propriedade atribuível à semântica de apenas uma unidade linguística (como um verbo ou um advérbio), mas decorre da combinatória de várias unidades manifestada a nível da frase ou mesmo de um conjunto de frases; isto é, o tempo linguístico tem uma dimensão composicional marcadamente discursiva».

intervalo ou ponto de referência; o aspecto parece recobrir todos os elementos que num enunciado nos fornecem indicações acerca da estrutura interna do intervalo I».

Assim, segundo Oliveira (2003a: 129-130), «o Tempo linguístico é uma categoria relacional, quer seja dêictico quer seja anafórico, enquanto o Aspecto se centra na perspectivação interna sem necessitar de se relacionar com outros elementos. No entanto, estas duas categorias têm pontos de contacto na medida em que podem operar com o mesmo tipo de conceitos temporais, como, por exemplo, o de intervalo. Por outro lado, certos adverbiais podem funcionar como aspectuais ou temporais, tal como acontece com alguns tempos verbais».

Estas definições opõem, portanto, a função de localização dos estados de coisas no tempo cronológico (própria da categoria tempo) à especificação da estrutura interna das situações (própria da categoria aspecto), e deixam antever que as diferentes classes aspectuais contribuem para a determinação do intervalo de tempo que uma dada situação ocupa no eixo temporal.

A consequência teórico-metodológica que se deve extrair das reflexões apresentadas é a seguinte: a análise dos processos de referência temporal de uma língua como o português não só deve envolver as questões relacionadas com a localização (a associação de um intervalo de tempo − ordenado relativamente a um ponto de perspectiva temporal − a uma situação referida no discurso), a duração (a extensão do intervalo de tempo ocupado por uma situação) e a frequência (definida pelo padrão de distribuição temporal que é associado a

uma situação)[188] das entidades referidas, como também deve incluir uma teoria das classes aspectuais[189].

3.3. A LOCALIZAÇÃO TEMPORAL

Nesta secção, listaremos os parâmetros relevantes para se proceder à localização temporal de uma situação, e definiremos o conceito de ponto de referência, inicialmente proposto por Reichenbach (1947), bem como a importância de que se reveste este conceito para a análise da localização no tempo. Salientaremos dois modos diferentes de perspectivar a questão da localização temporal, e veremos igualmente que, embora contribuam para a localização das entidades no tempo, os tempos verbais e os adverbiais temporais localizadores fazem-no geralmente de modo diverso.

Segundo Peres (1993a) e Móia (2003), há três parâmetros que se deve ter em conta na análise e descrição das operações de localização temporal: o objecto da localização, o modo da localização e o lugar da localização. Cada um dos parâmetros deve constituir a resposta às seguintes perguntas: *o que se localiza?*, *como se localiza?* e *onde se localiza?*.

---

[188] Segundo Móia (2003: 106), numa acepção lata, alargada a todos os padrões temporais de repetição, o conceito de frequência «abrange valores como episódico, iterativo, habitual, genérico ou outros afins, tradicionalmente designados como aspectuais, e valores específicos de frequência», manifestados por adverbiais do tipo de *regularmente*, *todas as semanas* e *dia sim dia não*.

[189] É também esta a perspectiva de Peres (1993a: 12), ao afirmar que a sua abordagem «requires that different sorts of information be computed from a sentence, including the following, which, naturally, cannot all be computed from the same source: i) situation type (aktionsart value); ii) temporal perspective point; iii) relative location; iv) specifications on location time, duration and frequency. The joint computation of all the information obtained from the different sources yields as final output a reading assigned to a sentence».

O objecto da localização pode ser uma situação (*A Ana casou em 1960*), um intervalo de tempo (*Os fins-de-semana antes das eleições foram muito agitados*) ou um indivíduo (*Acabei de ler a biografia de um pintor do século XVI*)[190]. No capítulo 2, explicitámos já as mais relevantes teorias de classes aspectuais actualmente disponíveis. Constituindo as situações o mais complexo tipo de entidades, precisamente aquele cujo tratamento adequado numa investigação envolve maiores dificuldades, não retomaremos nesta secção esse tema, já desenvolvido no capítulo anterior.

O modo da localização diz respeito aos quatro tipos de mecanismos que possibilitam inscrever uma entidade no tempo. É possível localizar por meios verbais, por meios adverbiais, por meios discursivos e por meios argumentais. A localização efectuada por meios discursivos processa-se pelo estabelecimento de relações temporais entre duas ou mais situações, de que são exemplo as relações retóricas (ou discursivas)[191] de *NARRAÇÃO*, de *CAUSA*, de *RESULTADO*, de *ELABORAÇÃO* e de *ENQUADRAMENTO* (ou *SEGUNDO PLANO*). A localização realizada por meios argumentais concretiza-se, segundo Móia (2003: 110), «através de expressões predicativas complexas construídas com predicadores verbais como *ocorrer* ou *datar* e expressões denotadoras de intervalos argumentais: *a batalha de Waterloo ocorreu em 1815*, *a invenção data do período entre as duas guerras*». Adiante distinguiremos, com mais detalhe, a localização efectuada por meios verbais e por meios adverbiais.

---

[190] Todos os exemplos foram extraídos de Móia (2003: 111).

[191] Relações retóricas ou discursivas são relações de significado que se estabelecem entre dois segmentos textuais, e que conferem coerência aos textos. Estas relações, concebidas no âmbito da Teoria da Estrutura Retórica de Mann e Thompson (1987), constituem instrumentos úteis para descrever a estrutura dos textos. Segundo Mann (1999), «because RST [Rhetorical Structure Theory] generally provides an analysis for any coherent carefully written text, and because such an analysis provides a motivated account of why each element of the text has been included by the author, it gives an account of textual coherence that is independent of the lexical and grammatical forms of the text». Para destacar no texto as designações das relações discursivas, apresentá-las--emos em itálico e em maiúsculas.

Quanto ao lugar da localização, no âmbito desta questão, integram-se os mecanismos que permitem o estabelecimento de uma coordenada temporal – ponto de referência, segundo Reichenbach (1947), ponto de perspectiva temporal, na teorização de Kamp e Reyle (1993) –, a partir da qual se procede ao cálculo da localização, operando com os valores temporais de anterioridade, sobreposição e posterioridade.

O conceito de ponto de referência, que se tem revelado útil para proceder à descrição do cálculo da localização temporal realizada pelos tempos verbais, foi introduzido por Reinchenbach (1947). Explicitaremos, de seguida, o essencial da teorização deste autor, sublinhando a importância de que este conceito se revestiu, desde então, na análise da expressão do tempo efectuada através das línguas naturais.

Reichenbach (1947) propôs que o cálculo da localização temporal dos tempos verbais fosse efectuado com base em três parâmetros: o momento da fala (ou momento da enunciação), o momento do evento (o intervalo de tempo ocupado pelo estado de coisas descrito) e o ponto de referência[192].

Definiu o ponto de referência como um ponto de ancoragem com o qual o momento da enunciação e o momento do evento referido pelo enunciado estabelecem relações temporais. Relativamente ao momento da enunciação, o ponto de referência pode situar-se na esfera do passado, na esfera do futuro ou coincidir com o intervalo de tempo da enunciação. Deste modo, o ponto de referência determina a esfera temporal a partir da qual se perspectiva a situação descrita.

A relação entre o ponto de referência e o momento do evento pode assumir os valores temporais de anterioridade, sobreposição (ou simultaneidade) e

[192] No original, *point of speech, point of the event* e *point of reference*, respectivamente. Veremos, na secção 3.4., que Kamp e Reyle (1993) desdobraram o ponto de referência de Reichenbach (1947) em ponto de referência e ponto de perspectiva temporal. Os autores aplicaram o conceito de ponto de referência unicamente aos casos de sequências de eventos em contexto narrativo.

posterioridade. Subjaz a esta teorização uma concepção anafórica do funcionamento dos tempos verbais, porquanto a interpretação de tempos verbais como o pretérito imperfeito ou o pretérito mais-que-perfeito depende de outros elementos contextuais que contêm informação de natureza temporal.

A partir das coordenadas temporais mencionadas (momento da enunciação, momento do evento e ponto de referência) e recorrendo aos valores temporais indicados (anterioridade, sobreposição e posterioridade), Reichenbach (1947) propôs que uma dada língua poderia distinguir, no máximo, treze tempos verbais diferentes, em função das relações possíveis entre aquelas coordenadas[193]. Na sua perspectiva, os sistemas de tempos verbais das línguas naturais desempenham, portanto, a função de expressar as relações temporais entre estes três momentos.

A utilização deste quadro de análise permite descrever os valores prototípicos de localização temporal veiculados pela maior parte das formas verbais do indicativo em português.

Com base num ponto de referência coincidente com o momento da enunciação, e segundo as relações temporais de anterioridade, sobreposição e posterioridade, é possível dar conta da localização temporal efectuada pelas formas verbais do pretérito perfeito simples, do presente[194] e do futuro.

---

[193] As treze possibilidades previstas pela teoria de Reichenbach distribuem-se pelas esferas temporais do passado (há cinco possibilidades combinatórias distintas em que o ponto de referência se localiza num intervalo de tempo anterior ao momento da fala), do presente (em três casos, o ponto de referência e o momento da fala sobrepõem-se) e do futuro (existem cinco casos em que o ponto de referência se localiza num intervalo posterior ao do momento da fala).

[194] Segundo Oliveira (2003a: 154), em português, «o presente do indicativo só em certos casos dá informação estritamente temporal de presente. Isso acontece claramente com estados enquanto com eventos está restringido a relatos directos e ao uso de enunciados performativos […] Com outros tipos aspectuais apresenta tipicamente um valor aspectual de habitualidade e não estritamente de tempo. Em frases simples, o tempo sobreposto parcialmente ao tempo da enunciação de processos e processos culminados é dado pelo presente progressivo, embora apresente também alterações aspectuais». Cf. também Lopes (1995b) e Oliveira e Lopes (1995).

A partir de um ponto de referência localizado num intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação, e segundo as mesmas relações temporais, é possível dar conta da localização realizada pelo pretérito mais-que-perfeito (simples e composto), pelo pretérito imperfeito e pelo futuro do pretérito[195].

Considerando um ponto de referência localizado num intervalo posterior ao momento da enunciação, é possível explicitar o valor temporal do futuro composto. Por fim, para descrever o valor temporal do futuro do pretérito composto, é necessário explicitar um ponto de referência anterior ao momento da enunciação e um outro posterior ao primeiro ponto de referência, como no exemplo seguinte: *o João disse-me ontem que às três da tarde de hoje já teria chegado ao Porto*. Note-se que o intervalo de tempo em que se inscreve o momento da enunciação, no exemplo apresentado, pode ser anterior, simultâneo ou posterior ao intervalo de tempo em que está inserido o ponto de referência indicado pelo adverbial temporal *às três da tarde de hoje*.

O cálculo da localização temporal torna-se, por conseguinte, mais complexo quando estão envolvidos vários intervalos de tempo; no último exemplo dado, além do momento da enunciação, há que também ter em conta dois pontos de referência explicitados por adverbiais temporais (*ontem, às três da tarde de hoje*) e duas situações (*o João dizer-me, o João chegar ao Porto*).

Em função da ancoragem do ponto de referência no momento da enunciação ou num outro intervalo de tempo, Fonseca (1982) referiu-se à existência de duas séries temporais − uma deíctica, outra anafórica − no sistema verbal do português[196].

---

[195] Adoptamos a designação de futuro do pretérito com base nas reflexões de Cunha e Cintra (1988: 462). Condicional é o termo tradicionalmente utilizado para referir as formas verbais deste tipo.

[196] Segundo Fonseca (1982: 47), há, em português, «uma série de tempos que marcam uma relação temporal directa com um ponto de referência coincidente com a situação de enunciação e uma outra série de tempos que marcam uma relação temporal directa com um ponto de referência interior ao próprio enunciado e só se reportam, pois, indirectamente à situação de enunciação». Cf. igualmente a proposta de Peres (1993a: 48). Saliente-se que também os adverbiais temporais registam a distinção

A proposta de Reichenbach (1947) demonstrou que a localização no eixo do tempo é um processo relativo (e não absoluto), sempre dependente de um ponto de referência, que coincide ou não com o momento da enunciação. Todavia, o autor não incluiu na sua reflexão considerações de natureza aspectual, pelo que esta teoria se revelou incapaz de descrever os valores temporais do pretérito perfeito composto, e de propor uma explicação para a ocorrência de valores temporais distintos quando os enunciados que integram este tempo verbal referem situações eventivas ou quando referem situações estativas[197]. Na verdade, o facto de não ter articulado a sua teoria da localização temporal com reflexões sobre a natureza das classes aspectuais dos enunciados em que os tempos verbais ocorrem terá constituído a crítica mais frequente à proposta de Reichenbach (1947)[198].

Porque muitos autores têm vindo a defender que «a coesão/coerência [temporal] deve ser perspectivada em termos temporo-aspectuais e não em termos estritamente temporais»[199], desenvolveram-se outras propostas de análise, como a Teoria das Representações Discursivas de Kamp e Reyle (1993). Esta teoria articula a informação temporal e a informação aspectual, integrando-as num quadro que permite tratar os mecanismos envolvidos na expressão do tempo a nível textual. Na secção 3.4., desenvolveremos um conjunto de reflexões acerca desta teoria, tributária do tratamento de natureza anafórica inicialmente proposto por Reichenbach (1947).

---

entre ancoragem deíctica e ancoragem anafórica. Veja-se, por exemplo, os pares seguintes: *ontem/na véspera, há muitos anos/muitos anos antes, agora/então, amanhã/no dia seguinte*.

[197] Cf. *O Carlos tem almoçado neste restaurante*, *O António tem estado doente*.

[198] Cf. José Acero (1990: 70): «Constituye una deficiencia de los análisis de Reichenbach el haber pasado por alto las importantes diferencias semánticas existentes entre verbos (o sintagmas verbales) como 'aposentarse en el carruaje', 'escribir', 'encontrarse con alguién' o 'gozar de buena salud'».

[199] Lopes (1995a: 351).

O facto de a sua teorização prever o recurso a instantes ou momentos, e não a intervalos de tempo, foi outro ponto que esteve na origem de novos desenvolvimentos teóricos. Apesar de o autor também reflectir sobre tempos verbais cuja referência temporal implica duração (nomeadamente, as formas progressivas do inglês), «M. Bennett e B. Partee sont les premiers à avoir réclamé explicitement que l'on remplace la notion de *vérité à un point* par la notion de *vérité à un intervalle de temps*. Ils expliquent cette exigence par les difficultés qui apparaissent lorsqu'on définit le *present perfect* et le *simple past* à l'aide de la sémantique de R. Montague»[200].

Recorrendo ao conceito de ponto de referência, Reichenbach (1947) apresentou, como vimos, um quadro de análise que permite a descrição sistemática da localização temporal efectuada pelos valores prototípicos dos tempos verbais (que contrasta com a perspectiva tradicional de abordagem das formas verbais: tipicamente assistemática e estritamente deíctica[201]); e esse quadro é susceptível de ser aplicado a qualquer língua natural.

Esta abordagem da localização temporal, contudo, não esgota todas as possibilidades previstas nas línguas naturais. De facto, a localização no tempo

[200] Rohrer (1981: 30).

[201] Cf. Lyons (1977) e Vet (1980: 42): «Ce qui nous a frappé dans l'emploi du temps c'est l'impossibilité où se trouve le locuteur de se détacher de la situation dans laquelle il prononce une phrase. Il doit toujours indiquer la relation entre l'intervalle de la situation et le moment de la parole». Cf. também Duarte (1992a: 76) «No português, os tempos naturais são o presente, o passado e o futuro, que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade». Todavia, «esta concepção [deíctica] dos tempos verbais tem vindo a ser problematizada, dadas as suas insuficiências descritivas a nível da globalidade do sistema verbal, e dada a ausência de uma dimensão textual. Com efeito, a divisão dos tempos gramaticais em três grupos, em função da relação de ordem que expressam relativamente ao intervalo de tempo da enunciação, não permite explicar, por exemplo, o valor semântico dos tempos compostos, nem tão-pouco é susceptível de descrever a diferença que separa o [pretérito perfeito simples] do [pretérito imperfeito]. Por outro lado, a tripartição da informação temporal não integra a complexidade das localizações relativas que ocorrem no plano textual», Lopes (1995a: 353-354). Cf. igualmente Oliveira (1996).

pode ser perspectivada de duas maneiras: de um modo mais restrito, localizar consiste em associar uma situação a um intervalo temporal do eixo cronológico, em função de um ponto de perspectiva temporal; esta associação é susceptível de ser concretizada quer por meios verbais, quer por meios adverbiais, quer ainda por meios argumentais. Numa perspectiva mais abrangente, desenvolvida no âmbito de análises discursivas, a localização no tempo integra também as relações temporais entre duas ou mais situações, isto é, a sua localização relativa. Esta perspectiva carreia, naturalmente, um acréscimo de complexidade para a questão da expressão do tempo[202]. Nesta acepção, torna-se pertinente tomar em consideração as chamadas relações retóricas ou discursivas, propostas nas teorias de coerência relacional, de que é exemplo a já referida Teoria da Estrutura Retórica de Mann e Thompson (1987).

Vejamos, de modo sucinto, dois exemplos. A causa precede necessariamente o efeito; logo, se um evento *a* (por exemplo, *o Pedro empurrar o José*) constitui a causa do evento *b* (*o José cair*), então *a* localiza-se necessariamente num intervalo de tempo anterior a *b*. Segundo a proposta de Mann e Thompson (1987), verifica-se a relação de *RESULTADO* entre os dois segmentos discursivos apresentados em (6):

(6) *O Pedro empurrou o José. O José caiu.*

A relação de *RESULTADO* define-se pelo facto de dois segmentos discursivos se relacionarem um com o outro de tal modo que o primeiro apresenta uma situação que é a causa da situação descrita pelo segundo segmento textual.

[202] No âmbito desta perspectiva, torna-se necessário distinguir os conceitos de ponto de referência e de ponto de perspectiva temporal para dar conta da localização temporal relativa dos estados de coisas introduzidos no discurso por sequências de frases no pretérito perfeito simples e no pretérito mais-que-perfeito em contextos narrativos, como veremos na secção 3.4. deste capítulo.

O estado de coisas que constitui a causa ocorre no discurso em posição anterior ao estado de coisas que denota o efeito.

Mas o segmento textual que refere a causa pode ocorrer no discurso em posição posterior ao segmento discursivo que denota o efeito, como se verifica em (7):

(7) *O José caiu. Foi empurrado pelo Pedro.*

A relação de *CAUSA* (ou de *EXPLICAÇÃO*) consiste, portanto, numa relação de significado entre dois segmentos textuais que se define pelo facto de a situação referida no segundo ter provocado a situação descrita no primeiro[203]. Assim, na relação de *RESULTADO* há isomorfismo entre o discurso e a realidade narrada, o que não se verifica na relação de *CAUSA*[204]. A noção de causalidade constitui, por conseguinte, um factor decisivo para determinar a ordem temporal no discurso[205].

---

[203] A questão da causalidade foi uma das questões apontadas por Wilson e Sperber (1993) como centrais para o estudo da temporalidade. Num enunciado como *Jean a laissé tomber le verre* (e1) *et il s'est cassé* (e2), porque é que se conclui que (e2) foi causado por (e1)? Para tratar desta questão de forma apropriada, é necessário recorrer ao conhecimento enciclopédico dos interlocutores e utilizar um raciocínio de tipo inferencial. Os conceitos de quadro e de guião revelam-se, portanto, muito úteis para explicar adequadamente estes casos.

[204] Adoptámos as definições das relações discursivas de *CAUSA* e de *RESULTADO* propostas por Lascarides e Asher (1991). Segundo estes autores, na relação de *CAUSA*, «the event described in clause β caused the event described in clause α», e, na relação de *RESULTADO*, «the event described in α caused the event described in β», Lascarides e Asher (1991: 55).

[205] Os exemplos analisados evidenciam a necessidade de um modelo interpretativo adequado prever a interacção entre três tipos de informação memorizada (enciclopédica, lexical e lógico-dedutiva), porquanto as relações de causalidade em (6) e (7) só são susceptíveis de ser reconhecidas em função das instruções fornecidas pelo pretérito perfeito simples, e com base nas inferências produzidas a partir do conhecimento do mundo – designadamente um guião do tipo i) *a empurra b*, ii) *b cai*. Esta concepção enraíza-se na gramática cognitiva de Langacker (1987, 1991), uma teoria integrada da organização do conhecimento linguístico, perspectivada a partir do processamento cognitivo, no âmbito da qual se propôs que o conhecimento gramatical e o conhecimento lexical formam um *continuum* de estruturas simbólicas.

Retomemos agora a primeira acepção do conceito de localização no eixo do tempo, para reafirmar que os mecanismos de localização temporal em português integram os tempos verbais e as expressões adverbiais temporais.

A localização temporal realizada por meios verbais é estabelecida de um modo relativo: o enunciado manifesta a relação temporal entre a situação referida no discurso e um dado ponto de de perspectiva temporal (que, como vimos, pode ser o intervalo de tempo da enunciação, ou outro discursivamente explicitado). Deste modo, os sujeitos falantes têm, geralmente, de indicar, através das formas verbais flexionadas em tempo, a relação entre o intervalo de tempo da enunciação e os intervalos em que se inscrevem as situações referidas. Exceptuam-se os enunciados habituais e genéricos, ou outros em que os valores assumidos pelas formas verbais são de natureza retórico-expressiva (como sucede com o chamado presente histórico). Em casos como estes, as formas verbais não procedem à localização dos estados de coisas referidos relativamente à situação de enunciação[206].

Note-se que os tempos verbais permitem situar os estados de coisas num intervalo de tempo anterior, simultâneo ou posterior a um ponto de perspectiva temporal disponível, mas não permitem posicioná-los com mais exactidão no eixo do tempo. Para tal, recorre-se à especificação do intervalo de tempo relevante através de meios adverbiais − por exemplo, *no dia 5 de Maio* ou *às dez horas do dia 28 de Novembro de 2004*. A localização efectuada por meios verbais caracteriza-se, deste modo, por ser intrinsecamente mais vaga do que aquela que é

[206] Por vezes, todavia, as frases genéricas podem indicar anterioridade relativamente ao intervalo de tempo da enunciação. Veja-se este exemplo de Lyons traduzido por Lopes (1992a: 16): «*Os dinossauros eram animais pacíficos*». Certas expressões referenciais (por exemplo, *os dinossauros, Luís de Camões, a segunda guerra mundial*) podem servir para restringir o intervalo de tempo em que a predicação é válida.

susceptível de ser realizada pelos adverbiais temporais de localização[207], que procedem frequentemente à ancoragem das situações num determinado intervalo de tempo, de extensão variável.

Os tempos verbais e os adverbiais temporais localizadores desempenham, portanto, funções de localização temporal distintas, na medida em que, geralmente, contribuem de modo diverso para associar uma dada situação a um intervalo de tempo[208].

Segundo Móia (2003), os tempos verbais procedem a uma localização relativa a pontos de perspectiva temporal. No caso de sequências de eventos em frases no pretérito perfeito simples ou no mais-que-perfeito, os tempos verbais simultaneamente localizam as situações referidas em relação a pontos de referência que eles próprios estabelecem.

---

[207] Segundo Oliveira (2003a: 168), «existem várias formas de agrupar semanticamente os adverbiais de tempo, mas há um razoável consenso quanto à existência de adverbiais de localização temporal, de frequência e de duração». Os adverbiais temporais de localização situam no eixo do tempo o ponto de perspectiva temporal associado a um estado de coisas, quer através da indicação directa do intervalo de tempo correspondente a esse ponto de perspectiva temporal – como, por exemplo, *no dia 5 de Maio* –, quer pelo estabelecimento de uma relação temporal (de anterioridade, de sobreposição ou de posterioridade) com um outro ponto de perspectiva temporal disponível – como no exemplo seguinte: *o João encontrou a Rita em Paris. Antes desse encontro, só tinham falado uma vez/Durante esse encontro, só falaram dos queijos franceses/Após esse encontro, tornaram-se muito amigos*). Para uma caracterização sucinta destes adverbiais temporais, pode dizer-se que eles respondem à pergunta *quando?*. Os adverbiais temporais de duração especificam a extensão do intervalo de tempo associado à situação referida (*durante duas horas*, *em dez minutos*). Os adverbiais temporais de frequência contabilizam o número de situações atestadas num dado intervalo de tempo (*A Carla pratica natação duas vezes por semana*); podem também manifestar uma relação entre duas situações (*Sempre que se levanta cedo, o Pedro passa o dia mal disposto*) ou entre uma situação e um intervalo de tempo (*A Ana lê o jornal todos os dias*). Entre os adverbiais de frequência, distingue-se, portanto, os casos de frequência pura (o primeiro) dos casos de quantificação temporal (os dois últimos); cf. Oliveira (2003a: 168). Refira-se que há adverbiais temporais que desempenham simultaneamente funções que, segundo esta tripartição, são próprias dos adverbiais de localização e dos adverbiais de duração (*desde 1999, entre as quatro e as cinco da tarde*); cf. Campos e Xavier (1991: 309).

[208] Ver, entre outros autores, Klein (1994), Kleiber (1993a), Adelaar e Lo Cascio (1986) e Vet (1980).

Já os adverbiais temporais localizadores procedem tipicamente a uma localização relativa a intervalos de tempo[209]. Este autor sublinhou que o processo de localização por meios adverbiais (designadamente por adverbiais temporais de localização do tipo de *no dia 3 de Maio* ou *às onze horas*) é «comparativamente mais preciso»[210] do que a localização efectuada por meios verbais.

Todavia, alguns adverbiais temporais também localizam estados de coisas relativamente a pontos de perspectiva temporal contextualmente disponíveis, como sucede com o adverbial temporal que ocorre no início da segunda frase do exemplo seguinte:

(8) *Ontem a Mariana só jantou às nove e meia. Antes disso, teve de redigir uma composição e de fazer algumas contas de multiplicar.*

E assim, os adverbiais temporais de localização do tipo de *antes, depois, posteriormente* ou *simultaneamente* assemelham-se, no modo como localizam os estados de coisas, aos tempos verbais, uma vez que também estabelecem relações temporais de anterioridade, sobreposição ou posterioridade relativamente a um dado ponto de perspectiva temporal.

[209] Com base nas relações temporais atestadas entre a entidade localizada e o intervalo de localização, Móia (2003: 111-112) distinguiu os seguintes casos de localização por meios adverbiais: i) localização de simples sobreposição – quando o intervalo de tempo da situação descrita e o intervalo de localização coincidem em pelo menos um ponto: *O Paulo esteve doente no sábado*; ii) localização inclusiva – quando o intervalo de tempo da entidade localizada está incluído no intervalo de localização: *O Paulo escreveu o relatório no dia 11*; iii) localização durativa – quando se verifica uma sobreposição total entre o intervalo de localização e o da situação descrita: *O Paulo tocou piano das 2 às 3 da tarde*.

[210] Móia (2003: 109).

3.4. PARA UMA ABORDAGEM TEXTUAL DOS TEMPOS VERBAIS

De seguida, explicitaremos os fundamentos de um modelo teórico que descreve a contribuição dos tempos verbais para a expressão do tempo no texto. A Teoria das Representações Discursivas integra uma subteoria das classes aspectuais (tributária de Vendler (1967)) e uma subteoria bidimensional do tempo (inspirada nas teses de Reichenbach (1947)), em que emerge uma concepção instrucional do significado dos tempos verbais.

Propomo-nos analisar exemplos que confirmam as teses apresentadas no âmbito desta teoria, mas também outros que reflectem as insuficiências das propostas iniciais. Veremos, então, em que medida algumas reflexões mais recentes podem ser aplicadas, constituindo desenvolvimentos relevantes da teoria inicialmente esboçada. Estes desenvolvimentos revelam-se decisivos para uma descrição adequada da interpretação do discurso, através do recurso a conceitos como as relações discursivas entre segmentos textuais, que envolvem quer conhecimentos de tipo enciclopédico, quer um raciocínio de tipo inferencial.

Kamp e Rohrer (1983) apresentaram uma teoria cujo objectivo principal consiste em descrever as relações temporais a nível textual. A Teoria das Representações Discursivas, mais tarde desenvolvida por Kamp e Reyle (1993), propôs um tratamento articulado dos tempos verbais e das classes aspectuais, em que tanto o conceito de ponto de perspectiva temporal, como a dimensão instrucional do significado dos tempos verbais desempenham um papel central.

No âmbito desta proposta, o cálculo da localização temporal das situações denotadas é efectuado com base em três propriedades – duas relações temporais e uma caracterização aspectual da situação.

As relações temporais são as seguintes:

a) a relação entre o ponto de perspectiva temporal (*TPpt*) e o intervalo de tempo da enunciação (*n*), em que se prevê a existência de dois valores ([+ passado] e [− passado])[211];

b) a relação entre o ponto de perspectiva temporal e o intervalo de tempo ocupado pela situação referida, em que se prevê a existência de três valores: anterioridade, sobreposição e posterioridade.

A caracterização aspectual dos estados de coisas referidos é concretizada a partir da oposição básica entre situações estativas (*s*) e situações não estativas (*e*).

No âmbito desta teoria, a interpretação de um dado texto é concebida como um processo em que o alocutário, seguindo as instruções que o texto lhe fornece, constrói de forma incremental uma representação mental do mundo nele descrito; a representação discursiva constitui um nível intermédio entre o nível da análise sintáctica de um texto e a sua interpretação global[212]. A possibilidade de integrar informação que surgiu anteriormente no discurso faz com que este quadro teórico se revele particularmente adequado para empreender análises a nível textual.

Na teorização de Kamp e Reyle (1993), o conceito de ponto de referência, proposto por Reichenbach (1947), foi desdobrado em dois conceitos: o ponto de perspectiva temporal (*TPpt*) e o ponto de referência (*Rpt*). Distinguem-se os dois conceitos da seguinte forma: enquanto o ponto de perspectiva temporal estabelece o intervalo de tempo a partir do qual o cálculo da localização temporal deve ser efectuado, o ponto de referência determina a existência de progressão temporal em sequências de enunciados na narrativa. Os exemplos seguintes servirão para clarificar esta distinção conceptual.

---

[211] Para o português, Peres (1993a) propôs que fossem contemplados três valores: passado, presente e futuro.

[212] Kamp (1995) sublinhou que as estruturas das representações discursivas (*Discourse Representation Structures* ou *DRS*, no original) foram concebidas como versões idealizadas dos processos de interpretação que se dão na mente humana.

(9) *O cão deitou-se no tapete* (e1)*, fechou os olhos* (e2) *e adormeceu* (e3)*.*

(10) *O cão adormeceu no tapete* (e1)*. Antes disso, tinha ladrado furiosamente ao gato* (e2)*, tinha roído os cortinados da sala* (e3) *e tinha jantado um belo osso* (e4)*.*

Comprovaremos, através destes exemplos, que o conceito de ponto de referência se revela útil para o processamento discursivo da informação temporal em sequências de frases na narrativa (sobretudo nos casos em que ocorrem formas verbais flexionadas no pretérito perfeito simples, no pretérito mais-que-perfeito e no presente), na medida em que ajuda a determinar a localização relativa dos eventos, ou seja, a ordenação temporal dos eventos uns em relação aos outros[213].

Em (9), os três eventos localizam-se temporalmente em intervalos anteriores a um mesmo ponto de perspectiva temporal, que coincide com o intervalo de tempo da situação de enunciação. Por outras palavras, o ponto de perspectiva temporal coincide com o intervalo de tempo da enunciação, observando-se uma relação de anterioridade entre o ponto de perspectiva temporal e o intervalo de tempo em que se inserem os estados de coisas referidos.

Todavia, se o ponto de perspectiva temporal é comum a todos os eventos, já o mesmo não acontece com o ponto de referência de cada um deles. O ponto de referência de (e2) é o intervalo de tempo em que ocorre (e1); dado que (e1) descreve um evento temporalmente delimitado à direita, o intervalo em que se localiza (e2) é necessariamente posterior ao intervalo de tempo em que se insere

[213] A ocorrência de formas verbais flexionadas no presente do indicativo verifica-se em contextos como os relatos de acontecimentos desportivos, ou quando é usado com o valor retórico-estilístico de presente histórico, ou ainda em textos de natureza instrucional – por exemplo, em receitas de culinária e em textos que contêm instruções de montagem ou de utilização; cf. Silva (2005).

(e1)[214]. Também (e2) serve de ponto de referência a (e3); porque (e2), à semelhança de (e1), designa um evento temporalmente delimitado à direita, o intervalo de tempo em que se localiza (e3) é posterior ao ponto de referência disponível, ou seja, ao intervalo de tempo em que ocorre (e2).

Em (10), o ponto de perspectiva temporal de (e1) coincide com o intervalo de tempo da enunciação, e observa-se uma relação de anterioridade entre o ponto de perspectiva temporal e o intervalo de tempo em que se insere o evento denotado. Por sua vez, (e1) constitui o ponto de perspectiva temporal dos estados de coisas (e2), (e3) e (e4); cada uma destas três frases manifesta, ainda, a relação de anterioridade entre o ponto de perspectiva temporal e o intervalo de tempo em que se integra o evento referido. Por outras palavras, estas três frases descrevem situações que se localizam num intervalo de tempo anterior a outro intervalo (estabelecido pelo evento (e1)) que é, por sua vez, anterior ao intervalo de tempo da enunciação.

Numa das leituras possíveis, a localização relativa de (e3) e de (e4) depende de pontos de referência constituídos pelos estados de coisas (e2) e (e3), respectivamente; uma vez que tanto (e2) como (e3) referem situações temporalmente delimitadas à direita, (e3) localiza-se num intervalo posterior ao intervalo de tempo de (e2), e (e4) localiza-se num intervalo posterior ao intervalo de tempo de (e3).

Deste modo, quer o ponto de perspectiva temporal, quer o ponto de referência se definem como coordenadas a partir das quais se procede ao cálculo da localização temporal veiculada pelos tempos verbais.

Todavia, só em casos de segmentos discursivos inseridos em sequências narrativas é que se revela necessário recorrer ao conceito de ponto de referência,

[214] Adiante, explicitaremos as instruções que, segundo Kamp e Rohrer (1983) e Vet e Molendijk (1986), são veiculadas pelo *passé simple* e pelo *plus-que-parfait*, (no caso do português, pelo pretérito perfeito simples e pelo pretérito mais-que-perfeito; cf. Oliveira (1991b)), e veremos que a análise que agora propomos está de acordo com a concepção desses autores.

pelo que só nesses contextos emerge a distinção entre o ponto de perspectiva temporal e o ponto de referência. O ponto de perspectiva temporal constitui a coordenada que determina a esfera temporal a partir da qual se procede ao cálculo da localização das situações, ou seja, estabelece o intervalo de tempo com base no qual se perspectiva os estados de coisas referidos. O ponto de referência corresponde a uma coordenada que, desempenhando um papel central na localização temporal de uma situação relativamente a outra, explica a progressão temporal, com base na localização relativa entre dois estados de coisas[215]: há sucessão cronológica se estiverem envolvidos dois eventos (como acabámos de ver nos exemplos analisados); há inclusão temporal se forem referidos um evento e um estado[216].

O ponto de referência é contextualmente actualizado. Smith (1999) argumentou que o intervalo de tempo a que corresponde o ponto de referência pode avançar também por efeito de um adverbial temporal, de um estado de coisas temporalmente delimitado e de um evento implicitamente delimitado.

Uma vez que para a interpretação das frases concorre geralmente o contexto em que são usadas, a principal função de um tempo verbal consiste, nesta perspectiva, em estabelecer relações temporais entre o enunciado em que se integra e aqueles com que co-ocorre. Os tempos verbais são usados, segundo

[215] Cf. Oliveira (2003a: 142): «Kamp e Reyle (1993: 594-595) distinguem ponto de perspectiva temporal de ponto de referência. Assim, consideram que este último dá conta da progressão narrativa, enquanto o primeiro marca o ponto a partir do qual a situação descrita é vista temporalmente».

[216] Nos enunciados seguintes − que teremos oportunidade de analisar detalhadamente no capítulo 5 −, os estados referidos nas proposições (23n) e (24n) ocupam intervalos de tempo que incluem o intervalo em que se insere o evento denotado na proposição (22n): (22n) *Sob o comando do soberano de todos eles, o rei Agamémnon, irmão de Menelau, uma enorme armada partiu do porto de Áulis com destino a Tróia.* (23n) *Essa armada era liderada por um grupo* (24n) *constituído pelos mais famosos guerreiros da lenda grega*. O evento descrito na proposição (22n) serve de ponto de referência para os estados designados nas duas proposições seguintes.

Kamp e Rohrer (1983: 250), «to signal to the recipient of the sentence in which the tense occurs how he should incorporate the information the sentence brings him into the representation which he has already formed of the preceding sections of the text or discourse of which the sentence is part». Deste modo, a estruturação temporal das narrativas baseia-se em processos de natureza anafórica[217].

E assim, significado e interpretação são perspectivados como duas faces de uma mesma moeda, porquanto a contribuição de muitas expressões linguísticas para o significado da frase em que ocorrem consiste, pelo menos em parte, nas orientações que veiculam para uma interpretação adequada dessa mesma frase.

Por isso, no âmbito da Teoria das Representações Discursivas, a distinção entre o *passé simple* e o *imparfait* assenta não tanto na contribuição de cada um para o valor de verdade dos enunciados em que ocorrem, mas, sobretudo, nas instruções que dão ao alocutário sobre o modo como ele deve integrar a

[217] Partee desenvolveu a ideia de anáfora temporal – cf. PARTEE, Barbara (1973), "Some structural analogies between tenses and pronouns in English", *The Journal of Philosophy* 70 (18), p. 601-609. Este conceito revelou-se útil para proceder à descrição da dependência semântica entre tempos verbais e adverbiais temporais. Apesar de haver semelhanças entre anáfora pronominal e anáfora temporal, Kleiber (1993a) sublinhou que os dois tipos de mecanismos diferem: i) quanto à relação entre o termo anafórico e o antecedente (um pronome retoma na totalidade o valor referencial do seu antecedente, pelo que ambos são co-referentes, o que não se verifica com dois tempos verbais ou com um tempo verbal e o adverbial temporal que lhe serve de ponto de perspectiva temporal); ii) quanto ao chamado princípio da economia (um pronome evita a repetição da expressão nominal que lhe serve de antecedente, o que não sucede com os tempos verbais); iii) quanto à (im)possibilidade de repetir o antecedente no lugar do termo anafórico (o pronome pode ser substituído pelo seu antecedente, ao contrário do que se verifica com os tempos verbais). Por conseguinte, os tempos verbais e as expressões nominais não referem do mesmo modo: estas indicam um determinado objecto e aqueles ajudam a localizar no tempo um dado estado de coisas (a referência a um intervalo de tempo propriamente dito é uma função desempenhada por alguns adverbiais temporais). E assim, na sua dimensão referencial, os tempos verbais não servem para identificar uma entidade; antes contribuem para localizar as situações no tempo. Por outras palavras, os valores temporais que os tempos verbais veiculam (de anterioridade, sobreposição ou posterioridade) aplicam-se não a um momento referido por eles próprios, mas aos estados de coisas cuja localização no tempo eles asseguram.

informação temporal, que aqueles tempos verbais veiculam, na representação discursiva de que dispõe. Estabelece-se, portanto, uma distinção entre as dimensões referencial e instrucional do significado dos tempos verbais[218]. Tratando-se de uma teoria que pretende explicitar os modos de organização temporal do discurso, nela prevalece a dimensão textual do significado dos tempos verbais, constituindo-se, portanto, como um progresso importante relativamente a outras abordagens[219]. Além disso, porque, nas análises que propõe, se podem integrar mecanismos de natureza anafórica, relações discursivas e processos inferenciais, esta teoria questiona a separação clara entre as abordagens semântica e pragmática.

Os seus autores sublinharam o princípio do isomorfismo na narrativa, ou seja, o princípio da correspondência entre a ordem dos eventos no plano do discurso e no plano da realidade narrada[220]. A explicação proposta para o problema da ordem temporal no discurso (em particular, na narrativa) baseia-se na instrução que o tempo verbal carreia, designadamente, se há introdução, ou não,

[218] A Teoria das Representações Discursivas adopta uma concepção dinâmica dos significados dos tempos verbais, perspectivando-os como instruções necessárias à interpretação adequada do discurso. Esta concepção do significado baseia-se num modelo inferencial da interpretação discursiva.

[219] A abordagem da semântica verocondicional (nomeadamente a de Bennett e Partee) foi criticada precisamente porque, centrando-se nas condições de verdade subjacentes ao uso dos tempos verbais, não propôs qualquer explicação para a questão da ordem temporal no discurso, nem procurou explicitar os factores que determinam a progressão do tempo nos textos. Por outras palavras, enquanto na semântica verocondicional o valor de verdade é atribuído a frases isoladas, na Teoria das Representações Discursivas ele envolve a representação mental de todo o discurso; cf. Moeschler (1996a) e Hinrichs (1986).

[220] Kamp (1979) sugeriu que, na narrativa, se convencionou a preferência natural para listar discursivamente os eventos segundo a ordem pela qual ocorreram no plano da realidade que é objecto de narração, porque tal ordenação tem a vantagem de fazer a audiência reviver os eventos na sequência em que se deram. Esta concepção está de acordo quer com a máxima da maneira de Grice (1975) (que estipula, entre outras disposições, "sê ordenado"), quer com o preceito da Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1986), segundo o qual quanto menor é o esforço necessário para o tratamento da informação, maior é o efeito contextual susceptível de ser obtido.

de um novo ponto de referência, facto relacionado com a classe aspectual da predicação.

Kamp e Rohrer (1983) explicitaram, sob a forma de regras, a semântica de cada um dos tempos verbais que predominantemente ocorrem em sequências narrativas: *passé simple*, *imparfait* e *plus-que-parfait*[221]. Tais regras correspondem às instruções veiculadas por cada um dos tempos verbais; elas prevêem o tipo de situação referida, a esfera temporal em que se inscreve o estado de coisas descrito, e se há ou não inserção de um novo ponto de referência. Têm, portanto, a capacidade de predizer se o tempo verbal em causa constitui ou não um factor de sequencialidade temporal na narrativa.

Nesta perspectiva, uma frase no *passé simple* introduz um evento[222] que se constitui como novo ponto de referência e se localiza num intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação. O ponto de perspectiva temporal coincide com o intervalo de tempo da enunciação, e o intervalo de tempo ocupado pela situação denotada é anterior ao ponto de perspectiva temporal.

Já uma frase no *imparfait* introduz um estado localizado num intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação. O ponto de perspectiva temporal é anterior ao intervalo de tempo da enunciação, e sobrepõe-se ao intervalo de tempo em que se insere o estado referido. O intervalo em que se insere este estado sobrepõe-se ao ponto de referência contextualmente disponível[223].

---

[221] Vamos referir-nos à caracterização que os autores fizeram do *passé simple*, do *imparfait* e do *plus-que-parfait*. Todavia, ela pode ser transposta para os tempos verbais do português, respectivamente, para o pretérito perfeito simples, para o pretérito imperfeito e para o pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

[222] Kamp e Rohrer (1983) utilizaram a designação de evento para referir qualquer estado de coisas dinâmico, incluindo, portanto, os eventos instantâneos, os eventos prolongados e as actividades de Vendler (1967).

[223] O intervalo de tempo de um estado descrito por uma frase no *imparfait* é susceptível de conter o intervalo ocupado por um evento referido por uma frase no *passé simple*. Sublinhe-se, todavia, que um estado não tem necessariamente que se sobrepor a um evento. Numa sequência narrativa, o ponto de referência também pode ser estabelecido por adverbiais temporais, como no exemplo seguinte: *às três da tarde de ontem, o João estava em casa*.

Uma frase no *plus-que-parfait* introduz um novo estado de coisas que se localiza num intervalo anterior ao último ponto de referência dado[224]. O ponto de perspectiva temporal é anterior ao intervalo de tempo da enunciação, e o intervalo de tempo ocupado pelo estado de coisas é anterior ao ponto de perspectiva temporal.

No âmbito da Teoria das Representações Discursivas, a semântica dos tempos verbais foi, portanto, explicitada segundo um critério que releva do seu valor funcional no discurso. De facto, nesta concepção, o *passé simple* e o *imparfait* diferenciam-se, essencialmente, porque uma frase no *passé simple* introduz um novo ponto de referência, e uma frase no *imparfait* não.

Deste modo, os autores defenderam que só os enunciados no *passé simple* fazem avançar o tempo na narrativa, porquanto só aquele tempo verbal fixa, de maneira autónoma, o seu ponto de referência. Por isso, Vet e Molendijk (1986: 153) argumentaram a favor da ideia segundo a qual «the *passé simple* sentences constitute the temporal backbone of narrative texts». Tanto o *imparfait* como o *plus-que-parfait* dependem de pontos de referência disponíveis no contexto. Significa isto que, numa sucessão de orações no *imparfait* ou no *plus-que-parfait*, todas têm o mesmo ponto de referência[225].

---

[224] Vet e Molendijk (1986) confirmaram as hipóteses propostas por Kamp e Rohrer (1983). Tendo analisado igualmente o uso do futuro do passado francês (com valores semelhantes aos do futuro do passado ou condicional do português), concluíram que este tempo verbal introduz um novo evento e localiza-o num intervalo de tempo posterior ao do ponto de referência disponível. Cf., para o português, a análise proposta por Oliveira (1991b) dos tempos verbais do passado (pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro do passado), cujas conclusões coincidem com as que Kamp e Rohrer (1983) e Vet e Molendijk (1986) propuseram para os tempos verbais equivalentes do francês.

[225] Na verdade, nem sempre tal acontece. Molendijk (1985) demonstrou que o comportamento do *imparfait* é mais complexo do que o que está previsto na regra proposta por Kamp e Rohrer (1983) (veja-se a análise que adiante propomos para os enunciados (13), (16) e (17)). Ele verificou a existência de pontos de referência marcados por antecedentes temporais implícitos, os quais podem ser fornecidos por elementos não--temporais, como *juste à la entrée de* ou *à 5 kilomètres*. Em alguns casos analisados por este autor (e, à data de publicação do seu artigo, ainda não explicados), é atestada a relação discursiva de *ELABORAÇÃO*. Tomar em consideração a relação de

Estas reflexões, contudo, merecem um breve comentário. Retomemos o exemplo (10), já analisado, para comprovar que o pretérito mais-que-perfeito, ao contrário do que previa a proposta inicial de Kamp e Rohrer (1983), pode promover a sequencialidade temporal no discurso.

(10) *O cão adormeceu no tapete* (e1). *Antes disso, tinha ladrado furiosamente ao gato* (e2)*, tinha roído os cortinados da sala* (e3) *e tinha jantado um belo osso* (e4).

Numa das suas interpretações possíveis, a sequência de frases no pretérito mais-que-perfeito promove a sequencialidade temporal entre as situações denotadas. Segundo essa leitura, (e2) precede (e3) e (e3) precede (e4). De facto, (e3) introduz um novo ponto de referência que se localiza num intervalo de tempo anterior ao ponto de perspectiva temporal (estabelecido por (e1)), mas posterior ao ponto de referência indicado por (e2); o mesmo raciocínio é válido para a relação temporal entre (e3) e (e4). Deste modo, uma sequência de enunciados no pretérito mais-que-perfeito, em contexto de *flashback* narrativo, pode manifestar sequencialidade temporal entre as situações descritas, revelando um comportamento idêntico ao do pretérito perfeito simples, como foi assinalado por Lopes (1997c).

As regras de uso dos tempos verbais analisados no âmbito desta teoria, com o objectivo de determinar se a situação referida insere ou não um novo ponto de referência (promovendo ou não a sequencialidade temporal no discurso), incluem, portanto, informações sobre:

ELABORAÇÃO na análise da ordenação temporal no discurso revela-se decisivo para uma explicação adequada dos valores manifestados pelos tempos verbais.

a) as relações temporais, por um lado, entre o intervalo de tempo da enunciação e o ponto de perspectiva temporal, e, por outro lado, entre o ponto de perspectiva temporal e o intervalo de tempo da situação referida;

b) as classes aspectuais dos estados de coisas descritos.

A Teoria das Representações Discursivas compõe-se, portanto, de uma subteoria bidimensional do tempo (tributária do pensamento de Reichenbach (1947)) e de uma subteoria das propriedades aspectuais (que releva da tipologia dos estados de coisas de Vendler (1967)).

Em alguns casos, todavia, os autores assumiram a insuficiência das suas regras para, em alguns casos, dar conta do funcionamento dos tempos verbais. De seguida, propomo-nos analisar esses casos à luz de desenvolvimentos teóricos mais recentes.

(11) *Marie chanta* (e1). *Pierre l'accompagna au piano* (e2).

(12) *Le docteur entra chez lui* (e1) *et vit sa femme debout* (e2). *Il lui sourit* (e3). *Un moment après elle pleurait* (e4).

(13) *Jean tourna l'interrupteur* (e1). *La lumière l'éblouissait* (e2).

(14) *L'été de cette année-là vit plusieurs changements dans la vie de nos héros* (e1). *François épousa Adèle* (e2), *Jean-Louis partit pour le Brésil* (e3) *et Paul s'acheta une maison à la campagne* (e4).

Em (11), como já vimos no capítulo 1, a sucessão de dois enunciados no *passé simple* não veicula a sequencialidade cronológica entre os eventos descritos, o que contraria a instrução típica deste tempo verbal. No contexto dado, o significado do morfema lexical da forma verbal *accompagna* inclui o sentido de simultaneidade relativamente a um outro estado de coisas com que co-ocorre no

discurso. Recorrendo a conhecimentos de natureza enciclopédica, em contextos musicais, sabe-se que é comum os cantores serem acompanhados por um ou mais músicos, que tocam diferentes instrumentos. Deste modo, infere-se que o intervalo de tempo a que corresponde o canto e o intervalo de tempo a que corresponde a execução da música se sobrepõem. Observa-se, portanto, a relação discursiva de *ELABORAÇÃO* entre os dois enunciados[226].

Em (12), a sequência de três frases no *passé simple* e uma no *imparfait* expressa relações temporais de sequencialidade entre todas as situações denotadas. A partir da análise deste exemplo, Kamp e Rohrer (1983) sugeriram que a ocorrência de adverbiais temporais (designadamente, os que marcam uma fronteira temporal) é determinante para que sejam atestados alguns dos casos excepcionais não previstos pela regra do *imparfait*. De facto, sem a ocorrência do adverbial temporal *un moment après*, que marca a fronteira temporal final do estado de coisas (e3), não se verificaria este caso de sequencialidade[227]. Na verdade, o que acontece é que o *imparfait* assinala uma relação de sobreposição temporal com o ponto de referência disponível, que é, neste exemplo, dado pelo adverbial temporal. E assim, é o adverbial temporal o responsável pelo facto de a situação apresentada pela frase no *imparfait* se localizar num intervalo de tempo posterior ao do estado de coisas referido pela frase no *passé simple*. Por outras palavras, a relação de sequencialidade verifica-se

[226] Cf. Mann e Thompson (1987) e Mann (1999). A *ELABORAÇÃO* constitui uma relação retórica (ou discursiva) entre dois segmentos textuais: um núcleo (que indica um dado objecto, entidade ou situação) e um satélite (que apresenta atributos, partes ou fases desse objecto, entidade ou situação referido no núcleo). Segundo Knott *et alii* (2001), trata-se de uma das poucas relações discursivas não assinaladas por mecanismos linguísticos; geralmente, é a contiguidade, associada à identificação do núcleo como entidade complexa, susceptível de ser perspectivada em diferentes partes ou fases, que a permite reconhecer.

[227] O que se comprova pela análise do mesmo enunciado desprovido do adverbial temporal: *Le docteur entra chez lui* (e1) *et vit sa femme debout* (e2). *Il lui sourit* (e3). *Elle pleurait* (e4). Neste caso, (e4) sobrepõe-se a (e3), o que está de acordo com as regras do *passé simple* e do *imparfait* propostas por Kamp e Rohrer (1983).

entre o estado de coisas (e3) e o adverbial temporal *un moment après*, e não entre o evento (e3) (no *passé simple*) e o estado de coisas (e4) (no *imparfait*).

Em (13), a sucessão de dois enunciados (o primeiro no *passé simple* e o segundo no *imparfait*) manifesta uma relação temporal de sequencialidade entre as situações referidas: o estado indicado pela frase no *imparfait* localiza-se num intervalo de tempo posterior ao do evento apresentado pela frase no *passé simple*[228], o que contradiz a regra do *imparfait* – segundo a qual, no intervalo de tempo ocupado pelo estado, deveria estar incluído o intervalo em que se insere evento, uma vez que este serve de ponto de referência à situação descrita pelo enunciado no *imparfait*. O facto de o evento no *passé simple* ser temporalmente delimitado à direita gera um estado consequente (*a luz estar acesa*), necessariamente posterior à culminação do evento que o provocou. Ora, a causa da situação descrita no segundo enunciado reside no estado consequente do evento referido no primeiro enunciado. O valor de sequencialidade, aparentemente proporcionado pela ocorrência do *imparfait*, tem, portanto, origem na delimitação temporal do evento descrito pelo enunciado no *passé simple*, porquanto desse evento resulta um estado consequente, não indicado explicitamente, que é a causa da situação referida no segundo enunciado. Segundo Molendijk (1993), o estado resultante do evento (e1) (isto é, *a luz estar acesa*) constitui uma pressuposição não temporal, e é a esse estado que a frase no *imparfait* se sobrepõe temporalmente. Assim, há sequencialidade entre o evento no *passé simple* e o estado consequente não explicitado no discurso, e sobreposição entre o estado consequente implicado pelo evento e o estado referido pela frase no *imparfait*[229].

---

[228] Imperfeito de ruptura (Tasmowski-de Ryck (1985)) e imperfeito narrativo (Matos (1996)) são duas designações dadas a este uso do pretérito imperfeito. Segundo Jayez (1998), este uso do pretérito imperfeito é específico de determinados géneros discursivos, como a narrativa literária e a reportagem.

[229] O exemplo em análise é semelhante a um outro que foi estudado por Molendijk (1985): *Il se mit à descendre la colline* (e1). *Il avançait avec précaution* (e2). A primeira frase (e1) implica um estado consequente. Ao intervalo ocupado por esse estado consequente, sobrepõe-se o intervalo em que se insere a situação indicada por (e2). Deste modo, a sequencialidade que se verifica não é um valor desencadeado

Em (14), por fim, estamos perante um caso de indeterminação temporal. Neste segmento textual, podemos identificar a relação retórica de *ELABORAÇÃO*: a um conteúdo inicial é acrescentada informação adicional com a função de especificar as suas partes constitutivas. O primeiro enunciado refere um evento susceptível de ser decomposto em vários sub-eventos, cuja ordenação discursiva não corresponde necessariamente à sequência pela qual se deram no plano da realidade.

Louis de Saussure (1996, 1997) propôs que uma sequência de eventos temporalmente indeterminados entre si e dependentes de uma dada referência temporal fosse designada cápsula não ordenada. O conceito de cápsula, segundo este autor, consiste numa sucessão de eventos que partilham a mesma referência temporal principal, que é estabelecida pelo evento encapsulante – neste caso, por (e1). Os eventos encapsulados – (e2), (e3) e (e4) – não promovem a progressão temporal, atestando-se a relação de indeterminação temporal entre eles; e tal sucede mesmo quando os eventos são referidos no *passé simple*, de modo que este tempo verbal tem um comportamento diferente, não previsto pela Teoria das Representações Discursivas, quando estão envolvidas situações inseridas numa cápsula. Segundo o autor, uma cápsula é encerrada pelo surgimento de um enunciado com uma referência temporal não subordinada à do enunciado encapsulante.

Com o conceito de cápsula, Louis de Saussure propôs não um conceito operatório novo, mas um termo aplicável ao conjunto de enunciados envolvidos na relação discursiva de *ELABORAÇÃO*.

Através da análise destes exemplos, foi evidenciada a importância das relações discursivas para a explicitação da ordem temporal das situações

---

pela ocorrência do *imparfait*, mas pela delimitação temporal do evento que ocorre anteriormente no discurso.

denotadas no discurso, na medida em que elas permitem explicar casos não resolvidos pela Teoria das Representações Discursivas.

Lascarides e Asher (1991, 1993a) apresentaram um desenvolvimento da Teoria das Representações Discursivas, que consiste, essencialmente, em integrar as relações discursivas entre as situações denotadas no tratamento do tempo proposto por Kamp e Reyle (1993). Segundo Lascarides e Asher (1991: 55), «the temporal interpretation of text involves an account of how the events described are related to each other. These relations follow from the discourse relations that are central to temporal import». A análise de casos como os exemplos (11) e (14), bem como dos enunciados (15), (16) e (17), demonstra a pertinência de se contemplar uma teoria das relações discursivas para dar conta das relações temporais entre as situações referidas no discurso.

Vejamos, então, os três exemplos seguintes, que foram analisados por Molendijk (1993) sem o recurso às relações discursivas.

(15) *Pendant deux ans, l'astronome observa le Planet Rouge* (e1). *Il découvrit* (e2) *que […]*.

(16) *Jean se mit en route dans sa nouvelle Mercedes* (e1). *Il attrapa une contravention* (e2). *Il roulait trop vite* (e3).

(17) *On obligea le roi à abdiquer* (e1). *Cela provoqua un scandale énorme* (e2). *Il exerçait/avait exercé ses fonctions à la satisfaction générale* (e3).

Em (15), verifica-se a relação de *ELABORAÇÃO* entre os dois enunciados: (e2) corresponde a um sub-evento do evento complexo apresentado em (e1). Assim se explica por que razão uma sequência de dois enunciados no *passé simple* não promove a sequencialidade temporal.

No caso de (16), é atestada a relação de *CAUSA* ou *EXPLICAÇÃO* entre (e2) e (e3). Deste modo, (e3) (com forma verbal no *imparfait*) indica uma situação anterior a (e2) (com forma verbal no *passé simple*): (e3) permite explicar porque ocorreu a situação indicada em (e2). Por sua vez, (e3) localiza-se num intervalo de tempo posterior a (e1), na medida em que (e1) configura uma situação télica cujo estado consequente pode ser indicado por *se déplacer dans un véhicule* (o que constitui, segundo Molendijk (1993), uma pressuposição não-temporal). A situação descrita em (e3) sobrepõe-se, não a (e1), mas ao estado resultante de (e1), o que só se pode concluir recorrendo ao conceito de guião, ou seja, a conhecimentos de natureza enciclopédica e a um raciocínio de tipo inferencial.

Por fim, em (17), observa-se, primeiro, a relação de *RESULTADO* entre (e1) e (e2), pelo que há isomorfismo entre o plano discursivo e o plano da realidade narrada. Mas verifica-se também a relação discursiva de *CAUSA* ou *EXPLICAÇÃO* entre (e2) e (e3). Entre (e1) e (e2) há, não apenas sequencialidade cronológica, mas também contiguidade: (e2) surge imediatamente após (se ter tomado conhecimento de) (e1). E assim, infere-se que (e3) refere uma situação anterior a (e1) e a (e2), e não apenas a (e2). Com o uso do *plus-que-parfait*, a análise de (e3) não levanta problemas; a situação é localizada num intervalo de tempo anterior ao ponto de referência disponível, marcado por (e2), o qual se localiza num intervalo de tempo que se segue imeadiatamente a (e1): logo, o intervalo de tempo ocupado por (e3) é também anterior ao intervalo de tempo ocupado por (e1). Já com o uso do *imparfait* uma explicação adequada revela-se mais complexa, porque não há sobreposição entre a situação referida no enunciado com forma verbal no *imparfait* e o ponto de referência disponível; há, sim, anterioridade. Ou seja, o *imparfait* manifesta precisamente o significado que se esperaria do *plus-que-parfait*. Neste caso, é indispensável combinar o conhecimento enciclopédico e o raciocínio de tipo inferencial para localizar (e3) num intervalo de tempo anterior a (e1), na medida em que, após ter sido forçado a abdicar – situação descrita em (e1) –, um rei deixa de exercer funções de governo.

E assim, (e3) localiza-se necessariamente num intervalo de tempo que antecede o evento descrito em (e1). Por conseguinte, uma vez mais, é necessário recorrer ao conceito de guião para dar conta da interpretação adequada deste enunciado.

Em suma, segundo a Teoria das Representações Discursivas, um enunciado que introduz um novo ponto de referência promove a progressão temporal. Numa sucessão de enunciados com o *passé simple*, há progressão temporal entre as situações denotadas, porque cada um deles introduz um novo ponto de referência, ao contrário do que se verifica com o *imparfait* e com o *plus-que--parfait*. Recorde-se, todavia, que em contextos de *flashback* narrativo, o pretérito mais-que-perfeito pode promover a sequencialidade temporal entre as situações denotadas.

Comprovámos, por outro lado, que a articulação de uma teoria das relações discursivas com o tratamento do tempo proposto por Kamp e Reyle (1993) enriquece este modelo de análise, na medida em que contribui para explicar adequadamente casos que, sem o recurso às relações discursivas, se revelariam problemáticos. O modelo integra, então, «a mixture of W[orld] K[nowledge] and linguistic knowledge»[230].

Na perspectiva de autores como Moeschler (1996a) e Kozlowska (1997), nem uma teoria baseada nas classes aspectuais[231], nem a teoria de Kamp e Reyle (1993) – baseada nas instruções veiculadas pelos tempos verbais, que prevêem quer a introdução ou não de um novo ponto de referência, quer a classe

[230] Lascarides e Asher (1991: 58).

[231] Na proposta de Dowty (1986), adoptada também por Hinrichs (1986), a relação entre as classes aspectuais e a ordem temporal no discurso resume-se da seguinte forma: os enunciados que indicam eventos (prolongados ou instantâneos) fazem avançar o tempo, ao contrário do que sucede com os enunciados que descrevem estados e actividades, que se sobrepõem a um ponto de referência previamente estabelecido. Todavia, Smith (1999), num artigo com o significativo título de "Activities: states or events?", argumentou a favor da ideia segundo a qual as actividades formam uma classe natural com os eventos. A autora baseou-se no facto de os predicados de actividade que ocorrem com tempos verbais perfectivos representarem estados de coisas temporalmente delimitados, e contribuírem, por isso, para a progressão temporal na narrativa.

aspectual da situação descrita – são adequadas para propor uma explicação global para o fenómeno da ordem temporal no discurso.

Estas duas abordagens têm como objectivo fazer previsões acerca dos enunciados que promovem avanços no tempo e dos que não o fazem, mas indicam diferentes factores que determinam a sequencialidade temporal: as classes aspectuais, num caso, e os tempos verbais associados aos tipos de situações, no outro[232].

Na opinião de Kozlowska (1997: 355), «c'est le bornage et non pas la télicité qui est un phénomène pertinent pour l'étude de l'ordre temporel». A partir da análise de exemplos em que uma situação estativa, que se segue discursivamente a um evento, promove o avanço do tempo[233], propôs uma teoria com base na delimitação temporal dos estados de coisas referidos – no original, *Théorie du Bornage*.

[232] Em rigor, no âmbito da Teoria das Representações Discursivas, é do ponto de referência que depende a progressão temporal: um tempo verbal como o *passé simple* introduz um novo evento que se constitui como novo ponto de referência, localizado num intervalo de tempo posterior ao intervalo do ponto de referência disponível; o estado descrito por uma frase no *imparfait* não introduz um novo ponto de referência; sobrepõe-se temporalmente ao ponto de referência disponível no contexto.

[233] *Max a éteint la lumière* (e1). *La chambre était complètement noire* (e2) é um dos exemplos analisados por Kozlowska (1997). O enunciado estativo (e2) denota um intervalo de tempo posterior ao evento (e1), não porque o *imparfait* assinala uma relação de posterioridade relativamente ao evento no *passé composé*, mas devido ao facto de (e2) se sobrepor ao estado consequente à culminação do evento representado em (e1) – cf. o enunciado (13) que atrás analisámos. Uma vez mais, verifica-se a relação de sobreposição temporal entre um estado (descrito num enunciado com forma verbal no *imparfait*) e um ponto de referência implícito posterior a um evento (referido num enunciado com forma verbal no *passé composé*). A progressão temporal só é possível porque o evento descrito em (e1) é temporalmente delimitado à direita, por acção do tempo verbal. Vimos já que Smith (1999) defendeu uma posição semelhante, quando referiu que o ponto de referência, numa sequência narrativa, pode avançar por acção de qualquer um dos seguintes factores: adverbiais temporais, eventos temporalmente delimitados e eventos implicitamente delimitados.

Esta teoria baseia-se na distinção, proposta por Depraetere (1995), entre delimitação temporal (*boundedness*) e telicidade. A noção aspectual de telicidade caracteriza as situações que incluem um limite potencial, uma culminação. A noção temporal de delimitação está relacionada com a localização temporal de uma dada situação, isto é, com a afectação de fronteiras temporais a uma situação[234]. É possível cruzar estas duas noções de modo a obter quatro tipos de enunciados.

(18) *Ontem Fernanda Ribeiro correu a maratona.*

(19) *Fernanda Ribeiro vai correr a maratona.*

(20) *O João esteve constipado até esta manhã.*

(21) *O João está constipado.*

Correr a maratona é uma situação télica apresentada como delimitada à direita em (18) e como não delimitada à direita em (19); *estar constipado* é um estado de coisas atélico apresentado como delimitado à direita em (20) e como não delimitado à direita em (21). A telicidade é, portanto, uma propriedade intrínseca a um dado estado de coisas; qualquer situação é télica ou atélica, consoante a sua estrutura temporal interna contenha ou não um ponto de culminação. A delimitação é uma propriedade extrínseca, porquanto releva da expressão linguística das fronteiras temporais de uma situação[235].

[234] Segundo Depraetere (1995: 2-3), «(a)telicity has to do with whether or not a situation is described as having an inherent or intended endpoint; (un)boundedness relates to whether or not a situation is described as having reached a temporal boundary».

[235] A propósito dos limites que caracterizam as situações, Oliveira (1994) distinguiu *estar terminado* de *estar completo*, uma oposição que nos parece ser equivalente à distinção entre delimitação temporal e telicidade. Em Oliveira (2003a: 156), a propósito da semântica do pretérito perfeito simples, a autora opôs a noção temporal de terminativo (associada à marcação de um momento em que a situação terminou) à noção aspectual de

O limite temporal correspondente ao ponto de culminação das situações télicas localiza-se à direita. A delimitação inclui dois tipos de fronteiras: à esquerda e à direita. Os enunciados podem, então, ser delimitados à direita (*A Ana ficou na festa até à meia-noite*), à esquerda (*A Rita começou a nadar quando o professor lhe fez sinal*), e à esquerda e à direita (*O Pedro jogou no computador desde as quatro horas até às seis*)[236].

Explicitado o conceito operatório de delimitação temporal, voltemos à questão da ordem temporal. Segundo Kozlowska (1997), a condição mínima para que haja progressão temporal entre dois enunciados é que o primeiro contenha uma situação delimitada à direita, o segundo uma situação delimitada à esquerda, e um intervalo de tempo diferente de zero separe esses dois limites. Com base nos três componentes principais da ordem temporal (a delimitação, o intervalo temporal[237] e as relações lógicas), a autora propôs dois modelos de progressão temporal.

A progressão global diz respeito a avanços no eixo do tempo atestados numa sequência de estados de coisas que incluem um limite temporal ou à direita ou à esquerda. Esses estados de coisas não estão integrados numa relação de

---

perfectivo (que implica a existência de uma culminação e de um estado consequente), e concluiu que só a primeira é característica daquele tempo verbal, porquanto a segunda depende do valor aspectual da predicação, sendo atestada apenas com situações eventivas.

[236] Adverbiais introduzidos por *até* ou *antes de* marcam a delimitação à direita; adverbiais introduzidos por *a partir de, depois de* ou *desde* marcam a delimitação à esquerda; adverbiais como *desde… até* marcam a delimitação à esquerda e à direita. Expressões (adverbiais) de delimitação temporal foi a designação que Móia (1994) utilizou para referir este tipo de adverbiais temporais.

[237] Kozlowska (1997) distinguiu intervalo externo (período de tempo que separa dois enunciados que não constituem sub-eventos de um evento complexo) de intervalo interno (período de tempo que separa dois enunciados que referem sub-eventos de um evento complexo).

ELABORAÇÃO, pelo que é um intervalo externo que os separa, como no exemplo seguinte:

(22) *Max est parti aux États-Unis* (e1). *Ensuite il a trouvé du travail dans une usine française* (e2)[238].

Este tipo de progressão ocorre tipicamente nas relações retóricas de *NARRAÇÃO* ou de *RESULTADO* – em que (e2) se segue a (e1).

A progressão local diz respeito ao avanço temporal próprio de uma sequência de duas ou mais situações que constituem parcelas ou fases de um estado de coisas complexo e que incluem limites temporais à esquerda e à direita, como em (23):

(23) *Nous avons passé le week-end en Suisse* (e1). *Le premier jour, nous sommes allés à Genève* (e2). *Ensuite, le deuxième jour, nous avons visité Lausanne* (e3)[239].

Este tipo de progressão é atestado entre situações denotadas por enunciados que evidenciam a relação discursiva de *ELABORAÇÃO* – no exemplo dado, (e2) e (e3) constituem parcelas ou sub-eventos do evento complexo (e1). Segundo Louis de Saussure (1996, 1997), em casos como este, estamos em presença de cápsulas temporalmente ordenadas[240].

[238] Exemplo apresentado por Kozlowska (1997: 363).
[239] Exemplo apresentado por Kozlowska (1997: 363).
[240] Como vimos na análise do exemplo (14), a relação de *ELABORAÇÃO* pode também revelar casos de indeterminação temporal. Por outras palavras, nesses casos, estamos em presença de cápsulas não ordenadas.

As reflexões apresentadas – de Kozlowska (1997) e de Louis de Saussure (1996, 1997)[241] – constituem desenvolvimentos relevantes para a análise das relações temporais no discurso, na medida em que ambos os autores propuseram explicações adequadas para casos não resolvidos pela teorização inicialmente proposta por Kamp e Rohrer (1983).

A proposta de Saussure (1996, 1997) parte do conceito de cápsula para descrever a indeterminação temporal atestada nos enunciados em que se verifica uma relação de *ELABORAÇÃO* entre situações, ou seja, nos casos em que alguns estados de coisas constituem sub-eventos de um evento complexo.

A proposta de Kozlowska (1997) prevê dois modelos de progressão temporal (local e global, consoante haja ou não uma relação de parte/todo entre as situações envolvidas), e baseia-se quer no conceito de delimitação temporal dos estados de coisas, quer na distinção entre intervalo interno e intervalo externo; apresenta, deste modo, uma solução para as diferenças de comportamento do *passé simple* (e, em português, do pretérito perfeito simples) em situações encapsuladas e em situações não encapsuladas.

Por tudo o que temos vindo a expor se conclui que «a coesão/coerência de um texto/discurso depende em larga medida do modo como nele se articula e compatibiliza a informação de natureza temporal»[242], que é veiculada por factores de natureza diversa (tempos verbais, adjuntos adverbiais temporais, estruturas

[241] Ambas as propostas são tributárias da teorização que Moeschler tem desenvolvido em torno da referência temporal e que se enquadra numa abordagem pragmática do discurso. Na perspectiva deste autor, a Linguística Textual parte da hipótese segundo a qual as línguas manifestam o tempo por processos morfológicos e sintácticos, mas as relações temporais são apreendidas a nível discursivo. Moeschler privilegia a dimensão instrucional do significado dos tempos verbais, e, à semelhança do que havia sido proposto no âmbito da Teoria das Representações Discursivas, compatibiliza este ponto de vista com uma abordagem inferencial da interpretação discursiva: as relações temporais no discurso são inferidas pragmaticamente com base nas instruções que os textos veiculam. Desvanece-se, deste modo, a linha que demarca a fronteira entre as abordagens semântica e pragmática.

[242] Lopes (1995a: 351).

introduzidas por conectores com valor temporal, ordenação das predicações na linearidade discursiva, relações discursivas entre os segmentos textuais).

Julgamos que através de uma análise como a que foi proposta no quadro da Teoria das Representações Discursivas, juntamente com os conceitos e as reflexões que explicitámos, e que podem ser adoptados como desenvolvimentos aplicáveis àquela teoria, se pode dar conta das relações de ordem temporal que se estabelecem entre os estados de coisas referidos em diferentes tipos de texto. É essa análise que nos propomos realizar na segunda parte do nosso trabalho.

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que desenvolvemos neste capítulo serviram para comprovar que o tratamento integrado da informação temporal e aspectual, proposto no âmbito da Teoria das Representações Discursivas de Kamp e Reyle (1993), se adequa ao nível de análise textual. Deste modo, ao longo da investigação que nos propomos realizar na segunda parte deste trabalho, adoptaremos, no essencial, essa proposta de análise.

Os conceitos de delimitação temporal, inicialmente proposto por Depraetere (1995), e de cápsula, proposto por Louis de Saussure (1996, 1997), também nos parecem válidos e susceptíveis de enriquecer a nossa investigação sobre a expressão do tempo em diferentes tipos de sequências. Aplicaremos, ainda, as propostas decorrentes de teorizações sobre relações discursivas, nomeadamente da Teoria da Estrutura Retórica de Mann e Thompson (1987). Assim, o nosso modelo de análise integra o tratamento quer de informação linguística, quer de informação enciclopédica.

CAPÍTULO 4

VALORES DISCURSIVOS DOS TEMPOS VERBAIS

4.1. REFLEXÕES PRELIMINARES

Neste capítulo, vamos reflectir sobre a teorização de alguns autores acerca da dimensão não referencial do significado dos tempos verbais, nomeadamente sobre as suas funções discursivas. No domínio da pragmática dos tempos verbais, para o estudo que nos propomos realizar, é relevante explicitar (e reflectir criticamente sobre) as principais teses relativas aos valores discursivos dos tempos verbais.

Deste modo, começaremos por explicitar a concepção inovadora de Weinrich (1968) para o referido estudo. Veremos que as suas ideias inspiraram contributos relevantes, quer no âmbito da noção de *grounding* na narrativa, directamente associada, ou não, a valores discursivos desencadeados pelos tempos verbais – como nas reflexões de Labov (1972) e de Hopper (1979) –, quer num plano mais alargado, que engloba outros níveis de significado, nos quais funcionam as oposições de tempos verbais – como na teorização de Fleischman (1990).

Com base nestas teorizações, é possível delimitar dois planos informativos na narrativa: um mais saliente, que subsume os conteúdos mais relevantes para a linha narrativa principal, e outro, menos saliente, que engloba a informação de enquadramento. Veremos que as oposições entre primeiro e segundo plano são efeitos discursivos causados por diversos factores, entre os quais o facto de certos

estados de coisas (os de primeiro plano) serem apresentados numa relação temporal de sequencialidade, enquanto outros (os de segundo plano) não estão integrados nessa ordenação.

Sendo construídas discursivamente, as oposições de *grounding* não se confundem com o significado instrucional dos tempos verbais, que, como vimos na secção 3.4. do capítulo 3, constitui uma parte do seu significado convencional. A noção de sentido construído remete para um efeito discursivo que não é inerente ao significado básico de uma unidade linguística. Tais oposições não configuram, portanto, um significado intrínseco dos tempos verbais; são as instruções que os tempos verbais veiculam que induzem a construção daqueles efeitos de sentido. Logo, as instruções, enquanto parte do significado convencional dos tempos verbais, não se confundem com os efeitos discursivos que o uso destes desencadeia[243].

[243] Baseámos a nossa concepção de significado das unidades linguísticas na teorização de Kleiber (1997). Segundo este autor, no significado das expressões linguísticas, é possível distinguir uma parte convencional (pré-construída) de uma parte não-convencional (discursivamente construída). A parte convencional do significado pode ser definida negativamente (como na perspectiva de Saussure (1916), em que o significado é de tipo diferencial) e positivamente (como na concepção de Halliday (1970, 1985), em que se delimitam três dimensões: referencial, instrucional/textual e interpessoal).

4.2. TEORIZAÇÕES SOBRE VALORES DISCURSIVOS DOS TEMPOS VERBAIS

4.2.1. WEINRICH (1964)[244]

Salientámos, na secção 1.2. do capítulo 1, a importância de que se revestiram as reflexões de Benveniste (1966) na emergência de um novo paradigma nas ciências da linguagem. No centro da sua teoria sobre os níveis de enunciação, radica a oposição entre dois tempos verbais do francês: o *passé simple* (próprio da enunciação histórica) e o *passé composé* (típico da enunciação discursiva).

Tributário desta teorização, Weinrich (1968) foi precursor das abordagens da significação dos tempos verbais, segundo uma perspectiva de tipo discursivo. A sua obra *Tempus*, originalmente publicada em 1964, marcou o início de investigações que, de forma sistemática, se têm desenvolvido em torno da dimensão não referencial do significado das unidades linguísticas. Posteriormente, este autor descreveu os tempos verbais do francês, explicitando outros valores que lhes são inerentes e que não se limitam à estrita função de localização temporal; referimo-nos a valores de natureza metacomunicativa.

Num primeiro momento, Weinrich (1968) apresentou três argumentos a favor de uma análise não exclusivamente referencial dos tempos verbais. Reafirmou, por um lado, a ideia segundo a qual os tempos verbais, em rigor, não servem para proceder à localização das situações no eixo do tempo. Esta função é desempenhada por adverbiais temporais localizadores, como *ontem*, *há dois anos* ou *no 21 de Dezembro de 2004*. A semântica dos tempos verbais permite associar

[244] Consultámos a tradução espanhola da edição original, incluída na bibliografia com a seguinte referência: Weinrich (1968).

um estado de coisas a um determinado intervalo no eixo do tempo, segundo as relações de anterioridade, sobreposição e posterioridade relativamente a um ponto de perspectiva temporal. Assim, a localização que realizam é intrinsecamente vaga, quando comparada com a que pode ser concretizada pelos adverbiais temporais localizadores.

Como vimos na secção 3.3. do capítulo 3, o grau de precisão susceptível de ser introduzido pelos adverbiais temporais localizadores contrasta com a natureza vaga da localização temporal decorrente dos tempos verbais, quando não co--ocorrem com adverbiais temporais. Em rigor, é falso defender que os tempos verbais não procedem à localização das situações no tempo; todavia, fazem-no relativamente a determinado ponto de perspectiva temporal, e segundo parâmetros de anterioridade, simultaneidade e posterioridade. Os tempos verbais e os adverbiais temporais configuram, portanto, dois mecanismos diferentes de localizar as situações no tempo.

Por outro lado, no âmbito da sua análise do sistema verbal francês, Weinrich verificou que não existe uma correspondência biunívoca entre formas verbais do pretérito e o tempo passado. As formas do presente do indicativo, por exemplo, em certos tipos de texto ou quando co-ocorrem com determinados adverbiais temporais, são susceptíveis de referir um intervalo de tempo anterior, sobreposto ou posterior ao intervalo de tempo da enunciação − como no uso do presente histórico ou em exemplos como *amanhã chega a Isabel*. Ora, se a localização no passado pode ser indicada por formas verbais que prototipicamente não localizam as situações na esfera temporal do pretérito, então é pertinente conceber que elas possuam outros valores, designadamente valores de natureza não referencial; os tempos verbais podem, então, ser perspectivados como unidades linguísticas cujo significado não se limita à estrita localização temporal.

No entanto, há que distinguir, por um lado, os valores básicos ou prototípicos dos tempos verbais dos seus valores periféricos ou derivados: parece ser consensual a ideia segundo a qual a localização temporal que os tempos

verbais permitem estabelecer corresponde ao seu valor prototípico[245]. Além disso, e dada a composicionalidade da informação de natureza temporal, se uma forma verbal de presente ocorre num enunciado em que se localiza uma situação num intervalo de tempo do passado, não se pode concluir que essa localização se deve à ocorrência da forma verbal flexionada no presente. Veja-se o exemplo seguinte:

(24) *No dia 25 de Abril de 1974, dá-se um golpe de estado contra o governo de Marcelo Caetano.*

Em enunciados como este, o presente do indicativo manifesta o valor de sobreposição temporal relativamente ao ponto de perspectiva temporal. Todavia, o adverbial temporal localiza o estado de coisas num intervalo passado, em relação ao intervalo de tempo da enunciação. Deste modo, atesta-se parte do valor básico do presente do indicativo – o valor de sobreposição relativamente ao ponto de perspectiva temporal. Mas o ponto de perspectiva temporal é projectado para um intervalo anterior ao intervalo de tempo da enunciação, por acção do adverbial temporal[246].

Por fim, com base nas restrições combinatórias dos tempos verbais em sequências de frases (fenómeno tradicionalmente designado por *consecutio temporum*), Weinrich dividiu-os em dois grupos, segundo um critério que releva das respectivas compatibilidades semânticas. Uma vez que, em ambos os grupos, encontrou tempos verbais que referem anterioridade relativamente ao momento da enunciação, Weinrich concluiu que aquilo que os distingue não é a localização temporal a que procedem[247]. Propôs, então, uma análise da oposição entre o *passé*

[245] Regra geral, o valor prototípico de uma unidade linguística é determinado diacronicamente pelo seu significado etimológico (ou mais remoto) e sincronicamente pela sua frequência relativa.
[246] Cf. Oliveira (2003a), Lopes (1995b) e Oliveira e Lopes (1995).
[247] Vimos, nas secções 3.3. e 3.4. do capítulo 3, que a localização temporal manifestada por tempos verbais como o pretérito perfeito simples, o pretérito imperfeito e o pretérito mais-que-perfeito difere em função de uma análise baseada na relação entre três

simple e o *imparfait* em termos de relevo temporal. Segundo esta abordagem, em textos narrativos, o *passé simple* configura um tempo verbal de primeiro plano e o *imparfait* um tempo verbal de segundo plano[248].

Em desenvolvimentos posteriores da sua teorização, Weinrich (1989) salientou a dimensão textual dos tempos verbais e secundarizou a sua função, estritamente semântica, de localização na linha do tempo. Segundo esta concepção, as significações dos tempos verbais possuem carácter metacomunicativo: constituem instruções dadas ao alocutário, servindo de pistas linguísticas, orientando-o e auxiliando-o no processo de compreensão do texto[249]. Este autor descreveu o sistema verbal francês segundo três dimensões não referenciais: de registo temporal, de perspectiva temporal e de relevo temporal.

A dimensão do registo temporal permite opor mundo comentado a mundo narrado, numa distinção semelhante à que Benveniste (1966) estabeleceu entre discurso e história[250]. *Présent*, *passé composé* e *futur* compõem o conjunto de tempos verbais do comentário, dado que o significado do texto pode ter consequências directas para os interlocutores, pelo que deve ser percepcionado com especial atenção. *Imparfait*, *passé simple*, *plus-que-parfait*, *passé antérieur* e *conditionnel* integram o grupo de tempos verbais narrativos, contendo uma instrução que se traduz no relaxamento com que se apreende o texto, uma vez que não comportam efeitos imediatos para os interlocutores.

---

coordenadas: o intervalo de tempo da enunciação, o ponto de perspectiva temporal e o intervalo de tempo ocupado pela situação referida no discurso.

[248] Entre as designações utilizadas para nomear esta oposição (que corresponde, nas teorias da percepção, ao contraste figura/fundo) contam-se as seguintes: *foreground/background* (Hopper (1979), Fleischman (1990)), *high transitivity/low transitivity* (Hopper e Thompson (1980)), *premier plan/arrière plan* (Weinrich (1989)).

[249] Cf. secção 1.3. do capítulo 1.

[250] Um ponto em que Weinrich diverge de Benveniste consiste no facto de remeter o *imparfait* para o conjunto dos tempos verbais narrativos, excluindo-o do grupo dos tempos verbais do comentário. Na concepção de Benveniste, o *imparfait* consta dos dois grupos.

No âmbito da perspectiva temporal, verifica-se a distinção entre tempos verbais retrospectivos, prospectivos e neutros. Nesta concepção, *passé composé*, *plus-que-parfait* e *passé antérieur* são tempos verbais retrospectivos, na medida em que manifestam o valor de anterioridade relativamente a um ponto de perspectiva temporal disponível. Inversamente, *futur* e *conditionnel* indicam o valor de posterioridade em relação ao ponto de perspectiva temporal. Os restantes tempos (*présent*, *imparfait* e *passé simple*) caracterizam-se por serem neutros quanto a este parâmetro. Sublinhe-se que, segundo a tese defendida por Weinrich, o *passé simple* não tem como função indicar um intervalo de tempo passado, mas assinalar a enunciação narrativa.

Parece-nos problemático, todavia, defender que *présent*, *imparfait* e *passé simple* – três tempos verbais com valores temporais tão díspares – possam estar integrados num mesmo grupo em função do parâmetro da perspectiva temporal. Recorde-se que o presente, no seu valor prototípico, denota sobreposição entre a situação descrita e o ponto de perspectiva temporal (coincidente com o momento da enunciação); o pretérito perfeito simples remete para um intervalo de tempo anterior ao ponto de perspectiva temporal (também coincidente com o momento da enunciação); e o pretérito imperfeito veicula sobreposição relativamente ao ponto de perspectiva temporal (que é, neste caso, anterior ao momento da enunciação).

Aliás, em descrições mais recentes dos tempos verbais[251], verifica-se a tendência para designar por perspectiva temporal não o valor (de anterioridade, sobreposição ou posterioridade) das formas verbais relativamente ao ponto de perspectiva temporal, mas a esfera temporal em que se insere o ponto de perspectiva temporal relativamente ao momento da enunciação, com base na tripartição passado, presente e futuro. Deste modo, o pretérito perfeito simples, o pretérito perfeito composto, o presente e o futuro simples localizam as situações

[251] Veja-se, para o português, Oliveira (2003a: 153-166).

em relação a um ponto de perspectiva temporal que tipicamente coincide com o momento da enunciação. O futuro composto veicula uma localização temporal relativa a um ponto de perspectiva temporal situado num intervalo de tempo posterior ao momento da enunciação. O pretérito mais-que-perfeito simples, o pretérito mais-que-perfeito composto, o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito simples localizam os estados de coisas relativamente a um ponto de perspectiva temporal que se situa num intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação. Por fim, o futuro do pretérito composto localiza as situações relativamente a dois pontos de perspectiva temporal: o primeiro situado num intervalo anterior ao intervalo de tempo da enunciação, e o segundo localizado num intervalo posterior ao do primeiro ponto de perspectiva temporal. Em qualquer caso, o parâmetro da perspectiva temporal, nos termos propostos por Weinrich, ou tal como é hoje consensualmente aceite, evidencia a natureza anafórica da localização temporal.

Por fim, do conjunto de tempos verbais que se podem opor a partir da distinção propiciada pela dimensão do relevo temporal estão excluídos os tempos verbais caracterizados por Weinrich como possuindo o traço prospectivo. A instrução do *passé simple* e do *passé antérieur* consiste em projectar para o primeiro plano os estados de coisas a que estão associados; *imparfait* e *plus-que--parfait* colocam os estados de coisas em segundo plano, que é menos relevante em termos da atenção a conceder pelos interlocutores. As oposições entre estes dois planos são atestadas, sobretudo, em textos narrativos.

Weinrich (1989) enumerou algumas das passagens em que ocorrem preferencialmente os tempos verbais de primeiro e de segundo plano. O início da acção principal, progressos subsequentes, mudanças de situação, modificações de consciência, enquadramentos de diálogo, descobertas, entre outros segmentos textuais, integram tendencialmente tempos verbais de primeiro plano. A introdução e a conclusão, estados de espírito, descrições e retratos configuram sequências que incluem geralmente tempos verbais de segundo plano.

Apontou também os verbos que, pelo seu significado lexical, ou promovem estados de coisas ao primeiro plano, ou os remetem para o segundo plano. *Dizer, responder, ouvir, reconhecer, partir* e *obter*, por exemplo, são verbos que surgem tipicamente no primeiro plano. *Ser, ter, amar, pensar, querer* e *viver* constituem verbos que ocorrem no segundo plano[252].

O objectivo principal desta teorização concretizou-se na descrição dos tempos verbais do francês, com base em oposições que radicam na presença ou ausência de traços relativos a cada um dos três parâmetros referidos. A título de exemplo, o *passé composé* comporta os traços <comentário> e <retrospectivo> e distingue-se do *présent* na medida em que este, embora possuindo o traço <comentário>, é neutro quanto à perspectiva temporal. Por outro lado, o *passé simple* integra os traços <narrativa> e <focalização>, enquanto o *imparfait* inclui os traços <narrativa> e <topicalização>, distinguindo-se, por conseguinte, quanto ao relevo temporal.

Por ter dado primazia à dimensão textual, este autor contribuiu para uma alteração da concepção dominante nas abordagens dos tempos verbais, de um ponto de vista paradigmático (no qual os sistemas verbais são concebidos como reservas de distinções, relações e combinatórias) em direcção a uma perspectiva sintagmática (em que é salientado o papel dos tempos verbais nos processos de narrativização). Estabeleceu, assim, uma ponte entre gramática e discurso, favorecendo a interface entre os dois planos.

«O principal mérito da concepção de Weinrich é desvincular o tempo da linguagem do sistema de divisão gramatical pautado na equivalência do presente, do passado e do futuro com a ordem natural das coisas, em proveito da

[252] É possível perspectivar esta reflexão de Weinrich (1968) como um esboço de classificação aspectual. A distinção que propõe, a partir do valor básico dos verbos considerados isoladamente, corresponde, *grosso modo*, à oposição entre situações eventivas (as que ocorrem no primeiro plano) e situações estativas (reservadas ao segundo plano); cf. secção 2.2.4. do capítulo 2.

temporalidade própria do texto»[253]. Ao colocar em causa o pressuposto básico, comum às investigações que precederam a sua obra, de que os tempos verbais são essencialmente formas que veiculam localização no eixo do tempo, este autor promoveu uma abordagem inovadora dos tempos verbais, designadamente quanto às funções discursivas que desempenham, abrindo caminho a uma análise baseada em valores não referenciais. Tendo considerado que a narrativa constitui uma forma universal de uso da linguagem verbal, Weinrich sugeriu que a pergunta "como se narra nesta língua?" era um ponto de partida plausível para a análise e descrição das diferentes línguas naturais.

4.2.2. LABOV (1972)

Em investigações radicadas na área da Sociolinguística, Labov (1972)[254] procedeu ao estudo de relatos orais de experiência pessoal, com o objectivo de apresentar um quadro geral de análise da narrativa. Teorizou quer sobre o nível macroestrutural – no qual reconheceu a sucessão de macroproposições que tipicamente enformam as narrativas[255] –, quer sobre o nível sintáctico – tendo procedido à distinção entre unidades narrativas e unidades não narrativas, em função da sua (in)dependência sintáctica relativamente a outras unidades. Defendeu a ideia segundo a qual a categoria tempo configura um dos pilares fundamentais do texto narrativo, ao contrário do que defendiam outros autores[256].

[253] Nunes (1988: 40).
[254] Cf. igualmente LABOV, William, e Joshua WALETZKY (1967), "Narrative analysis: oral versions of personal experiences", in HELM, June (Ed.), *Essays on the verbal and visual arts*, University of Washington Press, Seattle, p. 12-44.
[255] Esta questão será desenvolvida na secção 5.2. do capítulo 5.
[256] O exemplo mais óbvio de definição do texto narrativo sem recurso a qualquer noção de temporalidade insere-se no âmbito da escola francesa da semiótica narrativa: referimo--nos especificamente ao modelo actancial de Greimas. A acronia deste modelo releva do

De facto, Labov definiu a narrativa, com base em critérios de natureza temporal, como «one method of recapitulating past experience by matching a verbal sequence of clauses to the sequence of events which (it is inferred) actually occurred»[257]. Uma unidade narrativa elementar é, na sua concepção, constituída por uma sequência de orações temporalmente ordenadas.

Partindo desta definição, procedeu à distinção entre orações narrativas e orações não narrativas, segundo um critério de reversibilidade: as primeiras apresentam uma sequência cronológica de eventos, de modo que a sua inversão no discurso acarreta consequências a nível da interpretação. Nesta perspectiva, a alteração da ordem pela qual as unidades narrativas são apresentadas no discurso afecta necessariamente a cronologia dos eventos. Assim, uma oração narrativa não pode ser deslocada em relação a outras sem inverter a ordenação da cadeia de eventos tal como se deram no plano da realidade que é objecto de narração.

Labov (1972) relacionou, portanto, o processo de construção de qualquer narrativa com o estabelecimento de uma sucessão cronológica. Estabeleceu, de acordo com a sua definição de unidades narrativas, uma correlação entre orações subordinantes e sequencialidade: as orações subordinadas nunca são orações narrativas. Enquanto as orações principais inscrevem os estados de coisas no eixo temporal, segundo o princípio da sucessividade, as orações subordinadas não estão ordenadas na linha do tempo umas em relação às outras. O critério da irreversibilidade das unidades narrativas determina que só as orações sintacticamente independentes sejam consideradas orações narrativas; as orações subordinadas admitem inversão sem afectar a sequencialidade dos eventos descritos.

---

facto de se considerar o tempo como um fenómeno secundário, próprio da superfície textual, mas não assimilável à estrutura narrativa subjacente.

[257] Labov (1972: 359-360). Recorde-se que este autor analisou narrativas que consistiam em relatos orais de experiências pessoais; compreende-se, portanto, que a sua definição de narrativa sublinhe o carácter não-ficcional dos textos estudados.

Alguns autores, entre os quais Givón (1987), contestaram esta correlação. Na verdade, há orações subordinadas temporais que não se enquadram na definição proposta por Labov, como se comprova no enunciado seguinte:

(25) *Quando o larguei, o copo desfez-se no chão em mil pedaços*.

Orações subordinadas temporais como a que se inclui neste exemplo referem eventos que se inscrevem na sequencialidade cronológica do texto, pelo que são orações narrativas, segundo a definição de Labov (1972)[258]. Sublinhe-se, contudo, que se observa, neste exemplo, uma sobreposição entre os valores temporal e causal. Veremos, na secção 4.2.4. deste capítulo, que Fleischman (1990) argumentou a favor da ideia segundo a qual as relações de causalidade promovem os estados de coisas envolvidos ao primeiro plano.

Ainda assim, a reflexão de Labov teve o mérito de propor um critério de natureza sintáctica para distinguir as orações que veiculam a informação mais importante (as orações subordinantes) das orações que integram a informação menos importante (as orações subordinadas). No âmbito da sua teorização, a relevância dos conteúdos denotados na narrativa depende de factores sintácticos.

Em rigor, Labov (1972) apenas se interessou pela sucessão cronológica na narrativa, e não pelos consequentes efeitos discursivos a nível das distinções de *grounding*. Mas não é abusivo deduzir que as orações subordinantes, enquanto

[258] Segundo Thompson (1987), também Reinhart defendeu que os conteúdos veiculados por uma oração subordinada temporal do tipo de *when I let go his arm* insere-se no primeiro plano; se for deslocada e surgir, no discurso, em posição posterior à respectiva oração subordinante, far-se-á a apresentação de duas situações consecutivas, mas segundo uma ordem inversa em relação à que se deu na realidade que constitui o objecto de narração. Por outras palavras, *when I let go his arm* constitui um exemplo de oração subordinada que refere um evento inscrito na linha narrativa principal. Deste modo, a linha narrativa principal, como sublinhou Thompson (1987), não se caracteriza pela homogeneidade sintáctica: a maior parte dos eventos que nela se inscrevem é referida em orações principais, mas há igualmente a possibilidade de esses eventos serem denotados em orações subordinadas.

unidades sintácticas que promovem a sequencialidade, inscrevem os estados de coisas que referem no primeiro plano, ao contrário do que sucede com as situações descritas pelas orações subordinadas.

4.2.3. HOPPER (1979), HOPPER E THOMPSON (1980)

Hopper (1979) introduziu os conceitos de *foreground* e *background* para se referir à distinção que emerge no discurso entre a linha narrativa principal e a informação que lhe serve de apoio, e sublinhou a ideia de que essa oposição é marcada pelo aspecto verbal. Definiu o primeiro plano como «the actual story line, […] the parts of the narrative which relate events belonging to the skeletal structure of the narrative», em contraste com o segundo plano, que consiste no «supportive material which does not itself narrate the main events»[259]. Esta oposição entre dois tipos de material – o que serve para relatar os eventos da história temporalmente ordenados e o que desempenha uma função primária distinta – é, na sua perspectiva, uma característica universal dos textos narrativos, embora os mecanismos utilizados para a projectar sejam diferentes de língua para língua.

O contributo mais importante de Hopper (1979) residiu no facto de ter estabelecido, de forma sistemática, uma relação entre esta oposição e noções como a imperfectividade, a iteratividade ou o carácter estativo das situações referidas. Este autor defendeu que, tendencialmente, do carácter pontual das situações emergem estados de coisas perfectivos que se inserem no primeiro plano; estes eventos, por definição discretos e contáveis, demarcam a linha narrativa principal.

[259] Hopper (1979: 213). Givón (1982) propôs uma definição de natureza cognitiva do conceito de primeiro plano; segundo este autor, o primeiro plano inclui os conteúdos que os interlocutores «are most likely to consider noteworthy, informative, salient, memorable or outstanding» (citação extraída de Grenoble (1998: 210)).

Por outro lado, a duratividade, a iteratividade e as situações estativas favorecem a ocorrência de estados de coisas imperfectivos inscritos no segundo plano[260].

No primeiro plano, os eventos apresentam-se dispostos no texto segundo a ordem pela qual se deram: a sucessão discursiva reflecte a cronologia dos eventos[261]. No segundo plano, os estados de coisas não traduzem sequencialidade. Por conseguinte, o critério decisivo que subjaz à oposição entre os dois planos narrativos releva da ordenação sequencial dos estados de coisas descritos; e os factores que determinam esta ordenação residem no carácter pontual/durativo, perfectivo/imperfectivo, episódico/iterativo das situações referidas, assim como na distinção evento/estado[262].

Na perspectiva de Hopper (1979), se a temporalidade do primeiro plano é unidireccional, no segundo plano pode verificar-se uma distorção do quadro temporal, dado que integra referências a situações estativas que se caracterizam pela sobreposição ou por uma localização temporal pouco precisa. As frases que descrevem situações inseridas no primeiro plano são, portanto, as únicas que contribuem para a narração, porque só elas asserem a ocorrência de eventos; as frases que indicam situações inscritas no segundo plano têm como função apoiar, ampliar e comentar os conteúdos projectados no primeiro plano.

---

[260] Reflectiremos adiante acerca destas noções e tentaremos demonstrar que elas devem ser revistas à luz de desenvolvimentos posteriores à teorização de Hopper (1979).

[261] Sublinhe-se que nem sempre tal acontece. Precisamente porque se definem como um «movimento temporal retrospectivo destinado a relatar eventos anteriores ao presente da narração» (Reis e Lopes (1987: 26)), os casos de analepse (ou *flashback*) evidenciam exemplos de inversão, no plano discursivo, da sequência cronológica dos acontecimentos narrados. Por outro lado, uma sequência de dois enunciados que denotam dois eventos e manifestam entre si a relação discursiva de *CAUSA* também não reflectem a ordem pela qual se deram na realidade.

[262] Numa proposta que revela semelhanças com a de Hopper (1979), Givón (1982) indicou, como factores que codificam o contraste entre primeiro e segundo plano, as categorias verbais de tempo, aspecto e modo.

A percepção do movimento do tempo surge a partir da identificação das situações referidas com pontos que se sucedem na linha do tempo. Segundo o autor, a perfectividade faz emergir eventos, estados de coisas dinâmicos, discretos e contáveis. Justamente porque situações deste tipo se dispõem segundo uma cronologia de tipo sequencial, elas revelam-se indispensáveis à narrativa. A imperfectividade propicia o surgimento de situações estativas, as quais predominantemente se sobrepõem a outros estados de coisas, e se revelam necessárias para o enquadramento dos eventos inscritos no primeiro plano. Hopper (1979) sugeriu, então, que a existência de complexos sistemas temporais e aspectuais se deve à necessidade de os locutores assinalarem na narrativa a oposição entre os dois planos.

Contudo, este autor incluiu na sua reflexão conceitos que necessitam de ser definidos com maior rigor. As noções de perfectividade e de imperfectividade devem ser revistas à luz da teorização de Moens (1987) sobre a estrutura interna das situações, nomeadamente tendo em consideração o conceito de núcleo aspectual[263]. De facto, dizer que um estado de coisas é perfectivo, equivale a dizer que ele inclui na sua estrutura interna um ponto de culminação e que esse ponto foi atingido. Quando dizemos que um estado de coisas é imperfectivo, estamos a dizer ou que ele não inclui um ponto de culminação na sua estrutura interna, ou que o integra mas não foi atingido.

Deste modo, não é correcto associar sistematicamente o carácter pontual à perfectividade e o carácter durativo à imperfectividade, nem aquelas duas noções ao primeiro plano e estas ao segundo. Os eventos prolongados são, por definição, simultaneamente durativos e télicos, e podem promover integrar (ou não) o primeiro plano, como se pode ver pela comparação entre os dois exemplos seguintes.

[263] Cf. secção 2.2.4. do capítulo 2.

(26) *Enquanto o João almoçava* (e1)*, o António escrevia uma carta à namorada* (e2)*.*

(27) *Enquanto o João almoçava* (e1)*, o António escreveu uma carta à namorada* (e2)*.*

Se considerarmos que os enunciados são susceptíveis de ocorrer numa sequência narrativa, em (26), as duas situações inscrevem-se no segundo plano: ambas se constituem como o pano de fundo de outras situações, mais relevantes do ponto de vista dos conteúdos narrados[264]. Em (27), o evento prolongado (e2) insere-se no primeiro plano e a actividade (e1) no segundo plano: (e1) constitui, neste caso, o pano de fundo com base no qual emerge (e2), um evento que configura um ponto na linha narrativa principal – constituída por muitos outros pontos, isto é, por muitas outras situações discretas e contáveis.

Quanto à iteratividade (ou iterabilidade), tradicionalmente classificada como um valor de natureza aspectual, trata-se, em rigor, de um valor que corresponde à quantificação de situações. Na concepção que adoptámos, os valores aspectuais emergem da perspectivação da estrutura temporal interna de uma dada situação, e dependem da interacção entre aspecto gramatical e aspecto lexical. Consistindo a iteratividade na quantificação de situações, ela remete, não para a estrutura interna de um estado de coisas, mas para a frequência de ocorrência desse mesmo estado de coisas globalmente perspectivado[265], opondo-se ao valor episódico (que corresponde à ocorrência única de uma dada situação).

[264] O valor aspectual básico da proposição (e2) foi alterado, na medida em que a ocorrência do pretérito imperfeito teve como consequência que a culminação do evento prolongado da situação *escrever uma carta* não tenha sido atingida. Verificou-se, portanto, uma comutação aspectual de evento prolongado para actividade.

[265] Por esta razão, os enunciados que referem situações iterativas podem incluir «quantificadores sobre eventos como *x vezes*, […] expressões adverbiais como *de novo* ou […] verbos aspectuais como *voltar a*», Móia (2003: 107).

Assim, a pontualidade e a duratividade são características inerentes à estrutura temporal interna das classes aspectuais. A iteratividade opera sobre uma situação perspectivada como um todo, a qual ocorre *n* vezes num dado intervalo de tempo. A reflexão sobre a co-relação entre estes conceitos deve passar, portanto, pela distinção clara entre eles, não sendo adequado colocar a pontualidade e a duratividade ao mesmo nível da iteratividade.

Na sequência da teorização já apresentada, Hopper e Thompson[266] apresentaram uma escala de transitividade que possibilita a quantificação das distinções de *grounding*, e sublinha, simultaneamente, o carácter não discreto desta oposição[267]. Esta escala serve para classificar as representações das situações denotadas no discurso: ao traço [+ discreto] os autores associam sequencialidade; ao traço [– discreto] os autores associam simultaneidade.

Basearam a sua escala em dez parâmetros, que incluem traços como a agentividade, o número de participantes, o carácter pontual ou durativo da situação, a telicidade, o modo verbal e os valores de polaridade. «Hopper and Thompson (1980) define transitivity as a cluster concept involving ten oppositional variables. […] Every clause in a text is assigned an overall transitivity rating based on its combined scores for the [ten] variables, each of which represents a different facet of "the effectiveness or intensity with which the action is transferred from one participant to another" (Hopper and Thompson (1980: 252)»[268].

Se é certo que nem toda a informação contida numa narrativa é igualmente nova ou relevante, também é verdade que nem todos os eventos inscritos na narrativa assumem o mesmo grau de importância.

---

[266] Cf. HOPPER Paul J., e Sandra A. THOMPSON (1980), "Transitivity in Grammar and Discourse", *Language* 56, p. 251-299.
[267] Outros autores, como Givón (1987) e Fleischman (1990), sustentaram igualmente a ideia de que se trata de uma oposição de natureza graduável.
[268] Fleischman (1990: 390).

Todavia, como salientou Wallace (1982), não se pode concluir, a partir da definição dos planos narrativos, que o segundo plano contém informação dispensável. Este autor sublinhou o facto de a oposição entre primeiro e segundo plano ser paralela ao contraste figura-fundo, contraste que constitui, no âmbito do gestaltismo, a forma mais simples de organização perceptiva. Tal como não damos a mesma importância a todas as nossas percepções, durante o processamento de informação discursiva destacamos certos conteúdos em detrimento de outros. A função cognitiva das informações que integram o segundo plano consiste em contribuir para a compreensão dos conteúdos destacados no primeiro plano. As distinções entre primeiro e segundo plano reflectem, pois, a nível da recepção do discurso, propriedades inerentes a outros modos e capacidades de percepção[269].

4.2.4. FLEISCHMAN (1990)

Também Fleischman (1990) teorizou sobre as oposições de tempos gramaticais, designadamente nas suas investigações sobre estratégias narrativas usadas em textos literários franceses, em que as balizas temporais são assinaladas por textos medievais e por obras de ficção contemporâneas. A autora reafirmou a ideia de que o fluxo temporal da narrativa não se limita a desempenhar uma função básica de localização temporal; os seus estudos demonstraram, por exemplo, que a oposição entre o primeiro e o segundo plano contribui para a organização discursiva. Mas os valores que as oposições temporais-aspectuais

[269] Também Wallace (1982) listou as categorias que promovem quer o primeiro plano (perfectividade, tempo presente, modo da factualidade, eventos), quer o segundo plano (imperfectividade, tempo passado, modo da não-factualidade, estados). Não se justificando reflectir de modo mais aprofundado sobre esta concepção (os comentários que apresentámos acerca da tese de Hopper (1979) são igualmente válidos para a de Wallace (1982)), diremos apenas que não é correcto associar o tempo passado ao segundo plano.

assumem ultrapassam o estabelecimento do contraste entre estes dois planos narrativos.

A autora definiu a narrativa como um uso linguístico marcado[270], a partir da oposição termo marcado/termo não marcado, introduzida na área da fonologia por Troubetzkoy, nos anos 30 do século XX. No sistema verbal do francês, o *présent* constitui o tempo verbal não marcado nas conversas do quotidiano; na narrativa, contudo, esse tempo é o *passé simple*. Assim, a autora defendeu, em consonância com as ideias de Weinrich (1989), que este tempo gramatical se desvincula do seu significado referencial quando inserido em textos narrativos. Deste modo, tanto o *passé simple* como o *présent* assumem outras funções que não a de estabelecerem o contraste entre passado e presente. Nas palavras de Fleischman, «a narrative is not simply a linear sequence of events, ordered chronologically, but a configuration of events that has 'texture' or 'focus' an institution in which all events are NOT created equal»[271].

O isomorfismo entre o plano da realidade narrada e o do texto constitui o valor básico de ordenação temporal na narrativa. Apesar de as narrativas incluírem outro tipo de material, designadamente de natureza não sequencial, na sua essência encontra-se a disposição dos eventos segundo o princípio da sucessividade.

Fleischman (1990) definiu também o conceito de evento como uma construção linguística utilizada para converter um *continuum* de dados, com origem nas vivências ou na imaginação dos interlocutores, em estruturas verbais. *Atravessar a rua* ou *ler um livro*, por exemplo, são situações constituídas por sequências de movimentos não necessariamente discretos; a tarefa linguístico--cognitiva de compactar esses conjuntos de movimentos em eventos revela, por

[270] Fleischman (1990) defendeu a ideia de que as narrativas constituem manifestações específicas da linguagem verbal cuja gramática difere, em certas questões, da gramática dos usos não narrativos da linguagem verbal. Como característica distintiva dos textos narrativos ficcionais é apontado, por exemplo, o discurso indirecto livre.
[271] Fleischman citada por McCarthy e Carter (1994: 96).

conseguinte, a necessidade de eles serem perspectivados como entidades discretas, de modo a serem utilizados na actividade intrinsecamente humana de contar histórias. Pretendendo salientar que as narrativas são construções, e não meras transposições de eventos do plano factual, por exemplo, para o plano da linguagem verbal, defendeu, com base na linearidade do discurso, que a realidade não ocorre em forma de narrativa. De facto, acontece por vezes numa narrativa que dois ou mais eventos se sobrepõem temporalmente no plano da realidade narrada, mas no discurso, devido ao carácter linear da linguagem verbal, são apresentados sequencialmente[272]. Por outras palavras, uma sequência narrativa é sempre uma construção discursiva unidimensional (porque se desenrola no tempo) que refere situações inscritas numa realidade espácio-temporal multidimensional[273].

A parataxe, enquanto mecanismo sintáctico de organização discursiva, permite o reconhecimento de uma ordenação cronológica na narrativa, ainda que essa sequencialidade não esteja formalmente explicitada; ou seja, a justaposição de dois enunciados que descrevem eventos propicia, frequentemente, a interpretação de que os estados de coisas referidos se deram sequencialmente[274].

---

[272] Recordemos o exemplo (traduzido) de Kamp e Rohrer (1983): *A Maria cantou. O Pedro acompanhou-a ao piano*. Os dois eventos ocorrem no mesmo intervalo de tempo mas são apresentados discursivamente de modo sequencial, justamente devido à linearidade da linguagem verbal, associada à unidimensionalidade do tempo, no qual se desenrola o discurso. Para uma análise mais detalhada deste enunciado, cf. secção 3.4. do capítulo 3.

[273] A citação seguinte, extraída de um conto de Jorge Luis Borges, releva precisamente da oposição entre a linearidade discursiva e as múltiplas dimensões espácio-temporais da experiência: «O que os meus olhos viram foi simultâneo; o que transcreverei será sucessivo, pois a linguagem o é», BORGES, Jorge Luis, "O Aleph" (trad.), *Obras completas*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 646.

[274] Todavia, na construção paratáctica que a seguir apresentamos, verifica-se um caso de inversão temporal no plano do discurso, uma vez que (e2) ocorreu num intervalo de tempo anterior àquele em que se deu (e1): *O João caiu* (e1). *O irmão empurrou-o* (e2). A relação discursiva de *CAUSA* ou *EXPLICAÇÃO* (em que a situação descrita na segunda frase provoca a situação descrita na primeira) não impede, contudo, que seja atestada sequencialidade cronológica entre as situações referidas pelas duas frases – cf. secções 3.3. e 3.4. do capítulo 3.

Tal facto constitui outro argumento a favor da ideia segundo a qual o valor básico de uma narrativa é o da ordenação cronológica das situações referidas.

Esta autora distinguiu, ainda, dois planos temporais na narrativa: um presente (do sujeito que apreende o discurso) e um passado (dos eventos narrados)[275]. Como Benveniste e Weinrich já tinham observado, estes dois planos implicam, em francês, o uso de tempos verbais diferentes.

Fleischman verificou, então, a partir do quadro teórico cujos contornos esboçámos, que as oposições de tempo e aspecto funcionam em diferentes níveis: referencial, textual, expressivo e metalinguístico. Estas oposições manifestam, a nível referencial, informação temporal e aspectual; a nível textual, explicitam, entre outros valores, o contraste entre primeiro plano e segundo plano.

Tal contraste constitui, então, uma das funções textuais destas oposições, ou seja, um dos modos de os narradores utilizarem as categorias semânticas de tempo e aspecto com objectivos que radicam na estruturação discursiva. A autora definiu o conceito de *foreground* com base no grau de importância das situações narradas, e instituiu três critérios para determinar o que faz parte de cada um dos planos: a importância relativa das situações, a sequencialidade e a imprevisibilidade. Ou seja, são várias as fontes a partir das quais emergem as oposições entre o primeiro e o segundo plano. Estabeleceu, assim, a distinção

[275] «Narratives are intrinsically structured with two time frames: the time of the telling of the story and the time during which the events of the story are assumed to have taken place. I refer to these respectively as *speaker-now* and *story-now*», Fleischman (1990: 125). Também Vuillaume (1990) defendeu a ideia de que, nas narrativas escritas, o processo de produção discursiva se encontra dissociado da sua recepção. Este autor distinguiu, portanto, dois níveis de ancoragem temporal: o da escrita (constituído por um ponto único e imóvel) e o da leitura (constituído por pontos múltiplos e móveis, consoante os leitores e os momentos de leitura). Uma narrativa ficcional evoca, então, um conjunto de experiências ocorridas num mundo real ou imaginário e perspectivadas como tendo ocorrido num intervalo de tempo anterior ao intervalo de tempo da escrita, o qual, por sua vez, é anterior em relação ao intervalo de tempo da leitura. Daí que sejam os tempos verbais da esfera do passado os mais comuns no texto narrativo. Esta característica é observada mesmo em textos de ficção científica, cuja acção frequentemente se situa num tempo futuro relativamente àquele em que se localiza o seu autor.

entre os conceitos de sequencialidade e de primeiro plano: a sequencialidade é apenas um dos factores que têm a capacidade de promover os estados de coisas ao primeiro plano.

Como se articula a distinção entre estes dois planos e o conceito de saliência? O contraste entre primeiro e segundo plano emerge discursivamente, a partir de factores como a sequencialidade dos estados de coisas referidos. A saliência, que tem motivação psicolinguística, advém de características inerentes não só à sua distribuição mas também aos próprios elementos denotados – uma entidade com o traço semântico [+ humano], por exemplo, é mais saliente do que uma entidade com o traço semântico [– humano][276].

Os dois tipos de proeminência, não tendo necessariamente que coincidir, encontram-se muitas vezes associados: os elementos estruturalmente mais proeminentes são, na maior parte dos casos, também os mais proeminentes do ponto de vista semântico, e vice-versa. De facto, as unidades que se caracterizam

[276] Em Warvik (1996), é apresentada uma hierarquia de saliência baseada em parâmetros como o estatuto da oração (é conferida maior saliência aos elementos referidos numa oração principal, e menor saliência aos que são incluídos numa oração subordinada), a transitividade dos verbos (por ordem decrescente de importância, verbos transitivos, intransitivos e impessoais), a agentividade, a natureza das situações (igualmente por ordem decrescente de importância, eventos, actividades, estados), os valores de polaridade (afirmativa ou negativa) e de modo (real ou irreal). Também os mecanismos de referir os personagens são decisivos nesta hierarquia, designadamente no plano da oposição tópico/comentário, do uso do nome próprio ou de pronomes pessoais, e de traços como o carácter animado, concreto, contável e singular, que integram o conceito de individuação. A noção de hierarquia, enquanto instrumento de caracterização de uma entidade como (mais ou menos) distinta ou individualizada, é central para as teorias de saliência. Grenoble (1998) propôs igualmente uma hierarquia de saliência com base em parâmetros agrupados sob três grupos de propriedades: propriedades dos predicados (tempo, modalidade, propriedades aspectuais, sequencialidade, subordinação, transitividade e o contraste afirmação/negação), propriedades dos participantes (são centrais as distinções entre 1.ª e 3.ª pessoa, entre protagonista e personagem secundária, assim como o carácter discreto e definido dos participantes) e propriedades do discurso (em que a oposição diálogo/narrativa desempenha um papel preponderante). A partir destas hierarquias, é possível efectuar previsões acerca dos tipos de predicados e de participantes que são mais susceptíveis de se caracterizarem por um elevado grau de saliência (e que, consequentemente, têm mais probabilidades de ocorrerem integrados no primeiro plano).

por uma maior saliência têm mais probabilidades de ocorrer em posição de tópico; ora, os elementos que surgem como tópicos discursivos são mais susceptíveis de se inscreverem no primeiro plano, justamente porque ocorrem numa posição mais proeminente. Contudo, é possível que uma unidade com elevada proeminência semântica se integre numa estrutura típica de segundo plano, como uma oração subordinada.

A sequencialidade constitui um factor central no estabelecimento da oposição entre primeiro plano e segundo plano, porquanto os enunciados que promovem avanços no eixo do tempo inscrevem as situações referidas no primeiro plano. Também a imprevisibilidade de ocorrência de um elemento num dado contexto, porque favorece a sua maior proeminência, promove a inserção de entidades no primeiro plano.

Na verdade, tanto o carácter imprevisível (de um indivíduo, de uma situação, de um objecto, etc.), como a relação de causalidade entre estados de coisas carreiam geralmente conteúdos do primeiro plano. A imprevisibilidade, pelo facto de integrar uma entidade ou situação num contexto em que a sua ocorrência é inesperada; a causalidade, porque faz avançar o tempo na narrativa, e o primeiro plano emerge como efeito de sentido da sequencialidade dos eventos descritos. Deste modo, os estados de coisas inscritos no primeiro plano incluem os conteúdos mais relevantes, fazem progredir temporalmente a narrativa e são susceptíveis de conter os elementos mais imprevisíveis.

Em suma, o primeiro plano integra situações cuja importância emerge a partir de diversas propriedades, entre as quais se contam a sequencialidade (desencadeada, entre outros factores, por relações de causalidade), a imprevisibilidade e a saliência. Assim, a sequencialidade temporal é apenas um dos factores que contribui para o estabelecimento das oposições entre primeiro e segundo plano. A confluência dos parâmetros que determinam o surgimento da oposição entre o primeiro e o segundo plano sublinha a natureza contextual de tal contraste.

Segundo a autora, no primeiro plano, encontramos, predominantemente, verbos de acção e as classes aspectuais correspondentes aos eventos instantâneos e aos eventos prolongados da tipologia de Vendler; no segundo plano, encontramos, tipicamente, estados e actividades.

Entre as funções textuais das oposições temporais-aspectuais, e além do contraste entre primeiro e segundo plano, Fleischman (1990) indicou igualmente a marcação de fronteiras entre os episódios e o controlo do fluxo informativo; se a oposição entre dois planos narrativos é concebida como a textura do texto, as funções de organização dos conteúdos narrativos e de distribuição do fluxo informativo são concebidas, respectivamente, como a contribuição dos tempos verbais para determinar a organização espacial e o ritmo do texto.

Fleischman argumentou que a selecção alternada do *présent* e do *passé simple* desempenha, nas narrativas francesas estudadas, a função textual de assinalar os limites dos episódios, das cenas e dos macro-eventos, nos quais se agrupam os eventos descritos na linearidade discursiva[277]. Sublinhou, deste modo, uma outra dimensão das oposições temporais-aspectuais na narrativa, nomeadamente «the use of tense-aspect categories for marking these internal boundaries (i.e., for demarcating the space of the text)»[278]. Segundo Tomlin (1987b), a delimitação destas fronteiras pelo uso dos tempos gramaticais é relevante, a nível da compreensão textual, para reorientar a atenção disponibilizada pelo interlocutor. De facto, no plano dos conteúdos narrativos, as fronteiras entre os episódios estão geralmente relacionadas com mudanças dos personagens, do tempo e do espaço.

Por outro lado, com base no cálculo do narrador acerca da quantidade de tempo que o alocutário pode dedicar à própria produção verbal, a alternância de tempos gramaticais serve dois propósitos: ajuda a condensar a informação em

[277] Cf. Fleischman (1990: 201): «tense shifts – in particular shifts out of the PR[ESENT] tense – can also partition a text into spans centered around a setting or macro-event».
[278] Fleischman (1990: 200).

unidades narrativas (identificáveis a partir dos tempos verbais seleccionados) e a relacioná-las entre si, e contribui para alterar o ritmo do discurso[279]. Esta função pragmática de controlo do fluxo de informação é atestada sobretudo nas narrativas orais e em verso.

Entre as funções expressivas, Fleischman referiu o ponto de vista (em que as oposições temporais-aspectuais podem assinalar focalizações diversas) e a avaliação (em que essas oposições comunicam a atitude do narrador perante o que está a ser narrado), estando as duas, naturalmente, relacionadas.

O discurso indirecto livre é um caso exemplar de técnica narrativa reveladora de heterogeneidade no plano da focalização, uma vez que integra características de discurso directo (frases interrogativas, exclamações, adverbiais temporais e espaciais deícticos) e de discurso relatado (pronomes de 3.ª pessoa, tempos verbais transpostos). Em português, o pretérito mais-que-perfeito indica frequentemente mudança de focalização[280], em exemplos como o que se segue.

(28) *O Carlos foi passear pelo monte* (e1), *caiu numa ravina* (e2) *e feriu-se num tornozelo* (e3). *Quando finalmente o encontraram* (e4)*, disse* (e5) *que tinha gritado por socorro* (e6) *mas que ninguém o tinha ouvido* (e7).

O uso do pretérito mais-que-perfeito, nas proposições (e6) e (e7), traduz a mudança de focalização relativamente às restantes proposições, na medida em que introduz uma analepse ou *flashback* narrativo. A analepse intercala no discurso

[279] Cf. Fleischman (1990: 212-214): «While the diegetic *action* PR[ESENT] can serve to accelerate the pace of a narrative in certain contexts, its counterpart the *visualizing* PR[ESENT] can have the opposite effect of slowing down the tempo, particularly when combinated with stative predicates. […] Like the PR[ESENT], the NARR[ATIVE] IMP[ERFECT] is also used to decelerate the tempo of narration. But whereas the decelerative PR[ESENT] occurs with atelic situations, primarily in descriptive passages, the NARR[ATIVE] IMP[ERFECT] enables a deceleration along the event line itself». Sublinhe-se que se trata, nos três casos, de tempos verbais que não o *passé simple*, o termo não marcado da narrativa, segundo a autora.

[280] Cf. Lopes (1997c).

uma linha narrativa secundária em relação à linha narrativa principal, pontuada pelas proposições (e1) a (e5), e serve para narrar eventos que se deram num intervalo de tempo anterior ao presente da narração – que, no exemplo apresentado, é estabelecido por (e5)[281]. Os estados de coisas (e6) e (e7) são inseridos no discurso a partir de um ponto de vista – a perspectiva interna da personagem Carlos – que difere do que subjaz à apresentação dos estados de coisas (e1) a (e5) – baseado na perspectiva externa do narrador. O uso de tempos verbais diferentes contribui para proceder à mudança da focalização ou filtro de perspectiva através do qual os conteúdos narrativos são apresentados[282].

Quanto à função de avaliação, Fleischman (1990: 143) argumentou que esta função diz respeito às estratégias expressivas «through which narrators comment on the propositional content of their stories and communicate their significance. […] Evaluation thus serves to communicate the message or point of a story». A função de avaliação radica, portanto, na macroproposição – precisamente designada avaliação – prevista na teoria de Labov (1972) sobre as diferentes fases que constituem uma narrativa.

No seguimento da teorização de Labov (1972), Fleischman (1990) distinguiu dois tipos de avaliação. A avaliação externa constitui uma pausa no desenvolvimento da linha narrativa principal, e consiste num comentário do narrador relativamente ao que está a narrar. Quanto à avaliação interna, segundo a

[281] Em rigor, o presente da narração é sucessivamente estabelecido por (e1), (e2), (e3), (e4) e (e5), uma vez que cada uma das proposições refere um evento cuja localização temporal constitui um novo ponto de referência – cf. secção 3.4. do capítulo 3. Contudo, relativamente a (e6) e a (e7), o presente da narração, é estabelecido pelo ponto de perspectiva temporal introduzido pela proposição (e5).

[282] Estas técnicas (discurso indirecto livre, alternância de tempos verbais para manifestar focalizações diferentes) reflectem, no discurso, o conceito de polifonia proposto no âmbito das reflexões de Bakhtine (1984b) (que aplica o conceito especificamente ao texto literário) e de Ducrot (1984a) (que utiliza o conceito como fundamento de uma teoria polifónica da enunciação, generalizada, portanto, a todos os sujeitos falantes; de acordo com esta teoria, em qualquer segmento discursivo projectam-se diferentes vozes, pelo que todos os enunciados incorporam necessariamente, de modo explícito ou não, um diálogo).

autora, existem vários mecanismos para a manifestar (mecanismos de natureza lexical e citações, entre outros), mas apenas um se relaciona com a alternância de tempos verbais: o uso do chamado presente histórico. Utilizando a linha de argumentação de Schiffrin (1981), Fleischman defendeu que o presente histórico permite dar a ilusão de que o intervalo de tempo da narração se sobrepõe ao intervalo de tempo em que os eventos aconteceram[283]. Deste modo, o alocutário testemunha o que se passou e interpreta, aparentemente sem intermediários, o significado desses acontecimentos.

Segundo Fleischman (1990: 148-149), «an internal evaluation strategy frequent in epic narration is evaluative action: telling what people did rather than what they said. […] [it] provides a more subtle, less obtrusive form of commentary than judgements addressed directly to the addressee. […] Narrative events may themselves be evaluative, which is where tense switching comes into play. […] Rather than interpret events for the listeners, the narrator allows events to speak for themselves, relying on more subtle linguistic devices including tense switching to do the work of evaluation».

As funções do nível expressivo estão relacionadas, portanto, com a avaliação e com a atitude do narrador perante o que está a ser comunicado, segundo o maior ou menor grau de distanciamento e de objectividade que caracteriza o ponto de vista a partir do qual ele perspectiva os conteúdos narrados. Parece-nos, todavia, um pouco forçado considerar que o uso do presente histórico concretiza a função de avaliação, na medida em que temos dificuldade em perspectivar a selecção deste uso como denotadora de um juízo de valor relativamente aos conteúdos narrados. Julgamos, por isso, ser mais adequado não integrar os tempos verbais entre os mecanismos de que depende esta função de tipo expressivo.

[283] Cf. também Oliveira (2003a), Lopes (1995b) e Oliveira e Lopes (1995).

Por fim, Fleischman (1990) referiu-se às funções metalinguísticas[284] desempenhadas pelas oposições de tempo e aspecto. Argumentou que a competência linguística de um locutor adulto inclui conhecimentos sobre diferentes tipos de géneros narrativos, e que algumas categorias gramaticais – nomeadamente os tempos verbais – se relacionam, de modo sistemático, com determinados géneros narrativos. «Narration in the PRET[ERITE], the unmarked tense of the narrative mode, correlates with stories that are or purport to be *realis* (including conventional fiction, which purports to be someone's experience) and *time-bound*. Genres that choose a basic reporting tense other than the PRET[ERITE] tend to be *irrealis*, *accessible*, and/or *timeless*»[285].

A este nível, a natureza do discurso literário pode ser determinada dada a opção pelo uso de um determinado tempo verbal. No texto literário, a selecção preferencial do *passé simple* inscreve o texto em causa na narrativa, enquanto a escolha do *présent* como tempo verbal predominante é indiciadora do texto lírico ou do texto dramático[286].

Pelo exposto se conclui que a selecção e a distribuição dos tempos verbais na narrativa não constituem simplesmente factos de gramaticalidade: extravasam

[284] A designação de função metalinguística utilizada por Fleischman (1990) não coincide com o significado mais comum da expressão em Linguística. Na sua teoria das funções da linguagem verbal, Jakobson (1963) contemplou uma função metalinguística, definida como a possibilidade de se utilizar a linguagem para referir a própria linguagem. Fleischman restringiu o uso da designação às oposições temporais-aspectuais; segundo esta autora, a função metalinguística consiste no facto de a utilização preferencial de tempos verbais como o *passé simple* ou o *présent* ser susceptível de indicar a natureza do texto literário (narrativo, lírico ou dramático) ou o género narrativo em causa.

[285] Fleischman (1990: 123-124). A autora designa por *preterite* um tempo verbal passado e perfectivo, correspondente em português ao pretérito perfeito simples.

[286] Segundo Fleischman (1990: 310), «texts that rely on the PR[ESENT] tense are texts that in different but not dissimilar ways have moved away from the narrative prototype toward the monologic (lyric) or dialogic (drama) genres, whose unmarked tense is likewise the PR[ESENT]». Casos há, contudo, em que o tempo verbal predominante de uma sequência narrativa é o presente do indicativo, o que é possível não apenas em discursos que se referem a uma realidade que está a decorrer durante o intervalo de tempo em que se processa a narração (como os relatos de acontecimentos desportivos), mas também em relatos históricos e na ficção.

o plano referencial e projectam-se noutros planos. Segundo Fleischman (1990), os sistemas de tempos verbais desempenham múltiplas funções, de natureza diversa, como se sistematiza no quadro seguinte.

Tipos de Funções	*Valores manifestados*
Referenciais	- Informação temporal e aspectual
Textuais	- Oposição 1.º plano/2.º plano - Marcação de fronteiras entre episódios - Controlo do ritmo de apresentação do fluxo informativo
Expressivas	- Ponto de vista - Avaliação
Metalinguísticas	- Determinação do modo/género literário

4.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oposições de *grounding* constituem, como vimos, um fenómeno discursivo que tem sido estudado sobretudo em narrativas. Consistem em efeitos de sentido resultantes de diversos factores, entre os quais se contam a sequencialidade ou sobreposição dos estados de coisas referidos.

É possível traçar um paralelismo entre o contraste primeiro plano/segundo plano, e a oposição figura/fundo, concebida no âmbito das teorias da percepção[287]. Por outro lado, também se pode estabelecer uma correspondência entre a oposição primeiro plano/segundo plano e as situações denotadas por enunciados que

[287] Fleischman (1990: 183) definiu o conceito de *foregrounding* «in the basic Gestalt sense of a figure against a ground».

evidenciam a relação discursiva de *ELABORAÇÃO*: também neste caso se observa que as situações que constituem fases, sub-eventos ou partes da situação complexa se integram no segundo plano, enquanto a situação complexa se projecta no primeiro plano.

Quanto aos factores que promovem, na narrativa, os estados de coisas ao primeiro ou ao segundo plano, o quadro seguinte esquematiza-os de acordo com as reflexões de cada um dos autores indicados.

	1.º plano	***2.º plano***
Weinrich (1968)	*Passé simple*	*Imparfait*
Labov (1972)	Orações subordinantes	Orações subordinadas
Hopper (1979)	Pontualidade Perfectividade Eventos	Duratividade/Iteratividade Imperfectividade Estados
Fleischman (1990)	Entidades mais salientes Sequencialidade Imprevisibilidade Eventos Perfectividade	Entidades menos salientes Não sequencialidade Previsibilidade Estados e actividades Imperfectividade

São, portanto, diversos os critérios subjacentes à teorização de cada autor. Weinrich (1968) fundamentou a sua tese nas oposições entre tempos verbais como o *passé simple* e o *imparfait*; Labov (1972) recorreu ao critério de (in)dependência sintáctica; Hopper (1979) baseou-se em distinções de natureza aspectual, nomeadamente nas oposições entre tipos de situações e nas propriedades que lhes subjazem; para além destes factores, Fleischman (1990) invocou o conceito de saliência e a noção de imprevisibilidade.

A análise do quadro evidencia a diversidade de factores que promovem o contraste entre primeiro e segundo plano, sendo a sequencialidade cronológica

apenas um deles. Além disso, estes factores encontram-se frequentemente imbricados, como acontece, por exemplo, com as noções de saliência e de imprevisibilidade.

Para a investigação que vamos desenvolver, é importante ter em consideração que, em sequências narrativas, o contraste entre pretérito perfeito simples e pretérito imperfeito, assim como a distinção entre situações estativas e situações eventivas, constituem factores que fazem emergir a oposição entre primeiro e segundo plano.

Outra ideia relevante reside no facto de, segundo Labov (1972), as orações subordinantes integrarem os conteúdos mais importantes. Julgamos que esta ideia é central para o uso dos tempos verbais que, tendencialmente, predominam nos diferentes tipos de sequências que nos propomos analisar.

2.ª PARTE

A EXPRESSÃO DO TEMPO EM SEQUÊNCIAS TEXTUAIS MONOGERADAS

CAPÍTULO 5

O TEMPO NUMA SEQUÊNCIA NARRATIVA

5.1. REFLEXÕES PRELIMINARES

Ao longo da análise que nos propomos realizar, procuraremos tratar de modo articulado três tipos de mecanismos necessariamente relacionados entre si e interdependentes: as classes aspectuais em que se integram as situações referidas no segmento textual, as formas/tempos verbais e os adverbiais temporais. Com base nestes mecanismos linguísticos, tentaremos proceder à descrição dos dois factores que subjazem à temporalidade manifestada no discurso: a ancoragem das situações na linha do tempo – a referência temporal – e, mais especificamente, as relações temporais que se estabelecem entre os estados de coisas no discurso – a ordem temporal ou, simplesmente, as relações temporais[288]. É ainda necessário explicitar as redes de ligações a nível de significado atestadas entre os diferentes segmentos textuais (vulgarmente designadas por relações discursivas ou relações retóricas, no âmbito dos estudos sobre coerência relacional).

Deste modo, a análise a efectuar acerca da expressão de valores temporais em diferentes tipos de texto engloba as classes aspectuais, os tempos verbais,

[288] São contemplados, portanto, os três tipos de fenómenos que, segundo Moeschler (1998b), é necessário ter em consideração numa análise da temporalidade discursiva: a determinação da classe aspectual em que se insere a situação referida (o aspecto), a ancoragem da situação no eixo do tempo (a referência temporal) e a sua relação com outras situações (a ordem temporal). Sublinhe-se que, em rigor, a questão da ordem temporal está incluída na questão, mais abrangente, da referência temporal.

os adverbiais temporais, os conectores com valor temporal e as relações discursivas entre os enunciados.

Antes de analisarmos a temporalidade da sequência narrativa (na secção 5.5.) e de reflectirmos sobre as principais conclusões a extrair dessa análise (na secção 5.6.), indicaremos as características do protótipo sequencial em causa (na secção 5.2.), apresentaremos a sequência textual a ser analisada (na secção 5.3.) e explicitaremos os dados mais relevantes para a análise da expressão do tempo neste tipo sequencial (na secção 5.4.). Esta divisão em secções será sistematicamente retomada nos capítulos seguintes, embora com uma ligeira adaptação no capítulo 6, como veremos.

5.2. PROPRIEDADES DA SEQUÊNCIA NARRATIVA

Nesta secção, apresentaremos as teorizações de Labov (1972) e de Adam (1992) sobre o texto narrativo, procurando salientar, a nível estrutural, as diferentes fases ou macroproposições[289] que lhe são inerentes. Na perspectiva que adoptámos, a narrativa é concebida como um tipo particular de organização dos enunciados e não como um género discursivo.

[289] Van Dijk utilizou o termo macroproposição numa acepção diferente daquela que lhe foi atribuída por Adam. Para van Dijk (1980), uma macroproposição define-se como um conteúdo que resume um segmento textual de extensão indeterminada. Para Adam (1992), uma macroproposição constitui uma fase ou momento da estrutura de um protótipo sequencial. Segundo este autor, há, portanto, macroproposições próprias da sequência narrativa, outras que são inerentes à sequência argumentativa, etc. Em cada um dos capítulos dedicados à análise de textos que actualizam os diferentes protótipos sequenciais monogerados, segundo a teorização de Adam (1992), reservamos uma secção para explicitar a respectiva estrutura macroproposicional.

Labov (1972: 359-360) definiu a narrativa nos seguintes termos: «[it is] one method of recapitulating past experience by matching a verbal sequence of clauses to the sequence of events which (it is inferred) actually occurred».

Importa salientar particularmente duas ideias-chave nesta definição: em primeiro lugar, segundo a perspectiva de Labov, um texto narrativo caracteriza-se por uma dinâmica temporal que se traduz no facto de as situações referidas configurarem uma sequencialidade cronológica[290]. Em segundo lugar, a sequencialidade temporal da narrativa tipicamente faz corresponder a ordem das situações no discurso à ordem pela qual elas se produziram na realidade que constitui objecto da narração; deste modo, no que diz respeito às relações temporais entre as situações, a instrução por defeito do texto narrativo tem por base a noção de isomorfismo.

Refira-se que a definição de texto narrativo proposta por Labov decorre do objecto específico que o autor estudou: narrativas orais, contadas na primeira pessoa, acerca de experiências passadas. Por esse motivo, o autor incluiu na sua definição a ideia de que o texto narrativo refere situações temporalmente localizadas na esfera do passado e, mais do que isso, situações que se deram na realidade objectiva.

Ora, parece-nos que uma definição que pretenda aplicar-se à generalidade das narrativas não poderá circunscrever o âmbito da realidade narrada nem a uma dada esfera temporal, nem a um determinado mundo. A título de exemplo, as narrativas que se inserem no género literário da ficção científica, geralmente enquadradas num tempo futuro relativamente àquele em que se insere o seu autor, ilustram casos que referem não só situações localizadas na esfera do futuro (ainda que sejam perspectivadas como passadas em relação ao ponto de vista do

[290] Na época em que foi apresentada (no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX), esta concepção da narrativa contrastava com a da semiótica estrutural europeia (de que é exemplo o esquema actancial de Greimas), no âmbito da qual a estrutura temporal não era considerada uma propriedade definidora da narrativa.

narrador), mas também situações que não se deram na realidade objectiva do mundo em que nos situamos.

Além de salientar a sequencialidade temporal como propriedade intrínseca à estrutura da narrativa (tendo distinguido orações narrativas de orações não narrativas – respectivamente, as orações subordinantes e as orações subordinadas[291]), Labov (1972) abordou a questão da estrutura da narrativa em termos das diferentes fases que geralmente a integram. Explicitemos o essencial da sua teorização.

A estrutura global de qualquer narrativa, na opinião deste autor, é composta pelas partes constituintes que constam do quadro seguinte (entre parênteses indicamos as designações originalmente propostas por Labov).

Fases inerentes à narrativa – Labov (1972)
– resumo (*abstract*)
– orientação (*orientation*)
– complicação (*complicating action*)
– clímax (*peak*)
– avaliação (*evaluation*)
– resolução (*resolution*)
– coda (*coda*)

As fases que constituem uma narrativa, segundo Labov, não são categorias discretas, nem ocorrem necessariamente pela ordem em que foram apresentadas.

O resumo consiste na resposta à questão "de que trata esta narrativa?". Labov chamou a atenção para o facto de, por vezes, os autores darem início aos

[291] Cf. secção 4.2.2. do capítulo 4.

seus textos narrativos com algumas frases que sumariam o essencial da história que vai ser contada, embora esta macroproposição possa também surgir no final da narrativa. Trata-se, de qualquer modo, de uma macroproposição facultativa, sendo frequentemente omitida.

No âmbito da orientação, procede-se ao enquadramento geral da história a ser narrada, especificando as personagens, o tempo, o espaço e, de um modo geral, a situação inicial ou o ponto de partida da narrativa. Esta macroproposição constitui o segmento discursivo no qual se dá resposta a perguntas do tipo de "quem?", "quando?", "onde?" e "o quê?". É com base nestes parâmetros que a história se desenrola. Observa-se, por esse motivo, a tendência para que a orientação se localize em posição inicial, sobretudo em narrativas não muito extensas.

A complicação é considerada a macroproposição narrativa por excelência, a única que obrigatoriamente se manifesta em qualquer texto narrativo. Respondendo especificamente à questão "nessa altura, o que é que aconteceu?", ela engloba um conjunto de eventos que desencadeiam alterações à situação inicial apresentada na orientação, alterações essas que, por força dos desequilíbrios que geram, estão na base de determinadas reacções.

Tais reacções desenvolvem-se em direcção a um clímax ou auge da acção, que, segundo Labov, responde à questão "qual foi o acontecimento decisivo desta história?", e que inclui as situações determinantes para o desenvolvimento posterior da intriga. Este evento (ou conjunto de eventos) configura o núcleo das situações mais marcantes da narrativa, designadamente as que, em termos cognitivos, se caracterizam por uma maior saliência e, por isso, são susceptíveis de permanecer mais tempo na memória do alocutário.

A avaliação é composta pelos segmentos discursivos que têm como função indicar as razões pelas quais o narrador considera que foi importante contar a história em causa. Não se trata de uma macroproposição necessariamente circunscrita a um determinado segmento textual, podendo ocorrer em diferentes

momentos discursivos, porquanto os mecanismos avaliativos são, por vezes, distribuídos por diferentes fases do texto narrativo, sobretudo em textos extensos. É, tal como o resumo, uma macroproposição facultativa, sendo frequentemente inferida e não explicitada.

A resolução marca o fim da narrativa propriamente dita, o desenlace da história que importa ser narrada. Constituindo a resposta à questão "o que é que aconteceu por fim?", decorre directamente do clímax da acção e revela, de modo mais ou menos explícito, a situação final da narrativa. Os conteúdos que integram esta macroproposição, devido às alterações provocadas pelos eventos narrados na complicação e no clímax, contrastam necessariamente com os que foram apresentados na orientação. Neste sentido, a resolução configura o reverso da orientação.

A coda assinala que a história está concluída, ao mesmo tempo que procede à ligação entre o contexto da história narrada e o da(s) situação(ões) em que se encontram locutor e alocutário. Trata-se, portanto, de um segmento discursivo que estabelece uma relação entre o que foi narrado e o momento presente em que o alocutário toma conhecimento dela. Juntamente com a avaliação, a coda pode integrar, de modo implícito ou explícito, uma lição de moral ou, pelo menos, pode deixar transparecer a importância de que se reveste a história para os interlocutores.

Na proposta de Labov (1972), a orientação, a complicação, o clímax e a resolução integram, no seu conjunto, os conteúdos inerentes à intriga propriamente dita. São estas, portanto, as macroproposições intrinsecamente narrativas.

A avaliação e a coda são macroproposições externas à história narrada, no sentido em que não são partes constituintes da intriga narrativa. Estas duas macroproposições parecem desempenhar, sobretudo, a função de relacionar a intriga com a(s) situação(ões) de enunciação em que se integram os interlocutores, implicando um certo distanciamento da parte de quem narra relativamente à

história. Esse distanciamento também se observa no caso do resumo, porquanto se trata de uma macroproposição em que é condensada a informação essencial da intriga narrativa, explicitada de forma mais detalhada nas quatro macroproposições eminentemente narrativas (atesta-se, assim, a relação discursiva de *ELABORAÇÃO* entre o resumo e as quatro macroproposições narrativas). Não surpreende, portanto, que estas três fases (resumo, avaliação e coda) possuam, mais do que quaisquer outras, carácter facultativo.

Quanto à teorização de Adam (1992), comecemos por assinalar as propriedades que subjazem ao protótipo sequencial narrativo. Vimos já (na secção 1.4. do capítulo 1) que a tipologia de Adam incide sobre o nível sequencial, e não sobre a totalidade do texto. Mas o que faz com que uma determinada sequência seja considerada narrativa e não descritiva, argumentativa ou explicativa? O protótipo da sequência narrativa envolve, segundo este autor, seis características de tal modo intrincadas que só por uma questão de metodologia expositiva é pertinente analisá-las separadamente.

Uma dessas propriedades é a unidade temática. A unidade temática da sequência narrativa é assegurada, pelo menos em parte, pelo sujeito que protagoniza a intriga; esse sujeito pode ser individual ou colectivo, humano ou não humano. Todavia, a existência de um protagonista único não garante, por si só, a unidade temática da sequência narrativa; ela deve ser articulada com as propriedades que dizem respeito à sucessão temporal, à transformação de predicados e ao carácter processual da narrativa.

A sucessão de eventos introduz um critério de natureza temporal na definição de narrativa. Como já fora assinalado por Labov (1972), uma narrativa integra necessariamente uma progressão temporal (ainda que mínima) entre o momento inicial e o momento final. Discursivamente, esses dois intervalos podem até ocorrer de modo invertido. Contudo, para que estejamos em presença de uma narrativa deverá ser possível construir uma representação em que se ateste quer

uma situação inicial, quer uma situação final que seja posterior àquela. «Où il n'y a pas de succession, il n'y a pas récit»[292].

Este desenvolvimento temporal está directamente relacionado com o critério da transformação dos predicados. Um determinado sujeito apresenta um conjunto específico de características no momento inicial da sequência narrativa; por força dos eventos que integram a sucessão temporal, essas características sofrem um processo de mudança. E assim, ao longo de uma sequência narrativa, testemunhamos as alterações que atingem um indivíduo, uma família, uma entidade, um grupo social, etc., num movimento que tem como ponto de partida a situação inicial e que se conclui com uma dada situação final.

Deste modo, observa-se o desenrolar de um processo, ou seja, de um conjunto de eventos que se sucedem no tempo e que geram modificações num dado sujeito. «Pour passer de la simple suite linéaire et temporelle des moments au récit proprement dit, il faut opérer une mise en intrigue, passer de la succession chronologique à la logique singulière du récit»[293].

Ora, para conferir o carácter de intriga a um mero encadeamento cronológico é necessário que os eventos narrados manifestem relações de causalidade entre si. A sucessão temporal entre situações não implica necessariamente a existência de relações de causalidade. Essas relações causais entre os estados de coisas permitem que um conjunto de eventos, que se desenrolam no tempo e que são protagonizados por um dado sujeito, configurem uma intriga narrativa.

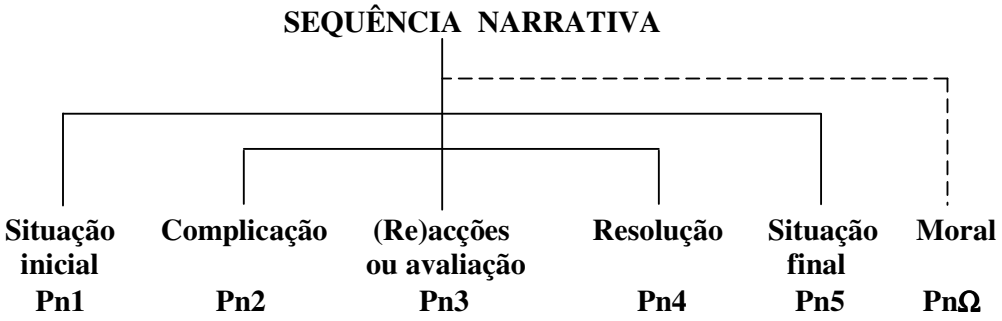
Por fim, Adam refere que uma sequência narrativa integra, implícita ou explicitamente, uma avaliação. A sua função consiste basicamente em salientar «le sens configurationnel de la séquence»[294]. A avaliação, enquanto lição de moral a extrair do conjunto de eventos narrados, sublinha a compreensão global da

[292] Bremond *apud* Adam (1992: 46).
[293] Adam (1992: 50).
[294] Adam (1992: 57).

sequência, quer a nível semântico, quer a nível pragmático, uma vez que ajuda o alocutário a responder às questões "de que trata o texto?" e "que objectivo pretende o seu autor atingir?".

Numa organização textual de tipo narrativo procede-se à representação de acções, articulam-se os estados de coisas referidos de modo cronológico e causal e opõe-se uma situação inicial a uma situação final. Deste modo, «pour qu'il y ait récit, il faut d'abord la représentation d'une succession temporelle d'actions, il faut ensuite qu'une transformation plus ou moins importante de certaines propriétés initiales des actants soit réalisée ou échoue, il faut enfin qu'une mise en intrigue structure et donne sens à cette succession d'actions et d'évènements dans le temps»[295].

Com base nas propriedades indicadas, Adam (1992) considera que uma sequência narrativa é constituída pelas macroproposições esquematicamente representadas do seguinte modo[296]:



[295] Adam (2002d: 484).
[296] Esquema traduzido e adaptado a partir de Adam (1992: 57).

A situação inicial (Pn1) configura uma macroproposição narrativa em que se expõe o conjunto de circunstâncias a partir do qual se vai desenrolar a intriga. Desempenha, assim, a função de enquadramento geral, apresentando o(s) protagonista(s), o tempo e os espaços (físico, social, cultural, etc.) em que decorre a acção.

A complicação (Pn2) constitui o evento (ou conjunto de eventos) que altera o equilíbrio e a imobilidade próprias da situação inicial, e desencadeia um conjunto de (re)acções (Pn3) que constituem «le noyau actionnel»[297] e se desenvolvem até à resolução (Pn4), verdadeiro clímax da intriga no sentido em que, após esta proposição narrativa, já não é pertinente perguntar "o que aconteceu depois?". Se a complicação é composta por motivos dinâmicos que geram tensão, a resolução promove o movimento oposto de distensão, verificando-se, portanto, uma relação de simetria entre ambas as macroproposições.

Também a situação final (Pn5) se apresenta como simétrica relativamente à situação inicial; ela decorre do conjunto de eventos narrados na resolução e consiste numa espécie de reflexo alterado da situação inicial, uma vez que serve para reenquadrar o(s) protagonista(s), revelando de que maneira foram afectados e modificados.

O esquema de Adam aponta ainda para a existência de uma hierarquização entre as macroproposições. A situação inicial e a situação final, constituindo macroproposições relativamente estáticas em comparação com as macroproposições narrativas propriamente ditas (a complicação, as reacções e a resolução), situam-se a outro nível, na medida em que podem ser omitidas no discurso (embora sejam passíveis de recuperação por inferência). A exclusão de qualquer uma das restantes três macroproposições afigura-se mais difícil, sobretudo no caso da complicação; segundo Adam (1992), na ausência desta macroproposição, não se pode falar de sequência narrativa.

[297] Adam (1992: 51).

A macroproposição correspondente à moral da história (PnΩ) configura uma macroproposição externa à intriga da narrativa, equivalente à avaliação e, eventualmente, à coda na teoria de Labov[298]. Trata-se também de uma macroproposição facultativa. Todavia, mesmo nos casos em que não se manifesta no discurso, ela é susceptível de ser inferida, porquanto diz respeito à questão da relevância da história narrada.

5.3. APRESENTAÇÃO DA SEQUÊNCIA NARRATIVA ANALISADA

Tentaremos, ao longo desta secção, enquadrar a sequência narrativa que será analisada. Justifica-se aplicar ao nosso objecto de estudo, ainda que de modo breve, algumas reflexões que, em diferentes momentos, fomos destacando ao longo da primeira parte do nosso trabalho. Explicitaremos, entre outros, alguns dos factores que se integram nos parâmetros de contextualização que, segundo

[298] Se procurarmos articular a proposta de Adam (1992) com a de Labov (1972), verificamos que algumas macroproposições coincidem parcial ou totalmente nas duas teorizações. A situação inicial (Pn1) e a complicação (Pn2) da proposta de Adam correspondem, respectivamente, à orientação e à complicação de Labov. Todavia, a complicação, na proposta de Labov engloba, da teoria de Adam, as macroproposições correspondentes à complicação (Pn2) e, pelo menos em parte, às (re)acções (Pn3). O clímax, da teorização de Labov, integra parcialmente as (re)acções (Pn3) assim como a resolução (Pn4) da proposta de Adam. A resolução (Pn4) e a situação final (Pn5) de Adam parecem constituir um desdobramento da resolução na teoria de Labov. De facto, a resolução, segundo Labov, inclui quer os acontecimentos subsequentes ao clímax – a resolução de Adam –, quer ainda, de modo implícito ou explícito, o panorama das circunstâncias em que se encontram os personagens após o conjunto de eventos que constituem a essência da intriga narrativa – a situação final de Adam. A sobreposição das duas propostas não se traduz numa coincidência total; verifica-se, antes, uma diferente divisão da história narrada em partes constitutivas.

Bronckart *et alii* (1985)[299], subjazem à actividade linguística. Procuraremos, igualmente, articular a formação sociodiscursiva de onde procede a sequência textual em causa com o género discursivo seleccionado, salientando a adequação do género ao objectivo global da obra em que se insere o segmento que vamos analisar. Veremos, também, de que modo o género discursivo (em estreita associação com o título do livro) delimita o horizonte de expectativas do alocutário.

A sequência narrativa que, de seguida, nos propomos analisar integra-se numa obra de natureza essencialmente dicionarística: *Deuses, mitos e lendas* de Jorge Campos Tavares. O segmento discursivo que será objecto de análise corresponde à totalidade do texto incluído na entrada "Tróia, Guerra de".

A formação sociodiscursiva de onde emana o texto em causa é a comunidade académico-científica; estamos em presença do tipo de discurso científico, que tem, neste caso, o objectivo de promover a divulgação de carácter geral de conteúdos da área da mitologia. A inserção de um capítulo que indica todos os versos em que são referidas figuras da mitologia n'*Os Lusíadas* evidencia igualmente a preocupação em atingir um público-alvo juvenil que pode utilizar, de forma complementar, as diferentes partes da obra para proceder a um estudo mais completo da mitologia no poema de Camões (objecto de estudo no final do 3.º ciclo do ensino básico). Compreende-se, por isso, que a obra não atinja um nível de erudição e aprofundamento da informação que impossibilite a apreensão dos seus conteúdos a um indivíduo não conhecedor da matéria.

Este objectivo de divulgação geral adequa-se perfeitamente ao género discursivo que enforma a obra: o dicionário. Como qualquer outro género discursivo, o dicionário delimita os horizontes de expectativa, designadamente a nível da sua estrutura interna: no dicionário, os conteúdos estão, na maior parte dos casos, integrados em entradas lexicais dispostas segundo uma ordem de

[299] Para uma exposição detalhada desta teorização, cf. secções 1.2. e 1.4. do capítulo 1.

natureza alfabética. Por outro lado, e tendo em consideração a área circunscrita no próprio título (*Deuses, mitos e lendas*), trata-se de uma obra em que se apresentam os principais heróis, locais ou acontecimentos de histórias mitológicas, sendo indicadas as suas propriedades mais relevantes. A relação que este género discursivo estabelece entre o locutor e o alocutário é, por conseguinte, equivalente à relação entre um especialista na área em questão e um não-especialista, entre um conhecedor da matéria e um não-conhecedor. Por outro lado, um dicionário constitui uma obra concebida para ser pontualmente consultada. Neste caso, o género discursivo determina também o tipo de leitura requerido.

O quadro que a seguir apresentamos sistematiza as principais ideias a sublinhar acerca da sequência narrativa que nos propomos estudar.

"Guerra de Tróia"	
Protótipo sequencial	Narrativo
Tipo de discurso	Científico
Género discursivo	Dicionário
Autoria	Individual
Destinatário	Público em geral (desde o estudante do 3.º ciclo do ensino básico ao adulto)
Suporte	Texto escrito publicado em livro
Objectivo	Instruir

Na sequência narrativa que a seguir apresentamos, para facilitar a sua posterior identificação, antepusemos numeração árabe a cada oração e numeração romana a cada adverbial temporal (estes foram igualmente sublinhados). Juntamente com esta numeração, indicamos que se trata de uma proposição ou de um adverbial temporal da sequência narrativa pela junção de um *n* minúsculo –

ao longo dos capítulos seguintes, as letras minúsculas *d*, *e* e *a* assinalam que estamos em presença de proposições e de adverbiais temporais integrados nas sequências descritiva, explicativa e argumentativa, respectivamente. A letra minúscula *i* será utilizada para discriminar as proposições que integram o texto de instruções analisado no próximo capítulo. As formas verbais foram salientadas a negrito. Nos casos de orações intercaladas, antepusemos um número ao início da oração e o mesmo número seguido de apóstrofe aos restantes elementos que integram a mesma oração (como nas proposições (1n) e (38n), por exemplo).

TRÓIA, GUERRA DE – **(1n)** A Guerra de Tróia, uma guerra **(In)** dos fins da Idade do Bronze, entre invasores **(2n) vindos** da Grécia **(1'n)** e habitantes de origem grega duma cidade da Ásia menor, Tróia, **deu** origem a um conjunto de lendas, **(3n)** que **vieram a ter** uma enorme importância nas expressões literárias, artísticas e dramáticas das Civilizações Clássicas.

(4n) Esquematicamente, **sucedeu** o seguinte:

(5n) (IIn) Quando a bela princesa grega Helena **atingiu** a idade de casar, **(6n) teve** fortes e numerosos pretendentes. **(7n)** Para **evitar** quezílias, **(8n)** todos os pretendentes a essa princesa **juraram (9n) aceitar** o marido **(10n)** que ela **escolhesse (11n)** e **ajudá**-lo **(12n)** a **defender (13n)** e a **conservar** a sua esposa. **(14n)** Helena **escolheu** Menelau. **(15n) (IIIn)** Anos depois, Páris, príncipe de Tróia, **visitou** a corte de Menelau, como embaixador, **(16n)** e **acabou por seduzir (17n)** e **raptar** a sua bela rainha, **(18n) levando**-a para Tróia. **(19n)** Menelau **evocou** o juramento **(20n) feito** pelos outros pretendentes, todos eles reis e príncipes gregos, **(21n)** a fim de em conjunto **irem recuperar** a bela Helena.

(22n) Sob o comando do soberano de todos eles, o rei Agamémnon, irmão de Menelau, uma enorme armada **partiu** do porto de Áulis com destino a Tróia. **(23n)** Essa armada **era liderada** por um grupo **(24n) constituído** pelos mais famosos guerreiros da lenda grega. **(25n) (IVn) Chegados** a Tróia, **(26n) cercaram** a cidade **(Vn)** durante nove anos, sem resultados, **(27n)** embora **(VIn)** durante esse tempo **tivessem ocorrido** notáveis episódios guerreiros **(28n)** e a vitória **tivesse estado (VIIn)** várias vezes ao alcance de qualquer uma das partes. **(29n) (VIIIn)** Finalmente, Ulisses, o mais arguto dos chefes atacantes, **concebeu** um plano **(30n)** por meio do qual **conseguiram (31n) tomar** a cidade. **(32n) Construíram** um enorme cavalo de madeira, **(33n)** dentro do ventre do qual se **escondeu** um grupo de guerreiros audaciosos e decididos. **(34n) (IXn)** Depois, a armada **partiu** da praia frente a Tróia, **(35n) levando** todos os atacantes, **(36n) navegando (Xn)** sempre **(37n) (XIn)** até **desaparecer** na linha do horizonte.

(38n) Um soldado **(39n)** que **ficara** em terra, **(40n) pretendendo (41n) ser** um foragido do exército atacante, **(38'n) persuadiu** artificiosamente os Troianos **(42n) a levarem** o cavalo para dentro da cidade. **(43n)** Os Troianos, **(XIIn)** depois de várias hesitações, **levaram** o cavalo para dentro dos muros, **(44n) convencidos (45n)** que os gregos se **tinham ido** realmente embora, **(46n)** e **exultaram** de alegria.

(47n) (XIIIn) Naquela noite, a armada grega **regressou (48n)** e **desembarcou** as tropas na costa, próximo de Tróia, mas longe das vistas dos vigias troianos; **(49n) (XIVn)** ao mesmo tempo, do ventre do cavalo **saíram** os guerreiros **(50n)** que, **(51n) aproveitando**-se da quietação da noite, **(50'n) dominaram** a guarnição duma porta da

cidade **(52n)** e **abriram**-na de par em par. **(53n) Deu**-se **(XVn)** então o ataque. **(54n)** As tropas atacantes, **(55n)** que **(XVIn)** entretanto se **tinham aproximado** a coberto da noite, **(54'n) entraram** na cidade por essa porta **(56n)** e Tróia **foi** assim **tomada** à traição, **(57n) incendiada (58n)** e **destruída**. **(59n)** Os homens **foram mortos**, **(60n)** as mulheres **escravizadas**, **(61n)** e poucos troianos **escaparam** ao massacre geral. **(62n)** Entre esses afortunados **(63n)** que **conseguiram (64n) fugir**, **(62'n) contava**-se o príncipe Eneias, **(65n)** que **iria (XVIIn)** eventualmente **fundar** Roma.[300]

5.4. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA EXPRESSÃO DO TEMPO

Apresentada a sequência narrativa que constitui o objecto de estudo deste capítulo, explicitamos agora a metodologia que iremos seguir para efectuar a análise da sua temporalidade. Esta metodologia, aliás, será a mesma que utilizaremos para as sequências descritiva, argumentativa e explicativa, embora por vezes se apliquem ligeiras adaptações, requeridas por cada um dos textos.

Primeiro, delimitaremos as macroproposições que constituem a sequência narrativa. Depois, indicaremos as formas verbais atestadas e o respectivo número de ocorrências. Determinaremos, a seguir, as classes aspectuais presentes na sequência e procuraremos relacionar estes dados com os que recolhemos acerca das formas verbais. Apontaremos igualmente os adverbiais temporais que nela ocorrem, e listaremos as relações discursivas mais atestadas. Por fim, já na secção 5.5., procederemos à descrição das relações temporais entre os estados de

[300] TAVARES, Jorge Campos (1992), *Deuses, mitos e lendas*, Porto, Lello & Irmão, p. 407-408.

coisas que se observam na sequência, recorrendo a todos estes factores para as explicar.

Vejamos, então, as diferentes macroproposições que compõem esta sequência narrativa. A apresentação que propomos – em forma de quadro – ainda que retome a totalidade da sequência que acabámos de apresentar, ajuda a visualizar de modo mais claro quer as fronteiras entre as macroproposições (e as marcas linguísticas que, em alguns casos, se revelam importantes para essa delimitação), quer a extensão de cada uma das macroproposições. A inserção de uma macroproposição não prevista nas teorizações de Labov (1972) e de Adam (1992) será adiante justificada.

MACRO-PROPOSIÇÕES	***SEQUÊNCIA NARRATIVA*** **"GUERRA DE TRÓIA"**
Resumo	[A Guerra de Tróia,] uma guerra dos fins da Idade do Bronze, entre invasores vindos da Grécia e habitantes de origem grega duma cidade da Ásia menor, Tróia,
Avaliação	A Guerra de Tróia […] deu origem a um conjunto de lendas, que vieram a ter uma enorme importância nas expressões literárias, artísticas e dramáticas das Civilizações Clássicas.
Prelúdio	Esquematicamente, sucedeu o seguinte:
Pn1 Situação inicial	Quando a bela princesa grega Helena atingiu a idade de casar, teve fortes e numerosos pretendentes. Para evitar quezílias, todos os pretendentes a essa princesa juraram aceitar o marido que ela escolhesse e ajudá-lo a defender e a conservar a sua esposa. Helena escolheu Menelau.
Pn2 Complicação	Anos depois, Páris, príncipe de Tróia, visitou a corte de Menelau, como embaixador, e acabou por seduzir e raptar a sua bela rainha, levando-a para Tróia.

Pn3 **Reacções**	Menelau evocou o juramento feito pelos outros pretendentes, todos eles reis e príncipes gregos, a fim de em conjunto irem recuperar a bela Helena. Sob o comando do soberano de todos eles, o rei Agamémnon, irmão de Menelau, uma enorme armada partiu do porto de Áulis com destino a Tróia. Essa armada era liderada por um grupo constituído pelos mais famosos guerreiros da lenda grega. Chegados a Tróia, cercaram a cidade durante nove anos, sem resultados, embora durante esse tempo tivessem ocorrido notáveis episódios guerreiros e a vitória tivesse estado várias vezes ao alcance de qualquer uma das partes.
Pn4 **Resolução**	Finalmente, Ulisses, o mais arguto dos chefes atacantes, concebeu um plano por meio do qual conseguiram tomar a cidade. Construíram um enorme cavalo de madeira, dentro do ventre do qual se escondeu um grupo de guerreiros audaciosos e decididos. Depois, a armada partiu da praia frente a Tróia, levando todos os atacantes, navegando sempre até desaparecer na linha do horizonte. Um soldado que ficara em terra, pretendendo ser um foragido do exército atacante, persuadiu artificiosamente os Troianos a levarem o cavalo para dentro da cidade. Os Troianos, depois de várias hesitações, levaram o cavalo para dentro dos muros, convencidos que os gregos se tinham ido realmente embora, e exultaram de alegria. Naquela noite, a armada grega regressou e desembarcou as tropas na costa, próximo de Tróia, mas longe das vistas dos vigias troianos; ao mesmo tempo, do ventre do cavalo saíram os guerreiros que, aproveitando-se da quietação da noite, dominaram a guarnição duma porta da cidade e abriram-na de par em par. Deu-se então o ataque. As tropas atacantes, que entretanto se tinham aproximado a coberto da noite, entraram na cidade por essa porta e Tróia foi assim tomada à traição, incendiada e destruída.
Pn5 **Situação final**	Os homens foram mortos, as mulheres escravizadas, e poucos troianos escaparam ao massacre geral. Entre esses afortunados que conseguiram fugir, contava-se o príncipe Eneias, que iria eventualmente fundar Roma.

Nesta divisão da sequência em macroproposições, articulámos as propostas de Labov (1972) e de Adam (1992): o resumo decorre da proposta de Labov; a avaliação é comum às propostas dos dois autores; as últimas cinco macroproposições (situação inicial, complicação, reacções, resolução e situação final) integram-se nas teses de Adam. É possível conciliar deste modo as duas propostas, porquanto elas se complementam.

Todavia, quanto à proposição (4n) (*Esquematicamente, sucedeu o seguinte*), julgamos que ela não deve ser integrada em qualquer das macroproposições propostas por aqueles autores. O conteúdo que veicula é exterior ao objecto da narrativa, pelo que não pode ser inserida em qualquer das macroproposições Pn1 a Pn5. Também não configura um juízo de valor – o que justificaria a sua inserção na avaliação –, nem integra uma narração abreviada da história – o que justificaria a sua inclusão no resumo. Além disso, a proposição 4n não serve para fazer a ponte entre o universo da narrativa e aquele em que se integram os sujeitos falantes, função que é desempenhada pela macroproposição designada coda. Se uma proposição semelhante (como *esquematicamente foi isto que sucedeu*) ocorresse no final da narrativa, ela poderia incluir-se na coda, uma vez que permitiria estabelecer essa ponte, assinalando que já não era relevante perguntar "o que aconteceu depois?". No caso em análise, todavia, a proposição (4n) funciona precisamente de modo inverso, servindo para introduzir os sujeitos falantes no universo da narrativa a ser desenvolvida.

Aquela proposição serve, pois, de introdução à narrativa, articulando as macroproposições do resumo e da avaliação com a macroproposição da situação inicial. Indica, além disso, que a narrativa que se segue constitui ela própria um sumário estruturado dos acontecimentos mais significativos que se deram na guerra de Tróia. Deste modo, optámos por integrar esta proposição numa nova macroproposição, que, na falta de um termo mais adequado, designámos por prelúdio, na acepção de "o que anuncia e precede alguma coisa, servindo de entrada e preparação". Esta macroproposição integra os enunciados que, como a

proposição (4n), desempenham, simultaneamente, a função de introdução da intriga narrativa e de estruturação textual.

Justifica-se salientar, ainda que de modo breve, outros pontos que uma primeira análise da divisão proposta nos sugere.

Por um lado, a extensão relativa de cada uma das macroproposições é bastante desigual. A resolução (Pn4) apresenta-se como a macroproposição mais extensa, com 30 proposições. As restantes macroproposições caracterizam-se, de um modo geral, pela brevidade (se descontarmos os casos marginais do resumo e do prelúdio, o número de proposições oscila entre um mínimo de 2, no caso da avaliação, e um máximo de 10, no caso da situação inicial (Pn1) e das reacções (Pn3).

Além disso, verifica-se que o resumo ocorre, sintacticamente, como aposto do sintagma nominal com função de sujeito da proposição (1n), que faz parte da macroproposição da avaliação da sequência narrativa. Observa-se, assim, a aproximação, no discurso, de duas macroproposições que são facilmente articuláveis quanto aos conteúdos veiculados, na medida em que no resumo são evidenciadas as informações essenciais dos acontecimentos narrados, e na avaliação é exposto um juízo de valor acerca desses mesmos acontecimentos.

Por fim, sublinhe-se que três das cinco macroproposições eminentemente narrativas são introduzidas por adverbiais temporais. A macroproposição correspondente à situação inicial (Pn1) é introduzida por uma oração subordinada temporal (*quando a bela princesa grega Helena atingiu a idade de casar*); a complicação (Pn2) é iniciada pelo adverbial temporal *anos depois*; no início da resolução (Pn4) ocorre o advérbio *finalmente*.

Esta constatação parece-nos ser particularmente relevante quanto às marcas linguísticas que tipicamente assinalam a fronteira entre macroproposições em sequências narrativas. Foi anteriormente evidenciada a ideia segundo a qual, na base de uma narrativa, encontramos um conjunto de situações que se desenrolam no tempo; o funcionamento dos adverbiais temporais como elementos

que delimitam diferentes macroproposições na sequência narrativa está em sintonia com aquela propriedade fundamental da narrativa.

Assinalemos, agora, as formas verbais atestadas ao longo da sequência.

Formas verbais	**N.º de ocorrências**	***%***
Pretérito perfeito simples	**35**	***53,9***
Infinitivo	**11**	***16,9***
Gerúndio	**5**	***7,7***
Particípio passado	**5**	***7,7***
Pretérito imperfeito	**2**	***3,1***
Pretérito mais-que-perfeito composto	**2**	***3,1***
Pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo	**2**	***3,1***
Pretérito imperfeito do conjuntivo	**1**	***1,5***
Pretérito mais-que-perfeito simples	**1**	***1,5***
Futuro do pretérito	**1**	***1,5***
Total	**65**	***100,0***

Justifica-se explicitar os critérios que subjazem à contabilização das formas verbais, particularmente no que diz respeito às formas nominais, uma vez que incluímos neste quadro apenas as formas verbais que funcionam como núcleo predicativo.

No caso dos tempos verbais compostos, da voz passiva e de perífrases verbais, contabilizámos uma única ocorrência, excluindo, portanto, as formas de particípio passado e as de infinitivo que ocorrem nessas estruturas. Assim, para além das que se indicam no quadro, são atestadas mais dez ocorrências do particípio passado ((23n) *era <u>liderada</u>,* (27n) *tivessem <u>ocorrido</u>,* (28n) *tivesse <u>estado</u>,* (45n) *tinham <u>ido</u>,* (55n) *tinham <u>aproximado</u>,* (56n) *foi <u>tomada</u> à traição,*

(57n) *[foi]* <u>*incendiada*</u> (58n) *e [foi]* <u>*destruída,*</u> (59n) *os homens foram* <u>*mortos,*</u> (60n) *as mulheres [foram]* <u>*escravizadas*</u>), assim como mais cinco ocorrências do infinitivo ((3n) *vieram a* <u>*ter,*</u> (16n) *acabou por* <u>*seduzir*</u> (17n) *e [acabou por]* <u>*raptar,*</u> (21n) *irem* <u>*recuperar,*</u> (65n) *iria eventualmente* <u>*fundar*</u>).

Há ainda, na proposição (33n), um adjectivo derivado de particípio passado (<u>*decididos*</u>) que não é, naturalmente, contabilizado. Encontrámos uma outra ocorrência de infinitivo, também não contabilizada, na proposição (5n) (*idade de* <u>*casar*</u>).

Pelo contrário, incluímos neste quadro os casos, atestados nas proposições (2n), (20n), (24n), (25n) e (44n), em que as formas de particípio passado ocorrem em oração adverbial temporal ((25n) <u>*chegados*</u> *a Tróia*), em oração adverbial com valor causal (*[os Troianos, depois de várias hesitações, levaram o cavalo para dentro dos muros,]* (44n) <u>*convencidos*</u> *[que os gregos se tinham ido embora]*)[301], e em oração adjectiva reduzida de particípio (*uma guerra […] entre invasores* (2n) <u>*vindos*</u> *da Grécia; Menelau evocou o juramento* (20n) <u>*feito*</u> *pelos outros pretendentes; um grupo* (24n) <u>*constituído*</u> *pelos mais famosos guerreiros da lenda grega*).

A questão das orações adjectivas reduzidas de particípio merece uma reflexão mais desenvolvida, em especial porque devemos começar por comprovar se estamos em presença de adjectivos derivados de particípio passado ou de verdadeiras formas de particípio passado.

Com base nos critérios propostos por Bosque e Demonte (1999) e por Mateus *et alii* (2003: 374-375), concluímos que, nos três casos assinalados, se trata de formas de particípio passado. As proposições em que se inserem denotam estados resultativos das situações representadas pelos respectivos infinitivos[302],

[301] Esta proposição é parafraseável do seguinte modo: *[os Troianos, depois de várias hesitações, levaram o cavalo para dentro dos muros,] porque* <u>*estavam convencidos*</u> *[que os gregos se tinham ido embora]*.

[302] Segundo Cunha e Cintra (1988: 492), «o particípio exprime fundamentalmente o estado resultante de uma acção acabada». Entre os exemplos apresentados por estes autores, conta-se o seguinte, em que a forma de particípio passado é igual à que ocorre na

e são parafraseáveis por orações relativas desenvolvidas (*invasores que vieram da Grécia; Menelau evocou o juramento que tinha sido feito pelos outros pretendentes; essa armada era liderada por um grupo que era constituído pelos mais famosos guerreiros da lenda grega*). Assim, no caso dos verbos transitivos, podem formar-se passivas com *ser* no pretérito perfeito simples (*o juramento foi feito; o grupo foi constituído*). Além disso, as formas de particípio passado manifestam compatibilidade com advérbios temporais/aspectuais (*os invasores recentemente vindos da Grécia; o juramento recentemente feito; o grupo recentemente constituído*), e não se podem antepor aos substantivos que modificam (** os vindos invasores; * o feito juramento; * o constituído grupo*).

Peres e Móia (1995: 212) consideraram que «estas estruturas oracionais reduzidas ocorrem tipicamente como modificadores ou apostos de expressões nominais […] tendo, portanto, uma função e uma distribuição semelhantes às das orações relativas», o que é consistente com os casos analisados[303].

A terminar a justificação dos dados apresentados no quadro relativo ao número de ocorrências das formas verbais, sublinhe-se que, em exemplos como os que se verificam nas proposições (16n) e (17n) (*acabou por seduzir e raptar*), contabilizámos duas ocorrências do pretérito perfeito simples, na medida em que considerámos tratar-se de duas perífrases verbais, sendo possível recuperar inferencialmente a segunda ocorrência do pretérito perfeito simples: *acabou por seduzir e [acabou por] raptar*. Também em (57n), em (58n) e em (60n), contabilizámos três ocorrências do pretérito perfeito simples, uma vez que este tempo verbal, não ocorrendo de modo explícito, é contextualmente recuperável (*[Tróia foi] incendiada e [foi] destruída; as mulheres [foram] escravizadas*).

---

proposição (2n): *Era um burrinho pedrês, miúdo e resignado, vindo de Passa Tempo, Conceição do Serro, ou não sei onde no sertão*.

[303] Cf. também Cunha e Cintra (1988: 611) e Bechara (1999: 516-518).

Esclarecidos os critérios em que nos baseámos para proceder à contagem do número de ocorrências das formas verbais neste segmento textual, verifica-se que predominam, na sequência narrativa em análise, as formas verbais de pretérito perfeito simples, com 35 ocorrências num total de 65 (o que perfaz uma taxa de 53,9 %). De seguida, as formas mais atestadas são as de infinitivo (11 ocorrências: 16,9 %) e de gerúndio e particípio passado (5 ocorrências: 7,7 %). Pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito composto e pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo (cada uma destas formas verbais com 2 ocorrências), assim como pretérito mais-que-perfeito simples, futuro do conjuntivo e pretérito imperfeito do conjuntivo (com 1 única ocorrência), apresentam valores residuais.

A predominância do pretérito perfeito simples emerge de forma ainda mais explícita se considerarmos apenas as orações principais, na sequência da ideia de Labov (1972), segundo a qual as orações subordinantes são as únicas verdadeiramente narrativas. Neste caso, em 30 orações principais, o pretérito perfeito simples é atestado em 28 [304] e o pretérito imperfeito em 2 casos. Apesar de termos já verificado que há também orações subordinadas que podem denotar sequencialidade temporal (designadamente, orações subordinadas temporais, como a proposição (5n)), recorde-se que é consensual a ideia de que as situações referidas nas orações subordinantes configuram a linha narrativa principal[305].

Julgamos que estes dados, em articulação com a taxa de ocorrência que estabelecemos com base no quadro anteriormente apresentado, nos podem auxiliar a proceder à determinação do grau de predominância de um dado tempo verbal numa sequência textual. Ora, cruzando as informações relativas ao número de

[304] Em 4 casos, como vimos, trata-se de formas do pretérito perfeito simples recuperáveis, logo, não explicitamente manifestas. Referimo-nos às proposições (17n), (57n), (58n) e (60n).

[305] Um exercício que evidencia a maior importância de que se revestem as orações principais na estruturação global (e não apenas temporal) da sequência narrativa consiste em ler, do texto em análise, apenas as orações principais (e, naturalmente, as completivas que delas dependem), porquanto elas pontuam a essência da intriga e do seu desenvolvimento temporal.

ocorrências das formas verbais com as que se atestam unicamente em orações principais, podemos afirmar com mais propriedade que as formas verbais de pretérito perfeito simples constituem a coluna vertebral da expressão do tempo na sequência narrativa em análise. O pretérito perfeito simples constitui, assim, o tempo verbal de base da sequência narrativa.

Procuraremos, de seguida, articular os dados recolhidos sobre o número de ocorrências das formas verbais com os tipos de situações (segundo a classificação proposta por Vendler (1967)) manifestados nesta sequência textual. Para tal, retomaremos a sequência narrativa em que estamos a trabalhar, desta vez dividida nos estados de coisas referidos, e tendo como objectivo indicar a classe aspectual em que se insere cada uma das situações denotadas.

Antes, todavia, justifica-se reflectir sobre duas questões complementares a propósito das orações subordinadas completivas (em particular, das completivas infinitivas): trata-se, por um lado, da determinação dos estados de coisas referidos nessas estruturas sintácticas, e, por outro, do estabelecimento das relações temporais entre os estados de coisas referidos nas orações subordinadas e os que são denotados pelas respectivas orações principais. Há duas perguntas particularmente relevantes a que se deve tentar dar resposta:

– as situações denotadas pelo par oração principal/oração completiva devem ser perspectivadas como dois estados de coisas distintos ou como um estado de coisas complexo?

– nos casos em que as duas situações podem ser concebidas como dois estados de coisas distintos, quais são os factores relevantes para o estabelecimento da relação temporal entre as duas situações?

Relativamente à primeira pergunta, em muitos casos, é possível interpretar as situações denotadas pelo par oração principal/oração completiva infinitiva como dois estados de coisas localizados em intervalos de tempo distintos. Veja-se, a título de exemplo, as orações (8n) e (9n) da sequência narrativa que nos propusemos analisar.

(8n) *Todos os pretendentes a essa princesa juraram* **(9n)** *aceitar o marido* **(10n)** *que ela escolhesse*.

Numa dada leitura, pode-se conceber que o intervalo de tempo em que se localiza o evento "jurar" é anterior ao intervalo em que se integra o evento "aceitar o marido"[306]. Esta posição é reforçada pelas considerações apresentadas em Duarte (1992a: 84), onde a autora argumentou que «as formas simples do Inf[initivo] exprimem, em geral, a simultaneidade ou a posterioridade do estado de coisas descrito na oração em que ocorrem relativamente àquele que é descrito na oração de que dependem». É o que se verifica nos seguintes exemplos: *vejo os miúdos esconderem-se da polícia*; *eles decidiram ir à festa*[307]. Como excepções a estas relações temporais, são indicadas as estruturas em que, na oração principal, ocorrem verbos apreciativos (do tipo de *gostar, agradar*, e *apreciar*) flexionados num tempo da esfera do passado; nestes casos, os estados de coisas referidos pelas completivas infinitivas localizam-se num intervalo de tempo anterior ao da situação denotada pela oração principal, como no exemplo que se segue: *gostei de ir à festa*[308].

Contudo, noutras estruturas de complementação não é evidente que estas construções denotam duas situações ontologicamente diferentes. É o que acontece com as orações (3a) e (4a), atestadas na sequência argumentativa que analisaremos no capítulo 8.

(1a) *Os portugueses matam-se ao volante por duas razões:* **(2a)** *porque são selvagens* **(3a)** *e porque não sabem* **(4a)** *conduzir.*

[306] É possível, todavia, argumentar que (9n) e (10n) expressam uma única situação – "jurar algo" – independentemente de, num intervalo de tempo posterior, se concretizar na realidade extralinguística o estado de coisas "aceitar o marido [que ela escolhesse]", proposto no juramento.
[307] Exemplos apresentados em Duarte (1992a: 84).
[308] Exemplo apresentado em Duarte (1992a: 85).

Em (3a) e (4a), não parece ser possível a leitura segundo a qual "não saber conduzir" refere dois estados de coisas: um correspondente a "não saber", e outro correspondente a "conduzir". Segundo Duarte (2003b: 645), «certos verbos, quando seleccionam completivas de infinitivo não flexionado como complemento, admitem um processo de formação de predicado complexo. Quando este processo tem lugar, o verbo da oração subordinante e a forma verbal infinitiva combinam-se para formar um predicado complexo»[309].

Em dois casos de complementação verbal, é possível, portanto, dar duas respostas distintas à primeira pergunta.

Quanto à segunda pergunta, uma resposta adequada deverá consistir numa proposta de análise da temporalidade que integre e articule informações relativas ao significado lexical dos verbos das duas orações com as informações veiculadas por tempos e modos verbais, pelas classes aspectuais e por adverbiais temporais. Ora, no desenvolvimento actual das investigações não temos conhecimento de que haja um tratamento integrado deste tipo que, de forma sistemática e satisfatória, dê conta de todos os casos.

Sobre o estatuto temporal destas estruturas, Duarte (2003b: 626) defendeu que «há completivas cujas especificações temporais são independentes do tempo da oração subordinante, ou seja, constituem um domínio semanticamente temporalizado; pelo contrário, existem completivas cujas especificações temporais são dependentes das da oração subordinante, pelo que não formam um domínio semanticamente temporalizado». Distingue-se, desta forma, as completivas de tempo independente das completivas de tempo dependente.

[309] Entre estes casos, Duarte (2003b: 645-651) distinguiu as construções de reestruturação (com verbos de controlo e com verbos de elevação, como *querer* e *dever*, respectivamente) das construções de união de orações (com verbos causativos e perceptivos, como *mandar* e *ver*, respectivamente).

Temos vindo a sublinhar que a questão das relações temporais entre os estados de coisas é particularmente complexa quando estão envolvidas orações completivas infinitivas. As orações completivas conjuncionais incluem formas verbais finitas, pelo que mais claramente se estabelece não só a distinção ontológica entre os estados de coisas referidos pela oração principal e pela oração completiva, como também a localização temporal do estado de coisas referido pela oração completiva. Por outras palavras, enquanto as orações completivas infinitivas são estruturas de tempo dependente, as completivas conjuncionais apresentam casos dos dois tipos.

Segundo Bosque e Demonte (1999: 2270), «una vez admitido que el infinitivo carece de rasgos temporales propios, se hace preciso determinar de qué forma se contriñe la referencia temporal de las subordinadas no finitas. Dada la compleja fenomenología que estas encierran, los mecanismos de recuperabilidad, […], varían de forma ostensible en cada caso». Na sequência destas reflexões, os autores apresentaram grupos de verbos que, pelo seu semantismo, impõem restrições no que diz respeito às relações temporais com as situações denotadas pelas orações completivas infinitivas.

Assim, quando verbos como *conseguir, evitar, abster-se, ouvir, ver, esforçar-se* e *dignar-se* integram uma oração principal, a situação denotada pela respectiva oração completiva infinitiva mantém, segundo aqueles autores, uma relação temporal de simultaneidade com o estado de coisas referido pela oração principal.

No caso de verbos como *jurar, ordenar* e *propor*, as situações denotadas pela oração principal localizam-se num intervalo de tempo anterior ao estado de coisas referido pela oração completiva infinitiva.

Por fim, a ocorrência, na oração principal, de verbos como *acusar, confessar* e *arrepender-se* implica que a situação referida pela oração completiva infinitiva seja anterior ao estado de coisas denotado pela oração principal[310].

O facto de serem apresentadas listas de verbos cujo semantismo impõe restrições à interpretação da ordem temporal entre orações completivas infinitivas e as orações principais de que dependem parece ser sintomático da complexidade que esta questão envolve. Assim, embora estejam lançadas algumas pistas, não há, no estado actual das investigações, um tratamento sistemático que permita determinar as relações temporais entre as situações representadas por aquelas estruturas.

Um outro factor, de que não nos vamos ocupar aqui, parece também contribuir para tornar ainda mais complexo o estabelecimento das relações temporais dos estados de coisas denotados por orações completivas infinitivas: as eventuais diferenças entre os casos de complementação verbal, nominal e adjectival.

Concluímos esta reflexão com uma breve referência a um trabalho no qual se procedeu à análise das relações temporais entre as situações referidas em orações completivas e nas orações principais de que dependem.

Silvano (2002) analisou as relações temporais entre as situações denotadas pelas orações completivas e pelas respectivas orações principais. Com base num *corpus* composto por textos jornalísticos, e integrando-se no quadro teórico da Teoria das Representações Discursivas de Kamp e Reyle (1993), a autora deu especial atenção às orações completivas conjuncionais e infinitivas dependentes de orações principais com os verbos *dizer, afirmar, pensar, considerar* e *querer*. Entre as suas conclusões, defendeu, por exemplo, que «quanto à relação das eventualidades das duas orações, a semântica do verbo *querer* conduz à localização das eventualidades das orações complemento num intervalo de tempo posterior ao

[310] Cf. Bosque e Demonte (1999: 3083-3087) e Duarte (2003b).

ocupado pelos estados das orações principais»[311]. O verbo *querer*, segundo a autora, distingue-se dos restantes verbos analisados, não só porque as situações denotadas pelas orações completivas mantêm geralmente uma relação de subordinação temporal com as predicações das orações principais em que aquele verbo ocorre (o que nem sempre se verifica com orações principais que contenham os verbos *dizer, afirmar, pensar* e *considerar*), mas também porque selecciona predominantemente orações completivas infinitivas (enquanto os restantes verbos seleccionam preferencialmente orações completivas conjuncionais)[312].

Sabendo-se que o semantismo dos verbos da oração principal constitui um factor decisivo quer na determinação dos estados de coisas denotados, quer na sua localização temporal, são necessários mais estudos deste género – que contemplem outros verbos, que reflictam sobre as diferentes possibilidades de análise (em que condições as orações principal e completiva denotam um único estado de coisas complexo?) e que procedam à comparação entre os casos de complementação verbal, nominal e adjectival – antes que possamos ter um conhecimento mais rigoroso sobre o tema das relações temporais em estruturas completivas infinitivas.

Dadas as dificuldades que enunciámos, optámos por tratar como estados de coisas complexos as situações que ocorrem em orações completivas infinitivas e nas respectivas orações principais. Exceptuam-se as predicações que expressam, de modo inequívoco, duas situações distintas, e que, cumulativamente, não manifestam coincidência entre os intervalos de tempo em que se localizam as situações representadas. Na sequência narrativa em análise, é esse o caso dos seguintes 4 pares de orações: (8n) e (9n), (8n) e (11n), (38n) e (42n), e (44n) e

[311] Silvano (2002: 190). Segundo a mesma autora, «[…] por defeito *querer* projecta para o futuro a eventualidade, seja estado ou evento, descrita na oração subordinada. As excepções a esta relação temporal surgem apenas em contextos contrafactuais, como no seguinte exemplo: "O João queria ter sido engenheiro"», Silvano (2002: 207).
[312] Cf. Silvano (2002: 140).

(45n). Em 3 destas construções, ocorrem orações completivas infinitivas e numa delas – (45n) – ocorre uma oração completiva conjuncional[313].

Retomamos, agora, a nossa exposição, apresentando as classes aspectuais em que se inserem os estados de coisas referidos na sequência narrativa em análise.

CLASSES ASPECTUAIS	PROPOSIÇÕES
Evento prolongado	**(1n)** A Guerra de Tróia, uma guerra dos fins da Idade do Bronze, entre invasores […] e habitantes de origem grega duma cidade da Ásia menor, Tróia, **deu** origem a um conjunto de lendas,
Estado consequente	**(2n) vindos** da Grécia
Estado lexical	**(3n)** que **vieram a ter** uma enorme importância nas expressões literárias, artísticas e dramáticas das Civilizações Clássicas.
Evento prolongado	**(4n)** Esquematicamente, **sucedeu** o seguinte:
Evento instantâneo	**(5n)** Quando a bela princesa grega Helena **atingiu** a idade de casar,
Estado lexical	**(6n) teve** fortes e numerosos pretendentes.
Actividade	**(7n)** Para **evitar** quezílias,
Evento instantâneo	**(8n)** todos os pretendentes a essa princesa **juraram**
Evento instantâneo	**(9n) aceitar** o marido
Evento instantâneo	**(10n)** que ela **escolhesse**
Actividade	**(11n)** e **ajudá**-lo **(12n)** a **defender (13n)** e a **conservar** a sua esposa.
Evento instantâneo	**(14n)** Helena **escolheu** Menelau.
Evento prolongado	**(15n)** Anos depois, Páris, príncipe de Tróia, **visitou** a corte de Menelau, como embaixador,
Evento prolongado	**(16n)** e **acabou** por **seduzir**
Evento instantâneo	**(17n)** e **raptar** a sua bela rainha,

[313] As estruturas de complementação verbal que, na oração principal, apresentam um SV com SN objecto directo, e cuja oração completiva infinitiva é regida de preposição, referem necessariamente duas situações distintas nas orações principal e subordinada. Incluem-se, neste caso, as seguintes orações atestadas na sequência narrativa em análise: (11n), (12n) e (13n); (38n) e (42n). Cf. Mateus *et alii* (1992: 278) e Duarte (2003b: 614--616).

Evento prolongado	**(18n) levando**-a para Tróia.
Evento instantâneo	**(19n)** Menelau **evocou** o juramento
Estado consequente	**(20n) feito** pelos outros pretendentes, todos eles reis e príncipes gregos,
Evento prolongado	**(21n)** a fim de em conjunto **irem recuperar** a bela Helena.
Evento prolongado[314]	**(22n)** Sob o comando do soberano de todos eles, o rei Agamémnon, irmão de Menelau, uma enorme armada **partiu** do porto de Áulis com destino a Tróia.
Estado lexical	**(23n)** Essa armada **era liderada** por um grupo
Estado consequente	**(24n) constituído** pelos mais famosos guerreiros da lenda grega.
Estado consequente	**(25n) Chegados** a Tróia,
Actividade	**(26n) cercaram** a cidade durante nove anos, sem resultados,
Actividade[315]	**(27n)** embora durante esse tempo **tivessem ocorrido** notáveis episódios guerreiros
Actividade[316]	**(28n)** e a vitória **tivesse estado** várias vezes ao alcance de qualquer uma das partes.
Evento prolongado	**(29n)** Finalmente, Ulisses, o mais arguto dos chefes atacantes, **concebeu** um plano
Evento prolongado	**(30n)** por meio do qual **conseguiram (31n) tomar** a cidade.
Evento prolongado	**(32n) Construíram** um enorme cavalo de madeira,
Evento prolongado	**(33n)** dentro do ventre do qual se **escondeu** um grupo de guerreiros audaciosos e decididos.
Evento prolongado	**(34n)** Depois, a armada **partiu** da praia frente a Tróia,
Actividade	**(35n) levando** todos os atacantes,
Actividade	**(36n) navegando** sempre
Evento instantâneo	**(37n)** até **desaparecer** na linha do horizonte.
Evento prolongado	**(38n)** Um soldado, […], **persuadiu** artificiosamente os Troianos

[314] O SN sujeito plural desta oração determina que o evento "a armada partir" ocupe um intervalo de tempo cuja extensão é indeterminada, mas que implica a presença do traço [+ durativo] na caracterização do perfil aspectual da situação denotada. O mesmo raciocínio é válido para as proposições (33n), (34n), (48n) e (49n).

[315] A iteração de um evento prolongado origina a sua transição para a classe das actividades, tal como previsto na rede aspectual proposta por Moens (1987).

[316] A iteração de um estado temporário, por acção do adverbial temporal de frequência (VIIn) *várias vezes*, provoca a comutação aspectual para a classe das actividades.

Estado lexical[317]	**(39n)** que **ficara** em terra
Actividade	**(40n) pretendendo (41n) ser** um foragido do exército atacante,
Evento prolongado	**(42n)** a **levarem** o cavalo para dentro da cidade.
Evento prolongado	**(43n)** Os Troianos, depois de várias hesitações, **levaram** o cavalo para dentro dos muros,
Estado consequente	**(44n) convencidos**
Evento prolongado[318]	**(45n)** que os gregos se **tinham ido** realmente embora,
Actividade	**(46n)** e **exultaram** de alegria.
Evento prolongado	**(47n)** Naquela noite, a armada grega **regressou**
Evento prolongado	**(48n)** e **desembarcou** as tropas na costa, próximo de Tróia, mas longe das vistas dos vigias troianos;
Evento prolongado	**(49n)** ao mesmo tempo, do ventre do cavalo **saíram** os guerreiros
Evento prolongado	**(50n)** que, […], **dominaram** a guarnição duma porta da cidade

[317] A predicação *ficar em terra*, uma estrutura com predicado preposicional, é compatível com testes próprios dos estados e das actividades. Como os estados, tem uma leitura de presente real com o presente do indicativo. Como as actividades, tem uma leitura habitual ou frequentativa com o pretérito perfeito composto. É ainda compatível com testes de agentividade (surge como complemento de *obrigar* e *persuadir*, ocorre com o imperativo, com advérbios como *deliberadamente*, e em construções como *o que fez foi…*); todavia, dado que há estados faseáveis que também o são, Cunha (2004) desvalorizou a aplicação destes testes na determinação da classe aspectual das predicações. Optámos por classificar a situação em causa como um estado lexical porque, ontologicamente, parece-nos mais aceitável perspectivá-la como uma situação que se desenrola sem alterações ao longo do intervalo de tempo que ocupa, e que não implica modificações.

[318] O sujeito plural desta proposição força uma leitura iterativa do evento instantâneo "ir-se embora", da qual resulta a comutação para a classe aspectual dos eventos prolongados. Cunha (2004) considerou que o pretérito mais-que-perfeito é um tempo verbal relativamente neutro, na medida em que mantém as propriedades aspectuais básicas das situações com que se combina. Mas Lopes (1997c) argumentou que, quando se combina com predicados de evento prolongado e de evento instantâneo, o pretérito mais-que-perfeito focaliza uma leitura resultativa, originando uma transição aspectual para a classe dos estados consequentes. Este tempo verbal carreia ambiguidade entre uma leitura resultativa (em que se privilegia o estado consequente que se sobrepõe a um ponto de perspectiva temporal anterior ao intervalo de tempo da enunciação) e uma leitura não resultativa (em que se focaliza o estado de coisas básico, localizado num intervalo anterior ao ponto de perspectiva temporal que, por sua vez, é anterior ao intervalo de tempo da enunciação). Uma vez que as situações denotadas nas proposições (45n) e (55n) manifestam compatibilidade com testes próprios dos eventos prolongados (ocorrem com o adverbial *em duas horas*) e incompatibilidade com testes de estatividade (ocorrem como complemento de *forçar* e *persuadir*, com o advérbio *deliberadamente*, com o progressivo), optámos por classificá-las como eventos prolongados.

Actividade	**(51n) aproveitando**-se da quietação da noite
Evento instantâneo	**(52n)** e **abriram**-na de par em par.
Evento instantâneo[319]	**(53n) Deu**-se então o ataque.
Evento prolongado	**(54n)** As tropas atacantes, […], **entraram** na cidade por essa porta
Evento prolongado	**(55n)** que entretanto se **tinham aproximado** a coberto da noite
Evento prolongado	**(56n)** e Tróia **foi** assim **tomada** à traição,
Evento prolongado	**(57n) incendiada**
Evento prolongado	**(58n)** e **destruída**.
Evento prolongado	**(59n)** Os homens **foram mortos**,
Evento prolongado	**(60n)** as mulheres **escravizadas**,
Evento prolongado	**(61n)** e poucos troianos **escaparam** ao massacre geral.
Estado lexical	**(62n)** Entre esses afortunados […], **contava**-se o príncipe Eneias,
Evento prolongado	**(63n)** que **conseguiram (64n) fugir**
Evento instantâneo	**(65n)** que **iria** eventualmente **fundar** Roma.

A determinação da classe aspectual das predicações não é um processo linear. Em alguns casos, os estados de coisas referidos permitem leituras diversas e, consequentemente, a integração em classes aspectuais diferentes. O recurso aos testes propostos por diferentes autores – Vendler (1967), Dowty (1979), Moens (1987) – nem sempre serve para superar as dificuldades encontradas, na medida em que uma dada situação manifesta, por vezes, compatibilidade com testes que apontam em sentidos opostos. Julgamos que esta dificuldade resulta também do facto de as classes aspectuais serem geralmente tratadas como unidades discretas. Parece-nos que uma análise em que os tipos de situações sejam

[319] Classificámos a situação referida na proposição (53n) como um evento instantâneo, na medida em que ela é parafraseável pelo enunciado seguinte: *começou então o ataque*.

concebidos como classes contínuas (ou escalares) poderá obter resultados interessantes. Contudo, não aprofundaremos esta linha de raciocínio, uma vez que não se enquadra nos objectivos do trabalho que nos propusemos realizar.

É importante assinalar, todavia, que algumas das propostas de classificação aspectual que propusemos podem suscitar dúvidas numa primeira análise. Exemplificamos com as situações denotadas nas proposições (34n) e (47n) – *depois, a armada partiu da praia frente a Tróia* e *naquela noite, a armada grega regressou* –, que foram classificadas como eventos prolongados.

Dado que o SN sujeito refere um número elevado de entidades, a situação denotada na proposição (34n) pode ser concebida como um evento prolongado. Tratando-se de um conjunto de embarcações, é pertinente pensar que não partiram todas exactamente ao mesmo tempo; mas a proposição é, simultaneamente, compatível com adverbiais temporais do tipo de *demorou X tempo* (como em *a armada demorou duas horas a partir da praia frente a Tróia*) e do tipo de *às duas horas* (*às duas horas, a armada partiu da praia frente a Tróia*)[320].

No caso da proposição (47n), verifica-se uma questão idêntica. Por um lado, o estado de coisas "regressar", independentemente de ocorrer com o SN sujeito *a armada*, pode ser concebido de modo a caracterizar-se pelo traço [+ durativo] ou pelo traço [– durativo], consoante se inclua no acto de "regressar" a viagem de retorno e o momento da chegada ou apenas o momento em que se chega. Uma vez que, na proposição em causa, o SN sujeito refere um número plural de embarcações, não é adequado conceber o estado de coisas como pontual. Sublinhe-se, porém, que um enunciado como *a armada regressou às nove da noite* não revela anomalia semântica, apesar de integrar um adverbial temporal que ocorre tipicamente com eventos instantâneos.

[320] Tipicamente, as situações compatíveis com adverbiais temporais como *em X tempo* ou *demorar X tempo a* inserem-se na classe dos eventos prolongados, e as situações compatíveis com adverbiais temporais como *às duas horas* inserem-se na classe dos eventos instantâneos; cf. capítulo 2.

O valor semântico dos argumentos internos e externo, em interacção com o valor semântico do predicador, revela-se, portanto, um factor decisivo para a determinação da classe aspectual em que se insere uma dada situação, como já sublinhámos no capítulo 2.

Sem pretender desculpabilizar eventuais casos em que a classificação por nós proposta seja polémica, julgamos que não é despropositado salientar particularmente a oposição entre estados e eventos – recorde-se que, nas situações eventivas, incluímos os eventos instantâneos e prolongados, assim como as actividades, isto é, todos os estados de coisas que se caracterizam pelo traço [+ dinâmico]. Ao longo dos próximos capítulos, tentaremos comprovar que esta oposição constitui a distinção que emerge com mais clareza quando se pretende associar propriedades temporais e aspectuais aos diferentes protótipos sequenciais que nos propomos analisar: com base nos quatro tipos de texto analisados, as situações eventivas predominam unicamente na sequência narrativa; nas restantes três sequências estudadas, predominam as situações estativas.

Apresentamos, a seguir, um quadro que, pretendendo sistematizar os dados recolhidos, integra as informações relativas quer às ocorrências das formas verbais, quer aos tipos de situações presentes em cada uma das proposições atestadas. Em consequência da opção, que atrás justificámos, de só contabilizar os estados de coisas referidos por orações completivas infinitivas que se distinguem claramente das situações denotadas nas orações principais de que dependem, antecipamos que o quadro contempla apenas 60 estados de coisas referidos por 65 orações.

CLASSES ASPECTUAIS / FORMAS VERBAIS	Eventos instantâneos	Eventos Prolongados	Actividades	Estados	Total
Pretérito perfeito simples	7	24	2	2	**35**
Infinitivo	2	2	2		**6**
Gerúndio		1	4		**5**
Particípio passado				5	**5**
Pretérito imperfeito				2	**2**
Pretérito MQP composto		2			**2**
Pretérito MQP do conjuntivo			2		**2**
Pret. imperfeito do conjuntivo	1				**1**
Pretérito MQP simples				1	**1**
Futuro do pretérito	1				**1**
TOTAL	**11**	**29**	**10**	**10**	**60**
%	***18,3***	**48,3**	***16,7***	***16,7***	***100***

Nesta sequência narrativa, predomina a classe aspectual dos eventos prolongados. Em conjunto com os eventos instantâneos, as duas classes totalizam dois terços (66,6 %) das situações referidas ao longo do segmento discursivo. Se basearmos a análise na oposição, proposta por Moens (1987), entre eventos e estados, reforçamos esta ideia de predomínio das situações eventivas: 83,3 % das situações configuram eventos, e apenas cerca de 16,7 % constituem situações estativas – 5 estados lexicais e 5 estados consequentes.

Entre as 35 proposições em que são atestadas formas de pretérito perfeito simples, 31 referem eventos (7 eventos instantâneos e 24 eventos prolongados) e apenas 4 designam situações atélicas (2 actividades e 2 estados). Não constituindo um dado surpreendente, esta relação entre pretérito perfeito simples e situações da classe dos eventos também não deve deixar de ser salientada, até porque anteriormente assinalámos que o pretérito perfeito simples se revela o tempo

verbal de base da sequência narrativa, e é consensual a ideia segundo a qual os eventos constituem a classe aspectual que tipicamente predomina nas narrativas.

Os valores apresentados quanto ao número de ocorrências quer das diversas formas verbais, quer dos diferentes tipos de situações, reflectem, portanto, algumas ideias geralmente aceites acerca das sequências narrativas. O predomínio das situações eventivas e do pretérito perfeito simples está em sintonia com a ideia de que as sequências narrativas são predominantemente constituídas por conjuntos de eventos apresentados segundo uma ordem de sucessão cronológica.

Propomo-nos, de seguida, explicitar os adverbiais temporais atestados nesta sequência narrativa. Porém, justifica-se anteceder essa explicitação de um conjunto de reflexões.

Em primeiro lugar, consideramos adverbiais temporais não apenas os advérbios de tempo ou os adverbiais temporais que se caracterizam por ter uma distribuição típica dos advérbios, mas todos os elementos linguísticos que servem para expressar quer a localização temporal, quer a duração, quer a frequência das situações denotadas nas proposições em que ocorrem ou com que co-ocorrem. Deste modo, sob a designação de adverbiais temporais, incluímos expressões linguísticas de estatuto sintáctico muito diversificado, sejam advérbios de tempo, sintagmas preposicionais, sintagmas nominais ou orações subordinadas com valor temporal, como veremos adiante[321].

Em segundo lugar, importa referir que adoptámos a classificação de adverbiais temporais proposta por Kamp e Reyle (1993). Nesta classificação, os autores distinguiram adverbiais de localização temporal, adverbiais de duração e adverbiais de frequência[322].

---

[321] Nas palavras de Móia (2003: 109), «"adverbial" deve ser aqui entendido em sentido lato, abrangendo não só as expressões que ocorrem em posição estritamente adverbial […] mas também as que surgem em posição adnominal, como na frase *a inauguração do museu em 1995 foi um sucesso*».

[322] Mesmo outras propostas que diferem da de Kamp e Reyle (1993) revelam-se consensuais no que diz respeito à existência destas três grandes classes de adverbiais temporais. Referimo-nos às teorizações de Bennett e Partee (explicitada em

Nos adverbiais de localização temporal, incluem-se todos os que servem para precisar, de modo mais ou menos exacto, a localização de um estado de coisas, fornecendo coordenadas temporais, quer pela indicação de um intervalo de tempo do eixo cronológico, quer pela referência a uma outra situação[323]. Nos adverbiais temporais de duração, inserem-se os que manifestam a extensão do intervalo de tempo durante o qual se verifica o estado de coisas referido, independentemente da sua localização no eixo cronológico ou da relação temporal que mantém com outras situações denotadas[324]. Por fim, nos adverbiais temporais de frequência, integram-se os que expressam padrões de recorrência dos estados de coisas, confinados ou não a um determinado intervalo de tempo.

Vejamos, então, os adverbiais temporais que se encontram na sequência em análise. O quadro que agora apresentamos enumera-os, indicando também a macroproposição em que ocorrem.

Mateus *et alii* (1992) e em Matos (1999)), de Vet (1980) e de Borillo (explicitada em Campos e Xavier (1991)).

[323] Cf. Móia (2003: 110): «o termo "localização temporal (adverbial)" tem sido usado para referir não só a associação directa de situações com intervalos do eixo do tempo […] mas também a sua associação com outras situações (as quais remetem, por sua vez, para os intervalos em que se realizam) […]. Assim, nesta acepção alargada, o domínio da localização temporal integra as relações temporais entre situações expressas através de meios adverbiais».

[324] Cf. Móia (2003: 115): «Expressar a duração de uma entidade (e.g., uma situação) consiste em referir a sua dimensão temporal, associando-lhe uma quantidade de tempo».

ADVERBIAIS TEMPORAIS		Res.	Aval.	Prel.	Pn1	Pn2	Pn3	Pn4	Pn5
(In)	*Dos fins da Idade do Bronze*	**X**							
(IIn)	*Quando a bela princesa Helena atingiu a idade de casar*				**X**				
(IIIn)	*Anos depois*					**X**			
(IVn)	*Chegados a Tróia*						**X**		
(Vn)	*Durante nove anos*						**X**		
(VIn)	*Durante esse tempo*						**X**		
(VIIn)	*Várias vezes*						**X**		
(VIIIn)	*Finalmente*							**X**	
(IXn)	*Depois*							**X**	
(Xn)	*Sempre*							**X**	
(XIn)	*Até desaparecer na linha do horizonte*							**X**	
(XIIn)	*Depois de várias hesitações*							**X**	
(XIIIn)	*Naquela noite*							**X**	
(XIVn)	*Ao mesmo tempo*							**X**	
(XVn)	*Então*							**X**	
(XVIn)	*Entretanto*							**X**	
(XVIIn)	*Eventualmente*								**X**
N.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS		**1**	**0**	**0**	**1**	**1**	**4**	**9**	**1**

Nesta sequência narrativa, foram atestados 17 adverbiais temporais, entre os quais incluímos o advérbio *eventualmente*, notado (XVIIn). Na ocorrência em questão ((62n) *entre esses afortunados […] contava-se o príncipe Eneias* (65n) *que iria <u>eventualmente</u> fundar Roma*), este advérbio veicula não o significado que prototipicamente denota em português – próximo do de *casualmente* ou *fortuitamente* – mas um significado equivalente a *por fim* ou a *finalmente*, o qual é frequentemente atestado na forma inglesa *eventually*.

Os adverbiais temporais atestados na sequência narrativa apresentam configurações sintácticas muito diversas, que passamos a listar:

– sintagmas adverbiais (*finalmente, depois, sempre, então, entretanto, eventualmente, depois de várias hesitações*);

– sintagmas nominais (*anos depois, várias vezes*);

– sintagmas preposicionais (*dos fins da Idade do Bronze, durante nove anos, durante esse tempo, naquela noite, ao mesmo tempo*);

– orações subordinadas participiais (*chegados a Tróia*);

– orações subordinadas introduzidas por conectores com valor temporal (*quando a bela princesa grega Helena atingiu a idade de casar, até desaparecer na linha do horizonte*).

Em 65 predicações, foram atestados 17 adverbiais temporais, o que revela uma taxa de ocorrência de cerca de 26,2%. Em média, cerca de um quarto das proposições incluem um adverbial temporal. Veremos, nos capítulos que se seguem, que esta constitui uma elevada taxa de ocorrência, em comparação com a que se atesta nas sequências descritiva, explicativa e argumentativa. Também este dado parece estar de acordo com as propriedades inerentes ao protótipo da sequência narrativa, designadamente no que diz respeito à sequencialidade temporal que tipicamente o caracteriza e à necessidade de especificar a ordem temporal entre as situações denotadas.

A macroproposição correspondente à resolução (Pn4) é a que inclui mais adverbiais temporais: precisamente 9 num total de 17. Inversamente, a avaliação e o prelúdio não integram qualquer adverbial temporal. Há 4 adverbiais inseridos na macroproposição correspondente à macroproposição das reacções (Pn3), e os restantes 3 adverbiais temporais distribuem-se pela situação inicial (Pn1), pela complicação (Pn2) e pela situação final (Pn5).

Julgamos que a ocorrência preponderante dos adverbiais temporais na macroproposição da resolução decorre da extensão relativa desta macroproposição (que integra 30 proposições de um total de 65), assim como da necessidade de

localizar e, sobretudo, de ordenar os estados de coisas nela referidos. Essa necessidade não é tão evidente, por exemplo, nas macroproposições relativas à situação inicial e à situação final (e menos ainda na avaliação ou no prelúdio), o que se reflecte nas baixas taxas de ocorrência dos adverbiais temporais que estas macroproposições manifestam.

Com base na classificação de adverbiais temporais de Kamp e Reyle (1993) que atrás adoptámos, assinalamos, no quadro seguinte, os valores relativos ao número e à taxa de ocorrência dos diferentes tipos de adverbiais temporais.

ADVERBIAIS TEMPORAIS		**Localização**	**Duração**	**Frequência**
(In)	*Dos fins da Idade do Bronze*	**X**		
(IIn)	*Quando a bela princesa Helena atingiu a idade de casar*	**X**		
(IIIn)	*Anos depois*	**X**		
(IVn)	*Chegados a Tróia*	**X**		
(Vn)	*Durante nove anos*		**X**	
(VIn)	*Durante esse tempo*		**X**	
(VIIn)	*Várias vezes*			**X**
(VIIIn)	*Finalmente*	**X**		
(IXn)	*Depois*	**X**		
(Xn)	*Sempre*			**X**
(XIn)	*Até desaparecer na linha do horizonte*	**X**		
(XIIn)	*Depois de várias hesitações*	**X**		
(XIIIn)	*Naquela noite*	**X**		
(XIVn)	*Ao mesmo tempo*	**X**		
(XVn)	*Então*	**X**		
(XVIn)	*Entretanto*	**X**		
(XVIIn)	*Eventualmente*	**X**		
N.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS		**13**	**2**	**2**
TAXA DE OCORRÊNCIA		***76,4 %***	***11,8 %***	***11,8 %***

Predominam os adverbiais de localização temporal. Os adverbiais temporais de duração e de frequência apresentam valores de ocorrência baixos em comparação com os adverbiais de localização.

Vale a pena sublinhar que incluímos *finalmente* e *eventualmente* (com um significado equivalente ao de *por fim*) entre os adverbiais temporais de localização, na medida em que se trata de «um tipo particular de relação entre situações – a ordenação sequencial – expressa adverbialmente através de sintagmas como *primeiro*, *seguidamente* (ou *depois*) e *por fim* (ou *por último*)»[325].

Entre os adverbiais de localização temporal, só o adverbial (In) – *dos fins da Idade do Bronze* – associa directamente um intervalo do eixo cronológico a uma entidade (*guerra de Tróia*), e não a uma situação.

Os adverbiais temporais (IIn), (IVn) e (XIn) – respectivamente *quando a bela princesa Helena atingiu a idade de casar*, *chegados a Tróia* e *até desaparecer na linha do horizonte* – caracterizam-se por revelarem uma maior complexidade no processo de localização. Tratando-se de orações subordinadas com valor temporal, denotam situações que contribuem para a localização dos estados de coisas com que co-ocorrem. O processo de localização subjacente a estes adverbiais consiste em associar ao estado de coisas que está a ser localizado, não um intervalo de tempo, mas um segundo estado de coisas que ajuda a situar o primeiro. Deste modo, implicam o estabelecimento de uma relação temporal – de anterioridade, de sobreposição ou de posterioridade – entre a situação denotada pela oração subordinada (que ajuda a localizar) e a situação referida pela oração principal (que é localizada)[326].

---

[325] Móia (2003: 110).

[326] Adverbiais temporais com outras configurações sintácticas implicam apenas «relações de sobreposição entre a entidade localizada e o intervalo de localização», Móia (2003: 111). O adverbial (XIIn) *depois de várias hesitações* apresenta, neste ponto, semelhanças com os adverbiais que constituem orações subordinadas temporais, possivelmente porque tem um significado próximo do significado de uma oração subordinada temporal do tipo de *depois de os troianos terem manifestado várias hesitações* ou do tipo de *depois de os troianos terem por várias vezes hesitado*.

De seguida, propomo-nos listar as principais relações discursivas atestadas ao longo da sequência narrativa em análise. Na secção seguinte, dedicada à explicitação da localização temporal das situações e das relações temporais que, nesta sequência narrativa, mantêm entre si, teremos oportunidade de fundamentar os dados que agora propomos.

Relação discursiva	Núcleo	Satélite
NARRAÇÃO	(1n) (5n) (8n) (22n) (32n) (33n) (34n) - (36n) (47n) (49n) (50n) (52n)	(3n) (6n) (14n) (25n) (33n) (34n) (37n) (48n) (50n) (52n) (53n)
RESULTADO	(8n) - (13n) (16n) - (18n) (19n) - (21n) (29n) (34n) - (42n) (43n) - (45n) (52n) (54n)	(19n) - (20n) (19n) - (20n) (22n) (30n) - (31n) (43n) (46n) (53n) - (54n) (56n) - (61n)

ELABORAÇÃO	(4n) (15n) (25n) - (26n) (30n) - (31n) (34n) (56n) - (58n)	(5n) - (64n) [327] (16n) - (17n) (27n) - (28n) (32n) - (61n) (35n) - (36n) (59n) - (61n)
CAUSA	(7n) (43n)	(8n) - (13n) (44n) - (45n)
SEGUNDO PLANO	(22n) (50n)	(23n) - (24n) (51n)
Relação discursiva	**Um item**	**Outro item**
LISTA [328]	(56n) (57n) (59n) (60n)	(57n) (58n) (60n) (61n)

Recorde-se que Mann (1999) sublinhou, por um lado, que não é obrigatório que todas as proposições que constituem um texto sejam inseridas numa dada relação discursiva, e, por outro lado, que é possível uma mesma proposição integrar duas ou mais relações discursivas distintas[329]. Além disso, o mesmo autor defende a ideia segundo a qual «a text may have more than one analysis, either

[327] A relação de *ELABORAÇÃO* também se atesta entre um núcleo constituído pelo segmento discursivo correspondente à macroproposição do resumo e um satélite composto pelas proposições (4n) a (64n).

[328] A relação discursiva de *LISTA*, ao contrário da maioria das relações discursivas, não é constituída por um núcleo e por um satélite. De facto, os dois elementos que compõem a relação de *LISTA* não são funcionalmente distintos. O mesmo se verifica noutras relações discursivas, como a relação de *CONTRASTE* e de *SEQUÊNCIA*. Cf. Mann (1999).

[329] Cf. igualmente Lascarides e Asher (1991: 55): «we assume that more than one discourse relation can hold between two sentences».

because the observer finds ambiguity or finds that a combination of analyses best represents the author's intent»[330].

A relação discursiva de *NARRAÇÃO* define-se como a relação de significado entre dois segmentos textuais em que a situação (ou situações) referida no satélite é posterior à que é descrita no núcleo, não constituindo a sua causa. Na relação de *RESULTADO*[331], o núcleo indica uma dada situação e o satélite apresenta outro estado de coisas que é uma consequência da situação referida no núcleo. A relação discursiva de *CAUSA* consiste no facto de o segmento textual que constitui o satélite explicitar a causa da situação apresentada no núcleo.

A *NARRAÇÃO* e o *RESULTADO* são relações discursivas que implicam sequencialidade temporal entre os estados de coisas descritos, quando estão em causa apenas situações eventivas. Também a relação de *CAUSA* implica sequencialidade; mas, a nível discursivo e quando são referidos estados de coisas da classe dos eventos, observa-se inversão temporal[332] entre as situações denotadas.

Na relação de *ELABORAÇÃO*, o segmento textual que constitui o satélite veicula informação adicional relativamente a um dado conteúdo, introduzido pelo núcleo, no sentido de o especificar ou aprofundar. Segundo Saussure (1996, 1997), a relação de *ELABORAÇÃO* dá origem a cápsulas que podem ser temporalmente ordenadas ou manifestar indeterminação temporal entre as situações referidas. Veremos adiante que, no caso das relações de *ELABORAÇÃO*

---

[330] Mann (1999).

[331] Segundo um critério de intencionalidade subjacente às situações denotadas, Mann (1999) especificou dois tipos de relação discursiva de *RESULTADO – volitional result* e *non-volitional result* –, distinção que não utilizaremos ao longo deste trabalho.

[332] Concebemos a inversão temporal como a relação atestada entre dois estados de coisas, perspectivados no plano da representação textual, na qual se verifica que a sua ordenação discursiva é inversa à ordem pela qual as situações se dão na realidade extralinguística. Não confundimos, portanto, este conceito com as relações temporais de anterioridade, posterioridade e sobreposição, que se inscrevem no plano da realidade extralinguística. Sublinhe-se que, sempre que se atesta inversão temporal, observa-se necessariamente a relação temporal de posterioridade de uma situação relativamente a outra.

que têm como núcleo as proposições (4n), (15n), e (30n) e (31n), se trata de cápsulas temporalmente ordenadas, na medida em que se atestam avanços no eixo do tempo[333].

A relação de *LISTA* consiste na enumeração de entidades ou situações. A relação discursiva de *SEGUNDO PLANO* define-se por integrar no satélite informação que constitui o pano de fundo dos conteúdos explicitados no núcleo.

É significativo, embora não surpreendente, que predomine nesta sequência a relação discursiva de *NARRAÇÃO* (contabilizámos 11 ocorrências), mas também a de *RESULTADO* (com 8 ocorrências) e a de *ELABORAÇÃO* (com 6 ocorrências). Esta constatação sublinha a ideia de que a sequencialidade temporal, típica das relações de *NARRAÇÃO* e de *RESULTADO*, é inerente à sequência narrativa.

Por outro lado, além das 8 ocorrências da relação discursiva de *RESULTADO*, são também atestadas 2 ocorrências da relação de *CAUSA*. Estas duas relações discursivas, por definição, decorrem da existência de relações de causa-efeito entre os estados de coisas relevantes[334]. Ora, a causalidade entre as situações referidas constitui, segundo Adam (1992), uma propriedade fundamental da narrativa.

Sistematizemos, a finalizar esta secção, as principais características sublinhadas a propósito do texto que apresentámos.

A sequência narrativa inicia-se com as macroproposições do resumo, da avaliação e do prelúdio. Seguem-se, de modo sucessivo e manifestando geralmente uma sequencialidade temporal linear, as macroproposições correspondentes à situação inicial, à complicação, às reacções, à resolução e à situação final. As diferentes macroproposições apresentam extensão variável,

[333] Cf. secção 3.4. do capítulo 3.

[334] Veremos, na secção 6.6. do capítulo 6, que, em textos de instruções, também se atesta com elevada frequência a relação de *NARRAÇÃO*, mas não a de *RESULTADO*, entre os estados de coisas referidos. Por outras palavras, observa-se nesses textos sequencialidade temporal (propriedade que é comum às sequências narrativas), mas as situações denotadas não mantêm relações de causa-efeito entre si.

salientando-se a resolução como a mais extensa de todas. O início de três das cinco macroproposições narrativas (a situação inicial, a complicação e a resolução) é marcado por adverbiais temporais.

Predominam as formas verbais de pretérito perfeito simples, que ocorrem em mais de metade das proposições. O pretérito perfeito simples configura, assim, o tempo verbal de base desta sequência. Entre as restantes formas verbais atestadas, somente as formas nominais de infinitivo e de gerúndio apresentam valores de ocorrência significativos.

Quanto aos tipos de situações denotadas ao longo da sequência narrativa, predomina claramente a classe dos eventos. Entre eventos prolongados, eventos instantâneos e actividades, são referidas situações eventivas em mais de 83 % das proposições desta sequência.

A sequência narrativa integra ainda 17 adverbiais temporais. A taxa de ocorrência destes adverbiais revela um valor elevado, sobretudo em comparação com as outras sequências que nos propomos analisar nos capítulos subsequentes. Predominam os adverbiais de localização temporal, ocorrendo apenas 2 adverbiais temporais de duração e 2 de frequência.

Os dados relativos ao predomínio do pretérito perfeito simples (tempo verbal que, no seu significado mais típico, indica situações localizadas num intervalo anterior ao intervalo de tempo da enunciação e delimitadas à direita), de estados de coisas da classe dos eventos, e de valores de ocorrência elevados dos adverbiais temporais reflectem a ideia de que a noção de sequencialidade temporal é inerente à sequência narrativa.

Esta conclusão é confirmada pela análise das relações discursivas predominantes na sequência. As relações de *NARRAÇÃO* e de *RESULTADO*, relações que promovem a sucessão cronológica quando estão em causa situações eventivas, são as mais atestadas nesta narrativa.

5.5. A TEMPORALIDADE DE UMA SEQUÊNCIA NARRATIVA

Nesta secção, propomo-nos analisar detalhadamente os mecanismos linguísticos que permitem proceder à referência temporal e, mais especificamente, à ordem temporal no discurso, com o objectivo de explicitar a temporalidade da sequência narrativa em questão.

Utilizaremos as seguintes notações propostas por Kamp e Reyle (1993), e já introduzidas na secção 3.4. do capítulo3: *TPpt* para referir o ponto de perspectiva temporal; *Rpt* para denotar o ponto de referência[335]; *n* para designar o intervalo de tempo da enunciação; e, por fim, *s* e *e* para descrever situações da classe aspectual dos estados e dos eventos[336], respectivamente.

A proposição (1n) inclui uma forma verbal de pretérito perfeito simples, e expressa uma relação de anterioridade entre a situação referida (um evento prolongado) e o intervalo de tempo da enunciação. Por outras palavras, o *TPpt* coincide com *n*, e verifica-se uma relação de anterioridade entre o intervalo de tempo em que se localiza *e* e o *TPpt*. Esta proposição integra, em aposição, o adverbial temporal (In), que localiza a guerra de Tróia num determinado intervalo do eixo cronológico. Saliente-se que este adverbial procede à localização do SN

[335] Na secção 3.4. do capítulo 3, já foram definidos e delimitados estes dois conceitos, centrais para a análise que vamos empreender neste e nos próximos capítulos; retomamo--los, agora, de modo sumário. O ponto de perspectiva temporal, na concepção de Kamp e Reyle (1993), constitui uma coordenada necessária para o cálculo da referência temporal de uma dada situação. Esta coordenada pode coincidir ou não com o intervalo de tempo da enunciação, originando uma localização de tipo deíctico ou anafórico, respectivamente. O ponto de referência é também uma coordenada temporal, e serve para dar conta das relações de sequencialidade ou de inclusão temporal que se observam entre as situações em sequências narrativas.

[336] Incluímos, sob a designação de eventos, os estados de coisas das classes dos eventos instantâneos, dos eventos prolongados e das actividades. A distinção básica entre estados e eventos foi proposta por Moens (1987), mas as designações que adoptámos foram propostas por Vendler (1967). A justificação destas nossas opções conceptuais e terminológicas foi explicitada no capítulo 2.

sujeito da proposição (1n) e não ao estado de coisas denotado por essa proposição. Além disso, trata-se do único adverbial temporal que, ao longo desta sequência, procede à localização absoluta de um estado de coisas no eixo do tempo.

A proposição (2n) é uma oração adjectiva reduzida de particípio que modifica o nome *invasores*, integrado no aposto da proposição (1n). Ela denota um estado consequente, cujo *TPpt* é o adverbial (In); *s* sobrepõe-se parcialmente a *TPpt*.

A proposição (3n) integra o operador aspectual *vir a* + infinitivo, com o auxiliar no pretérito perfeito simples, e designa um estado lexical. O *TPpt* coincide com *n*, e *s* é anterior ao *TPpt*. O estado descrito em (3n) ocupa um intervalo de tempo posterior ao do evento designado pela proposição (1n), que lhe serve de *Rpt*. Esta relação de sucessão temporal deve-se, por um lado, ao facto de o evento referido na proposição (1n) ter atingido a sua culminação, e, por outro, ao valor resultativo do operador aspectual *vir a* + infinitivo.

Vimos já que a proposição (4n) desempenha a função de introduzir a intriga narrativa e que, por isso, foi inserida numa nova macroproposição − que designámos por prelúdio −, não prevista nas anteriores reflexões sobre a estrutura macroproposicional da sequência narrativa. Esta proposição denota um evento prolongado e inicia uma cápsula temporalmente ordenada[337]. O *TPpt* coincide com *n*, e *e* é anterior a *TPpt*. O evento descrito nesta proposição localiza-se num intervalo anterior aos intervalos de tempo ocupados pelos estados de coisas denotados em (1n) e em (3n).

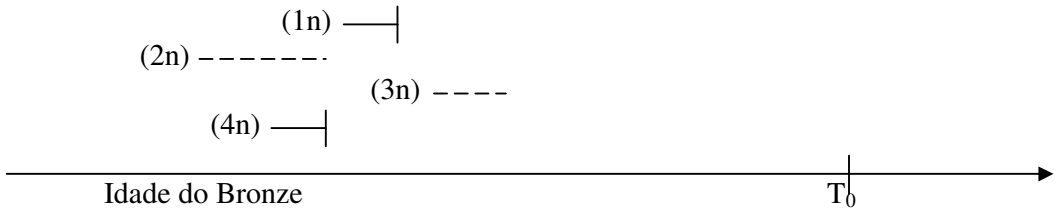
Esta interpretação é inferida do seguinte modo: a localização temporal do evento referido na proposição (4n) sobrepõe-se necessariamente ao intervalo de tempo em que se integra a Guerra de Tróia (localizada nos finais da Idade do

[337] Para uma exposição sobre o conceito de cápsula, segundo Saussure (1996, 1997), cf. secção 3.4. do capítulo 3.

Bronze); posteriormente ao conjunto de eventos que se sucederam nesta guerra, foram criadas as lendas (situação indicada na proposição (1n)) que acabariam por se revelar importantes na cultura das civilizações clássicas (o que é descrito na proposição (3n)).

Para proceder a uma adequada ordenação temporal das situações referidas no texto, revela-se indispensável o recurso a processos de natureza inferencial a partir de informações fornecidas no discurso. Assim, verifica-se que, nesta sucessão de proposições no pretérito perfeito simples, não há isomorfismo, uma vez que as proposições (1n) e (3n) denotam situações localizadas em intervalos de tempo posteriores àquele em que se deu a guerra de Tróia.

Ao longo deste capítulo e do próximo, servir-nos-emos de esquemas que, não constituindo uma proposta de formalização, pretendem apenas tornar visualmente apreensíveis as relações temporais entre as situações denotadas nos textos em análise. Vejamos, então, no esquema seguinte, a temporalidade das situações referidas nas macroproposições correspondentes ao resumo, à avaliação e ao prelúdio.



Os eventos prolongados são representados por uma linha horizontal delimitada à direita por uma linha vertical (que assinala a culminação), e as situações estativas por uma linha tracejada. Todos os estados de coisas são identificados através da numeração árabe que antepusemos a cada oração.

O intervalo de tempo ocupado pelo evento denotado em (4n) insere-se no período mais vasto da Idade do Bronze, próximo do seu limite final. O intervalo em que se insere o estado consequente referido em (2n) inclui o intervalo ocupado pelo evento descrito em (4n). Já a localização do evento referido em (1n) é menos exacta: este evento pode situar-se quer num intervalo ainda abrangido pelo período da Idade do Bronze, quer num intervalo que lhe é posterior. Observa-se sequencialidade temporal entre os estados de coisas denotados por (1n) e (3n), e entre as situações representadas por (3n) e (4n), neste caso com inversão a nível da sua representação discursiva.

Quanto à macroproposição correspondente à situação inicial (Pn1), a proposição (5n) introduz o conjunto de situações que constituem a intriga narrativa. O seu *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*. Todos os intervalos de tempo ocupados pelos estados de coisas designados desde a proposição (5n) até à proposição (64n) estão incluídos no intervalo mais extenso implicado em (4n).

Como já foi assinalado, é significativo que o princípio da macroproposição correspondente à situação inicial (Pn1) seja marcado por um adverbial de localização temporal, que especifica um dado evento ("Helena atingir a idade de casar") no intervalo mais extenso anteriormente indicado no discurso pelo adverbial (In). Esse evento constitui o *Rpt* para o estado de coisas referido na proposição (6n).

De facto, a proposição (5n) constitui o adverbial temporal (IIn), integra uma forma verbal no pretérito perfeito simples e denota um evento instantâneo. Trata-se de uma oração subordinada iniciada pelo conector com valor temporal *quando*; enquanto adverbial de localização temporal, ajuda, portanto, a situar o estado descrito na proposição (6n)[338].

[338] Carecho (1996) analisou as construções com *quando* e agrupou-as em construções de localização temporal (é o caso da proposição (5n)), construções de quantificação temporal e construções de quantificação que estabelecem uma correlação entre propriedades.

O estado lexical descrito nesta última proposição, com forma verbal no pretérito perfeito simples, inclui o intervalo ocupado pelo evento referido em (5n): o *TPpt* de (6n) é *n*; *s* é anterior a *TPpt* e inclui *e*. Na verdade, quando a oração principal denota um estado e a oração subordinada com *quando* designa um evento, o estado verifica-se no intervalo em que se situa o evento, e pode prolongar-se para além dele[339]. Por outro lado, o intervalo em que se localiza este estado engloba os intervalos de tempo ocupados pelas situações referidas nas proposições (7n) a (13n).

Entre outros autores, Móia (2003) e Cunha (2004) salientaram que, relativamente aos adverbiais temporais localizadores que indicam um intervalo de tempo, os que denotam uma situação (isto é, os que predicam) carreiam um grau de complexidade mais elevado no processo de localização, porquanto inserem no processamento discursivo um novo estado de coisas, em função do qual se procede à localização do estado de coisas descrito na oração principal[340].

A proposição (7n), com forma verbal no infinitivo, refere uma actividade cuja localização temporal depende da temporalidade da oração (8n). Uma vez que a proposição (8n) designa um evento instantâneo, a sua culminação delimita a fronteira inicial da actividade "evitar quezílias" descrita em (7n). É a seguinte a localização temporal do evento denotado em (8n): *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*; *e* é posterior a (5n), está incluído em (6n) e é anterior a (7n).

[339] Cf. Carecho (1996) e Cunha (1999). A proposição (5n) constitui um exemplo de oração subordinada que coloca em causa a distinção proposta por Labov (1972) entre orações narrativas (as subordinantes) e orações não narrativas (as subordinadas); cf. secção 4.2.2. do capítulo 4.

[340] Cunha (2004: 270): «a introdução de uma segunda eventualidade, com o consequente acréscimo de informação de carácter temporal e aspectual que a ela se encontra associada, torna o tratamento das referidas orações bem mais complexo, introduzindo variáveis, como a interacção entre os tempos gramaticais, inteiramente ausentes da investigação requerida pelos adverbiais de mera localização».

Também a temporalidade das proposições seguintes está dependente da proposição (8n). Recorrendo ao conhecimento do mundo, sabemos que, num juramento deste tipo, as situações denotadas nas orações seleccionadas pela oração subordinante localizam-se em intervalos posteriores àquele em que se insere o evento "jurar". Logo, o evento instantâneo designado em (9n) − assim como os estados de coisas descritos nas proposições seguintes, até à proposição (13n) − é uma situação potencial que se situa num intervalo necessariamente posterior ao que é ocupado pelo evento referido em (8n). A localização do evento denotado em (9n) pode, então, ser explicitada da seguinte maneira: *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*; quanto à relação temporal entre as duas situações, *e* é posterior a (8n).

Porque só seria possível aceitar a escolha feita por Helena após ela ter sido efectuada, o evento instantâneo designado em (10n) − proposição com forma verbal no pretérito imperfeito do conjuntivo − é posterior ao evento descrito em (8n) e anterior ao evento referido em (9n). Verifica-se, deste modo, que o conhecimento do mundo ajuda a realizar inferências sobre as relações temporais entre as situações denotadas em (8n), (9n) e (10n). O estado de coisas designado em (10n) apresenta, portanto, a seguinte localização temporal: o *TPpt* é (8n); *e* é posterior a *TPpt* e anterior ao evento referido em (9n)[341].

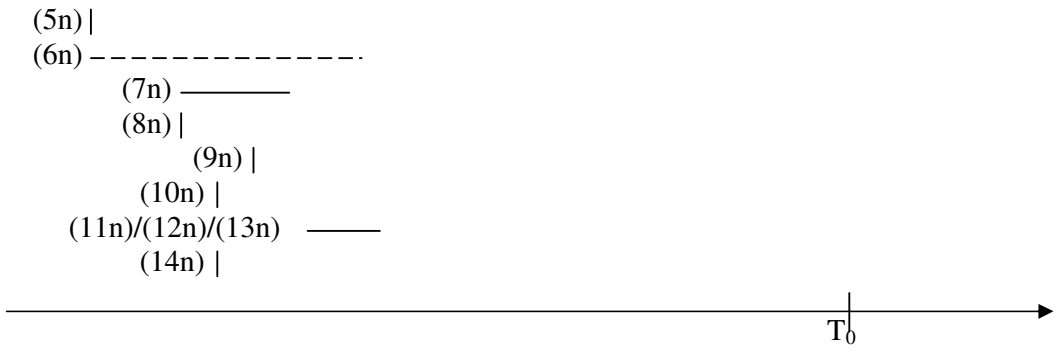
A oração (11n), com forma verbal no infinitivo, é uma oração subordinada completiva coordenada com a oração (9n). Por sua vez, a oração (11n) selecciona duas orações completivas coordenadas entre si. Na secção 5.4., sublinhámos as dificuldades inerentes ao tratamento temporal destas construções. Concluímos que seria preferível tratar as situações que estas construções denotam como estados de coisas complexos. Segundo esta perspectiva, (11n), (12n) e (13n) designam uma

[341] A propósito da localização das situações denotadas em orações subordinadas com formas verbais no pretérito imperfeito do conjuntivo, Oliveira (2003b: 268) referiu que «a leitura de futuro também se encontra disponível, não só em relação ao tempo da frase principal como também em relação ao tempo da enunciação».

actividade com a seguinte localização: *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*; quanto à relação temporal com outras situações, *e* é posterior ao evento instantâneo descrito em (9n). As proposições (9n) a (13n), recorde-se, denotam situações potenciais cuja localização é necessariamente posterior ao intervalo de tempo ocupado pelo evento referido em (8n).

A proposição (14n), com forma verbal no pretérito perfeito simples, conclui a macroproposição relativa à situação inicial (Pn1), e designa um evento instantâneo que se localiza num intervalo posterior ao que é ocupado pelo estado de coisas descrito em (8n): o seu *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*; no que diz respeito à relação temporal com outras situações, *e* é posterior ao evento referido em (8n), sobrepõe-se ao intervalo denotado pela situação designada em (10n), e é anterior aos estados de coisas potenciais descritos em (9n) e em (11n)/(12n)/(13n).

O diagrama seguinte representa a temporalidade das situações que se incluem na macroproposição relativa à situação inicial (Pn1).



Neste esquema, as actividades são representadas por linhas a cheio, e os eventos instantâneos por linhas verticais.

Julgamos que, na análise da temporalidade dos estados de coisas representados nesta macroproposição, devem ser secundarizadas as situações apresentadas como potenciais – referidas pelas proposições (7n), (9n), (10n) e (11n)/(12n)/(13n). Por se tratar de situações potenciais no momento em que o juramento foi efectuado, não devem ser colocadas no mesmo plano das situações que, na narrativa, de facto sucederam – designadamente os estados de coisas descritos pelas orações (5n), (6n), (8n) e (14n), uma oração subordinada temporal e três orações principais.

Assim, a culminação do evento denotado na proposição (5n) desencadeia o estado designado em (6n); dentro do intervalo que este estado ocupa, inclui-se o intervalo ocupado pelo evento instantâneo referido em (8n). Por fim, o intervalo de tempo em que se insere o evento instantâneo descrito em (14n) é posterior ao intervalo em que se integra o evento denotado em (8n). Observa-se sequencialidade temporal entre as situações eventivas designadas por formas verbais no pretérito perfeito simples, e a relação de inclusão temporal entre o estado referido em (6n) e o evento instantâneo descrito em (8n).

Também a macroproposição correspondente à complicação (Pn2) é iniciada por um adverbial de localização temporal – (IIIn) *anos depois* –, que introduz um novo *Rpt*. A proposição (15n) integra uma forma verbal no pretérito perfeito simples e designa um evento prolongado, que ocupa um intervalo de tempo em que se incluem os eventos referidos nas proposições (16n) e (17n). A localização temporal de (15n) é a seguinte: *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*; o intervalo de tempo ocupado por *e* inclui os intervalos em que se inserem os eventos denotados pelas proposições (16n) e (17n).

As três proposições integram formas verbais no pretérito perfeito simples, e referem situações eventivas, mas não se atesta uma sequencialidade temporal linear entre elas. Como assinalámos, o intervalo ocupado pelo evento prolongado descrito em (15n) inclui os intervalos em que se integram os eventos denotados em (16n) e em (17n). Uma vez que a sequencialidade temporal constitui a

instrução por defeito da combinação do pretérito perfeito simples com situações eventivas em sequências narrativas, é o conhecimento do mundo que permite inferir que o intervalo ocupado pelo evento "Páris visitar a corte de Menelau" engloba os intervalos em que se inserem os eventos "acabar por seduzir Helena" e "acabar por raptar Helena". O conhecimento do mundo − mais especificamente, a relação discursiva inferível com base nesse conhecimento − cancela aquele valor de sequencialidade estrita entre os três estados de coisas. A relação discursiva que é reconhecível entre estas situações determina, portanto, as suas relações temporais.

Atesta-se, neste caso, a relação discursiva de *ELABORAÇÃO*, cujo núcleo é a proposição (15n) e cujo satélite é constituído pelas proposições (16n) e (17n)[342]. Os dois estados de coisas referidos nestas proposições constituem uma cápsula temporalmente ordenada, na medida em que se sucedem no eixo cronológico, segundo a ordem pela qual ocorrem no discurso. A sua localização temporal pode, então, ser descrita nos seguintes termos: em ambos os casos, o *TPpt* coincide com *n*, e *e* é anterior a *TPpt*. Nas duas proposições, *e* está incluído no intervalo ocupado pelo evento denotado em (15n); quanto à sua localização relativa, e_1 é anterior a e_2.

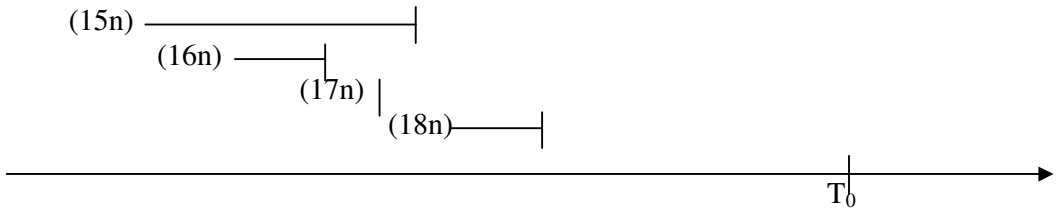
O evento prolongado designado na proposição (18n), uma oração gerundiva[343], situa-se num intervalo posterior quer ao intervalo em que se localiza

[342] Saussure (1997) argumentou que a inclusão de situações no seio de outras situações é um processo recursivo, na medida em que os estados de coisas de um nível inferior podem, por sua vez, incluir outras situações. É o que se verifica, por exemplo, na proposição (15n): o intervalo que o evento prolongado ocupa inclui os intervalos em que se integram os eventos referidos nas proposições (16n) e (17n); mas o intervalo ocupado pelo evento denotado em (15n) está já incluído no intervalo que engloba o conjunto de estados de coisas integrado na cápsula introduzida pela proposição (4n).

[343] Segundo a classificação proposta por Bosque e Demonte (1999) (que prevê cinco tipos de valores das orações gerundivas: temporal, causal, condicional, concessivo e ilativo), trata-se de um gerúndio de tipo ilativo. Esta construção gerundiva caracteriza-se por expressar um estado de coisas que acompanha e se acrescenta ao que é referido pela oração principal. Entre as estruturas gerundivas ilativas, os autores distinguiram ainda as que manifestam valores explicativos, avaliativos ou adversativos das que expressam um

o evento referido em (17n), quer ao que é ocupado pelo evento descrito em (15n). A temporalidade de (18n) depende da localização do evento denotado em (17n); por isso, o seu *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*. Quanto à relação temporal com outras situações, *e* é posterior quer ao evento designado em (17n), que lhe serve de *Rpt*, quer ao evento descrito em (15n).

Vejamos, no esquema seguinte, a temporalidade das situações denotadas na macroproposição relativa à complicação (Pn2).



Verifica-se sequencialidade temporal entre as situações referidas em (16n) e em (17n), integradas na cápsula ordenada iniciada pela proposição (15n). Também se observa sequencialidade cronológica entre os estados de coisas denotados pelas proposições (15n) e (18n), assim como entre as situações descritas em (17n) e em (18n).

A proposição (19n) inicia a macroproposição correspondente às reacções (Pn3); integra uma forma verbal no pretérito perfeito simples e designa um evento instantâneo. O seu *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*; quanto à relação com

valor temporal de posterioridade (é este o caso da situação designada na proposição (18n)).

outras situações, *e* ocupa um intervalo de tempo posterior ao intervalo em que se situa o evento prolongado referido na proposição (18n)[344].

O estado consequente designado na proposição (20n) situa-se num intervalo de extensão indeterminada, cuja fronteira inicial coincide com a culminação das situações denotadas nas proposições (8n) a (13n). O intervalo de tempo ocupado pelo evento descrito em (19n) está incluído, portanto, no intervalo em que se insere o estado descrito em (20n). Esta localização é manifestada pela forma de particípio passado – (20n) é uma oração adjectiva reduzida de particípio – e inferida com base em informação expressa no discurso – nomeadamente, na alusão ao juramento efectuado pelos pretendentes de Helena, nas proposições (8n) a (13n), e na referência ao intervalo de tempo que separa o juramento da sua evocação por Menelau, através do adverbial temporal (IIIn) *anos depois*.

A proposição (21n), que integra a perífrase verbal *ir* + infinitivo (com o auxiliar no infinitivo flexionado), refere um evento prolongado que tem como *Rpt* o evento denotado em (19n). A sua temporalidade depende da localização do estado de coisas descrito em (19n). O *TPpt* do evento prolongado "irem recuperar a bela Helena" coincide com o evento (19n); *e* é posterior a *TPpt*, porque a construção *ir* + infinitivo assinala uma relação de posterioridade entre o *TPpt* disponível e o intervalo de tempo da situação denotada[345]. O evento referido em (21n) localiza-se, portanto, num intervalo posterior ao intervalo de tempo em que se situa o estado de coisas descrito em (19n), e insere-se no domínio do não--factual, pelo que a sua culminação não pode ser localizada de modo exacto no

[344] Em rigor, a fronteira à esquerda do intervalo ocupado pelo evento denotado em (19n) situa-se após o início do intervalo de tempo em que se insere o evento referido em (18n), e não necessariamente após a culminação deste evento. Por outras palavras, o evento instantâneo "Menelau evocar o juramento [feito pelos outros pretendentes]" pode localizar-se num intervalo posterior ao início do intervalo de tempo em que se integra o evento prolongado "Páris levar Helena para Tróia", mas antes da sua culminação, isto é, antes ainda de Páris e Helena terem chegado a Tróia.

[345] Segundo Sousa (2001), a construção *ir* + infinitivo marca o valor de futuro devido à propriedade semântica de deslocação inerente ao verbo *ir*. Cf. Oliveira (1985), Oliveira e Lopes (1995) e Sousa (2001).

eixo do tempo. Observa-se, neste caso, a interacção entre valores temporais e valores modais[346].

Na proposição (22n), uma oração com forma verbal no pretérito perfeito simples, é designado um evento prolongado. O *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e situa-se num intervalo posterior ao intervalo ocupado pelo evento da proposição (19n), que lhe serve de *Rpt*.

A situação denotada na proposição (22n) constitui, por sua vez, o *TPpt* do estado referido na proposição (23n) – esta última com forma verbal no pretérito imperfeito; *s* inclui *TPpt*. Ou seja, o intervalo em que se integra o evento descrito em (22n) está incluído no intervalo ocupado pelo estado designado na proposição (23n). Observa-se, entre os dois segmentos textuais, a relação discursiva de *SEGUNDO PLANO*: o estado denotado em (23n) refere as circunstâncias que constituem o pano de fundo no qual se produz o evento referido em (22n).

A proposição (24n) denota um estado consequente. O seu *TPpt* é também a situação denotada na proposição (22n); *s* inclui o *TPpt* e sobrepõe-se ao intervalo ocupado pelo estado descrito em (23n).

A proposição (25n) refere um estado consequente localizado num intervalo posterior ao que é ocupado pelo evento prolongado designado em (22n): o seu *TPpt* coincide com *n*; *s* é anterior a *TPpt*. Quanto à relação temporal com outras situações, *s* é posterior a (22n)[347]. Tratando-se de uma oração participial com valor temporal, assinalada como o adverbial temporal (IVn), serve para localizar a actividade descrita na proposição (26n), com forma verbal no pretérito perfeito simples.

Deste modo, a situação denotada na proposição (25n) constitui o *Rpt* do estado de coisas referido em (26n). O *TPpt* de (26n) coincide com *n*; *e* é anterior a

[346] Oliveira (1985) sublinhou que a esfera do futuro, por se integrar no domínio do não-factual, é o lugar da não-certeza e aproxima-se de um modo.

[347] A activação de um guião do tipo "as chegadas ocorrem necessariamente depois das partidas" revela-se decisiva para a determinação da relação temporal entre as duas situações.

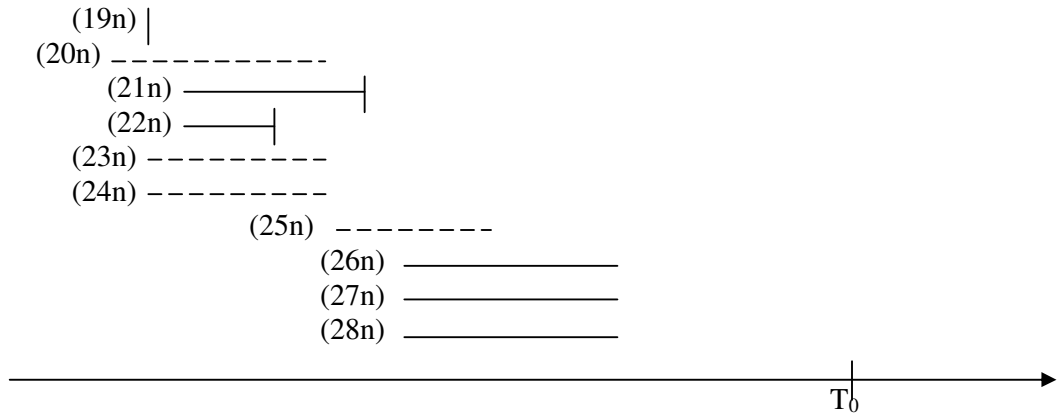
TPpt. Quanto à relação temporal com outras situações, *e* está incluído no intervalo em que se insere o estado designado em (25n). Deste modo, a fronteira inicial do intervalo ocupado pelo estado consequente descrito em (25n) é necessariamente anterior ao início do intervalo em que se integra a actividade referida em (26n). O adverbial temporal (Vn) (*durante nove anos*) especifica a extensão do período de tempo em que se verifica a situação descrita em (26n)[348].

Os intervalos ocupados pelas actividades denotadas em (27n) e em (28n) − duas orações subordinadas concessivas coordenadas entre si, com formas verbais no pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo − sobrepõem-se ao intervalo em que se integra a actividade descrita em (26n). O adverbial temporal (VIn) (*durante esse tempo*), inserido na proposição (27n), indica precisamente essa relação de sobreposição[349]. No caso destes dois estados de coisas, as relações entre *TPpt* e *n*, assim como entre as situações denotadas e *TPpt*, são as mesmas que indicámos para o evento designado pela proposição (26n), porque aquelas proposições são sintáctica e temporalmente dependentes desta.

O esquema que a seguir apresentamos sistematiza as relações temporais entre as situações referidas na macroproposição correspondente às reacções (Pn3).

[348] Segundo Móia (1996), as expressões temporais introduzidas por *durante* podem funcionar como expressões de localização temporal ou como expressões de medição temporal. Nos dois casos atestados nesta sequência narrativa − (Vn) e (VIn) −, trata-se de expressões de medição temporal, uma vez que servem para indicar a extensão do intervalo de tempo em que se verifica uma dada situação − as situações denotadas nas proposições (26n), (27n) e (28n).

[349] (Vn) *durante nove anos* é um adverbial não anafórico que refere um dado intervalo de tempo; (VIn) *durante esse tempo* é um adverbial anafórico, ou seja, uma expressão sem autonomia referencial, cuja referência depende do adverbial (Vn). Cf. Alves (1998).



Nesta macroproposição, verifica-se sequencialidade temporal entre os estados de coisas descritos pelas proposições (19n), (22n) e (25n). Atesta-se igualmente a relação de inclusão temporal entre os estados de coisas denotados pelas proposições (22n) e (23n): o intervalo em que se integra o evento prolongado da proposição (22n) (com forma verbal no pretérito perfeito simples) está incluído no intervalo ocupado pelo estado referido na proposição (23n) (com forma verbal no pretérito imperfeito). Há ainda sobreposição temporal entre as actividades descritas pelas proposições (26n), (27n) e (28n); esta relação de sobreposição é assinalada pelo adverbial (VIn).

A proposição (21n) designa um estado de coisas potencial, pelo que a sua localização é vaga e inexacta; assim, a localização desta situação não deve ser tratada ao mesmo nível da localização dos estados de coisas que, no plano da narrativa, sucederam de facto.

É também um adverbial temporal que introduz a macroproposição correspondente à resolução (Pn4). O adverbial (VIIIn) (*finalmente*) localiza a proposição (29n), assinalando uma fronteira entre as situações denotadas em (28n) e em (29n). A proposição (29n) refere um evento prolongado e tem a forma verbal no pretérito perfeito simples. A localização deste estado de coisas pode ser descrita do seguinte modo: *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*; quanto à

relação temporal com outras situações, *e* é posterior ao intervalo de tempo em que se inserem as actividades denotadas nas proposições (26n), (27n) e (28n)[350].

As orações (30n) e (31n) designam um estado de coisas complexo, que classificámos como evento prolongado. O seu *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior ao intervalo em que se integra o evento prolongado descrito em (29n), que lhe serve de *Rpt*.

Entre estas duas proposições e as proposições seguintes (até à proposição (61n)) verifica-se a relação de *ELABORAÇÃO*. Elas introduzem uma cápsula temporalmente ordenada. Os intervalos ocupados pelos estados de coisas referidos entre as proposições (32n) e (61n) estão incluídos no intervalo ocupado pela situação denotada nas proposições (30n) e (31n).

As proposições (32n) e (33n), ambas com forma verbal no pretérito perfeito simples, designam eventos prolongados. Nos dois casos, o *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior ao intervalo ocupado pelo evento prolongado descrito em (29n). Quanto à sua localização relativa, e_1 é anterior a e_2, observando-se sequencialidade temporal.

O adverbial temporal (IXn) *depois*[351] localiza o evento prolongado designado na proposição (34n) num intervalo posterior àquele em que se integra o evento descrito na proposição (33n). Segundo Lopes e Morais (1999), este adverbial temporal é semanticamente vago, procedendo à localização da situação com que co-ocorre a partir da divisão do eixo cronológico em duas metades, e situando o estado de coisas relevante no intervalo à direita do *Rpt* disponível – que, por sua vez, pode estar localizado na esfera do passado,

[350] Também é aceitável a interpretação segundo a qual o adverbial (VIIn) localiza o evento prolongado num intervalo próximo da fronteira final mas ainda incluído no período de tempo especificado pelo adverbial (Vn) *durante nove anos*.

[351] Lopes e Morais (1999) distinguiram cinco usos de *depois*: com valor de ordenação espacial, temporal e avaliativa, em sequências de tipo argumentativo e, por fim, como marcador de estruturação textual. No caso em análise, *depois* expressa um valor de ordenação temporal. No *corpus* analisado por aquelas autoras, foi este o valor estatisticamente mais atestado, com uma taxa de ocorrência de, aproximadamente, 66 %.

do presente ou do futuro. A localização do estado de coisas referido na proposição (34n) pode ser explicitada do seguinte modo: *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior ao intervalo ocupado pelo evento denotado em (33n).

As proposições (35n) e (36n) designam actividades e constituem, segundo a teorização de Bosque e Demonte (1999), orações gerundivas de tipo ilativo com valor temporal. Dado que a proposição (34n) descreve um evento, estado de coisas com culminação inerente à sua estrutura interna, as actividades localizam-se num intervalo de tempo posterior ao que é ocupado por esse evento. Eis a descrição completa da sua localização temporal: o *TPpt* coincide com *n*; e_1 e e_2 são anteriores a *TPpt* e posteriores ao intervalo em que se insere a situação denotada em (34n); por fim, e_1 e e_2 manifestam a relação de sobreposição temporal entre si.

A proposição (36n) integra o adverbial temporal (Xn) *sempre*[352]. A fronteira final do intervalo que as duas actividades ocupam é assinalada pelo adverbial

[352] Lopes (1997a) distinguiu os usos de *sempre* com valor temporal e como marcador discursivo. Neste caso, *sempre* possui valor temporal. A autora sugeriu ainda que o advérbio *sempre* constitui um operador de estativização. Todavia, na proposição (36n), julgamos que o estado de coisas referido mantém a propriedade de agentividade que caracteriza as actividades. Recordemos o contexto em que esta proposição ocorre: [(34n) *Depois, a armada partiu da praia frente a Tróia,* (35n) *levando todos os atacantes,*] (36n) *navegando* <u>*sempre*</u>. Repare-se na compatibilidade com a maioria dos testes de agentividade (exceptua-se a ocorrência com o progressivo): *os gregos foram forçados/persuadidos a navegar sempre até desaparecerem na linha do horizonte*; *os gregos deliberadamente/cuidadosamente navegaram sempre até desaparecerem na linha do horizonte* ; *o que os gregos fizeram foi navegar sempre até desaparecerem na linha do horizonte*; *gregos: naveguem sempre até desaparecerem na linha do horizonte!*. É verdade que Cunha (2004) desvalorizou o traço semântico de agentividade na determinação da diferença entre estados e actividades, dado que os estados faseáveis podem integrar esse traço semântico. Mas a situação "navegar sempre", com a forma verbal no presente, pode ter uma leitura habitual: *os gregos navegam sempre até desaparecerem na linha do horizonte*. Ora, os estados possuem geralmente uma leitura de presente real quando se combinam com uma forma verbal no presente do indicativo. Cremos que o conceito de perspectivador aspectual, proposto em Cunha (1998a, 2002, 2004), se pode revelar útil para uma descrição global adequada dos efeitos aspectuais deste advérbio. Segundo aquele autor, um perspectivador constitui «um elemento linguístico capaz de alterar o "perfil" aspectual básico de uma situação sem, no entanto, "apagar" ou "esconder" a maioria das suas propriedades temporais internas de origem, na medida em que pelo menos algumas das características inerentes à predicação de base se

temporal (XIn); este adverbial coincide com a proposição (37n), uma oração subordinada temporal introduzida por *até*[353], que designa um evento instantâneo localizado num intervalo imediatamente posterior àquele em que se integram as actividades referidas nas proposições (35n) e (36n). Uma vez que a localização do evento referido em (37n) depende da localização do evento denotado em (34n), a descrição da sua temporalidade é semelhante à deste evento: *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior quer ao evento referido em (34n), quer à actividade denotada em (36n).

A proposição (38n), com forma verbal no pretérito perfeito simples, designa um evento prolongado. O seu *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior ao intervalo que é ocupado pelo evento da proposição (37n).

Em (39n), uma oração subordinada relativa com forma verbal no pretérito mais-que-perfeito simples, refere-se um estado. O *TPpt* deste estado é o evento denotado em (38n); *s* inclui *TPpt*. É possível inferir, com base em informação contextualmente recuperável, que a fronteira inicial do estado designado em (39n) é marcada pela culminação do evento prolongado descrito em (34n). Já a relação de anterioridade da fronteira inicial deste estado relativamente à fronteira inicial do evento prolongado referido em (38n) é assinalada pela ocorrência da forma verbal no pretérito mais-que-perfeito.

---

mantêm presentes e "activas" após a sua aplicação», Cunha (2002: 321-322). Este autor distinguiu, assim, os perspectivadores aspectuais dos operadores aspectuais, na medida em que estes garantem a transição integral da classe aspectual em que se inserem os estados de coisas denotados. Ora, na proposição (36n) julgamos que a ocorrência do advérbio *sempre* não anula por completo a propriedade de agentividade que caracteriza o predicado básico *navegar*.

[353] Trata-se de uma expressão de delimitação temporal, segundo Móia (1994), na medida em que estabelece a fronteira final da situação com que co-ocorre: o estado de coisas referido na proposição (36n).

As proposições (40n) e (41n) – uma oração gerundiva[354] e uma oração completiva infinitiva – designam uma actividade, cujo *TPpt* é o evento denotado em (38n); *e* sobrepõe-se a *TPpt*.

A proposição (42n), uma oração completiva infinitiva, sintáctica e temporalmente dependente da oração (38n), descreve um evento prolongado cuja localização, sendo vaga, é necessariamente posterior à culminação do evento denotado em (38n)[355]. Assim, o *TPpt* de (42n) é o evento (38n); *e* é posterior ao *TPpt*[356].

O evento prolongado referido na proposição (43n) situa-se num intervalo posterior ao que é ocupado pela situação designada na proposição (38n). O adverbial temporal (XIIn) (*depois de várias hesitações*) assinala essa relação de posterioridade. Assim, o *TPpt* de (43n) coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*, é posterior aos estados de coisas denotados nas proposições (38n) a (41n), e sobrepõe-se ao evento potencial descrito em (42n). É atestada a relação discursiva de *RESULTADO* entre o conjunto de situações designadas nas proposições (34n) a (42n) e o evento prolongado referido em (43n)[357].

---

[354] A proposição (40n) constitui uma oração gerundiva com valor ilativo de tipo explicativo. Cf. Bosque e Demonte (1999).

[355] A indeterminação da localização do evento referido na proposição (42n) resulta do que já foi assinalado a propósito dos estados de coisas designados nas proposições (9n) a (13n) e (21n): trata-se de situações apresentadas como potenciais, a concretizar num intervalo de tempo posterior ao da situação denotada na oração subordinante.

[356] Esta localização temporal relativa das situações denotadas nas duas orações decorre do significado lexical da forma verbal *persuadiu*: este verbo implica que a completiva infinitiva seleccionada denote um estado de coisas localizado necessariamente num intervalo de tempo posterior ao que é ocupado pela situação referida na oração subordinante.

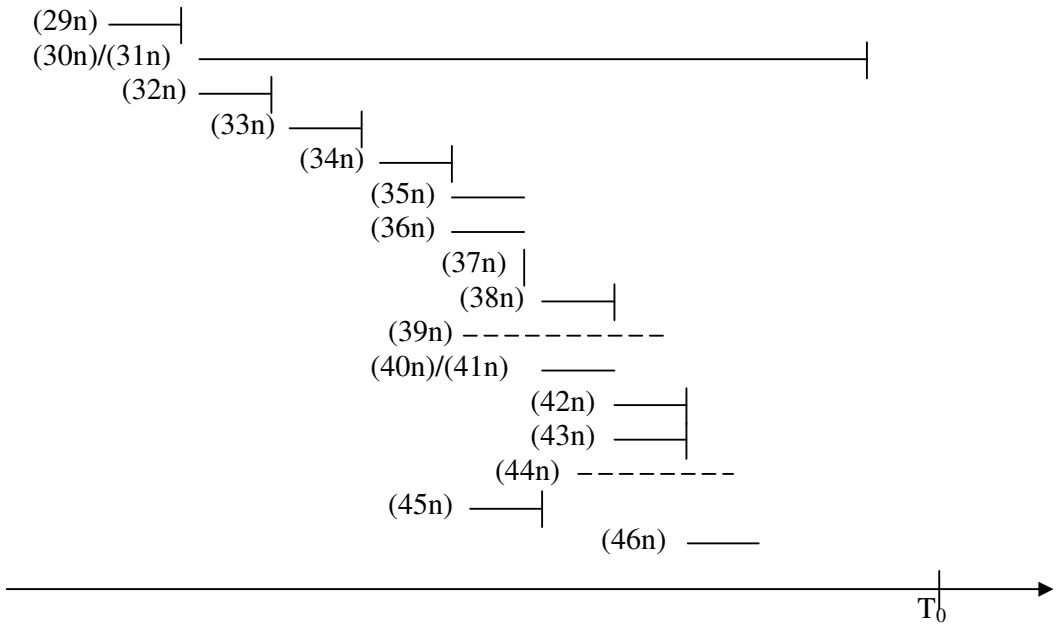
[357] Parece contraditório o facto de se observar a relação de *RESULTADO* entre aquele conjunto de situações – que engloba a situação denotada em (42n) – e o evento prolongado referido em (43n), e conceber a relação de sobreposição temporal entre os intervalos ocupados pelos eventos designados em (42n) e em (43n). Julgamos, todavia, que tal é possível porque o evento referido em (42n) é apresentado como potencial.

O intervalo ocupado pelo estado denotado na proposição (44n) inclui o intervalo em que se integra o evento prolongado descrito em (43n). O *TPpt* deste estado é precisamente o evento referido em (43n); *s* inclui *TPpt*.

Já o evento prolongado descrito em (45n) situa-se num intervalo anterior ao que é ocupado pelo evento denotado em (43n), sendo essa anterioridade assinalada pela ocorrência do pretérito mais-que-perfeito composto. O *TPpt* de (45n) é o evento denotado em (43n); *e* é anterior a *TPpt*.

A proposição (46n), uma oração com forma verbal no pretérito perfeito simples, designa uma actividade. O seu *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior ao evento denotado em (43n), que lhe serve de *Rpt*. A actividade referida em (46n) decorre dos estados de coisas descritos nas proposições (43n) a (45n). Deste modo, é atestada a relação discursiva de *RESULTADO* entre as referidas situações.

Por razões que se prendem com a dificuldade em conjugar num único esquema 30 estados de coisas, propomos, a seguir, uma representação da temporalidade das situações já analisadas no âmbito da macroproposição correspondente à resolução (Pn4).



Observa-se, então, a relação discursiva de *ELABORAÇÃO* entre um núcleo constituído pelas proposições (30n) e (31n) e um satélite composto pelas proposições seguintes (até à proposição (61n)), pelo que os intervalos ocupados por todas estas situações se integram no intervalo em que se localizam as situações denotadas por (30n) e (31n). Atestam-se relações de sequencialidade temporal entre muitos dos estados de coisas descritos, tratando-se, portanto, de uma cápsula temporalmente ordenada. De facto, as relações discursivas de *NARRAÇÃO* e de *RESULTADO* são frequentemente atestadas na macroproposição relativa à resolução (Pn4).

Os casos mais relevantes em que não se verifica essa sequencialidade são os seguintes:

– entre as proposições (35n) e (36n), com formas verbais no gerúndio – uma vez que há sobreposição temporal;

– entre as proposições (38n) e (39n) – porquanto o intervalo em que se insere o estado designado em (39n), uma oração com forma verbal no pretérito mais-que-perfeito, inclui o intervalo ocupado pelo evento referido em (38n);

– entre as proposições (43n) e (45n) – porque, no plano da representação discursiva, há inversão dos eventos, assinalada pela forma de pretérito mais-que-perfeito que ocorre na proposição (45n).

Continuamos, de seguida, a explicitar as relações temporais entre as situações descritas na macroproposição correspondente à resolução (Pn4). A proposição (47n), que designa um evento prolongado, integra o adverbial (XIIIn), *naquela noite*, e uma forma verbal de pretérito perfeito simples. O adverbial (XIIIn) serve de *Rpt* e localiza a situação denotada na proposição (47n) no mesmo dia em que os troianos levaram o cavalo para dentro da cidade, isto é, no mesmo dia em que se incluem os estados de coisas referidos em (43n) e em (46n) – e, possivelmente, todas as situações descritas entre as proposições (33n) e (46n). O *TPpt* do evento denotado em (47n) coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*, posterior a (43n) e está incluído no intervalo ocupado pela actividade descrita em (46n).

A proposição (48n) designa um evento prolongado. O seu *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior ao evento referido em (47n), que lhe serve de *Rpt*. Observa-se a relação discursiva de *NARRAÇÃO* entre as duas proposições.

A proposição (49n), com forma verbal no pretérito perfeito simples, refere um evento prolongado. O *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e sobrepõe-se ao evento denotado em (48n). Esta relação de sobreposição é marcada pela ocorrência do adverbial de localização temporal (XIVn) *ao mesmo tempo*.

O evento prolongado descrito em (50n), uma proposição com forma verbal no pretérito perfeito simples, tem como *Rpt* o evento referido em (49n). O *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior a *Rpt*, ou seja, a (49n).

A proposição (51n), que constitui uma oração gerundiva com valor ilativo e de tipo explicativo, designa uma actividade e ocupa um intervalo que inclui os

intervalos em que se inserem quer o evento prolongado descrito pela proposição (50n), quer o evento instantâneo denotado na proposição (52n). O *TPpt* da actividade designada na proposição (51n) é o evento referido em (50n); *e* inclui o *TPpt*.

O evento instantâneo denotado em (52n) tem como *Rpt* o evento referido em (50n). O seu *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*, posterior a (50n) e está incluído em (51n)[358].

Entre os estados de coisas designados nas proposições (50n) e (52n), assim como entre as situações descritas nas proposições (49n) e (50n), atesta-se a relação discursiva de *NARRAÇÃO*.

A proposição (53n) denota um evento instantâneo e integra o adverbial temporal (XVn) *então*. Segundo Lopes (1996), este advérbio permite diversas interpretações quanto à ordenação temporal das situações: sequencialidade, inclusão e sobreposição[359]. A autora sugeriu que as classes aspectuais dos estados de coisas referidos – assim como a relação discursiva atestada entre as situações – são decisivos para a determinação da relação temporal entre as situações articuladas pelo adverbial. No caso de ambas as situações serem não estativas, verifica-se a relação de sequencialidade; se uma situação é estativa e a outra é eventiva, observa-se a relação de inclusão; quando ambos os estados de coisas são estativos, verifica-se a relação de sobreposição temporal.

Uma vez que, no caso das proposições que estamos a analisar, o advérbio *então* articula dois eventos – denotados pelas proposições (52n) e (53n) –,

[358] A ocorrência, na proposição (51n), de uma forma verbal flexionada no gerúndio assinala a relação de sobreposição temporal entre as situações denotadas nas proposições (51n), por um lado, e (49n), (50n) e (52n), por outro. Por esse motivo, é atestada a relação de inclusão temporal entre (51n) e (49n), entre (51n) e (50n), e entre (51n) e (52n).

[359] Lopes (1996) distinguiu três valores que *então* pode assumir: valor temporal, valor argumentativo e marcador de estruturação discursiva. Na proposição que estamos a analisar, *então* possui valor temporal.

o intervalo em que se localiza o evento instantâneo da proposição (53n), com forma verbal no pretérito perfeito simples, é posterior ao intervalo ocupado pelo evento instantâneo designado em (52n). Comprova esta interpretação o facto de, na paráfrase destas proposições, que propomos em (29), o advérbio *então* ser substituível por *depois*:

[…] **(52n)** *e abriram-na de par em par.* **(53n)** *Deu-se, então, o ataque.*

(29) *[…] e abriram-na de par em par. Deu-se, depois, o ataque.*

O advérbio *então* retoma um intervalo de tempo assinalado na proposição (52n) − coincidente com o intervalo de tempo ocupado pelo estado de coisas designado nessa proposição −, o qual serve de *Rpt* para a localização do estado de coisas denotado na proposição (53n). Assim, o *TPpt* da situação descrita em (53n) coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior ao evento denotado em (52n), que lhe serve de *Rpt*.

A proposição (54n) refere um evento prolongado. O *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior ao intervalo em que se integra o evento descrito em (53n), que constitui o *Rpt* da proposição (54n).

A proposição (55n), uma oração relativa com forma verbal no pretérito mais-que-perfeito composto, denota igualmente um evento prolongado. O *TPpt* é o evento designado em (54n); *e* é anterior ao *TPpt*.

O intervalo ocupado pelo evento prolongado referido em (55n) está, presumivelmente, incluído no intervalo em que se insere a actividade descrita na proposição (51n). Observa-se mais um caso de inversão na ordem de apresentação discursiva das situações, marcado pela ocorrência do pretérito mais-que-perfeito e do adverbial (XVIn) *entretanto*.

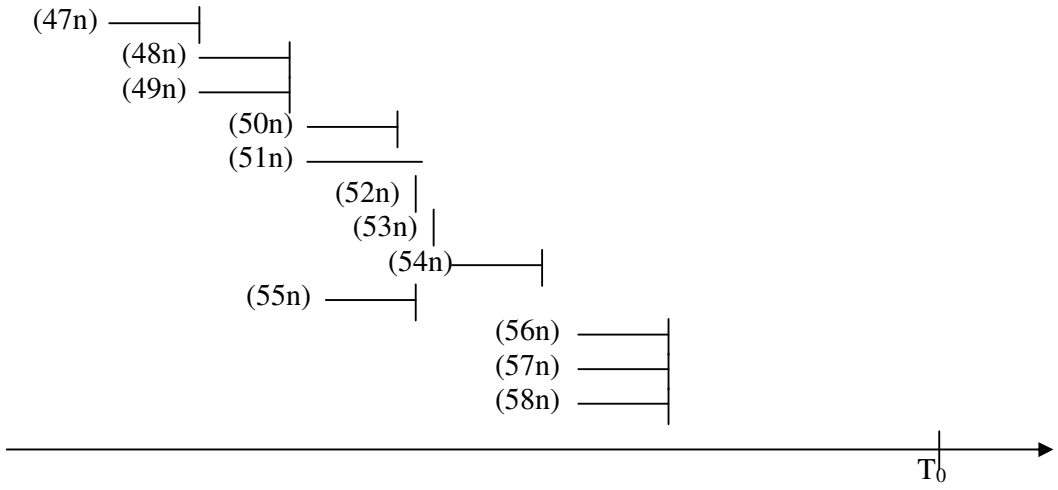
A proposição (56n) designa um evento prolongado. O *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt* e posterior ao evento referido em (54n), que lhe serve de *Rpt*.

É atestada a relação discursiva de *RESULTADO* entre estas duas situações. Em rigor, todos os eventos designados nas proposições (56n) a (61n) são consequência do evento descrito na proposição (54n).

As proposições (56n), (57n) e (58n) referem eventos prolongados. Em todos os casos, o *TPpt* coincide com *n*; e_1, e_2 e e_3 são anteriores a *TPpt* e posteriores ao evento denotado em (54n). Entre si, os três eventos mantêm uma relação de sobreposição temporal.

Todavia, é defensável que se ateste sequencialidade temporal entre as três situações, na medida em que, numa interpretação possível, primeiro a cidade de Tróia foi tomada, depois foi incendiada e, em consequência disso, foi destruída. Optámos, todavia, por uma outra leitura: antes ainda de ter sido definitivamente tomada, os soldados gregos incendiaram a cidade de Tróia e, com os seus actos, foram contribuindo para a sua destruição. Nesta interpretação, os estados de coisas designados por estas três proposições mantêm uma relação de sobreposição temporal. Na perspectiva que adoptámos, observa-se a relação discursiva de *LISTA* entre as situações denotadas.

O esquema seguinte representa as relações temporais entre as situações que concluem a macroproposição relativa à resolução (Pn4).



Convém recordar que todas estas situações se encontram incluídas no intervalo de tempo ocupado pelos eventos prolongados denotados nas proposições (30n) e (31n). Além disso, o evento prolongado descrito pela proposição (47n) está também incluído no intervalo em se insere a actividade designada em (46n).

De um modo geral, pode afirmar-se que existe sequencialidade temporal entre as situações sempre que se trata de eventos designados por proposições com formas verbais no pretérito perfeito simples. A instrução por defeito deste tempo verbal numa sequência narrativa é a inserção de um novo ponto de referência, pelo que, tipicamente, uma sucessão de proposições no pretérito perfeito simples manifesta sequencialidade temporal.

São observados, todavia, casos de sobreposição temporal entre três situações denotadas por proposições com formas verbais no pretérito perfeito simples – as proposições (56n), (57n) e (58n) –, atestando-se entre estes eventos a relação discursiva de *LISTA*.

A nível da ordem de apresentação das situações no discurso, são atestados casos de inversão quando ocorre o pretérito mais-que-perfeito – como no caso da proposição (55n).

Na macroproposição seguinte, correspondente à situação final (Pn5), as proposições (59n), (60n) e (61n), todas com formas verbais no pretérito perfeito simples, designam eventos prolongados. Em todos os casos, o *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior e *TPpt* e posterior ao evento descrito em (54n). Entre si, estas três situações mantêm uma relação de indeterminação temporal. Observa-se a relação de *ELABORAÇÃO* entre as proposições (56n), (57n) e (58n) e as proposições (59n), (60n) e (61n): os conteúdos veiculados por estes enunciados constituem informação adicional relativamente à informação inserida nas três proposições precedentes. Trata-se, portanto, de uma cápsula não ordenada, segundo a concepção de Saussure (1996).

Em casos como este, uma análise baseada nas instruções veiculadas pelos tempos verbais e na delimitação temporal inerente aos estados de coisas

envolvidos revela-se insuficiente para determinar, por si só, a interpretação das relações temporais entre as situações referidas no discurso. De facto, a instrução por defeito numa sucessão de eventos com formas verbais no pretérito perfeito simples é de sequencialidade cronológica. Mas, no texto que estamos a analisar, foram atestados casos em que uma sucessão de eventos descritos em proposições com forma verbal no pretérito perfeito simples veicula uma leitura de sobreposição temporal – como nas proposições (56n), (57n) e (58n) – ou de indeterminação temporal – como nas proposições (59n), (60n) e (61n).

No processo de compreensão discursiva, é indispensável o recurso aos conhecimentos de natureza enciclopédica e a um raciocínio de tipo inferencial para identificar a relação discursiva atestada entre os segmentos discursivos, seja a relação de *ELABORAÇÃO*, de *NARRAÇÃO*, de *RESULTADO*, de *CAUSA* ou de *SEGUNDO PLANO*. Por outras palavras, torna-se necessário recorrer ao conhecimento do mundo – e a conceitos operatórios, como os de quadro ou de guião – para determinar se há indeterminação temporal, inclusão, sobreposição ou sequencialidade entre as situações referidas. Quando estão envolvidos eventos denotados por proposições com formas verbais no pretérito perfeito simples, a interpretação por defeito é a de sequencialidade temporal. Todavia, há condicionalismos pragmáticos (ligados ao conhecimento do mundo) que podem bloquear essa leitura e induzir uma interpretação de indeterminação temporal, de sobreposição ou de inclusão entre os estados de coisas referidos.

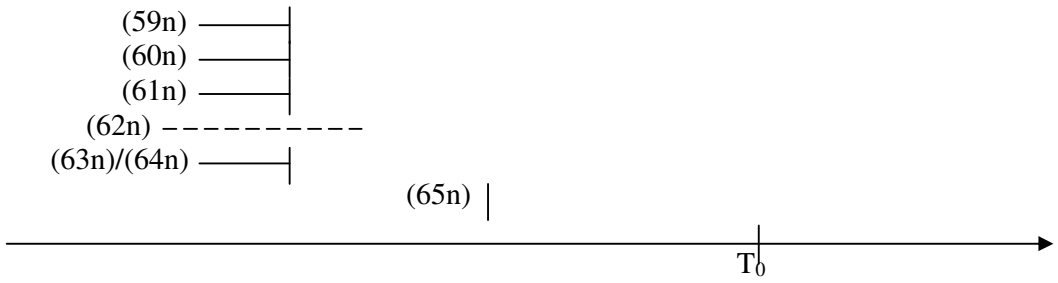
A proposição (62n), com forma verbal no pretérito imperfeito, designa um estado. O seu *TPpt* coincide com o evento prolongado denotado nas proposições (63n) e (64n); *s* inclui o *TPpt* e o intervalo ocupado pelo evento descrito em (61n).

O evento prolongado referido nas proposições (63n) e (64n) ocupa um intervalo de tempo sobreposto àquele em que se integra o evento prolongado designado em (61n): o *TPpt* coincide com *n*; *e* é anterior a *TPpt*, sobrepõe-se

ao evento denotado em (61n) e está incluído no intervalo em que se insere o estado descrito em (62n).

A proposição (65n), que integra a perífrase verbal *ir* + infinitivo (com o auxiliar no futuro do pretérito), designa um evento instantâneo. O seu *TPpt* é o evento prolongado referido nas proposições (63n) e (64n); *e* é posterior ao *TPpt*. Esta relação de posterioridade é assinalada pela ocorrência quer da forma de futuro do pretérito, quer do adverbial temporal (XVIIn) *eventualmente*, neste caso com um sentido aproximado ao de *por fim*.

No esquema que a seguir apresentamos, damos conta das relações temporais entre as situações denotadas ao longo da última macroproposição desta sequência narrativa: a situação final (Pn5).



Apesar de ocorrerem sobrepostos no esquema, os estados de coisas descritos nas proposições (59n), (60n) e (61n) mantêm entre si uma relação de indeterminação temporal. Nesta macroproposição, apenas se atesta sequencialidade temporal entre os eventos denotados pelas proposições (63n)/(64n) e (65n). Dada a sua funcionalidade na estrutura da sequência narrativa, parece ser adequado concluir que as situações referidas na macroproposição correspondente à situação final (Pn5) não manifestam

predominantemente sequencialidade temporal, mas sobreposição, inclusão e indeterminação temporal.

5.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sequencialidade temporal e o predomínio de situações eventivas constituem as ideias-chave na expressão do tempo em sequências narrativas. O sucessivo avanço na linha do tempo do intervalo de localização dos estados de coisas denotados na narrativa pode ser metaforicamente perspectivado como uma estruturação em que predomina o desenvolvimento horizontal. Veremos, no capítulo 6, que, em oposição a esta linearidade da sequência narrativa, se atesta o desenvolvimento vertical ou em profundidade da sequência descritiva, originado pela ausência de sequencialidade temporal.

O desenvolvimento horizontal típico do protótipo sequencial narrativo coexiste com a preponderância das relações discursivas de *NARRAÇÃO* e de *RESULTADO*. Aliás, a sequencialidade temporal e as relações de causalidade entre os estados de coisas descritos são as duas características, entre aquelas que Adam (1992) assinalou como propriedades definidoras da sequência narrativa, que resultam especificamente da expressão do tempo neste protótipo sequencial.

Estas propriedades macro-estruturais prototípicas estão relacionadas com o recurso a mecanismos linguísticos de expressão do tempo, como a elevada taxa de utilização de adverbiais temporais e o predomínio quer de formas verbais no pretérito perfeito simples, quer, em estreita ligação com este dado, de situações da classe dos eventos. Trata-se, nos três casos, de factores que favorecem a emergência de relações de sequencialidade temporal entre os estados de coisas denotados.

A propriedade mais relevante, todavia, parece ser a da preponderância de situações eventivas. Outras sequências narrativas podem não incluir predominantemente formas verbais de pretérito perfeito simples, como nos casos de relato directo em que são usadas formas de presente do indicativo. Também não é o uso recorrente de adverbiais temporais que define uma narrativa, apesar de, tendencialmente, eles ocorrerem em maior número neste tipo de sequências do que noutras, como teremos oportunidade de comprovar nos capítulos seguintes. Assim, o predomínio de estados de coisas da classe dos eventos configura uma das propriedades essenciais da sequência narrativa.

Ao longo deste capítulo, observámos que uma análise da temporalidade no discurso que se baseie unicamente no significado instrucional dos tempos verbais (de que as teses de Kamp e Reyle (1993) constituem o paradigma mais conhecido) e na delimitação da fronteira final dos estados de coisas referidos (como nas propostas de Depraetere (1995) e de Kozlowska (1997)) revela-se insuficiente para dar conta das relações temporais entre as situações no discurso. Por exemplo, para que uma sucessão de enunciados com forma verbal no pretérito perfeito simples seja temporalmente interpretada ou como um caso de sequencialidade temporal (veja-se as proposições (32n) e (33n)), ou como um caso de sobreposição temporal (veja-se as proposições (56n), (57n) e (58n)), ou como um caso de indeterminação temporal (veja-se as proposições (59n), (60n) e (61n)), é necessário recorrer aos conhecimentos enciclopédicos dos sujeitos falantes. Logo, a interpretação e explicitação das relações temporais entre os estados de coisas descritos no discurso constituem tarefas mais complexas do que o que previram propostas como a de Kamp e Reyle (1993), porquanto envolve factores de natureza extralinguística, como o conhecimento do mundo que os sujeitos falantes trazem para a produção e para a compreensão discursivas.

Entre as dificuldades surgidas durante a análise que nos propusemos realizar, salientaremos duas. A primeira, que diz respeito à estrutura macroproposicional, resume-se na seguinte questão: em que macroproposição se

devem integrar os enunciados que, como a proposição (4n) (*esquematicamente, sucedeu o seguinte*), desempenham a função de introduzir a intriga narrativa, manifestando um valor catafórico de ordenação textual? Justificar-se-á conceber uma nova macroproposição para acolher proposições que introduzem a exposição dos conteúdos eminentemente narrativos?

A proposição (4n) veicula conteúdos externos à intriga narrativa. Uma vez que não é susceptível de ser integrada em qualquer uma das proposições previstas nas propostas estudadas, optámos por inseri-la numa macroproposição que designámos por prelúdio. Mas trata-se de uma questão não resolvida, porquanto as principais teorizações sobre a estrutura macroproposicional da sequência narrativa não contemplam unidades nas quais se possa incorporar uma proposição que desempenha funções idênticas às da proposição (4n).

A segunda dificuldade relaciona-se com o estabelecimento da ordem temporal entre as situações denotadas nas orações principais e nas orações subordinadas substantivas e adverbiais – com excepção das subordinadas temporais, como as proposições (5n), (25n) e (37n). Muitas destas orações integram formas nominais do verbo, pelo que, geralmente, a sua temporalidade é representada de modo mais vago, menos exacto. Quando se trata de situações atélicas, a dificuldade em proceder à sua localização relativa é ainda maior.

Estes dados reforçam a ideia de que, por razões metodológicas, se justifica iniciar a análise da temporalidade nas sequências narrativas constituídas exclusivamente por tempos verbais do passado. Todavia, as formas de infinitivo são frequentemente usadas, como verificámos na sequência narrativa analisada. É necessário, portanto, determinar os factores relevantes para o estabelecimento da ordem temporal entre os estados de coisas referidos em construções que integram orações subordinadas infinitivas. Nesses factores, terá de se incluir o valor semântico dos verbos, além do tempo e modo verbal, da classe aspectual em que se integra a situação relevante e da co-ocorrência com adverbiais temporais.

No caso específico das estruturas de complementação verbal, acresce uma outra questão, na medida em que, por vezes, o verbo da oração principal selecciona uma completiva infinitiva com a qual forma um predicado complexo. Que verbos (ou que combinatórias de verbos) exigem que a situação descrita na oração subordinada completiva forme um estado de coisas complexo com a situação referida na oração principal? E quanto às estruturas de complementação nominal e adjectival: apresentam elas também estas dificuldades? Ou outras?

Na análise que efectuámos, optámos por tratar as situações denotadas nas estruturas de complementação como um único estado de coisas. Só nos casos em que, de forma evidente, duas situações são reconhecíveis e localizáveis em intervalos de tempo distintos, decidimos tratar as situações denotadas como dois estados de coisas diferentes. Apesar de estarem lançadas algumas pistas importantes − veja-se, por exemplo, as reflexões de Duarte (2003b) e o estudo de Silvano (2002) −, cremos que esta é ainda uma questão em aberto, a exigir investigação.

Não obstante estas dificuldades com que nos deparámos, a análise efectuada aponta para a existência inequívoca de duas propriedades prototípicas da sequência narrativa: o predomínio de estados de coisas da classe dos eventos e de relações de sequencialidade temporal entre esses eventos.

CAPÍTULO 6

O TEMPO NUMA SEQUÊNCIA DESCRITIVA

6.1. REFLEXÕES PRELIMINARES

Propomo-nos, neste capítulo, analisar a expressão do tempo numa sequência descritiva. Começaremos por reflectir sobre as propriedades inerentes a este protótipo sequencial (na secção 6.2.) e por apresentar o texto que vai ser analisado (na secção 6.3.). Indicaremos, depois, os elementos relevantes para efectuarmos essa análise (na secção 6.4.) e explicitaremos as relações temporais entre as situações denotadas na sequência em causa (na secção 6.5.). Procederemos, a seguir, à análise da temporalidade de um texto de instruções (na secção 6.6.), com o objectivo de tentar determinar qual o protótipo sequencial que este género discursivo actualiza. Concluiremos o capítulo retomando as principais conclusões a extrair das análises efectuadas (na secção 6.7.)

No âmbito da tradição retórica, a descrição era perspectivada de forma negativa[360]. Sublinhava-se em especial a ideia da ausência de autonomia que caracteriza uma descrição, sendo concebida como mero ornamento discursivo integrado numa narrativa, por exemplo, e nunca como a essência de um texto.

Por outro lado, à descrição era apontado o defeito de não possuir uma ordem inerente nem um limite ou final previsível, ao contrário do que frequentemente

[360] Cf. as exposições de Hamon (1993: 9-36) e de Adam (1992: 75-80) sobre a concepção da retórica clássica acerca da descrição.

sucede na narrativa. «Une description se compose de phrases que l'on peut, en général, intervertir: je puis décrire cette chambre par une suite de propositions don't l'ordre est à peu près indifférent»[361]. Esta possibilidade de permutar, de um modo mais ou menos livre, os elementos internos da descrição e de a prolongar indefinidamente[362] sugerem que ela é anárquica, em contraste com o movimento, com a acção e com a ordem subjacentes à narrativa. De facto, outra diferença relevante entre a descrição e a narração, na perspectiva da retórica clássica, decorre da natureza estática da primeira e do carácter dinâmico da segunda.

Os trabalhos de Hamon (1993)[363], no âmbito da Semiótica Narrativa, e de Adam e Petitjean (1989) e Adam (1992), na área da Linguística Textual, tiveram o mérito de reabilitar a descrição.

Hamon (1993) «a […] mis l'accent sur les procédures d'ouverture et de fermeture des moments descriptifs (ou séquences), sur la nature profondément tabulaire de l'organisation des énoncés descriptifs, sur les procédures de métaphorisation, d'animation et de mise en ordre qui permettent de lutter contre l'effet de liste»[364]. Este autor observou que a ordem de ocorrência dos elementos numa descrição obedece frequentemente a uma progressão não arbitrária; não se trata de uma ordem predominantemente linear, como na narrativa, mas de uma ordem hierarquizada. Há geralmente tipos de ordenação inerentes às descrições, que são, muitas vezes, de carácter espacial: do que está mais alto para o que está mais baixo, ou vice-versa; do que está à esquerda para o que está à direita, ou vice-versa; do que está à frente para o que está atrás, ou vice-versa. Outros tipos de ordenação decorrem da enumeração de natureza alfabética,

[361] Paul Valéry *apud* Hamon (1993: 18).
[362] Segundo Hamon (1993: 43), «la clôture d'une description ne dépend pas de la nature de l'objet à décrire, mais de l'étendue du stock lexical du descripteur qui entre en compétition de compétence avec celui du lecteur. La description est toujours, plus ou moins, ostentation, de la part du descripteur, de son savoir (encyclopédique et lexical)».
[363] A 1.ª edição desta obra (com o título de *Introduction à l'analyse du descriptif*) é de 1981.
[364] Adam (2002b: 166).

numérica ou outra (num retrato, primeiro podem ser referidos os elementos físicos e depois os elementos psicológicos, etc.). Estes meios de ordenação estereotipados constituem verdadeiros planos de texto previamente adquiridos, os quais se revelam importantes para o processamento dos conteúdos e, em geral, para a compreensão do discurso.

E assim, a descrição configura-se como um meio privilegiado «de fragmenter le réel, tout en lui conservant un ordre»[365]. Hamon defendeu, ainda, que a descrição não deve ser concebida como uma instância inferior à narração.

Ficou a dever-se a Adam (1992) e a Adam e Petitjean (1989) a explicitação das operações descritivas e da estrutura macroproposicional subjacente à descrição. Na secção seguinte, procuraremos expor o essencial da teorização destes autores.

6.2. PROPRIEDADES DA SEQUÊNCIA DESCRITIVA

Uma descrição consiste genericamente na representação de um dado objecto, no seu todo e nas suas partes. A mera enumeração das suas partes constitui o que Adam (1992) designou por grau zero da descrição. Podendo ser definida como a apresentação de um grupo de elementos associados a um centro temático, há um conjunto de operações que estão na origem da emergência de uma sequência descritiva e que determinam as macroproposições que a constituem.

Segundo Adam (1992) e Adam e Petitjean (1989)[366], há quatro operações que estão na base da descrição (indicamos entre parênteses as designações apresentadas em Adam (1992)):

[365] Hamon (1993: 197).
[366] Cf. também Adam (1987) e Adam e Revaz (1996).

– identificação (*ancrage référentiel*);

– listagem (*aspectualisation*)[367];

– relacionamento (*mise en relation*);

– encaixe por sub-tematização (*enchâssement pour sous-thématisation*).

A operação de identificação permite assinalar o tema-título da descrição, o todo que se institui como objecto da sequência descritiva. Esta operação pode situar-se no início ou no final da descrição. Adam (1992: 85) reservou o termo *ancrage* para a identificação que se realiza no início da descrição e o termo *affectation* para a que se atesta no final. Por outro lado, pode observar-se uma reformulação, isto é, uma nova proposta de denominação do tema-título ao longo da sequência descritiva. A reformulação consiste, em rigor, numa combinação da identificação em posição inicial e da identificação em posição intermediária ou final.

A listagem define-se quer pela caracterização do todo que serve de tema--título à descrição, quer pela segmentação em partes desse mesmo todo: atribui-se um conjunto de propriedades ao tema-título (ou, num outro nível hierárquico da estrutura macroproposicional, a uma parte do objecto da descrição) e procede-se à selecção das partes do objecto da descrição. Há, portanto, duas componentes de selecção complementares nesta operação: a selecção das propriedades que caracterizam o tema-título (caracterização) e a das partes em que ele é susceptível de se dividir (segmentação).

[367] Propomos as designações de identificação e de listagem para estas duas operações descritivas em vez da tradução literal de *ancrage référentiel* e de *aspectualisation*, uma vez que tal acarretaria ambiguidade, particularmente no caso de uma análise da temporalidade como a que vamos realizar. Na nomenclatura utilizada em português, ancoragem e aspectualização remetem para valores de natureza temporal e aspectual, e não são estes os valores que Adam (1992) pretende referir a propósito do plano macroestrutural das sequências descritivas.

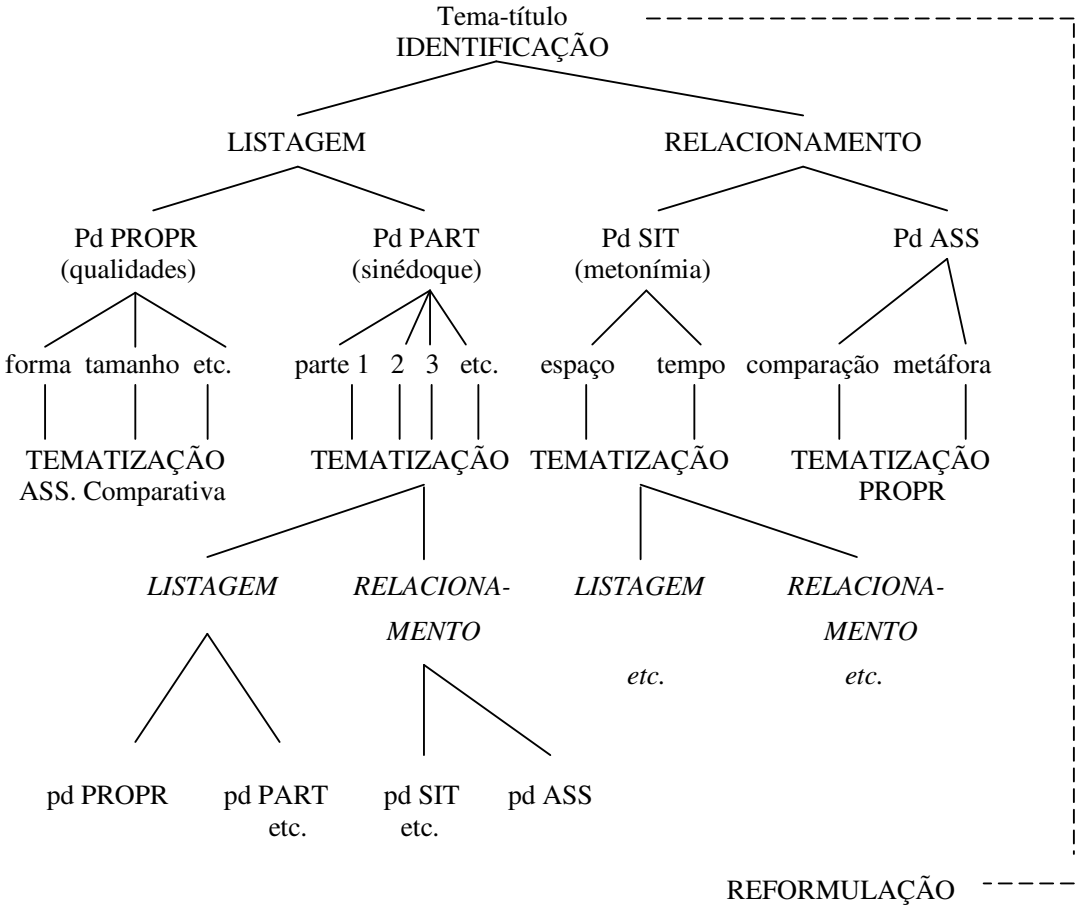
Os procedimentos de identificação e de listagem constituem a essência da descrição e garantem, segundo Adam (1992), a unidade da sequência descritiva. A identificação evidencia o todo; a listagem evidencia as qualidades que caracterizam esse todo, bem como as partes de que ele se compõe. Na verdade, qualquer descrição é composta por uma sucessão de predicações enunciadas acerca de um dado tema-título. O facto de se poder resumir um segmento discursivo (por exemplo, a descrição de um edifício) numa única designação (*Museu de História Natural*) é justamente o que traduz a especificidade da descrição.

A operação de relacionamento permite aproximar o todo que é objecto da descrição – ou, num nível inferior da estrutura macroproposicional, qualquer uma das suas partes – a outro(s) objecto(s), segundo relações de analogia, nomeadamente através da assimilação pela comparação ou pela metáfora. Também os procedimentos de localização temporal e espacial do objecto da descrição se integram na operação de relacionamento.

Por fim, a operação de encaixe por sub-tematização consiste em tomar uma parte ou propriedade do objecto da descrição como tema-título de uma nova descrição. Por exemplo, as partes do tema-título anteriormente explicitadas através da operação de listagem são, subsequentemente, susceptíveis de serem caracterizadas sob diversos aspectos e de serem, por sua vez, segmentadas em outras partes, através da operação de encaixe por sub-tematização. Este procedimento descritivo decorre, portanto, da operação de listagem e inaugura um novo procedimento de identificação, situado num nível hierárquico inferior relativamente à operação de identificação do todo que é objecto de descrição. A operação de encaixe por sub-tematização constitui, assim, a base da expansão descritiva que, em teoria, pode prolongar-se indefinidamente.

Em função destes quatro procedimentos descritivos, Adam (1992) propôs o seguinte esquema para dar conta da estrutura macroproposicional subjacente ao protótipo da sequência descritiva[368].

SEQUÊNCIA DESCRITIVA



A esquematização dos procedimentos descritivos é profundamente hierarquizada, vertical, em nítido contraste com a linearidade subjacente à

[368] Adaptado e traduzido a partir de Adam (1992: 84). Cf. também Adam e Petitjean (1989: 135).

esquematização das macroproposições narrativas que explicitámos no capítulo anterior. Segundo Bronckart (1996: 225), «la séquence descriptive présente la particularité d'être composé de phases qui ne s'organisent pas selon un ordre linéaire obligé, mais qui se combinent et s'emboîtent selon un ordre hiérarchique ou vertical».

Como se pode observar no esquema proposto por Adam (1992), qualquer uma das proposições descritivas (que dizem respeito às propriedades, às partes, à localização espacial e temporal, e à assimilação por comparação ou por metáfora) é susceptível de ser objecto da operação de encaixe por sub--tematização. A expansão em profundidade da sequência descritiva tem, portanto, origem nesta operação de encaixe e pode, teoricamente, prolongar a descrição até ao infinito.

6.3. APRESENTAÇÃO DA SEQUÊNCIA DESCRITIVA ANALISADA

Nesta secção, propomo-nos contextualizar a ocorrência da sequência descritiva que será analisada ao longo do capítulo. Ela foi extraída de uma obra colectiva (*História da arte em Portugal*) publicada em catorze volumes, cada um deles dedicado a um ou mais períodos histórico-artísticos, e quase todos (treze) de autoria individual; é esse o caso do volume a partir do qual extraímos a sequência descritiva em causa.

O volume 10 desta obra pretende dissecar dois períodos artísticos: o neoclassicismo e o romantismo. Cada um dos períodos é tratado em três capítulos distintos, dedicados à arquitectura, à escultura e à pintura (na parte final da obra, há ainda um capítulo exclusivamente dedicado às artes decorativas).

A sequência descritiva que vamos analisar foi extraída do capítulo relativo à arquitectura neoclássica.

A formação sociodiscursiva de origem desta obra é a comunidade académico-científica. O texto em análise (no qual se procede à descrição de um edifício que é património da Universidade de Coimbra: o Museu de História Natural) integra-se, assim, no discurso científico e reconhece-se-lhe como objectivo principal a divulgação geral de informações relativas ao património artístico existente em Portugal, nomeadamente nas áreas da arquitectura, da escultura e da pintura. Deste modo, trata-se de um texto de carácter informativo, vocacionado para um público não conhecedor da matéria. Observa-se, portanto, uma relação entre locutor e alocutário que se pode definir como a relação entre um especialista nas matérias tratadas na obra e um não-especialista.

O título geral da obra (*História da arte em Portugal*) delimita horizontes de expectativa que passam necessariamente pela conjugação de vários factores, entre os quais se contam a relevância dos períodos e das obras de arte seleccionados e a preocupação com uma relativa exaustividade dos monumentos e dos objectos destacados, tudo circunscrito a um determinado espaço geográfico. A distribuição dos volumes por períodos histórico-artísticos (neoclassicismo e romantismo), assim como a divisão em partes e em capítulos (arquitectura, escultura, pintura) do volume em questão, compartimentam quer os períodos, quer as áreas artísticas que são objecto de apresentação.

O quadro seguinte sistematiza, de modo resumido, as principais ideias que temos vindo a expor.

"Museu de História Natural"	
Protótipo sequencial	Descritivo
Tipo de discurso	Científico
Género discursivo	Obra de divulgação
Autoria	Individual
Destinatário	Público adulto em geral
Suporte	Texto escrito publicado em livro
Objectivo	Instruir, divulgar o património artístico de Portugal

Não sendo possível classificar a obra em causa num género discursivo reconhecido, optámos por integrá-lo entre as obras de divulgação geral de conteúdos que são objecto de estudo entre a comunidade científica.

A sequência descritiva ocorre quase no final do capítulo sobre arquitectura neoclássica. É antecedida pela referência à contratação de Guilherme de Elsden que, no âmbito das reformas patrocinadas pelo Marquês de Pombal, projectou o edifício que é objecto de descrição na sequência em análise: o Museu de História Natural da Universidade de Coimbra. Esta sequência descritiva insere-se, portanto, num movimento expositivo mais vasto em que se explicita um conjunto de construções que caracterizaram as reformas pombalinas. Dentro desse mesmo movimento, são subsequentemente descritos o Laboratório Químico e o Observatório Astronómico.

Esta sequência integra-se num movimento narrativo cujo objectivo é explicitar os principais eventos históricos que constituem o pano de fundo do surgimento das construções referidas no capítulo sobre neoclassicismo. No entanto, até pela extensão relativa das sequências descritivas e das sequências narrativas observadas na obra em questão (as primeiras são substancialmente mais extensas do que as segundas), sequências que ocorrem intercaladamente ao longo do capítulo, não se pode dizer que haja subordinação das descrições relativamente

à narração. Antes se verifica que a narrativa dos eventos se constitui como o fio condutor (num certo sentido, como mero pretexto) para a apresentação da descrição das mais relevantes obras arquitectónicas realizadas durante o período neoclássico. E assim se comprova não só que a descrição possui uma finalidade utilitária (ensinar, esclarecer) mas também que ela não ocorre necessariamente ao serviço da narrativa. Neste caso, parece ser a narrativa que serve de elo de ligação entre as diversas descrições, configurando estas a essência do texto.

Uma vez mais, e por razões que se prendem com a facilidade de posterior identificação, antepusemos numeração árabe a cada oração e numeração romana a cada adverbial temporal (que também sublinhámos); as formas verbais foram salientadas a negro. Sempre que há intercalação de orações, antepomos um número ao início da oração e esse mesmo número seguido de apóstrofe aos restantes elementos que integram a mesma oração (é o que acontece nas proposições (7d) e (11d)).

(1d) A grande obra artística da reforma pombalina **é** o Museu de História Natural, **(2d)** que **andava a ser construído (Id)** em 1779.

(3d) Trata-se de um edifício com uma longa fachada de cento e onze metros de comprido, dividida em três corpos, bem demarcados por pilastras.

(4d) O do meio **exibe** no piso térreo três aberturas em arcaria, encimadas por outros tantos janelões com gradaria de ferro, **(5d)** a **mostrar** na parte central um medalhão ovalado **(6d)** onde se **encontra** esculpida a efígie do marquês e coroados por pequenos frontões triangulares.

(7d) Demarcam esta zona, **(8d) intervalando** as aberturas, **(7'd)** quatro pilastras dóricas adossadas à parede **(9d)** e **remata** o conjunto um largo frontão triangular, ornamentado no seu tímpano

com um relevo da autoria de Machado de Castro **(10d) representando** a Natureza.

(11d) Os corpos **(12d)** que se **alargam** de um e outro lado deste quase pseudotemplo, também com pilastras **(13d)** a **demarcar** os cunhais, **(11'd) ostentam** no primeiro piso janelas e no térreo alternância de portas coroadas por pequenos frontões triangulares e aberturas similares às do piso superior. **(14d)** O edifício **é** excelentemente marcado.

(15d) Corre sobre a cimalha uma platibanda com balaústres na prumada das janelas e urnas e pirâmides (elemento este arcaizante) **(16d)** a **confirmar** o ritmo marcado na fachada.[369]

Trata-se, então, de uma sequência descritiva que tem como objecto o edifício do Museu de História Natural e comporta 16 proposições. Em rigor, é apenas uma parte do edifício – a fachada – que constitui o verdadeiro objecto da descrição.

A sequência descritiva em análise é, segundo a tripartição de Adam e Petitjean (1989), uma descrição do tipo *ver* (em contraste com outras descrições, do tipo *dizer* e do tipo *fazer*[370]). O que caracteriza as descrições do tipo *ver* é que elas são realizadas por um locutor com a capacidade de observar um dado objecto

[369] ANACLETO, Regina (1993), *História da arte em Portugal* vol. 10 (*Neoclassicismo e Romantismo*), Lisboa, Alfa, p. 40 (1.ª edição, 1986).

[370] A descrição do tipo *dizer* «est prise en charge par un personnage qui, doté d'un savoir, s'addresse à d'autres, ayant une connaisance moins grande que la sienne de l'objet à décrire», Adam e Petitjean (1989: 43). Já a descrição do tipo *fazer* (por vezes designada "descrição homérica") «prend la forme d'une série d'actions, manifestant […] le faire d'un acteur agissant sur l'objet à décrire. Le texte, au lieu de comptabiliser les parties d'un objet "idéel", énumère un ensemble de gestes techniques au moyen desquels sont présentés les composants de l'objet», Adam e Petitjean (1989: 45). Segundo estes autores, as descrições de acções, que encontramos em textos de instruções de montagem ou em receitas de culinária, por exemplo, são descrições do tipo *fazer*.

e de o representar no discurso à maneira de uma sobreposição de imagens. Uma diferença fundamental entre as descrições do tipo *ver* e as do tipo *fazer* é que estas implicam, por definição, uma sequencialidade temporal que geralmente não se atesta nas primeiras. Na secção 6.6. do presente capítulo, retomaremos esta questão.

6.4. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA EXPRESSÃO DO TEMPO

Para a análise da sequência descritiva que acabámos de apresentar, seguiremos uma metodologia semelhante à que propusemos no capítulo anterior: estabelecimento da estrutura macroproposicional da sequência (assinalando previamente os procedimentos descritivos inerentes à sequência textual analisada), explicitação das relações discursivas predominantes, indicação do número de ocorrências das formas verbais observadas, determinação das classes aspectuais, explicitação dos adverbiais temporais atestados, e, por fim, na secção 6.5., indicação das relações temporais entre as situações referidas.

Propomo-nos, neste caso, determinar a estrutura macroproposicional da sequência descritiva em dois momentos: em primeiro lugar, assinalaremos os procedimentos descritivos utilizados ao longo do segmento textual; depois, com base na observação desses procedimentos, representaremos em diagrama a estrutura macroproposicional da sequência descritiva.

Deste modo, retomamos agora a sequência que nos propomos analisar, indicando, com letras minúsculas antepostas (correspondentes a cada uma das alíneas a seguir indicadas), todos os procedimentos descritivos nela atestados, segundo a legenda que a seguir explicitamos.

PROCEDIMENTOS DESCRITIVOS – ADAM (1992)
1. Operação de identificação **a)** denominação do objecto **2. Operação de listagem** **b)** segmentação em partes **c)** indicação de propriedades **3. Operação de relacionamento** **d)** localização temporal **e)** localização espacial **f)** assimilação comparativa ou metafórica **4. Operação de encaixe por sub-tematização** **g)** denominação de parte do objecto, subsequentemente dividida e/ou caracterizada

Retomemos, então, a sequência em análise com as operações descritivas assinaladas.

(c) A grande obra artística da reforma pombalina é **(a)** o Museu de História Natural, **(c)** que andava a ser construído **(d)** em 1779.

(c) Trata-se de um edifício com **(b+g)** uma longa fachada de cento e onze metros de comprido, **(c)** dividida em **(b)** três corpos, **(c)** bem demarcados por **(b)** pilastras.

(b+g) O do meio exibe **(b+e)** no piso térreo **(b)** três aberturas em arcaria, **(c+e)** encimadas por **(b+g)** outros tantos janelões **(b+c+g)** com gradaria de ferro, **(c)** a mostrar **(b+e)** na parte central **(b+g)** um medalhão ovalado **(c)** onde se encontra esculpida a efígie do marquês e **(c)** coroados por **(c)** pequenos **(b+g)** frontões **(c)** triangulares.

(c) Demarcam esta zona, **(c)** intervalando **(b)** as aberturas, **(b+g)** quatro pilastras **(c)** dóricas **(c)** adossadas à parede e **(c)** remata **(b)** o conjunto um **(c)** largo **(b+g)** frontão **(c)** triangular, **(c)** ornamentado no seu **(b+g)** tímpano com **(b+g)** um relevo **(c)** da autoria de Machado de Castro **(c)** representando a Natureza.

(b) Os corpos **(c)** que se alargam de um e outro lado deste **(c)** quase pseudotemplo, **(f)** também com **(b+g)** pilastras **(c)** a demarcar **(b)** os cunhais, **(c)** ostentam **(b+e)** no primeiro piso **(b)** janelas e **(b+e)** no térreo **(c)** alternância de **(b+g)** portas **(c)** coroadas por **(c)** pequenos **(b+g)** frontões **(c)** triangulares e **(b+g)** aberturas **(f)** similares às do piso superior. **(c)** O edifício é excelentemente marcado.

(c) Corre sobre **(b)** a cimalha **(b+g)** uma platibanda com **(b+c)** balaústres **(b+e)** na prumada das janelas e **(b)** urnas e **(b+g)** pirâmides **(c)** (elemento este arcaizante) **(f)** a confirmar o ritmo marcado na fachada.

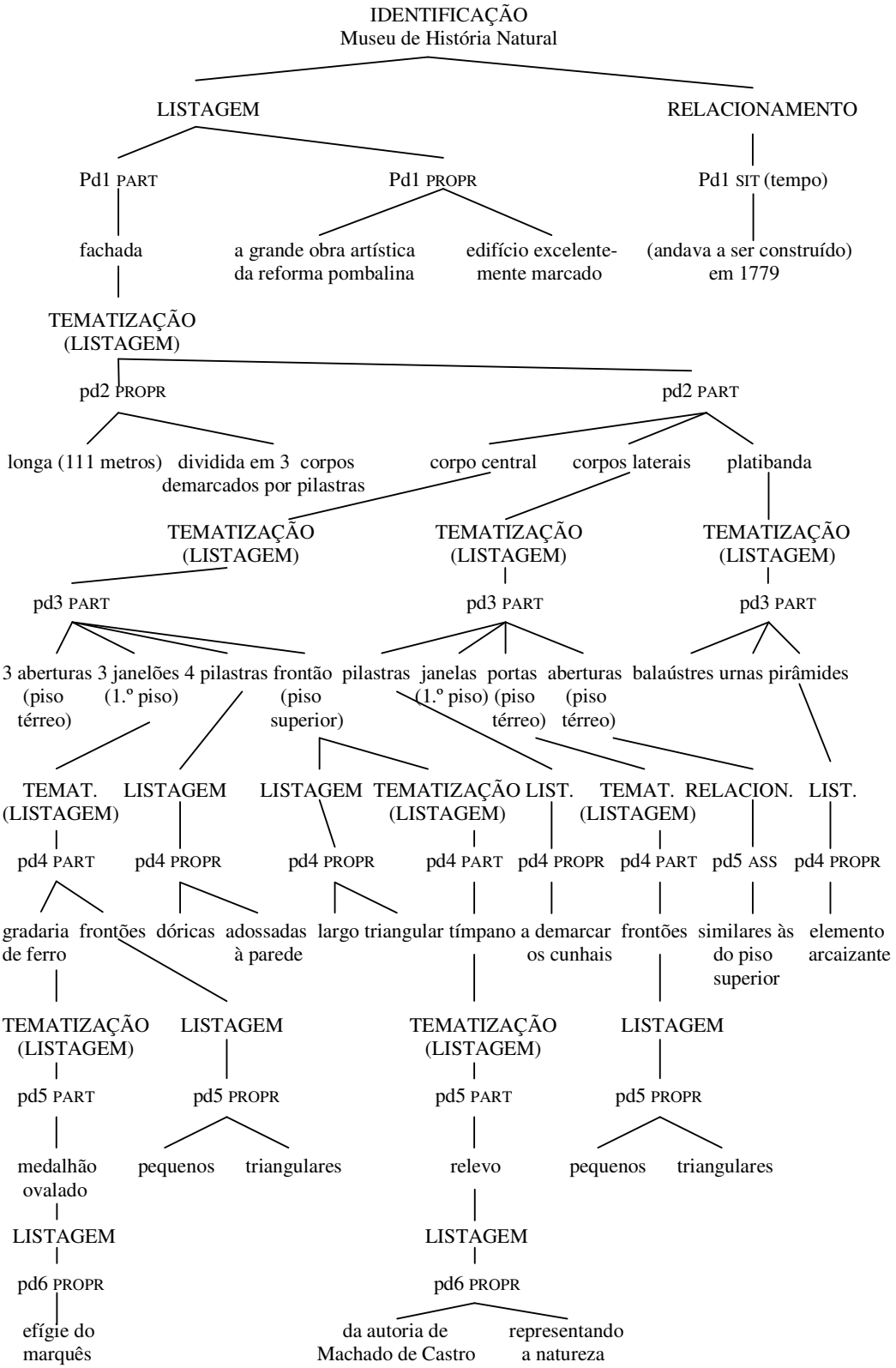
Contabilizámos 93 operações descritivas na sequência relativa ao Museu de História Natural. A sua distribuição é apresentada no quadro seguinte.

Procedimentos descritivos	N.º de ocorrências
1. Identificação	
a) denominação do objecto	1
2. Listagem	
b) segmentação em partes	32
c) indicação de propriedades	34
3. Relacionamento	
d) localização temporal	1
e) localização espacial	6
f) assimilação comparativa ou metafórica	3
4. Encaixe por sub-tematização	
g) denominação de parte do objecto	16
TOTAL	**93**

Predominam os procedimentos descritivos de listagem (segmentação em partes e indicação de propriedades): 66 operações num total de 89 (cerca de 71 %). Em estreita relação com estas operações, verifica-se que os procedimentos de encaixe por sub-tematização apresentam igualmente uma taxa de ocorrência relevante (16 operações, cerca de 17 %).

As operações de identificação e de relacionamento (sobretudo no que diz respeito aos procedimentos de localização temporal e espacial), compreensivelmente, não apresentam valores tão significativos. Na verdade, a menos que haja necessidade de reformular a designação inicialmente atribuída ao objecto descrito, a identificação, realizada no princípio da sequência, é válida até ao final da mesma. Por outro lado, a localização no tempo e no espaço do objecto descrito também é geralmente referida de uma vez por todas. Exceptuam-se os casos em que se indica a localização espacial de partes do objecto global da descrição (tome-se como exemplo as proposições (4d) e (5d)).

Com base nos procedimentos descritivos atestados nesta sequência descritiva, apresentamos, no diagrama seguinte, a sua estrutura macroproposicional.


IDENTIFICAÇÃO
Museu de História Natural
LISTAGEM
RELACIONAMENTO
Pd1 PART
Pd1 PROPR
Pd1 SIT (tempo)
fachada
a grande obra artística da reforma pombalina
edifício excelente-mente marcado
(andava a ser construído) em 1779
TEMATIZAÇÃO (LISTAGEM)
pd2 PROPR
pd2 PART
longa (111 metros)
dividida em 3 corpos demarcados por pilastras
corpo central
corpos laterais
platibanda
TEMATIZAÇÃO (LISTAGEM)
TEMATIZAÇÃO (LISTAGEM)
TEMATIZAÇÃO (LISTAGEM)
pd3 PART
pd3 PART
pd3 PART
3 aberturas (piso térreo)
3 janelões (1.º piso)
4 pilastras
frontão (piso superior)
pilastras
janelas (1.º piso)
portas (piso térreo)
aberturas (piso térreo)
balaústres
urnas
pirâmides
TEMAT. (LISTAGEM)
LISTAGEM
LISTAGEM
TEMATIZAÇÃO (LISTAGEM)
LIST.
TEMAT. (LISTAGEM)
RELACION.
LIST.
pd4 PART
pd4 PROPR
pd4 PROPR
pd4 PART
pd4 PROPR
pd4 PART
pd5 ASS
pd4 PROPR
gradaria de ferro
frontões
dóricas
adossadas à parede
largo triangular
tímpano
a demarcar os cunhais
frontões
similares às do piso superior
elemento arcaizante
TEMATIZAÇÃO (LISTAGEM)
LISTAGEM
TEMATIZAÇÃO (LISTAGEM)
LISTAGEM
pd5 PART
pd5 PROPR
pd5 PART
pd5 PROPR
medalhão ovalado
pequenos
triangulares
relevo
pequenos
triangulares
LISTAGEM
LISTAGEM
pd6 PROPR
pd6 PROPR
efígie do marquês
da autoria de Machado de Castro
representando a natureza

Neste diagrama, observa-se o desenvolvimento em profundidade da estrutura da sequência descritiva, o que reflecte uma organização macroproposicional predominantemente hierarquizada. Essa estruturação vertical decorre da primazia das operações de listagem (quer de segmentação, quer de caracterização), em estreita relação com os procedimentos de encaixe por sub--tematização.

Como consequência da segmentação em partes do todo que é objecto da descrição, a sequência descritiva caracteriza-se por um efeito de lista que se define, neste caso, pela enumeração dos elementos arquitectónicos considerados pela autora como os mais relevantes. Associado ao efeito de lista, verifica-se uma crescente particularização, um movimento descritivo que parte do que é maior em direcção ao que é menor. De facto, a progressiva particularização decorre da divisão do objecto descrito em partes sucessivamente menores. A descrição emerge, assim, como «le lieu d'une conscience paradigmatique dans l'énoncé»[371].

Relacionamos o desenvolvimento em profundidade da estrutura macroproposicional, reflectido no diagrama apresentado, com o facto de a sequência descritiva ser composta por uma sucessão de imagens, como no caso de um filme sobre um determinado objecto ou de um catálogo de fotografias. Tratando-se de uma descrição do tipo *ver*, a sucessão de imagens (desde o todo que constitui a fachada do edifício até aos mais pequenos detalhes, como o medalhão ovalado com a efígie do Marquês de Pombal na gradaria de ferro dos janelões do primeiro piso do corpo central, num movimento semelhante ao que é proporcionado pelo *zoom* numa máquina de filmar) pretende representar, de modo mais ou menos exaustivo, um objecto num dado momento da sua existência. Parece haver uma relação entre a estrutura hierarquizada da sequência descritiva do tipo *ver* que estamos a analisar e a ausência de sequencialidade temporal: esta ausência é inerente àquela organização.

[371] Hamon (1993: 5).

A representação diagramática da estrutura macroproposicional da sequência descritiva aponta para o facto de haver um plano de texto subjacente. Observa-se um movimento discursivo com origem em algumas propriedades gerais do objecto em causa (qualificação do edifício como a grande obra das reformas pombalinas, data de construção do edifício, extensão da sua fachada), passando, depois, para o corpo central da fachada, para os corpos laterais e, por fim, para a platibanda; em cada uma das partes, a autora apresenta, com maior ou menor detalhe, as propriedades que considera serem as mais relevantes e ainda outras partes do objecto descrito[372]. O acto de descrever parece exigir do locutor uma disposição não arbitrária dos elementos que integram a descrição.

A sequência descritiva analisada apresenta, portanto, um plano de texto bem definido, que nada tem de aleatório; esse plano, todavia, reflecte uma ordem de exposição das propriedades e das partes do objecto que poderia facilmente ser invertida. Ora, o que a tradição retórica salientava não era a ausência de uma organização macroproposicional subjacente às sequências descritivas, mas antes o facto de essa organização não ser previsível a partir da mera identificação do objecto da descrição. Para sublinhar esta ideia, podemos dizer que, em teoria, *n* sequências descritivas com um mesmo objecto de descrição podem apresentar *n* estruturas macroproposicionais diferentes. Por outras palavras, não é a natureza do objecto a descrever que determina a estrutura macroproposicional da sequência descritiva, embora o locutor possa contar com esquemas conceptuais pré-

[372] Poder-se-á dizer que a essência da sequência descritiva seria posta em causa se, em vez de revelar o movimento descritivo indicado, apresentasse, por exemplo, um movimento que se iniciasse na platibanda, passasse depois pelos corpos laterais e se fixasse, por fim, no corpo central da fachada? Continuaria seguramente a ser uma sequência descritiva com o mesmo objecto de descrição, explicitando as mesmas propriedades e os mesmos detalhes, mas teria uma estrutura macroproposicional diferente e constituiria um segmento textual diferente.

-memorizados[373] que o auxiliam na tarefa de conferir uma certa ordem a um todo constituído por um conjunto de partes e de propriedades.

Uma estrutura macroproposicional como a que atrás explicitámos carreia dificuldades a nível da própria representação diagramática. Na verdade, o diagrama que propusemos não reproduz de modo totalmente exaustivo a estrutura macroproposicional da sequência descritiva relativa ao Museu de História Natural, por razões que se prendem fundamentalmente com a ausência de espaço necessário.

Por exemplo, a partir do nó relativo aos *corpos laterais* especificados em pd2 PART, deveria sair uma ramificação (designada pd3 ASS) para indicar a semelhança entre os *corpos laterais* e o *corpo central* quanto aos elementos indicados (*pilastras*) (cf. proposição (12d)).

Também pd3 PART, dependente do nó *platibanda*, deveria incluir uma ramificação (pd4 ASS) a indicar que o conjunto de elementos que caracterizam a *platibanda* (*balaústres, urnas* e *pirâmides*) serve para confirmar o ritmo marcado na fachada (cf. proposição (16d)), manifestando no diagrama a relação de analogia entre a distribuição desses elementos ao longo da fachada e a de outros já referidos (nomeadamente, *janelas*, *portas* e *aberturas*).

Devido a essa mesma dificuldade em englobar todos os procedimentos descritivos no espaço físico da página, as indicações de localização espacial das partes em que se segmentou o todo são apresentadas entre parênteses no diagrama.

Um outro ponto importante acerca da sequência descritiva reside no facto de ela revelar que a autora é dotada de uma competência lexical específica da área do conhecimento em que se enquadra (no caso concreto, no domínio da arquitectura dentro do âmbito mais vasto da história da arte). Não são raros os exemplos de utilização de palavras ao longo das sequências que reflectem a inserção nessa área

[373] Estes esquemas, como já foi assinalado, traduzem-se basicamente em diferentes tipos de orientação do movimento descritivo: de cima para baixo ou vice-versa, da esquerda para a direita ou vice-versa, etc.

do conhecimento: salientam-se os substantivos (*pilastras, tímpano, cimalha, platibanda,* etc.) e certos lexemas que manifestam valores menos comuns no seu uso corrente (*coroado, correr,* etc.).

Assim, a descrição demonstra ser, como defendeu Hamon (1993), o lugar em que emergem os léxicos especializados, apelando simultaneamente à competência lexical e aos conhecimentos enciclopédicos do alocutário. Na verdade, também esta descrição é reveladora de um triplo saber: um saber sobre as palavras, um saber sobre o mundo e um saber sobre os modos de classificar.

Propomo-nos assinalar, agora, as mais relevantes relações discursivas que se observam entre os segmentos textuais que constituem a sequência descritiva do Museu de História Natural. As relações de *ELABORAÇÃO*, de *CIRCUNSTÂNCIA*, de *LISTA* e de *AVALIAÇÃO* são aquelas que se revelam mais importantes do ponto de vista da organização discursiva da sequência em análise[374].

A *ELABORAÇÃO* consiste na relação que se estabelece entre dois segmentos textuais em que um (o núcleo) manifesta uma determinada informação e o outro (o satélite), informação adicional que especifica a primeira.

A relação de *CIRCUNSTÂNCIA* define-se pelo facto de, a um segmento em que se expressa uma determinada informação (núcleo), se associar um outro que apresenta um contexto adequado para a interpretação daquela informação (satélite).

A relação de *LISTA* define-se pela apresentação sucessiva de entidades ou situações. Ao contrário de outras relações discursivas, não é composta por duas categorias funcionalmente distintas – um núcleo e um satélite – uma vez que esta

[374] Não constitui nosso objectivo a apresentação exaustiva de todas as relações discursivas que se observam ao longo da sequência descritiva, mas apenas a indicação daquelas que, do ponto de vista da organização macroestrutural, nos parecem mais importantes.

relação discursiva «does not have a particular span of text which is more central to the author's purposes»[375].

A relação de *AVALIAÇÃO*, por fim, consiste na apresentação de um segmento que introduz uma situação (núcleo) e de um outro que contém um comentário avaliativo relativamente a essa situação (satélite)[376].

No quadro seguinte, sistematizamos as principais relações discursivas atestadas ao longo da sequência descritiva.

Relação discursiva	**Núcleo**	**Satélite**
CIRCUNSTÂNCIA	(1d)	(2d)
ELABORAÇÃO	(1d) (3d)	(3d) - (16d) (4d) - (16d)
AVALIAÇÃO	(3d) - (13d)	(14d)
Relação discursiva	**Um item**	**Outro item**
LISTA	(4d) - (10d)	(11d) - (13d)

A relação de *CIRCUNSTÂNCIA* verifica-se entre a proposição (1d) e a proposição (2d): o segundo segmento textual serve para enquadrar temporalmente o processo de construção do edifício referido no primeiro segmento.

[375] Mann (1999). Não se deve confundir a relação discursiva de *LISTA* (proposta por Mann (1999)) com o procedimento descritivo de listagem (proposto por Adam (1992)), dois conceitos que a nossa tradução aproximou terminologicamente. A relação discursiva diz respeito ao modo como diferentes segmentos textuais se relacionam entre si a nível do significado, tendo em conta a coerência global do texto em que estão inseridos. O procedimento descritivo é uma operação que diz respeito ao modo como o locutor caracteriza um dado objecto e/ou o decompõe nas suas partes constituintes. O recurso a este procedimento descritivo dá origem à relação discursiva de *LISTA*. Mas enquanto o procedimento descritivo é exclusivo do protótipo sequencial descritivo, a relação discursiva de *LISTA* pode ocorrer em textos que actualizam outros protótipos sequenciais.
[376] Cf. Mann e Thompson (1987) e Mann (1999).

A relação de *ELABORAÇÃO* é atestada entre o segmento textual que introduz a sequência descritiva, no qual se procede à identificação do objecto a ser descrito, e quase todas as proposições seguintes − excepto a proposição (2d) −, em que se especificam e se caracterizam as partes constituintes da fachada do edifício identificado. Observa-se, ao longo de toda a sequência, esta mesma relação sempre que se indica um detalhe ou uma propriedade relativos a uma parte do todo que constitui a fachada do Museu. Por exemplo, é atestada a relação de *ELABORAÇÃO* entre as proposições (4d) e (5d), e entre as proposições (5d) e (6d). Deste modo, é a relação de *ELABORAÇÃO* que claramente predomina na sequência descritiva em análise.

A relação discursiva de *LISTA* observa-se entre dois grupos de proposições: (4d) a (10d) e (11d) a (13d). Em rigor, pode falar-se da existência desta relação discursiva também no caso da apresentação sucessiva de partes do objecto da descrição − veja-se, por exemplo, as proposições (11d), (12d) e (13d).

A relação de *AVALIAÇÃO* observa-se entre as proposições (3d) a (13d) e a proposição (14d), porquanto este segmento serve de comentário avaliativo relativamente à especificação das partes e das propriedades da fachada do edifício.

A análise do quadro permite comprovar a articulação que existe, em termos globais, entre todas as proposições da sequência. O próprio efeito de lista, que atrás apontámos como sendo uma das características mais típicas da sequência descritiva, é reflectido no grande peso que a relação de *ELABORAÇÃO* tem na sua organização discursiva global. De facto, esta relação é atestada entre a proposição (1d) e quase todas as restantes proposições que compõem a sequência descritiva. Também a relação de *LISTA*, atestada entre muitas das proposições que compõem esta sequência, revela a importânecia do efeito de lista inerente à estrutura do texto.

Passemos agora à explicitação das formas verbais que se atestam nesta sequência. O quadro seguinte indica o número de ocorrências dos tempos verbais e das formas nominais do verbo atestados no segmento discursivo em análise.

Formas verbais	N.º de ocorrências	%
Presente	10	***62,5***
Infinitivo	3	***18,7***
Gerúndio	2	***12,5***
Pretérito imperfeito[377]	1	***6,3***
Total	**16**	***100,0***

Antes de analisarmos as ocorrências das diferentes formas verbais, faremos algumas observações sobre a metodologia utilizada para determinar estes valores, semelhante, aliás, àquela explicitada no capítulo anterior, relativo à sequência narrativa.

No caso dos tempos verbais compostos, da voz passiva e das perífrases verbais contabilizámos uma única ocorrência, sem individualizar cada uma das formas atestadas. Deste modo, na perífrase verbal *andava a ser construído*, contabilizámos apenas a flexão em tempo do auxiliar que introduz a perífrase: pretérito imperfeito.

A forma *ovalado*, em (5d), constitui um adjectivo e não um verdadeiro particípio passado, segundo os critérios utilizados por Bosque e Demonte (1999)[378], pelo que, naturalmente, também não consta do quadro.

[377] A ocorrência do pretérito imperfeito é atestada em perífrase verbal na voz passiva (cf. proposição (2d): *andava a ser construído*).

[378] Segundo estes autores, os particípios passados, a nível semântico, denotam estados resultativos (estados consequentes, segundo Moens (1987)), pelo que manifestam na sua significação as acções que deram origem a esses estados. Deste modo, os particípios passados dos verbos transitivos podem formar passivas com *ser*, admitindo o complemento agente da passiva. Além disso, herdam outras propriedades do verbo a que pertencem, nomeadamente a compatibilidade com diversos tipos de adjuntos e com advérbios avaliativos. Por outro lado, ao contrário do que se verifica com os adjectivos, os particípios passados geralmente não se podem antepor aos substantivos que modificam. Por fim, os particípios passados não admitem sufixos próprios dos adjectivos (*–íssimo*, por exemplo, ou diminutivos como *–inho* e *–ito*). Sublinhe-se que, apesar da semelhança formal com o particípio passado, *adossadas* – que ocorre na proposição (7d) – é um adjectivo.

Num outro caso (em (6d): *onde se encontra esculpida a efígie do marquês*), considerámos estar em presença de uma oração passiva adjectival – estrutura sintáctica também designada passiva de estado ou passiva resultativa. Nestas construções, que expressam estados resultantes e em que ocorrem verbos como *estar*, *andar* ou *continuar*, «a forma participial […] é categorialmente um adjectivo (e não um verbo, como nas passivas sintácticas) formado por um processo morfológico de conversão»[379]. A forma em causa também não foi, portanto, incluída no quadro.

A ocorrência de diversas formas compatíveis com os testes que servem para identificar formas de particípio passado é um tema menos consensual e merece uma reflexão mais demorada. Comecemos por listar essas ocorrências: *dividida* e *demarcados* em (3d), *encimadas* em (4d), *coroados* em (6d), *ornamentado* em (9d), *coroadas* em (11d), *marcado* em (14d) e em (16d). Segundo os critérios expostos por Bosque e Demonte (1999) e por Duarte (2003b), trata-se de verdadeiros particípios passados e não de adjectivos[380]. A questão seguinte

[379] Mateus *et alii* (2003: 533).

[380] Em todos os casos, é possível interpretar estas formas como denotadoras de estados resultativos das situações representadas por proposições em que se integram os verbos *dividir, demarcar, encimar, coroar, ornamentar* e *marcar*. As formas em causa podem integrar passivas com o verbo *ser* no pretérito perfeito simples (*uma longa fachada que foi dividida em três corpos, três corpos que foram demarcados por pilastras, três aberturas em arcaria que foram encimadas por outros tantos janelões,* etc.). Note-se, contudo, que o presente do indicativo se revela, neste contexto, o tempo verbal mais adequado para incluir na paráfrase: *uma longa fachada que está dividida em três corpos; três corpos que estão demarcados por pilastras, três aberturas em arcaria que são encimadas por outros tantos janelões*; etc. Estas formas manifestam, por outro lado, compatibilidade com diversos modificadores (*portas coroadas com pompa por pequenos frontões triangulares, um largo frontão triangular ornamentado no seu tímpano com um relevo*) e com advérbios avaliativos (*uma longa fachada rigorosamente dividida em três corpos, três corpos bem demarcados por pilastras, três aberturas em arcaria simetricamente encimadas por outros tantos janelões,* etc.). Além disso, as formas em causa não se podem antepor aos substantivos com que ocorrem (* *uma dividida fachada de cento e onze metros, * três encimadas aberturas em arcaria*, etc.), nem são compatíveis com sufixos próprios dos adjectivos (* *uma longa fachada divididíssima em três corpos*, * *outros tantos janelões […] coroadinhos por pequenos frontões triangulares*, etc.). Por fim, estas formas podem ser acompanhadas por advérbios

consiste em determinar se estamos em presença de orações participiais, de orações adjectivas reduzidas[381], ou de orações passivas adjectivais. Explicitemos algumas opiniões antes de expor a nossa posição sobre o assunto.

Cunha e Cintra (1988: 611-612) limitaram-se a indicar a existência de orações reduzidas de particípio passado, as quais podem ser adjectivas ou adverbiais (e, neste caso, são susceptíveis de subdivisão em orações temporais, causais, concessivas e condicionais).

Em Mateus *et alii* (2003), é referido, a propósito das orações participiais com nexo temporal (logo, orações subordinadas adverbiais), que elas «exprimem anterioridade relativamente ao intervalo de tempo do estado de coisas da oração subordinante»[382]. Ora, nos casos que suscitaram esta reflexão, não só a paráfrase passiva com o verbo auxiliar no presente é possível (*uma longa fachada de cento e onze metros que está dividida, três aberturas em arcaria que são encimadas*, etc.), como constitui a que mais se aproxima da representação mental que, presumivelmente, a autora pretendeu activar. Deste modo, julgamos que as construções em causa não se integram neste grupo de orações participiais.

Bosque e Demonte (1999) apresentaram as propriedades mais relevantes das orações reduzidas: existência de sujeito explícito e de predicação não finita,

---

temporais/aspectuais como *recentemente* (*uma longa fachada recentemente dividida em três corpos*).

[381] A oração reduzida é uma «oração dependente que não se inicia por relativo nem por conjunção subordinativa, e que tem o verbo numa das formas nominais – o infinitivo, o gerúndio, ou o particípio», Cunha e Cintra (1988: 605). Peres e Móia (1995), referindo-se às orações pequenas ou reduzidas, apresentam o seguinte enunciado como exemplo de construção passiva participial: *A capela pintada por Miguel Ângelo é famosa no mundo inteiro*. Segundo os autores, as «estruturas oracionais reduzidas ocorrem tipicamente como modificadores ou apostos de expressões nominais […], tendo portanto uma função e uma distribuição semelhantes às das orações relativas», Peres e Móia (1995: 212). Cf. também Bechara (1999: 513-529).

[382] Mateus *et alii* (2003: 727).

veiculando informação de natureza essencialmente temporal (mas também causal, condicional, etc.); trata-se, por fim, de orações não seleccionadas semanticamente pelo predicado da oração principal, que ocorrem em aposição. No caso das construções que desencadearam esta digressão, a natureza da informação manifestada não se enquadra nas propriedades listadas por estes autores.

Relativamente às orações participiais (também designadas construções de particípio absoluto), Bosque e Demonte (1999) defendem que, tal como foi referido em Mateus *et alii* (2003), elas se definem pela ocorrência de um particípio passivo e de um sintagma nominal posposto[383]. Trata-se de construções subordinadas que informam sobre momentos ou circunstâncias de outro tipo (causas, condições, etc.) prévios à concretização da situação denotada pelo predicado da oração principal. Integram, por isso, uma informação de natureza temporal, designadamente de anterioridade em relação ao intervalo de tempo em que se localiza o estado de coisas denotado por aquele predicado[384].

Esta informação de anterioridade constitui justamente o argumento que desaconselha a inclusão das estruturas que encontrámos na sequência descritiva entre as orações adverbiais participiais e entre as orações adjectivas reduzidas de particípio. Mesmo os exemplos de orações adjectivas reduzidas apresentados quer por Cunha e Cintra (1988)[385], quer por Bechara (1999)[386] manifestam anterioridade em relação ao intervalo de tempo ocupado pela situação referida na

[383] Introduzidas por expressões do tipo de *uma vez*, as orações participiais admitem em português a ocorrência do sintagma nominal anteposto ao particípio passado; cf. Mateus *et alii* (2003: 727-728).
[384] Cf. Bosque e Demonte (1999: 3050): «La construcción de participio absoluto impone un requisito de perfectividad al verbo que entra a formar parte de ella».
[385] «As rosas brancas agrestes / trazidas do fim dos montes / vós mas tirastes […]», Cunha e Cintra (1988: 611).
[386] «Os anéis ensangüentados da humanidade estão cheios de facínoras, empuxados (= que foram empuxados) ao crime pela ingratidão injuriosa de mulheres muito amadas, e perversíssimas», Bechara (1999: 518).

oração principal[387]. Deve ser sublinhado o facto de esta sequência constituir uma descrição do tipo *ver*, em que a autora se propõe explicitar um conjunto de propriedades e de partes de um objecto que observa durante um intervalo que (supostamente) se sobrepõe ao intervalo de tempo da enunciação. Confirmaremos na secção 6.5. que a maioria dos estados de coisas referidos se localiza temporalmente num intervalo que inclui o intervalo de tempo da enunciação.

Consideramos, portanto, que as estruturas em causa – que contêm formas compatíveis com os testes que identificam as formas de particípio passado, e estão integradas nas proposições (3d), (4d), (6d), (9d), (11d), (14d) e (16d) – constituem orações passivas adjectivais em que foram omitidas as formas verbais. Deste modo, cada uma das formas assinaladas é um adjectivo derivado de particípio passado e constitui o núcleo do sintagma adjectival de uma oração passiva adjectival. Comprova a nossa opção o facto de estas construções serem compatíveis com verbos copulativos flexionados no presente do indicativo[388]:

(30) *[uma longa fachada] que <u>está</u> dividida em três corpos.*

(31) *[três corpos] que <u>estão</u> bem demarcados por pilastras.*

(32) *[três aberturas em arcaria] que <u>são</u> encimadas por outros tantos janelões.*

[387] O mesmo se verifica com as orações adjectivas reduzidas de particípio atestadas na sequência narrativa que analisámos no capítulo anterior.

[388] Cf. Mateus *et alii* (2003: 535): «Sendo a forma participial que ocorre nestas construções um adjectivo, o verbo flexionado que com ela se combina não pode ser um verbo auxiliar, uma vez que esta classe de verbos apenas selecciona constituintes encabeçados por verbos como seus complementos. Assim, os verbos que ocorrem nas passivas adjectivais são verbos copulativos, pelo que a estrutura sintáctica das passivas adjectivais é idêntica à das frases copulativas».

(33) *[outros tantos janelões] que <u>são</u> coroados por pequenos frontões triangulares.*

(34) *[um largo frontão triangular] que <u>está</u> ornamentado no seu tímpano com um relevo.*

(35) *[portas] que <u>são</u> coroadas por pequenos frontões triangulares.*

(36) *[uma platibanda com urnas e balaústres] a confirmar o ritmo que <u>está</u> marcado na fachada.*

As paráfrases propostas revelam que estas estruturas são equivalentes às orações passivas adjectivais, embora não ocorra explicitamente uma forma verbal como *estar* ou *continuar*, nem as formas participiais sejam claramente adjectivais. É que, tal como as passivas adjectivais, as estruturas sintácticas atestadas na sequência descritiva e sobre as quais estamos a reflectir «focalizam o estado resultante da transição sofrida»[389].

Na sequência descritiva em causa, estas orações servem para acrescentar propriedades dos referentes denotados pelos SN das orações principais, e as características assinaladas verificam-se nos mesmos intervalos de tempo ocupados pelas situações referidas nas proposições que incluem os SN.

Este tema, contudo, parece constituir uma questão ainda não definitivamente resolvida. Em particular, no que diz respeito à compatibilidade das formas adjectivais derivadas de particípio passado com testes que identificam justamente as formas de particípio passado.

[389] Mateus *et alii* (2003: 535).

Exposta a argumentação que nos levou a não incluir qualquer oração participial na divisão em orações que propusemos para a sequência descritiva, analisemos, agora, o quadro de ocorrências das formas verbais atestadas[390].

O presente do indicativo surge como o tempo verbal predominante nesta sequência descritiva: 10 ocorrências em 16 proposições (cerca de 62,5 % do total de ocorrências de formas verbais). Trata-se, em todos os casos, de ocorrências do presente simples. O infinitivo e o gerúndio (com 3 e 2 ocorrências, respectivamente) e o pretérito imperfeito (1 ocorrência) completam as formas verbais que constam da sequência em análise.

Se cruzarmos estas informações com a ocorrência das formas verbais em orações principais, então torna-se ainda mais evidente a preponderância do presente do indicativo como tempo verbal em torno do qual se estruturam as relações temporais entre as situações representadas nesta sequência descritiva: as 8 orações principais atestadas têm como núcleo de sintagma verbal uma forma de presente. Quer as ocorrências de infinitivo, quer as de gerúndio são atestadas em orações adjectivas reduzidas. A forma de pretérito imperfeito ocorre numa oração relativa explicativa. O tempo verbal de base da sequência descritiva em análise é, portanto, o presente do indicativo.

Por outro lado, as 8 orações subordinadas são todas orações relativas − 7 explicativas e 1 restritiva − facto que associamos à estrutura hierarquizada da sequência descritiva analisada.

As estruturas relativas, em particular as explicativas, assumem um papel relevante na estruturação da sequência descritiva. «Servindo de comentário do locutor relativamente à entidade denotada pela expressão nominal antecedente»[391],

[390] Deve ser sublinhado que, na sequência da decisão que tomámos de tratar as construções assinaladas como orações passivas adjectivais, optámos igualmente por não contabilizar as formas verbais omitidas nessas estruturas sintácticas.
[391] Mateus *et alii* (2003: 367).

as orações relativas explicativas ou apositivas carreiam, a nível semântico, especificações que servem para caracterizar detalhadamente o objecto da descrição e as partes em que ele vai sendo sucessivamente segmentado[392]. No caso deste segmento textual, a subordinação é o processo sintáctico usado para concretizar as múltiplas operações de listagem inerentes à estrutura macroproposicional da sequência descritiva em análise.

O elevado número de orações relativas explicativas ao longo da sequência descritiva revela-se de acordo com a organização macroproposicional que atrás explicitámos: uma estrutura hierarquizada em que sucessivamente vão sendo listadas as propriedades do objecto em causa e das suas partes constitutivas, assim como detalhes e pormenores destas partes e outras partes em que elas são susceptíveis de ser divididas. Por outro lado, estes dois dados estão em conformidade com o predomínio do presente do indicativo, na medida em que na sequência descritiva são maioritariamente denotados estados de coisas que ocupam um intervalo sobreposto ao intervalo de tempo da enunciação.

O cruzamento das informações recolhidas acerca do número de ocorrências das formas verbais com as classes aspectuais atestadas no segmento textual em análise permite confirmar estas ideias.

[392] Levinson (1983: 183-184) integrou as estruturas relativas explicativas entre as que desencadeiam pressuposições (*pressupposition-triggers*). Elas activam informação assumida/postulada pelo locutor como verdadeira, e, de um ponto de vista semântico, os conteúdos que veiculam não são afectados pela negação da oração principal.

CLASSES ASPECTUAIS / FORMAS VERBAIS	Eventos Instantâneos	Eventos Prolongados	Actividades	Estados
Presente				10
Infinitivo				3
Gerúndio				2
Pretérito imperfeito				1
TOTAL	**0**	**0**	**0**	**16**
%	***0***	***0***	***0***	***100***

Sintomaticamente, apenas são representadas situações estativas ao longo desta sequência descritiva. Trata-se de 15 estados lexicais e 1 estado habitual (referido na proposição (2d)). Estes valores, associados aos que dizem respeito às formas verbais atestadas na mesma sequência, permitem antever que o segmento textual em causa não assenta a sua temporalidade em desenvolvimentos cronológicos, como observámos no caso da sequência narrativa analisada no capítulo anterior, mas, predominantemente, na sobreposição dos estados de coisas referidos.

O escasso número de adverbiais temporais presentes nas sequências em análise, que o quadro seguinte sistematiza, aponta também nesse sentido.

ADVERBIAIS TEMPORAIS		**Localização**	**Duração**	**Frequência**
(Id)	*Em 1779*	**X**		
N.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS		**1**	**0**	**0**
TAXA DE OCORRÊNCIA		***100 %***	***0 %***	***0 %***

É atestado apenas 1 adverbial temporal em 16 predicações, ou seja, somente cerca de 6,3 % das proposições contêm um adverbial temporal. Este valor

contrasta com o que encontrámos na sequência narrativa analisada no capítulo anterior (em que mais de um quarto das proposições integra um adverbial temporal, predominantemente adverbiais de localização temporal).

O adverbial de localização temporal atestado nesta sequência procede à localização absoluta, no eixo do tempo, da situação a que se encontra associado. No caso da sequência narrativa, vimos que a maior parte dos adverbiais de localização temporal procede a uma localização relativa, isto é, denota preferencialmente as relações temporais entre as situações referidas; apenas um – (In) *dos fins da Idade do Bronze* – indica directamente um determinado intervalo de tempo no eixo cronológico.

Os dados recolhidos, juntamente com outros indicadores já referidos (sobre as formas verbais e sobre as classes aspectuais), apontam para o facto de a temporalidade da sequência descritiva apresentar uma estrutura muito menos complexa do que a que se observa na sequência narrativa, que é, como vimos, caracterizada pela sequencialidade temporal e, consequentemente, pela permanente necessidade de manifestar, através dos mais diversos meios linguísticos, as relações de ordem temporal entre as situações referidas.

Em suma, as principais características que podemos destacar na sequência descritiva que constitui o nosso objecto de análise são as seguintes:

– a estrutura macroproposicional apresenta uma organização em profundidade (em consequência da primazia das operações de listagem e de encaixe por sub-tematização), o que contrasta com a organização predominantemente linear da sequência narrativa; associado à estruturação hierárquica da macroproposição descritiva, observa-se um elevado número de orações relativas explicativas (7 das 8 orações subordinadas que foram atestadas);

– o tempo verbal de base é o presente do indicativo, cujo uso predominante estrutura a temporalidade da sequência descritiva;

– quanto às classes aspectuais, ao longo de toda a sequência são representadas unicamente situações estativas;

– são muito baixas as taxas de ocorrência dos adverbiais temporais, em comparação com os valores observados na sequência narrativa estudada no capítulo anterior;

- os dados relativos ao tempo verbal predominante, às classes aspectuais mais atestadas e ao reduzidíssimo número de adverbiais temporais apontam, em conjunto, para que a temporalidade da sequência descritiva se manifeste, por um lado, através de relações de sobreposição temporal entre as situações estativas representadas e, por outro lado, através de relações de inclusão do intervalo de tempo da enunciação nos intervalos de tempo que aquelas situações ocupam. As relações discursivas atestadas na sequência descritiva (*ELABORAÇÃO, LISTA, AVALIAÇÃO* e *CIRCUNSTÂNCIA*) reforçam estas ideias.

6.5. A TEMPORALIDADE DE UMA SEQUÊNCIA DESCRITIVA

A proposição (1d) identifica o objecto a descrever na sequência, e qualifica-o como a obra artística mais importante realizada na Universidade de Coimbra, no âmbito do conjunto de reformas levadas a cabo sob o impulso do governo liderado pelo Marquês de Pombal. A operação de identificação do objecto da descrição ocorre, neste caso, uma única vez, não havendo qualquer reformulação (isto é, não se observando posteriormente a rectificação da identificação proposta no início). Todas as propriedades e partes indicadas nas proposições seguintes dizem respeito, portanto, ao edifício em que está sediado o Museu de História Natural (de acordo com o esquema que representa a estrutura macroproposicional desta sequência, apresentada na secção 6.4.).

A ocorrência da forma verbal no presente do indicativo faz sobrepor o intervalo ocupado pelo estado referido em (1d) ao intervalo de tempo da

enunciação, incluindo-o[393]: o *TPpt* coincide com *n*; *s* inclui o *TPpt*. Recordamos que a obra que inclui o segmento textual em análise foi publicada em 1986 e reeditada em 1993. Deste modo, assere-se implicitamente a existência física do edifício e das suas propriedades naqueles períodos de tempo. Ao longo da análise desta sequência descritiva, sempre que indicarmos o intervalo correspondente ao intervalo de tempo da enunciação, estaremos a referir um intervalo de extensão indeterminada que se integra no intervalo mais extenso que constitui o ano de 1993.

A proposição (2d) – uma oração relativa explicativa que modifica o sintagma nominal *o Museu de História Natural*, nome predicativo do sujeito da proposição (1d) – inclui uma perífrase verbal no pretérito imperfeito e na voz passiva (*andava a ser construído*), bem como o adverbial temporal (Id) (*em 1779*), que localiza no eixo do tempo o estado habitual[394]. O *TPpt* da situação denotada em (2d) corresponde ao intervalo de tempo referido pelo adverbial (Id); *s* sobrepõe-se a *TPpt*.

O pretérito imperfeito ocorre num contexto típico, porquanto manifesta sobreposição da situação localizada relativamente a um intervalo, denotado pelo adverbial (Id), anterior ao intervalo de tempo da enunciação. A proposição (2d)

[393] O presente simples tipicamente localiza as situações num intervalo que inclui o intervalo de tempo da enunciação, sendo raros os casos em que os dois intervalos são totalmente coextensivos; cf. Oliveira e Lopes (1995). «Do ponto de vista aspectual, o presente do indicativo apresenta a interessante característica de só ser um tempo presente, pelo menos parcialmente sobreposto ao tempo da enunciação, com estados», Oliveira (2003a: 144).

[394] Segundo Cunha (1998b: 30), o operador «*andar a* descreve a ocorrência "iterada", "prolongada" ou "frequente" de um evento ou de parte(s) de um evento». Veja-se o que o mesmo autor refere, quando compara o operador *andar a* com o progressivo: «apesar de ambas mostrarem um comportamento estativo, as construções progressivas remetem, preferencialmente, para um estado que apenas contempla a informação acerca do "desenrolar" ou da "progressão" da eventualidade envolvida, enquanto *andar a* parece incluir, nas suas propriedades semânticas, também a ideia de "frequência" ou, pelo menos, a de "prolongamento" da situação», Cunha (1998b: 32). Em sua opinião, portanto, as duas construções diferem quanto ao respectivo "output": estado habitual ou frequentativo, no caso de *andar a*; estado progressivo, no caso de *estar a*.

não indica a data exacta de conclusão da construção do edifício ou a da sua inauguração, mas o adverbial (Id) aponta um horizonte temporal (as duas últimas décadas do século XVIII) para o início provável da utilização do edifício. Por outras palavras, infere-se que, aproximadamente desde a data referida, e na ausência de informação em contrário, a fachada do edifício mantém as propriedades artístico-arquitectónicas que a autora se propõe descrever.

Tendo procedido à identificação do edifício (Museu de História Natural), à sua qualificação genérica (a grande obra artística da reforma pombalina) e à localização temporal aproximada do final da sua construção (em 1779), a autora inicia, na proposição (3d), a descrição da fachada do Museu. Esta proposição, com forma verbal no presente, configura um estado, e o intervalo que a situação ocupa sobrepõe-se quer ao intervalo de tempo da enunciação, quer a todas as outras situações da classe dos estados que, ocorrendo anteriormente no discurso (como (1d)) ou posteriormente (como (4d), (5d), (6d), (7d), etc.), se inserem num intervalo que inclui o intervalo de tempo da enunciação. Esta sobreposição fica a dever-se, cumulativamente, ao uso das formas verbais de presente e ao facto de as situações referidas se integrarem na classe dos estados, situações durativas, não dinâmicas, sem ponto de culminação intrínseco. Veremos adiante que os estados referidos em predicações com outras formas verbais – no gerúndio e no infinitivo –, e temporalmente dependentes de oração subordinante com forma verbal flexionada no presente, mantêm igualmente relações temporais de inclusão relativamente ao intervalo de tempo da enunciação e relações de sobreposição coextensiva entre si. Em suma, o *TPpt* do estado referido em (3d) coincide com *n*; *s* inclui o *TPpt*.

Em (3d), é atestado um sintagma preposicional, cujo núcleo é a preposição *com* e que tem um sentido atributivo. Também nas proposições (4d), (12d) e (15d)

se atestam sintagmas preposicionais com este sentido[395]. O uso destas estruturas, parafraseáveis por orações relativas (quer restritivas, quer explicativas)[396], permite apresentar a informação de forma mais condensada num menor número de proposições e evita a constante repetição do verbo *ter* ou outros com significado semelhante.

Também o intervalo de tempo ocupado pelo estado que a proposição (4d) refere − proposição que inclui uma forma verbal no presente − se sobrepõe ao intervalo em que se localiza o estado designado em (3d), e ambos incluem o intervalo de tempo da enunciação. O *TPpt* de (4d) é *n*; *s* inclui o *TPpt*.

A proposição (5d) constitui uma oração adjectiva reduzida de infinitivo que modifica o sintagma nominal *gradaria de ferro* integrado na proposição (4d). A temporalidade do estado designado em (5d) depende da proposição (4d), pelo que o seu *TPpt* é também *n*; *s* inclui o *TPpt*.

Veja-se, em (37), a paráfrase que propomos para a proposição (5d).

(37) *[gradaria de ferro] que mostra na parte central um medalhão ovalado […]*

[395] A estrutura atestada na proposição (9d) (*ornamentado no seu tímpano com um relevo da autoria de Machado de Castro*) diverge destas, porquanto se trata de um sintagma preposicional seleccionado pelo particípio passado do verbo *ornamentar*.

[396] *Trata-se de um edifício que tem uma longa fachada de cento e onze metros de comprido*, a paráfrase da construção apresentada em (3d), integra uma oração relativa restritiva. Já no caso da estrutura incluída na proposição (4), a paráfrase constitui uma oração relativa explicativa: *outros tantos janelões que têm gradaria de ferro*. Bosque e Demonte (1999: 2548-2555) consideram que estamos em presença não de um sintagma nominal introduzido pela preposição *com*, mas de uma estrutura mais complexa que inclui uma predicação, designadamente uma oração reduzida que funciona como predicado não verbal estativo. Com base em exemplos do tipo de *escutava-nos com os olhos fechados*, apresentam dois argumentos a favor desta hipótese: a supressão do modificador do nome carreia ininteligibilidade ou alteração do significado (* *escutava-nos com os olhos*) e a preposição *com* não manifesta valor comitativo nem instrumental.

A paráfrase proposta evidencia que o estado denotado pela proposição (5d) se localiza num intervalo que inclui o intervalo de tempo da enunciação.

A proposição (6d), uma oração relativa explicativa com forma verbal no presente, também designa um estado localizado num intervalo que inclui o presente da enunciação. Ela modifica o sintagma nominal que desempenha a função de complemento directo na proposição (5d) (*um medalhão ovalado*). O seu *TPpt* coincide com *n*; *s* inclui o *TPpt*.

A proposição (7d), com forma verbal no presente, denota um estado que também ocupa um intervalo em que se inclui o intervalo de tempo da enunciação. O *TPpt* é *n*; *s* inclui o *TPpt*. É intercalada pela proposição (8d), uma oração adjectiva reduzida de gerúndio que modifica o sintagma nominal com função de sujeito da proposição (7d) (*quatro pilastras dóricas adossadas à parede*).

Na perspectiva de Bosque e Demonte (1999), trata-se de um gerúndio de tipo ilativo, que manifesta, neste caso, um valor explicativo[397]. A paráfrase que propomos em (38) comprova ainda que, quanto à relação temporal com outras situações denotadas, a proposição (8d) designa um estado que ocupa um intervalo sobreposto ao intervalo de tempo do estado referido em (7d).

(38) *[quatro pilastras dóricas adossadas à parede] que <u>intervalam</u> as aberturas […]*

Assim, o *TPpt* de (8d) é *n*; *s* inclui o *TPpt*.

[397] Segundo Bosque e Demonte (1999), no caso de estarmos em presença de orações gerundivas de tipo ilativo que manifestam valor explicativo, avaliativo ou adversativo, é possível permutar as formas verbais das orações principal e subordinada, como se comprova no enunciado seguinte, que constitui uma paráfrase das proposições (7d) e (8d): *quatro pilastras dóricas <u>intervalam</u> as aberturas, <u>demarcando</u> esta zona.*

A proposição (9d), com forma verbal no presente, designa uma situação da classe dos estados[398], tal como a proposição (10d) – uma oração adjectiva reduzida de gerúndio, que modifica o sintagma nominal *um relevo da autoria de Machado de Castro*. À semelhança do que assinalámos acerca da proposição (8d), também a proposição (10d) constitui uma oração gerundiva com valor ilativo. Observa-se, deste modo, uma relação temporal de sobreposição entre o intervalo ocupado pelo estado que a proposição (10d) denota e o que é referido pela proposição (9d). O *TPpt* de ambas as situações é *n*; s_1 e s_2 incluem o *TPpt* e sobrepõem-se entre si.

A proposição (11d) integra uma forma verbal no presente e designa um estado. É intercalada pelas proposições (12d) e (13d), ambas orações relativas: (12d) é uma oração relativa restritiva − com a forma verbal flexionada no presente − que modifica o sintagma nominal com a função de sujeito da proposição (11d); (13d) constitui uma oração adjectiva reduzida de infinitivo (uma estrutura idêntica à da proposição (5d)) e modifica o nome *pilastras*. Uma vez que as duas orações subordinadas dependem temporalmente da oração principal, os intervalos ocupados pelos estados referidos em (11d), (12d) e (13d) incluem o intervalo de tempo da enunciação e sobrepõem-se entre si. Assim, o *TPpt* dos três estados é *n*; s_1, s_2 e s_3 incluem o *TPpt* e sobrepõem-se entre si.

[398] O verbo *rematar* deve, na proposição (9d), ser entendido numa acepção próxima de *completar*. O movimento implícito no significado da proposição decorre não de se tratar de uma situação dinâmica (da classe dos eventos ou das actividades) mas do olhar da autora que se desloca pela fachada do edifício enquanto procede à descrição. Por outras palavras, não se verifica, no intervalo em que se integra a situação denotada pela proposição (9d), a conclusão da construção do pormenor arquitectónico em causa; antes se observa a culminação do movimento de deslocação do olhar pela parte central da fachada do edifício. Justifica-se, assim, que a proposição (9d) refira uma situação que classificámos como sendo de tipo estativo.

As proposições (14d) e (15d) designam situações da classe dos estados e contêm formas verbais no presente[399]. O *TPpt* de ambos os estados é *n*; s_1 e s_2 incluem o *TPpt* e sobrepõem-se entre si.

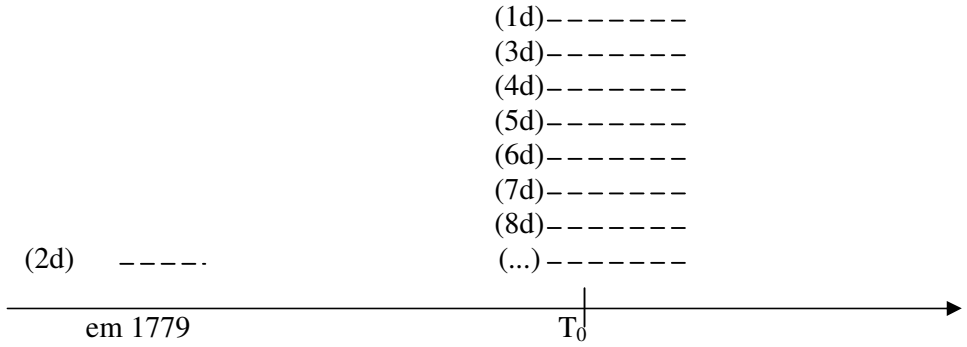
A proposição (16d), por fim, constitui, à semelhança das proposições (5d) e (13d), outro caso de oração adjectiva reduzida de infinitivo, e modifica o sintagma nominal *platibanda com balaústres na prumada das janelas e urnas e pirâmides*. O intervalo ocupado por este estado inclui, uma vez mais, o intervalo de tempo da enunciação e sobrepõe-se aos intervalos dos outros estados que também incluem esse intervalo. O *TPpt* de (16d) é *n*; *s* inclui o *TPpt*.

A sequência descritiva relativa ao Museu de História Natural é composta pelas 16 proposições cuja temporalidade acabámos de analisar, e todas elas designam situações da classe dos estados: 15 estados lexicais e 1 estado habitual.

Só o estado habitual denotado pela proposição (2d) é localizado num intervalo anterior ao intervalo de tempo da enunciação. Todas as outras proposições – que incluem formas verbais no presente, no infinitivo e no gerúndio – designam estados lexicais, cujos intervalos de localização incluem o intervalo de tempo da enunciação. Na medida em que, cumulativamente, se trata de situações cuja estrutura temporal interna não integra um ponto de culminação, todos estes estados apresentam igualmente relações de sobreposição entre si.

No esquema seguinte, propomo-nos representar a temporalidade das situações referidas na sequência em que se procede à descrição da fachada do Museu de História Natural.

[399] Sobre a proposição (15d) – *Corre sobre a cimalha uma platibanda com balaústres na prumada das janelas e urnas e pirâmides (elemento este arcaizante)* –, convém sublinhar que, no seu significado mais típico, o verbo *correr* designa uma situação não estativa (como em *correr 100 metros, correr durante duas horas*, etc.). Neste caso, porém, não é possível interpretar a situação descrita de outro modo que não seja em sentido figurado (na acepção de "estender-se no espaço").



Neste esquema, sinalizamos com reticências entre parênteses as proposições (9d) a (16d), para evitar a fastidiosa sobreposição das linhas tracejadas. De facto, as relações temporais entre as situações referidas quase se limitam à mera sobreposição entre os estados denotados. Exceptua-se o estado habitual designado na proposição (2d).

Concluímos esta secção sistematizando os pontos mais relevantes no que diz respeito à temporalidade da sequência descritiva em análise:

– todas as situações referidas são da classe dos estados: 15 estados lexicais e 1 estado habitual;

– predominam as formas verbais de presente (10 ocorrências num total de 16 proposições); elas são atestadas em todas as orações principais;

– os intervalos ocupados pelas situações referidas em proposições com formas verbais no presente incluem o intervalo de tempo da enunciação;

– todas as proposições com formas nominais do verbo se integram em estruturas oracionais adjectivas reduzidas; os intervalos correspondentes aos estados que estas orações reduzidas designam são interpretados como estando temporalmente sobrepostos aos intervalos ocupados pelos estados referidos nas respectivas orações subordinantes (as quais incluem, em todos os casos, formas verbais no presente);

– o estado denotado pela proposição (2d) é localizado num intervalo do eixo do tempo que é especificado pelo único adverbial de localização temporal atestado nesta sequência; o pretérito imperfeito indica que o intervalo que este estado ocupa mantém uma relação de sobreposição com um ponto de referência, assinalado pelo adverbial temporal (Id), anterior ao intervalo de tempo da enunciação; trata-se da única proposição em que a situação referida é localizada num intervalo que não inclui o intervalo de tempo da enunciação.

As relações temporais entre as situações referidas ao longo desta sequência descritiva resumem-se, em quase todas as proposições, a relações de sobreposição entre si e de inclusão relativamente ao intervalo de tempo da enunciação[400]. A única excepção reside, como acabámos de ver, na proposição (2d).

Por conseguinte, a sequência descritiva relativa ao Museu de História Natural pode ser globalmente caracterizada como uma selecção de imagens dispostas sucessivamente no discurso, mas que se sobrepõem temporalmente, e que ora projectam uma panorâmica da fachada do edifício, ora salientam os seus detalhes com maior ou menor grau de pormenor[401]. Este processo de passagem da totalidade da fachada para as suas partes constituintes e para os detalhes dessas partes assemelha-se ao movimento do *zoom* numa máquina de filmar ou de fotografar, tendo em vista a obtenção de efeitos de aproximação e de afastamento. Na sequência em questão, tal processo é sintacticamente evidenciado pelo frequente recurso a orações adjectivas que, em termos de procedimentos descritivos, concretizam a operação de listagem através da indicação de propriedades. O movimento particular de cada sequência descritiva recorda-nos

[400] A relação de inclusão do intervalo de tempo da enunciação no intervalo, mais extenso, em que se verificam as situações referidas decorre do facto de o tempo verbal de base da sequência descritiva analisada ser o presente do indicativo. Esta relação não se atesta, naturalmente, no caso de descrições cujo tempo verbal predominante seja o pretérito imperfeito ou, em ocorrências mais raras, o futuro do indicativo.

[401] Segundo Hamon (1993), a preocupação em revelar detalhes do objecto descrito constitui uma das componentes descritivas mais importantes.

que «une procédure descriptive est inséparable de l'expression d'un point de vue»[402].

6.6. O GÉNERO DISCURSIVO "TEXTO DE INSTRUÇÕES": ACTUALIZAÇÃO DO PROTÓTIPO DA SEQUÊNCIA DESCRITIVA OU DA SEQUÊNCIA NARRATIVA?

Nesta secção, propomo-nos analisar um texto de instruções, com o objectivo de proceder à análise de um exemplar deste género discursivo e contribuir para determinar se, pelas propriedades que tipicamente manifesta, deve ser incluído entre os textos que actualizam o protótipo da sequência descritiva ou o da sequência narrativa. Na fase actual das investigações, há ainda uma possibilidade alternativa, que consiste em conceber as diferenças entre os tipos textuais de modo escalar, e situar estes textos num ponto intermédio do *continuum* entre os protótipos narrativo e descritivo, partilhando propriedades de um e de outro, e possivelmente, estando mais próximo de um do que do outro[403].

Com base na teorização de Adam (2001), começamos por enumerar as propriedades deste género textual que nos parecem ser mais relevantes:

[402] Adam (2002b: 167).

[403] Adam (1992, 2001) reflectiu sobre as classificações de textos numa perspectiva gradual. Segundo este ponto de vista, não se pretende enumerar as condições necessárias e suficientes para integrar um determinado texto numa dada classe; antes se atribui uma importância variável às características que lhe são inerentes, tendo como objectivo situar esse texto numa zona mais ou menos próxima do protótipo sequencial com que mais se identifica.

– os textos de instruções têm um objectivo prático que consiste em auxiliar o alocutário a desempenhar uma determinada tarefa; esta tarefa concretiza-se na transformação do estado inicial de um dado objecto ou conjunto de objectos;

– durante o acto de produção verbal destes textos, o alocutário constitui, para o locutor, uma entidade indeterminada;

– essa indeterminação estende-se ao(s) intervalo(s) de tempo em que se materializa a transformação prevista pelo conjunto de indicações manifestado no texto; deste modo, os textos de instruções raramente manifestam valores temporais de localização absoluta no eixo do tempo[404]; consequentemente, as formas verbais da esfera do passado nunca ocorrem neste género discursivo;

– ocorrem com frequência adverbiais temporais e organizadores textuais que precisam quer a ordem temporal, quer a duração das situações denotadas;

– estes textos expressam instruções, referindo um conjunto de situações dinâmicas (sobretudo da classe dos eventos) sequencialmente ordenadas; a ordem temporal das situações é de tal modo rígida que o alocutário dificilmente poderá alterá-la;

– as formas verbais predominantes carreiam valor ilocutório directivo; trata-se, geralmente, de formas do infinitivo não flexionado, do presente do indicativo com sujeito indeterminado ou do presente do conjuntivo; tanto as formas de presente do indicativo como as de presente do conjuntivo ocorrem flexionadas na 3.ª pessoa do singular.

De seguida, procuraremos contextualizar a sequência e analisar a sua temporalidade a partir da explicitação das formas verbais, das classes aspectuais, dos adverbiais temporais e das relações discursivas nela atestados.

[404] Como excepção, registe-se o caso dos horóscopos de publicações periódicas que frequentemente procedem à ancoragem das situações denotadas no eixo do tempo.

O texto que vamos analisar foi extraído do folheto informativo que acompanha um champô anti-caspa[405] e corresponde a um conjunto de indicações reunidas sob o título de "Posologia e modo de emprego". A autoria do texto é da responsabilidade do laboratório que fabrica e comercializa o produto em causa[406]. Logo, este texto tem origem na comunidade científica do ramo farmacêutico, e integra-se no âmbito do discurso científico[407].

Relativamente aos horizontes de expectativa que delimita e aos objectivos que pretende atingir, este tipo de folhetos serve para informar o utilizador acerca das características de um dado produto. Geralmente engloba, entre outras, informações sobre a composição dos produtos, indicações terapêuticas, contra--indicações, efeitos secundários, precauções, posologia e modo de emprego do produto.

O quadro seguinte sistematiza o essencial das propriedades que acabámos de enumerar.

[405] Para evitar fazer publicidade ao produto em causa, optámos por não revelar a marca do champô.
[406] A última revisão do folheto foi efectuada em Setembro de 1994, data que tomámos como sendo a da sua redacção.
[407] Assumimos que se trata de uma sequência textual que se integra no discurso científico, na medida em que a totalidade do folheto em que se insere este texto de instruções é da responsabilidade do laboratório que fabrica o produto. A inclusão, no folheto, de informações que só um especialista na área possui – relativas, por exemplo, à composição do produto, às indicações terapêuticas e às contra-indicações – reforçam a nossa proposta de classificação.

"Posologia e modo de emprego"	
Tipo de discurso	Científico
Género discursivo	Texto de instruções
Autoria	(Responsabilidade) colectiva
Destinatário	Público utilizador do produto farmacêutico em causa
Suporte	Texto escrito inserido em folheto que acompanha um champô anti-caspa
Objectivo	Informar acerca da dosagem a aplicar e do modo de usar o produto

Apresentamos agora a sequência que vamos analisar. Recorremos novamente à numeração árabe para identificar as diferentes orações e à numeração romana para assinalar os adverbiais temporais atestados na sequência; as formas verbais são apresentadas a negro e os adverbiais temporais foram sublinhados.

> **(1i) (Ii) Lavado (2i)** e **(IIi) escorrido** o cabelo, **(3i) esfregá**-lo com um pouco de [champô][408], **(4i) pondo** água quente **(5i) (IIIi)** até **obter** espuma **(6i)** e **enxaguar**.
>
> **(7i) Repetir** a operação **(8i)** e **lavar** abundantemente.

Comecemos por explicitar, no quadro que a seguir se apresenta, as formas verbais e o número de vezes que ocorrem na sequência discursiva em análise.

[408] Em coerência com a decisão, atrás justificada, de não indicar a marca do champô em causa, substituímos, no texto em análise, o substantivo próprio que explicita a marca pelo substantivo comum "champô".

Formas verbais	N.º de ocorrências	%
Infinitivo	5	***62,5***
Particípio passado	2	***25,0***
Gerúndio	1	***12,5***
Total	**8**	***100,0***

Nesta sequência apenas são atestadas formas nominais do verbo. A forma verbal de base é o infinitivo não flexionado. Estas formas de infinitivo são atestadas em frases com valor ilocutório directivo quando o alocutário é indeterminado[409].

Assim, as formas verbais presentes no texto não servem para estabelecer uma relação temporal entre a situação denotada e o intervalo de tempo da enunciação. Esta constatação é indissociável do facto de os textos de instruções expressarem um conjunto de indicações que só num intervalo posterior ao intervalo de tempo da enunciação é passível de ser concretizado[410]. Por conseguinte, estes textos geralmente não manifestam valores temporais de localização absoluta. O claro predomínio das formas de infinitivo, que apresenta mais de metade do número total de ocorrências, deve ser perspectivado à luz deste enquadramento.

No quadro seguinte, apresentamos a classificação aspectual das situações denotadas no texto de instruções.

[409] Cf. Mateus *et alii* (2003: 453): «o infinitivo, na sua forma invariável, é especialmente usado quando o destinatário do acto ilocutório directivo não é específico». Do ponto de vista ilocutório, Casanova (1996: 435) definiu as instruções veiculadas nestes textos como «actos directivos despersonalizados».

[410] Segundo Mateus *et alii* (2003: 454), «uma propriedade comum a todas as frases imperativas é a projecção para do estado de coisas denotado para o futuro, mesmo quando o verbo ocorre num tempo passado [*calou!*]».

CLASSES ASPECTUAIS	PROPOSIÇÕES
Estado consequente	**(1i) Lavado**
Estado consequente	**(2i)** e **escorrido** o cabelo,
Actividade	**(3i) esfregá**-lo com um pouco de [champô],
Actividade[411]	**(4i) pondo** água quente
Evento instantâneo	**(5i)** até **obter** espuma
Evento prolongado[412]	**(6i)** e **enxaguar**.
Evento prolongado	**(7i) Repetir** a operação
Evento prolongado[413]	**(8i)** e **lavar** abundantemente.

A seguir, cruzamos os dados relativos às formas verbais atestadas e às classes aspectuais representadas.

[411] Sublinhe-se que a situação "pôr água" é durativa e atélica, embora temporalmente delimitada pela proposição (5i). Daí ter sido classificada como actividade.

[412] O estado de coisas "enxaguar [o cabelo]" constitui um evento prolongado, na medida em que é durativo e télico. A telicidade desta situação é comprovada pelo facto de desencadear um estado consequente, o qual pode ser explicitado pelo enunciado *o cabelo está enxaguado*.

[413] O estado consequente denotado pela proposição (1i) justifica a proposta de classificação da proposição (8i): porque desencadeia um estado consequente – como o que é referido em (1i) –, a proposição (8i) configura necessariamente um evento.

CLASSES ASPECTUAIS / FORMAS VERBAIS	Eventos Instantâneos	Eventos Prolongados	Actividades	Estados
Infinitivo	1	3	1	
Particípio passado				2
Gerúndio			1	
TOTAL	**1**	**3**	**2**	**2**
%	***12,5***	***37,5***	***25,0***	***25,0***

Predominam, neste texto, as situações eventivas, que representam três quartos do total de estados de coisas denotados. São ainda atestados 2 estados consequentes. Veremos adiante que mesmo as situações estativas representadas na sequência, porque configuram estados consequentes e porque constituem actos ilocutórios directivos indirectos, remetem para a concretização de eventos prolongados (nomeadamente, *lavar o cabelo* e *escorrer o cabelo*). É comum nos textos de instruções, ocorrerem predominantemente situações dinâmicas[414]. Quanto às classes aspectuais das situações representadas, este segmento textual está, portanto, mais próximo da sequência narrativa do que da sequência descritiva.

Assinalemos, agora, os adverbiais temporais presentes no texto do folheto informativo.

[414] «Do ponto de vista semântico-lexical, as frases imperativas com valor de ordem, pedido ou conselho, envolvem predicados dinâmicos, que denotam propriedades ou situações controláveis pela entidade a quem se dirige o acto directivo», Mateus *et alii* (2003: 453).

ADVERBIAIS TEMPORAIS		Localização	Duração	Frequência
(Ii)	*lavado [o cabelo]*	**X**		
(IIi)	*escorrido o cabelo*	**X**		
(IIIi)	*até obter espuma*	**X**		
N.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS		**3**	**0**	**0**
TAXA DE OCORRÊNCIA		***100 %***	***0 %***	***0 %***

Todos os adverbiais temporais atestados nesta sequência são localizadores. O texto revela elevados valores de ocorrência de adverbiais temporais: 3 em 8 orações, o que perfaz uma taxa de ocorrência de aproximadamente 37,5 %. Trata-se de valores mais elevados do que os que foram observados na sequência narrativa analisada no capítulo anterior. Também neste ponto, o texto de instruções em análise se aproxima mais da sequência narrativa do que da sequência descritiva.

Quanto à sua configuração sintáctica, todos os adverbiais temporais constituem orações subordinadas temporais: 2 orações participiais e 1 oração infinitiva. Na análise das relações temporais entre os estados de coisas a que adiante procederemos, reforçaremos a ideia, já apresentada no capítulo anterior, de que os adverbiais temporais que referem uma situação introduzem um grau de complexidade mais elevado na determinação da temporalidade discursiva.

No quadro seguinte, assinalamos as relações discursivas observadas no texto.

Relação discursiva	Núcleo	Satélite
NARRAÇÃO	(5i) (6i) (7i)	(6i) (7i) (8i)
PREPARAÇÃO[415]	(5i)	(3i) - (4i)

Predomina a relação discursiva de *NARRAÇÃO*, que se define pelo facto de a situação referida no núcleo preceder a situação denotada no satélite sem constituir, no entanto, a sua causa. A sequencialidade temporal entre os estados de coisas envolvidos é inerente a esta relação discursiva.

Observa-se também a relação de *PREPARAÇÃO*, entre um núcleo constituído pela proposição (5i) e um satélite composto pelas proposições (3i) e (4i). Esta relação consiste na apresentação de informação, referida no satélite, que se destina a auxiliar o interlocutor a realizar uma dada acção, denotada no núcleo.

Com base nos dados que fomos recolhendo, explicitaremos, de seguida, as relações temporais entre as situações representadas neste texto. Para se compreender devidamente o modo como funciona a temporalidade nesta sequência é importante recordar as seguintes ideias:

– neste género textual, a linearidade textual desempenha um papel relevante para a compreensão do discurso; por defeito, a relação temporal entre duas situações *a* e *b* é de anterioridade de *a* relativamente a *b*, desde que *a* preceda *b* no discurso;

[415] Propomos esta designação (numa acepção próxima do sentido relativo ao *acto de propiciar, de habilitar*) como tradução de *enablement*. Segundo Mann e Thompson (1987: 18), esta é uma «presentational relation […] whose intended effect is to increase some inclination in the reader, such as the desire to act».

– em associação com a linearidade textual, também as classes aspectuais se revelam decisivas na interpretação das relações temporais entre as situações; no caso de duas situações integrarem pontos de culminação na sua estrutura temporal interna (ou serem representadas como temporalmente delimitadas), por defeito, elas são interpretadas como ocupando intervalos de tempo distintos (verificando-se, deste modo, sequencialidade temporal).

A proposição (1i) integra uma forma de particípio passado e designa um estado consequente, que resulta da culminação do evento prolongado correspondente à situação "lavar o cabelo". A ocorrência do particípio passado nesta proposição caracteriza-se pela seguinte particularidade: ao designar o estado consequente de um evento prolongado, a forma de particípio passado concretiza um acto ilocutório directivo indirecto[416], que consiste em levar o interlocutor a realizar o evento prolongado correspondente a "lavar o cabelo" e a atingir o ponto de culminação desse evento, de modo a que seja obtido o estado consequente referido na proposição (1i).

O mesmo se verifica na proposição (2i), uma vez que também ela designa um estado consequente (neste caso, do evento prolongado "escorrer o cabelo"), e constitui um acto ilocutório directivo indirecto. É referido o estado resultante de um dado evento, e o alocutário infere que deverá realizar o evento prolongado que origina esse estado.

O estado designado em (1i) situa-se num intervalo de tempo sobreposto ao intervalo ocupado pelo estado designado em (2i), mas cujo início lhe é anterior: s_1 sobrepõe-se parcialmente a s_2. A relação de precedência entre o início dos intervalos em que se inserem os dois estados referidos em (1i) e em (2i) infere-se pela conjugação de três factores: a linearidade discursiva (as proposições ocorrem no discurso pela seguinte ordem: primeiro (1i), e só depois (2i)); a expressão do valor temporal de anterioridade do particípio passado em orações participiais

[416] Cf. Gouveia (1996: 401-402).

deste tipo; os conhecimentos enciclopédicos dos sujeitos falantes (o cabelo só poderá ser escorrido após ter sido lavado).

Quanto à localização destes estados no eixo do tempo, ela é indeterminada como acontece, aliás, com todas as situações referidas nesta sequência. Nenhuma forma verbal atestada neste texto de instruções localiza as situações no eixo do tempo, embora se possa concluir que, num texto deste género discursivo, os estados de coisas se localizam em intervalos posteriores ao intervalo de tempo da enunciação. No texto em causa, a localização absoluta não é importante; já a localização relativa das situações denotadas é decisiva.

(1i) e (2i) são orações participiais e constituem adverbiais temporais que expressam informação sobre a localização relativa do estado de coisas referido em (3i): uma vez que estas orações participiais integram uma informação temporal de anterioridade[417], a actividade referida em (3i) situa-se num intervalo que está incluído nos intervalos de tempo, mais extensos, ocupados pelos estados consequentes designados em (1i) e em (2i). É a seguinte a relação temporal entre estes estados de coisas: *e* está incluído em s_1 e s_2. Sublinhe-se, todavia, que o início do intervalo em que se localiza a actividade descrita em (3i) é posterior ao início de cada um dos intervalos ocupados pelos estados consequentes denotados em (1i) e em (2i).

Aliás, a informação temporal-aspectual relevante para o alocutário pode ser explicitada do seguinte modo: primeiro, concretize o evento de que resulta o estado descrito em (1i); depois, realize o evento de que decorre o estado referido em (2i); a seguir, desenvolva a actividade denotada em (3i).

As duas formas de particípio passado desempenham, portanto, funções diversas:

[417] Cf. Peres (1993a: 36): «the situation described by the first clause [*Escrito o relatório*] is given as anterior to the event referred to by means of the second clause [*a Ana partiu de férias*], and such information has no source other than the past participle in the first sentence».

i) referem estados que resultam da culminação dos eventos prolongados denotados pelos predicados de que derivam (respectivamente, “lavar o cabelo” e “escorrer o cabelo”); neste género discursivo, devem ser interpretadas como um incitamento à realização desses eventos prolongados, expressando, portanto, um valor ilocutório directivo indirecto;

ii) localizam os eventos designados um em relação ao outro: o início do intervalo ocupado pela situação representada em (1i) ocorre antes do início do intervalo em que se integra a situação referida em (2i); a ordem temporal entre as duas proposições decorre de informações diversas: da anterioridade que as formas verbais denotam, da linearidade discursiva e do conhecimento do mundo;

iii) uma vez que se integram em orações subordinadas temporais, ajudam a localizar o estado de coisas referido pela proposição (3i), a oração de que dependem sintacticamente.

A proposição (3i), com forma verbal no infinitivo, designa uma actividade e localiza-se, então, num intervalo incluído no intervalo de tempo ocupado pelos estados consequentes designados em (1i) e em (2i).

A proposição (4i) integra uma forma verbal no gerúndio com valor ilativo, na medida em que é referida uma actividade que acompanha a actividade referida na proposição (3i), especificando o modo como esta deve ser realizada. Quanto à ordem temporal que se observa entre estas duas situações, verifica-se uma relação de sobreposição entre elas: e_1 sobrepõe-se a e_2. Esta relação de sobreposição pode ser concebida como total ou descontínua. O alocutário pode concretizar, em simultâneo, os eventos prolongados “esfregar o cabelo” e “pôr água” sobre o mesmo; mas também é possível conceber que o alocutário comece por “esfregar o cabelo”, pare para “pôr água” e volte a “esfregar o cabelo”, desta vez “até obter espuma”. Neste caso, haveria primeiro uma relação de precedência de (3i) relativamente a (4i) e, depois, de (4i) em relação a (3i).

O adverbial temporal (IIIi) – que coincide com a proposição (5i), a qual designa um evento instantâneo – delimita temporalmente as actividades referidas

nas proposições (3i) e (4i)[418]. Deste modo, os intervalos de tempo ocupados pelas duas actividades precedem o intervalo em que se situa o evento instantâneo referido em (5i). É a seguinte a relação temporal entre as situações: e_1 e e_2 são anteriores a e_3.

O evento prolongado designado pela proposição (6i) − que tem forma verbal no infinitivo − situa-se num intervalo posterior ao que é ocupado pelo evento instantâneo referido em (5i). Quanto à relação temporal entre estas duas situações, e_2 é posterior a e_1. Esta localização relativa decorre não apenas da ordem pela qual as situações são apresentadas no discurso mas também de conhecimentos de natureza enciclopédica.

A proposição (7i) inclui uma forma verbal no infinitivo e designa um evento prolongado, que se localiza num intervalo posterior ao intervalo de tempo ocupado pelo evento representado em (6i). A relação temporal entre os dois eventos pode ser descrita do seguinte modo: e_1 precede e_2. Também neste caso, se infere a ordenação temporal relativa das duas situações, em parte, pelo facto de uma surgir após a outra no discurso. Além disso, o sintagma nominal *a operação* designa o conjunto de procedimentos indicados pelas proposições (3i) a (5i), pelo que a situação denotada em (7i) carreia o valor ilocutório directivo de solicitar ao alocutário que volte a efectuar aquela sequência de estados de coisas. Ora, só após a culminação do evento denotado pela proposição (6i) se poderá reiniciar o conjunto de procedimentos prescritos.

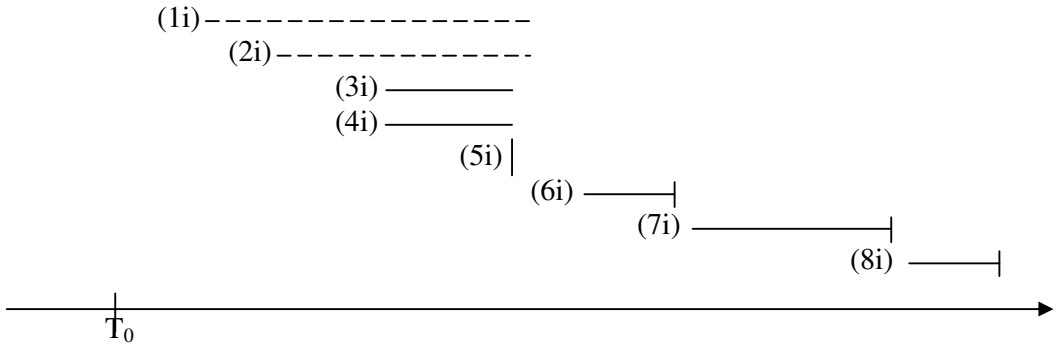
A proposição (8i) integra uma forma verbal no infinitivo e designa um evento prolongado. Localiza-se num intervalo posterior ao intervalo de tempo em que se situa o evento denotado pela proposição (7i). A relação temporal entre as duas situações pode ser explicitada do seguinte modo: e_2 é posterior a e_1.

[418] Porque definem a fronteira temporal final dos estados de coisas com que co-ocorrem, Móia (1994) designou as expressões deste tipo como adverbiais de delimitação temporal.

A sequência em análise consiste basicamente num conjunto de eventos que se ordenam de modo sequencial. Mesmo as situações estativas referidas pretendem assinalar, ainda que indirectamente, os eventos prolongados que lhes deram origem. Se exceptuarmos a especificidade inerente aos estados de coisas referidos em (3i) e em (4i) – recorde-se que nesta proposição ocorre uma forma de gerúndio –, é muito difícil conceber uma outra ordem entre os eventos que não aquela pela qual eles são apresentados no discurso.

Os adverbiais temporais presentes neste segmento discursivo servem quer para ajudar a ordenar as situações, quer para as delimitar temporalmente, e não para as ancorar directamente num dado intervalo do eixo do tempo. É neste contexto de ausência de necessidade de proceder à localização absoluta no eixo do tempo que se deve entender o predomínio do infinitivo, porquanto as formas verbais não assinalam, nesta sequência, uma relação temporal entre o intervalo de tempo da enunciação e os intervalos ocupados pelos estados de coisas referidos.

Representamos, no esquema seguinte, a temporalidade dos estados de coisas denotados ao longo desta sequência.



Neste esquema, só se justifica indicar o intervalo de tempo da enunciação na medida em que as acções denotadas no texto se localizam temporalmente num

intervalo que lhe é posterior. De resto, não é possível localizar de modo menos vago no eixo do tempo as situações referidas na sequência. Uma esquematização deste tipo evidencia claramente a ordenação temporal sucessiva dos eventos denotados ao longo do texto, e as relações de sobreposição temporal das situações estativas e das actividades entre si.

Terminada a análise da temporalidade desta sequência, justifica-se reflectir agora sobre as semelhanças que ela evidencia com outros textos que actualizam quer o protótipo da sequência descritiva, quer o protótipo da sequência narrativa. Procuraremos determinar, a partir das propriedades assinaladas, de que tipo textual este texto de instruções mais se aproxima.

Adam e Petitjean (1989) integraram os textos de instruções nas descrições de acções, como actualizações particulares do protótipo descritivo. Segundo os autores, estes textos caracterizam-se pela seguinte especificidade: manifestam sequencialidade temporal, mas, ao contrário do que se verifica com as sequências narrativas, não comportam as macroproposições relativas à complicação e à resolução[419].

Adam (1992, 2001) propôs que se perspectivasse a questão das classificações textuais de um modo gradual, escalar. O autor defendeu que as receitas de culinária (um sub-género discursivo que se inclui no género, mais vasto, dos textos de instruções) se aproximam do protótipo sequencial descritivo e, entre os argumentos de que se serviu, constam os procedimentos que tipicamente caracterizam as sequências descritivas. A operação de identificação

[419] Como já assinalámos na secção 5.2. do capítulo 5, segundo a teorização de Adam (1992), para que estejamos em presença de uma sequência narrativa não basta que o texto em causa se caracterize pela sequencialidade temporal; «il faut opérer une mise en intrigue, passer de la succession chronologique à la logique singulière du récit qui introduit une problématisation par le biais de deux macro-propositions – Pn2 et Pn4 – narratives extrêmement importantes, insérées entre la situation initiale et le début du procès et entre le procès et la situation finale», Adam (1992: 50).

manifesta-se no título da receita, que evidencia o todo; a operação de listagem observa-se na enumeração dos ingredientes a utilizar, que explicita as partes que compõem o todo; por fim, a operação de relacionamento é atestada sob a forma de acções a concretizar segundo uma dada ordenação.

No caso do texto de instruções que analisámos, porém, estes procedimentos descritivos estão ausentes, na medida em que não se identifica um todo nem se enumera as partes em que ele é susceptível de ser segmentado ou as propriedades que o caracterizam[420]. Recorde-se que, na perspectiva de Adam (1992), as operações de identificação e de listagem congregam a essência da sequência descritiva. Por outras palavras, a receita de culinária tem em comum com a sequência descritiva alguns dos procedimentos essenciais que se atestam nos textos que actualizam aquele protótipo, o que não se verifica num texto de instruções do sub-género "modo de emprego", como o que acabámos de analisar.

Assim, julgamos ser pertinente prosseguir as investigações no sentido de determinar as diferenças entre os textos que geralmente são incluídos no grupo dos textos de instruções, na medida em que, a avaliar por estes dois casos que estudámos[421], eles apresentam propriedades diversas, quer a nível macro--estrutural, quer a nível micro-estrutural[422].

---

[420] Tal como não é aceitável defender que uma sequência narrativa se caracteriza pelo efeito de lista só porque integra um conjunto de eventos que se sucedem no tempo e que se podem enumerar, também não é aceitável argumentar que se observa um efeito de lista na enumeração das acções que o texto de instruções convida a concretizar. Numa sequência descritiva, o efeito de lista consiste não na enumeração de operações sucessivas mas na listagem de partes ou propriedades de um objecto.

[421] Em Silva (2005), analisámos a temporalidade de uma receita de culinária.

[422] Adam (2001) procedeu a uma distinção básica entre os textos que contêm e os que não apresentam uma lista de elementos necessários para o conjunto de operações prescrito ou aconselhado. Além disso, listou um vasto número de textos de instruções e demonstrou que, no âmbito deste grupo, se inclui um conjunto muito heterogéneo de produções verbais: receitas de culinária, instruções de montagem, regulamentos, regras de jogos, guias de itinerários, horóscopos, profecias, boletim meteorológico, manuais de etiqueta, notícias médicas e farmacêuticas.

Vimos ao longo deste capítulo, a propósito da sequência descritiva que tem como objecto o Museu de História Natural, que uma descrição do tipo *ver* não comporta sequencialidade temporal, ao contrário do que observámos na sequência narrativa analisada no capítulo precedente. O texto de instruções que acompanha o champô em causa manifesta, globalmente, sequencialidade cronológica, sendo essa uma das suas características mais relevantes. Também neste ponto o texto de instruções em análise se apresenta mais próximo do protótipo da sequência narrativa.

Quanto aos adverbiais temporais, o texto de instruções revela uma elevada taxa de ocorrência: 3 adverbiais em 8 proposições (cerca de 37,5 %), o que está mais em sintonia com a taxa revelada pela sequência narrativa analisada (17 ocorrências em 65 proposições, o que perfaz uma taxa de 26,2 %) do que com a sequência descritiva (1 ocorrência em 16 proposições, numa taxa de aproximadamente 6,3 %).

As formas verbais de infinitivo predominam no texto de instruções, enquanto na sequência narrativa se verifica o predomínio das formas de pretérito perfeito simples e na sequência descritiva o das formas de presente do indicativo. O texto de instruções denota situações que se localizam em intervalos necessariamente posteriores ao intervalo de tempo da enunciação. Neste ponto, o texto de instruções afasta-se das duas sequências anteriormente estudadas.

Deve ser sublinhado, ainda, que no texto de instruções a questão da temporalidade se resume à ordenação temporal relativa das situações denotadas. Já na sequência narrativa e na sequência descritiva comprovámos que, por vezes, se procede à ancoragem no eixo do tempo dos estados de coisas referidos, e são manifestadas relações temporais entre as situações designadas e o intervalo de tempo da enunciação.

Todavia, no que diz respeito às classes aspectuais atestadas, o texto de instruções está mais próximo da sequência narrativa. Quer o texto de instruções, quer a sequência narrativa integram predominantemente situações da classe dos

eventos: 75,0 % dos estados de coisas denotados no texto de instruções são eventos (e mesmo os estados remetem indirectamente para situações eventivas a realizar pelo alocutário); no caso da sequência narrativa, o valor da percentagem é de cerca de 83,3. A sequência descritiva, como vimos, inclui unicamente estados.

A nível macroproposicional, o texto de instruções revela uma estrutura linear (associada à sequencialidade temporal), apresentando semelhanças com a da sequência narrativa, e não a hierarquização ou desenvolvimento em profundidade que encontrámos na estrutura da sequência descritiva.

Relacionado com este ponto, há na sequência narrativa eventos que se deram porque são causados por outros eventos narrados: por exemplo, na sequência analisada no capítulo precedente, o juramento feito pelos pretendentes da bela Helena (segundo o qual a defenderiam em caso de necessidade) esteve na origem do facto de todos eles terem de integrar o exército que se dirigiu a Tróia para a recuperar. No texto de instruções, não se observam estas relações de causalidade entre as situações denotadas, sendo a relação de *NARRAÇÃO* a relação discursiva mais atestada. A sequencialidade entre os estados de coisas garante que o objectivo global do uso do champô seja atingido, mas não se pode dizer que o estado de coisas "escorrer o cabelo" causa a situação "esfregar o cabelo".

Pela comparação que temos vindo a efectuar com as sequências narrativa e descritiva, verifica-se que o texto de instruções não actualiza o protótipo da sequência descritiva. Por outro lado, das três propriedades básicas de uma sequência narrativa, − que, na perspectiva de Adam (2002d), são a sucessão cronológica de acções, a transformação das características que uma determinada entidade apresenta no início, e a *mise en intrigue* que estrutura e dá um sentido à sucessão de acções −, só se atestam as duas primeiras no texto de instruções que analisámos. A ausência de relações de causalidade entre os estados de coisas referidos no texto de instruções e das macroproposições correspondentes à complicação e à resolução (que configuram a essência da sequência narrativa) impedem que consideremos este texto como uma actualização do protótipo da

sequência narrativa. Mesmo que, por analogia, considerássemos o surgimento de caspa e o subsequente desaparecimento como estados de coisas susceptíveis de configurarem a complicação e a resolução, eles constituiriam factores externos aos conteúdos discursivos, logo, não integrados na estrutura macroproposicional do texto.

Parece ser pertinente situar os diferentes protótipos sequenciais num *continuum*, e, com base nas propriedades que cada texto singular ou cada género textual manifesta, tentar localizá-los de modo mais ou menos próximo de um protótipo sequencial. A sequência narrativa e a sequência descritiva que analisámos actualizam, respectivamente, os protótipos sequenciais narrativo e descritivo, porquanto manifestam todas as propriedades essenciais que geralmente se lhes aponta; o texto de instruções, não. A solução teórica mais adequada passa por integrá-lo numa zona mais central ou mais periférica relativamente ao protótipo sequencial de que mais se aproxima. No caso do texto de instruções que analisámos nesta sequência, julgamos que é numa zona periférica do protótipo sequencial narrativo que ele deverá ser localizado, o que está de acordo com a ideia segundo a qual «la narrativité est graduelle»[423]. De facto, o texto de instruções, tal como a sequência narrativa, denota predominantemente situações eventivas e manifesta sequencialidade temporal entre elas.

A concepção escalar dos protótipos sequenciais tem ainda a vantagem de possibilitar que se proceda a distinções mais finas entre o vasto número de géneros discursivos geralmente classificados como textos de instruções. Com base nas investigações efectuadas, podemos colocar a hipótese de que os textos de instruções do sub-género "modo de emprego" ou "modo de usar" revelam propriedades que são comuns aos textos que actualizam o protótipo sequencial narrativo (estrutura macroproposicional linear e sequencialidade temporal, predomínio de situações eventivas e elevada taxa de ocorrência de adverbiais

[423] Adam (2002d: 484).

temporais). Já o sub-género em que se integram as "receitas de culinária" e os "textos de montagem (ou de ligação)" manifestam igualmente os procedimentos tipicamente descritivos de identificação, listagem e relacionamento. Parecem estar, assim, um pouco mais próximos do protótipo da sequência descritiva.

E outros textos de instruções, como os horóscopos e os guias turísticos, que propriedades tipicamente manifestam? Poder-se-á dizer que estão mais próximos de um dado protótipo sequencial ou integram geralmente momentos narrativos e momentos descritivos?

Todos os textos de instruções têm em comum a transformação do estado inicial de um dado objecto num estado final diferente, mediante um conjunto de acções que devem ser efectuadas pelo alocutário segundo uma ordem prevista. Trata-se, além disso, de textos não ficcionais e muito marcados do ponto de vista dos valores ilocutórios. Estas propriedades conferem aos textos de instruções um ar de família, sendo, por isso, facilmente reconhecíveis. Mas, entre os diversos sub-géneros que se integram no género discursivo dos textos de instruções, há inúmeras diferenças que só um trabalho sistemático de investigação poderá determinar.

6.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final deste capítulo, justifica-se reunir os tópicos mais relevantes que foram salientados ao longo da análise efectuada.

As descrições do tipo *ver* representam a simultaneidade do objecto descrito na linearidade do discurso. Deste modo, a estrutura macroproposicional da sequência descritiva relativa ao Museu de História Natural desenvolve-se de forma hierarquizada, na vertical – no que contrasta com a horizontalidade da estrutura subjacente à sequência narrativa analisada no capítulo precedente.

No caso específico da sequência em análise, essa organização prototípica reflecte-se sintacticamente no predomínio das orações relativas explicativas: todas as orações subordinadas são orações relativas (7 explicativas e 1 restritiva), e constituem metade das 16 proposições de que se compõe a sequência.

Globalmente, esta sequência descritiva pode ser definida como um conjunto de imagens referentes a situações temporalmente sobrepostas entre si, as quais incluem o intervalo de tempo da enunciação. Há uma única excepção: através do recurso a um adverbial temporal e a uma forma verbal do pretérito imperfeito, o estado de coisas denotado pela proposição (2d) é localizado no eixo cronológico num intervalo anterior ao intervalo de tempo da enunciação.

O movimento descritivo que parte do plano panorâmico para o plano aproximado, e vice-versa, sugere a técnica de utilização do *zoom* em sequências de imagens filmadas ou fotografadas. O frequente recurso a orações relativas explicativas constitui o mecanismo que permite a obtenção desse efeito de sucessiva aproximação.

As duas propriedades prototípicas que associamos à sequência descritiva consistem na ocorrência predominante de situações estativas e na existência de relações temporais de sobreposição entre essas situações. Noutras sequências descritivas podem ser atestadas taxas de ocorrência adverbiais temporais mais elevadas, e podem predominar formas verbais flexionadas em tempos da esfera do passado (o pretérito imperfeito) ou da esfera do futuro (o futuro do indicativo). Mas o predomínio das situações estativas parece ser uma propriedade geral das descrições.

As formas verbais atestadas manifestam os seus valores semânticos prototípicos. O presente do indicativo, tempo verbal claramente predominante, localiza os estados referidos num intervalo que se sobrepõe ao intervalo de tempo da enunciação, incluindo-o.

As formas nominais de infinitivo e de gerúndio ocorrem em orações adjectivas reduzidas. Quer as orações infinitivas, quer as orações gerundivas (de

tipo ilativo) são sintáctica e temporalmente dependentes, pelo que a localização no eixo cronológico dos estados de coisas que designam depende da localização das situações referidas nas respectivas orações subordinantes. Estas formas verbais integram-se em proposições dependentes de orações subordinantes com forma verbal no presente; as situações estativas que referem situam-se, portanto, num intervalo que inclui o intervalo de tempo da enunciação.

O pretérito imperfeito sobrepõe o intervalo ocupado pelo estado a que está associado a um intervalo anterior ao intervalo de tempo da enunciação, especificado pelo adverbial temporal (Id).

A taxa de ocorrência das situações estativas, indissociável quer do uso preferencial do presente do indicativo, quer do facto de se tratar de uma descrição do tipo *ver* que toma como objecto de descrição uma entidade estática, propicia o claro predomínio da relação temporal de sobreposição entre os intervalos ocupados pelos estados de coisas referidos.

O único adverbial temporal usado nesta sequência descritiva procede à localização no eixo do tempo da situação a que surge associado, isto é, veicula uma localização dita absoluta. A taxa de ocorrências de adverbiais temporais é baixa, em comparação com a que foi atestada na sequência narrativa analisada no capítulo anterior.

A nível das relações discursivas, observa-se a preponderância da relação de *ELABORAÇÃO* e o recurso esporádico às relações de *CIRCUNSTÂNCIA* e de *AVALIAÇÃO*. Enquanto mecanismo utilizado pelo locutor para interligar, em termos de significado, os diferentes segmentos de que se compõe o texto, a relação de *ELABORAÇÃO* preside à articulação entre os conteúdos que dizem respeito aos pormenores arquitectónicos da fachada do edifício do Museu de História Natural. A rede de relações de significado que a *ELABORAÇÃO* permite estabelecer entre segmentos é indissociável quer da estrutura macroproposicional vertical desta sequência descritiva, quer do mecanismo sintáctico que consiste no frequente recurso a orações relativas.

Na sequência descritiva do tipo *ver* que analisámos predominam formas verbais flexionadas no presente. Outras descrições há em que se observa o predomínio de formas verbais da esfera do passado e da esfera do futuro. Trata-se igualmente de descrições do tipo *ver*, mas apoiadas em documentos como gravuras, pinturas e fotografias, ou ainda na memória e na imaginação do locutor. Partindo da hipótese segundo a qual as sequências descritivas que caracterizam objectos localizados nas esferas temporais do passado, do presente e do futuro manifestam propriedades temporais diversas (a nível dos tempos verbais e dos adverbiais temporais), julgamos ser pertinente desenvolver, no futuro, uma investigação em que se proceda à comparação entre sequências nas quais o objecto da descrição se localize naquelas três esferas temporais. Julgamos, todavia, que, mesmo nestas descrições, se atesta o predomínio de situações da classe dos estados, assim como de relações temporais de sobreposição entre as situações denotadas.

Com base na análise das propriedades manifestadas pelo texto de instruções do sub-género "modo de emprego" que foi objecto de análise ao longo da secção 6.6., verificámos que se justifica conceber os diferentes protótipos sequenciais num *continuum*, e proceder à localização dos textos nas zonas centrais ou periféricas de cada um dos protótipos sequenciais.

A nível macroproposicional, a estrutura deste texto de instruções caracteriza-se pela linearidade (o que decorre da sequencialidade temporal que a sequência manifesta), pelo que revela semelhanças com a da sequência narrativa, e se distingue da hierarquização que encontrámos na sequência descritiva. Por outro lado, não se atestam os procedimentos descritivos que geralmente estão presentes noutros textos de instruções, como as receitas de culinária.

Neste texto, observa-se o predomínio das formas verbais de infinitivo e da classe aspectual dos eventos, assim como uma elevada taxa de ocorrência de adverbiais temporais. Todos os enunciados possuem um valor ilocutório directivo.

De facto, não só as formas de infinitivo mas também as de particípio passado e de gerúndio integram enunciados com valor ilocutório directivo. Nos casos atestados no texto de instruções, as formas de particípio passado denotam estados consequentes de situações dinâmicas e télicas, cuja culminação é necessariamente anterior ao início do intervalo de tempo em que se localiza cada um dos estados. Assim, o particípio passado assinala indirectamente ao alocutário que ele deve concretizar a situação que origina o estado consequente em causa[424]. Tem, portanto, valor ilocutório directivo indirecto.

O uso do particípio passado em enunciados com valor ilocutório directivo indirecto requer um raciocínio inferencial da parte do alocutário: ele infere, primeiro, que o estado consequente representado no texto pretende destacar o evento que lhe dá origem (ou a sua culminação); e infere, depois, que a referência indirecta a esse evento constitui um incitamento do locutor para que o alocutário concretize o evento em causa, antes de concretizar outros eventos referidos no discurso.

Para que este raciocínio de natureza inferencial se processe, também contribui a identificação do género discursivo texto de instruções, na medida em que este uso do particípio passado é específico do género discursivo em causa. Na verdade, em formas de infinitivo, o valor ilocutório directivo não é particularmente invulgar. Já quanto às formas de particípio passado, o seu uso com valor ilocutório directivo indirecto parece ser característico de géneros

[424] A propósito da força ilocutória dos actos directivos e do variável grau de empenho do locutor nos conselhos e nas instruções, Casanova (1996: 434-435) sublinhou que «tanto o conselho como a instrução constituem sugestões; no entanto, enquanto o interesse do locutor é manifesto no conselho, apresenta-se menos realçado na instrução. Aqui, o locutor sugere determinada actuação que deverá beneficiar o alocutário mas a sua realização é fundamentalmente indiferente ao locutor. As receitas de culinária, por exemplo, constituem instruções para a realização de determinado prato mas é na realidade indiferente ao locutor se os leitores as seguem. As instruções são actos directivos despersonalizados que visam fundamentalmente o benefício do alocutário».

discursivos específicos, nomeadamente de géneros que incitam à acção do alocutário, como é o caso dos textos de instruções.

A nível das relações de significado entre os segmentos proposicionais, predomina a relação discursiva de *NARRAÇÃO*. Estes factores, conjugados, constituem os mecanismos que servem para expressar a sequencialidade temporal característica dos textos deste género. A sua temporalidade, todavia, limita-se à manifestação da ordem temporal relativa entre as situações denotadas, e não à localização absoluta das situações no eixo do tempo.

Por outro lado, enquanto na sequência narrativa alguns eventos originam outros eventos, neste texto de instruções não se atestam relações de causalidade entre as situações denotadas. Dito de outro modo, na sequência narrativa predominam as relações discursivas de *NARRAÇÃO* e de *CAUSA*; no texto de instruções, atesta-se a relação de *NARRAÇÃO*, mas não a de *CAUSA*. Para que estejamos em presença de uma intriga narrativa é necessário não só que se verifique sequencialidade temporal, mas também que as situações referidas se interliguem através de relações de causa-efeito.

No caso específico do texto de instruções analisado, concluímos, por conseguinte, que é numa zona periférica do protótipo sequencial narrativo que ele se situa, porquanto possui algumas propriedades relevantes em comum com este protótipo. Em especial, partilha com o protótipo da sequência narrativa o predomínio de situações da classe dos eventos, no que contrasta com o protótipo da sequência descritiva. A ocorrência predominante de situações eventivas e as relações de sequencialidade temporal constituem propriedades prototípicas do género discursivo texto de instruções.

Uma concepção escalar dos protótipos sequenciais convida a que se prossigam as investigações no sentido de determinar, a vários níveis, as diferenças entre os diversos sub-géneros discursivos incluídos sob a designação abrangente de textos de instruções.

CAPÍTULO 7

O TEMPO NUMA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA

7.1. REFLEXÕES PRELIMINARES

Ao longo deste capítulo, iremos analisar uma sequência de tipo explicativo. À semelhança do que fizemos nos dois capítulos anteriores, começaremos por reflectir sobre as propriedades inerentes ao protótipo sequencial explicativo (na secção 7.2.). Apresentaremos, a seguir, a sequência seleccionada para análise (na secção 7.3.). Indicaremos, depois, os elementos que consideramos serem os mais relevantes para a análise da expressão do tempo (na secção 7.4.). Essa análise será explicitada na secção 7.5., e, por fim, retomaremos as principais conclusões decorrentes da nossa reflexão na secção 7.6.

A primeira questão que é pertinente destacar reside no facto de o acto de explicar decorrer de um posicionamento assimétrico entre locutor e alocutário, do ponto de vista dos conhecimentos sobre a matéria que é objecto de explicação. A sequência explicativa distingue-se, neste aspecto, da sequência argumentativa, na medida em que a argumentação ocorre entre dois interlocutores que desempenham papéis (de proponente e de oponente) não necessariamente desnivelados. Segundo Adam (2002c: 254), «le changement de cadrage, par passage de l'auditoire d'un public de profanes à un public d'experts s'accompagne d'un passage de l'explication à l'argumentation».

A argumentação e a explicação são por vezes confundidas devido ao facto de envolverem um raciocínio de tipo inferencial e de manifestarem relações de

causalidade entre as situações representadas. Diferem, segundo Henckemans (2001), na força ilocutória, porquanto a argumentação tem como objectivo tornar aceitável uma dada tese, alterando as crenças do interlocutor, e a explicação pretende dotar o alocutário de conhecimentos que ele não possui, fazendo compreender o como e o porquê de uma dada questão. Esta autora insistiu igualmente no facto de a explicação apresentar relações causais unicamente a nível proposicional, restrição que não se verifica na argumentação, uma vez que, neste caso, a causalidade pode ser atestada igualmente a nível ilocutório. Também Brixhe e Retornaz (1988) defenderam que os conteúdos veiculados pelo discurso explicativo se situam no domínio ideacional ou referencial da linguagem, enquanto a informação contida no discurso argumentativo pode inserir-se igualmente na dimensão interaccional ou ilocutória.

7.2. PROPRIEDADES DA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA

Numa perspectiva interaccional, a sequência explicativa nasce tipicamente de uma dúvida manifestada, de um desconhecimento do alocutário relativamente a um objecto ou situação, de um problema que se interpõe e impede que a comunicação prossiga normalmente. Sendo *F* o fenómeno que é objecto da explicação e *E* a sequência explicativa, o processo explicativo é susceptível de ser representado pela esquematização seguinte[425]:

o locutor L_1 diz ao alocutário L_2 que *E* explica *F*.

[425] Adaptada a partir de Adam (2002c: 253).

Nos diálogos, o discurso explicativo surge frequentemente devido à incompreensão que um dos interlocutores manifesta acerca de um dado fenómeno. O sujeito explicador sente-se legitimado para propor uma explicação, que constitui um parênteses na interacção primeira. A explicação proposta tem como objectivo satisfazer a necessidade cognitiva de preencher a lacuna revelada a nível do conhecimento, produzindo simultaneamente «un sentiment de compréhension et de intercompréhension»[426]. O final da sequência explicativa assinala que é possível retomar a interacção verbal no ponto em que tinha sido interrompida.

Coltier (1986) apontou dois casos clássicos que originam a emergência da sequência explicativa: ou a realidade apresenta uma questão da ordem do saber que é necessário compreender, ou um locutor que julga ter resolvido um dado problema manifesta a outros a solução encontrada.

Adam (2002c) explicitou a diversidade das questões que estão na origem de uma sequência explicativa, segundo diferentes tipos de solicitações:

i) pedidos de definição, de paráfrase, de tradução ou de interpretação (por exemplo, *o que queres dizer com isso?*);

ii) pedidos de teorização ou de esquematização (como no caso da pergunta *porque é que espirramos?*).

Numa perspectiva monológica, por exemplo em textos de natureza didáctica ou, na oralidade, em contexto pedagógico, a sequência explicativa pode ocorrer para colmatar um vazio nos conhecimentos do alocutário, mesmo sem que este tenha solicitado a explicação ou manifestado a sua ignorância relativamente à matéria.

No âmbito da sequência explicativa questiona-se, portanto, uma dada situação ou objecto com a finalidade de propor uma resposta que modifique o sistema de representações do alocutário. Essa resposta, que consiste na explicação, deverá ser adequada, em diferentes níveis, ao alocutário. Na sequência

[426] Adam (2002c: 253).

que vamos analisar, veremos que uma tal adequação se concretiza, por exemplo, na adaptação do discurso à faixa etária do público-alvo, a nível sintáctico, lexical e de apresentação e distribuição dos conteúdos. Dito de outro modo, a produção de um discurso explicativo exige que o locutor possua uma representação aproximada dos conhecimentos do alocutário.

Há condicionalismos de natureza pragmática que subjazem ao acto de explicar. Por um lado, como já assinalámos, a situação ou fenómeno que se explica encontra-se incompleto, no sentido em que o alocutário revela não possuir uma representação mental global correcta acerca desse assunto. Além disso, o locutor que procede à explicação está investido de autoridade para o fazer. O alocutário deverá reconhecer que o locutor é dotado de conhecimentos suficientes para explicar o fenómeno em causa, sob pena de a explicação dada constituir um foco de polémica e iniciar-se uma interacção de tipo argumentativo.

O discurso explicativo pode ocorrer em qualquer género discursivo. Mas é nos textos de natureza didáctica e científica, assim como nos textos de vulgarização, que ocorrem com mais frequência as sequências de tipo explicativo.

A nível composicional, a sequência explicativa integra três macroproposições. O quadro seguinte, baseado nas propostas de Coltier (1986) e de Adam (1992), representa as três fases que constituem a estrutura macroproposicional da sequência explicativa, e os procedimentos que configuram as macroproposições assinaladas.

SEQUÊNCIA EXPLICATIVA	
Macroproposições	**Procedimentos**
Pe1 Questionamento	Inclui a explicitação de uma questão (ou mais) equivalente a uma pergunta do tipo de *Porquê?* ou *Como?*
Pe2 Resolução	Completa um ou vários enunciados equivalentes aos que se iniciam por *Porque*
Pe3 Conclusão	Expressa uma (ou mais do que uma) asserção incontestável

A sequência explicativa é prototipicamente constituída por três momentos. Na macroproposição correspondente ao questionamento, explicita-se uma dúvida, problematiza-se uma dada situação ou objecto. A resolução constitui a fase eminentemente explicativa da sequência e serve para propor uma resposta adequada à questão levantada na macroproposição do questionamento. Deste modo, a dúvida inicial (explicitada pelo alocutário ou inferida pelo locutor) legitima o surgimento da macroproposição correspondente à resolução. Na conclusão é manifestado um juízo de valor ou uma asserção incontestável em função da resposta que se propôs na macroproposição da resolução.

As três macroproposições não ocorrem necessariamente por esta ordem, mas é difícil conceber que à fase da resolução se siga a fase do questionamento. Além disso, quer a fase do questionamento, quer a fase da conclusão podem não se manifestar no discurso mas serem inferencialmente recuperáveis. Na sequência que nos propomos analisar, veremos que não ocorre a macroproposição correspondente à fase do questionamento e que a conclusão é muito menor, em termos de extensão, do que a resolução. Estes dados apontam para que a resolução configure o momento decisivo da sequência explicativa, e para que essa sua importância se reflicta a nível da extensão relativa das macroproposições constituintes.

O discurso explicativo é regido por princípios de natureza lógico--argumentativa, e apresenta frequentemente nexos de causalidade entre as situações referidas, sendo, por isso, atestados conectores que manifestam valores causais. Por outro lado, a explicação revela a procura de alguma objectividade por parte do locutor, pelo que ele se perspectiva como observador minimamente distanciado do fenómeno que é explicado.

No caso da sequência explicativa que nos propomos analisar, este efeito de objectividade está na origem do predomínio de enunciados assertivos com formas verbais flexionadas na 3.ª pessoa do presente do indicativo. Verifica-se também a ausência de deícticos indiciais.

Refira-se ainda, a concluir esta secção, que Coltier (1986) distinguiu três tipos de enunciados típicos da sequência explicativa. Nos enunciados que apresentam o fenómeno que se vai explicar, são predominantemente atestadas formas verbais do presente ou do pretérito imperfeito. Nos enunciados que propõem uma solução, o presente ocorre preferencialmente, embora também seja comum o uso do condicional quando se formulam hipóteses. Nos enunciados que servem para assinalar o desenvolvimento do texto, ocorrem formas verbais com valor imperativo (como *vejamos* ou *observemos*) e organizadores discursivos (como *primeiro, depois, por fim*).

7.3. APRESENTAÇÃO DA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA ANALISADA

A sequência explicativa cuja temporalidade vamos analisar nas secções seguintes é do tipo monológico e decorre da necessidade de teorizar e esquematizar acerca de um fenómeno (a respiração) inserido numa dada área do conhecimento. Essa necessidade não corresponde a uma solicitação manifestada

pelo público-alvo, mas é reconhecida, a nível institucional, pela comunidade científico-académica que tem a responsabilidade social de produzir manuais escolares.

A sequência em análise intitula-se "Movimentos respiratórios" e está inserida num manual escolar de apoio à disciplina de Ciências Naturais. Trata-se de um manual concebido e redigido por quatro autoras, e destina-se a apoiar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes do 8.º ano do ensino básico. Deste modo, a faixa etária do público-alvo da obra ronda os 13-14 anos.

A formação sociodiscursiva de origem deste texto é, como já assinalámos, a comunidade científico-académica. O manual em que se integra a sequência explicativa tem como objectivo explicitar uma selecção de conteúdos previamente determinada no âmbito da área das ciências naturais. Esse conjunto de informações corresponde geralmente ao que é contemplado no programa proposto para a disciplina no ano de escolaridade em questão. A relação que o género didáctico subjacente ao manual escolar estabelece entre locutor e alocutário é, portanto, uma relação assimétrica entre um conhecedor da matéria e um não-conhecedor. No caso da sequência que vamos analisar, o locutor propõe-se apresentar uma explicação acerca do ciclo respiratório, enquanto agente investido da autoridade que lhe confere o facto de ser um especialista na área do conhecimento em que se insere o fenómeno a ser explicado.

No quadro seguinte, sistematizamos as ideias que acabámos de explicitar a propósito da sequência explicativa em questão.

"Movimentos respiratórios"	
Protótipo sequencial	Explicativo
Tipo de discurso	Científico
Género discursivo	Manual escolar
Autoria	Colectiva (4 autoras)
Destinatário	Estudantes do 8.º ano de escolaridade
Suporte	Texto escrito publicado em livro
Objectivo	Instruir

Integrámos esta sequência no género discursivo dos manuais escolares. Apesar das múltiplas especificidades inerentes a cada disciplina e a cada ano de escolaridade, vários factores relativamente estáveis caracterizam o conjunto de textos que se inserem neste género textual. Entre esses factores contam-se o público-alvo (população em idade escolar, dividida em faixas etárias precisas), a natureza didáctica do discurso e a exposição dos conteúdos em função da delimitação de diversas áreas do conhecimento (língua portuguesa, história, matemática, etc.). Também a divisão em unidades didácticas, a apresentação de objectivos e a sugestão de exercícios acerca das matérias abordadas são propriedades típicas dos manuais escolares.

Apresentamos, a seguir, a sequência explicativa que nos propomos analisar.

Movimentos respiratórios

(1e) A renovação do ar contido nos pulmões **é efectuada** pela ventilação pulmonar, **(2e)** que se **realiza** através dos movimentos respiratórios de inspiração e expiração.

(3e) A inspiração **é** um processo activo, resultante da contracção dos músculos respiratórios. **(4e)** Os músculos intercostais, **(5e)** **(Ie)** quando se **contraem**, **(4'e)** **provocam** o aumento do diâmetro vertical e ântero-posterior da caixa torácica; **(6e)** a contracção do diafragma **contribui** para o aumento do diâmetro vertical dessa cavidade. **(7e)** Assim, o volume da caixa torácica **aumenta**.

(8e) A pleura **obriga** os pulmões **(9e)** a **adaptarem**-se a essa modificação, **(10e)** pelo que **são arrastados**, **(11e)** **aumentando** também de volume. **(12e)** A pressão do ar no seu interior **diminui**, **(13e)** **ficando** menor que a pressão atmosférica. **(14e)** Em consequência, o ar **entra** pelas vias respiratórias, até aos pulmões – inspiração.

(15e) **(IIe)** Quando os músculos respiratórios **relaxam**, **(16e)** a caixa torácica **diminui** de volume, **(17e)** pois **volta** à posição inicial, **(18e)** **obrigando** os pulmões **(19e)** a **acompanhar** esse movimento. **(20e)** A diminuição do volume pulmonar **ocasiona** o aumento de pressão no seu interior **(21e)** e o ar **é expulso** através das vias respiratórias – expiração.

(22e) Uma inspiração seguida de uma expiração **constitui** o ciclo respiratório.[427]

O facto de se tratar de uma sequência explicativa com carácter eminentemente didáctico e de o seu público-alvo ser constituído por jovens em idade escolar carreia naturalmente algumas consequências.

[427] LEITE, Ana Isabel Santos, *et alii* (1999), *Ciências naturais 8.º ano*, Porto, Areal Editores, p. 109-110.

A nível discursivo, a sequência caracteriza-se por conter orações de extensão curta e uma progressão temática linear. As unidades lexicais inerentes à área do conhecimento em questão também não parecem ser susceptíveis de levantar dificuldades de compreensão ao público-alvo. A nível da apresentação e da distribuição de informação ao longo da unidade, acompanham a sequência explicativa várias gravuras que representam os dois momentos do ciclo respiratório; além disso, em posição lateral mas anterior à sequência enunciam-se os objectivos principais da unidade didáctica; já em posição posterior à sequência são propostas algumas perguntas relativas aos conteúdos explanados. Todos estes elementos decorrem da natureza didáctica do manual escolar e servem para adequar a exposição dos conteúdos à faixa etária do público-alvo, facilitando a sua compreensão.

7.4. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA EXPRESSÃO DO TEMPO

À semelhança do que fizemos nos capítulos anteriores, começaremos por explicitar a estrutura macroproposicional da sequência explicativa em análise.

MACRO-PROPOSIÇÕES	*SEQUÊNCIA EXPLICATIVA* **"MOVIMENTOS RESPIRATÓRIOS"**
Pe1 Questionamento	**macroproposição inferida** *(Como se processa a respiração? Como se dá a renovação do ar contido nos pulmões?)*
Pe2 Resolução	A renovação do ar contido nos pulmões é efectuada pela ventilação pulmonar, que se realiza através dos movimentos respiratórios de inspiração e expiração. A inspiração é um processo activo, resultante da contracção dos músculos respiratórios. Os músculos intercostais, quando se contraem, provocam o aumento do diâmetro vertical e ântero-posterior da caixa torácica; a contracção do diafragma contribui para o aumento do diâmetro vertical dessa cavidade. Assim, o volume da caixa torácica aumenta. A pleura obriga os pulmões adaptarem-se a essa modificação, pelo que são arrastados, aumentando também de volume. A pressão do ar no seu interior diminui, ficando menor que a pressão atmosférica. Em consequência, o ar entra pelas vias respiratórias, até aos pulmões – inspiração. Quando os músculos respiratórios relaxam, a caixa torácica diminui de volume, pois volta à posição inicial, obrigando os pulmões a acompanhar esse movimento. A diminuição do volume pulmonar ocasiona o aumento de pressão no seu interior e o ar é expulso através das vias respiratórias – expiração.
Pe3 Conclusão	Uma inspiração seguida de uma expiração constitui o ciclo respiratório.

As duas ideias que mais se salientam na análise da estrutura macroproposicional desta sequência dizem respeito ao facto de o questionamento não se manifestar textualmente, e à extensão desigual das duas macroproposições atestadas no discurso.

A macroproposição correspondente à fase do questionamento (Pe1), não é discursivamente explicitada, mas recuperável com base no título atribuído à sequência ("movimentos respiratórios") e nos conteúdos veiculados no parágrafo

inicial. Ela pode ser inferida e manifestada através de perguntas do tipo de "como se processa a respiração?" e de "como se dá a renovação do ar contido nos pulmões?". A falta de manifestação textual desta macroproposição decorre quer da contextualização escolar em que é promovida a leitura do texto, quer do género discursivo em que se integra a sequência, designadamente do seu carácter didáctico.

A extensão relativa das duas macroproposições explicitadas no discurso é muito desigual. A macroproposição da resolução (Pe2) integra 21 das 22 proposições que constituem a totalidade da sequência. Na medida em que configura a macroproposição eminentemente explicativa do protótipo sequencial em causa, a resolução apresenta frequentemente uma extensão muito superior às duas outras macroproposições. Tanto o questionamento (Pe1) como a conclusão (Pe3) parecem desempenhar funções menos relevantes no seio da sequência explicativa – de introdução e de encerramento. Este facto é sugerido não só pelas diferenças a nível da sua extensão relativa, mas também pelo facto de, em muitos casos, as duas macroproposições não ocorrerem no discurso (embora sejam recuperáveis por inferência).

Vejamos agora, no quadro seguinte, o número de ocorrências das formas verbais atestadas na sequência.

Formas verbais	**N.º de ocorrências**	***%***
Presente	17	***77,3***
Gerúndio	3	***13,6***
Infinitivo	2	***9,1***
Total	**22**	***100,0***

Em três casos – (1e), (10e) e (21e) –, as formas verbais ocorrem na voz passiva, pelo que são atestadas no texto outras tantas ocorrências do particípio passado que não constam do quadro apresentado.

Observa-se, na sequência, o predomínio do presente do indicativo; trata-se, em todos os casos, de ocorrências do presente simples. Este tempo verbal é atestado em mais de três quartos das proposições, revelando uma taxa de ocorrência de cerca de 77,3 %. Constitui, por isso, o tempo verbal de base desta sequência explicativa. Este dado é reforçado pelo facto de, nas 12 orações principais atestadas ao longo da sequência, ocorrerem formas de presente do indicativo.

O presente do indicativo expressa, em todas as ocorrências, um valor habitual, próprio dos enunciados genéricos. Dadas as propriedades temporais e aspectuais específicas das frases genéricas, justifica-se desenvolver uma breve reflexão sobre as questões da genericidade que são relevantes para a análise que estamos a efectuar.

Nenhuma frase genérica «descreve um evento episódico, espácio--temporalmente delimitado; são frases que exprimem regularidades, estados de coisas habituais, ou que afectam propriedades a entidades que não são nem indivíduos específicos nem grupos específicos de indivíduos, ancorados no espaço e no tempo»[428].

No âmbito da genericidade, é comum distinguir duas variedades básicas: sintagmas nominais genéricos e predicações genéricas. Os SN genéricos abstraem de objectos ou indivíduos particulares; as predicações genéricas abstraem de situações episódicas, e denotam ou propriedades de um (grupo de) indivíduo(s) ou generalizações decorrentes de uma quantificação sobre situações. Há enunciados que combinam as duas variedades de genericidade (como *os cães ladram*), mas também há predicações genéricas que atribuem propriedades a um SN não

[428] Lopes e Santos (1993: 1).

genérico (como *o cão da minha vizinha ladra sempre que chego a casa*)[429]. No caso da sequência explicativa que estamos a analisar, todos os enunciados combinam estas duas variedades.

O presente do indicativo é o «operador de genericidade por excelência»[430]. Este tempo verbal inclui-se no seguinte conjunto de factores que interagem de modo a induzir a ocorrência da leitura genérica dos enunciados[431]:

a) SN sujeito introduzido por *o*, *os* ou *um*;

b) ausência de modificadores nominais que individualizem o referente do SN sujeito[432];

c) presença de predicados com valores temporais e aspectuais que não impliquem uma leitura episódica da situação referida; por outras palavras, a situação descrita caracteriza-se por ser atemporal[433];

d) ocorrência de adverbiais como *habitualmente* ou *geralmente*;

e) presença de operadores de quantificação, como as orações iniciadas por *sempre que* ou por *quando* (nos casos em que constituem construções de quantificação temporal).

Na sequência explicativa em análise, são globalmente atestadas as propriedades indicadas nas alíneas a), b), e c). Relativamente à característica apontada na alínea d), quase todos os enunciados são compatíveis com adverbiais do tipo de habitualmente ou geralmente. Constituem excepção as proposições (3e)

---

[429] Cf. Krifka *et alii* (1995) e Lopes (1993).
[430] Lopes (1992a: 13).
[431] Cf. Lopes (1992a) e Oliveira (2003a).
[432] Recorde-se, contudo, que é possível uma frase genérica conter um SN não genérico.
[433] Com base em exemplos como *os romanos eram tolerantes* e *num futuro próximo, as crianças saberão lidar com os computadores desde a escola primária*, Lopes e Santos (1993: 9) esclarecem que por atemporalidade não se deve entender «a ausência de uma localização das situações descritas no eixo do tempo; tomando como ponto de referência o intervalo de tempo da enunciação, é possível ordená-las temporalmente, segundo relações de anterioridade, posterioridade ou sobreposição. É, seguramente, no plano dos valores aspectuais que se deve discutir a questão da atemporalidade das frases genéricas, o que implica focalizar a análise sobre a estrutura temporal interna dos intervalos de tempo que as validam».

e (22e), por denotarem estados lexicais, e as proposições (5e) e (15e). Estas duas orações são introduzidas por quando; porque estabelecem uma associação regular de situações, respectivamente com as proposições (4e) e (16e), constituem exemplos da propriedade indicada em e) [434].

Quanto às classes aspectuais em que se integram os estados de coisas designados, as frases genéricas referem sempre situações estativas. Segundo lopes e santos (1993: 2), «mesmo nos casos em que o valor aspectual intrínseco das expressões predicativas é não-estativo, verifica-se uma conversão desse valor primitivo no contexto das frases genéricas, sendo essa conversão condicionada, nomeadamente, pela interacção entre o tempo verbal presente e a natureza semântica dos sn's em posição de sujeito ou objecto directo».

Em rigor, há dois tipos de frases genéricas[435]: as que denotam estados lexicais (como *os chineses são franzinos*) e as que descrevem situações habituais (como *os russos bebem vodca*). Estas últimas derivam de predicações episódicas, na medida em que generalizam com base em eventos episódicos e configuram, consequentemente, propriedades típicas de indivíduos ou grupos de indivíduos. São referidas, em ambos os casos, situações estativas: estados lexicais e estados habituais, na terminologia de Moens (1987)[436].

[434] Carecho (1996) distinguiu três tipos de construções introduzidas por *quando*: construções de localização temporal, construções de quantificação temporal e construções de quantificação que estabelecem uma correlação entre propriedades das entidades envolvidas nas situações denotadas. As orações com *quando* que ocorrem na sequência explicativa em análise são construções de quantificação temporal, uma vez que o conector é substituível por *nos momentos em que* ou *nas ocasiões em que*. Segundo a autora, as construções de quantificação temporal iniciadas por *quando* definem-se por constituírem «enunciados em que as situações referidas pelas duas orações são associadas em pares e cada situação da oração subordinada localiza no tempo a respectiva situação da oração principal», Carecho (1996: 91).

[435] Cf. Krifka *et alii* (1995).

[436] Cf. secção 2.2.4. do capítulo 2.

Em suma, os enunciados genéricos referem situações habituais ou propriedades de um indivíduo ou grupo de indivíduos[437]. Denotam, portanto, situações estativas, que são verdadeiras em todos os intervalos incluídos num intervalo mais extenso sem fronteiras explicitadas. Quando o fenómeno que é objecto de explicação se caracteriza pela iterabilidade, os enunciados genéricos constituem um mecanismo adequado para expressar essa repetição dos eventos, convertendo-os, no âmbito da rede aspectual de Moens (1987), em situações estativas. Daí que seja frequentemente atestada esta associação entre genericidade e o protótipo sequencial explicativo.

No quadro que a seguir apresentamos, veremos que, nesta sequência explicativa, só as proposições (3e) e (22e) referem estados lexicais; todas as outras, denotam estados habituais[438].

[437] Na verdade, também as situações habituais configuram propriedades essenciais das entidades designadas nas frases genéricas. Entre os modos de denotar características próprias dos SN em enunciados genéricos, contam-se, então, a referência a situações habituais e a indicação de estados lexicais.

[438] Lopes (1995b) distinguiu frases genéricas de frases genéricas habituais: «uma frase genérica 'habitual' pressupõe uma dinâmica (de agentividade) que está ausente das frases genéricas […] Nestas últimas, o predicado é já basicamente [+ estativo]; nas genéricas habituais, o predicado é basicamente [– estativo]», Lopes (1995b: 10-11).

CLASSES ASPECTUAIS	PROPOSIÇÕES
Estado habitual	**(1e)** A renovação do ar contido nos pulmões **é efectuada** pela ventilação pulmonar,
Estado habitual	**(2e)** que se **realiza** através dos movimentos respiratórios de inspiração e expiração
Estado lexical	**(3e)** A inspiração **é** um processo activo, resultante da contracção dos músculos respiratórios.
Estado habitual	**(4e)** Os músculos intercostais, **(4') provocam** o aumento do diâmetro vertical e ântero-posterior da caixa torácica;
Estado habitual	**(5e)** quando se **contraem**,
Estado habitual	**(6e)** a contracção do diafragma **contribui** para o aumento do diâmetro vertical dessa cavidade.
Estado habitual	**(7e)** Assim, o volume da caixa torácica **aumenta**.
Estado habitual	**(8e)** A pleura **obriga** os pulmões **(9e)** a **adaptarem**-se a essa modificação,
Estado habitual	**(10e)** pelo que **são arrastados**,
Estado habitual	**(11e) aumentando** também de volume.
Estado habitual	**(12e)** A pressão do ar no seu interior **diminui**,
Estado habitual	**(13e) ficando** menor que a pressão atmosférica.
Estado habitual	**(14e)** Em consequência, o ar **entra** pelas vias respiratórias, até aos pulmões – inspiração.
Estado habitual	**(15e)** Quando os músculos respiratórios **relaxam**,
Estado habitual	**(16e)** a caixa torácica **diminui** de volume,
Estado habitual	**(17e)** pois **volta** à posição inicial,
Estado habitual	**(18e) obrigando** os pulmões **(19e)** a **acompanhar** esse movimento.
Estado habitual	**(20e)** A diminuição do volume pulmonar **ocasiona** o aumento de pressão no seu interior
Estado habitual	**(21e)** e o ar **é expulso** através das vias respiratórias – expiração.
Estado lexical	**(22e)** Uma inspiração seguida de uma expiração **constitui** o ciclo respiratório.

Recordamos que, na ausência de um tratamento que dê conta da temporalidade das orações completivas infinitivas, optámos por considerar que há estados de coisas complexos, constituídos pelas situações referidas na oração

principal e na(s) respectiva(s) subordinada(s) completiva(s)[439]. Silvano (2002) defendeu que, no caso de enunciados genéricos, as situações denotadas por orações completivas infinitivas (mesmo quando são eventos) manifestam sobreposição temporal relativamente ao estado de coisas referido pela oração principal[440]. Mas vimos também que, de um modo geral, as relações temporais entre os estados de coisas denotados por estas orações constituem uma questão em aberto, pelo que são necessários mais estudos sistemáticos para um conhecimento rigoroso deste complexo tema.

Tendo englobado num único estado de coisas os pares de situações referidos nos pares de orações (8e) - (9e) e (18e) - (19e)[441], são atestados, nesta sequência, 18 estados habituais e 2 estados lexicais, o que perfaz uma taxa de ocorrência de 90 % e de 10 %, respectivamente.

Indicamos, a seguir, os adverbiais temporais que ocorrem nesta sequência.

ADVERBIAIS TEMPORAIS		**Localização**	**Duração**	**Frequência**
(Ie)	*Quando [os músculos intercostais] se contraem*			**X**
(IIe)	*Quando os músculos respiratórios relaxam*			**X**
N.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS		**0**	**0**	**2**
TAXA DE OCORRÊNCIA		***0 %***	***0 %***	***100 %***

[439] Na secção 5.4. do capítulo 5, reflectimos sobre este assunto, e argumentámos que, no actual desenvolvimento das investigações, julgamos ser preferível adoptar esta abordagem.

[440] Cf. Silvano (2002: 189): «A razão […] reside na natureza gnómica das frases em que os eventos surgem. Sendo frases gnómicas, ou genéricas, fazem uma asserção que é de alguma forma geral, permitindo que o evento descrito pelo Inf[initivo] simpl[es] se sobreponha à primeira eventualidade».

[441] Estas estruturas de complementação verbal, que integram um SN objecto directo na oração principal e cuja oração completiva é regida de preposição, referem duas situações distintas. Cf. Mateus *et alii* (1992: 278) e Duarte (2003b: 614-616).

Os 2 adverbiais temporais atestados nas 22 proposições desta sequência manifestam uma única configuração sintáctica: trata-se de orações subordinadas introduzidas pelo conector *quando*.

O valor da taxa de ocorrência de adverbiais temporais na sequência em análise é de cerca de 9,1 %. Recordamos que os valores encontrados nas sequências narrativa e descritiva foram, respectivamente, de 26,2 % e de 6,3 %. Também este dado reforça a ideia de que o protótipo da sequência explicativa (tal como o da sequência descritiva) se rege por princípios de natureza lógico--argumentativa e não por princípios de ordem temporal.

Carecho (1996) integrou estas orações com *quando* no grupo das construções de quantificação temporal. Tais construções assemelham-se às que se iniciam por *sempre que*, na medida em que não localizam os estados de coisas directamente no eixo do tempo, mas permitem estabelecer uma co-relação entre duas situações: o estado de coisas referido na oração principal ocorre sempre que se verifica o estado de coisas designado na oração subordinada introduzida por *quando*[442]. Reconhece-se nesta co-relação uma implicação, o que aproxima estas estruturas das construções condicionais factuais[443].

De facto, o significado das proposições (4e) - (5e) e (15e) - (16e) pode ser explicitado pelas paráfrases que propomos em (39) e em (40):

(4e) *Os músculos intercostais,* **(5e)** *quando se contraem,* **(4'e)** *provocam o aumento do diâmetro vertical e ântero-posterior da caixa torácica.*

[442] Também Cunha (1999) analisou este tipo de construções e argumentou que, quando se combinam com o presente do indicativo, resultam unicamente interpretações quantificacionais.

[443] Este facto foi sublinhado por Carecho (1996: 105): «As associações de situações referidas por [construções de quantificação temporal] são bastante semelhantes às denotadas por construções condicionais». Segundo Mateus *et alii* (2003: 706), nas construções condicionais factuais, assume-se «que o conteúdo das duas proposições se verifica no mundo real, no intervalo de tempo relevante». As construções com *quando* que estamos a analisar revelam, portanto, grandes semelhanças com as condicionais factuais.

(39) *Se os músculos intercostais se contraem, então provocam o aumento do diâmetro vertical e ântero-posterior da caixa torácica.*

(15e) *Quando os músculos respiratórios relaxam,* **(16e)** *a caixa torácica diminui de volume […]*

(40) *Se os músculos respiratórios relaxam, então a caixa torácica diminui de volume […]*

Classificámos, portanto, estas orações subordinadas temporais como adverbiais de frequência na medida em que atribuem padrões temporais de repetição às situações com que co-ocorrem. Segundo Móia (2003: 106), na maioria dos casos, «o padrão relevante emerge ao nível da frase no seu todo […] como resultado de uma interacção complexa de diferentes elementos, entre os quais se destacam o tempo verbal utilizado, a classe aspectual dos predicadores e a presença de certas expressões adverbiais». O presente do indicativo induz uma leitura de habitualidade e a comutação da classe dos adverbiais de localização temporal para a dos adverbiais de frequência.

Mas, como veremos adiante, o presente do indicativo é um perspectivador (e não um operador) de habitualidade, pelo que não apaga todas as marcas inerentes à classe aspectual de base das situações descritas pelas orações subordinadas introduzidas por *quando*. Se introduzirmos alterações que permitam uma leitura episódica das duas construções (por exemplo, substituindo as formas verbais de presente do indicativo por formas flexionadas no pretérito perfeito simples), estas orações com *quando* constituem adverbiais temporais de localização, como se comprova pelos exemplos (41) e (42).

(41) *Os músculos intercostais*, *quando se contraíram*, *provocaram o aumento do diâmetro vertical e ântero-posterior da caixa torácica.*

(42) *Quando os músculos respiratórios relaxaram*, *a caixa torácica diminuiu de volume*.

As orações subordinadas em causa são, portanto, polivalentes, na medida em que combinam propriedades dos adverbiais de frequência com propriedades dos adverbiais de localização: manifestam a iterabilidade da situação denotada ao longo de um intervalo de tempo sem fronteiras temporais demarcadas, e, simultaneamente, contribuem para a localização do estado de coisas com que co-ocorrem − a situação denotada na oração principal é localizada em relação ao intervalo de tempo assinalado pela ocorrência da situação referida na oração subordinada[444].

Propomo-nos agora listar, no quadro seguinte, as relações discursivas que, de modo predominante, subjazem à organização dos conteúdos nesta sequência explicativa.

Relação discursiva	Núcleo	Satélite
ELABORAÇÃO	(1e) - (2e) (3e) (22e)	(4e) - (21e) (4e) - (14e) (4e) - (21e)

Prevalece nesta sequência a relação de *ELABORAÇÃO*. Ela é atestada entre um núcleo constituído pelas duas proposições iniciais e as proposições (4e) a (21e). Este conjunto de proposições é também o satélite relativamente a um

[444] Retomamos parte de uma citação, já apresentada, de Carecho (1996: 81): «cada situação da oração subordinada localiza no tempo a respectiva situação da oração principal». Na secção 5.4. do capítulo 5, subscrevemos a concepção de Móia (2003), segundo a qual a localização temporal engloba a associação de uma situação, não só com um intervalo de tempo, mas também com outra situação.

núcleo composto apenas pela proposição (22e). Observa-se ainda a relação de *ELABORAÇÃO* entre o núcleo constituído pela proposição (3e) e o satélite composto pelas proposições (4e) a (14e). Nos dois primeiros casos, propõe-se a caracterização e a definição do ciclo respiratório, no núcleo, e faz-se alusão aos diversos movimentos que lhe são inerentes, no satélite; no último caso, procede-se à definição do processo de inspiração, no núcleo, e explicitam-se os respectivos movimentos, no satélite[445].

Concluímos esta secção fazendo referência ao facto de serem atestados na sequência explicativa diversos conectores que manifestam valores de consequencialidade: *assim* na proposição (7e), *pelo que* na proposição (10e) e *em consequência* na proposição (14e)[446]. Num texto que integra uma sequência de enunciados genéricos que denotam, predominantemente, estados habituais, esperar-se-ia que as relações temporais entre as situações referidas se caracterizassem pela sobreposição temporal.

Veremos, na secção seguinte, que as relações de causa-efeito inerentes a estes conectores contrariam esta expectativa, pelo que tentaremos propor uma explicação baseada em dois níveis de interpretação, conforme as situações sejam focalizadas na sua ocorrência episódica ou na sua ocorrência habitual. Para esse efeito, revelar-se-á de grande utilidade o recurso ao conceito de perspectivador aspectual, inicialmente proposto por Cunha (1998a, 2004). Consequentemente,

[445] É possível conceber ainda duas ocorrências da relação de *ELABORAÇÃO*: entre uma proposição recuperável a partir da palavra *inspiração*, aposto da proposição (14e), e as proposições (4e) e (14e); e entre uma proposição recuperável a partir da palavra *expiração*, aposto da proposição (21e), e as proposições (15e) a (21e). As proposições inferencialmente recuperáveis são susceptíveis de ser explicitadas do seguinte modo: *consiste nisto a inspiração* e *consiste nisto a expiração*; nestes casos, as proposições recuperadas constituem o núcleo das duas ocorrências da relação de *ELABORAÇÃO*, e as proposições (4e) a (14e), por um lado, e (15e) a (21e), por outro, o satélite.

[446] Não incluímos entre estes conectores a conjunção *pois*, que liga as proposições (16e) e (17e), na medida em que constitui, neste caso, uma conjunção coordenativa explicativa e não uma conjunção subordinativa causal.

argumentaremos que são também atestadas várias ocorrências da relação discursiva de *RESULTADO*.

7.5. A TEMPORALIDADE DE UMA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA

Vimos na secção anterior que, com excepção das situações designadas nas proposições (3e) e (22e), todos os estados de coisas referidos nesta sequência explicativa constituem estados habituais derivados de predicados episódicos, e que esta conversão está prevista na rede aspectual proposta por Moens (1987). A proposição (1e), por exemplo, designa um estado habitual derivado da quantificação sobre a situação representada na proposição *a renovação do ar contido nos pulmões foi efectuada pela ventilação pulmonar*. O mesmo raciocínio se aplica a todos os estados habituais denotados na sequência.

Uma vez que todas as situações referidas nesta sequência são estativas e se integram em proposições com formas verbais no presente, ou cujos valores de localização temporal dependem dos que são manifestados pelas formas de presente, os estados de coisas designados inserem-se em intervalos temporalmente sobrepostos. A sobreposição temporal é, portanto, a relação atestada entre as situações quando focalizadas segundo uma leitura genérica.

De facto, as formas verbais de gerúndio – que ocorrem nas proposições (11e), (13e) e (18e) – constituem exemplos do chamado gerúndio ilativo. Recordamos que, na concepção de Bosque e Demonte (1999), as construções com gerúndio ilativo são idênticas a orações coordenadas finitas e expressam um estado de coisas independente que acompanha o que é referido na oração principal. Só o conhecimento do mundo permite que se determine se o intervalo que a referida situação ocupa se sobrepõe ou é posterior ao intervalo em que se

integra a situação denotada na oração principal. Nestes casos, e dado tratar-se de estados habituais, verifica-se a relação de sobreposição temporal entre as situações denotadas pelas proposições com formas de gerúndio e as situações referidas por proposições com formas verbais no presente.

Quanto às situações designadas pelas proposições que incluem formas de infinitivo − atestadas nas orações (9e) e (19e) − optámos por tratá-las, conjuntamente com as orações de que dependem, como um estado de coisas complexo. São, portanto, as formas verbais de presente do indicativo que manifestam a temporalidade destes estados de coisas complexos.

Todas as situações denotadas ocupam intervalos de tempo não delimitados e constituem verdades atemporais, isto é, situações cujo valor de verdade não depende da sua localização num dado intervalo no eixo do tempo, situações que não estão circunscritas a um determinado intervalo de tempo. No texto em análise, as situações referidas incluem o intervalo de tempo da enunciação, uma vez que as proposições integram formas verbais flexionadas no presente do indicativo, ou formas de gerúndio e de infinitivo sintáctica e temporalmente dependentes das orações no presente do indicativo.

Assim, em todos os enunciados se verifica que o *TPpt* é o intervalo de tempo da enunciação; cada *s* inclui o *TPpt* e o intervalo de tempo que ocupa sobrepõe-se a todos os intervalos em que se inserem os estados com que co-ocorre no texto.

A temporalidade da sequência explicativa revela algumas semelhanças com a da sequência descritiva. O tempo verbal de base é o presente do indicativo, pelo que, nas duas sequências, os intervalos em que se integram os estados denotados incluem o intervalo de tempo da enunciação. Predominam as situações estativas: na sequência descritiva, ocorrem apenas estados lexicais; na sequência explicativa, os estados habituais perfazem 90 % dos estados de coisas referidos, e os estados lexicais, 10%. Diferem as duas sequências, contudo, no facto de os

enunciados da sequência descritiva denotarem situações episódicas, enquanto a sequência explicativa integra unicamente frases genéricas.

Esta análise da temporalidade da sequência explicativa não permite compreender, todavia, a ocorrência de diversos mecanismos que servem para manifestar relações de consequencialidade entre as situações. Referimo-nos especificamente à presença de conectores que manifestam valores de consequencialidade (*assim, pelo que, em consequência*) e de construções de quantificação temporal com *quando*, que implicam também uma relação de causa-efeito entre as situações denotadas pelas orações subordinada e principal.

Como se concilia, numa sequência discursiva que integra unicamente frases genéricas, a expressão de valores de consequencialidade com a denotação de estados habituais, que se caracterizam por relações de sobreposição temporal entre si? Por outras palavras, como se compatibiliza, numa mesma sequência textual, a interpretação de sequencialidade temporal inerente às relações de causa-efeito[447] com a leitura de sobreposição temporal típica de um texto constituído por um conjunto de enunciados que denotam estados habituais?

O conceito de perspectivador aspectual proposto por Cunha (1998a, 2004) permite resolver o paradoxo. Segundo este autor, «enquanto os operadores "comutam", "transformam" ou "convertem" na totalidade o perfil aspectual básico dos respectivos "inputs", a ponto de estes serem integralmente substituídos pelos "outputs" que lhes correspondem, os "perspectivadores" funcionam, por assim dizer, como uma espécie de "lente" ou de "filtro", na medida em que apenas se revelam capazes de alterar parcialmente as características básicas da situação a que se aplicam, acrescentando-lhe propriedades adicionais»[448].

[447] Veremos, na secção 8.5. do capítulo 8, que, nos casos em que está envolvido um estado lexical, as relações discursivas de *CAUSA* e de *RESULTADO* não implicam sequencialidade temporal.
[448] Cunha (2004: 373).

Deste modo, o presente do indicativo deve ser concebido não como um operador aspectual mas como um perspectivador aspectual, que, embora as filtre, não apaga todas as propriedades da situação básica. Nos casos em que, por acção do presente do indiciativo, situações episódicas são comutadas em estados habituais, este tempo verbal permite que a predicação derivada mantenha algumas propriedades das situações básicas, nomeadamente as eventuais relações de consequencialidade entre as situações denotadas.

Assim, nas frases genéricas que expressam estados habituais derivados de situações episódicas que mantêm entre si relações de sequencialidade temporal (com ou sem consequencialidade inerente), estas relações não são totalmente apagadas, sendo ainda reconhecidas. Verifica-se, nestes casos, a intersecção de duas leituras: a quantificação universal da relação de sequencialidade temporal entre duas situações episódicas relevantes, e a sobreposição temporal desta sucessão de dois estados de coisas habituais relativamente aos intervalos ocupados pelas restantes situações denotadas.

Defendemos, portanto, que numa sequência como a que vamos analisar, que integra frases genéricas habituais, há duas projecções dos estados de coisas denotados que podem ser explicitadas por duas leituras diversas: uma que focaliza preferencialmente a ocorrência episódica das situações, e outra que privilegia a interpretação das situações relevantes na sua representação genérica. A temporalidade da sequência reflecte a intersecção destas duas projecções, pelo que a explicitação da totalidade das relações temporais atestadas entre as situações denotadas exige o recurso às duas leituras.

Além disso, no âmbito da leitura episódica, propomos que se distinga um nível local (que contemple preferencialmente o início dos intervalos de tempo ocupados pelas situações relevantes) e um nível global (que focalize a totalidade dos intervalos de tempo em que se integram os estados de coisas referidos).

Retomemos os enunciados em causa para comprovar a adequação da nossa proposta. Procederemos a alterações na flexão verbal de modo a obter enunciados

em que as situações permitem uma leitura episódica. Poderemos, assim, analisar as relações temporais entre as situações de que derivam os estados de coisas denotados pelas frases genéricas que lhes correspondem, e verificar se essas relações são ainda reconhecíveis nas correspondentes frases genéricas. Comecemos pelos exemplos que integram orações iniciadas por *quando*.

(4e) *Os músculos intercostais,* **(5e)** *quando se contraem,* **(4'e)** *provocam o aumento do diâmetro vertical e ântero-posterior da caixa torácica;*

As situações referidas em (4e) e em (5e) integram-se na classe dos estados habituais derivados de situações episódicas. Estas situações episódicas podem ser explicitadas como no exemplo (41), que agora retomamos:

(41) *Os músculos intercostais, quando se contraíram, provocaram o aumento do diâmetro vertical e ântero-posterior da caixa torácica*.

Em (41), observa-se que o início do intervalo de tempo ocupado pelo evento denotado na oração principal ("provocar o aumento do diâmetro vertical e ântero-posterior da caixa torácica") é posterior ao início do intervalo de tempo em que se insere o evento referido na oração subordinada ("os músculos intercostais contraírem-se"). E esta relação de posterioridade entre o início dos intervalos em que se inserem os dois eventos − atestada, portanto, no nível local da leitura episódica − não desaparece quando se substituem as formas de pretérito perfeito simples pelas de presente do indicativo; mesmo quando as situações são denotadas em frases genéricas habituais, os nossos conhecimentos enciclopédicos permitem-nos inferir essa relação.

Observa-se, numa perspectiva episódica, a relação discursiva de *CAUSA*, uma vez que a situação denotada na oração subordinada temporal desencadeia o estado de coisas descrito na oração subordinante.

Para explicitar a temporalidade destas situações segundo uma leitura genérica, podemos dizer que se verifica a quantificação universal da sucessão temporal atestada entre os dois estados de coisas. As duas situações denotadas mantêm, portanto, uma relação de sequencialidade temporal entre si, e uma relação de sobreposição temporal com os restantes estados de coisas referidos.

Vejamos, de seguida, a outra ocorrência de oração introduzida por *quando*.

(15e) *Quando os músculos respiratórios relaxam,* **(16e)** *a caixa torácica diminui de volume […]*

Para permitirem uma leitura episódica, estas situações podem ser explicitadas como em (42), que a seguir retomamos:

(42) *Quando os músculos respiratórios relaxaram, a caixa torácica diminuiu de volume*.

Em (42), a oração com *quando* e a oração principal designam eventos prolongados[449]. O início do evento denotado na oração subordinada ("os músculos respiratórios relaxarem") desencadeia o início do evento referido na oração principal ("a caixa torácica diminuir de volume"). Ou seja, o início do evento denotado na oração principal é necessariamente posterior ao início do evento referido na oração subordinada. Trata-se, portanto, de dois eventos prolongados que, em rigor, se sobrepõem parcialmente, ocupando intervalos que manifestam uma relação de sobreposição quase total.

Também neste caso, a substituição das formas de pretérito perfeito simples pelas de presente do indicativo não apaga a relação de sequencialidade

[449] Sublinhe-se, para justificar esta proposta de classificação, que as duas situações são durativas e integram um ponto de culminação, para além do qual não é possível os estados de coisas continuarem a desenrolar-se.

cronológica que se atesta entre o início dos intervalos ocupados pelas situações na sua projecção episódica. Observa-se, entre as duas situações, a relação discursiva de *RESULTADO*: o núcleo (constituído pela construção com *quando*) refere uma situação que constitui a causa do estado de coisas denotado no satélite (composto pela oração principal). Numa leitura genérica, focalizando a relação temporal destas duas situações com os outros estados de coisas descritos, verificamos que há sobreposição temporal.

Vejamos, a seguir, as proposições ligadas pelo conector *em consequência*.

(12e) *A pressão do ar no seu interior diminui,* **(13e)** *ficando menor que a pressão atmosférica.* **(14e)** *Em consequência, o ar entra pelas vias respiratórias, até aos pulmões […]*

À semelhança do que fizemos nos exemplos anteriores, começaremos por introduzir alterações de modo a conferir carácter episódico às situações denotadas nos enunciados:

(43) *A pressão do ar no seu interior diminuiu, tendo ficado menor que a pressão atmosférica. Em consequência, o ar entrou pelas vias respiratórias, até aos pulmões […]*

Em (43), a situação descrita na oração principal ("a pressão do ar diminuir") configura um evento prolongado; o estado de coisas referido na oração subordinada gerundiva ("a pressão do ar ficar menor que a pressão atmosférica") constitui um estado consequente; por fim, a situação denotada na oração introduzida pelo conector *em consequência* ("o ar entrar pelas vias respiratórias, até aos pulmões") integra-se na classe dos eventos prolongados.

Em rigor, sublinhe-se que não é o evento "a pressão do ar diminuir" que origina o estado consequente "a pressão do ar ficar menor que a pressão

atmosférica". Com base naquele evento, é inferível o evento instantâneo "[o valor da pressão do ar nos pulmões] transpor o valor mínimo da pressão atmosférica", do qual decorre o estado consequente.

Quanto às relações temporais atestadas entre as situações, observa-se, a nível local, a relação de posterioridade entre o início dos intervalos em que se inserem os três estados de coisas: o início do intervalo em que se integra o primeiro evento prolongado precede o início do intervalo ocupado pelo estado consequente, e o início do intervalo em que se insere este estado é anterior ao limite inicial do intervalo ocupado pelo evento prolongado.

Mas é o conector *em consequência* que explicitamente assinala uma relação de consequencialidade entre o estado e o segundo evento prolongado. Deste modo, é atestada duas vezes a relação discursiva de *RESULTADO*: entre um núcleo composto pelo primeiro evento prolongado e um satélite constituído pelo estado consequente; e entre um núcleo composto pelo par evento prolongado/estado consequente e um satélite constituído pelo segundo evento prolongado.

Estas relações discursivas, assim como as relações de sequencialidade temporal entre o início do intervalo em que se integram as três situações, são, portanto, relevantes para a expressão do tempo da sequência em análise.

Para a representação global da temporalidade nesta sequência, observa-se também a intersecção de duas projecções: a da sobreposição temporal inerente a todas as situações estativas denotadas, e a da sequencialidade temporal que se atesta entre os três estados de coisas.

Veremos, a terminar esta secção, as proposições (14e) e (15e).

(14e) *Em consequência, o ar entra pelas vias respiratórias, até aos pulmões – inspiração.* **(15e)** *Quando os músculos respiratórios relaxam […]*

Se introduzirmos alterações a nível da flexão verbal, obteremos os enunciados seguintes, em que as situações denotadas permitem uma interpretação episódica.

(44) *Em consequência, o ar entrou pelas vias respiratórias, até aos pulmões – inspiração. Quando os músculos respiratórios relaxaram […]*

Verifica-se, em (44), a existência da relação discursiva de *RESULTADO* entre o evento prolongado "o ar entrar pelas vias respiratórias, até aos pulmões" e o evento prolongado "os músculos respiratórios relaxarem". De facto, o intervalo em que se insere este evento "os músculos respiratórios relaxarem" é necessariamente posterior à culminação do evento "o ar entrar pelas vias respiratórias, até aos pulmões". Recorrendo a conhecimentos de natureza enciclopédica, concluímos que a situação denotada na primeira oração constitui a causa da situação referida na segunda, havendo, portanto, uma relação discursiva de *RESULTADO* entre o primeiro segmento textual e o segundo.

Também neste caso a representação global da temporalidade obtém-se através da intersecção das duas projecções, episódica e habitual, designadamente tendo em consideração a sequencialidade temporal entre as duas situações, por um lado, e a sobreposição temporal entre estas situações e as restantes com que co--ocorrem na sequência, por outro.

Podemos completar, agora, o quadro inicialmente apresentado na secção 7.4., enumerando as principais relações discursivas atestadas nesta sequência explicativa.

Relação discursiva	Núcleo	Satélite
ELABORAÇÃO	(1e) - (2e) (3e) (22e)	(4e) - (21e) (4e) - (14e) (4e) - (21e)
CAUSA	(4e)	(5e)
RESULTADO[450]	(6e) (8e) (8e) - (9e) (12e) (12e) - (13e) (14e) (15e) (16e) - (17e)	(7e) (9e) (10e) - (11e) (13e) (14e) (15e) (16e) (18e) - (19e)

Uma análise mais detalhada desta sequência explicativa revela, por conseguinte, um claro predomínio da relação discursiva de *RESULTADO*.

Ontologicamente, e na sua ocorrência episódica, o ciclo respiratório − objecto de explicação nesta sequência explicativa − é composto por diferentes fases, nem sempre discretas, que se desenrolam no tempo. Deste modo, entre os movimentos que compõem este ciclo, são observadas necessariamente relações de sequencialidade cronológica, em muitos casos, com causalidade intrínseca.

Quando, num segmento textual constituído unicamente por enunciados genéricos, é referido um conjunto de situações que compõem o ciclo respiratório, não é possível apagar as informações relativas à sucessão cronológica que

[450] A relação discursiva de *RESULTADO* é atestada entre outras proposições que não analisámos ou porque integram estruturas completivas (que optámos por tratar como estados de coisas complexos), ou porque se incluem em construções que revelam grandes semelhanças com as que foram estudadas mais detalhadamente (e cuja análise seria, por isso, redundante). Referimo-nos às proposições seguintes: (6e) e (7e); (8e) e (9e); (8e)/(9e) e (10e)/(11e); (16e)/(17e) e (18e)/(19e).

caracteriza os estados de coisas episodicamente perspectivados, nem as eventuais relações de consequencialidade entre eles.

Assim, o quadro temporal que se desenha com base nos estados habituais referidos nas frases genéricas que acabámos de analisar caracteriza-se quer pela sobreposição temporal entre todas essas situações, quer pela quantificação universal dos grupos de situações que expressam sucessão temporal a nível episódico. Cada um desses pares de situações sobrepõe-se temporalmente, em bloco, às restantes situações referidas na sequência; todavia, entre as duas situações denotadas por cada um daqueles pares de proposições, continua a ser possível reconhecer uma relação de sequencialidade. Tal acontece porque «os "perspectivadores" admitem duas projecções de cariz situacional, uma relativa ao resultado final da "perspectivação", a outra referente à situação básica»[451].

Deste modo, em textos como o que estamos a analisar, é pertinente distinguir proposições simples de proposições complexas. As proposições complexas devem ser concebidas como grupos de proposições simples que mantêm entre si outras relações temporais que não apenas a de sobreposição.

É certo que as proposições complexas mantêm relações de sobreposição temporal com as restantes proposições com que co-ocorrem. Entre si, todavia, as proposições simples que compõem cada uma das proposições complexas, evidenciam relações temporais de sequencialidade, quando estão envolvidas situações eventivas[452].

Comprova-se, por um lado, que a temporalidade das sequências que integram um conjunto de frases genéricas habituais (que denotam, por definição, estados derivados de situações episódicas) pode ter um grau de complexidade inesperado, dependente das relações temporais que existem entre as situações episódicas de base.

---

[451] Cunha (2004: 375).

[452] Veremos, no capítulo 8, que também podem manter relações temporais de inclusão, quando estão envolvidas situações estativas e situações eventivas.

Além disso, fica evidenciada a pertinência da aplicação, ao presente do indicativo, do conceito de perspectivador aspectual. Este tempo verbal origina a transição da classe aspectual das predicações de base não estativas. Todavia, as predicações derivadas mantêm propriedades que caracterizam as predicações de base. É esta constatação que justifica a adopção de um quadro de análise que contemple duas leituras: uma episódica e outra genérica.

7.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que efectuámos sublinhou a ideia de que a fase da resolução constitui a mais relevante da estrutura macroproposicional da sequência explicativa, o que se reflecte na extensão relativa desta macroproposição. No texto analisado, a macroproposição correspondente ao questionamento não se manifesta discursivamente, e a fase da conclusão é constituída por uma única proposição (em contraste com a resolução, composta por 21 proposições).

A ocorrência predominante de formas verbais de presente do indicativo com valor habitual (em associação com SN genéricos) determina que esta sequência seja composta exclusivamente por frases genéricas: em todos os enunciados se verifica a combinação de SV genéricos com SN genéricos.

Deste modo, todas as situações referidas constituem estados habituais (em 18 casos) ou estados lexicais (em 2 casos). Os estados habituais derivam da quantificação universal de situações eventivas episódicas, e, tal como os estados lexicais, configuram propriedades atribuídas a entidades ou a um grupo de entidades. Os dois estados lexicais configuram definições: da fase de inspiração e do ciclo respiratório.

Foram atestados ainda 2 adverbiais temporais de frequência, designadamente duas construções de quantificação temporal com *quando*. A taxa

de ocorrência de adverbiais temporais nesta sequência explicativa (9,1 %) é semelhante à que se verifica na sequência descritiva já analisada (6,3 %), e muito baixa em comparação com a que foi atestada na sequência narrativa (26,2 %). Vimos ainda que, na leitura genérica, predomina a relação discursiva de *ELABORAÇÃO*.

Com base nestes dados, pode traçar-se um paralelismo entre esta sequência explicativa e a sequência descritiva que analisámos: em ambos os casos se verifica uma reduzida taxa de ocorrência de adverbiais temporais, prevalecendo as formas verbais de presente do indicativo e situações da classe dos estados. Todavia, ao contrário do que defendemos relativamente às sequências de tipo descritivo, as situações estativas não constituem uma propriedade prototípica das sequências de tipo explicativo. De facto, existem sequências explicativas em que ocorrem e predominam estados de coisas da classe dos eventos.

Quanto às relações temporais entre as situações denotadas na sequência explicativa, argumentámos que, tratando-se predominantemente de estados habituais, elas devem ser explicitadas com base na intersecção de dois níveis distintos: a nível da sua ocorrência episódica, e a nível da sua representação genérica. Neste segundo nível de interpretação, verifica-se globalmente a relação de sobreposição temporal entre os estados referidos. Eles configuram verdades atemporais, inscritas em intervalos sobrepostos que incluem o intervalo de tempo da enunciação.

Na secção 7.5., enquanto explicitávamos as relações temporais entre os estados de coisas denotados ao longo desta sequência explicativa, procurámos explicar a ocorrência de mecanismos que manifestam relações de causalidade numa sequência composta unicamente por frases genéricas – que representam, por definição, situações estativas. Na medida em que implicam sequencialidade temporal, a ocorrência quer de conectores com valor causal, quer de construções de quantificação temporal com *quando*, não parece ser compatível com as relações

de sobreposição temporal tipicamente inerentes aos textos em que predominam estados habituais.

Para superar essa aparente contradição, integrámos na nossa análise o conceito de perspectivador aspectual, inicialmente proposto por Cunha (1998a, 2004). Na sequência da distinção entre os conceitos de operador e de perspectivador aspectual, verificámos que o presente do indicativo constitui um perspectivador de habitualidade, na medida em que propicia a transição aspectual de predicações com valor básico não estativo, embora permitindo que as predicações derivadas − estados habituais − manifestem ainda propriedades típicas das predicações básicas. Quer isto dizer que, por definição, os perspectivadores comutam estados de coisas de uma classe aspectual para outra, mas permitem que as predicações derivadas mantenham características intrínsecas às predicações de base.

Por isso, consideramos imprescindível que a explicitação das relações temporais numa sequência como esta incorpore não apenas a leitura decorrente da representação genérica das situações denotadas, mas também uma leitura que incida preferencialmente na ocorrência episódica dessas mesmas situações. Só assim serão explicitadas, de forma completa, as relações temporais entre os estados de coisas referidos.

No caso da sequência explicativa analisada − cujo objecto é um processo que decorre no tempo −, o presente do indicativo, enquanto perspectivador de habitualidade, permite que a atenção do alocutário seja focalizada ou no carácter genérico das situações denotadas (salientando as relações de sobreposição temporal atestadas entre elas, ao longo de um intervalo de tempo de extensão não delimitada) ou no seu carácter episódico (sublinhando as relações de sequencialidade temporal entre alguns dos estados de coisas descritos).

É pertinente distinguir, nestes casos, proposições simples de proposições complexas. As proposições complexas são constituídas pelas proposições simples que, numa perspectiva episódica, denotam situações que manifestam relações

temporais de sequencialidade. Quando se privilegia a leitura episódica, as situações eventivas denotadas por proposições simples que integram uma proposição complexa mantêm entre si relações de sequencialidade temporal. Quando se privilegia a leitura genérica, os estados de coisas referidos nas proposições complexas sobrepõem-se temporalmente a todas as outras situações.

A temporalidade das sequências deste tipo não é redutível, portanto, à mera sobreposição temporal entre os estados referidos; envolve um grau de complexidade mais elevado. Para dar conta de todas as relações temporais entre as situações inerentes a uma sequência de enunciados como a que analisámos, é necessário recorrer, de modo complementar, quer à representação episódica, quer à representação genérica dos estados de coisas.

CAPÍTULO 8

O TEMPO NUMA SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

8.1. REFLEXÕES PRELIMINARES

O objectivo deste capítulo é proceder à análise da expressão do tempo numa sequência de tipo argumentativo, para determinar as suas propriedades temporais e aspectuais mais relevantes. Por isso, não se enquadra nos nossos objectivos desenvolver um conjunto de reflexões que constitua uma iniciação à teoria da argumentação ou às diversas teorizações que se têm desenvolvido especificamente na área da Linguística[453].

A estrutura do presente capítulo, semelhante à dos capítulos precedentes, é a seguinte: depois de apresentar, nesta secção, algumas reflexões que servem de enquadramento à questão geral da argumentação, começaremos por indicar, na secção 8.2., as propriedades da sequência argumentativa. Apresentaremos, na secção 8.3., a sequência que nos propomos analisar, e, na secção 8.4., os elementos mais relevantes em que iremos basear essa análise. Na secção 8.5., explicitaremos a nossa proposta de análise da expressão do tempo na sequência argumentativa seleccionada, e, na secção 8.6., retomaremos as principais conclusões decorrentes das reflexões que fomos expondo.

[453] Compreende-se, assim, que não explicitemos, de modo exaustivo, os contributos mais importantes na área da argumentação – por exemplo, os de Ducrot e Anscombre. Para uma exposição sucinta de algumas linhas de investigação linguística que focalizam e incorporam questões inerentes à argumentação, veja-se Emeren e Grootendorst (1995) e Lopes (1997b).

Nas últimas décadas do século XX, registou-se um renovado interesse pela argumentação, enquanto actividade intelectual e verbal que envolve um raciocínio de tipo dialéctico, em contraste com o raciocínio analítico, próprio da lógica[454]. Perelman (1977: 22) caracterizou os raciocínios dialécticos nos seguintes termos: «partem do que é aceite, sendo o seu fim o de fazer admitir outras teses que são ou podem ser controversas: têm, pois, o propósito de persuadir ou de convencer. Não consistem em inferências válidas e constringentes, mas apresentam argumentos mais ou menos fortes, mais ou menos convincentes, e que não são nunca puramente formais». O raciocínio analítico, por sua vez, resulta de um conjunto de procedimentos lógicos que, com base na verdade das premissas apresentadas, permitem validar uma nova conclusão.

A "Nova retórica", em que se enquadram as reflexões desenvolvidas por Perelman, tomou, pois, como ponto de partida a distinção entre argumentação e demonstração − a que subjazem os raciocínios de tipo dialéctico e de tipo analítico, respectivamente. Segundo este autor, à argumentação diz respeito o conjunto de «techniques discursives permettant de provoquer ou d'accroître l'adhésion des esprits aux thèses que l'on présente à leur assentiment»[455]. Já a demonstração é composta pelos meios de prova «qui permettent de conclure, à partir de la vérité de certaines propositions, à celle d'autres propositions, ou encore, sur le terrain de la logique formelle, de passer, à l'aide de règles

[454] Carrilho (2001: 78) sublinhou a importância deste ressurgimento das reflexões sobre a argumentação nos novos caminhos trilhados na área da filosofia, com inevitáveis consequências noutras áreas de investigação: «nos finais da década de 50 do século XX, toma também forma uma outra alternativa ao império do logicismo, com a qual se inicia uma importante transformação filosófica, que podemos designar como uma *viragem retórica*. Ela deve-se sobretudo a dois filósofos, Perelman e Toulmin, que decidiram questionar energicamente o modelo cientista que até então presidia à determinação da *validade discursiva* e à análise da *efectividade argumentativa*».

[455] Perelman (1989: 437). Ao efeito de adesão postulado por Perelman como o centro da teoria da argumentação, Meyer (1994) contrapôs a noção de negociação da distância entre os interlocutores acerca de uma dada questão.

définies de transformation, de certaines thèses d'un système, à d'autres thèses du même système»[456].

No âmbito da argumentação, o conceito de auditório, enquanto indivíduo ou conjunto de indivíduos a quem se dirige o locutor, é central, uma vez que estão em causa os procedimentos discursivos utilizados com o objectivo de promover a adesão de um determinado público-alvo às teses propostas pelo locutor. Também o proponente desempenha um papel determinante, porquanto a imagem do locutor que é discursivamente construída – assim como a que o auditório tem dele – pode influenciar decisivamente os alocutários no sentido de apoiarem ou de refutarem as teses propostas.

Para a lógica, nem o locutor nem o auditório se revelam importantes, porque esta disciplina se funda num raciocínio de tipo analítico, impessoal: desde que a validade das premissas seja inatacável, a validade das conclusões necessariamente também o será, independentemente do seu autor e do seu público-alvo.

Ao auditório potencialmente universal a que se dirige a demonstração, contrapõem-se os auditórios particulares que são visados pela argumentação[457]. Ainda que procure promover a adesão a uma mesma tese, um locutor não argumenta do mesmo modo perante um grupo de amigos e perante um grupo de desconhecidos, perante um grupo de alunos e perante um grupo de professores.

[456] Perelman (1989: 437). Segundo Lopes (1997b: 161-162), «a demonstração reduz-se a um cálculo puramente formal, sendo irrelevante o conteúdo das premissas, ou seja, a matéria sobre a qual incide o raciocínio. […] Para os que trabalham em teoria da argumentação, a validade formal não garante por si só a consistência da argumentação quotidiana desenvolvida em linguagem natural».

[457] Uma definição de texto argumentativo como que a foi proposta por Djian e Rousseau (1995) – produção verbal que tem o objectivo de manifestar uma opinião do locutor tendo em conta um determinado destinatário – revela a importância de que se revestem o locutor e o auditório na argumentação. Deste modo, compreende-se que o raciocínio analítico se sirva de meios de persuasão que exploram o plano racional (*logos*), enquanto a argumentação utiliza também meios que exploram o plano emocional (*ethos* e *pathos*); é que «a univocidade que caracteriza a lógica não é o apanágio das situações reais de uso argumentativo da linguagem», Lopes (1997b: 167).

A argumentação é concebida, portanto, como uma actividade condicionada pela situação em que emerge.

Definida como o conjunto das técnicas discursivas de que se serve um determinado locutor para promover a adesão de um público específico a uma dada tese, deve observar-se, portanto, não só que a argumentação diz respeito a uma prática social regulada pelas coordenadas inerentes à situação de enunciação, mas também que possui carácter dialógico.

De facto, além da necessidade de adequar a argumentação à situação de enunciação e aos condicionalismos que ela envolve − identidade do locutor e do(s) alocutário(s), local e momento da enunciação, papéis sociais de que estão investidos os interlocutores, intencionalidade do locutor, tema em questão, etc. −, ela caracteriza-se por ser dialógica, no sentido delineado por Bakhtine (1984b). Nesta linha de pensamento, Boissinot (1992: 12) insistiu no «caractère fondamentalement dialogique des textes argumentatifs: explicitement ou implicitement, ceux-ci sont toujours le lieu d'une vision contradictoire du monde, et s'organisent autour de deux thèses affrontés». Assim, qualquer discurso de tipo argumentativo emerge em oposição a uma outra tese, anteriormente explicitada ou não[458].

No afrontamento verbal entre dois pontos de vista não coincidentes, os proponentes podem desempenhar papéis sociais simétricos ou desnivelados. Neste ponto, a argumentação distingue-se, da explicação, na qual se verifica necessariamente uma assimetria entre quem explica e aquele a quem é dirigida a explicação: o primeiro detém uma autoridade − proporcionada pelo facto de saber mais sobre um determinado tema − de que o segundo carece.

[458] Também Moeschler (1985) sublinhou o facto de um discurso argumentativo se posicionar sempre em relação a um contra-discurso, real ou virtual. Boissinot (1992) salientou que esta pluralidade dos pólos enunciativos (o da tese proposta, o da tese recusada e, eventualmente, o da opinião indecisa) constitui uma especificidade da argumentação.

Segundo Adam (1992, 2002a), é necessário distinguir dois conceitos de argumentação:

– num sentido lato, como explicitação de um ponto de vista, propondo ou refutando uma tese; nesta acepção, qualquer produção verbal é, de algum modo, susceptível de ser perspectivada como argumentativa[459];

– num sentido restrito, como modo específico de organização de um conjunto de enunciados; nesta acepção, a actividade argumentativa opõe-se à actividade narrativa, à actividade descritiva e à actividade explicativa; restringe-se, portanto, o número de sequências que podem ser incluídas sob a designação de argumentativas àquelas a que subjaz uma estrutura macroproposicional prototípica, que adiante explicitaremos[460].

As considerações preliminares que temos vindo a formular nesta secção inserem-se no conceito de argumentação em sentido lato. Há uma grande diversidade subjacente aos textos de natureza argumentativa, através dos quais os locutores visam convencer os alocutários. É fácil, por exemplo, encontrar textos que testemunham como argumentamos recorrendo ao uso de uma sequência narrativa, de uma sequência descritiva ou de uma sequência explicativa[461].

---

[459] «Pour la théorie de l'argumentation dans la langue, comme pour la logique naturelle, l'activité argumentative est coextensive à l'activité de parole (énoncer, c'est schématiser; signifier, c'est donner une orientation argumentative)», Adam (2002a: 66-67).

[460] Nas palavras de Adam (1992: 103), «il ne faut pas plus confondre l'unité compositionnelle, que je désigne sous le terme de séquence argumentative, avec l'argumentation en général, que confondre la séquence descriptive […] avec la fonction descriptive-référentielle de la langue ou encore le dialogisme avec le dialogue».

[461] A fábula constitui um dos exemplos mais óbvios e comuns de utilização de uma sequência narrativa com possíveis finalidades argumentativas, constituindo a moral da história a tese que deve ser retida pelo público-alvo. As descrições, apresentadas por jornalistas em reportagens emitidas na televisão, que incidem sobre as condições de vida de populações muito desfavorecidas ou afectadas por catástrofes – naturais ou decorrentes da acção humana (inundações, incêndios, terramotos, guerras, etc.) – podem envolver um propósito argumentativo subliminar: incitar ao auxílio urgente dessas populações. Uma sequência explicativa em que se indica por que razão o plástico demora tanto tempo a biodegradar-se pode servir propósitos argumentativos, em contexto de discurso político, por exemplo.

Ao longo do presente capítulo, todavia, concentraremos a nossa atenção na segunda acepção do conceito de argumentação.

8.2. PROPRIEDADES DA SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

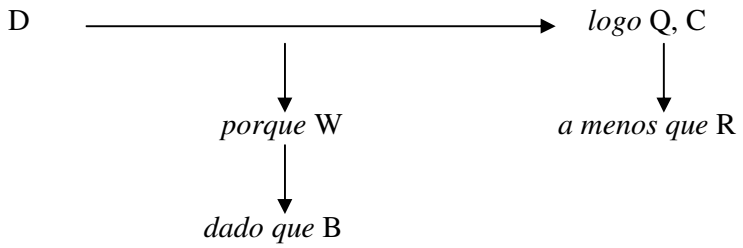
Iniciamos esta secção explicitando, de modo sucinto, o modelo proposto por Toulmin (1958), com base no qual Adam (1992) desenvolveu a sua teorização sobre a estrutura macroproposicional da sequência argumentativa.

Listemos as diferentes categorias funcionais que Toulmin (1958) propôs e o modo como se articulam. A relação subjacente a uma estrutura argumentativa mínima consiste no facto de um conjunto de dados (D) permitirem atingir uma conclusão (C). Esse movimento decorre de uma garantia ou certificação (W) que se fundamenta num suporte ou apoio (B). A eventual ocorrência de um modalizador (Q), que atenue ou reforce o carácter assertivo da conclusão, está condicionada pela existência de uma restrição (R)[462].

De facto, o modalizador assinala o grau de probabilidade que a garantia confere ao movimento observado entre os dados e a conclusão, dependendo também de uma possível restrição. A restrição, por sua vez, indica as circunstâncias sob as quais a autoridade outorgada pela garantia é posta em causa.

Estas relações entre as diferentes categorias são ilustradas no esquema seguinte[463].

[462] As iniciais representam cada um dos conceitos propostos por Toulmin (1958): *D(ata), C(laim), W(arrant), B(acking), Q(ualifying)* e *R(ebuttal)*.
[463] Traduzido a partir de Toulmin (1958: 104).



O movimento que concretiza o processo argumentativo realiza-se em três etapas, cuja ordem de ocorrência no discurso é variável[464]: a apresentação dos dados (D), a sua justificação (W e B)[465] e a emergência de uma conclusão (C, eventualmente modalizada por Q, devido à restrição R). Este movimento de passagem das premissas à conclusão constitui a condição fundamental da argumentação. Nas palavras de Moeschler (1985: 46), «une argumentation consiste donc en une relation entre un ou des arguments et une conclusion».

Com base no exemplo apresentado por Toulmin (1958), explicitamos, no quadro seguinte, o funcionamento do movimento argumentativo subjacente a este esquema.

(D): Dados	Harry nasceu nas Bermudas
(C): Conclusão	Harry é cidadão britânico
(W): Garantia ou certificação	As pessoas nascidas nas Bermudas são geralmente cidadãos britânicos
(B): Suporte ou apoio	Dados os estatutos vigentes
(Q): Modalizador que remete para uma restrição (R)	A menos que os pais de Harry sejam cidadãos estrangeiros

[464] Veremos adiante que nem todas as categorias se encontram obrigatoriamente explicitadas no discurso.

[465] Cf. Lopes (1997b: 163): «[A] justificação funciona como ponte, na medida em que interliga dados e tese defendida. […] as premissas têm estatutos funcionalmente distintos, já que umas funcionam como dados, e outras como justificações».

A partir do modelo de Toulmin (1958), Adam (1992) desenvolveu a sua teorização sobre a estrutura macroproposicional prototípica da sequência argumentativa.

Sublinhe-se que, no discurso, a explicitação dos dados não precede necessariamente a conclusão. Há duas possibilidades quanto ao modo de ordenação das categorias premissas e conclusão: a ordem progressiva e a ordem regressiva.

No caso de as categorias se ordenarem de modo progressivo, o movimento subjacente é o seguinte:

[premissas – *logo* → conclusão]

Quando se verifica uma ordem de tipo regressivo entre as duas categorias, o movimento que lhes subjaz é o seguinte:

[conclusão ← *porque* – premissas]

Enquanto numa ordenação progressiva se verifica paralelismo entre o movimento argumentativo e a linearidade textual, no caso da ordenação regressiva é atestada uma inversão: a asserção que ocorre em primeiro lugar no texto é a que decorre dos dados, do ponto de vista do esquema argumentativo subjacente[466].

A essência da estrutura deste protótipo sequencial reside, portanto, na transição entre aquelas duas categorias, e não na sua disposição textual. Assim, em qualquer dos modos de ordenação das categorias, reconhece-se o seguinte esquema macroproposicional de base[467]:

[466] Cf. Adam (1992: 115): «Tandis que l'ordre progressif vise à conclure, l'ordre régressif est plutôt celui de la preuve et de l'explication. Soulignons qu'à l'oral, l'ordre semble préférentiellement régressif».
[467] Traduzido e adaptado a partir de Adam (1992: 118).

SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA				
Tese anterior +	**Dados** ——	**Apoio das inferências** ——	**Logo** → ↑ *a menos que* (restrição) *só se* (especificação)	**Conclusão** (nova) Tese
Pa0	**Pa1**	**Pa2**	**Pa4**	**Pa3**

Além de haver dois esquemas básicos de ordenação das categorias premissas[468] e conclusão (segundo a ordem relativa de ocorrência no discurso), deve salientar-se que nem todas estas macroproposições ocorrem obrigatoriamente numa sequência argumentativa. Das duas macroproposições que se revestem de mais importância neste protótipo sequencial – Pa1 e Pa3, correspondentes aos dados e à conclusão, respectivamente –, é necessário que uma ocorra no discurso e que a outra seja inferencialmente recuperável. Segundo Adam (1992: 106), «si la donnée est l'élément le plus souvent explicite, le support est très souvent implicite et les autres composantes se situent entre ces deux pôles d'implicitation et d'explicitation».

São evidentes as semelhanças entre os modelos de Adam (1992) e de Toulmin (1958): em ambos se reconhecem categorias idênticas – os dados, o apoio das inferências (garantia e suporte, no esquema de Toulmin), a restrição e a conclusão são categorias comuns à teorização dos dois autores.

No esquema proposto por Adam (1992), todavia, salienta-se a inclusão de uma macroproposição argumentativa correspondente à existência de uma tese anterior (Pa0), contra a qual se posiciona a nova tese ou conclusão (Pa3).

[468] No esquema que representa a estrutura macroproposicional prototípica da sequência argumentativa segundo Adam (1992), as premissas englobam as categorias dados (Pa1) e apoio das inferências (Pa2).

Ao postular uma tese anterior, que é objecto de refutação, Adam integrou na estrutura macroproposicional da sequência argumentativa o conceito de dialogismo, inerente a qualquer movimento argumentativo.

Por outro lado, além da possibilidade de ocorrência de uma restrição, já prevista por Toulmin, Adam reconheceu igualmente a especificação como categoria funcional da sequência argumentativa. Sublinhe-se, por fim, que a conclusão, enquanto nova tese proposta contra uma tese anterior, pode servir de premissa para um outro esquema argumentativo.

É na macroproposição Pa2 – correspondente ao apoio das inferências – que sobressai a importância dos *topoï* na determinação da orientação argumentativa do discurso. Enquanto conjunto de ideias e de crenças geralmente admitidas no âmbito de uma dada cultura, os *topoï* propiciam o movimento que liga os dados à conclusão[469]. Por exemplo, numa situação em que, num dado clube, se pondera a contratação de um jogador de basquetebol, os dados *o Bill é americano* e *o Bill mede 2,05 m* revestem-se de particular importância em função dos *topoï* seguintes: *os jogadores de basquetebol americanos são [geralmente] bons* e *no basquetebol, um jogador de elevada estatura é [geralmente] preferível a um jogador de baixa ou de média estatura*. Estes *topoï* garantem o movimento entre os dados e uma conclusão do tipo de *o Bill é um bom jogador*. Uma tal conclusão institui-se como um dado num esquema argumentativo subsequente que pode culminar na conclusão *é boa ideia contratar o Bill*.

A caracterização da relação argumentativa proposta por Moeschler (1985) reforça algumas das ideias já expostas. Segundo este autor, uma relação argumentativa entre enunciados define-se pelas seguintes propriedades:

---

[469] O conceito de *topos* ocupa um lugar de destaque na argumentação, sendo perspectivado como «um lugar comum, um conhecimento ou uma assunção que funciona como base de um esquema argumentativo. Os *topoï* têm uma dupla função: por um lado, seleccionam as premissas que podem ser usadas, por outro, asseguram a transição das premissas para a conclusão, garantindo a consistência da dedução argumentativa», Lopes (1997b: 160).

a) há uma relação argumentativa entre dois enunciados – A e C – quando A serve para justificar C; deste modo, A caracteriza-se por conter uma dada orientação argumentativa;

b) nem todos os enunciados envolvidos na relação argumentativa são obrigatoriamente explicitados no discurso;

c) quando não é explicitada, a conclusão é recuperável.

Esta última propriedade, aliás, verifica-se em relação a qualquer uma das macroproposições previstas no protótipo sequencial argumentativo.

Tal como no modelo de Toulmin (1958) e nas reflexões de Moeschler (1985), também Adam (1992) salientou que o movimento entre as premissas e a conclusão configura a essência do protótipo sequencial argumentativo.

8.3. APRESENTAÇÃO DA SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

A sequência argumentativa cuja temporalidade vamos analisar insere-se num texto mais extenso com o seguinte título: "A demagogia rodoviária". Este texto foi originalmente publicado no jornal *Público*, em 20 de Abril de 2001, tendo sido posteriormente reunido, com outros textos do mesmo autor, no livro intitulado *Anos perdidos*. O seu autor é um conhecido jornalista, e o género discursivo em que se integra o texto de onde foi extraída a sequência a analisar é a crónica jornalística. Inserindo-se no discurso de tipo jornalístico, e tratando-se de um texto de natureza argumentativa, a sequência em causa tem como objectivo debater um determinado tema, pretendendo o seu autor provocar a adesão dos leitores às teses que propõe.

A crónica jornalística é um género discursivo que delimita os seguintes horizontes de expectativa: por um lado, o tema escolhido deve ser relevante e ter actualidade (a actualidade do tema é ainda mais importante neste caso, porquanto se trata de um texto publicado em jornal diário); por outro lado, o autor deve possuir autoridade para se pronunciar sobre o tema que é abordado – essa autoridade deve traduzir-se quer nos conhecimentos que revela possuir sobre o assunto abordado, quer na sua capacidade de raciocinar e de emitir juízos de valor que sejam reconhecidamente válidos, pelo menos para uma parte significativa dos leitores do jornal em que o autor publica os seus textos.

No quadro seguinte, sistematizamos as principais características atrás assinaladas.

"A demagogia rodoviária"	
Protótipo sequencial	Argumentativo
Tipo de discurso	Jornalístico
Género discursivo	Crónica
Autoria	Individual
Destinatário	Público adulto em geral
Suporte	Texto escrito publicado em jornal diário
Objectivo	Promover a adesão do público-alvo às teses do autor sobre um dado tema

Convém referir que a contextualização política contribui para avaliar a relevância da publicação do texto naquele momento. A causa próxima desta crónica foi a intenção, manifestada naquela altura pelo governo, de apresentar um conjunto de medidas legislativas com o objectivo de proceder a alterações ao código da estrada. Entre essas medidas, sobressaíam as duas seguintes: efectuar

o controlo da velocidade média nas auto-estradas (tendo em vista punir os condutores que, em virtude do tempo gasto a percorrer um determinado troço, revelassem ter rodado a uma velocidade média superior à velocidade máxima permitida), e diminuir o valor do limite máximo de alcoolemia no sangue que era, até então, permitido aos condutores. Veremos adiante que, em termos da estrutura macroproposicional da sequência argumentativa, estas medidas configuram uma tese contra a qual o autor da crónica se posicionou, expondo uma tese diferente.

Apresentamos, agora, a sequência argumentativa que nos propomos analisar.

A demagogia rodoviária

> […] **(1a)** Os portugueses **matam**-se ao volante por duas razões: **(2a)** porque **são** selvagens **(3a)** e porque não **sabem (4a) conduzir**. **(5a)** A primeira razão **é** a mesma **(6a)** pela qual se **deita** o lixo para o chão nas praias **(7a)** ou se **leva** o cãozinho **(8a)** a **fazer** cocó nos passeios **(Ia)** à noite. **(9a) É** uma razão de incultura, de falta de civismo, a mesma atitude **(10a)** que **leva** um automobilista **(11a)** a **acelerar** a fundo **(12a) (IIa)** quando se **sente** ultrapassado, **(13a)** a não **apagar** os máximos **(14a) (IIIa)** quando se **cruza** com outro carro **(15a)** ou a **fazer** todo o tipo de manobras perigosas para o carro **(16a)** que **vem** atrás, **(17a)** sem sequer se **dignar (18a) olhar** para o retrovisor, fiel ao princípio de que **(19a)** "se o gajo me **bater** por trás **(20a)** a culpa **é** dele". **(21a)** Isto, obviamente, não **é** fácil nem expedito **(22a)** de **combater**. **(23a)** Mas **há** maneiras **(24a)** de **tentar**

(25a) ensinar maneiras a este tipo de condutor: **(26a) começa** nas escolas **(27a)** e **acaba** na repressão a sério. […][470]

A sequência argumentativa que seleccionámos encontra-se inserida num texto argumentativo mais extenso. A sua leitura revela-o claramente, porquanto as asserções que ocorrem no primeiro período assinalam duas razões que, no entender do cronista, justificam as causas da elevada sinistralidade rodoviária em Portugal. Ora, ao longo da sequência apenas são desenvolvidas reflexões sobre uma delas. Por outras palavras, o movimento argumentativo que as primeiras proposições antecipam não é apresentado na totalidade ao longo da sequência escolhida. Justifica-se, portanto, expor os motivos que, mesmo assim, nos levaram a seleccionar esta sequência textual e não outra − ou a mesma mas integrando os parágrafos subsequentes.

O primeiro motivo − o menos importante − decorre da extensão da própria sequência. Neste trabalho, propusemo-nos analisar quatro tipos diferentes de sequências textuais monogeradas, segundo a classificação proposta por Adam (1992). A extensão das sequências analisadas é, naturalmente, uma questão importante: deverão ser suficientemente longas, de modo a revelarem-se representativas, mas não tão longas ao ponto de ser dificultada a análise que pretendemos realizar − por exemplo, pela introdução de elementos marginais, que não configuram propriedades típicas da sequência em causa; além disso, há que ter em conta que uma sequência mais extensa pode revelar simplesmente redundância das características já atestadas numa sequência mais curta.

Se incluíssemos na sequência a analisar quer a exemplificação que se segue ao excerto seleccionado, quer a apresentação do segundo grupo de razões, haveria

[470] TAVARES, Miguel Sousa (2001), "A demagogia rodoviária", *Anos perdidos*, Lisboa, Oficina do Livro, p. 331 (crónica originalmente publicada no jornal *Público* de 20 de Abril de 2001).

desproporção entre a extensão da sequência argumentativa e a de outras sequências já analisadas. Esta razão, todavia, por si só, não é suficiente para justificar a escolha efectuada, pois pode colocar-se a seguinte pergunta: por que razão não foi seleccionada uma outra sequência argumentativa, de menor extensão mas que mantivesse a integridade do movimento argumentativo?

Uma tal questão desemboca no segundo motivo que nos levou a escolher esta sequência: a heterogeneidade sequencial muitas vezes atestada nestes textos.

Os textos argumentativos que analisámos revelaram frequentemente um elevado grau de heterogeneidade sequencial[471]. Num movimento argumentativo são, em muitos casos, integradas não apenas sequências argumentativas, mas também sequências (ou macroproposições de sequências) de outros tipos, em particular de tipo narrativo e de tipo descritivo. Por exemplo, é comum uma sequência narrativa configurar, numa sequência argumentativa, a macroproposição que corresponde aos dados[472].

Nas palavras de Adam (1992: 195), «la plupart des textes se présentent comme des mélanges de plusieurs types de séquences. Les textes homogènes (unitypes) sont plus rares que les textes hétérogènes (plurityes) composés, par définition, de séquences actualisant elles-mêmes des prototypes différents». Não pretendemos simplificar a complexidade inerente à estrutura macroproposicional dos textos de carácter predominantemente argumentativo. Todavia, neste trabalho, afigura-se-nos importante proceder à análise de um texto que se caracterize pela homogeneidade sequencial, na medida em que o nosso

[471] Os textos que constituíram a base para a selecção efectuada incluem-se, predominantemente, nos seguintes géneros discursivos: crónica jornalística, discurso político, editorial, textos de investigação e de divulgação provenientes de diversas áreas (história, filosofia, ciências naturais, etc.).

[472] Cremos que a heterogeneidade sequencial atestada na maioria dos textos argumentativos que consultámos – e que se integram nos géneros discursivos atrás referidos – está relacionada com a distinção proposta por Bakhtine (1984a) entre géneros primeiros (mais simples) e géneros segundos (mais complexos). Trata-se, em todos os casos, de géneros discursivos que apresentam hoje um elevado grau de complexidade macroproposicional.

objectivo consiste, fundamentalmente, em explicitar as principais características temporais e aspectuais de textos que actualizam cada um dos protótipos sequenciais.

Ao seleccionar a sequência argumentativa que vai ser objecto de análise ao longo deste capítulo, foi, portanto, nossa intenção escolher uma sequência textual que simultaneamente manifestasse: i) homogeneidade a nível sequencial; ii) uma extensão relativa proporcional à das restantes sequências analisadas.

8.4. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA EXPRESSÃO DO TEMPO

Com base na teorização de Adam (1992), começamos por apresentar a estrutura macroproposicional da sequência argumentativa seleccionada, sublinhando que, em rigor, ela é composta por dois movimentos argumentativos, respectivamente designados por (a) e (b). Deste modo, o segmento discursivo que vamos analisar integra duas sequências argumentativas.

MACRO-PROPOSIÇÕES	*SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA* **"A DEMAGOGIA RODOVIÁRIA"**
Pa0 (a) Tese anterior	**macroproposição inferida** *(a elevada sinistralidade nas estradas portuguesas deve-se ao excesso de velocidade e à alta taxa de alcoolemia apresentada por muitos condutores)*
Pa3 (a) Conclusão	Os portugueses matam-se ao volante por duas razões: porque são selvagens e porque não sabem conduzir.
Pa2 (a) Apoio das inferências	**macroproposição inferida** *(a maneira de ser das pessoas reflecte-se necessariamente nos seus comportamentos e nas suas atitudes)*
Pa1 (a) Dados	A primeira razão é a mesma pela qual se deita o lixo para o chão nas praias ou se leva o cãozinho a fazer cocó nos passeios à noite. É uma razão de incultura, de falta de civismo, a mesma atitude que leva um automobilista a acelerar a fundo quando se sente ultrapassado, a não apagar os máximos quando se cruza com outro carro ou a fazer todo o tipo de manobras perigosas para o carro que vem atrás, sem sequer se dignar olhar para o retrovisor, fiel ao princípio de que "se o gajo me bater por trás a culpa é dele".
Pa0 (b) Tese anterior	**macroproposição inferida** *(pode combater-se a sinistralidade nas estradas portuguesas, de modo fácil e expedito, através da adopção de medidas legislativas)*
Pa1 (b) Dados	*(= conclusão **Pa3 (a)**)*[473]
Pa2 (b) Apoio das inferências	Isto, obviamente, não é fácil nem expedito de combater.
Pa3 (b) Conclusão	Mas há maneiras de tentar ensinar maneiras a este tipo de condutor: começa nas escolas e acaba na repressão a sério.

[473] Em rigor, a explicitação desta macroproposição deveria excluir a segunda razão aventada pelo autor para as altas taxas de sinistralidade nas estradas portuguesas: a que diz respeito ao facto de os portugueses não saberem conduzir. Todavia, as situações, descritas em Pa1 (a), que dizem respeito ao comportamento dos condutores portugueses quando estão ao volante ilustram quer uma razão, quer outra. Além disso, também as asserções manifestadas nas macroproposições Pa2 (b) e Pa3 (b) se podem aplicar às duas razões inicialmente apresentadas pelo autor. Por outro lado, julgamos ser igualmente possível uma leitura que integre na macroproposição Pa1 (b) duas macroproposições da primeira sequência argumentativa: Pa3 (a) e Pa1 (a).

Explicitemos os movimentos argumentativos subjacentes a este esquema. A primeira sequência argumentativa surge em oposição a uma dada tese − no quadro, correspondente à macroproposição Pa0 (a) −, que pode ser exposta nos seguintes termos: "*a elevada sinistralidade nas estradas portuguesas deve-se ao excesso de velocidade e à alta taxa de alcoolemia apresentada por muitos condutores*". Segundo esta perspectiva, as medidas legislativas propostas pelo governo − controlo da velocidade média nas auto-estradas e diminuição dos valores permitidos de alcoolemia no sangue − constituem medidas válidas para o combate eficaz da sinistralidade, possivelmente com resultados imediatos; veremos, no segundo movimento argumentativo, que as teses propostas pelo cronista opõem-se às ideias de facilidade e de rapidez no combate à sinistralidade rodoviária que subjazem às medidas propostas pelo governo (veja-se a macroproposição Pa2 (b)).

A sequência textual começa por expor uma conclusão − Pa3 (a) − que decorre do conjunto de dados apresentados em Pa1 (a). Estes dados apoiam-se num *topos* não manifestado no discurso; no quadro, este *topos* insere-se na macroproposição Pa2 (a) e pode ser explicitado do seguinte modo: "*a maneira de ser das pessoas reflecte-se necessariamente nos seus comportamentos e nas suas atitudes*". Assim, os comportamentos indicados na macroproposição Pa1 (a) reflectem a maneira de ser típica dos condutores portugueses, tal como é descrita em Pa3 (a). É a macroproposição inferida Pa2 (a) que permite passar de Pa1 (a) a Pa3 (a).

O segundo movimento argumentativo parte da conclusão explicitada em Pa3 (a), que constitui, agora, a macroproposição Pa1 (b), correspondente aos dados[474]. A passagem de Pa1 (b) a Pa3 (b) decorre de uma asserção explicitada no

[474] Assinalámos, na secção 8.2., que a conclusão decorrente de um esquema argumentativo pode servir de premissa a um esquema argumentativo subsequente.

discurso – a asserção que constitui a macroproposição Pa2 (b), e que, por sua vez, se apoia num *topos* que se pode traduzir do seguinte modo: "*a alteração dos comportamentos dos condutores é um processo demorado, e decorre quer da sua (re)educação, quer da repressão*"[475].

A tese apresentada na macroproposição relativa à conclusão – Pa3 (b) – opõe-se a uma outra não manifestada no discurso, que configura a macroproposição Pa0 (b) e cuja explicitação pode ser feita nos termos seguintes: "*é possível combater-se a sinistralidade nas estradas portuguesas, de modo fácil e expedito, através da adopção de medidas legislativas*". Deve ser sublinhado o facto de esta tese ser coerente com a que foi explicitada em Pa0 (a). Assim, os dois movimentos argumentativos complementam-se no que diz respeito à apresentação de uma nova tese – composta por Pa3 (a) e por Pa3 (b) –, a qual refuta a tese subjacente às propostas do governo – assinalada em Pa0 (a) e em Pa0 (b).

Os dois movimentos argumentativos diferem no seu modo de ordenação. A ordenação discursiva do primeiro movimento é de tipo regressivo (parte da conclusão para as premissas), enquanto a ordenação do segundo é de tipo progressivo (parte das premissas para a conclusão).

Quanto à sua extensão relativa, salienta-se a macroproposição Pa1 (a), correspondente aos dados, que integra 15 das 27 proposições que constituem a totalidade da sequência. A extensão das restantes macroproposições oscila entre as 2 e as 5 proposições. Dada a funcionalidade de cada uma das macroproposições, não surpreende que as macroproposições relativas aos dados possam ser mais extensas do que as que correspondem às conclusões.

[475] Na teorização de Toulmin (1958), este *topos* serve de suporte ou apoio (*backing*, no original) à garantia ou certificação assinalada em Pa2 (b).

Há, nestas duas sequências, macroproposições não manifestadas no discurso. Na primeira sequência, quer a macroproposição Pa0 (a) – relativa à tese anterior –, quer a macroproposição Pa2 (a) – correspondente ao apoio das inferências – não ocorrem no discurso, mas são inferencialmente recuperáveis. Na segunda sequência, também não ocorre a macroproposição relativa à tese anterior, Pa0 (b), sendo igualmente recuperável por inferência. Saliente-se, ainda, que a conclusão da primeira sequência argumentativa configura a macroproposição relativa aos dados na segunda.

Em nenhuma das sequências é atestada a macroproposição Pa4 – correspondente à restrição e à especificação. Na medida em que os movimentos argumentativos são apresentados sem restrições nem especificações, a ausência da macroproposição Pa4 nos dois esquemas sugere que a sequência argumentativa analisada se caracteriza por um elevado grau de assertividade[476].

Assinalemos, por fim, que a macroproposição relativa à conclusão – Pa3 (b) – é introduzida pelo conector com valor adversativo *mas*, indicando que os conteúdos aí denotados são inesperados em relação aos conteúdos referidos na macroproposição Pa2 (b)[477].

Depois de determinarmos a estrutura macroproposicional da sequência argumentativa, propomo-nos indicar, no quadro seguinte, as formas verbais atestadas e o respectivo número de ocorrências.

[476] O elevado grau de assertividade é uma propriedade típica das crónicas do autor em causa, e contribui para o carácter frequentemente polémico que estes seus textos assumem.

[477] Não constitui objectivo da nossa exposição proceder à análise dos valores argumentativos que os conectores assumem numa sequência deste tipo. Para uma abordagem sobre alguns conectores e a sua relevância na argumentação, veja-se, entre outros trabalhos do mesmo autor, Ducrot (1980).

Formas verbais	N.º de ocorrências	%
Presente	16	***59,3***
Infinitivo	10	***37,0***
Futuro do conjuntivo	1	***3,7***
Total	**27**	***100,0***

Predominam, nesta sequência, as formas verbais de presente do indicativo, com quase 60 % do total de ocorrências. Trata-se, em todos os casos, de ocorrências do presente simples. As formas de infinitivo também apresentam uma taxa de ocorrência significativa, de cerca de 37 %.

Todavia, se associarmos a estes valores o facto de em todas as orações principais ocorrerem formas verbais no presente, reforçamos a conclusão segundo a qual o presente do indicativo constitui o tempo verbal de base desta sequência argumentativa.

À semelhança do que observámos na sequência explicativa analisada no capítulo 7, também nesta sequência argumentativa as formas verbais do presente manifestam um valor habitual, próprio dos enunciados genéricos. A localização temporal das situações denotadas por proposições com formas verbais de infinitivo depende da localização veiculada pelas formas de presente[478]. Além disso, são ainda atestados SN genéricos ao longo da sequência: *os portugueses* em (1a)*, um automobilista* em (10a)*,* e *este tipo de condutor*

[478] A forma verbal de futuro do conjuntivo integra uma construção condicional hipotética. Segundo Mateus *et alii* (2003: 707), «de um modo geral, a localização temporal dos estados de coisas descritos neste tipo de construções hipotéticas é o futuro, por ser o tempo linguístico que exprime uma modalidade não factual». Com base numa ideia manifestada em Mateus *et alii* (2003: 707), segundo a qual o futuro do conjuntivo «remete para um mundo possível, criado linguisticamente pelo enunciado, epistemicamente não acessível no intervalo de tempo da enunciação», parece-nos que estas formas verbais expressam preferencialmente um valor modal de possibilidade e não um valor temporal de posterioridade.

em (25a). As frases combinam, portanto, os dois tipos de genericidade: relativamente às entidades denotadas e às predicações expressas.

Na secção 7.4. do capítulo 7, indicámos já as principais características dos enunciados genéricos, pelo que não se justifica retomar de forma desenvolvida o tema da genericidade. Salientaremos apenas as ideias mais relevantes para a análise que nos propomos realizar.

Uma vez que constituem enunciados genéricos, as frases desta sequência argumentativa não referem situações episódicas, mas propriedades essenciais das entidades que são denotadas. Deste modo, as situações descritas pelas frases genéricas são sempre de tipo estativo: estados lexicais (se constituem situações estativas básicas) ou estados habituais (se derivam da quantificação universal de situações episódicas). Por conseguinte, a nível das relações temporais, numa primeira análise, observa-se a relação de sobreposição temporal entre as situações estativas denotadas nesta sequência argumentativa.

No quadro seguinte, distinguimos os diferentes tipos de estados que encontramos nesta sequência. No caso das proposições (5a), (9a), (13a) e (15a), inserimos na mesma cela do quadro, e entre parênteses rectos, as orações com que co-ocorrem e que lhes completam o significado.

CLASSES ASPECTUAIS	**PROPOSIÇÕES**
Estado habitual	**(1a)** Os portugueses **matam**-se ao volante por duas razões:
Estado lexical	**(2a)** porque **são** selvagens
Estado lexical	**(3a)** e porque não **sabem (4a) conduzir**.
Estado lexical	**(5a)** A primeira razão **é** a mesma [***(6a)*** *pela qual se* ***deita*** *o lixo para o chão nas praias*]
Estado habitual	**(6a)** pela qual se **deita** o lixo para o chão nas praias
Estado habitual	**(7a)** ou se **leva** o cãozinho **(8a)** a **fazer** cocó nos passeios à noite.
Estado lexical	**(9a) É** uma razão de incultura, de falta de civismo, a mesma atitude [***(10a)*** *que* ***leva*** *um automobilista* ***(11a)***

	*a **acelerar** a fundo*][479]
Estado habitual	**(10a)** que **leva** um automobilista **(11a)** a **acelerar** a fundo
Estado habitual	**(12a)** quando se **sente** ultrapassado,
Estado habitual	*[(10a) que **leva** um automobilista]* **(13a)** a não **apagar** os máximos
Estado habitual	**(14a)** quando se **cruza** com outro carro
Estado habitual	**(15a)** ou *[(10a) que **leva** um automobilista]* a **fazer** todo o tipo de manobras perigosas para o carro
Estado habitual	**(16a)** que **vem** atrás,
Estado habitual	**(17a)** sem sequer se **dignar (18a) olhar** para o retrovisor, fiel ao princípio de que
Estado habitual	**(19a)** "se o gajo me **bater** por trás
Estado lexical	**(20a)** a culpa **é** dele".
Estado lexical	**(21a)** Isto, obviamente, não **é** fácil nem expedito **(22a)** de **combater**.
Estado lexical	**(23a)** Mas **há** maneiras **(24a)** de **tentar (25a) ensinar** maneiras a este tipo de condutor:
Estado lexical[480]	**(26a) começa** nas escolas
Estado lexical	**(27a)** e **acaba** na repressão a sério.

Recorde-se que optámos por tratar como um estado de coisas único e complexo as situações referidas pelas orações completivas infinitivas e pelas orações principais de que dependem[481]. Daí que, numa sequência discursiva

[479] Esta construção evidencia um erro de natureza sintáctica que poderia ser evitado, por exemplo, omitindo o SN *a mesma atitude*.

[480] Optámos por classificar como estados lexicais as situações referidas nas proposições (26a) e (27a), uma vez que são parafraseáveis pelos seguintes enunciados com valor deôntico: *é obrigatório que [a actividade de tentar ensinar maneiras a este tipo de condutor] comece nas escolas e que acabe na repressão a sério/[a actividade de tentar ensinar maneiras a este tipo de condutor] deve começar nas escolas e acabar na repressão a sério*. É possível, contudo, uma outra interpretação, segundo a qual os estados derivam de situações eventivas episódicas, às quais o uso do presente com valor habitual atribuiu um padrão de quantificação, projectado para um intervalo posterior ao intervalo de tempo da enunciação, sem marcação explícita de fronteiras temporais. Nesta acepção, as situações denotadas em (26a) e em (27a) poderão ser perspectivadas como estados habituais.

[481] Na secção 5.4. do capítulo 5, expusemos os motivos que nos levaram a tomar esta decisão.

composta por 27 proposições, tenhamos determinado a classe aspectual de apenas 20. Há 7 casos de pares de situações que são apresentados como um estado de coisas complexo: (3a) e (4a), (7a) e (8a), (10a) e (11a), (10a) e (13a), (10a) e (15a), (17a) e (18a), (21a) e (22a)[482]; também as situações denotadas nas proposições (23a), (24a) e (25a) foram englobadas num estado de coisas complexo.

Deste modo, na sequência em análise, foram atestados 11 estados habituais e 9 estados lexicais. Os dois tipos de situações estativas apresentam as seguintes taxas de ocorrência: 55 % e 45 %, respectivamente.

No quadro seguinte, listamos os adverbiais temporais que ocorrem nesta sequência argumentativa.

ADVERBIAIS TEMPORAIS		**Localização**	**Duração**	**Frequência**
(Ia)	*À noite*	**X**		
(IIa)	*Quando se sente ultrapassado*			**X**
(IIIa)	*Quando se cruza com outro carro*			**X**
N.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS		**1**	**0**	**2**
TAXA DE OCORRÊNCIA		***33,3 %***	***0 %***	***66,7 %***

Foram atestados, na sequência argumentativa, 3 adverbiais temporais, o que perfaz uma taxa de ocorrência de 11,1 %. Este valor está próximo dos valores apurados nas sequências descritiva e explicativa (respectivamente, 6,3 % e 9,1 %). A sequência narrativa apresenta uma taxa de ocorrência mais elevada (cerca de 26,2 %), no que se distancia das restantes três sequências analisadas.

[482] Entre estas estruturas de complementação, contam-se 4 que incluem, na oração principal, um SN objecto directo, e cuja oração completiva é regida de preposição; trata-se dos pares seguintes: (7a) e (8a), (10a) e (11a), (10a) e (13a), (10a) e (15a). Estes pares de orações denotam duas situações distintas. Cf. Mateus *et alii* (1992: 278) e Duarte (2003b: 614-616).

Quanto às configurações sintácticas dos adverbiais temporais atestados nesta sequência, 2 constituem orações subordinadas temporais introduzidas pelo conector *quando*, e 1 constitui um sintagma preposicional.

Predominam os adverbiais de frequência. Todavia, vimos no capítulo anterior que as frases genéricas com *quando* são polivalentes, porquanto acumulam dois valores: manifestam valores quantificacionais, sendo equivalentes a orações iniciadas por *sempre que*, mas servem igualmente para localizar a situação denotada pela oração principal com que co-ocorrem. Esta ambiguidade deve-se à comparência do presente do indicativo nas construções com *quando*. Enquanto perspectivador de habitualidade, o presente estativiza a predicação de base, mas não apaga todas as suas propriedades aspectuais intrínsecas. Veremos, na secção seguinte, os efeitos desta polivalência a nível das relações temporais entre as situações denotadas. Os dois valores manifestados por estes adverbiais temporais estão em sintonia com a possibilidade de dupla leitura inerente ao conjunto de frases genéricas habituais em causa.

Indicamos, agora, as relações discursivas predominantes na sequência argumentativa que estamos a analisar.

Relação discursiva	Núcleo	Satélite
CAUSA	(1a)	(2a) - (4a)
RESULTADO	(2a), (5a) (9a)	(6a) - (8a) (10a) - (20a)
REFORMULAÇÃO	(1a) - (2a)	(9a)
AVALIAÇÃO	(5a) - (20a)	(21a) - (22a)
ELABORAÇÃO	(23a) - (25a)	(26a) - (27a)
Relação discursiva	**Um item**	**Outro item**
LISTA[483]	(6a) (10a) - (12a) (13a) - (14a) (26a)	(7a) - (8a) (13a) - (14a) (15a) - (20a) (27a)

Predominam as relações discursivas de *LISTA* e de *RESULTADO*. A relação de *LISTA* consiste na enumeração de um conjunto de situações ou de entidades. A relação de *RESULTADO* verifica-se entre dois segmentos discursivos, de tal modo que a situação incluída no segundo segmento (o satélite) decorre da situação integrada no primeiro (o núcleo). Quanto à relação de *CAUSA*, ela observa-se entre um primeiro segmento (o núcleo) que denota uma situação causada pelo estado de coisas referido no segundo segmento (o satélite).

Deste modo, as relações de *RESULTADO* e de *CAUSA* assemelham-se no que diz respeito à relação de causa-efeito entre as situações referidas em dois segmentos textuais. Distinguem-se, todavia, porque, na relação de *RESULTADO*, o segmento que designa a situação que configura a causa (o núcleo) ocorre antes

[483] Como já observámos nos capítulos 5 e 6, esta relação discursiva não é composta por um núcleo e por um satélite, na medida em que os dois elementos que a compõem não são funcionalmente distintos. Cf. Mann (1999).

do segmento que integra a situação que denota o efeito (o satélite); e, na relação de *CAUSA*, o segmento que denota a situação que configura a causa (o satélite) ocorre no discurso após o segmento que refere o efeito (o núcleo). Por outras palavras, enquanto na relação de *RESULTADO* há isomorfismo entre a ordem de ocorrência na realidade extralinguística e a ordem discursiva, na relação de *CAUSA* não se observa esse isomorfismo.

Da articulação destas três relações discursivas com as relações de *AVALIAÇÃO* e de *ELABORAÇÃO*, resulta a seguinte estruturação dos conteúdos da sequência argumentativa: o locutor explicita as causas da sinistralidade rodoviária em Portugal (enunciando relações de causa-efeito entre a maneira de ser dos portugueses e os seus comportamentos ao volante), e apresenta uma série de exemplos reveladores da falta de civismo dos portugueses em geral. A relação de *AVALIAÇÃO* − que consiste na apresentação de uma dada situação, no núcleo, e de um comentário avaliativo sobre essa situação, no satélite − decorre de um juízo de valor que é manifestado a propósito do combate a estes comportamentos. Por fim, a relação de *ELABORAÇÃO* procede da especificação de uma proposta de solução para o problema em causa, com que é encerrada a sequência.

A relação de *REFORMULAÇÃO*, por fim, consiste em retomar uma situação anteriormente denotada, referindo-a com recurso a uma outra forma de expressão. É o que se verifica entre as proposições (2a) e (9a).

A concluir a secção, sublinhamos, ainda, que são atestados nesta sequência conectores de tipo causal (*porque, pela qual*), de tipo disjuntivo (*ou*) e de tipo adversativo (*mas*). É frequentemente salientado na bibliografia sobre textos de natureza argumentativa que a presença destes conectores é uma das suas propriedades mais relevantes. A ocorrência dos conectores com valor causal integra-se nas proposições em que se reconhece quer a relação discursiva de *RESULTADO*, quer a de *CAUSA*. Os conectores com valor disjuntivo ocorrem nas proposições em que se identifica a relação de *LISTA*. O conector com valor

adversativo, por fim, articula os enunciados em que se reconhece a relação de *AVALIAÇÃO* com aqueles em que se identifica a relação de *ELABORAÇÃO*.

8.5. A TEMPORALIDADE DE UMA SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

Na secção anterior, verificámos que esta sequência argumentativa integra unicamente frases genéricas, e que, por isso, todas as situações denotadas ao longo do texto são de tipo estativo: estados habituais e estados lexicais. Tratando-se de enunciados genéricos com formas verbais no presente do indicativo (ou outras temporalmente dependentes das formas de presente), os estados de coisas denotados ocupam intervalos que incluem o intervalo de tempo da enunciação, e mantêm relações de sobreposição temporal entre si: o *TPpt* de todas as situações denotadas coincide com *n*; em todos os casos, *s* inclui *TPpt*.

Contudo, veremos adiante que a temporalidade de uma sequência que inclui frases genéricas habituais pode ser mais complexa do que inicialmente se poderia prever, tal como foi referido a propósito da sequência explicativa.

São evidentes as semelhanças entre a temporalidade da sequência argumentativa e a da sequência explicativa que analisámos no capítulo anterior. Em ambas, todos os enunciados são genéricos, predominando os estados habituais (que correspondem a 90 % das situações, na sequência explicativa, e a 55 % na sequência argumentativa); o tempo verbal de base nas duas sequências é o presente do indicativo; a taxa de ocorrência de adverbiais temporais é baixa (9,1 % e 11,1 % na sequência explicativa e na sequência argumentativa, respectivamente), quando comparada com a que foi atestada na sequência narrativa que analisámos no capítulo 5 (26,2 %).

As sequências explicativa e argumentativa apresentam semelhanças importantes com a sequência descritiva analisada − quanto ao tempo verbal de base, à taxa de ocorrência de adverbiais temporais, e ao predomínio de situações estativas −, mas diferem desta pelo facto de integrarem apenas frases genéricas, enquanto a sequência descritiva denota unicamente situações episódicas.

Um outro ponto em que a sequência argumentativa se aproxima da sequência explicativa anteriormente analisada reside no facto de manifestar relações de causa-efeito entre algumas das situações denotadas. As construções com *quando* e os conectores com valor causal assinalam essas relações. Retomamos, então, a questão que colocámos no capítulo anterior: como se explica que, numa sequência composta maioritariamente por frases genéricas habituais, com formas verbais no presente − que denotam situações estativas localizadas num intervalo de tempo não delimitado −, sejam atestados mecanismos que revelam a expressão de valores de causalidade − que implicam sequencialidade temporal sempre que estão envolvidas situações eventivas?

Parte da resposta foi dada no capítulo relativo à sequência explicativa. As relações de causalidade são atestadas entre estados habituais, situações derivadas de predicações episódicas. O presente do indicativo, enquanto perspectivador de habitualidade, origina a transição da classe aspectual das predicações de base, comutando-as da classe dos eventos para a classe dos estados habituais. Mas um perspectivador aspectual permite que a predicação derivada mantenha algumas das propriedades da predicação básica. Deste modo, o uso do presente não apaga todas as propriedades inerentes às predicações de base, nomeadamente a nível das relações de causa-efeito que elas mantinham enquanto predicações denotadoras de situações episódicas.

Nesta sequência argumentativa, todavia, é atestada uma outra relação temporal, além da relação de sequencialidade temporal entre dois eventos, que já explicitámos a propósito da sequência explicativa.

Para dar conta da complexidade envolvida nas relações temporais atestada nas sequências de frases genéricas, propomos uma análise que contempla duas leituras, diversas mas complementares: uma que focaliza a representação genérica das situações denotadas, e outra que focaliza a projecção episódica (reconstruída) das situações referidas nas frases genéricas.

No âmbito da leitura episódica, e quando estão envolvidas situações estativas, distinguimos ainda um nível local (que considera apenas o início dos intervalos de tempo ocupados pelas situações relevantes) de um nível global (que perspectiva a totalidade dos intervalos de tempo dos estados de coisas). A consideração de um nível local de leitura na representação episódica das situações permite dar conta da relação de posterioridade atestada entre o início dos intervalos das situações relevantes integradas nas relações discursivas de *RESULTADO* e de *CAUSA*, quando se incluem estados lexicais no segmento textual que veicula a causa.

Veremos que, no nível global da leitura episódica, se atesta a relação de inclusão temporal entre as situações, quando estão envolvidos estados lexicais, e quando as situações mantêm entre si uma relação discursiva de *RESULTADO* ou de *CAUSA*. Só a nível local – isto é, apenas considerando o início dos intervalos de tempo ocupados pelas situações relevantes – se pode dizer que há relações de posterioridade. Por outras palavras, nem sempre as relações discursivas de *CAUSA* e de *RESULTADO* implicam sequencialidade temporal.

Veja-se o exemplo seguinte:

(45) *A Ana respondeu acertadamente a todas as perguntas na prova oral porque é muito inteligente.*

Observa-se a relação de *CAUSA* entre o satélite composto pelo estado "a Ana ser muito inteligente" e o núcleo constituído pelo evento "a Ana responder acertadamente a todas as perguntas". Se considerarmos a totalidade dos intervalos

das situações relevantes, existe uma relação de inclusão temporal: *s* inclui *e*. Mas, se focalizarmos a atenção no início dos intervalos ocupados por cada uma das situações, verificamos que o início do intervalo em que se insere o evento é posterior ao início do intervalo ocupado pelo estado. Ou seja, quando, nas relações de *CAUSA* ou de *RESULTADO*, está envolvido um estado no segmento que configura a causa, é necessário focalizar o início dos intervalos de tempo em que se integram os estados de coisas relevantes para dar conta da diferente localização temporal do início desses intervalos.

Esta particularidade, relativa aos tipos de situações envolvidos nas relações discursivas de *RESULTADO* e de *CAUSA*, não tem sido devidamente sublinhada. Possivelmente, porque os textos de natureza narrativa são aqueles em que estas relações discursivas têm sido analisadas, e esses textos caracterizam-se pela ocorrência predominante de situações eventivas[484].

Quanto à temporalidade global da sequência argumentativa que estamos a analisar, temos vindo a argumentar que ela deve ser explicitada tendo em conta a intersecção das relações temporais atestadas na leitura habitual com as relações temporais atestadas na leitura episódica.

Para demonstrar a pertinência destas ideias, retomamos as construções com *quando* atestadas na sequência argumentativa. Utilizaremos os mesmos procedimentos de que nos servimos no capítulo anterior: começaremos por efectuar alterações nas frases genéricas, de modo a obtermos enunciados em que as situações denotadas permitem uma leitura episódica, para analisarmos as relações temporais entre os estados de coisas de que derivam as situações referidas pelas correspondentes frases genéricas. Explicitaremos, depois, as relações temporais que se atestam entre as situações episódicas. Observaremos,

[484] Cf., entre outros autores, Lascarides e Asher (1991, 1993a), Saussure (2003) e Kozlowska (1997).

por fim, se é pertinente considerar que estas relações temporais não foram apagadas pelo uso do perspectivador habitual presente do indicativo. Antes de iniciar a análise destes enunciados, é conveniente relembrar a nossa opção de tratar como estados de coisas complexos as situações referidas em estruturas de complementação.

(9a) *É uma razão de incultura, de falta de civismo, a mesma atitude* **(10a)** *que leva um automobilista* **(11a)** *a acelerar a fundo* **(12a)** *quando se sente ultrapassado,* **(13a)** *a não apagar os máximos* **(14a)** *quando se cruza com outro carro […]*

Comecemos por introduzir alterações a nível da flexão verbal e do SN complemento directo da oração relativa, de modo a que os enunciados em causa denotem situações episódicas.

(46) *Foi uma razão de incultura, de falta de civismo, a mesma atitude que levou o automobilista a acelerar a fundo quando se sentiu ultrapassado, a não apagar os máximos quando se cruzou com outro carro […]*

O evento "levar o automobilista a acelerar a fundo" ocorre num intervalo de tempo posterior ao início do intervalo ocupado pelo estado "[o automobilista] sentir-se ultrapassado", verificando-se a relação discursiva de *CAUSA* entre os segmentos textuais que denotam estes estados de coisas.

Do mesmo modo, o início do intervalo em que se insere o evento "levar o automobilista a não apagar os máximos" é posterior ao início do intervalo ocupado pelo evento "[o automobilista] cruzar-se com outro carro". Entre estas duas situações, todavia, não existe uma relação de causa-efeito. Em ambos os casos, é atestada a relação de inclusão temporal.

Observa-se, ainda, a relação de *RESULTADO* entre o núcleo constituído pelo estado lexical "ser uma razão de incultura, de falta de civismo" e um satélite composto pelos dois estados de coisas "levar o automobilista a não apagar os máximos" e "[o automobilista] cruzar-se com outro carro". Naturalmente, também se observa esta relação de *RESULTADO* entre o mesmo núcleo e o satélite composto pelas duas situações "levar o automobilista a acelerar a fundo" e "[o automobilista] sentir-se ultrapassado". O quadro seguinte explicita estas duas ocorrências da relação discursiva de *RESULTADO*.

Relação discursiva	**Núcleo**	**Satélite**
RESULTADO	"ser uma razão de incultura, de falta de civismo"	"levar o automobilista a acelerar a fundo quando se sente ultrapassado"
	"ser uma razão de incultura, de falta de civismo"	"levar o automobilista a não apagar os máximos quando se cruza com outro carro"

Recordamos que, no capítulo 7, foram atestados casos de sequencialidade temporal, com causalidade inerente, entre as situações denotadas pelas construções com *quando* e pelas respectivas orações principais. Nesses exemplos, todas as situações envolvidas eram de tipo eventivo.

Os exemplos que estamos agora a analisar diferem daqueles pelo facto de integrarem uma situação estativa no segmento textual que denota a causa. De facto, nas duas ocorrências, a relação discursiva de *RESULTADO* integra um estado lexical no núcleo.

Consequentemente, a nível local, o início do intervalo ocupado pelo estado lexical é anterior ao início do intervalo em que se integram os estados de coisas que compõem os satélites. Mas, globalmente, é atestada a relação de inclusão

temporal entre a situação "ser uma razão de incultura, de falta de civismo" e os dois estados de coisas referidos em cada um dos satélites.

Passando para o nível da projecção genérica destas situações – tal como são explicitadas pelos enunciados (9a) a (14a) –, observa-se que o uso do presente do indicativo, enquanto perspectivador de habitualidade, não apaga todas as propriedades inerentes às situações de base.

Quanto às relações discursivas atestadas, são ainda reconhecíveis as duas ocorrências da relação discursiva de *RESULTADO* entre um núcleo composto pelo estado lexical denotado em (9a) – "ser uma razão de incultura, de falta de civismo" – e dois satélites: o primeiro é constituído pelos estados habituais referidos em (10a), (11a) e (12a) – "levar um automobilista a acelerar a fundo quando se sente ultrapassado"; e o segundo, pelos estados habituais (10a), (13a) e (14a) – "levar um automobilista a não apagar os máximos quando se cruza com outro carro".

No que diz respeito às relações temporais, numa leitura que focaliza a representação genérica das situações, há sobreposição temporal entre os estados denotados.

À semelhança do que propusemos na secção 7.5. do capítulo 7, é pertinente distinguir proposições simples de proposições complexas. Estas proposições complexas são constituídas pelas proposições simples que, numa leitura episódica, evidenciam outras relações temporais que não a relação de sobreposição: na sequência explicativa, observámos exemplos de situações eventivas que mantinham entre si relações de sequencialidade; nesta sequência argumentativa, estamos a analisar exemplos de proposições complexas que integram situações estativas e eventivas, as quais mantêm entre si relações de inclusão temporal. Numa leitura genérica, todavia, estas proposições complexas sobrepõem-se temporalmente a todas as outras situações referidas.

Concretizando estas ideias, podemos dizer que as proposições (9a) a (12a) constituem uma proposição complexa, tal como as proposições (9a), (10a), (13a) e

(14a). Entre si, estas proposições mantêm relações de inclusão temporal, nos termos em que foram atrás explicitadas. Enquanto proposições complexas, elas manifestam uma relação de sobreposição temporal com todas as outras situações denotadas na sequência argumentativa.

Também as proposições (10a), (11a) e (12a) constituem uma proposição complexa. Neste caso, reconhece-se a relação de *CAUSA* entre um núcleo composto pelas situações referidas em (10a) e (11a) – "levar um automobilista a acelerar a fundo" – e um satélite constituído pelo estado de coisas denotado em (12a) – "[um automobilista] sentir-se ultrapassado". A situação que ocorre no discurso em segundo lugar, denotada pela construção com *quando*, constitui a causa do estado de coisas que ocorre no discurso em primeiro lugar.

Este exemplo é revelador da afinidade que existe, em certas construções, entre os valores temporal, causal e condicional. Realçando a complexidade inerente às estruturas condicionais – designadamente quanto à interdependência entre os valores condicional, causal e temporal –, Peres, Móia e Marques (1999: 649) argumentaram que as «relações de ordenação temporal observadas a respeito de frases como […] [*se te metes num barril de óleo a ferver, morres*, e *se a manteiga for aquecida, derrete*] serão uma mera consequência da existência da relação de causa-efeito».

As proposições (10a) a (12a) podem ser parafraseadas pelos enunciados (47) a (49), nos quais os conectores que introduzem a oração subordinada evidenciam precisamente aqueles três valores:

(47) *O automobilista acelera a fundo quando se sente ultrapassado.*

(48) *O automobilista acelera a fundo porque se sente ultrapassado.*

(49) *O automobilista acelera a fundo se se sente ultrapassado.*

Quanto às relações temporais que as situações manifestam entre si e com os restantes estados de coisas, elas podem ser descritas do seguinte modo: numa leitura que focaliza as situações na sua ocorrência genérica, a proposição complexa mantém uma relação de sobreposição temporal com as outras situações denotadas no texto. Numa leitura que focaliza as situações na sua ocorrência episódica, a nível local, o início do intervalo da situação denotada pela proposição (12a) é necessariamente anterior ao início do intervalo em que se insere o estado de coisas complexo referido pelas proposições (10a) e (11a). O mesmo raciocínio é válido para a proposição complexa composta pelas proposições simples (10a), (13a) e (14a).

Também nestes casos se verifica, portanto, que a explicitação da temporalidade manifestada deve cruzar a representação genérica das situações e a sua representação episódica inferencialmente recuperada.

Analisemos, agora, outros enunciados em que ocorrem as relações de *CAUSA* e de *RESULTADO* entre estados habituais e estados lexicais.

(1a) *Os portugueses matam-se ao volante por duas razões:* **(2a)** *porque são selvagens* **(3a)** *e porque não sabem* **(4a)** *conduzir.*

(5a) *A primeira razão [os portugueses são selvagens] é a mesma* **(6a)** *pela qual se deita o lixo para o chão nas praias* **(7a)** *ou se leva o cãozinho* **(8a)** *a fazer cocó nos passeios à noite.*

Apresentamos, a seguir, enunciados em que as situações são representadas na sua ocorrência episódica. Note-se que, nestes exemplos, é necessário introduzir mais alterações para se obter a representação das situações episódicas de que derivam os estados habituais atestados na sequência argumentativa.

(50) *Os dois portugueses mataram-se ao volante por duas razões: porque eram selvagens e porque não sabiam conduzir.*

(51) *A primeira razão [os dois portugueses eram selvagens] foi a mesma pela qual deitaram o lixo para o chão na praia ou levaram o cãozinho a fazer cocó no passeio à noite.*

Em (50), observa-se a relação de *CAUSA* entre um núcleo constituído pelo evento instantâneo "os dois portugueses matarem-se ao volante" e um satélite composto pelos estados "[os dois portugueses] serem selvagens" e "[os dois portugueses] não saberem conduzir". A relação discursiva de *CAUSA*, quando é atestada entre dois eventos, implica sequencialidade temporal (embora com inversão, no plano da representação discursiva dos estados de coisas). No caso em análise, observa-se a relação de inclusão temporal entre as situações denotadas pelo núcleo e pelo satélite: os dois estados têm início num intervalo de tempo anterior ao intervalo ocupado pelo evento, podendo prolongar-se para além dele.

Em (51), é atestada a relação de *RESULTADO* entre o núcleo composto pelo estado lexical "[os dois portugueses] serem selvagens"[485] e o satélite constituído pelos dois eventos − um instantâneo e outro prolongado − "[os dois portugueses] deitarem o lixo para o chão na praia" e "[os dois portugueses] levarem o cãozinho a fazer cocó no passeio à noite". Uma vez mais, é atestada, a nível global, a relação de inclusão temporal entre as situações denotadas: no intervalo de tempo ocupado pelo estado lexical estão incluídos os intervalos em que se inserem os dois eventos referidos. Mas deve ser salientado que, a nível local, o início dos intervalos ocupados pelos eventos é posterior ao início do intervalo em que se insere o estado "[os dois portugueses] serem selvagens".

[485] Este estado é contextualmente recuperável devido à relação de anáfora que se atesta entre *a primeira razão* e *[os dois portugueses] eram selvagens.*

As relações temporais que acabámos de explicitar reflectem-se nos enunciados genéricos derivados das situações analisadas (ou de situações equivalentes). Numa leitura genérica, dado que as situações são representadas sem limites temporais, focaliza-se a atenção na relação de sobreposição temporal entre todos os estados de coisas referidos. Mas as relações temporais e as relações discursivas inerentes às situações representadas na sua ocorrência episódica são ainda reconhecíveis, sendo possível recuperá-las inferencialmente.

Uma descrição global das relações temporais entre as situações deve, portanto, reflectir essa intersecção entre a leitura episódica e a leitura genérica dos estados de coisas referidos. Insistimos, por isso, na necessidade de explicitar as duas projecções − episódica e genérica − que o uso do presente do indicativo permite, enquanto perspectivador de genericidade.

Recuperamos, agora, o quadro relativo às relações discursivas atestadas na sequência argumentativa, acrescentando-lhe o exemplo da relação de *CAUSA* que acabámos de analisar, e especificando as diferentes ocorrências da relação de *RESULTADO* de que a proposição (9a) constitui o núcleo.

Relação discursiva	Núcleo	Satélite
CAUSA	(1a) (10a) - (11a)	(2a) - (4a) (12a)
RESULTADO	(2a), (5a) (9a) (9a) (9a)	(6a) - (8a) (10a) - (12a) (10a), (13a)- (14a) (10a), (15a) - (20a)
REFORMULAÇÃO	(1a) - (2a)	(9a)
AVALIAÇÃO	(5a) - (20a)	(21a) - (22a)
ELABORAÇÃO	(23a) - (25a)	(26a) - (27a)
Relação discursiva	**Um item**	**Outro item**
LISTA	(6a) (10a) - (12a) (13a) - (14a) (26a)	(7a) - (8a) (13a) - (14a) (15a) - (20a) (27a)

Verifica-se o predomínio das relações de *RESULTADO* e de *LISTA*, com 4 ocorrências, e da relação de *CAUSA*, com 2 ocorrências. O facto mais saliente que decorre da análise que propusemos relaciona-se, portanto, com a ocorrência de relações discursivas que implicam uma relação de causa-efeito entre as situações denotadas numa sucessão de enunciados genéricos.

Em suma, na análise da sequência explicativa, composta unicamente por frases genéricas que denotam, de modo predominante, situações da classe dos estados habituais, observámos que os estados de coisas derivados de predicações que descrevem situações eventivas mantêm as relações temporais de sequencialidade que lhes são inerentes numa leitura episódica. Foi o que comprovámos, por exemplo, na análise das proposições (15e) e (16e):

(15e) *Quando os músculos respiratórios relaxam,* **(16e)** *a caixa torácica diminui de volume […]*

Com a análise de exemplos atestados na sequência argumentativa, acrescentamos que, quando as relações discursivas de *RESULTADO* e de *CAUSA* se verificam entre segmentos textuais constituídos por frases que, na sua representação episódica, denotam quer estados lexicais, quer eventos, observa-se, a nível global, a relação de inclusão temporal: o intervalo de tempo em que se integra o estado lexical inclui o intervalo ocupado pelo evento. A nível local, porém, é importante salientar que as fronteiras iniciais dos intervalos ocupados pelas situações relevantes manifestam relações de posterioridade entre si. Esta conclusão infere-se com base nas relações de causalidade que existem entre as situações denotadas.

Temos vindo a salientar que o uso do presente do indicativo, enquanto perspectivador de habitualidade, projecta duas leituras, diversas mas complementares, nas situações denotadas pelas proposições em que ocorre: uma que diz respeito à situação derivada, e outra que reflecte as propriedades temporais e aspectuais da situação de base.

Deste modo, para dar conta das relações temporais entre estados habituais e estados lexicais, numa sequência que integra apenas frases genéricas, parece ser adequado analisar estas sequências segundo duas representações imbricadas e complementares: uma episódica e outra genérica. No âmbito da leitura episódica, deve-se ainda distinguir um nível local − em que se focaliza preferencialmente o início dos intervalos de tempo dos estados relevantes −, e um nível global − em que se considera a totalidade dos intervalos de tempo ocupados pelos estados de coisas.

8.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da secção final deste capítulo, propomo-nos sistematizar as principais conclusões que extraímos da análise que realizámos.

Na sequência argumentativa seleccionada, predominam as formas verbais de presente do indicativo, com uma taxa de ocorrência de 59,3 %. Esta preponderância é reforçada pelo facto de, em todas as orações principais, serem atestadas formas verbais flexionadas naquele tempo gramatical.

O presente do indicativo manifesta, em todos os casos, valor habitual. Dada a combinação do tempo presente com SN genéricos, todos os enunciados da sequência configuram frases genéricas.

Quanto à classe aspectual das situações denotadas, ocorrem unicamente estados de dois tipos: habituais e lexicais. Observa-se um ligeiro predomínio dos estados habituais, com cerca de 55 % das ocorrências.

A taxa de ocorrência de adverbiais temporais é comparável às que observámos nas sequências descritiva e explicativa, e consideravelmente mais baixa do que a que foi atestada na sequência narrativa.

Também a nível do tempo verbal de base e dos tipos de situações predominantes, a sequência argumentativa se aproxima das sequências descritiva e explicativa, e afasta-se da sequência narrativa. As sequências descritiva, explicativa e argumentativa que foram analisadas apresentam, portanto, grandes semelhanças, podendo apontar-se como propriedade comum a estes três textos a preponderância de situações estativas. Em contraste com os textos analisados que actualizam estes três protótipos sequenciais, a sequência narrativa, caracteriza-se pelo predomínio das situações eventivas.

Deve observar-se, todavia, que há sequências de tipo argumentativo (e também de tipo explicativo) em que predominam situações eventivas, pelo que

esta propriedade não pode ser generalizada a todos os textos que actualizam estes dois protótipos sequenciais.

No que diz respeito às relações discursivas, e tendo em consideração as duas leituras possíveis − genérica e episódica −, predominam na sequência argumentativa as relações de *RESULTADO* e de *LISTA*, com quatro ocorrências cada uma. A relação de *CAUSA*, com duas ocorrências, também apresenta um valor significativo, sobretudo sabendo-se que as relações de causa-efeito entre as situações constituem uma propriedade típica das sequências argumentativas. A sequência argumentativa analisada aproxima-se, também neste ponto, da sequência explicativa.

Na análise efectuada, comprovámos que nem sempre as relações discursivas de *RESULTADO* e de *CAUSA* implicam sequencialidade temporal. Numa leitura episódica, quando é um estado lexical que configura a causa, verifica-se a relação de inclusão temporal entre o intervalo de tempo ocupado pelo estado e o intervalo em que se insere a outra situação denotada. Mas deve ser sublinhado que, a nível local, isto é, considerando unicamente o início de ambos os intervalos de tempo relevantes, o início do intervalo em que se integra o estado lexical é anterior ao início do intervalo ocupado pela outra situação referida.

Assim, a nível das relações temporais entre os estados de coisas referidos, as relações de *RESULTADO* e de *CAUSA* revelam uma outra possibilidade que não a de sequencialidade temporal entre as situações relevantes: se o segmento discursivo a que corresponde a causa integra um estado lexical, observa-se a relação de inclusão temporal entre as situações referidas.

A acrescentar às relações de sequencialidade e de inclusão temporal, pode observar-se ainda a relação de sobreposição temporal[486], quando todas as

[486] Recorde-se que, na perspectiva que adoptámos, a relação de inclusão temporal constitui um subtipo da relação de sobreposição temporal.

situações envolvidas nas relações de *CAUSA* e de *RESULTADO* são estados lexicais[487].

As relações discursivas de *RESULTADO* e de *CAUSA* não são redutíveis, portanto, a uma descrição que apenas assinale a sequencialidade temporal que tipicamente ocorre quando as situações relevantes são de tipo eventivo. No âmbito destas duas relações discursivas, são reflectidas as relações temporais que normalmente ocorrem entre situações de diferentes classes aspectuais, quando elas se caracterizam por terem em comum o mesmo ponto de perspectiva temporal e a mesma relação temporal com esse ponto: inclusão temporal entre um estado e um evento, sobreposição temporal entre dois estados, e sequencialidade temporal entre dois eventos.

Tanto quanto é do nosso conhecimento, este facto não tem sido sublinhado, provavelmente porque os autores que se dedicam à análise destas relações discursivas têm privilegiado as sequências de tipo narrativo, nas quais predominam as situações eventivas.

Do conjunto de reflexões que desenvolvemos ao longo do capítulo, destacam-se duas ideias complementares, que dizem respeito à temporalidade de uma sequência como a que foi analisada e à metodologia mais adequada para explicitar as relações temporais atestadas.

Em termos metodológicos, a explicitação completa e rigorosa da temporalidade das sequências que integram uma sucessão de frases genéricas não dispensa o recurso à análise das situações básicas de que derivam os estados habituais denotados naquelas frases genéricas. É necessário explicitar as relações temporais entre as situações denotadas pelas frases genéricas segundo duas leituras possíveis: uma leitura episódica e uma leitura genérica. No âmbito da

[487] Nas sequências seleccionadas para análise, não foi atestado nenhum caso de ocorrência das relações de *RESULTADO* ou de *CAUSA* em que estivessem envolvidos unicamente estados lexicais. Um exemplo possível é o enunciado seguinte: *a Joana é feliz porque tem dois filhos saudáveis.* Neste exemplo, o estado lexical "a Joana ser feliz" sobrepõe-se temporalmente ao estado lexical "a Joana ter dois filhos saudáveis".

leitura episódica, é conveniente distinguir ainda um nível local (em que se considera apenas o início dos intervalos dos estados de coisas relevantes) de um nível global (em que se contempla a totalidade dos intervalos das situações envolvidas).

Quanto às relações temporais atestadas nestas mesmas sequências, registamos que elas envolvem alguma complexidade, e que não se reduzem à mera sobreposição temporal entre as situações denotadas. Na origem dessa complexidade está o uso do presente do indicativo como perspectivador de habitualidade, na medida em que estativiza as situações eventivas episódicas. As relações temporais atestadas entre as situações episódicas de base são ainda reconhecíveis com a comparência, nessas predicações, do perspectivador presente do indicativo.

Por outras palavras, numa sucessão de frases genéricas, a temporalidade dos estados habituais e lexicais denotados reflecte ainda as relações temporais atestadas entre as situações episódicas básicas de que aqueles derivam. Uma vez que as situações denotadas podem ser focalizadas quer na sua ocorrência episódica, quer na sua ocorrência habitual, a temporalidade global de uma sequência composta por frases genéricas resulta da intersecção das duas leituras. Decorre desta constatação a necessidade da metodologia de análise proposta.

CONCLUSÕES

Neste capítulo final, vamos retomar as principais conclusões a que chegámos ao longo da investigação que desenvolvemos, embora sem procurarmos explicitar, de forma exaustiva, todas as conclusões parcelares que indicámos no final de cada capítulo. Procuraremos, ainda, enumerar algumas questões não resolvidas, suscitadas pelas reflexões que fomos explicitando, e apontar possíveis caminhos a seguir em futuras investigações.

1. Na introdução a este trabalho, o objectivo principal da nossa investigação foi resumido nas seguintes questões: que especificidades caracterizam a expressão do tempo nos textos que actualizam os protótipos sequenciais monogerados – narrativo, descritivo, explicativo e argumentativo? Em que difere a expressão da temporalidade em cada um destes tipos sequenciais?

A investigação que realizámos demonstrou que é pertinente estabelecer uma oposição entre sequências narrativas e sequências descritivas. A ocorrência predominante de situações eventivas caracteriza as sequências narrativas, e a ocorrência de situações estativas caracteriza as sequências descritivas. Decorre desta propriedade o estabelecimento preferencial de relações de sequencialidade temporal entre os estados de coisas referidos nas sequências narrativas, e de relações de sobreposição temporal entre as situações denotadas nas sequências descritivas.

Dada a intersecção de duas representações das situações referidas nas sequências explicativa e argumentativa que analisámos (uma que focaliza os estados habituais denotados, e outra que privilegia a ocorrência episódica das situações eventivas que originaram os estados habituais), a temporalidade dos dois textos analisados caracteriza-se por um grau de complexidade mais elevado. Observa-se sobreposição temporal entre as situações, a nível da sua projecção genérica, e, em alguns casos, sequencialidade temporal e inclusão temporal, a nível da representação episódica de um grupo restrito de situações.

Estes dois tipos de sequências não permitem, pois, ser integrados numa oposição como que a que se atesta entre sequências narrativas e sequências descritivas. Há sequências explicativas e argumentativas em que ocorrem quer situações eventivas, quer situações estativas, assim como formas verbais do pretérito perfeito.

Os quadros comparativos, que a seguir apresentamos, retomam as principais características temporais e aspectuais de cada uma das sequências analisadas, e comprovam as conclusões que atrás enunciámos. Comecemos pelo quadro que diz respeito à ocorrência predominante de tempos verbais.

PROTÓTIPO SEQUENCIAL	**TEMPO VERBAL DE BASE**	**%**	
		Total	**O. P.**
Narrativo	Pretérito perfeito simples	**55,5**	**93,3**
Descritivo	Presente	**62,5**	**100,0**
Explicativo	Presente	**77,3**	**100,0**
Argumentativo	Presente	**59,3**	**100,0**

Distinguimos, em duas colunas, a taxa de ocorrência total dos tempos verbais em cada uma das sequências, e a taxa de ocorrência em orações principais.

Ao longo da nossa investigação, revelou-se adequada a ideia segundo a qual as orações subordinantes incluem os conteúdos mais relevantes − os que se integram no primeiro plano −, configurando a linha narrativa principal neste tipo sequencial. A mesma ideia é válida, aliás, para os restantes protótipos sequenciais.

Deste modo, os valores indicados na coluna relativa à taxa de ocorrência em orações principais são particularmente relevantes: eles demonstram, com maior nitidez, o elevado grau de preponderância de cada um dos tempos verbais em causa.

Em sequências narrativas, o pretérito perfeito simples constitui, geralmente, o tempo verbal de base; nas sequências que actualizam outros protótipos sequenciais monogerados, é frequentemente o presente do indicativo o tempo verbal de base.

Todavia, há sequências narrativas em que predominam outros tempos verbais: o presente, em situações de relato quase simultâneo; o pretérito imperfeito, em contexto de discurso indirecto livre, no texto literário. Também há sequências descritivas em que ocorrem predominantemente outros tempos verbais que não o presente: o pretérito imperfeito ou o futuro do indicativo. E o mesmo raciocínio se aplica às sequências explicativas e às sequências argumentativas.

Deste modo, a ocorrência predominante de um dado tempo verbal constitui uma tendência, mas não uma propriedade prototípica dos tipos de sequências analisados. Esta conclusão é particularmente válida no caso das sequências narrativa e descritiva, nas quais, em termos estatísticos, parecem predominar o pretérito perfeito simples e o presente do indicativo, respectivamente. O predomínio de um determinado tempo verbal na maioria das sequências explicativa e argumentativa não nos parece ser tão evidente como no caso das sequências narrativa e descritiva.

Vejamos, agora, o quadro relativo às taxas de ocorrência de adverbiais temporais atestados nas sequências estudadas.

PROTÓTIPO SEQUENCIAL	ADVERBIAIS TEMPORAIS ATESTADOS	TAXA DE OCORRÊNCIA
Narrativo	**17**	**26,2 %**
Descritivo	**1**	**6,3 %**
Explicativo	**2**	**9,1 %**
Argumentativo	**3**	**11,1 %**

Observa-se a tendência para serem atestados mais adverbiais temporais na sequência narrativa do que nos restantes tipos de sequências. As taxas de ocorrência dos adverbiais temporais não constituem, porém, uma propriedade prototípica das sequências analisadas. De facto, há sequências narrativas com valores de ocorrência dos adverbiais temporais mais baixos, e sequências descritivas, explicativas e argumentativas com valores mais elevados. Assim, as taxas observadas correspondem apenas a tendências, e não a propriedades atestadas em todos os textos que actualizam cada um destes quatro protótipos sequenciais.

De seguida, apresentamos o quadro relativo às classes aspectuais atestadas.

PROTÓTIPO SEQUENCIAL	EVENTOS	ESTADOS
	%	*%*
Narrativo	**83,3**	**16,7**
Descritivo	**0,0**	**100,0**
Explicativo	**0,0**	**100,0**
Argumentativo	**0,0**	**100,0**

A partir da distinção básica entre estados e eventos, proposta por Moens (1987), verifica-se que a sequência narrativa apresenta um claro predomínio de situações eventivas, enquanto nas restantes sequências são atestadas unicamente situações estativas.

No caso das classes aspectuais em que se integram as situações representadas nas sequências narrativa e descritiva, estamos em presença de uma propriedade prototípica. Não só devido aos valores revelados nos textos que analisámos, mas, sobretudo, porque a associação entre sequência narrativa e eventos, por um lado, e entre sequência descritiva e estados, por outro, foi sistematicamente observada nos textos que serviram de referência para a selecção das sequências textuais que vieram a constituir objecto de análise neste trabalho.

Os valores apresentados delimitam, portanto, uma fronteira nítida entre os dois tipos de sequências. Prototipicamente, nas sequências narrativas, são representadas situações que se inserem na classe dos eventos. Em sequências descritivas, são representadas situações estativas.

Observámos que, na sequência descritiva analisada, ocorrem predominantemente estados lexicais, enquanto nas sequências explicativa e argumentativa ocorrem sobretudo estados habituais. Este dado, contudo, não deve ser generalizado, ou seja, não se pode concluir que constitua uma propriedade geral de cada um destes três tipos de sequência. Na verdade, há sequências descritivas em que predominam estados habituais, e sequências explicativas e argumentativas em que predominam estados lexicais.

No que diz respeito às relações discursivas mais atestadas nos textos que actualizam os diversos protótipos sequenciais, verificámos que, na sequência narrativa, predominam as relações de *NARRAÇÃO* e de *RESULTADO* – relações discursivas às quais associamos sequencialidade temporal entre as situações denotadas, quando estão envolvidos eventos.

No caso da sequência descritiva estudada, destaca-se a relação de *ELABORAÇÃO*. Na sequência explicativa que analisámos, predomina a relação de *RESULTADO*. É também a relação de *RESULTADO*, juntamente com a relação de *LISTA*, que predomina na sequência argumentativa por nós seleccionada. Na apresentação das propriedades inerentes a cada um dos protótipos sequenciais, já tinha sido sublinhado que as sequências explicativa e argumentativa se caracterizam pela expressão de valores de causalidade.

A associação entre os dados relativos à ocorrência de tempos verbais e de classes aspectuais com os dados relativos às relações discursivas predominantes é particularmente significativa no caso das sequências narrativa e descritiva. A interacção entre o pretérito perfeito simples, situações da classe dos eventos e as relações discursivas de resultado e de narração aponta para a existência de relações temporais de sequencialidade entre os estados de coisas referidos na sequência narrativa. A interacção entre o presente do indicativo, situações da classe dos estados e a relação discursiva de elaboração aponta para a existência de relações temporais de sobreposição entre as situações denotadas na sequência descritiva.

Recordamos que uma das questões a que nos propusemos dar resposta no início deste trabalho foi a seguinte: algum dos factores inerentes à expressão do tempo no texto se revela predominante em cada uma das sequências, ou, pelo contrário, é a interacção entre todos que modela a sua temporalidade? As conclusões expostas demonstram que foi com base na interacção entre os factores enumerados – tempos verbais, adverbiais temporais, classes aspectuais e relações discursivas – que pudemos esboçar uma marca própria e distintiva para cada uma das sequências analisadas.

As sequências explicativa e argumentativa revelaram, contudo, grandes afinidades. Por isso, deve ser salientada a dificuldade em discriminar os tipos sequenciais explicativo e argumentativo apenas com base nas marcas linguísticas

de superfície (designadamente, a ocorrência de formas verbais no presente do indicativo, e de conectores com valor causal). É necessário recorrer quer à estrutura macroproposicional, quer ao género discursivo, quer a factores de natureza pragmática (por exemplo, o estatuto socioprofissional dos interlocutores e os papéis sociais que desempenham no intervalo de tempo da enunciação) para se determinar se estamos em presença de uma sequência explicativa ou de uma sequência argumentativa.

A última questão geral que colocámos no início da nossa investigação foi a seguinte: as propriedades temporais e aspectuais atestadas em cada um dos tipos de sequência contribuem para identificar (e legitimar a distinção entre) os quatro protótipos sequenciais?

Observámos que os mecanismos de expressão do tempo permitem opor claramente sequências de tipo narrativo a sequências de tipo descritivo. As sequências explicativa e argumentativa que analisámos evidenciaram grandes semelhanças com a sequência descritiva, a nível do tempo verbal predominante, da baixa taxa de ocorrência de adverbiais temporais e do predomínio de situações estativas. Sabendo-se que há sequências explicativas e argumentativas em que são atestados os mecanismos de expressão do tempo que tipicamente caracterizam uma sequência narrativa − pretérito perfeito simples, situações eventivas, taxa de ocorrência de adverbiais temporais mais elevada, relações discursivas que implicam sequencialidade temporal quando estão envolvidos eventos −, concluímos que não se pode estabelecer, de forma clara e rigorosa, uma distinção entre todos os tipos de sequências monogeradas, se se tomar como base para essa distinção unicamente os mecanismos de expressão do tempo. Os critérios para o estabelecimento de distinções entre protótipos sequenciais monogerados residem, portanto, não nestes mecanismos atestados na superfície textual, mas em factores como a motivação pré-linguística (contar uma história, descrever um objecto, etc.) e a intencionalidade comunicativa do locutor.

2. As teorizações de Labov (1972) e de Adam (1992) sobre a estrutura macroproposicional da sequência narrativa não integram categorias que recobrem todos os enunciados atestados na sequência narrativa analisada. No texto que estudámos, a proposição (4n) − *esquematicamente, sucedeu o seguinte* − denota conteúdos externos à intriga narrativa, mas não é susceptível de ser integrada nas macroproposições de resumo, avaliação e coda, apesar de estas três macroproposições, propostas por Labov (1972), incluírem igualmente enunciados que veiculam informação externa à intriga.

A proposição (4n) anuncia o início da intriga narrativa e, simultaneamente, configura uma estruturação textual rudimentar, ao indicar que a narrativa que se segue contém o essencial do conjunto de acontecimentos que caracterizam o objecto da narração.

Optámos, portanto, por inserir este enunciado numa macroproposição não prevista nas reflexões daqueles dois autores, e designámo-la por prelúdio.

3. Nas sequências explicativa e argumentativa que foram objecto de análise, as formas de presente do indicativo − o tempo verbal de base − manifestam um valor habitual, próprio dos enunciados genéricos. Argumentámos, na linha do que foi proposto por Cunha (1998a, 2004), que o presente do indicativo constitui um perspectivador de habitualidade, na medida em que não apaga todas as características inerentes às situações episódicas de base que deram origem aos estados habituais denotados naquelas sequências.

Para dar conta dos casos em que foram atestados conectores com valor causal e das construções que, numa perspectiva episódica, implicam a existência de relações de sequencialidade temporal sempre que estão envolvidas situações eventivas, propusemos uma metodologia de análise que integra duas projecções das situações referidas: uma representação genérica habitual, e uma representação episódica, inferencialmente recuperada. O que equivale a dizer que, em textos

como estes, há duas leituras complementares que se cruzam e que devem ser tomadas em consideração.

A explicitação global da temporalidade de sequências textuais compostas por uma sucessão de enunciados genéricos − entre os quais se contam necessariamente frases genéricas habituais − resulta da intersecção destas duas representações. A expressão do tempo em sequências que comportam enunciados genéricos habituais carreia, portanto, um grau de complexidade imprevisto.

Observámos, por outro lado, que nem sempre as relações discursivas de *RESULTADO* e de *CAUSA* implicam sequencialidade temporal. Quer a relação discursiva de *CAUSA*, quer a de *RESULTADO*, manifestam, por definição, uma relação de causa-efeito entre as situações denotadas. Todavia, quando o segmento textual que constitui a causa integra um ou mais estados lexicais, são atestadas relações de inclusão temporal. Tanto quanto é do nosso conhecimento, este facto não tem sido devidamente sublinhado, possivelmente porque as relações discursivas de *RESULTADO* e de *CAUSA* têm sido analisadas sobretudo em sequências de tipo narrativo, ou seja, em sequências nas quais predominam situações eventivas. Sintomaticamente, os casos de ocorrências destas relações discursivas em que estão envolvidas situações estativas foram atestados em sequências de tipo explicativo e argumentativo.

4. Além dos quatro textos que actualizam diferentes protótipos sequenciais monogerados, segundo a proposta de Adam (1992), procedemos à análise da expressão do tempo num texto de instruções do sub-género "modo de emprego". Verificámos que este texto, pelas suas propriedades temporais e aspectuais, está mais próximo do protótipo sequencial narrativo do que do protótipo sequencial descritivo.

De facto, o texto de instruções analisado caracteriza-se pela representação predominante de situações eventivas. Mesmo as situações estativas que nele ocorrem têm como objectivo realçar os eventos que deram origem a esses estados consequentes.

O texto revela, ainda, uma elevada taxa de ocorrência de adverbiais temporais. Quanto às relações discursivas atestadas entre as situações, predomina a *NARRAÇÃO*, isto é, a manifestação de sequencialidade temporal sem causalidade inerente.

O texto de instruções assemelha-se, assim, à sequência narrativa analisada, na medida em que ambos denotam situações que se sucedem no tempo; difere, todavia, pelo facto de, entre as situações representadas, não serem observadas relações de causalidade. Ora, uma das propriedades essenciais das sequências narrativas consiste precisamente na existência de relações de causa-efeito entre os estados de coisas designados.

Predominam, neste texto de instruções, as formas de infinitivo, que manifestam valor ilocutório directivo; ocorrem também formas de gerúndio e de particípio passado. A ocorrência exclusiva das chamadas formas nominais do verbo compreende-se devido à especificidade do género discursivo em questão. Neste género, integram-se textos que pretendem levar o alocutário a realizar um conjunto de acções, de modo a concretizar uma dada tarefa. Por definição, essas acções localizam-se num intervalo de tempo posterior àquele em que se produziu o texto de instruções, e destinam-se a um alocutário indeterminado. Dado o predomínio das formas de infinitivo, que não expressam localização temporal mas que carreiam um valor ilocutório directivo, os elementos que determinam a ordem temporal são as classes aspectuais das situações representadas, os adverbiais temporais atestados, a linearidade textual e as relações discursivas.

Os enunciados que referem situações estativas e integram formas do particípio passado possuem valor ilocutório directivo indirecto: eles incitam o alocutário a concretizar os eventos que dão origem aos estados consequentes denotados.

O uso do particípio passado em enunciados com valor ilocutório directivo indirecto requer um raciocínio inferencial da parte do alocutário: ele deve inferir, primeiro, que o estado consequente representado no texto pretende salientar (a culminação d)o evento que lhe dá origem, e, a seguir, que a indicação indirecta desse evento constitui um incitamento do locutor no sentido de o alocutário o realizar antes de concretizar outros eventos referidos no discurso. Para este raciocínio de natureza inferencial contribui igualmente o reconhecimento do género texto de instruções, porquanto este uso do particípio passado é específico do género discursivo em causa.

Não constituindo uma actualização pura do protótipo sequencial narrativo, o texto de instruções que estudámos está mais próximo da sequência narrativa do que da sequência descritiva, quer pela preponderância de situações eventivas, quer pela existência de relações de sequencialidade temporal entre as situações denotadas, quer ainda pela elevada taxa de ocorrência de adverbiais temporais.

5. No final deste trabalho, julgamos ser adequado reflectir, ainda que brevemente, sobre possíveis desenvolvimentos da investigação que realizámos, apontando caminhos que podem ser desbravados no sentido de se conhecer ainda melhor a expressão do tempo nos quatro protótipos sequenciais monogerados e, eventualmente, em géneros discursivos específicos, como no caso dos textos de instruções.

Comecemos por retomar uma dificuldade com que nos deparámos durante o processo de investigação da expressão do tempo em diferentes tipos de sequências: a questão das orações completivas infinitivas.

Há duas perguntas centrais a que se deve tentar dar resposta: quando é que estas construções, juntamente com a oração principal, denotam dois estados de coisas distintos? E que factores intervêm na determinação da localização temporal relativa sempre que são referidas duas situações?

Não há, no estado actual dos conhecimentos sobre esta matéria, respostas consistentes para estas perguntas. Têm sido propostas listas de verbos que determinam uma dada relação temporal com a oração completiva infinitiva que seleccionam. Esta questão, contudo, requer não um conjunto de respostas avulsas, mas uma investigação sistemática.

Os casos em que a oração principal e a completiva infinitiva denotam um estado de coisas complexo parecem estar dependentes do significado lexical dos verbos que integram a construção.

Parece também evidente que, nos casos em que são referidas duas situações distintas, a ordenação temporal relativa depende de factores como o tempo verbal, a co-ocorrência com adverbiais temporais, a classe aspectual das duas situações envolvidas e o significado lexical dos verbos.

Assim, um caminho possível poderá passar por descrever os lexemas verbais presentes nestas construções – e, particularmente, os verbos das orações que seleccionam as completivas – com o objectivo de propor uma classificação do significado lexical das formas verbais, baseada em parâmetros como a oposição estado/evento e a orientação preferencial para um intervalo de tempo anterior, sobreposto ou posterior ao intervalo ocupado pelo estado de coisas referido na oração principal.

Parece defensável a ideia de que verbos declarativos de ordem, como *pedir*, seleccionam uma completiva infinitiva que refere um estado de coisas integrado num intervalo posterior ao intervalo de tempo em que se insere a situação descrita na oração subordinante; com estes verbos, parece haver tipicamente uma relação de sequencialidade temporal entre as duas situações denotadas. A mesma ideia

poderá ser válida para os verbos causativos, como *mandar*, por exemplo. Já no caso de verbos factivos, como *desejar* ou *esperar*, uma vez que tipicamente denotam situações estativas, as relações temporais susceptíveis de serem atestadas parecem ser as de inclusão temporal (quando a completiva infinitiva refere uma situação eventiva) e de sobreposição temporal (quando a completiva infinitiva denota uma situação estativa).

Uma classificação deste tipo daria origem a diferentes classes de verbos, e possibilitaria que se descrevesse, de forma sistemática, as interacções possíveis com o tempo verbal, a ocorrência de adverbiais temporais e as classes aspectuais. O objectivo principal desta classificação consistiria em podermos efectuar previsões, a partir da explicitação de todas as interacções possíveis entre aqueles factores, acerca das diferentes possibilidades quanto às relações temporais susceptíveis de serem atestadas entre as situações denotadas nas orações principais e as situações referidas nas completivas infinitivas que aquelas orações seleccionam.

Os valores pragmáticos que os verbos das orações principais possuem também podem ser relevantes, como se observa no caso de verbos como *prometer*, nomeadamente quanto à sua orientação temporal preferencial.

6. Outra dificuldade com que nos deparámos consistiu na determinação exacta, rigorosa e sem margem para dúvidas das classes aspectuais em que se inserem as situações denotadas. Esta dificuldade foi particularmente sentida na sequência narrativa, a que envolveu maior diversidade quanto aos tipos de estados de coisas referidos.

Em contacto com textos reais, nem sempre é evidente se uma dada situação configura uma actividade, um evento prolongado ou um evento instantâneo, o que fica a dever-se ao facto de um mesmo estado de coisas revelar compatibilidade com testes que servem para identificar diferentes classes aspectuais. Julgamos,

por isso, que uma concepção não discreta mas contínua (ou escalar) das classes aspectuais pode revelar-se útil em futuras investigações.

Todavia, para relativizar a importância de alguma classificação que propusemos e que eventualmente se revele polémica ou não consensual, devemos reforçar a ideia de que a oposição fundamental, a nível dos tipos de situações, reside na dicotomia entre estados e eventos. Como deixámos claro na primeira das conclusões que temos vindo a expor, a linha de fronteira entre situações eventivas e situações estativas permite opor sequências monogeradas de tipo narrativo a sequências de tipo descritivo. E não foi na diferenciação entre esses dois grupos de situações que sentimos dificuldades, porquanto os testes disponíveis se revelaram suficientes para distinguir claramente os estados dos eventos.

7. Tendo consciência do perigo de inexactidão que constitui a extrapolação e a generalização com base no estudo de um único texto que actualiza cada um dos quatro protótipos sequenciais monogerados, pensamos que é pertinente prosseguir a análise de sequências narrativas, descritivas, explicativas e argumentativas em que predominem outros tempos verbais. Os resultados dessas análises servirão para confirmar ou infirmar as propriedades prototípicas e as tendências que observámos, e para, eventualmente, explicitar outras que não se revelaram na investigação que realizámos.

Eis algumas perguntas suscitadas pelas reflexões que desenvolvemos ao longo do nosso trabalho.

Nas sequências narrativas em que predomina o presente do indicativo ou o pretérito imperfeito, que factores induzem a relação de sequencialidade temporal entre as situações denotadas? A classe aspectual dos eventos? Os adverbiais temporais? As relações discursivas? A linearidade textual? A conjugação dos quatro factores?

Nas sequências descritivas com outro tempo verbal predominante que não o presente do indicativo (o pretérito imperfeito ou o futuro), há tendência para serem atestados mais adverbiais temporais? Haverá diferenças relevantes entre as descrições localizadas na esfera do presente e as que se localizam na esfera do passado e na esfera do futuro?

As sequências de tipo explicativo e argumentativo em que predomina a representação de situações episódicas apresentam as mesmas propriedades que foram atestadas nas sequências analisadas? Que tempos verbais ocorrem de modo predominante? E que relações discursivas? Observam-se as mesmas tendências quanto à taxa de ocorrência de adverbiais temporais?

Será pertinente distinguir sub-géneros dentro do género discursivo do texto de instruções, com base nas diferenças atestadas a nível da expressão do tempo? Os sub-géneros que, como o horóscopo, podem manifestar localização temporal absoluta apresentam diferenças importantes relativamente àqueles em que predomina a localização temporal relativa entre as situações denotadas?

Como se comprova pela apresentação destas perguntas, a que subjazem outras tantas dúvidas, um trabalho de investigação pode servir para solucionar uma questão inicial, ou, pelo menos, para apontar pistas importantes no sentido de a resolver. Mas essa resposta coloca, frequentemente, novas questões a que futuras investigações deverão procurar responder.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, Jean-Michel (1985a), *Le texte narratif*, Paris, Nathan.

ADAM, Jean-Michel (1985b), "Quels types de textes?", *Le français dans le monde* 192, p. 39-43.

ADAM, Jean-Michel (1987), "Textualité e séquentialité: l'exemple de la description", *Langue française* 74, p. 51-72.

ADAM, Jean-Michel (1990), *Éléments de linguistique textuelle*, Liège, Mardaga.

ADAM, Jean-Michel (1991), "Cadre théorique d'une typologie séquentielle", *Études de linguistique apliquée* 83, p. 7-18.

ADAM, Jean-Michel (1992), *Les textes: types et prototypes*, 4.ᵉ éd., Paris, Éditions Nathan, 2001.

ADAM, Jean-Michel (1996), "L'argumentation dans le dialogue", *Langue française* 112, p. 31-49.

ADAM, Jean-Michel (1997), "Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite", *Pratiques* 94, p. 3-18.

ADAM, Jean-Michel (1999), *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*, Paris, Éditions Nathan.

ADAM, Jean-Michel (2001), “Types de textes ou genres de discours? Comment classer les textes qui *disent de et comment faire*?”, *Langages* 141, p. 10-27.

ADAM, Jean-Michel (2002a), “Argumentation”, in CHARAUDEAU, Patrick, e Dominique MAINGUENEAU, *Dictionnaire d’analyse du discours*, Paris, Éditions du Seuil, p. 66-72.

ADAM, Jean-Michel (2002b), “Description”, in CHARAUDEAU, Patrick, e Dominique MAINGUENEAU, *Dictionnaire d’analyse du discours*, Paris, Éditions du Seuil, p. 164-168.

ADAM, Jean-Michel (2002c), “Explication”, in CHARAUDEAU, Patrick, e Dominique MAINGUENEAU, *Dictionnaire d’analyse du discours*, Paris, Éditions du Seuil, p. 251-254.

ADAM, Jean-Michel (2002d), “Récit”, in CHARAUDEAU, Patrick, e Dominique MAINGUENEAU, *Dictionnaire d’analyse du discours*, Paris, Éditions du Seuil, p. 484-487.

ADAM, Jean-Michel, G. LUGRIN, e Françoise REVAZ (1998), “Pour en finir avec le couple récit/discours”, *Pratiques* 100, p. 81-98.

ADAM, Jean-Michel, e André PETITJEAN (1989), *Le texte descriptif*, Paris, Nathan.

ADAM, Jean-Michel, e Françoise REVAZ (1989), “Aspects de la structuration du texte descriptif: les marqueurs d’énumération et de reformulation”, *Langue française* 81, p. 59-98.

ADAM, Jean-Michel, e Françoise REVAZ (1996), *L’analyse des récits*, Paris, Éditons du Seuil.

ADELAAR, Mascia, e Vincenzo LO CASCIO (1986), "Temporal relation, localization and direction", in LO CASCIO, Vincenzo, e Co VET (Eds.), *Temporal structure in sentence and discourse*, Dordrecht/ /Riverton, Foris Publications, p. 251-297.

ALVES, Ana Teresa (1993), "Levantamento e análise da bibliografia sobre o tempo na língua portuguesa", *Cadernos de semântica* 13, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ALVES, Ana Teresa (1998), "Anáfora temporal com *durante*", *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística,* vol. I, p. 53-71.

ARIEL, Mira (2001), "Accessibility theory: an overview", in SANDERS, Ted, Joost SCHILPEROORD, e Wilbert SPOOREN (Eds.), *Text representation. Linguistic and psycholinguistic aspects*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 29-87.

ARISTÓTELES, *Metaphysics* (trad.), in BARNES, Jonathan (Ed.), *The complete works of Aristotle*, vol. 2, Chichester, Princeton University Press, 1991, p. 1552-1728.

ARISTÓTELES, *Nicomachean ethics* (trad.), in BARNES, Jonathan (Ed.), *The complete works of Aristotle*, vol. 2, Chichester, Princeton University Press, 1991, p. 1729-1867.

ARISTÓTELES, *On the soul* (trad.), in BARNES, Jonathan (Ed.), *The complete works of Aristotle*, vol. 1, Chichester, Princeton University Press, 1991, p. 641-692.

ARISTÓTELES, *Physics* (trad.), in BARNES, Jonathan (Ed.), *The complete works of Aristotle*, vol. 1, Chichester, Princeton University Press, 1991, p. 315-446.

ASHER, Nicholas, e Alex LASCARIDES (1993), "Lexical disambiguation in a discourse context", *Proceedings of the International Workshop on Universals in the Lexicon*, Dagstuhl.

BACH, Emmon (1981), "On time, tense and aspect: an essay in English metaphysics", in COLE, Peter (Ed.), *Radical pragmatics*, New York, Academic Press, p. 63-81.

BACH, Emmon (1986), "The algebra of events", *Linguistics and philosophy* 9 (1), p. 5-16.

BAKHTINE, Mikhaïl (1984a), "Les genres du discours" (trad.), *Esthétique de la création verbale*, Paris, Gallimard, p. 263-308.

BAKHTINE, Mikhaïl (1984b), "Le problème du texte" (trad.), *Esthétique de la création verbale*, Paris, Gallimard, p. 309-338.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2000), *Expressão do espaço no português europeu. Contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

BATORÉO, Hanna, e Inês DUARTE (1998), "Tipologia de aberturas de narrativas: um estudo de desenvolvimento linguístico", *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística,* vol. I, p. 161-173.

BEACCO, Jean-Claude (1991), "Types ou genres? Catégorisations des textes et didactique de la compréhension et de la production écrites", *Études de linguistique apliquée* 83, p. 19-28.

BEACCO, Jean-Claude (1992), "Les genres textuels dans l'analyse du discours: écriture légitime et communautés translagagières", *Langages* 105, p. 8-27.

BEACCO, Jean-Claude, e Sophie MOIRAND (1995), "Autour des discours de transmission de connaissances", *Langages* 117, p. 32-53.

De BEAUGRANDE, Robert (1980), *Text, discourse, and process. Toward a multidisciplinary science of texts*, New Jersey, Ablex Publishing Corporation.

De BEAUGRANDE, Robert, e Wolfgang DRESSLER (1981), *Introduction to text linguistics*, London/New York, Longman.

De BEAUGRANDE, Robert (1995), "Text linguistics", in VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 536-544.

BECHARA, Evanildo (1999), *Moderna gramática portuguesa*, 37.ª ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Editora Lucerna.

BENNETT, Michael (1981), "Of tense and aspect: one analysis", in TEDESCHI, Philip J., e Annie ZAENEN (Eds.), *Syntax and semantics*, vol. 14 *(Tense and aspect)*, New York/London, Academic Press, p. 13-29.

BENOIT, Jeanine, e Michel FAYOL (1989), "Le développement de la catégorisation des types de textes", *Pratiques* 62, p. 71-85.

BENVENISTE, Émile (1966), "Les relations de temps dans le verbe français", *Problèmes de linguistique générale*, vol. 1, Paris, Gallimard, p. 237-250.

BENVENISTE, Émile (1974), “Le langage et l’expérience humaine”, *Problèmes de linguistique générale*, vol. 2, Paris, Gallimard, p. 67-78.

BERTHONNEAU, Anne-Marie, e KLEIBER, Georges (1993), “Pour une nouvelle approche de l’imparfait: l’imparfait, un temps anaphorique méronomique”, *Langages* 112, p. 55-73.

BESSON, Marie Josèphe (1993), “Les valeurs du *présent* dans le discours expositif”, *Langue française* 97, p. 43-59.

BINNICK, Robert (1991), *Time and the verb*, Oxford, Oxford University Press.

BLAKEMORE, Diane (1995), “Relevance theory”, in VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 443-452.

BOISSINOT, Alain (1992), *Les textes argumentatifs*, Toulouse, Bertrand-Lacoste.

BOSQUE, Ignacio, e Violeta DEMONTE (1999), *Gramática descriptiva de la lengua española*, 3 vols., Madrid, Espasa Calpe.

BOUQUET, Simon (1998a), “Multiplicité et unicité d’un objet empirique”, *Langages* 129, p. 3-8.

BOUQUET, Simon (1998b), “Linguistique textuelle: jeux de langage et sémantique du genre”, *Langages* 129, p. 112-124.

BRIXHE, Daniel, e Annick RETORNAZ (1988), “Les avatars d’un discours d’instructions de jeu”, *Pratiques* 58, p. 74-97.

BRONCKART, Jean-Paul (1987), “Interactions, discours, significations”, *Langue française* 74, p. 29-50.

BRONCKART, Jean-Paul (1993), "L'organisation temporelle des discours. Une approche de psychologie du langage", *Langue française* 97, p. 3-13.

BRONCKART, Jean-Paul (1996), *Activité langagière, textes et discours*, Paris, Delachaux et Niestlé.

BRONCKART, Jean-Paul, *et alii* (1985), *Le fonctionnement des discours*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé.

BRONCKART, Jean-Paul, e Béatrice BOURDIN (1993), "L'acquisition des valeurs des temps des verbes", *Langue française* 97, p. 102-124.

BUBLITZ, Wolfram (1999), "Introduction: views of coherence", in BUBLITZ, Wolfram, Uta LENK, e Eija VENTOLA (Eds.), *Coherence in spoken and written discourse*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 1-7.

BUBLITZ, Wolfram, Uta LENK, e Eija VENTOLA (Eds.) (1999), *Coherence in spoken and written discourse*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

BUBLITZ, Wolfram, e Uta LENK (1999), "Disturbed coherence: 'fill me in'", in BUBLITZ, Wolfram, Uta LENK, e Eija VENTOLA (Eds.), *Coherence in spoken and written discourse*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 153-174.

BÜHLER, Karl (1950), *Teoría de la expresión: el sistema explicado por su historia*, Madrid, Revista de Occidente (trad. espanhola de *Sprachtheorie: die Darstellungsfunktion der Sprache*, Jena, Gustav Fischer, 1934).

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa (1984), "Pretérito perfeito simples/pretérito perfeito composto: uma oposição aspectual e temporal", *Letras soltas* 2, p. 11-53, in CAMPOS, Maria Henriqueta Costa, e Maria Francisca XAVIER (1991), *Sintaxe e semântica do português - textos complementares*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 215-257.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa (1987), "O pretérito perfeito composto: um tempo presente?", *Actas do 3.º encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 75-85.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa (1997), "Sobre a modalidade", in BRITO, Ana Maria, *et alii* (Org.), *Sentido que a vida faz (Estudos para Óscar Lopes)*, Porto, Campo das Letras, p. 539-545.

CAMPOS, [Maria] Henriqueta Costa, Clara Nunes CORREIA, e Ana Cristina Macário LOPES (2002), "Semântica frásica", in *Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário* (CD-Rom), Lisboa, Ministério da Educação.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa, e Maria Francisca XAVIER (1991), *Sintaxe e semântica do português*, Lisboa, Universidade Aberta.

CARECHO, Judite (1996), *Sobre a semântica das construções com* quando, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CARLSON, Gregory, e Francis Jeffry PELLETIER (Eds.) (1995), *The generic book*, Chicago/London, University of Chicago Press.

CARLSON, Lauri (1981), "Aspect and quantification", in TEDESCHI, Philip J., e Annie ZAENEN (Eds.), *Syntax and semantics*, vol. 14 *(Tense and aspect)*, New York/London, Academic Press, p. 31-64.

CARON, Jean (1995), "Cognitive psychology", in VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 116-123.

CARRILHO, Manuel Maria (2001), *Filosofia*, 3.ª ed., Lisboa, Quimera, (1.ª ed. 1994).

CARSTON, Robyn (1995), "Truth-conditional semantics", in VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 544-550.

CASANOVA, Isabel (1996), "A força ilocutória dos actos directivos", in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 429-436.

CASTILHO, Ataliba de (1967), "Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa", *Alfa*, 12, São Paulo, FFCL de Marília, p. 11-135.

CHARAUDEAU, Patrick (1995), "Une analyse sémiolinguistique du discours", *Langages* 117, p. 96-111.

CHARAUDEAU, Patrick (1998), "L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit", *Le français aujourd'hui* 123, p. 6-15.

CHARAUDEAU, Patrick, e Dominique MAINGUENEAU (2002), *Dictionnaire d'analyse du discours*, Paris, Éditions du Seuil.

CHAROLLES, Michel (1988), "Les plans d'organisation textuelle: périodes, chaînes, portées et séquences", *Pratiques* 57, p. 3-13.

CLARK, H. C., e S. A. BRENNAN (1991), "Grounding in communication", in RESNICK, Lauren, *et alii* (Eds.), *Perspectives on socially shared cognition*, Washington D. C., American Psychological Association Books, p. 127-149.

COLTIER, Danièle (1986), "Approches du texte explicatif", *Pratiques* 51, p. 3-22.

COMBETTES, Bernard (1986), "Le texte explicatif: aspects linguistiques", *Pratiques* 51, p. 23-39.

COMBETTES, Bernard (1988), "Fonctionnement des nominalisations et des appositions dans le texte explicatif", *Pratiques* 58, p. 107-119.

COMRIE, Bernard (1981), "Aspect and voice: some reflections on perfect and passive", in TEDESCHI, Philip J., e Annie ZAENEN (Eds.), *Syntax and semantics*, vol. 14 *(Tense and aspect)*, New York/London, Academic Press, p. 65-78.

COMRIE, Bernard (1987), *Aspect. An introduction to the study of verbal aspect and related problems*, Cambridge, Cambridge University Press.

COUTINHO, Maria Antónia (1999), *Texto(s) e competência textual*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

COUTINHO, Maria Antónia (2001), "De que falamos quando falamos de textos", in MATEUS, Maria Helena Mira, e Clara Nunes CORREIA (Org.), *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (edição especial) – *Saberes no tempo (Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos)*, Lisboa, Edições Colibri, p. 265-270.

CUNHA, Celso, e Lindley CINTRA (1988), *Nova gramática do português contemporâneo*, 5.ª ed., Lisboa, Caminho (1.ª ed., 1984).

CUNHA, Luís Filipe (1998a), "Breve análise semântica de alguns operadores aspectuais do português", *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, p. 447-462.

CUNHA, Luís Filipe (1998b), "Os operadores aspectuais do português: contribuição para uma nova abordagem", *Cadernos de Linguística* 1, Centro de Linguística da Universidade do Porto.

CUNHA, Luís Filipe (1998c), "Breve análise da semântica do progressivo", *Cadernos de Linguística* 4, Centro de Linguística da Universidade do Porto.

CUNHA, Luís Filipe (1998d), *As construções com progressivo no português: uma abordagem semântica*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CUNHA, Luís Filipe (1999), "Valores temporais das orações com *quando*", *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, p. 311-333.

CUNHA, Luís Filipe (2002), "Efeitos aspectuais da negação frásica", *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 315-325.

CUNHA, Luís Filipe (2004), *Semântica das predicações estativas. Para uma caracterização aspectual dos estados*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DAHL, Östen (1981), "On the definition of the telic-atelic (bounded-unbounded) distinction", in TEDESCHI, Philip J., e Annie ZAENEN (Eds.), *Syntax and semantics*, vol. 14 *(Tense and aspect)*, New York/London, Academic Press, p. 79-90.

DEPRAETERE, Ilse (1995), "On the necessity of distinguishing between (un)boundedness and (a)telicity", *Linguistics and philosophy* 18 (1), p. 1-19.

Van DIJK, Teun (1977), *Text and context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*, London, Longman.

Van DIJK, Teun (1980), *Macrostructures. An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

Van DIJK, Teun (1982), "Attitudes et compréhension de textes", in LE NY, Jean-François, e Walter KINTSCH. (Coord.), *Bulletin de psychologie* Tome XXXV n.º 356 (*Langage et compréhension*), p. 557-569.

Van DIJK, Teun, e Walter KINTSCH (1983), *Strategies of discourse comprehension*, New York, Academic Press.

DJIAN, Henri, e Jean-François ROUSSEAU (1995), *Le texte argumentatif*, Paris, Hachette.

DOWTY, David R. (1979), *Word meaning and Montague grammar*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.

DOWTY, David R. (1986), "The effects of aspectual class on the temporal structure of discourse: semantics or pragmatics?", *Linguistics and philosophy* 9 (1), p. 37-61.

DUARTE, Inês (1992a), "Mecanismos de construção proposicional e de referência", in MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii*, *Gramática da língua portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Caminho, p. 37-102 (1.ª ed., 1983).

DUARTE, Inês (1992b), "Mecanismos de estruturação textual", in MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii*, *Gramática da língua portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Caminho, p. 134-154 (1.ª ed., 1983).

DUARTE, Inês (2003a), "Aspectos linguísticos da organização textual", in MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii*, *Gramática da língua portuguesa*, 5.ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho, p. 85-123 (1.ª ed., 1983).

DUARTE, Inês (2003b), "Subordinação completiva – as orações completivas", in MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii*, *Gramática da língua portuguesa*, 5.ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho, p. 593-651 (1.ª ed., 1983).

DUCROT, Oswald (1980), *Les échelles argumentatives*, Paris, Les Éditions de Minuit.

DUCROT, Oswald (1984a), *Le dire et le dit*, Paris, Les Éditions de Minuit.

DUCROT, Oswald (1984b), "Enunciação", *Enciclopédia Einaudi*, vol. 2 (*Linguagem/enunciação),* Lisboa, INCM, p. 368-393.

DUCROT, Oswald, e Jean-Marie SCHAEFFER (1995), *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris, Éditions du Seuil.

EHRLICH, Stéphane (1982), "Construction d'une représentation de texte et fonctionnement de la mémoire sémantique", in LE NY, Jean-François, e Walter KINTSCH. (Coord.), *Bulletin de psychologie* Tome XXXV n.º 356 (*Langage et compréhension*), p. 659-671.

Van EMEREN, Frans, e Rob GROOTENDORST (1995), "Argumentation theory", in VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 55-61.

ERBAUGH, Mary S. (1987), "Psycholinguistic evidence for foregrounding and backgrounding", in TOMLIN, Russell S. (Ed.), *Coherence and grounding in discourse*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 109-130.

FARIA, Isabel Hub (1996), "Linguagem verbal: aspectos biológicos e cognitivos", in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 35-55.

FARIA, Isabel Hub (2003), "Uso da língua, interacção verbal e texto", in MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii*, *Gramática da língua portuguesa*, 5.ª ed., Lisboa, Caminho, p. 55-84 (1.ª ed., 1983).

FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.) (1996), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho.

FAUCONNIER, Gilles (1994), *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*, Cambridge, Cambridge University Press (tradução inglesa de *Espaces mentaux: aspects de la construction du sens dans les langues naturelles*, Paris, Éditions de Minuit, 1984).

FILLMORE, Charles (1997) *Lectures on deixis* , Stanford, CSLI Publications.

FLEISCHMAN, Suzanne (1985), "Discourse functions in tense-aspect oppositions in narrative: toward a theory of grounding", *Linguistics* 23 (6), p. 851-882.

FLEISCHMAN, Suzanne (1990), *Tense and narrativity. From medieval performance to modern fiction*, Austin, University of Texas Press.

FONSECA, Fernanda Irene (1982), "O perfeito e o pretérito e a teoria dos níveis de enunciação", *Gramática e pragmática. Estudos de linguística geral e de linguística aplicada ao ensino do português*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 37-58.

FONSECA, Joaquim (1988), "Coerência do texto", in FONSECA, Joaquim, *Estudos de sintaxe-semântica e pragmática do português*, Porto, Porto Editora, 1993, p. 181-193.

FONSECA, Joaquim (1992), *Linguística e texto/discurso. Teoria, descrição, aplicação*, Lisboa, ICALP.

GADDY, Michelle, Paul van den BROEK, e Yung-Chi SUNG (2001), "The influence of text cues on the allocation of attention during reading", in SANDERS, Ted, Joost SCHILPEROORD, e Wilbert SPOOREN (Eds.), *Text representation. Linguistic and psycholinguistic aspects*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 89-110.

GAREY, Howard B. (1957), "Verbal aspect in French", *Language* 33, p. 91-110.

GERNSBACHER, Morton Ann, e Talmy GIVÓN (Eds.) (1995a), *Coherence in spontaneous text*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

GERNSBACHER, Morton Ann, e Talmy GIVÓN (1995b), "Introduction. Coherence as a mental entity", in GERNSBACHER, Morton Ann, e Talmy GIVÓN (Eds.), *Coherence in spontaneous text*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. vii-x.

GILLIS, Steven, Walter DAELEMANS, e Koenraad de SMEDT (1995), "Artificial intelligence", in VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 61-80.

GIVÓN, Talmy (Ed.) (1979), *Syntax and semantics*, vol. 12 (*Discourse and syntax*), New York/London, Academic Press.

GIVÓN, Talmy (1982), "Tense-aspect-modality: the creole prototype and beyond", in HOPPER, Paul J. (Ed.), *Tense-aspect: between semantics and pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 115-163.

GIVÓN, Talmy (1987), "Beyond foreground and background", in TOMLIN, Russell S. (Ed.), *Coherence and grounding in discourse*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 175-188.

GIVÓN, Talmy (1995), "Coherence in text vs. coherence in mind", in GERNSBACHER, Morton Ann, e Talmy GIVÓN (Eds.), *Coherence in spontaneous text*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 59-115.

GOODWIN, Charles (1995), "The negotiation of coherence within conversation", in GERNSBACHER, Morton Ann, e Talmy GIVÓN (Eds.), *Coherence in spontaneous text*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 117-137.

GOUVEIA, Carlos A. M. (1996), "Pragmática", in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 383-419.

GRENOBLE, Lenore A. (1998), *Deixis and information packaging in Russian discourse*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

GRICE, H. Paul (1975), "Logic and conversation", in COLE, Peter, e Jerry L. MORGAN (Eds.), *Syntax and semantics*, vol. 3 (*Speech acts*), New York/London, Academic Press, p. 41-58.

HALLIDAY, M. A. K. (1970), "Language structure and language functions", in LYONS, John (Ed.), *New horizons in linguistics*, Harmondsworth, Penguin, p. 140-165.

HALLIDAY, M. A. K. (1985), *An introduction to functional grammar*, 2nd ed., London, Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K., e Ruqaiya HASAN (1976), *Cohesion in English*, London, Longman.

HAMON, Philippe (1993), *Du descriptif*, 4.e ed., Paris, Hachette.

HENCKEMANS, A. Francisca Snoeck (2001), "Argumentation, explanation and causality", in SANDERS, Ted, Joost SCHILPEROORD, e Wilbert SPOOREN (Eds.), *Text representation. Linguistic and psycholinguistic aspects*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 231-246.

HINRICHS, Erhard (1986), "Temporal anaphora in discourses of English", *Linguistics and philosophy* 9 (1), p. 63-82.

van HOEK, Karen, Andrej A. KIBRIK, e Leo NOORDMAN (Eds.) (1997), *Discourse studies in cognitive linguistics (Selected papers from the Fifth International Cognitive Linguistics Conference)*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia.

HOPPER, Paul J. (1979), "Aspect and foregrounding in discourse", in GIVÓN, Talmy (Ed.), *Syntax and semantics*, vol. 12, New York/London, Academic Press, p. 213-241.

HOPPER, Paul J. (Ed.) (1982a), *Tense-aspect: between semantics and pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

HOPPER, Paul J. (1982b), "Aspect between discourse and grammar: an introductory essay", in HOPPER, Paul J. (Ed.), *Tense-aspect: between semantics and pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 3-18.

ILARI, Rodolfo (1997), *A expressão do tempo em português*, São Paulo, Contexto.

JAKOBSON, Roman (1963), "Linguistique et poétique" (trad.), *Essais de linguistique générale*, Paris, Éditons de Minuit, p. 209-248.

JAYEZ, Jacques (1998), "DRT et imparfait. Un exemple de traitement formel du temps", in MOESCHLER, Jacques (Dir.), *Le temps des événements*, Paris, Éditions Kimé, p. 122-154.

JOSÉ ACERO, Juan (1990), "Las ideas de Reichenbach acerca del tiempo verbal" in BOSQUE, Ignacio (Ed.), *Tiempo y aspecto en español*, Madrid, Cátedra p. 45-75.

KAMP, Hans (1979), "Events, instants and temporal reference", in BÄUERLE, Rainer, *et alii* (Eds.), *Semantics from different points of view*, Berlin/Heidelberg/New York, Springer-Verlag, p. 376-417.

KAMP, Hans (1981), "Événements, représentations discursives et référence temporelle", *Langages* 64, p. 39-63.

KAMP, Hans (1995), "Discourse representation theory", in VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 253-257.

KAMP, Hans, e Uwe REYLE (1993), *From discourse to logic. Introduction to modeltheoretic semantics of natural language, formal logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer.

KAMP, Hans, e Christian ROHRER (1983), "Tense in texts", in BÄUERLE, Rainer, Christoph SCHWARZE, e Arnim von STECHOW (Eds.), *Meaning, use, and interpretation of language*, Berlin/New York, Walter de Gruyter, p. 250-269.

KENNY, Anthony (1963), *Action, emotion and will*, London, Routledge & Kegan Paul.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1980), *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*, Paris, Armand Colin.

KIBRIK, Andrej A. (1997), "Reference and working memory. Cognitive inferences from discourse observations", in van HOEK, Karen, Andrej A. KIBRIK, e Leo NOORDMAN (Eds.), *Discourse studies in cognitive linguistics (Selected papers from the Fifth International Cognitive Linguistics Conference)*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 29-52.

KINTSCH, Walter (1992), "How readers construct situation models for stories: the role of syntactic cues and causal inferences", in GERNSBACHER, Morton Ann, e Talmy GIVÓN (Eds.) (1995a), *Coherence in spontaneous text*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 139-160.

KLEIBER, Georges (1987), *Du côté de la référence verbale. Les phrases habituelles*, Berne, Peter Lang.

KLEIBER, Georges (1993a), "Lorsque l'anaphore se lie aux temps grammaticaux", in VETTERS, Carl (Ed.), *Le temps. De la phrase au texte*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires de Lille, p. 117-166.

KLEIBER, Georges (1993b), "Prototype et prototypes: encore une affaire de famille", in DUBOIS, Danièle (Dir.), *Sémantique et cognition. Catégories, prototypes, typicalité*, Paris, CNRS, p. 103-129.

KLEIBER, Georges (1994), "Contexte, interprétation et mémoire: approche standard *vs*. approche cognitive", *Langue française* 103, p. 9-22.

KLEIBER, Georges (1997), "Sens, référence et existence: que faire de l'extra-linguistique?»", *Langages* 127, p. 9-37.

KLEIN, Étienne (1995), *Le temps*, Paris, Flammarion.

KLEIN, Wolfgang (1994), *Time in language*, London/New York, Routledge.

KNOTT, Alistair, *et alii* (2001), "Beyond elaboration: the interaction of relations and focus in coherent text", in SANDERS, Ted, Joost SCHILPEROORD, e Wilbert SPOOREN (Eds.), *Text representation. Linguistic and psycholinguistic aspects*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 181-196.

KOZLOWSKA, Monika (1996), "*Ensuite* et l'ordre temporel", *Cahiers de linguistique française* 18, p. 243-274.

KOZLOWSKA, Monika (1997), "Bornage et ordre temporel", *Cahiers de linguistique française* 19, p. 345-368.

KRIFKA, Manfred, *et alii* (1995), "Genericity: an introduction", in CARLSON, Gregory, e Francis Jeffry PELLETIER (Eds.), *The generic book*, Chicago/London, University of Chicago Press, p. 1-124.

KUMPF, Lorraine (1987), "The use of pitch phenomena in the structuring of stories", in TOMLIN, Russell S. (Ed.), *Coherence and grounding in discourse*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 189-216.

LABOV, William (1972), "The transformation of experience in narrative syntax", *Language in the inner city*, Oxford, Basic Blackwell, p. 354-396.

LANGACKER, Ronald W. (1987), *Foundations of cognitive grammar* vol. I (*Theoretical prerequisites*), Stanford, Stanford University Press.

LANGACKER, Ronald W. (1991), *Foundations of cognitive grammar* vol. II (*Descriptive application*), Stanford, Stanford University Press.

LASCARIDES, Alex, e Nicholas ASHER (1991), "Discourse relations and defeasible knowledge", *Proceedings of the 29th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics*, Berkeley, p. 55-63.

LASCARIDES, Alex, e Nicholas ASHER (1993a), "Temporal interpretation, discourse relations and commonsense entailment", *Linguistics and philosophy* 16 (5), p. 437-493.

LASCARIDES, Alex, e Nicholas ASHER (1993b), "A semantics and pragmatics for the pluperfect", *Proceedings of the 6th Conference of European Chapter of the Association for Computational Linguistics*, Utrecht, p. 250-259.

LASCARIDES, Alex, Nicholas ASHER, e Jon OBERLANDER (1992), "Inferring discourse relations in context", *Proceedings of the 30th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics*, Newark, p. 1-8.

LASCARIDES, Alex, e Jon OBERLANDER (1993), "Temporal connectives in a discourse context", *Proceedings of the European Chapter of the Association for Computational Linguistics (EACL93)*, Utrecht, p. 260-268.

LE NY, Jean-François, e Walter KINTSCH. (Coord.) (1982), *Bulletin de psychologie* Tome XXXV n.º 356 (*Langage et compréhension*).

LENK, Uta (1998), *Making discourse coherence. Functions of discourse markers in spoken English*, Tübingen, Gunter Narr Verlag.

LEVINSON, Stephen (1983), *Pragmatics*, Oxford, Oxford University Press.

LO CASCIO, Vincenzo (1982), "Temporal deixis and anaphor in sentence and text: finding a reference time", in LO CASCIO, Vincenzo, e Co VET (Eds.), *Temporal structure in sentence and discourse*, Dordrecht/Riverton, Foris Publications, 1986, p. 191-228.

LO CASCIO, Vincenzo, e Christian ROHRER, (1986), "Interaction between verbal tenses and temporal adverbs in complex sentences", in LO CASCIO, Vincenzo, e Co VET (Eds.), *Temporal structure in sentence and discourse*, Dordrecht/Riverton, Foris Publications, p. 229-249.

LO CASCIO, Vincenzo, e Co VET (Eds.) (1986), *Temporal structure in sentence and discourse*, Dordrecht/ /Riverton, Foris Publications.

LOPES, Ana Cristina Macário (1984), "Linguística textual: objectivos e pressupostos teóricos", *Biblos*, vol. LX, p. 90-102.

LOPES, Ana Cristina Macário (1992a), "Aspectos da genericidade", *Cadernos de semântica* 6, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LOPES, Ana Cristina Macário (1992b), *Texto proverbial português. Elementos para uma análise semântica e pragmática*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LOPES, Ana Cristina Macário (1993), "Sobre a referência nominal genérica", *Discursos* 4, p. 115-134.

LOPES, Ana Cristina Macário (1994), "Semântica lexical e interpretação textual", in DUARTE, Inês, e Isabel LEIRIA (Org.), *Congresso internacional sobre o português*, vol. II, Lisboa, Edições Colibri, p. 445-470.

LOPES, Ana Cristina Macário (1995a), "Tempo, aspecto e coesão discursiva", *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. III, p. 351-371.

LOPES, Ana Cristina Macário (1995b), "Para uma análise semântica dos tempos do presente em português", *Cadernos de semântica* 21, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LOPES, Ana Cristina Macário (1996), "*Então*: elementos para uma análise semântica e pragmática", *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, p. 177-190.

LOPES, Ana Cristina Macário (1997a), "Contribuição para o estudo dos valores discursivos de *sempre*", *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, p. 3-14.

LOPES, Ana Cristina Macário (1997b), "A argumentação: uma área de investigação pluridisciplinar", *Revista Portuguesa de Filogogia*, vol. XXI, p. 157-175.

LOPES, Ana Cristina Macário (1997c), "Para uma análise semântica e pragmática do pretérito mais-que-perfeito do indicativo em português contemporâneo", in BRITO, Ana Maria, *et alii* (Org.), *Sentido que a vida faz (Estudos para Óscar Lopes)*, Porto, Campo das Letras, p. 657-670.

LOPES, Ana Cristina Macário (1998), "Contribuição para o estudo semântico--pragmático de *agora*", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII, p. 363-376.

LOPES, Ana Cristina Macário (1999), "Contributos para uma análise dos valores temporais e discursivos de *logo*", in FARIA, Isabel Hub (Org.), *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 433-443.

LOPES, Ana Cristina Macário (2000), "*Ainda*", in GÄRTNER, Eberhard, Christine HUNDT e Axel SCHÖNBERGER (Ed.), *Estudos de gramática portuguesa*, vol. III, Frankfurt-am-Main, TFM, p. 65-87.

LOPES, Ana Cristina Macário (2001), "Elementos para uma análise semântica das construções com *enquanto*", in MATEUS, Maria Helena Mira, e Clara Nunes CORREIA (Org.), *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (edição especial) – *Saberes no tempo (Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos)*, Lisboa, Edições Colibri, p. 371-380.

LOPES, Ana Cristina Macário (2003), "Elementos para uma análise semântica das construções com *já*", in CASTRO, Ivo, e Inês DUARTE (Org.), *Razões e emoção (Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus)*, vol. I, Lisboa, INCM, p. 411-428.

LOPES, Ana Cristina Macário (2004), "A polifuncionalidade de *bem* no PE contemporâneo", in SILVA, Augusto Soares da, Amadeu TORRES, e Miguel GONÇALVES (Org.), *Linguagem, cultura e cognição*, vol. II, Coimbra, Almedina, p. 433-457.

LOPES, Ana Cristina Macário, e Felicidade MORAIS (1999), "*Antes* e *depois*: elementos para uma análise semântica e pragmática", *Revista portuguesa de filologia*, vol. XXIII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 183-243.

LOPES, Ana Cristina Macário, e Pedro SANTOS (1993), "A condicionalidade das frases genéricas", *Cadernos de semântica* 17, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LYONS, John (1977), *Semantics*, 2 vols., Cambridge, Cambridge University Press.

MAINGUENEAU, Dominique (1993), *Éléments de linguistique pour le texte littéraire*, Paris, Dunod.

MAINGUENEAU, Dominique (1996), *Les termes clés de l'analyse du discours*, Paris, Éditions du Seuil.

MAINGUENEAU, Dominique (2002), *Analyser les textes de communication*, Paris, Nathan.

MAINGUENEAU, Dominique, e Frédéric COSSUTTA (1995), "L'analyse des discours constituants", *Langages* 117, p. 112-125.

MANN, William (1999), "An introduction to Rhetorical Structure Theory (RST)", http://www.sil.org/~mannb/rst/rintro99.htm (consulta efectuada em 30-11-2002).

MANN, William, e Sandra THOMPSON (1987), "Rhetorical Structure Theory: a theory of text organization", http://www.sfu.ca/rst/05bibliographies/report.html (consulta efectuada em 27-06-2005).

MARQUES, Maria Emília Ricardo (1988), *Complementação verbal. Estudo sociolinguístico*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MARQUES, Maria Emília Ricardo (1995), *Sociolinguística*, Lisboa, Universidade Aberta.

MARTIN, Robert (1981), "Le futur linguistique: temps linéaire ou temps ramifié?", *Langages* 64, p. 81-92.

MARTIN, Robert, e Frédéric NEF (1981), "Temps linguistique et temps logique", *Langages* 64, p. 7-20.

MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii* (1992), *Gramática da língua portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Caminho, (1.ª ed., 1983).

MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii* (2003), *Gramática da língua portuguesa*, 5.ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho (1.ª ed., 1983).

MATOS, Sérgio (1996), "Aspectos da semântica e pragmática do *imperfeito do indicativo*", *Línguas e literaturas*, vol. XIII (2.ª série), p. 435-473.

MATOS, Sérgio (1999), *Adverbiais de tempo em português contemporâneo: forma e significação*, Disssertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

McCARTHY, Michael, e Ronald CARTER (1994), *Language as discourse: perspectives for language teaching*, London/New York, Longman.

MEYER, Michel (1994), "As bases da retórica", in CARRILHO, Manuel Maria (Coord.), *Retórica e comunicação*, Lisboa, Edições Asa, p. 31-70.

MOENS, Marc (1987), *Tense, aspect and temporal reference*, (PhD. Diss.), Edinburgh, University of Edinburgh.

MOESCHLER, Jacques (1985), *Argumentation et conversation*, Paris, Hatier.

MOESCHLER, Jacques (1993), "Aspects pragmatiques de la référence temporelle", *Langages* 112, p. 39-54.

MOESCHLER, Jacques (1996a), *Théorie pragmatique et pragmatique conversationnelle*, Paris, Armand Colin.

MOESCHLER, Jacques (1996b), "Ordre temporel, narration et analyse du discours", *Cahiers de linguistique française* 18, p. 299-328.

MOESCHLER, Jacques (Dir.) (1998a), *Le temps des événements*, Paris, Éditions Kimé.

MOESCHLER, Jacques (1998b), "Introduction. Temps, référence et pragmatique", in MOESCHLER, Jacques (Dir.), *Le temps des événements*, Paris, Éditions Kimé, p. 3-15.

MOESCHLER, Jacques, e Anne REBOUL (1994), *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*, Paris, Seuil.

MÓIA, Telmo (1994), "Aspectos da semântica das expressões temporais com *desde* e *até* – questões de *aktionsart*", *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 341-358.

MÓIA, Telmo (1996), "Sintagmas com *durante* e *em* como expressões de localização temporal ou de duração", *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 227-240.

MÓIA, Telmo (1999), *Identifying and computing temporal locating adverbials, with a particular focus on Portuguese and English*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.

MÓIA, Telmo (2003), "Subdomínios de significação associados ao tempo – uma panorâmica geral", in CASTRO, Ivo, e Inês DUARTE (Org.), *Razões e emoção (Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus)*, vol. II, Lisboa, INCM, p. 95-127.

MOLENDIJK, Arie (1985), "Point référentiel et imparfait", *Langue française* 67, p. 78-94.

MOLENDIJK, Arie (1993), "Préssupositions, implications, structure temporelle", in VETTERS, Carl, *Le temps. De la phrase au texte*, Lille, Presses Universitaires de Lille, p. 167-191.

MORAIS, Maria da Felicidade Araújo (1997), *Análise temática. Contributo para o estudo das diferenças textuais tipológicas*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MOURELATOS, Alexander (1978), "Events, processes, and states", in TEDESCHI, Philip J., e Annie ZAENEN (Eds.), *Syntax and semantics*, vol. 14 *(Tense and aspect)*, New York/London, Academic Press, 1981, p. 191-212.

NOORDMAN, Leo, *et alii* (1997), "Prosodic markers of text structure", in van HOEK, Karen, Andrej A. KIBRIK, e Leo NOORDMAN (Eds.), *Discourse studies in cognitive linguistics (Selected papers from the Fifth International Cognitive Linguistics Conference)*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 133-148.

OLIVEIRA, Fátima (1985), "O futuro em português: alguns aspectos temporais e/ou modais", *Actas do I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 353-373.

OLIVEIRA, Fátima (1986), "Algumas considerações acerca do pretérito imperfeito", *Actas do II Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 78-95.

OLIVEIRA, Fátima (1991a), "Alguns aspectos do aspecto", *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 288-301.

OLIVEIRA, Fátima (1991b), "Funções discursivas de alguns tempos do passado em português", *Encontro de homenagem a Óscar Lopes (Actas do Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística, Porto, Junho de 1987)*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, p. 165-185.

OLIVEIRA, Fátima (1993), "Questões sobre modalidade em português", *Cadernos de semântica* 15, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, Fátima (1994), "Algumas peculiaridades do aspecto em português", in DUARTE, Inês, e Isabel LEIRIA (Org.), *Congresso internacional sobre o português*, vol. II, Lisboa, Edições Colibri, p. 151-190.

OLIVEIRA, Fátima (1995), "Aspecto, referência nominal e papéis temáticos", *Línguas e literaturas*, vol. XII (2.ª série), p. 55-73.

OLIVEIRA, Fátima (1996), "Semântica", in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 333-379.

OLIVEIRA, Fátima (1998), "Algumas questões semânticas acerca da sequência de tempos em português", *Línguas e literaturas,* vol. XV (2.ª série), p. 421-436.

OLIVEIRA, Fátima (2003a), "Tempo e aspecto", in MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii*, *Gramática da língua portuguesa*, 5.ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho, p. 127-178 (1.ª ed., 1983).

OLIVEIRA, Fátima (2003b), "Modalidade e modo", in MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii*, *Gramática da língua portuguesa*, 5.ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho, p. 243-272 (1.ª ed., 1983).

OLIVEIRA, Fátima, Luís Filipe CUNHA, e Sérgio MATOS (2000), "Alguns operadores aspectuais em português europeu e português brasileiro", *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 737-749.

OLIVEIRA, Fátima, *et alii* (2001), "O lugar da semântica nas gramáticas escolares: o caso do tempo e do aspecto", in FONSECA, Fernanda Irene, Isabel Margarida DUARTE, e Olívia FIGUEIREDO (Org.), *A linguística na formação do professor de português*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, p. 65-81.

OLIVEIRA, Fátima, e Ana [Cristina Macário] LOPES (1995), "Tense and aspect in Portuguese", in THIEROFF, Rolf (Ed.), *Tense systems in European languages*, vol. II, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, p. 95-115.

ÖSTMAN, Jan-Ola, e Tuija VIRTANEN (1995), "Discourse analysis", in VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 239-253.

PERELMAN, Chaïm (1977), *O império retórico* (trad.), Lisboa, Edições Asa, 1993.

PERELMAN, Chaïm (1989), *Rhétoriques*, Paris, Éditions de l'Université de Bruxelles.

PERES, João Andrade (1991), "Sobre o valor temporal das expressões nominais", *Encontro de homenagem a Óscar Lopes (Actas do Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística, Porto, Junho de 1987)*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, p. 61-71.

PERES, João Andrade (1992), "Questões de semântica nominal", *Cadernos de semântica* 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PERES, João Andrade (1993a), "Towards an integrated view of the expression of time in Portuguese", *Cadernos de semântica* 14, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PERES, João Andrade (1993b), "Esboço de uma semântica das estruturas nominais", *Discursos* 4, p. 15-36.

PERES, João Andrade (1997), "Sobre conexões proposicionais em português", in BRITO, Ana Maria, *et alii* (Org.), *Sentido que a vida faz (Estudos para Óscar Lopes)*, Porto, Campo das Letras, p. 775-787.

PERES, João Andrade (2003), "Estrutura das situações e semântica temporal", in CASTRO, Ivo, e Inês DUARTE (Org.), *Razões e emoção (Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus)*, vol. II, Lisboa, INCM, p. 199-216.

PERES, João Andrade, e Telmo MÓIA (1995), *Áreas críticas da língua portuguesa*, Lisboa, Caminho.

PERES, João Andrade, Telmo MÓIA e Rui Ribeiro MARQUES (1999), "Sobre a forma e o sentido das construções condicionais em português", in FARIA, Isabel Hub (Org.), *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 627-653.

PETITJEAN, André (1989), "Les typologies textuelles", *Pratiques* 62, p. 86-125.

PILEGAARD, Morten, e Finn FRANDSEN (1996), "Text type", in VERSCHUEREN, Jef, *et alii* (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company (13 p.).

PRIDEAUX, Gary (1995), "Psycholinguistics", in VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 435-443.

REICHENBACH, Hans (1947), *Elements of symbolic logic*, New York, MacMillan.

REIS, Carlos, e Ana Cristina Macário LOPES (1987), *Dicionário de narratologia*, 2.ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1990.

ROHRER, Christian (1981), "Quelques remarques sur l'analyse de la forme progressive de l'anglais", *Langages* 64, p. 29-38.

ROHRER, Christian (1986), "Indirect discourse and 'consecutio temporum'", in LO CASCIO, Vincenzo, e Co VET (Eds.), *Temporal structure in sentence and discourse*, Dordrecht/Riverton, Foris Publications, p. 79-97.

ROLLIN, Bernard E. (1981), "Naturaleza, convención y teoría del género" (trad.), in GARRIDO GALLARDO, Miguel (Ed.) (1988), *Teoría de los géneros literarios*, Madrid, Arco Libros, p. 129-153.

ROULET, Eddy (1991), "Une approche discursive de l'hétérogénéité discursive", *Études de linguistique apliquée* 83, p. 117-130.

ROULET, Eddy (1999), *La description de l'organisation du discours. Du dialogue au texte*, Paris, Didier.

RYLE, Gilbert (1949), *The concept of mind*, London, Hutchinson.

RYLE, Gilbert (1953), *Dilemmas: the Turner lectures*, Cambridge, Cambridge University Press.

SANDERS, Ted, Joost SCHILPEROORD, e Wilbert SPOOREN (Eds.) (2001), *Text representation. Linguistic and psycholinguistic aspects*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia.

SANDERS, Ted, e Wilbert SPOOREN (1999), "Communicative intentions and coherence relations", in BUBLITZ, Wolfram, Uta LENK, e Eija VENTOLA (Eds.), *Coherence in spoken and written discourse*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 235-250.

SANDERS, Ted, e Wilbert SPOOREN (2001), "Text representation as an interface between language and its users", in SANDERS, Ted, Joost SCHILPEROORD, e Wilbert SPOOREN (Eds.), *Text representation. Linguistic and psycholinguistic aspects*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 1-25.

SANFORD, Anthony J., e S. GARROD (1982), "Vers la construction d'un modèle psychologique de la compréhension du langage écrit", in LE NY, Jean-François, e Walter KINTSCH. (Coord.), *Bulletin de psychologie* Tome XXXV n.º 356 (*Langage et compréhension*), p. 643-648.

SANFORD, Anthony J., e Linda M. MOXEY (1995), "Aspects of coherence in written language: a psychological perspective", in GERNSBACHER, Morton Ann, e Talmy GIVÓN (Eds.), *Coherence in spontaneous text*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 161-187.

SANTOS, Pedro (1992), "As condicionais 'se… então': semântica vs. pragmática", *Cadernos de semântica* 10, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916), *Cours de linguistique générale* (éd. critique préparée par Tullio de Mauro), Paris, Payot, 1967.

SAUSSURE, Louis de (1996), "Encapsulation et référence temporel d'énoncés négatifs au passé composé et au passé simple", *Cahiers de linguistique française* 18, p. 219-242.

SAUSSURE, Louis de (1997), "Passé simple et encapsulation d'événements", *Cahiers de linguistique française* 19, p. 323-344.

SAUSSURE, Louis de (2003), *Temps et pertinence. Éléments de pragmatique cognitive du temps*, Bruxelles, Éditions Duculot.

SCHIFFRIN, Deborah (1981), "Tense variation in narrative", *Language* 57-1, p. 43-62.

SCHILPEROORD, Joost (1996), *It's about time: temporal aspects of cognitive processes in text production*, Amsterdam/Georgia, Rodopi.

SCHNEWLY, Bernard (1991), "Diversification et progression en DFLM: l'apport des typologies", *Études de linguistique apliquée* 83, p. 131-141.

SERBAT, Guy (1988), "Le temps: le temps des philosophes, des savants, des grammairiens, … et celui des sujets parlants", *Linguistique latine et linguistique générale*, Louvain-la-Neuve, Peeters, p. 15-21.

SILVA, Paulo Nunes da (2002), "A expressão de valores temporais numa sequência narrativa", *Vidya* 37, p. 179-195.

SILVA, Paulo Nunes da (2005), "Contributos para o estudo da expressão do tempo em textos de instruções: o exemplo da receita de culinária", in CARVALHO, Dulce, Dionísio VILA MAIOR, e Rui de Azevedo TEIXEIRA (Eds.), *Des(a)fiando discursos. Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 587-597.

SILVANO, Maria da Purificação Moura (2002), *Sobre a semântica da sequência de tempos em português europeu. Análise das relações temporais em frases complexas completivas*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho.

SIMONIN-GRUMBACH, Jenny (1975), "Pour une typologie des discours", in KRISTEVA, Julia, *et alii* (Org.), *Langue, discours, société*, Paris, Éditions du Seuil, p. 85-121.

SMITH, Carlota (1981), "Semantic and syntactic constraints on temporal interpretation", in TEDESCHI, Philip J., e Annie ZAENEN (Eds.), *Syntax and semantics*, vol. 14 *(Tense and aspect)*, New York/London, Academic Press, p. 213-237.

SMITH, Carlota (1986), "A speaker-based approach to aspect", *Linguistics and philosophy* 9 (1), p. 97-115.

SMITH, Carlota (1999), "Activities: states or events?", *Linguistics and philosophy* 22 (5) , p. 479-508.

SOUSA, Otília Costa e (2001), "Perífrases com o verbo *ir*: entre *aktionsart* e aspecto", in MATEUS, Maria Helena Mira, e Clara Nunes CORREIA (Org.), *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (edição especial) – *Saberes no tempo (Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos)*, Lisboa, Edições Colibri, p. 523-534.

SPERBER, Dan, e Deirdre WILSON (1986), *Relevance: communication and cognition*, Oxford, Basil Blackwell.

SWALES, John (1990), *Genre analysis*, Cambridge, Cambridge University press.

TASMOWSKI-DE RYCK, Liliane (1985), "L'imparfait avec et sans rupture", *Langue française* 67, p. 59-77.

TEDESCHI, Philip J., e Annie ZAENEN (Eds.) (1981), *Syntax and semantics*, vol. 14 *(Tense and aspect)*, New York/London, Academic Press.

THOMPSON, Sandra A. (1987), "'Subordination' and narrative event structure", in TOMLIN, Russell S. (Ed.), *Coherence and grounding in discourse*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 435-454.

TODOROV, Tzvetan (1987), "El orígen de los géneros" (trad.), in GARRIDO GALLARDO, Miguel (Ed.) (1988), *Teoría de los géneros literarios*, Madrid, Arco Libros, p. 31-48.

TOMLIN, Russell S. (Ed.) (1987a), *Coherence and grounding in discourse*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia.

TOMLIN, Russell (1987b), "Linguistic reflections of cognitive events", in TOMLIN, Russell S. (Ed.), *Coherence and grounding in discourse*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, p. 455-479.

TOULMIN, Stephen (1958), *The uses of argument*, Cambridge, Cambridge University Press.

TRAXLER, Matthew J., e Morton Ann GERNSBACHER (1995), "Improving coherence in written communication", in GERNSBACHER, Morton Ann, e Talmy GIVÓN (Eds.), *Coherence in spontaneous text*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 215-237.

TURCO, Gilbert e Danielle COLTIER (1988), “Des agents doubles de l’organisation textuelle, les marqueurs d’intégration linéaire”, *Pratiques* 57, p. 57-79.

VENDLER, Zeno (1967), “Verbs and times”, *Linguistics in philosophy*, Ithaca, Cornell University Press, p. 97-121.

VERKUYL, Henk J. (1989), “Aspectual classes and aspectual composition”, *Linguistics and philosophy* 12 (1), p. 39-94.

VERKUYL, Henk J. (1993), *A theory of aspectuality. The interaction between temporal and atemporal structure*, Cambridge, Cambridge University Press.

VERSCHUEREN, Jef, *et alii* (Eds.) (1996), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola ÖSTMAN, e Jan BLOMMAERT (Eds.) (1995), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

VET, Co (1980), *Temps, aspects et adverbes de temps en français contemporain. Essai de sémantique formelle*, Genève, Librairie Droz.

VET, Co (1981), “La notion de ‘monde possible’ et le système temporel et aspectuel du français”, *Langages* 64, p. 109-124.

VET, Co (1985), “Univers d’énonciation et univers du discours: les temps du passé et du futur”, *Langue française* 67, p. 38-58.

VET, Co, e Arie MOLENDIJK (1986), “The discourse functions of the past tenses of French”, in LO CASCIO, Vincenzo, e Co VET (Eds.), *Temporal structure in sentence and discourse*, Dordrecht/Riverton, Foris Publications, p. 133-159.

VLACH, Frank (1981), “The semantics of the progressive”, in TEDESCHI, Philip J., e Annie ZAENEN (Eds.), *Syntax and semantics*, vol. 14 *(Tense and aspect)*, New York/London, Academic Press, p. 271-292.

VUILLAUME, Marcel (1990), *Grammaire temporelle des récits*, Paris, Éditions de Minuit.

WALLACE, Stephen (1982), “Figure and ground: the interrelationships of the linguistic categories”, in HOPPER, Paul J. (Ed.), *Tense-aspect: between semantics and pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 201-223.

WARVIK, Brita (1996), “Grounding”, in VERSCHUEREN, Jef, *et alii* (Eds.), *Handbook of pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company (14 p.).

WEINRICH, Harald (1968), *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*, Madrid, Gredos (tradução espanhola de *Tempus. Besprochene und erzählte welt*, Stuttgart, Kohlhammer Verlag, 1964).

WEINRICH, Harald (1989), *Grammaire textuelle du français*, Paris, Didier (tradução francesa de *Textgrammatik der französischen sprache*, Stuttgart, Klett, 1982).

WILSON, Deirdre, e Dan SPERBER (1993), “Pragmatique et temps”, *Langages* 112, p. 8-25.

WILSON, Deirdre, e Dan SPERBER (1998), “Pragmatics and time”, in CARSTON, Robyn, e Seiji UCHIDA (Eds.), *Relevance theory: applications and implications*, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, p. 1-22.